

# PROSPECTO DEFINITIVO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



NGRD  
B3 LISTED NM

NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado | Código CVM 2539-9

CNPJ/ME nº 10.139.870/0001-08 | NIRE 42.300.036.510

Av. Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio

CEP 89.218-105, Joinville, SC

94.000.000 Ações

Valor Total da Oferta: R\$423.000.000,00

Código ISIN das Ações "BRNGRDACNOR3"

Código de negociação das Ações na B3: "NGRD3"

Preço por Ação: R\$4,50

A NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), o Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Zaphira") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores" na página 35 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, em conjunto com o Zaphira, "Acionistas Vendedores") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 94.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição (i) primária de 75.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária") e (ii) secundária de, inicialmente, 19.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 36 deste Prospecto ("Oferta Secundária"), em ambos os casos, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta é realizada sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), do Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Citi, "Coordenadores da Oferta", observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Citigroup Global Markets Inc. e pelo UBS Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule 144A*, do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulation S ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), e pela Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 14.100.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas exclusivamente para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta ("Opção de Ações do Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não são objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido na página 50 deste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, não houve a possibilidade de colocação de ações adicionais prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido na página 38 deste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não houve diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

	Preço (R\$) <sup>(1)</sup>	Comissões (R\$) <sup>(1)(2)(4)</sup>	Recursos Líquidos (R\$) <sup>(1)(2)(3)(4)(6)</sup>
Preço por Ação .....	4,50	0,25	4,25
Oferta Primária .....	337.500.000,00	18.562.500,00	318.937.500,00
Oferta Secundária .....	85.500.000,00	4.702.500,00	80.797.500,00
<b>Total Oferta .....</b>	<b>423.000.000,00</b>	<b>23.265.000,00</b>	<b>399.735.000,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$4,50, fixado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 39 deste Prospecto.

(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 39 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações emitidas pela Companhia e a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem por eles recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 36 deste Prospecto.

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") em 15 de outubro de 2020, sob o nº 20202894010 e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina ("DOESC") e no jornal "A Notícia" em 16 de outubro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata será arquivada para registro na JUCESC e foi publicada no jornal "A Notícia" e no DOESC na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo Zaphira (incluindo a venda de suas respectivas Ações do Lote Suplementar), bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Comitê de Investimento do Zaphira em reuniões realizadas em 13 de outubro de 2020, 08 de dezembro de 2020 e em 15 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 35 de seu regulamento.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificativa.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não realizaram e não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Foi admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido na página 23 deste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido na página 49 deste Prospecto).

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em 16 de dezembro de 2020, sob o nº CVM/SRE/REM/2020/025 e CVM/SRE/SEC/2020/026, respectivamente.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 16 E 59, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 451 DESTES PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.



Coordenadores da Oferta



A data deste Prospecto Definitivo é 15 de dezembro de 2020.

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES</b> .....	<b>1</b>
<b>INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA</b> .....	<b>4</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO</b> .....	<b>5</b>
<b>SUMÁRIO DA COMPANHIA</b> .....	<b>7</b>
<b>SUMÁRIO DA OFERTA</b> .....	<b>21</b>
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA</b> .....	<b>34</b>
Composição do Capital Social da Companhia.....	34
Principais Acionistas e Administradores da Companhia.....	34
Acionistas Vendedores .....	35
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos.....	36
Descrição da Oferta .....	36
Aprovações Societárias .....	37
Instituições Participantes da Oferta .....	38
Preço por Ação.....	38
Ações em Circulação ( <i>Free Float</i> ) após a Oferta .....	39
Custos de Distribuição .....	39
Estabilização do Preço das Ações.....	41
Características das Ações .....	42
Público Alvo da Oferta .....	43
Procedimento da Oferta .....	43
Oferta de Varejo.....	44
Oferta Institucional .....	47
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	47
Suspensão ou Cancelamento da Oferta.....	49
Prazo de Distribuição .....	49
Liquidação .....	49
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	50
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional .....	51
Violações de Normas de Conduta .....	52
Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3.....	52
Restrições à Negociação das Ações ( <i>Lock-up</i> ).....	53
Instituição Financeira Escrituradora das Ações.....	54
Cronograma Tentativo da Oferta .....	54
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta.....	55
Companhia .....	55
Coordenadores da Oferta .....	55
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS .....	56
Informações Adicionais .....	56
COMPANHIA .....	56
COORDENADORES DA OFERTA .....	56
INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS .....	57
<b>FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES</b> .....	<b>59</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA</b> .....	<b>66</b>
<b>RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA</b> .....	<b>72</b>
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder.....	72
Relacionamento entre a Companhia e o Citi .....	72
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB .....	74
<b>RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA</b> .....	<b>76</b>
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	76

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi .....	76
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB .....	77
<b>INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES .....</b>	<b>79</b>
Declarações de Veracidade das Informações .....	80
<b>DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>81</b>
<b>CAPITALIZAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>DILUIÇÃO .....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>89</b>
<b>ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA .....</b>	<b>93</b>
<b>ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA .....</b>	<b>115</b>
<b>ATAS DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO ZAPHIRA REALIZADAS EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, 08 DE DEZEMBRO DE 2020 E 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA PELO ZAPHIRA (INCLUINDO A VENDA DE SUAS RESPECTIVAS AÇÕES DO LOTE SUPLEMENTAR) .....</b>	<b>121</b>
<b>ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL .....</b>	<b>131</b>
<b>DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 137</b>	
<b>DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>141</b>
<b>DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 .....</b>	<b>151</b>
<b>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 .....</b>	<b>155</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 .....</b>	<b>209</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 .....</b>	<b>279</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 .....</b>	<b>353</b>
<b>FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 .....</b>	<b>427</b>

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Neogrid” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Neogrid Participações S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 21 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

<b>Acionista Controlador</b>	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
<b>Administração</b>	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
<b>Administradores</b>	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
<b>Auditores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>B3</b>	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
<b>Banco Central ou BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Brasil ou País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>CNPJ/ME</b>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
<b>Código ANBIMA</b>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
<b>Companhia ou Neogrid</b>	Neogrid Participações S.A.
<b>Conselho de Administração</b>	O conselho de administração da Companhia.
<b>Conselho Fiscal</b>	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.
<b>Contrato de Participação no Novo Mercado</b>	Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, em 15 de dezembro de 2020, por meio do qual a Companhia aderiu ao Novo Mercado.
<b>CPF/ME</b>	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.

<b>Diretoria</b>	A diretoria da Companhia.
<b>DOESC</b>	Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.
<b>Dólar, dólar, dólares ou US\$</b>	Moeda oficial dos Estados Unidos.
<b>Estados Unidos</b>	Estados Unidos da América.
<b>Estatuto Social</b>	Estatuto social da Companhia.
<b>Formulário de Referência</b>	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
<b>Instituição Escriuradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 480</b>	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 505</b>	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 539</b>	Instrução CVM nº 539 de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
<b>Instrução CVM 560</b>	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
<b>IOF</b>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
<b>JUCESC</b>	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.
<b>Lei 4.131</b>	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Lei do Mercado de Capitais</b>	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
<b>Novo Mercado</b>	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Offering Memoranda</b>	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
<b>Prospecto ou Prospecto Definitivo</b>	Este Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.

<b>Prospecto Preliminar</b>	O Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
<b>Real, real, reais ou R\$</b>	Moeda oficial corrente no Brasil.
<b>Regulamento do Novo Mercado</b>	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.
<b>Regulamento S</b>	Regulamento S editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>Resolução CMN 4.373</b>	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
<b>Rule 144A</b>	<i>Rule 144A</i> editada ao amparo do <i>Securities Act</i> .
<b>SEC</b>	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
<b>Securities Act</b>	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
<b>Zaphira</b>	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

## INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

<b>Identificação</b>	Neogrid Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08, com seus atos constitutivos registrados na JUCESC sob o NIRE 42.300.036.510.
<b>Registro na CVM</b>	A Companhia obteve o registro de emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM em 16 de dezembro de 2020, sob o nº 2539-9.
<b>Sede</b>	Localizada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Av. Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105.
<b>Diretoria de Relações com Investidores</b>	Localizada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Av. Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Thiago Grechi. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (47) 3043-7400 e o seu endereço eletrônico é <a href="mailto:thiago.grechi@neogrid.com">thiago.grechi@neogrid.com</a> .
<b>Instituição Escrituradora</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
<b>Títulos e Valores Mobiliários Emitidos</b>	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “NGRD3”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
<b>Jornais nos quais divulga informações</b>	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESC e no jornal “A Notícia”.
<b>Formulário de Referência</b>	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
<b>Website</b>	<a href="http://ri.neogrid.com">ri.neogrid.com</a>  As informações constantes no <i>website</i> da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.



## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 16 e 59, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência nas páginas 451, 519 e 574, respectivamente, deste Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que são aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e/ou que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- impacto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;
- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de (COVID-19) em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- capacidade da Companhia e/ou de suas Controladas de atender seus clientes de forma satisfatória;
- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente para seus projetos e planos de expansão;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- instabilidade política no país e mudanças na situação política e macroeconômica do país;
- o impacto contínuo da COVID-19 sobre a demanda de clientes, cadeia de suprimentos, bem como sobre os nossos resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa;
- condições climáticas desfavoráveis para a manutenção e desenvolvimento das atividades da Companhia e/ou de suas Controladas;
- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;
- competição do setor;
- as relações da Companhia com seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- aumento do custo da estrutura da Companhia; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 59 e 16, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 451 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

## SUMÁRIO DA COMPANHIA

**ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS NOSSAS INFORMAÇÕES. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE NÓS ESTÃO DESCRITAS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 427, LEIA-OS ANTES DE ACEITAR A OFERTA. AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NESTE SUMÁRIO SÃO CONSISTENTES COM AS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA.**

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro”, “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 5, 16 e 59 deste Prospecto, bem como as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4.1 e 4.2 Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores”, respectivamente, do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, além de nossas Demonstrações Financeiras e Informações Financeiras Intermediárias, anexas a este Prospecto. Salvo indicação em contrário, os termos “nós”, “nos”, “nossos/nossas” e “companhia” referem-se à Neogrid Participações S.A. e suas controladas e subsidiárias.

### VISÃO GERAL DA COMPANHIA

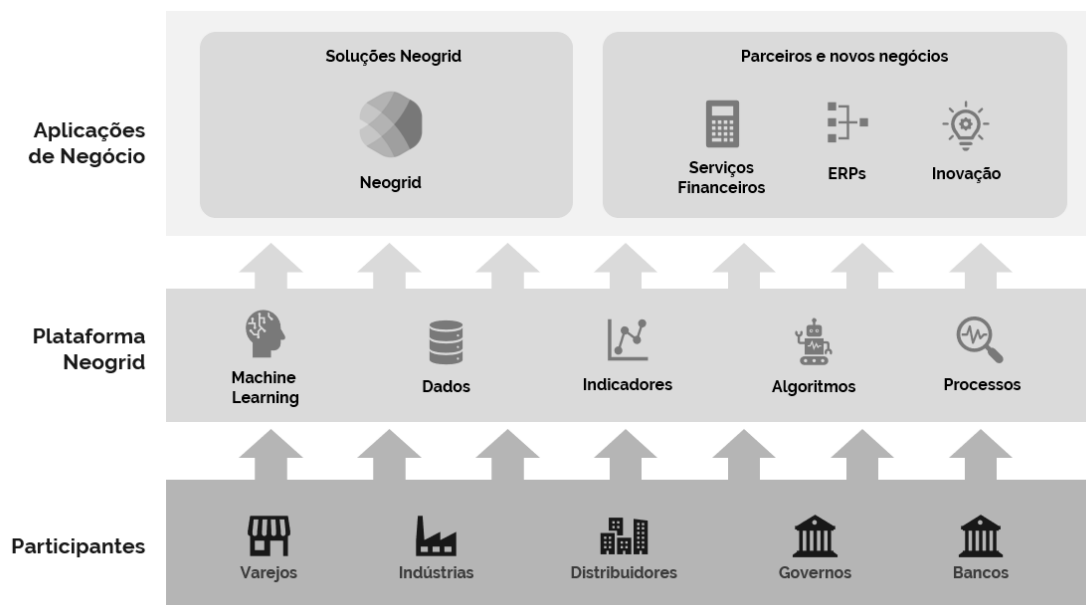
Fundada em 1999, a Neogrid é uma empresa de *Software as a Service* (“SaaS”), *data* e tecnologia que resolve os desafios da cadeia de suprimentos global ao conectar parceiros de negócios (indústrias, distribuidores e varejistas), integrando e sincronizando suas operações através de um portfólio completo e modular de soluções eficientes, precisas e inteligentes. O poder da tecnologia Neogrid é aumentar a disponibilidade dos produtos nas prateleiras, ao mesmo tempo em que reduz os estoques na cadeia de suprimentos. A Neogrid, através de sua ampla rede e plataforma, coloca as empresas no ritmo do consumidor de forma que todos que fazem parte deste ecossistema sejam beneficiados com redução de investimentos nos estoques, liberando assim o capital de giro.

*“Num mundo onde os produtos viraram commodities e preços não são mais diferenciais, o giro de estoque passa a ser a vantagem competitiva decisiva.” – Miguel Abuhab*

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

<i>Em R\$ mil</i>	<b>30/09/2020</b>	<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:</b>		
		<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita Líquida .....	154.525	207.099	177.028	163.701
Lucro Bruto.....	101.666	145.143	121.403	107.222
EBITDA .....	34.630	44.929	28.905	17.579
Lucro Líquido .....	8.579	8.654	11.926	7.797

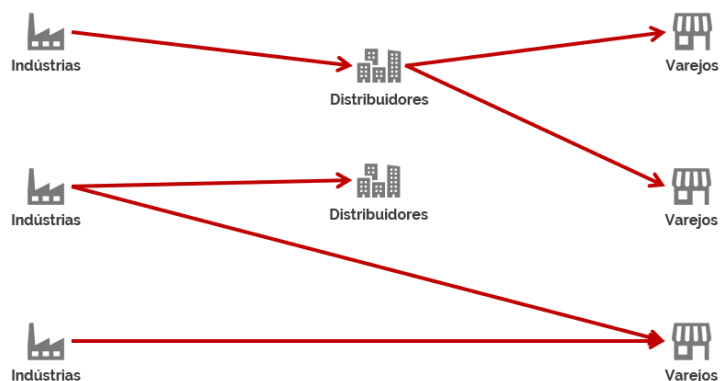
## O modelo Neogrid\*



\*Modelo esquemático da relação entre empresas, plataforma e aplicações.

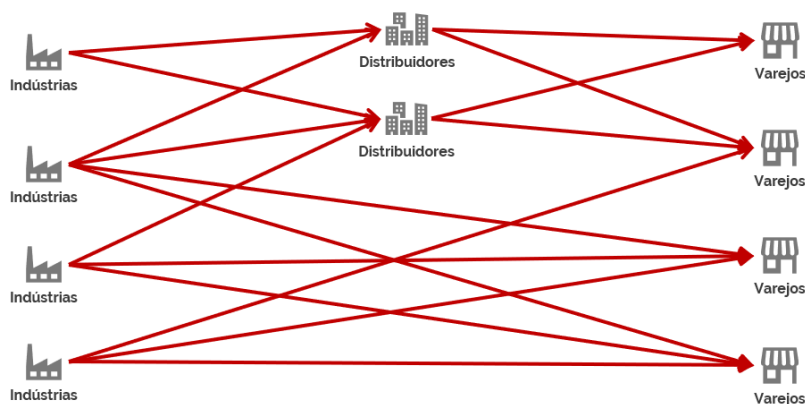
### Participantes (A rede Neogrid)

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil empresas participantes da cadeia de suprimentos que são conectadas com a plataforma Neogrid. Basicamente toda a cadeia de suprimentos pode participar da rede Neogrid, desde (i) os fabricantes de matéria prima; (ii) as manufaturas de produção dos bens de consumo; (iii) os distribuidores; (iv) os varejistas (grandes redes de varejo, supermercados, farmácias, magazines, lojas de comércio online, pequenos varejistas locais, etc.); incluindo também outros participantes como (v) governos (órgãos responsáveis por documentação fiscal das transações, entre outros documentos); e (vi) bancos (responsáveis por pagamentos, etc.).



Relação de negócios entre as empresas na cadeia de suprimentos.

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil de indústrias participantes, mais de 5 mil distribuidores e mais de 150 grandes redes varejistas (que representam milhares de lojas físicas), distribuídos em todo o país e internacionalmente. Esta rede nos abastece com mais de 1 petabytes de dados brutos e 100 terabytes de dados analíticos mensalmente, e gera milhões de interconexões entre parceiros de negócio, permitindo infinitas possibilidades de ganhos para todas as partes envolvidas neste ecossistema.



Potencial de interconexões entre as empresas da rede.

### **A Plataforma Neogrid**

A Neogrid possui uma plataforma tecnológica de ponta que permite sistematizar todo o processo de colaboração e interconexão da rede Neogrid. Além de possibilitar a conexão dos diversos participantes da rede Neogrid e seus sistemas (ERPs, CRMs, Apps, etc), nossa tecnologia permite a captura de volumes massivos de dados e informações dos milhares de participantes da rede, que por sua vez são depurados, qualificados e explorados através desta plataforma que possui alta capacidade de organização e análise de dados. Estes dados são então traduzidos para os nossos clientes em interfaces *user-friendly* que fornecem suporte e automatizam de forma inteligente suas tomadas de decisão, de acordo com a solução contratada e com sua necessidade de negócio.

Entre as principais informações e dados disponíveis na nossa plataforma estão: pedidos de compras, notas fiscais, relatórios de vendas, níveis de estoques (em lojas, centros de distribuição e fábricas), cupons fiscais, ocorrências logísticas (embarque de mercadorias, carregamento, transporte, entrega, agendamento, etc), ordens de pagamentos, cobranças, dentre diversas outras informações de grande relevância para a cadeia de suprimentos. Todos os dias em nossa plataforma são monitorados milhões de produtos, trafegados milhões de pedidos e notas fiscais, além de milhões de outros documentos, informações e processos compartilhados entre os participantes da rede Neogrid.

Para sustentação técnica da nossa plataforma são utilizadas as mais recentes ferramentas tecnológicas de armazenamento e consulta a grandes volumes de dados (*“big data”*) do mercado, algoritmos capazes de calcular processos complexos e tomar decisões estratégicas rapidamente, sistemas de *Machine Learning* que conseguem interpretar padrões e identificar oportunidades, Interfaces de Programação de Aplicativos (*Application Programming Interfaces*, “APIs”) de integração, e uma infraestrutura em nuvem (*“cloud”*) com tecnologia Microsoft (Microsoft Azure).

Nossa plataforma também nos permite fácil conexão com diversas aplicações de terceiros, o que nos torna agnósticos quanto a outros softwares eventualmente utilizados pelos nossos clientes. Isto, além de facilitar a implementação das soluções Neogrid, também possibilita a criação e desenvolvimento de novas soluções com parceiros (interessados em explorar comercialmente a rede Neogrid) para capitalizar diferentes verticais, clientes ou tipos de negócios que porventura hoje não são explorados pela própria Neogrid ou que necessitem de competências fora do nosso escopo atual. Alguns exemplos de parceiros Neogrid são Nielsen, Lett e Fast Channel (maiores detalhes sobre as parcerias na seção de Soluções Neogrid abaixo).

### **As Soluções Neogrid**

As soluções Neogrid são as aplicações de negócio que operam sobre a plataforma Neogrid para resolver problemas, gerar inteligência, guiar tomadas de decisão e finalmente gerar resultados tangíveis para os nossos clientes.

A Neogrid, através de suas soluções, busca então resolver um dos maiores desafios da cadeia de suprimentos global: possuir um fluxo de produtos contínuo, eficiente, eficaz, que aumente vendas e que não gere perdas, desperdícios ou atrasos. Buscamos ditar o ritmo das operações dos participantes da rede Neogrid com base no ritmo de compras do consumidor final, e fazemos isso por meio da sincronização das cadeias de suprimentos, automatização dos processos e entrega de decisões mais inteligentes para toda a rede Neogrid.

Para isso, ao longo de sua jornada, a Neogrid desenvolveu um portfólio de soluções completo e modular que permite atender as mais diversas necessidades de cada tipo de cliente (indústria, distribuidores, varejistas), adaptando-se de acordo com as especificidades, realidade, tamanho e maturidade técnica de cada empresa.

Atualmente, acreditamos ser a única companhia no Brasil que oferece um portfólio de soluções de cadeia de suprimentos tão completo e de grande escala. Abaixo, apresentamos a lista das principais soluções que fazem parte do atual portfólio de soluções Neogrid:

### **Soluções para a Indústria**

- *Integration*
  - Recebimento de Pedidos de Compras dos varejos e distribuidores (EDI)
  - Emissão de Documentos Fiscais eletrônicos aos varejos e distribuidores
  - Emissão de cobranças bancárias e recebimentos (EDI)
- *Demand Activation*
  - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas redes de varejos
  - *Data analytics* sobre o desempenho de vendas nos distribuidores autorizados
  - Gestão operacional sobre o processo de trade marketing nas lojas físicas dos varejos
- *Replenishment*
  - Planejamento de Vendas e Operações (S&OP)
  - Agendamento do envio de mercadorias aos varejos e distribuidores
  - Otimização da Distribuição de mercadorias (DRP e DDR)
  - Automação do Abastecimento aos varejos e distribuidores (VMI)

### **Soluções para Varejistas e Distribuidores**

- *Integration*
  - Realização de cotações de compras com fornecedores do mercado (*Sourcing*)
  - Envio de Pedidos de Compras para fornecedores (EDI)
  - Recebimento de Documentos Fiscais eletrônicos dos fornecedores
  - Pagamentos e extratos bancários (EDI)

- *Demand Activation*
  - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas lojas
- *Replenishment*
  - Agendamento de docas para recebimento de mercadorias dos fornecedores
  - Otimização da distribuição de mercadorias e abastecimento das lojas (DRP e DDR)

Todas as soluções Neogrid estão inseridas em um processo operacional amplo e contínuo, englobando Vendas, Distribuição e Monitoramento mercadológico do desempenho dos produtos junto ao consumidor final. Ou seja, todas as soluções se interconectam de alguma forma, o que gera grande potencial sinergia para nossos clientes que contratam mais de uma solução, e fornece à Neogrid alto potencial de *cross-sell* e *up-sell*. Por ser um portfólio modular, sob uma plataforma agnóstica quanto a softwares de terceiros, e de rápida integração, nossos clientes podem facilmente expandir seus contratos com soluções adicionais. Quanto mais soluções ativadas, mais otimizada se tornará a operação do nosso cliente.

Em adição às soluções acima citadas, a Neogrid também possui diversas parcerias com companhias de renome no mercado, visando expandir ainda mais o nosso alcance de atuação, ampliando cada vez mais a proposta de valor para nossos clientes e aumentando a monetização sobre nossa rede e plataforma. Alguns exemplos de soluções em parcerias que se utilizam de nossa rede e plataforma são:

- Daily Flashes (Nielsen) – Gera *insights* e permite análises sobre o desempenho de vendas de produtos em lojas físicas de redes de varejos;
- eCommerce Insights (Lett) – Permite o monitoramento do desempenho de produtos em lojas de comércio eletrônico; e
- eB2B (Fast Channel) – Permite à indústrias fornecer catálogos eletrônicos facilitando o processo de vendas.

### Mercado de Atuação

As atuais soluções Neogrid possuem grande aderência aos segmentos mais expostos às incertezas no comportamento do consumidor e aos que possuem maiores redes de abastecimento e distribuição.

Os segmentos de Bens de Consumo (“CPG”), Farmacêutico, Casa e Construção, Eletroeletrônicos e *Fashion* (moda e calçados) representam a maioria dos clientes em nossa base atual. Diante da amplitude das nossas soluções e da nossa capacidade de oferecê-las de maneira modular e adaptável, encontramos potencial claro de expansão para outras verticais, tais como agronegócio, *healthcare*, automotivo e serviços financeiros. As empresas de grande e médio porte extraem o máximo valor de nossas soluções devido a maior complexidade operacional e consequente maior necessidade de automatizações.

### **Comércio eletrônico crescente e *Omnichannel***

A diversificação dos canais de vendas dos produtos é um fator que torna a cadeia de suprimentos ainda mais complexa. A capacidade de abastecimento, distribuição e redistribuição do estoque para os pontos de venda mais performáticos é fator crítico para o sucesso de portais de comércio eletrônico e também para varejos físicos que atuam simultaneamente via internet.

A massificação do varejo eletrônico se torna uma grande oportunidade para ampliação de tamanho de mercado endereçável da Neogrid, bem como adiciona ainda mais potencial de *cross-sell* e *up-sell*, por indústrias, distribuidores e varejistas, uma vez que as soluções agregam a capacidade de gerenciar o processo de abastecimento neste cenário de alta complexidade, garantindo a disponibilidade dos produtos, sem excessos.

## O impacto da COVID-19 no negócio da Companhia

A pandemia da COVID-19 alterou de forma significativa a cadeia de suprimentos global, com aumentos repentinos do consumo de alguns produtos e drástica redução de outros. Este cenário reforçou ainda mais a percepção de quão crítica é a utilização de tecnologias que permitam entender padrões de consumo e reagir rapidamente a às suas variações (tecnologias como a fornecida pela Neogrid).

Neste contexto as empresas estão cada vez mais buscando não só manter como também ampliar o uso de soluções de integração e automação que permitam melhorar seu sortimento de produtos, interagir mais inteligentemente com os participantes da cadeia de suprimentos e equilibrar a operação de abastecimento como um todo. A crise da pandemia da COVID-19 nos leva a crer o quão fundamental a Neogrid é para as Indústrias e Varejos do segmento de bens de consumo.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

## VANTAGEM COMPETITIVA DECISIVA

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são:

**A Companhia possui uma plataforma completa, integrando o ecossistema de cadeia de suprimentos (*supply chain*) em uma rede de participantes interconectados contribuindo com decisões automáticas inteligentes que proporcionam um maior retorno sobre capital investido em estoques.**

A Neogrid conta com uma base de cerca de 7 mil clientes pagantes distribuídos pelo Brasil, Estados Unidos, Europa e Japão. A rede Neogrid gera mais de 1 petabytes de dados brutos e 100 terabytes de dados analíticos mensalmente, que são fundamentais para nossa plataforma que sustenta nosso portfólio e possibilita soluções cada vez mais completas e inteligentes. Quanto mais participantes se conectam à rede Neogrid, mais ela se expande e mais expandimos nossa plataforma e portfólio, gerando um ciclo virtuoso autossustentável de crescimento e expansão de margens contínua para as nossas operações. Desta forma, ao longo de mais de 20 anos de história, fomos capazes de construir um ecossistema único (rede, plataforma e portfólio de soluções) que é fundamental para a manutenção da nossa competitividade e que serve de base para a nossa expansão orgânica.

***Possuímos um modelo de monetização marcado pela previsibilidade de receita e com altos índices de retenção de clientes***

Nosso modelo de negócios é monetizado essencialmente através de contratos de subscrição, no qual o cliente paga uma taxa periódica ("*subscription fee*") de acordo com seu tamanho, segmento, número de conexões e documentos transacionados. Este modelo de receita é altamente previsível uma vez que são contratualmente pré-estabelecidos. A previsibilidade do nosso modelo ainda é fortalecida por nossa alta retenção e taxa de renovação de nossos contratos. Este fator reforça ainda mais a ótima percepção de valor das soluções Neogrid pelos nossos clientes.



***Somos uma companhia global com presença internacional relevante e grande possibilidade de ganho de escala***

A Neogrid atua em 5 unidades localizadas no Brasil, Estados Unidos e Holanda. A nossa base de cerca de 7 mil clientes inclui um número relevante de multinacionais de renome, que possuem operações em mais de 150 países ao redor do planeta. Dada a nossa plataforma agnóstica, com soluções facilmente extensíveis para qualquer geografia, a Neogrid possui uma clara vantagem para expansões e ganho de escala internacional, se consolidando cada vez mais como uma plataforma global.

***Possuímos histórico sólido de sucesso de crescimento inorgânico, através de aquisições estratégicas ao longo de nossa história***

Desde nossa fundação, realizamos 14 (13 via Neogrid e 1 via Accera) aquisições estratégicas que permitiram a Neogrid a atingir sua atual escala operacional e expandir nossa base de clientes, produtos e serviços. Abaixo, relacionamos as principais aquisições desde nossa fundação:

- Mercador (2007): Companhia especializada na implementação de projetos de integração e portais colaborativos, anteriormente pertencente à Telefônica. Aquisição estratégica para o nosso negócio, diante da complementaridade de soluções oferecida pela Mercador. Após essa aquisição, passamos a ter a possibilidade de liderar transações mercantis nos segmentos de varejo e da indústria. À época, a Mercador mantinha uma das mais completas plataformas de e-business do Brasil, com clientes varejistas, distribuidores, indústrias e bancos;
- XPLAN Business Solutions (2008): Companhia voltada à consultoria para cadeia de suprimentos.
- Agentrics (2008): Empresa americana de software para as redes de varejo, com presença, à época, em 24 países. Dentre seus clientes, adicionamos à nossa base nomes como Carrefour, Casino, Best Buy, Diageo e Walgreens;
- VivaCadena (2008): Com clientes como Nike, Snap on Tools, WE Europe e Premier Foods, a Vivacadena fornecia *software* e serviços de consultoria para ajudar as empresas a executar estratégias em sua cadeia de abastecimento. O negócio foi realizado por meio da Agentrics subsidiária internacional;
- BIS Company (2014): Fornecedora de soluções para visibilidade de estoques e vendas para indústrias e varejos; até então principal concorrente da plataforma de *data analytics* da Companhia no setor de bens de consumo; e
- Accera (2018): Transação transformacional no mercado de cadeia de suprimentos brasileiro. Esta operação trouxe competências técnicas altamente complementares e sinérgicas às nossas operações e possibilitou uma expansão significativa da nossa base de dados e do nosso ecossistema de negócios.

Nosso histórico extenso de aquisições de sucesso aponta grande capacidade de integração das companhias adquiridas e extração de sinergias, sendo esta atividade de extrema relevância para nós, por se tratar de uma oportunidade de crescimento, aquisição de novas competências, produtos, serviços, clientes e, conseqüentemente, de criação de novas possibilidades de monetização.

***Possuímos altos níveis de governança corporativa e grande capacidade de atrair e reter talentos, ambos suportados por cultura meritocrática orientada a resultados***

Possuímos elevado grau de governança, aperfeiçoado ao longo dos últimos anos. Nosso Conselho de Administração combina a experiência do nosso fundador, Sr. Miguel Abuhab, com a capacidade e complementaridade de 40% de membros independentes de renome, que acumulam mais de 50 anos de experiência na indústria de tecnologia nacional.

Nossa diretoria executiva acumula vasta experiência no setor de tecnologia brasileiro, combinada a um *background* acadêmico de excelência. Somos especialistas em atrair novos talentos para a Companhia, tendo contratado, nos últimos 3 anos, mais de 16 indivíduos para posições de liderança executiva para fortalecer nosso quadro operacional e complementar nossas operações.

**NOSSA ESTRATÉGIA**

A estratégia da Companhia orienta-se pelos seguintes princípios:

***Ampliar exploração da plataforma Neogrid***

Buscamos ampliar o uso da plataforma Neogrid por meio da inclusão de mais e melhores soluções e também por meio de parceiros, de modo a expandir a proposta de valor aos nossos clientes e enriquecer os dados para melhores tomadas de decisão.

Nossa estratégia de expansão da plataforma Neogrid segue um plano claro e bem definido, tanto para o curto prazo (2020 e 2021), quanto para o longo prazo. No curto prazo, temos em desenvolvimento diversas frentes de expansão que buscam melhorar ainda mais nosso portfólio, sendo algumas delas: (i) sincronização de estoque e pagamentos para redes de franquias de nossos clientes; (ii) fornecimento de análises de consumo e preços com base em indicadores macroeconômicos; (iii) implementação da parceria com Smarket; entre diversos outros. No longo prazo, temos mapeados diversos serviços e segmentos nos quais a Neogrid tem alto potencial. Dentre eles, destacam-se: análise de crédito, *geomarketing*, serviços financeiros, seguros e *healthcare*. Identificamos oportunidades significativas nestes segmentos e vemos nossa plataforma como um grande ativo para fornecer soluções para clientes destas verticais. Desta forma, continuaremos expandindo a rede, a plataforma e o portfólio Neogrid, e alimentando nosso ciclo virtuoso de sucesso.

***Penetrar em novos mercados através de aquisições de companhias complementares ao nosso portfólio atual***

Nosso histórico de sucesso em aquisições de diversos segmentos evidencia nossa capacidade de condução de processos de M&A, desde o mapeamento de potenciais alvos até a integração completa da companhia adquirida e máxima extração de sinergias. Continuaremos buscando oportunidades que (i) ampliem nossa base de clientes; (ii) aumentem nossa receita recorrente; (iii) nos forneçam novos produtos e serviços que sejam complementares; e (iv) criem ganhos de sinergia relevantes. Como potenciais mercados de nosso interesse, vale ressaltar os segmentos de agronegócios, *healthcare*, automotivo, financeiro, entre outros, com soluções focadas em *data analytics* e *machine learning*.

***Intensificar expansão internacional***

A nossa extensa base de clientes no Brasil, nos Estados Unidos, no Japão e na Europa que possuem operação multinacional permite estender facilmente nosso modelo para outros países que estes clientes já atuam. Esta estratégia é válida tanto para indústrias quanto para distribuidores e varejistas com atuação em múltiplos países. Para nossos clientes multinacionais, a replicação de casos de sucesso e a utilização de uma única solução para todas as suas operações internacionais reduz significativamente a complexidade de suas operações e incentiva ainda mais a contratação da Neogrid para outras geografias.

## **BREVE HISTÓRICO E ESTRUTURA SOCIETÁRIA**

A Neogrid nasceu em 1999, em Joinville-SC, a partir do ideal de Miguel Abuhab, seu fundador, de construir uma rede colaborativa para gerir o fluxo de informações e processos entre empresas, conectando a indústria e o varejo de bens de consumo.

Na época, com a evolução da internet, o empresário entendeu que seria possível resolver um dos grandes problemas das indústrias: monitorar o estoque de seus produtos na casa de seus clientes. Aplicou seu conhecimento de software de gestão interna para integrar os diferentes sistemas de ERPs das indústrias com seus parceiros e garantir o fluxo constante de mercadorias na cadeia de suprimentos – e, assim, evitar faltas e excessos de produtos nos pontos de venda, aumentar o giro de estoques das empresas, reduzir a necessidade de capital de giro e aumentar o retorno sobre o capital investido em estoques.

Em 2007, a Neogrid realizou sua primeira aquisição estratégica, a Mercador, companhia especializada na implementação de projetos de integração e portais colaborativos, que pertencia à Telefônica.

Um ano depois, a Neogrid deu mais um grande passo. Iniciou seu processo de internacionalização com a compra da Agentrics, empresa americana de software para redes de varejo presente, na época, em mais de 24 países, tendo como clientes Carrefour, Casino, Best Buy, Diageo e Walgreens. Ainda em 2008, a Neogrid adquiriu também a VivaCadena, empresa holandesa que fornecia algoritmos para reposição de estoque baseado em Demand Driven, e a XPLAN Business Solutions, voltada à consultoria para cadeia de suprimentos. A Neogrid passava, então, a ter presença global, com escritórios nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Japão.

Nos anos seguintes, 2009 e 2010, a empresa ampliou seu portfólio de soluções com a Suite Fiscal Neogrid e passou a oferecer para as indústrias relatórios e análises de visibilidade do ponto de venda, despontando no mercado nacional como uma empresa consolidada.

Em 2012, atingiu a marca de R\$100 milhões em receita líquida. No ano seguinte, realizou sua quinta aquisição e incorporou a provedora de software fiscal G2KA Sistemas, que trazia soluções de Nota Fiscal Eletrônica (“NF-e”), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (“NFS-e”), Conhecimento de Transporte Eletrônico (“CTe”) e gestão de entrada de documentos e atendia mais de 3 mil clientes.

A sexta aquisição veio em 2014, com a incorporação da BIS Company, fornecedora de soluções de visibilidade de estoque e vendas para indústria e varejo.

Em 2018, a Neogrid realizou mais uma operação no mercado de tecnologia brasileiro ao anunciar a aquisição da Accera. Essa transação trouxe maior inteligência às suas soluções e possibilitou uma expansão significativa de sua rede de dados e ecossistema de negócios.

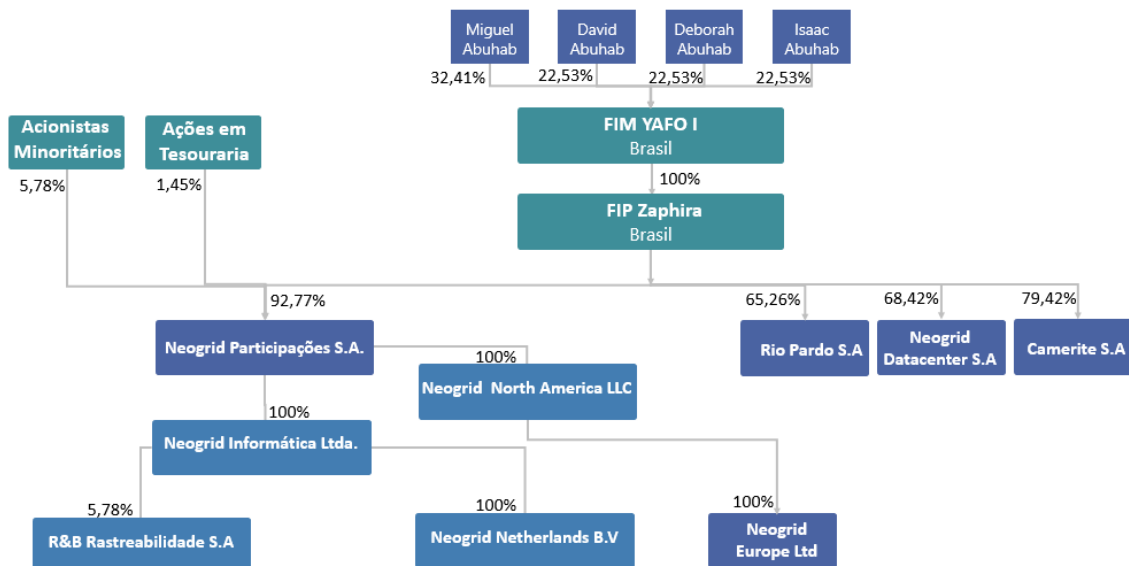
Com essa transação, em 31 de dezembro de 2018, a Neogrid somava mais de R\$190 milhões em receita recorrente combinada líquida. Em 2019, superou a marca de R\$200 milhões em receita líquida. Após 20 anos, a Neogrid oferece soluções para sincronização da cadeia de suprimentos para diversos países no mundo.

### **Sobre o fundador**

Miguel Abuhab formou-se engenheiro mecânico de produção no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), em 1964. Mais de uma década depois, em 1978, Miguel fundou a Datasul, empresa que tinha como objetivo auxiliar as indústrias da região a implantarem sistemas de informática voltados ao controle de produção. Em 1998, a Datasul lançou seu sistema de gestão empresarial, o Datasul EMS, e, mais tarde, abriu o capital social em 2006.

Em 1999, o empresário fundou a Neogrid, onde atua hoje como Presidente do Conselho de Administração.

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é composto de 163.662.330 ações ordinárias, nominativas, escriturais. O organograma abaixo apresenta nossa atual estrutura societária.



## PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para mais informações sobre os fatores de risco a que a estamos expostos, veja a seção “Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações” deste Prospecto e os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

***O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.***

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes da Companhia atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto da doença diminuir, (ii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (iv) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (v) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vi) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e conseqüentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

Após a diminuição do surto da COVID-19, a Companhia poderá ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, fusões e aquisições ou falência de clientes, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer, resultando em uma diminuição do número de atuais e potenciais de clientes. Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Se ocorrer algum desses surtos, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

***A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.***

O mercado de sistemas de gestão de cadeia de suprimentos, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

***Incidentes de segurança cibernética podem resultar em falha do sistema de segurança da Companhia de proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede e impactar adversamente a Companhia resultando em perda substancial de seus negócios, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.***

No curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais (incluindo dados financeiros, comerciais e pessoais de consumidores nos países onde opera). Assim, a segurança de suas redes e sistemas de tecnologia de dados, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de dados, bem como o processamento e a manutenção desses dados, constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

A Companhia opera em um ambiente de alto risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados que, têm como objetivo o acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados da Companhia, a dados confidenciais de clientes da Companhia, a manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia. A possibilidade de ocorrência de uma falha é exacerbada durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os funcionários da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em dados adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.***

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares* ou *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

***Falhas nos sistemas de processamento ou em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando suas despesas e causando perdas e danos à sua reputação.***

Os negócios da Companhia dependem da capacidade da Companhia de tratar, processar, armazenar e transmitir dados de maneira eficiente e precisa, de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de dados confidenciais e outras informações nos sistemas e redes de computadores, bem como no regular funcionamento, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas de tecnologias digitais, de computadores, de serviços de e-mail, de *softwares* e de redes.

Qualquer falha no funcionamento dos sistemas e tecnologias acima mencionados, incluindo para tratamento de dados ou de gestão empresarial integrada utilizados pela Companhia, poderá afetar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em perdas financeiras, em responsabilidade legal, na aplicação de medidas regulatórias e danos à sua reputação, impactando adversamente de maneira relevante seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, dentre os quais estão: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

## **EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Abertura de Capital**

Foi verificado o seguinte evento subsequente, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09:

Entre os dias 10 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal "A Notícia" de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

### **Capital autorizado**

Em 19 de outubro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia ficou autorizada a aumentar seu capital social em até R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

### **Outorga de Opção de Ações**

Em 19 de outubro de 2020, no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, foram outorgadas novas opções que dão direito aos seus beneficiários de adquirir 1.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Até a data deste Prospecto, foram exercidas opções de ações correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Para mais informações sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 668 deste Prospecto.



## SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 16 e 59, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 451 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras, informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir da página 155, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

<b>Acionistas Vendedores</b>	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e os Acionistas Pessoas Físicas, considerados em conjunto.
<b>Acionistas Vendedores Pessoas Físicas</b>	Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez, Robson Alessandro Munhoz, Thiago Grechi, Rodrigo Landgraf de Souza Leão, David Abuhab, Emerson Tobar Silva, e Paulo Pereira Lucena Junior, considerados em conjunto.
<b>Ações</b>	94.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
<b>Ações do Lote Suplementar</b>	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 14.100.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.
<b>Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta</b>	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 94.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 39,39% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, um montante de até 108.100.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 45,29% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 34 deste Prospecto.
<b>Agentes de Colocação Internacional</b>	Credit Suisse Securities (USA) LLC, Citigroup Global Markets Inc. e UBS Securities LLC, considerados em conjunto.

**Anúncio de Encerramento**

Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, imediatamente após a distribuição da totalidade das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma dos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto.

**Anúncio de Início**

Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., divulgado em 16 de dezembro de 2020 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto.

**Anúncio de Retificação**

Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto.

**Aprovações Societárias**

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESC em 15 de outubro de 2020, sob o nº 20202894010 e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina DOESC e no jornal “A Notícia” em 16 de outubro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata será arquivada para registro na JUCESC e foi publicada no jornal “A Notícia” e no DOESC na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo Zaphira (incluindo a venda de suas respectivas Ações do Lote Suplementar), bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Comitê de Investimento do Zaphira em reuniões realizadas em 13 de outubro de 2020, 08 de dezembro de 2020 e em 15 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 35 de seu regulamento.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

**Aviso ao Mercado**

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., divulgado em 25 de novembro de 2020 e novamente divulgado em 02 de dezembro de 2020 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, com a identificação das Instituições Consorciadas, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto.

**Características das Ações**

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item “Informações Sobre a Oferta – Características das Ações”, na página 42 deste Prospecto.

**Citi**

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

**Contrato de Distribuição**

Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.

**Contrato de Distribuição Internacional**

*Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

**Contrato de Empréstimo**

Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., celebrado entre o Zaphira, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.

**Contrato de Formador de Mercado**

Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, celebrado em 30 de novembro de 2020, entre a Companhia, o Coordenador Líder e o Formador de Mercado, tendo por objeto o exercício de atividade de formador de mercado (*market maker*) das Ações, com a finalidade de fomentar a liquidez das Ações no mercado secundário mediante a existência de ordens firmes diárias de compra e venda para as Ações, por meio dos ambientes administrados e operacionalizados pela B3, pelo prazo de 12 meses contado da data de celebração, prorrogável automaticamente por iguais períodos.

<b>Contrato de Estabilização</b>	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
<b>Coordenador Líder ou Agente Estabilizador ou Credit Suisse</b>	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
<b>Coordenadores da Oferta</b>	Coordenador Líder, Citi e UBS BB, considerados em conjunto.
<b>Corretora ou Formador de Mercado</b>	Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
<b>Cronograma Tentativo da Oferta</b>	Para informações acerca dos principais eventos a partir da concessão dos registros da Oferta junto à CVM, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 54 deste Prospecto.
<b>Data de Liquidação</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.
<b>Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar</b>	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados da data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
<b>Deliberação CVM 476</b>	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
<b>Destinação dos Recursos</b>	<p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para (i) investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições; e (ii) investimentos para crescimento orgânico, principalmente em pesquisa e desenvolvimento, marketing e vendas.</p> <p>A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, já que os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores.</p> <p>Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 81 deste Prospecto.</p>

**Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta**

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, foram ou serão disponibilizados, conforme o caso, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto.

**Estabilização do Preço das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

**Fatores de Risco**

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta”, descritos nas páginas 16 e 59, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 451 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

**Garantia de Firme Liquidação**

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar/liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação se tornou vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferido o registro da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado este Prospecto.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 41 deste Prospecto.

### **Informações Adicionais**

Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto.

Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em 16 de dezembro de 2020, sob o nº CVM/SRE/REM/2020/025 e CVM/SRE/SEC/2020/026, respectivamente.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto.

<b>Instituição Financeira Escrituradora das Ações</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Instituições Consorciadas</b>	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder em 25 de novembro de 2020.
<b>Instituições Participantes da Oferta</b>	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
<b>Instrumentos de Lock-up</b>	Acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pelos Administradores e pelos Acionistas Vendedores.
<b>Investidores Estrangeiros</b>	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados ( <i>qualified institutional buyers</i> ), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na <i>Rule 144A</i> do <i>Securities Act</i> , editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América ( <i>non-U.S. persons</i> ), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131.
<b>Investidor Institucional</b>	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
<b>Investidores Institucionais Locais</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da regulamentação aplicável, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento.

<b>Investidor Não Institucional</b>	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que tenham formalizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Negociação na B3</b>	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “NGRD3”.
<b>Oferta</b>	Oferta Primária e Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
<b>Oferta de Varejo</b>	Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado.
<b>Oferta Institucional</b>	<p>A Oferta Institucional é realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.</p> <p>Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não foram colocadas na Oferta de Varejo, foram destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não tendo sido estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional assumiu a obrigação de verificar se cumpriu com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>.</p>
<b>Oferta Primária</b>	A distribuição primária de 75.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.



<b>Oferta Secundária</b>	A distribuição secundária de, inicialmente, 19.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
<b>Opção de Ações do Lote Suplementar</b>	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não são objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
<b>Pedido de Reserva</b>	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
<b>Período de Reserva</b>	Período compreendido entre 2 de dezembro de 2020, inclusive, e 14 de dezembro de 2020, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
<b>Período de Reserva para Pessoas Vinculadas</b>	Período compreendido entre 2 de dezembro de 2020, inclusive, e 4 de dezembro de 2020, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.

## **Pessoas Vinculadas**

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, foram consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

## **Prazo de Distribuição**

O prazo para a distribuição das Ações é (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

## **Preço por Ação**

No contexto da Oferta, o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação foi fixado em R\$4,50.

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não houve diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 62 deste Prospecto.

**Procedimento de *Bookbuilding***

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

**Público Alvo da Oferta**

Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

## **Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

Durante o período que se inicia na data de assinatura dos Instrumentos de *Lock-up* e termina 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, os Administradores e os Acionistas Vendedores, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, estarão obrigados a, direta ou indiretamente, não adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção ou contratar a venda, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra, ou de outra forma transferir, ou dispor, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, um pedido de registro (ou equivalente), nos termos do *Securities Act* ou das leis brasileiras, envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, independentemente se tais operações descritas acima tenham que ser liquidadas pela entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou outros valores mobiliários, em dinheiro ou de outra forma; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) e (iii). Adicionalmente, se comprometem a não exigir ou exercer qualquer direito referente ao registro de quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.

Adicionalmente, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, a Companhia não irá, direta ou indiretamente, adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, empenhar, emprestar, realizar venda a descoberto (*short-sale*) ou de outra forma dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra por Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iv) realizar ou aumentar uma posição de venda ou equivalente ou liquidar ou reduzir uma posição de compra ou equivalente de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos da Section 16 do *Securities Act*; (v) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, perante a SEC um pedido de registro, nos termos do *Securities Act*, envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (vi) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (v).

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 60 deste Prospecto.

<b>UBS BB</b>	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Valor Total da Oferta</b>	R\$423.000.000,00, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
<b>Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva</b>	O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
<b>Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i></b>	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao <i>Lock-up</i> .
<b>Veracidade das Informações</b>	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 137.

## INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

### Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$469.907.564,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 238.662.330 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	163.662.330	132.407.564,00	238.662.330	469.907.564,00
<b>Total.....</b>	<b>163.662.330</b>	<b>132.407.564,00</b>	<b>238.662.330</b>	<b>469.907.564,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$4,50, fixado após o Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor <sup>(1)(2)</sup> (em R\$)
Ordinárias.....	163.662.330	132.407.564,00	238.662.330	469.907.564,00
<b>Total.....</b>	<b>163.662.330</b>	<b>132.407.564,00</b>	<b>238.662.330</b>	<b>469.907.564,00</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$4,50, fixado após o Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

### Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Zaphira.....	151.831.720	92,77	133.671.576	56,01
Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez.....	1.347.199	0,82	1.186.065	0,50
Robson Alessandro Munhoz.....	1.345.017	0,82	1.184.144	0,50
Thiago Grechi.....	1.017.749	0,62	896.020	0,38
Rodrigo Landgraf De Souza Leão.....	976.682	0,60	859.864	0,36
David Abuhab.....	898.133	0,55	790.709	0,33
Emerson Tobar Silva.....	718.506	0,44	632.567	0,27
Paulo Pereira Lucena Junior.....	718.506	0,44	632.567	0,27
Administradores.....	2.432.927	1,49	2.432.927	1,02
Ações em tesouraria.....	2.375.891	1,45	2.375.891	1,00
Outros.....	–	0,00	94.000.000	39,39
<b>Total.....</b>	<b>163.662.330</b>	<b>100,00</b>	<b>238.662.330</b>	<b>100,00</b>

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Zaphira .....	151.831.720	92,77	120.194.836	50,36
Eduardo Víctor Luis Ragasol Alvarez.....	1.347.199	0,82	1.066.486	0,45
Robson Alessandro Munhoz .....	1.345.017	0,82	1.064.759	0,45
Thiago Grechi.....	1.017.749	0,62	805.684	0,34
Rodrigo Landgraf De Souza Leão.....	976.682	0,60	773.173	0,32
David Abuhab.....	898.133	0,55	710.990	0,30
Emerson Tobar Silva.....	718.506	0,44	568.792	0,24
Paulo Pereira Lucena Junior.....	718.506	0,44	568.792	0,24
Administradores .....	2.432.927	1,49	2.432.927	1,02
Ações em tesouraria .....	2.375.891	1,45	2.375.891	1,00
Outros .....	-	0,00	108.100.000	45,29
<b>Total.....</b>	<b>163.662.330</b>	<b>100,00</b>	<b>238.662.330</b>	<b>100,00</b>

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência na página 693 deste Prospecto.

### Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

**Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento em participações constituído nos termos da regulamentação da CVM, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 33.701.229/0001-02, neste ato representado por seu administrador, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, devidamente autorizada pela CVM para prestar serviços de administração de recursos de terceiros, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 67.030.395/0001-46.

**Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez**, mexicano, casado, economista, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V579187-W, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no CPF/ME sob o nº 233.589.278-90, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**Robson Alessandro Munhoz**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.967.454-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 127.945.608-67, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**Thiago Grechi**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2060411754, expedida pela SJS/II RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 934.537.870-72, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**Rodrigo Landgraf De Souza Leão**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 03236219601, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 252.986.628-70, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**David Abuhab**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.091.262, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 040.324.319-06, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**Emerson Tobar Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.186.400-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 142.232.518-05, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

**Paulo Pereira Lucena Junior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.271.017, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 176.319.768-99, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105.

### Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante <sup>(1)</sup> (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup> (R\$)
Companhia.....	75.000.000	337.500.000,00	307.104.513,29
Zaphira.....	18.160.144	81.720.648,00	76.745.954,43
Eduardo Víctor Luis Ragasol Alvarez.....	161.134	725.103,00	680.962,81
Robson Alessandro Munhoz.....	160.873	723.928,50	679.859,80
Thiago Grechi.....	121.729	547.780,50	514.434,70
Rodrigo Landgraf De Souza Leão.....	116.818	525.681,00	493.680,50
David Abuhab.....	107.424	483.408,00	453.980,84
Emerson Tobar Silva.....	85.939	386.725,50	363.183,83
Paulo Pereira Lucena Junior.....	85.939	386.725,50	363.183,83
<b>Total.....</b>	<b>94.000.000</b>	<b>423.000.000,00</b>	<b>387.399.754,02</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$4,50, fixado após o Procedimento de *Bookbuilding*.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante <sup>(1)</sup> (R\$)	Recursos Líquidos <sup>(1)(2)</sup> (R\$)
Companhia.....	75.000.000	337.500.000,00	307.102.644,69
Zaphira.....	31.636.884	142.365.978,00	133.699.537,72
Eduardo Víctor Luis Ragasol Alvarez.....	280.713	1.263.208,50	1.186.311,47
Robson Alessandro Munhoz.....	280.258	1.261.161,00	1.184.388,61
Thiago Grechi.....	212.065	954.292,50	896.200,54
Rodrigo Landgraf De Souza Leão.....	203.509	915.790,50	860.042,32
David Abuhab.....	187.143	842.143,50	790.878,54
Emerson Tobar Silva.....	149.714	673.713,00	632.701,14
Paulo Pereira Lucena Junior.....	149.714	673.713,00	632.701,14
<b>Total.....</b>	<b>108.100.000</b>	<b>486.450.000,00</b>	<b>446.985.406,17</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$4,50, fixado após o Procedimento de *Bookbuilding*.

<sup>(2)</sup> Deduzidas as comissões, despesas, tributos e outras retenções da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

### Descrição da Oferta

A Oferta consiste na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.



Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até 14.100.000 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 36 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (**“Ações do Lote Suplementar”**), conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta (**“Opção de Ações do Lote Suplementar”**). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia tenha sido tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não são objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, não houve a possibilidade de colocação de ações adicionais prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

As Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e observadas as disposições descritas na página 51 deste Prospecto. As Ações que foram objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

### **Aprovações Societárias**

A aprovação do protocolo do pedido de registro e a realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESC em 15 de outubro de 2020, sob o nº 20202894010 e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina DOESC e no jornal “A Notícia” em 16 de outubro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2020, cuja ata será arquivada para registro na JUCESC e foi publicada no jornal “A Notícia” e no DOESC na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária pelo Zaphira (incluindo a venda de suas respectivas Ações do Lote Suplementar), bem como seus termos e condições, foi aprovada pelo Comitê de Investimentos do Zaphira em reuniões realizadas em 13 de outubro de 2020, 08 de dezembro de 2020 e em 15 de dezembro de 2020, nos termos do artigo 35 de seu regulamento.

Não foi necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária, incluindo a venda das Ações do Lote Suplementar, a fixação do Preço por Ação e sua justificação.

## Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidaram as Instituições Consorciadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

## Preço por Ação

No contexto da Oferta, o Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não houve diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.**

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, em até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), foi permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional puderam realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estivessem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 64 deste Prospecto.**

**A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário”, na página 62 deste Prospecto.**

#### **Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta**

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), um montante de até 94.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 39,39% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, um montante de até 108.100.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 45,29% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para maiores informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 34 deste Prospecto.

#### **Custos de Distribuição**

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas exclusivamente pela Companhia. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Valor total<sup>(1)(10)</sup></b> <i>(R\$)</i>	<b>% em relação ao Valor</b> <b>Total da Oferta<sup>(10)</sup></b>	<b>Custo unitário por</b> <b>Ação<sup>(10)</sup></b> <i>(R\$)</i>
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	2.961.000,00	0,70%	0,03
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	8.883.000,00	2,10%	0,09
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	2.961.000,00	0,70%	0,03
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	8.460.000,00	2,00%	0,09
<b>Total de Comissões.....</b>	<b>23.265.000,00</b>	<b>5,50%</b>	<b>0,25</b>
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	2.484.861,65	0,59%	0,03
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,15%	0,01
Taxa de Registro na B3.....	303.298,26	0,07%	0,00
Taxa de Registro na ANBIMA.....	12.457,35	0,00%	0,00
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta.....</b>	<b>950.384,33</b>	<b>0,22%</b>	<b>0,01</b>
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	4.000.000,00	0,95%	0,04
Despesas com Auditores Independentes.....	2.900.000,00	0,69%	0,03
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	2.000.000,00	0,47%	0,02
<b>Total de Outras Despesas da Oferta.....</b>	<b>8.900.000,00</b>	<b>2,10%</b>	<b>0,09</b>
<b>Total de Despesas da Oferta.....</b>	<b>9.850.384,33</b>	<b>2,33%</b>	<b>0,10</b>
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta.....</b>	<b>35.600.245,98</b>	<b>8,42%</b>	<b>0,38</b>

(1) Com base no Preço por Ação.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 2,00% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar:

<b>Comissões e Despesas</b>	<b>Valor total<sup>(1)(10)</sup></b>	<b>% em relação ao Valor Total da Oferta<sup>(10)</sup></b>	<b>Custo unitário por Ação<sup>(10)</sup></b>
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
<b>Comissões da Oferta<sup>(2)</sup></b>			
Comissão de Coordenação <sup>(3)</sup> .....	3.405.150,00	0,70%	0,03
Comissão de Colocação <sup>(4)</sup> .....	10.215.450,00	2,10%	0,09
Comissão de Garantia Firme <sup>(5)</sup> .....	3.405.150,00	0,70%	0,03
Remuneração de Incentivo <sup>(6)</sup> .....	9.729.000,00	2,00%	0,09
<b>Total de Comissões.....</b>	<b>26.754.750,00</b>	<b>5,50%</b>	<b>0,25</b>
<b>Despesas da Oferta<sup>(7)</sup></b>			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	2.857.590,90	0,59%	0,03
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,13%	0,01
Taxa de Registro na B3.....	303.298,26	0,06%	0,00
Taxa de Registro na ANBIMA.....	14.325,95	0,00%	0,00
<b>Total de Despesas com Taxas da Oferta.....</b>	<b>952.252,93</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,01</b>
Despesas com Advogados <sup>(8)</sup> .....	4.000.000,00	0,82%	0,04
Despesas com Auditores Independentes.....	2.900.000,00	0,60%	0,03
Outras Despesas <sup>(9)</sup> .....	2.000.000,00	0,41%	0,02
<b>Total de Outras Despesas da Oferta.....</b>	<b>8.900.000,00</b>	<b>1,83%</b>	<b>0,08</b>
<b>Total de Despesas da Oferta.....</b>	<b>9.852.252,93</b>	<b>2,03%</b>	<b>0,09</b>
<b>Total de Comissões e Despesas da Oferta.....</b>	<b>39.464.593,83</b>	<b>8,11%</b>	<b>0,37</b>

(1) Com base no Preço por Ação.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(3) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até 2,00% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

### **Estabilização do Preço das Ações**

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado pela B3 e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização está disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto.

### **Características das Ações**

As Ações conferem a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;
- observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável;
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia alienante(s), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);
- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;
- no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência, na página 719 deste Prospecto.

### **Público Alvo da Oferta**

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

### **Procedimento da Oferta**

Tendo em vista a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização do Prospecto Preliminar, incluindo o Formulário de Referência, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos nas páginas 36 deste Prospecto, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaboraram um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levou em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta asseguraram: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício-Circular SRE nº 01/2020 da CVM, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

### **Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.**

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 56 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário.

A Companhia contratou o Formador de Mercado por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, tendo por objeto o exercício de atividade de formador de mercado (*market maker*) das Ações, com a finalidade de fomentar a liquidez das Ações no mercado secundário mediante a existência de ordens firmes diárias de compra e venda para as Ações, por meio dos ambientes administrados e operacionalizados pela B3, pelo prazo de 12 meses contado da data de celebração, prorrogável automaticamente por iguais períodos.

### **Oferta de Varejo**

A Oferta de Varejo foi realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizaram solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, não foram cancelados.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% da totalidade das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado.

Considerando que a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais foi superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, houve rateio, conforme disposto na alínea (f) abaixo.



Os Pedidos de Reserva foram efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irreatável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 47, 49 e 52, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta realizou a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional tenha estipulado um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e, posteriormente, no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 16 e 59, respectivamente, deste Prospecto e, posteriormente, no Prospecto Definitivo, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência; (ii) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;**
- (b) **os Investidores Não Institucionais indicaram, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas;

- (c) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações subscritas/adquiridas pelos Investidores Não Institucionais, serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (f) abaixo;
- (d) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (e) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 47, 49 e 52, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de rateio prevista na alínea (f) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (f) tendo em vista que o total das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais foi superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, houve rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, até o limite de R\$3.000,00 por Investidor Não Institucional, desconsiderando-se as frações de Ações; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, foi efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações.

**Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 47, 49 e 52, respectivamente, deste Prospecto.**

**Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.**

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

## **Oferta Institucional**

A Oferta Institucional é realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não foram colocadas na Oferta de Varejo, foram destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não tendo sido estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional assumiu a obrigação de verificar se cumpriu com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, excedeu o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atenderam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante preenchimento e assinatura do boletim de subscrição e/ou do contrato de compra e venda, conforme o caso, cujo modelo foi previamente apresentado à CVM e informa ao Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

## **Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta**

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

## **Suspensão ou Cancelamento da Oferta**

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até as 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

## **Prazo de Distribuição**

O prazo para a distribuição das Ações é (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“**Prazo de Distribuição**”).

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em 16 de junho de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

## **Liquidação**

A liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início (“**Data de Liquidação**”), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado da data de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar (“**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**”).

As Ações e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

## Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de integralizar/liquidar na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição (“**Garantia Firme de Liquidação**”).

Caso as Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição. A Garantia Firme de Liquidação se tornou vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria “A” pela CVM, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 41 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

<b>Coordenadores da Oferta</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Percentual</b>
		(%)
Coordenador Líder .....	47.000.000,00	50,00
Citi .....	28.200.000,00	30,00
UBS BB .....	18.800.000,00	20,00
<b>Total.....</b>	<b>94.000.000,00</b>	<b>100,00</b>

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

## **Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional**

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior*”, na página 62 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*” na página 56 deste Prospecto.

## **Violações de Normas de Conduta**

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e boletins de subscrição/contratos de compra e venda que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição e/ou contratos de compra e venda. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição e/ou contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

## **Listagem e Negociação das Ações no Novo Mercado da B3**

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "NGRD3". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.



A Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, em 15 de dezembro de 2020, por meio do qual a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item “17.5 – Outras informações relevantes” do Formulário de Referência na página 719 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

**Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência na página 451 deste Prospecto, e o item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir da página 59 deste Prospecto Preliminar.**

#### **Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)**

Durante o período que se inicia na data de assinatura dos Instrumentos de *Lock-up* e termina 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, os Administradores e os Acionistas Vendedores, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, estarão obrigados a, direta ou indiretamente, não adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção ou contratar a venda, conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra, ou de outra forma transferir, ou dispor, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, um pedido de registro (ou equivalente), nos termos do *Securities Act* ou das leis brasileiras, envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, independentemente se tais operações descritas acima tenham que ser liquidadas pela entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* ou outros valores mobiliários, em dinheiro ou de outra forma; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) e (iii). Adicionalmente, se comprometem a não exigir ou exercer qualquer direito referente ao registro de quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.

Adicionalmente, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, exceto mediante prévio consentimento por escrito de cada um dos Agentes de Colocação Internacional, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, a Companhia não irá, direta ou indiretamente, adotar qualquer uma das seguintes ações com relação a qualquer dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*: (i) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, empenhar, emprestar, realizar venda a descoberto (*short-sale*) ou de outra forma dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) oferecer, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou conceder qualquer opção, direito ou garantia de compra por Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outro contrato que transfira, no todo ou em parte, quaisquer das consequências econômicas da propriedade de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iv) realizar ou aumentar uma posição de venda ou equivalente ou liquidar ou reduzir uma posição de compra ou equivalente de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, nos termos da Section 16 do *Securities Act*; (v) arquivar ou submeter, ou fazer com que seja arquivado ou submetido, perante a SEC um pedido de registro, nos termos do *Securities Act*, envolvendo quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (vi) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (v).

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 60 deste Prospecto.**

#### **Instituição Financeira Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

#### **Cronograma Tentativo da Oferta**

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da concessão dos registros da Oferta junto à CVM:

<b>#</b>	<b>Eventos</b>	<b>Data<sup>(1)</sup></b>
1.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	16 de dezembro de 2020
2.	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	17 de dezembro de 2020
3.	Data de Liquidação	18 de dezembro de 2020
4.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	15 de janeiro de 2021
5.	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	19 de janeiro de 2021
6.	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	16 de junho de 2021

<sup>(1)</sup> Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Foi admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 55 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 50 deste Prospecto.

### **Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta**

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS INDICADOS ABAIXO.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

### **Companhia**

[ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com) (neste *website*, acessar selecionar o título do documento correspondente).

### **Coordenadores da Oferta**

#### **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**

<https://www.credit-suisse.com/br/pt/investment-banking.html> (neste *website*, no item “Ofertas”, e, então, clicar no título do documento correspondente ao lado de “Neogrid Participações S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária da Neogrid Participações S.A.”).

#### **Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Neogrid Participações S.A.” e, a seguir, clicar em “2020”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

#### **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

[https://www.ubs.com/br/pt/ubs\\_corretora/ofertas-publicas.html](https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html) (neste *website*, clicar no título do documento correspondente).

## **INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

### **Comissão de Valores Mobiliários**

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website*, clicar em “Central de Sistemas”, posteriormente no campo “Informações sobre Companhias”, selecionar “Informações periódicas e eventuais (ITR, DFP, DF, FRE, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros)”. Nesta página digitar “Neogrid” e, em seguida, clicar em “Continuar” e, na sequência, em “Neogrid Participações S.A.”. Ato contínuo, na opção “Período de Entrega” selecionar um período que se inicie, no máximo, na data deste Anúncio de Início. Em sequência, na opção “Categoria”, escolher “Documentos de Oferta de Distribuição Pública”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

### **B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

[www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/) (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Neogrid Participações S.A.”, link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

### **Informações Adicionais**

**É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, nas páginas 16 e 59, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” constante do Formulário de Referência, na página 451 deste Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter acesso ao Prospecto Definitivo, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão dirigir-se, a partir da data de disponibilização deste Anúncio de Início aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Prospecto Definitivo, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

### **COMPANHIA**

#### **Neogrid Participações S.A.**

Av. Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio  
89218-105, Joinville, SC  
At.: Thiago Grechi  
Tel.: +55 (47) 3043-7400  
[ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com) (neste *website*, acessar “Prospecto Definitivo”).

### **COORDENADORES DA OFERTA**

#### **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º (partes) andares  
04542-000, São Paulo, SP  
At.: Sr. Eduardo de la Peña  
Tel.: +55 (11) 3701-6401  
<https://www.credit-suisse.com/br/pt/investment-banking.html> (neste *website*, no item “Ofertas”, e, então, clicar no título do documento correspondente ao lado de “Neogrid Participações S.A. – Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária da Neogrid Participações S.A.”).

**Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar  
01311-920, São Paulo, SP

At.: Sr. Marcelo Millen

Tel.: +55 (11) 4009-2011

<https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html> (neste *website*, clicar em “Neogrid Participações S.A.” e, a seguir, clicar em “2020”, na sequência, clicar em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)” e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

**UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar  
04538-132, São Paulo, SP

At.: Sr. Anderson Brito

Tel.: +55 (11) 2767-6506

[https://www.ubs.com/br/pt/ubs\\_corretora/ofertas-publicas.html](https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html) (neste *website*, clicar no link do Prospecto Definitivo).

**INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS**

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

O Prospecto Definitivo também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - neste *website*, clicar em “Central de Sistemas”, posteriormente no campo “Informações sobre Companhias”, selecionar “Informações periódicas e eventuais (ITR, DFP, DF, FRE, Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercados, entre outros)”. Nesta página digitar “Neogrid” e, em seguida, clicar em “Continuar” e, na sequência, em “Neogrid Participações S.A.”. Ato contínuo, na opção “Período de Entrega” selecionar um período que se inicie, no máximo, na data deste Anúncio de Início. Em sequência, na opção “Categoria”, escolher “Documentos de Oferta de Distribuição Pública”. Ato contínuo, na opção “Período de Entrega” selecionar um período que se inicie, no máximo, na data deste Aviso ao Mercado. Em sequência, na opção “Categoria”, escolher “Documentos de Oferta de Distribuição Pública” e, em seguida, “Prospecto Definitivo”, posteriormente, clicar em “Visualizar o Documento” ou “Download”); e (ii) **B3** ([http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/) – neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “Neogrid Participações S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Definitivo”).

**Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Rule 144A* do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.**

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta”, na página 64 deste Prospecto.

**LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 16 E 59, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA NA PÁGINA 451 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.**

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

“Os registros da Oferta não implicam, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas.”

## FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

***O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia” na página 16 deste Prospecto e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, na página 451 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras, informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 209.***

*As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.*

*Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou lhe “afetará adversamente” ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.*

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.***

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (“COVID-19”), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

***Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Em 30 de outubro de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$4 trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R\$34 bilhões, segundo dados da B3 e da Bloomberg. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 28% do volume total de ações negociadas na B3 nos últimos 6 meses, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$43 trilhões em 30 de outubro de 2020 e um volume diário médio de negociação de, aproximadamente, US\$443 bilhões nos últimos 6 meses.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, conseqüentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

***A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo acionista controlador, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de Lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.***

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores se comprometeram, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e nos respectivos Instrumentos de Lock-up, durante o período de 180 dias contados da data do Contrato de Colocação Internacional, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.



Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (Lock-up)” na página 53 deste Prospecto.

***Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.***

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 52 deste Prospecto.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.***

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

***A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.***

O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

***Investidores que subscreverem/adquirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.***

O Preço por Ação foi fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 84 deste Prospecto.

***A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.***

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e os Acionistas Vendedores e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos Offering Memoranda, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

***Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem afetar adversamente a economia e o mercado de capitais brasileiro, inclusive os negócios da Companhia e o preço de mercado de seus valores mobiliários.***

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias por parte do governo brasileiro cria instabilidade na economia nacional, aumentando a volatilidade do mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão em curso após um cenário econômico de baixo crescimento no Brasil e outros eventos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação das Ações.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Eventual aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

***Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os atuais Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de 56,01% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

***A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400.

***Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.***

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a conseqüente alteração de seu cronograma.

***A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.***

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos pelos investidores no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto.

## APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

### Coordenador Líder

O Credit Suisse foi fundado em Zurich, na Suíça, em 1856, e possui operações em 50 países e 46.840 empregados de mais de 170 países. A estratégia do Credit Suisse consiste em ser um dos líderes globais em gestão de fortunas com excelentes capacidades de Investment Banking.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: International Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets, Swiss Universal Bank e Asia Pacific.

### Uma história de sucesso no Brasil

Em 1959, com a abertura de um escritório de representações do então CS SKA, o Credit Suisse estabeleceu a sua presença no Brasil. Em 1990, o Banco de Investimento Credit Suisse First Boston estabeleceu sua presença no País. Em 1998, o Credit Suisse adquiriu o Banco Garantia (fundado em 1971), e posteriormente, em 2006, a Hedging-Griffo (fundada em 1981), criando a Credit Suisse Hedging-Griffo. Atualmente, o Credit Suisse no Brasil oferece uma completa linha de produtos e serviços financeiros por meio de suas divisões locais de Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets e Global Markets.

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil; além de ser o assessor de pessoas físicas e investidores institucionais, oferecendo uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Os ratings do Credit Suisse no Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

### Investment Banking & Capital Markets no Brasil

O Credit Suisse tem conhecimento local e experiência em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking na América Latina desde 2005 (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de julho de 2020).

**Líder em fusões e aquisições:** O Credit Suisse é líder no ranking de Fusões e Aquisições (M&A) na América Latina, entre 2005 e 2020, com volume de US\$393 bilhões, em transações acima de US\$100 milhões (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic. Considera transações anunciadas acima de US\$100 milhões entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de julho de 2020).

**Líder em emissões de ações:** No segmento de Ofertas de Ações (ECM) na América Latina, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2020, com volume de US\$43 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de julho de 2020).

**Líder em IPOs:** No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) na América Latina, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2020, com volume de US\$26 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de julho de 2020).

### Líder em corretagem de ações

A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos cinco anos em negociação de ações do Ibovespa no Brasil, com uma participação de 21,0% no período. (Fonte: Bloomberg. Considera apenas companhias negociadas no índice Ibovespa).

A Corretora do Credit Suisse tem foco no atendimento a clientes estrangeiros (não residentes) e institucionais, atua em negociação de ações e opções, negociação eletrônica, colocações de ações em blocos, IPOs e “follow-ons”, estruturação de derivativos de renda variável e elaboração e distribuição de análises fundamentalistas (setorial e por empresas alvo de investimentos).

A Corretora do Credit Suisse trabalha em conjunto com uma experiente equipe de vendas da América Latina, com vendedores no Brasil e nos Estados Unidos e tem o apoio de uma das mais reconhecidas equipes de análise de ações da América Latina.

#### Wealth Management no Brasil

O Private Banking da CSHG administra R\$118 bilhões e é um dos principais administradores de recursos no segmento de wealth management no Brasil (Fonte: Credit Suisse Hedging-Griffo. Patrimônio Administrado: AUM (Assets under Management) e AUA (Assets under Advisory). A estratégia de gestão na CSHG é a de ter bankers exclusivamente dedicados para cuidar dos interesses patrimoniais de seus clientes, oferecendo expertise e soluções inovadoras em:

**Gestão de portfólios exclusivos e produtos diferenciados:** Participação do CIO do Private Banking Brasil no comitê global de investimentos do Credit Suisse, definição dos cenários internacional e local para elaboração do asset allocation estratégico e tático da CSHG, gestão de mais de 900 produtos e portfólios exclusivos.

**Proximidade direta ao time de gestão e especialistas:** Equipe multidisciplinar incluindo estrategistas, economistas, investors, analistas de empresas e traders, e um investidor/especialista dedicado a cada portfólio exclusivo com foco em enquadramento do portfólio às condições do mercado, visando alocação estrutural e tática.

**Acesso à plataforma global de investimentos:** Expertise e pioneirismo em seleção de oportunidades em ativos líquidos e ilíquidos globais e locais, composições e alternativas de investimento, com a incorporação e experiência dos relatórios de research do Credit Suisse Global.

**Filosofia de gestão e controle de riscos:** Análise e monitoramento completos de produtos e ativos, transparência e detalhamento em relatórios gerenciais de conta e fundos, sistema proprietário de gestão, monitoramento e controle de mandatos personalizados para fundos exclusivos de acordo com os objetivos de cada família.

**Expertise para desenvolver soluções de investimento em:** Wealth Advisory (Planejamento sucessório, patrimonial e investimentos sociais via nosso Instituto CSHG); Estruturas exclusivas (Fundos restritos e estruturados, abertos e fechados); Fundos de investimento (Fundos de investimento próprios e do mercado); Soluções estruturadas (Estruturas de investimento, proteção (*hedge*), empréstimos e emissão de dívida); Operações de renda fixa e variável (Títulos públicos, títulos privados, ações, derivativos e câmbio); Investimentos alternativos (Fundos imobiliários, Private Equity & Venture Capital, Club Deals, ativos estressados e infraestrutura); Produtos de previdência (Fundos de investimento previdenciários).

#### CSHG Real Estate - Produtos imobiliários

A área de Investimentos Imobiliários da Credit Suisse Hedging-Griffo iniciou suas operações em 2003, com o objetivo de prover aos clientes alternativas de investimentos no mercado imobiliário por meio de estruturas e instrumentos sofisticados do mercado de capitais.

Atualmente, a CSHG possui produtos imobiliários voltados para os segmentos comercial (escritórios e imóveis corporativos), logístico e industrial e recebíveis imobiliários.

## Responsabilidade social e cultural

O Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo (Instituto CSHG) é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil. O Instituto CSHG seleciona criteriosamente projetos sociais, primordialmente na área da educação, e acompanha sua execução de forma próxima e permanente.

Em 2018, completou 15 anos de existência, tendo apoiado mais de 190 organizações sem fins lucrativos e investido R\$36 milhões nesse período.

Atualmente, alguns dos parceiros do Instituto CSHG são: Instituto Proa, Fundo de Bolsas do Insper, Fundação Estudar, Banco da Providência, entre outros.

### **Citi**

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.



O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R\$120.2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R\$2.2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R\$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R\$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R\$1.2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R\$9.8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R\$2.4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R\$3.2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R\$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R\$143.8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R\$11.5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R\$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R\$5.5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R\$2.6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R\$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R\$2.0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1.2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R\$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$5.0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R\$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2.7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R\$1.2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$5.1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$3.0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1.4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R\$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R\$1.1 bilhões (abril de 2019), (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$2.7 bilhões (abril de 2019), (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R\$3.7 bilhões (junho de 2019), (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R\$2.5 bilhões (julho de 2019), (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$7.4 bilhões (julho de 2019), (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R\$9.6 bilhões (julho de 2019), (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R\$2.7 bilhões (outubro de 2019), (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R\$1.8 bilhões (outubro de 2019), (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R\$9.3 bilhões (dezembro de 2019), (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R\$5.0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R\$1.8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no montante de R\$22.0 bilhões (fevereiro de 2020).

## **UBS BB**

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US\$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs”, “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como “Best Global Private Bank” pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R\$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R\$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R\$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US\$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

## RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Em 30 de novembro de 2020, o Credit Suisse, na qualidade de agente de compensação, e a Corretora, na qualidade de formadora de mercado, celebraram com a Companhia contrato para a prestação de serviços de formador de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia (NGRD3). Exceto pelo descrito acima e no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 39 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Citi e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- a Companhia presta serviços de EDI (*Electronic Data Interchange*), ou seja, a tradução de arquivos de pagamento/cobrança/extrato para o Banco Citibank S.A.;
- a Companhia presta serviços de ARMS (*Account Receivables Matching Services*), ou seja, a consolidação dos dados pagamentos de clientes em arquivos para reconciliação para o Banco Citibank S.A.; e
- a Companhia presta serviços de armazenamento dados para produto de Trade para o Banco Citibank S.A.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Citi e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 64 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 39 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 64 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 39 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## **RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA**

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder**

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Citi**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Citi e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.



O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme o caso. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme o caso com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Citi e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Citi poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Citi como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

#### **Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB**

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme o caso. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 39 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

## INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

### Companhia

---

#### Neogrid Participações S.A.

Av. Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio  
89218-105, Joinville, SC  
At.: Thiago Grechi  
Tel.: +55 (47) 3043-7400  
ri.neogrid.com

### Acionistas Vendedores

---

#### Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar  
05426-100, São Paulo, SP  
At.: Maria Tereza Martins Dib  
Tel.: +55 (11) 2197-4553

#### Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### Robson Alessandro Munhoz

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### Thiago Grechi

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### Rodrigo Landgraf de Souza Leão

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### David Abuhab

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### Emerson Tobar Silva

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

#### Paulo Pereira Lucena Junior

Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar  
89218-105, Joinville, SC  
Tel.: +55 (47) 3043-7400

## Coordenadores da Oferta

---

### Coordenador Líder

#### **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º (partes) andares 04542-000, São Paulo, SP  
At.: Sr. Eduardo de la Peña  
Tel.: +55 (11) 3701-6401  
[www.credit-suisse.com/br/pt/](http://www.credit-suisse.com/br/pt/)

#### **Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Paulista, nº 1.111, 16º andar 01311-920, São Paulo, SP  
At.: Sr. Marcelo Millen  
Tel.: +55 (11) 4009-2011  
[corporateportal.brazil.citibank.com](http://corporateportal.brazil.citibank.com)

#### **UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar 04538-132, São Paulo, SP  
At.: Sr. Anderson Brito  
Tel.: +55 (11) 2767-6506  
[www.ubs.com/br/](http://www.ubs.com/br/)

---

### Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

#### **Lefosse Advogados**

Rua Tabapuã, 1.277, nº 14º andar 04533-014, São Paulo, SP  
At.: Sr. Rodrigo Junqueira / Sra. Jana Araujo  
Tel.: +55 (11) 3024-6100  
[www.lefosse.com](http://www.lefosse.com)

---

### Consultores Legais Locais da Companhia

#### **Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados**

Rua Funchal, 418 - 11º andar 04551-060, São Paulo, SP  
At.: Sr. Alexandre Barreto / Sra. Ana Paula Calil  
Tel.: +55 (11) 3089-6500  
[www.cesconbarrieu.com.br](http://www.cesconbarrieu.com.br)

---

### Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

#### **Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311, 7º andar 04538-133, São Paulo, SP  
At.: Sr. J. Mathias von Bernuth  
Tel.: +55 (11) 3708-1820  
[www.skadden.com](http://www.skadden.com)

---

### Consultores Legais Externos da Companhia

#### **Simpson Thacher & Bartlett LLP**

Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455 – 12º andar, Sala 121 04543-011, São Paulo, SP  
At.: Sr. Grenfel Calheiros  
Tel.: +55 (11) 3546-1000  
[www.stblaw.com](http://www.stblaw.com)

---

## Audidores Independentes

#### **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes**

Av. Rio Branco, 847, sala 401 88015-205, Florianópolis, SC  
At.: Sr. Leandro Camilo  
Tel.: +55 (48) 3212-0200  
[www.pwc.com.br](http://www.pwc.com.br)

### Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 137.

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas, devidas no âmbito da Oferta pela Companhia, serão da ordem de R\$307.104.513,29 com base no Preço por Ação de R\$4,50, sem considerar o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, *vide* a seção “Informações sobre a Oferta – Custos de distribuição” na página 39 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições; e (ii) investimentos para crescimento orgânico, principalmente em pesquisa e desenvolvimento, marketing e vendas.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da Destinação dos Recursos Líquidos provenientes da Oferta Primária:

<b>Destinação dos Recursos</b>	<b>Percentual de alocação</b>	<b>Valor Estimado Líquido<sup>(1)(2)</sup></b>
		<i>(em Reais)</i>
Fusões e Aquisições .....	80%	245.683.610,63
Investimento P&D, Marketing e vendas .....	20%	61.420.902,66
<b>Total.....</b>	<b>100,00%</b>	<b>307.104.513,29</b>

<sup>(1)</sup> Calculado com base no Preço por Ação de R\$4,50.

<sup>(2)</sup> Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

Aproximadamente 80% dos recursos líquidos a serem captados no âmbito da Oferta Primária serão destinados para investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições. A Companhia monitora constantemente e de forma seletiva, oportunidades no seu setor de atuação. A Companhia mantém constante análise de viabilidade de negócios, contudo não possui nenhuma negociação em estágio conclusivo e/ou com documentos vinculantes e não pode prever o momento em que essas potenciais aquisições serão efetivadas e nem o valor destinado para cada uma das aquisições.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

A Destinação de Recursos Líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, expectativas sobre eventos futuros e tendências, além de outros fatores que não se pode antecipar (*e.g.* como resultado da pandemia COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a Destinação de Recursos Líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação do seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária em sua situação patrimonial, *vide* a seção “Capitalização”, na página 83 deste Prospecto.

### **Oferta Secundária**

A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável), por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

## CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta pelo patrimônio líquido total da Companhia, e indicam: (i) a posição efetiva 30 de setembro de 2020; (ii) o valor ajustado para considerar os recursos líquidos estimados da Oferta Primária em R\$307.104.513,29 (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, a serem recebidos pela Companhia em função da Oferta Primária.

As informações abaixo, referentes à coluna “Efetivo”, foram extraídas das informações contábeis intermediárias da Companhia, relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil).

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “10. Comentários dos Diretores” e “4.1 e 4.2. Fatores de Risco” do Formulário de Referência da Companhia nas páginas 439, 574 e 451 respectivamente deste Prospecto, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 anexo a este Prospecto a partir da página 209 e informações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 anexo a este Prospecto a partir da página 155.

	Em 30 de setembro de 2020	
	Efetivo	Ajustado <sup>(1)</sup>
	<i>(em R\$ mil)</i>	
Empréstimos e Financiamentos (Circulante) .....	26.947	26.947
Empréstimos e Financiamentos (Não Circulante).....	85.348	85.348
Passivo de Arrendamento (Circulante) .....	3.395	3.395
Passivo de Arrendamento (Não-Circulante) .....	2.029	2.029
Total do Patrimônio Líquido .....	137.186	444.291
<b>Capitalização Total<sup>(2)</sup> .....</b>	<b>254.905</b>	<b>562.010</b>

<sup>(1)</sup> Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), estimados em R\$307.104.513,29, considerando o Preço por Ação de R\$4,50, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

<sup>(2)</sup> Capitalização total corresponde à soma total de Empréstimos e Financiamentos, Passivos de Arrendamento e o Patrimônio Líquido nas datas indicadas.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

## DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor consolidado do patrimônio líquido da Companhia era de R\$137.186 mil e o valor patrimonial por Ação da Companhia, na mesma data, era de R\$0,89, o qual, considerando a entrega de 7.005.439 de ações que estavam em tesouraria a determinados beneficiários do Plano (conforme abaixo definido) em 30 de outubro de 2020, passou a ser de R\$0,85. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações de sua emissão naquela data, exceto pelas ações em tesouraria.

Considerando-se a subscrição de 75.000.000 ações objeto da Oferta Primária, pelo Preço por Ação de R\$4,50, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, seu patrimônio líquido ajustado em 30 de setembro de 2020, seria de R\$444.291 mil, representando um valor de R\$1,88 por Ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por Ação de R\$0,99 para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por Ação de R\$3,51 para os novos investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção “Informações Sobre à Oferta – Custos de distribuição”, na página 39 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, após a conclusão da Oferta.

	<b>Após a Oferta</b>
	<i>(em Reais, exceto porcentagens)</i>
Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	4,50
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 (ex-tesouraria) .....	0,89
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a entrega de de 7.005.439 de ações no âmbito do Plano (ex-tesouraria).....	0,85
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a entrega de de 7.005.439 de ações no âmbito do Plano e a Oferta Primária (ex-tesouraria).....	1,88
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação para os atuais acionistas.....	0,99
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para novos investidores <sup>(2)(3)</sup> .....	3,51
<b>Percentual de diluição imediata resultante da Oferta<sup>(2)(3)</sup> .....</b>	<b>78,00%</b>

<sup>(1)</sup> Com base no Preço por Ação de R\$4,50.

<sup>(2)</sup> Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

<sup>(3)</sup> O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das Ações e foi fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, vide seção “Informações sobre a Oferta” na página 34 deste Prospecto.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem na alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.



## Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020 (“Plano”). São elegíveis ao Plano os diretores e principais executivo da Companhia, incluindo colaboradores que façam parte do plano de sucessão de liderança e/ou que tenham alcançado uma avaliação de desempenho satisfatória nos últimos 2 ciclos, conforme prática de avaliação de desempenho estabelecida pela Companhia (“Beneficiário”).

As outorgas do direito ao recebimento de ações são realizadas mediante a celebração de instrumentos particulares de opção de aquisição de ações celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, por meio dos quais a Companhia outorga uma opção de aquisição de ações ao Beneficiário (“Contrato de Outorga”). Os Contratos de Outorga preveem, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de ações a que o Beneficiário terá direito no âmbito do respectivo Contrato de Outorga; (ii) os termos e condições para a aquisição dessas Ações; e (iii) determinadas obrigações decorrentes da aquisição de ações pelo Beneficiário.

O Plano previa, originalmente, apenas a possibilidade de outorga de opções para aquisição de ações preferencias da Companhia, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal. Em 19 de outubro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada **(i)** a outorga de opções para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito do Plano; **(ii)** o aditamento aos Contratos de Outorga já celebrados para prever, dentre outros, (a) a possibilidade de entrega ao Beneficiário de ações ordinárias de emissão da Companhia, e (b) o término, em caso de liquidação de oferta pública inicial de ações ordinárias pela Companhia, de determinadas disposições do Contrato de Outorga que continham obrigações impostas aos Beneficiários em razão da aquisição de ações; e **(iii)** a celebração de novos Contratos de Outorga.

Em razão da celebração dos novos Contratos de Outorga, em 19 de outubro de 2020, foram outorgadas 1.800.000 opções no âmbito do Plano. Até a data deste Prospecto, 8.859.327 opções foram outorgadas para membros da diretoria estatutária da Companhia e para outros funcionários da Companhia. Até a data deste Prospecto, foram exercidas opções de ações correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia. Após as outorgas, um dos Beneficiários titular de opções correspondentes a 53.888 ações solicitou o seu desligamento da Companhia e, portanto, perdeu o direito de exercer tal opção de compra.

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e uma mil e trezentas e trinta) ações. Na data deste Prospecto, restavam 122.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano.

O preço para o exercício da opção é estabelecido nos Contratos de Outorga e equivale ao valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior à data do exercício da opção. Considera-se valor patrimonial da ação a divisão do valor do patrimônio líquido auditado da Companhia pelo número total de ações emitidas pela Companhia.

A Companhia deverá informar aos Beneficiários, até o dia 15 de março de cada exercício, o valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior. Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência na página 668 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, considerando (i) a emissão de 75.000.000 ações objeto da Oferta Primária; e (ii) o exercício de todas as opções passíveis de outorga, no âmbito do Plano.

Preço por Ação <sup>(1)</sup> .....	R\$4,50
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 (ex-tesouraria).....	154.281.000
Quantidade de ações de emissão da Companhia após a entrega de de 7.005.439 de ações no âmbito do Plano (ex-tesouraria) .....	161.286.439
Quantidade de ações de emissão da Companhia após conclusão da Oferta (ex-tesouraria).....	236.286.439
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano .....	1.922.003
Preço de exercício no âmbito do Plano <sup>(2)</sup> .....	R\$0,81
<b>Quantidade total de ações após emissões acima (ex-tesouraria) .....</b>	<b>238.208.442</b>
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 (ex-tesouraria) .....	R\$0,89
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir todos os eventos acima (ex-tesouraria).....	R\$1,87
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação para os atuais acionistas para refletir todos os eventos acima .....	R\$0,98
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para novos investidores para refletir todos os eventos acima <sup>(3)(4)</sup> .....	R\$3,52
<b>Percentual de diluição imediata resultante de todos os eventos acima<sup>(3)(4)</sup>.....</b>	<b>78,2%</b>

(1) Com base no Preço por Ação de R\$4,50.

(2) Com base no preço de exercício de R\$0,81 por ação ordinária, considerando o valor patrimonial das ações em 31 de dezembro de 2019.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão de todos os eventos descritos na tabela acima.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

## Histórico do preço pago por Administradores e Acionistas Controladores em subscrições/aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre o capital social da Companhia subscrito e/ou adquirido nos últimos cinco anos pela Companhia, por seus administradores, controladores ou detentores de opções:

Data	Subscritor/Adquirente	Natureza da Operação	Quantidade de Ações	Valor Total	Forma de integralização/liquidação	Valor por Ação
06/01/2017	Robson Alessandro Munhoz	Subscrição de Preferenciais	675.824	R\$3.127.500,00	Moeda corrente nacional (pagamento do saldo da aquisição da Bis Participações pela Neogrid Informática)	R\$4,6277
29/11/2018	Rodrigo Landgraf de Souza Leão	Subscrição de Ordinárias	157.098	R\$63.854,00	Conferência de 20.434 ações preferenciais de emissão da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	R\$0,4065
29/11/2018	Thiago Grechi	Subscrição de Ordinárias	239.232	R\$97.239,00	Conferência de 31.117 ações preferenciais de emissão da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	R\$0,4065
14/12/2018	Robson Alessandro Munhoz	Subscrição de Preferenciais	40.500	R\$16.461,00	Moeda corrente nacional	R\$0,4064
30/05/2019	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Preferenciais	4.404.078	R\$5.598.345,44	Aporte do YAFO Fundo de Investimento Multimercado I	R\$1,2712
30/05/2019	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	154.567.573	R\$196.482.139,38	Aporte do YAFO Fundo de Investimento Multimercado I	R\$1,2712
06/09/2019	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Preferenciais	150.000	R\$115.434,00	Moeda corrente nacional	R\$0,7696
17/01/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	1.603.679	R\$4.893.308,86	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0513
22/01/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	1.603.679	R\$4.894.981,43	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0523
30/01/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	1.603.679	R\$4.900.002,60	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0555
30/04/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	1.443.829	R\$4.453.050,99	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0842
29/05/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	721.916	R\$2.231.840,18	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0916
30/06/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	721.916	R\$2.236.644,01	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,0982
31/07/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	721.913	R\$2.245.373,74	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,1103
31/08/2020	Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Aquisição de Ordinárias	721.916	R\$2.250.768,07	Moeda corrente nacional - exercício opção venda por ex-acionistas Accera	R\$3,1178
19/10/2020	José Rogério Luiz	Aquisição de Ordinárias	450.000	R\$362.835,00	Moeda corrente nacional	R\$0,8063
30/10/2020	Thiago Grechi	Exercício de Opção no âmbito do Plano	898.133	R\$722.574,04	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	Rodrigo Landgraf de Souza Leão	Exercício de Opção no âmbito do Plano	898.133	R\$722.574,04	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	Robson Alessandro Munhoz	Exercício de Opção no âmbito do Plano	628.693	R\$505.801,75	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez	Exercício de Opção no âmbito do Plano	1.347.199	R\$1.083.860,66	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	David Abuhab	Exercício de Opção no âmbito do Plano	898.133	R\$722.574,04	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	Emerson Tobar Silva	Exercício de Opção no âmbito do Plano	718.506	R\$578.058,91	Moeda corrente nacional	R\$0,8045
30/10/2020	Paulo Pereira Lucena Junior	Exercício de Opção no âmbito do Plano	718.506	R\$578.058,91	Moeda corrente nacional	R\$0,8045

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO**

---

### **ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

**ATAS DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO ZAPHIRA REALIZADAS EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, 08 DE DEZEMBRO DE 2020 E 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA PELO ZAPHIRA (INCLUINDO A VENDA DE SUAS RESPECTIVAS AÇÕES DO LOTE SUPLEMENTAR)**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 10.139.870/0001-08

NIRE nº 42300036510

### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º.** A **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro.** Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo.** A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais ou representação em qualquer localidade do país ou do exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a participação em outras empresas ou sociedades, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, desde que observadas as restrições contidas no seu Estatuto Social; (ii) desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; (iii) a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; (iv) a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados; e (v) as atividades previstas nas alíneas (ii), (iii), e (iv) do objeto social poderão ser realizadas diretamente pela Sociedade ou indiretamente utilizando-se de franquias, distribuidores, consultorias ou outras empresas correlatas.

**Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 132.407.564,00 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e sete mil, e quinhentos e sessenta e quatro reais), dividido em 163.662.330 (cento e sessenta e três milhões, seiscentos e sessenta e duas mil, trezentas e trinta) todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro.** É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

**Parágrafo Segundo.** O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

**Parágrafo Terceiro.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

**Parágrafo Quarto.** Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. Os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites eventualmente fixados pela CVM.

**Artigo 6º.** A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até que seu valor alcance R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária.

**Parágrafo Primeiro.** O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

**Parágrafo Segundo.** Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

**Artigo 7º.** A Companhia poderá emitir ações, observado o limite do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, conforme faculta o Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

**Artigo 8º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

### **CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes.

**Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio de convocação. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo.** As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações, ou a regulamentação aplicável, exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

**Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração. Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer Diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o secretário da mesa, o qual poderá ser

acionista ou não da Companhia.

**Parágrafo Quarto.** Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, negando cômputo a votos proferidos com violação a tais acordos.

**Parágrafo Quinto.** Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral (i) documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física, ou atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; e (ii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e documento de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Parágrafo.

**Parágrafo Sexto.** Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral, munido dos documentos referidos no Parágrafo Quinto acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

**Parágrafo Sétimo.** As deliberações da Assembleia Geral de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei e no Regulamento do Novo Mercado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

**Parágrafo Oitavo.** As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Nono.** A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 10.** Compete à Assembleia Geral de acionistas, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de

Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

- (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- (viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;
- (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (x) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste Estatuto Social; e
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO IV** **ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 11.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

**Parágrafo Primeiro.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela

mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 33 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

**Parágrafo Terceiro.** Os administradores da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

**Parágrafo Quarto.** Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

**Artigo 12.** A Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenidos **(i)** os membros **(a)** do Conselho de Administração, **(b)** dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e **(c)** da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e **(ii)** os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

**Parágrafo Primeiro.** Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados **(i)** fora do exercício regular de suas atribuições, **(ii)** com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude, ou **(iii)** em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas, reembolsos e indenizações arcados pela Companhia, nos termos da legislação em vigor.

**Parágrafo Segundo.** As condições e as limitações da indenização objeto deste Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é de competência do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro.** Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais desembolsos ou ressarcimentos a serem realizados nos termos dos contratos de indenidade, observado que **(i)** o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos serão de sua competência e **(ii)** não poderão participar da

respectiva deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

## **CAPÍTULO V**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 13.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro.** O Conselho de Administração terá um Presidente e poderá ter um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

**Parágrafo Segundo.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

**Parágrafo Terceiro.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Artigo 14.** Observado o disposto nos parágrafos abaixo, em caso de ausências justificadas, impedimentos temporários ou vacância de um dos membros do Conselho de Administração, este poderá delegar os seus poderes a um procurador devidamente constituído por meio de procuração com poderes específicos de representação, devendo a procuração conter a matéria do objeto de deliberação e a respectiva manifestação de voto do conselheiro outorgante.

**Parágrafo Primeiro.** Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, observar-se-á o disposto no Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Segundo.** No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

**Parágrafo Terceiro.** No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão assumidas pelo Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração,

que permanecerá no cargo de Presidente do Conselho até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

**Artigo 15.** O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, trimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

**Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente, quando aplicável, ou por quaisquer 2 (dois) conselheiros em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

**Parágrafo Segundo.** Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo Primeiro acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro.** A convocação deverá indicar a data, a hora, o lugar e ordem do dia detalhada da reunião, bem como ser acompanhada de todos os documentos necessários para permitir que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

**Parágrafo Quarto.** Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes.

**Parágrafo Sexto.** Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a um voto, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

**Parágrafo Sétimo.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

**Parágrafo Oitavo.** Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

- (i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de



Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

- (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação, via correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou
- (iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou teleconferência, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião.

**Parágrafo Nono.** Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Oitavo, inciso (iii), deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou correio eletrônico (*e-mail*), conforme o caso, contendo o voto do conselheiro ser juntada ao referido Livro logo após a transcrição da ata.

**Parágrafo Décimo.** Deverão ser publicadas e arquivadas na Junta Comercial competente as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

**Parágrafo Décimo primeiro.** O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer Conselheiro ou do Diretor Presidente da Companhia, poderá convocar consultores externos, membros dos comitês da Companhia, Diretores e/ou funcionários da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações de qualquer natureza, observado que em nenhuma hipótese as pessoas convocadas terão direito de voto.

**Parágrafo Décimo segundo.** Os membros do Conselho de Administração deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia.

**Artigo 16.** Além das atribuições que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

- (i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas neste Estatuto Social;
- (iv) atribuição ao comitê de auditoria da Companhia das respectivas funções e atribuições;
- (v) determinação do orçamento do comitê de auditoria e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;
- (vi) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;
- (vii) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (viii) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, (c) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- (ix) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (x) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;
- (xi) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;
- (xii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em

uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais);

- (xiii) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (xiv) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xv) emissão de (a) debêntures não conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e (b) debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;
- (xvi) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xvii) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia (“Investidas”), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xviii) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xix) locação de bens imóveis pela Companhia ou por suas controladas, cujo valor anual de custo, individualmente, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xx) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (xxi) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;
- (xxii) nomeação ou destituição de auditores independentes;
- (xxiii) deliberar previamente à Assembleia Geral de acionistas da Companhia sobre operações de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (xxiv) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;
- (xxv) resolução dos casos omissos neste Estatuto Social; e
- (xxvi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

**Parágrafo Único.** Todos os valores estabelecidos neste Artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, apurado pelo Fundação Getúlio Vargas, a cada data de aniversário do presente estatuto social.

**Artigo 17.** O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO VI DIRETORIA**

**Artigo 18.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

**Parágrafo Único.** O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

**Artigo 19.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados no Parágrafo Primeiro abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro.** Compete à Diretoria, observado o disposto no Artigo 20 deste Estatuto Social, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

- (i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração.
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

**Parágrafo Segundo.** Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral da Companhia, observadas a política e a orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- (iii) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração; e
- (iv) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

**Parágrafo Terceiro.** Compete ao Diretor Financeiro, entre outras, as seguintes atribuições:

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

- (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

**Parágrafo Quarto.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

**Parágrafo Quinto.** Adicionalmente às competências fixadas por lei, pela regulamentação específica e por este Estatuto Social, as atribuições de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 20.** Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada por:

- (i) quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou
- (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou

- (iii) 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento.

**Parágrafo Primeiro.** As procurações deverão vedar o substabelecimento e serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos e permitir o substabelecimento. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

**Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, desde que devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;
- (ii) representação da Companhia em Assembleias Gerais e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação; e
- (iii) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas.

**Artigo 21.** Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, tais como cauções, endossos e prestação de outras garantias em favor de terceiros, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos deste Estatuto Social, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes.

## **CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL**

**Artigo 22.** O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.



**Parágrafo Segundo.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 33 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

**Parágrafo Terceiro.** Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

**Parágrafo Quarto.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Artigo 23.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, nos termos da lei, e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

**Parágrafo Primeiro.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

## **CAPÍTULO VIII**

### **EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS**

**Artigo 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

**Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Artigo 25.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

**Parágrafo Único.** Nos termos do Artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no *caput*.

**Artigo 26.** Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no Artigo 25 acima, 5% (cinco por cento), no mínimo, para a constituição da reserva legal, até que esta atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

**Parágrafo Primeiro.** Após a destinação à reserva legal, uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Segundo.** Do lucro que remanescer, ajustado pela destinação à reserva legal e pela eventual destinação à reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro.** O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas acima, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, na forma da legislação e regulação aplicáveis.

**Artigo 27.** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

**Parágrafo Primeiro.** Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 26 acima.

## **CAPÍTULO IX**

### **ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

**Artigo 28.** Para fins deste Capítulo IX, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

- (i) “Controle” (bem como seus termos correlatos “Controlador” e “Controlada”) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida; e
- (ii) “OPA” significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta,

sujeita ou não a registro perante a CVM.

**Artigo 29.** A alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Artigo 30.** É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, desde que (i) seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA, (ii) não haja prejuízo para os destinatários da oferta e (iii) seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação e regulação aplicáveis.

## **CAPÍTULO X ACORDOS DE ACIONISTAS**

**Artigo 31.** A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado (i) ao presidente das Assembleias Gerais e ao presidente das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em acordos de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, e (ii) à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia.

## **CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 32.** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

## **CAPÍTULO XII RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

**Artigo 33.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de

emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

### **CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 34.** Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.

**Artigo 35.** As disposições contidas no(s) **(i)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 1º; **(ii)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 11; **(iii)** Parágrafo Segundo e Parágrafo Terceiro do Artigo 13; **(iv)** Parágrafo Segundo do Artigo 22; **(v)** Artigo 28; **(vi)** Artigo 29; **(vii)** Artigo 30; e **(viii)** Artigo 33, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data da concessão do registro de companhia aberta da Companhia na CVM.

\* \* \*

---

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASa1Qq4KEsvUtydgZUoIwchave2=Ug8cwsph\_ckGj5CVuIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04032431906-DAVID ABUHAH|02943083933-LEONARDO SANTANA

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ/ME nº 10.139.870/0001-08

NIRE nº 42.300.036.510

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos dias 14 do mês de outubro de 2020, às 11:30 horas, realizada de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Neogrid Participações S.A. (“Companhia”), e sendo considerada, nos termos da Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, de 10 de junho de 2020 (“IN DREI nº 81”), como realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“Lei das Sociedades por Ações”), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme registro de presença por meio do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia.
- 3. MESA:** Presidida pelo Sr. David Abuhab, o qual escolheu o Sr. Leonardo Santana para secretariar os trabalhos.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”); **(ii)** autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”) na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC” e “Oferta”, respectivamente); **(iii)** a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); e **(iv)** a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/10/2020

Arquivamento 20202894010 Protocolo 202894010 de 14/10/2020 NIRE 42300036510

Nome da empresa NEOGRID PARTICIPACOES S.A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.asp>

Chancela 205635009946805

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral



**5. DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o quanto segue:

**5.1.** Aprovar a abertura de capital da Companhia e a consequente submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

**5.2.** Aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e que será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta (“Coordenadores da Oferta”). Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinadas instituições financeiras (em conjunto, “Agentes de Colocação Internacional”), em conformidade com o disposto na *Rule 144A do Securities Act of 1933* e no *Regulation S*, ambos editados pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

**5.2.1.** Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta (“Ações Adicionais”). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta (“Ações Suplementares”).

**5.2.2.** A quantidade de Ações a serem emitidas/alienadas na Oferta será definida posteriormente e o preço por ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento (“Procedimento de Bookbuilding”) e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

**5.2.3.** Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

**5.2.4.** As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Distribuição e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

**5.3.** Aprovar a submissão do pedido de registro da Companhia junto à B3 e adesão ao Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado,

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/10/2020

Arquivamento 20202894010 Protocolo 202894010 de 14/10/2020 NIRE 42300036510

Nome da empresa NEOGRID PARTICIPACOES S.A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 205635009946805

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

15/10/2020



autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação;

**5.4.** Será oportunamente aprovado pelos acionistas da Companhia, mas antes do primeiro protocolo na CVM (i) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; e (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros independentes.

**5.5.** Autorizar os membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados e, para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à ANBIMA, podendo praticar todos e quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização da mesma.

**6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos da Assembleia Geral, dos quais se lavrou a presente ata, em forma de sumário, na forma prevista no Art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, tendo sido esta Assembleia Geral integralmente gravada e considerados signatários da ata os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos da IN DREI nº81. O Presidente e o Secretário declaram, expressamente, que foram atendidos todos os requisitos para a realização desta Assembleia Geral, especialmente os previstos na IN DREI nº81. **Mesa:** David Abuhab – Presidente e Leonardo Santana – Secretário. **Acionistas Presentes:** Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, p. Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, p.p. Artur Martins de Figueiredo e Flavio Daniel Aguetoni; Flavio de Almeida Carvalho; Robson Alessandro Munhoz; Alexandre Moreira Kappel; Thiago Grechi; Cesar Augusto Ghilardi; e Rodrigo Landgraf de Souza Leão. Na qualidade de Secretário da Assembleia, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio, nas folhas 16 verso a 17 verso.

Joinville, 14 de outubro de 2020.

Mesa:

---

David Abuhab  
Presidente

---

Leonardo Santana  
Secretário

3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 15/10/2020

Arquivamento 20202894010 Protocolo 202894010 de 14/10/2020 NIRE 42300036510

Nome da empresa NEOGRID PARTICIPACOES S.A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 205635009946805

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral

15/10/2020



202894010

**TERMO DE AUTENTICACAO**

NOME DA EMPRESA	NEOGRID PARTICIPACOES S.A
PROTOCOLO	202894010 - 14/10/2020
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

**MATRIZ**

NIRE 42300036510  
CNPJ 10.139.870/0001-08  
CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2020  
SOB N: 20202894010

**REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE**

Cpf: 02943083933 - LEONARDO SANTANA

Cpf: 04032431906 - DAVID ABUHAB



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

15/10/2020

Certifico o Registro em 15/10/2020

Arquivamento 20202894010 Protocolo 202894010 de 14/10/2020 NIRE 42300036510

Nome da empresa NEOGRID PARTICIPACOES S.A

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 205635009946805

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/10/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

---

**ATAS DAS REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO ZAPHIRA REALIZADAS EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, 08 DE DEZEMBRO DE 2020 E 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVARAM A REALIZAÇÃO DA OFERTA SECUNDÁRIA PELO ZAPHIRA (INCLUINDO A VENDA DE SUAS RESPECTIVAS AÇÕES DO LOTE SUPLEMENTAR)**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**

**CNPJ/MF nº 33.701.229/0001-02**

**ATA DA 33ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO**

- 1. DIA, HORA E LOCAL:** 13 de outubro de 2020, às 09:00 horas na sede da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, CEP 04538-132, na cidade e estado de São Paulo (“Administradora”).
- 2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos.
- 3. PRESENÇA:** Presentes os membros do Comitê de Investimentos.
- 4. MESA:** Presidente: Sr. Miguel Abuhab; e Secretário: Sr. Alidor Lueders.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:

A. Instrução à Administradora para votar em nome do Fundo na Assembleia Geral Extraordinária da **Neogrid Participações S.A.** (“AGE” e “Companhia Investida”) a ocorrer no dia 14.10.2020 às 11:30h, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º Andar, Bairro: Santo Antonio, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.218-105, e cuja ordem do dia será composta por: **(i)** a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”); **(ii)** autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”) na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC” e “Oferta”, respectivamente); **(iii)** a



submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); e **(iv)** a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados; e

- B. Autorizar a Administradora para adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento das determinações desta Reunião de Comitê.

**6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião, após as discussões, os membros do Comitê de Investimento, por unanimidade e sem ressalvas deliberaram:

- A. Aprovar as seguintes deliberações para a ordem da **Companhia Investida na AGE**, pela aprovação: **(i)** da abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480”); **(ii)** da autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”) na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos da América (“Estados Unidos”), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC” e “Oferta”, respectivamente); **(iii)** da submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); e **(iv)** da autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados; e
- B. Que a Administradora do Fundo tome todas as demais medidas necessárias ao cumprimento das deliberações desta Reunião de Comitê.

DocuSigned by:  
Ulisses Duda  
Assinado por: ULISSES DUDA  
CPF: 84032427976  
Data/Hora da Assinatura: 14/10/2020 14:31:54 BRT  
ICP-Brasil  
02740E083E2744F8151ECCBF0CA7178

DocuSigned by:  
DAVID ADLFIAR  
Assinado por: DAVID ADLFIAR  
CPF: 34020431908  
Data/Hora da Assinatura: 13/10/2020 22:44:59 BRT  
ICP-Brasil  
6C74888E70147578BFC08A8588DAA

DocuSigned by:  
MARCIEL ADLFIAR  
Assinado por: MARCIEL ADLFIAR  
CPF: 8165727087  
Data/Hora da Assinatura: 14/10/2020 08:51:16 BRT  
ICP-Brasil  
C882F4851F8407F880F4A0CFABACFD

DocuSigned by:  
Aldor Lueders  
Assinado por: ALDOR LUEDERS  
CPF: 11448617654  
Data/Hora da Assinatura: 14/10/2020 08:26:28 BRT  
ICP-Brasil  
FF2767A1E28D43DAAE07F3588F9E8D7

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião do Comitê de Investimento, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

São Paulo, 13 de outubro de 2020.

DocuSigned by:  
Miguel Abuhab  
Assinado por: MIGUEL ABUHAB 0193727987  
CPF: 0193727987  
Data/Hora de Assinatura: 14/10/2020 08:41:40 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=MIGUEL.ABUHAB@ABUHAB.COM

Miguel Abuhab  
Presidente e Membro do  
Comitê de Investimentos

DocuSigned by:  
Alidor Lueders  
Assinado por: ALIDOR LUEDERS 11446617904  
CPF: 11446617904  
Data/Hora de Assinatura: 14/10/2020 09:36:59 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=ALIDOR.LUEDERS@ABUHAB.COM

Alidor Lueders  
Secretário e Membro do  
Comitê de Investimentos

#### Membros do Comitê de Investimentos

DocuSigned by:  
David Abuhab  
Assinado por: DAVID ABUHAB 04833431906  
CPF: 04833431906  
Signng Time: 13/10/2020 22:44:57 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=DAVID.ABUHAB@ABUHAB.COM

David Abuhab

DocuSigned by:  
Miguel Abuhab  
Assinado por: MIGUEL ABUHAB 0193727987  
CPF: 0193727987  
Data/Hora de Assinatura: 14/10/2020 08:41:48 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=MIGUEL.ABUHAB@ABUHAB.COM

Miguel Abuhab

DocuSigned by:  
Alidor Lueders  
Assinado por: ALIDOR LUEDERS 11446617904  
CPF: 11446617904  
Data/Hora de Assinatura: 14/10/2020 09:36:47 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=ALIDOR.LUEDERS@ABUHAB.COM

Alidor Lueders

DocuSigned by:  
Deborah Abuhab  
Assinado por: DEBORAH ABUHAB 04033437976  
CPF: 04033437976  
Data/Hora de Assinatura: 14/10/2020 10:50:04 BRT  
ICP-Brasil  
C=BR;E=DEBORAH.ABUHAB@ABUHAB.COM

Deborah Abuhab

**ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**

**CNPJ/MF nº 33.701.229/0001-02**

**ATA DA 40ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO**

- 1. DIA, HORA E LOCAL:** No dia 8 de dezembro de 2020, às 15:00 horas, na sede social da **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 (a “Administradora”).
- 2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos
- 3. PRESENÇA:** Presentes os membros do Comitê de Investimentos.
- 4. MESA:** Presidente: Sr. Miguel Abuhab; e Secretário: Sr. Alidor Lueders.
- 5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(I)** Aprovar o desinvestimento pelo Fundo da Neogrid Participações S.A sociedade anônima, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 (“Neogrid”), no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), por meio da alienação de até 31.636.884 (trinta e um milhões e seiscentos e trinta e seis mil e oitocentas e oitenta e quatro) Ações de titularidade do Fundo, considerando as Ações eventualmente alocadas no lote suplementar, dentro da faixa de preço indicada no prospecto preliminar de R\$5,50 a R\$7,25 por ação, a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, bem como realizar o empréstimos das ações no âmbito do contrato de empréstimo de ações, no âmbito da Oferta; e **(II)** a ratificar todos os atos praticados e a serem praticados pelo Administrador, autorizando o Administrador a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, Contrato de Estabilização, Contrato de Prestação de Serviços da B3, Contrato de Empréstimo e *Placement Facilitation Agreement*, incluindo seus anexos.

DocuSigned by:  
Al.  
Assinado por: ALIDOR LUEDERS 11446617904  
CPF: 11446617904  
Data/Hora da Assinatura: 08/12/2020 15:29:20 BRT  
ICP  
Brazil  
FF2787A1638043DAAE37F3589F9E537

DocuSigned by:  
David  
Signed by: DAVID ABUHAB 04032427976  
CPF: 04032427976  
Signing Time: 08/12/2020 18:04:22 BRT  
ICP  
Brazil  
8C74988E7014787BBEFC09A8B89DAA

DocuSigned by:  
Deborah  
Assinado por: DEBORAH ABUHAB 04032427976  
CPF: 04032427976  
Data/Hora da Assinatura: 08/12/2020 20:02:59 BRT  
ICP  
Brazil  
0579CED83E2744FB8151ECC8FDC6717B

DocuSigned by:  
Miguel  
Assinado por: MIGUEL ABUHAB 01937227987  
CPF: 01937227987  
Data/Hora da Assinatura: 08/12/2020 08:51:19 BRT  
ICP  
Brazil  
83C5668A881E47878B8213F3B12794E7



**6. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião, após as discussões, os membros do Comitê de Investimento, por unanimidade e sem ressalvas deliberaram:

(I) Os membros do Comitê de Investimentos do Fundo deliberaram e aprovaram, mediante voto favorável da totalidade dos membros, o desinvestimento pelo Fundo da NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 (“Neogrid”), no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Neogrid (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), por meio da alienação de até 31.636.884 (trinta e um milhões e seiscentos e trinta e seis mil e oitocentas e oitenta e quatro) Ações de titularidade do Fundo, considerando as Ações eventualmente alocadas no lote suplementar, dentro da faixa de preço indicada no prospecto preliminar de R\$5,50 a R\$7,25 por ação, a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, bem como realizar o empréstimos das ações no âmbito do contrato de empréstimo de ações, no âmbito da Oferta; e

(II) A ratificação de todos os atos praticados e a serem praticados pelo Administrador, autorizando o Administrador a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, Contrato de Estabilização, Contrato de Prestação de Serviços da B3, Contrato de Empréstimo e *Placement Facilitation Agreement*, incluindo seus anexos.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião do Comitê de Investimento, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

São Paulo, 08 de dezembro de 2020.

DocuSigned by:  
Miguel Abuhab  
Assinado por: MIGUEL ABUHAB 01937227987  
CPF: 01937227987  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 08:50:49 BRT  
ICP  
Brasil

Miguel Abuhab  
Presidente e Membro do

DocuSigned by:  
Alidor Lueders  
Assinado por: ALIDOR LUEDERS 11446617904  
CPF: 11446617904  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 15:29:08 BRT  
ICP  
Brasil

Alidor Lueders  
Secretário e Membro do

DocuSigned by:  
DAVID ABUHAB  
Signed By: DAVID ABUHAB 04032431906  
CPF: 04032431906  
Signing Time: 09/12/2020 19:11:02 BRT  
ICP  
Brasil


DocuSigned by:  
DEBORAH ABUHAB  
Assinado por: DEBORAH ABUHAB 04032427976  
CPF: 04032427976  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 20:03:06 BRT  
ICP  
Brasil

2

Comitê de Investimentos

Comitê de Investimentos

**Membros do Comitê de Investimentos**

DocuSigned by:  
  
Signed By: DAVID ABUHAB 04032431906  
CPF: 04032431906  
Signing Time: 09/12/2020 19:04:07 BRT  
ICP Brasil  
6D745088E704476FB8EFC69A0008B8AA

David Abuhab

DocuSigned by:  
*Miguel Abuhab*  
Assinado por: MIGUEL ABUHAB 01937227987  
CPF: 01937227987  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 08:51:10 BRT  
ICP Brasil  
53C39868B8E7E47878B8213F3812764E7

Miguel Abuhab

DocuSigned by:  
*Alidor Lueders*  
Assinado por: ALIDOR LUEDERS 11448617904  
CPF: 11448617904  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 15:29:18 BRT  
ICP Brasil  
FF27B7A1B38043DABAE37F38B8F5E637

Alidor Lueders

DocuSigned by:  
*Deborah Abuhab*  
Assinado por: DEBORAH ABUHAB 04032427976  
CPF: 04032427976  
Data/Hora de Assinatura: 09/12/2020 20:02:38 BRT  
ICP Brasil  
057BCED8A8E2744FB8181ECC8FDC97178

Deborah Abuhab

**ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA**

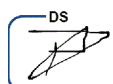
**CNPJ/MF nº 33.701.229/0001-02**

**ATA DA 42ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO – RE-RATIFICAÇÃO DA ATA DA 40ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO**

1. **DIA, HORA E LOCAL:** No dia 15 de dezembro de 2020, às 15:00 horas, na sede social da **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 (a “Administradora”).
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos
3. **PRESENÇA:** Presentes os membros do Comitê de Investimentos.
4. **MESA:** Presidente: Sr. Miguel Abuhab; e Secretário: Sr. Alidor Lueders.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a retificação da Ata da 40ª Reunião de Comitê de Investimento, realizada em 08 de dezembro de 2020, que inadvertidamente constou que a autorização para venda das Ações pelo Fundo seria na faixa de preço indicada no prospecto preliminar de R\$5,50 a R\$7,25 por ação, quando o correto seria autorizar a venda das Ações ao preço de R\$4,50 a 7,25 por ação; (ii) ratificação das demais deliberações da 40ª Reunião do Comitê de Investimento; e (iii) ratificação de todos os atos praticados e a serem praticados pelo Administrador, autorizando o Administrador a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, Contrato de Estabilização, Contrato de Prestação de Serviços da B3 e *Placement Facilitation Agreement*, incluindo seus anexos.
6. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Reunião, após as discussões, os membros do Comitê de Investimento, por unanimidade e sem ressalvas deliberaram:
  - (I) aprovar a retificação da Ata da 40ª Reunião do Comitê de Investimento, realizada em 08 de dezembro de 2020, que inadvertidamente constou que a autorização para venda das Ações pelo Fundo seria na faixa de preço indicada no prospecto preliminar de R\$5,50 a R\$7,25 por ação, quando o correto seria autorizar a venda das Ações ao preço de R\$4,50 a 7,25 por ação. Assim, fica autorizado o desinvestimento pelo Fundo da NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 (“Neogrid”), no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de



127



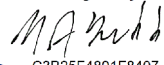
ações ordinárias de emissão da Neogrid (“Ações” e “Oferta”, respectivamente), por meio da alienação de até 31.636.884 (trinta e um milhões e seiscentos e trinta e seis mil e oitocentas e oitenta e quatro) Ações de titularidade do Fundo, considerando as Ações eventualmente alocadas no lote suplementar, ao preço de R\$4,50 a 7,25 por ação, bem como realizar o empréstimos das ações no âmbito do contrato de empréstimo de ações, no âmbito da Oferta;

(II) ratificar as demais deliberações da 40ª Reunião do Comitê de Investimento; e

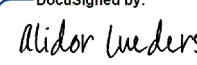
(III) ratificar todos os atos praticados e a serem praticados pelo Administrador, autorizando o Administrador a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo mas não se limitando ao Contrato de Distribuição, Contrato de Estabilização, Contrato de Prestação de Serviços da B3 e *Placement Facilitation Agreement*, incluindo seus anexos.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião do Comitê de Investimento, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

São Paulo, 15 de dezembro de 2020.

DocuSigned by:  
  
C3B25F4891F8407...

Miguel Abuhab  
Presidente e Membro do  
Comitê de Investimentos

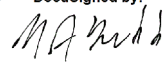
DocuSigned by:  
  
FF27B7A1838043D...

Alidor Lueders  
Secretário e Membro do  
Comitê de Investimentos

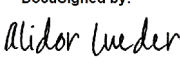
#### Membros do Comitê de Investimentos

DocuSigned by:  
  
6C745886E701475...

David Abuhab

DocuSigned by:  
  
C3B25F4891F8407...

Miguel Abuhab

DocuSigned by:  
  
FF27B7A1838043D...

Alidor Lueders

DocuSigned by:  
  
0579CED83E2744F...

Deborah Abuhab

---

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020 QUE APROVOU O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



20/236453-4



Matrícula(da sede ou da filial quando a sede for em outra UF) 42300036510	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA 2046	Nº DE MATRICULA DO AGENTE AUXILIAR DO COMÉRCIO
--	-------------------------------------	--



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=ASaYQg4KESctYrLao3JMFWRix3HC1p0iuhEjBwStUjmm  
 ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01937227987-MIGUEL ABUHAB

**1 - REQUERIMENTO**

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Requerimento: 81000001857446  
 DBE não analisado.  
 Emitida em 15/12/2020 - V3

**NOME: NEOGRID PARTICIPACOES S.A**

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato.

Nº DE VIAS	CÓD. ATO	CÓD. EVENTO	QTD	DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO
0	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
		017	1	ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

**JOINVILLE**  
**15/12/2020**

Representante Legal da Empresa /Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: MIGUEL ABUHAB

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de contato: (47)21013600 daiane@sst.adv.br

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

SIM

SIM

Processo em ordem.

À decisão.

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data

NÃO      \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

NÃO      \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

\_\_\_\_\_  
 Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

Processo em exigência  
 (Vide despacho em folha anexa)

2º Exigência       3º Exigência       4º Exigência       5º Exigência

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

Processo em exigência  
 (Vide despacho em folha anexa)

2º Exigência       3º Exigência       4º Exigência       5º Exigência

Processo deferido. Publique-se e

Processo indeferido.

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Vogal                      Vogal                      Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES:

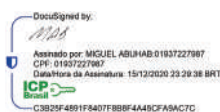
**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 10.139.870/0001-08

NIRE 42.300.036.510

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2020**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos dias 15 do mês de dezembro de 2020, às 17:00 horas, na sede social da Neogrid Participações S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do parágrafo quinto do artigo 15 do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Miguel Abuhab, Presidente, e Sr. Leandro Fabricio Dix, Secretário.
- 4. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“Ações”), no valor nominal unitário de R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, a ser realizada na República Federativa do Brasil (“Brasil”), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* (“Oferta”); **(ii)** a aprovação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); **(iii)** a aprovação do “*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A.*”, (“Prospecto Definitivo”) e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM e dos *Offering Memoranda* da Companhia; **(iv)** a autorização para a Diretoria da Companhia





tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como, observada a forma de representação da Companhia, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e (v) a verificação da subscrição das Ações e a homologação do novo capital social da Companhia.

**5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue:

5.1. Aprovar o preço de R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por ação objeto da Oferta (“Preço por Ação”) fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta (“Coordenadores da Oferta”), nos termos do “Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A.” (“Contrato de Colocação”), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“Procedimento de Bookbuilding”) e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta.

5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$337.500.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), o qual passará de R\$132.407.564,00 (cento e trinta e dois milhões, quatrocentos e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais) para R\$469.907.564,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sete mil e quinhentos e sessenta e quatro reais), mediante a emissão de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 16, inciso “(i)” do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Aprovar o Prospecto Definitivo e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM, bem como os *Offering Memoranda* da Companhia.



5.4. Em razão da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do capital social da Companhia, podendo praticar quaisquer atos perante B3, CVM, ANBIMA e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas.

5.5. Ato contínuo, verificar a subscrição de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de Ações no âmbito da Oferta e, conseqüentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R\$469.907.564,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, novecentos e sete mil e quinhentos e sessenta e quatro reais), dividido em 238.662.330 (duzentos e trinta e oito milhões, seiscentas e sessenta e duas mil, trezentas e trinta) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração deverá submeter, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado. As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do “Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A.”.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Miguel Abuhab – Presidente; e Leandro Fabricio Dix – Secretário. **Conselheiros presentes:** Miguel Abuhab; David Abuhab; José Rogério Luiz; Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes; e Marcos Grasso.

**Confere com a original lavrada em livro próprio.**

Joinville, 15 de dezembro de 2020.

DocuSigned by:  
  
 Assinado por: MIGUEL ABUHAB/01937227987  
 CPF: 01937227987  
 Data/Hora da Assinatura: 15/12/2020 23:29:05 BRT  
  
 C3B29F4891F8A07F8B0F4A40CFABACTC

Miguel Abuhab  
 Presidente

DocuSigned by:  
  
 Assinado por: LEANDRO FABRICIO DIX/03954312980  
 CPF: 03954312980  
 Data/Hora da Assinatura: 15/12/2020 23:32:30 BRT  
  
 3C8D07E973B247D388630B1900678D9

Leandro Fabricio Dix  
 Secretário

---

**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 10.139.870/0001-08, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e no "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome: *Eduardo Víctor Luis Ragasol*  
Cargo: *Director Presidente Alvarez*

Nome: *David Abuhab*  
Cargo: *Director*

---

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA  
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento em participações constituído nos termos da regulamentação da CVM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 33.701.229/0001-02, neste ato representado por seu administrador, a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para prestar serviços de administração de recursos de terceiros, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 67.030.395/0001-46, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 24 de novembro de 2020.

**ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**

Nome:

Cargo:

**Reinaldo Hosseplan**  
Diretor

Nome:

Cargo:

**Viviane Rodrigues**  
Diretora



**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ**, mexicano, casado, economista, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V579187-W, expedida pela CGPI/DIREX/DPF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 233.589.278-90, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ**

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**ROBSON ALESSANDRO MUNHOZ**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.967.454-1, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 127.945.608-67, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**ROBSON ALESSANDRO MUNHOZ**

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

THIAGO GRECHI, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2060411754, expedida pela SJS/II RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 934.537.870-72, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
THIAGO GRECHI

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**RODRIGO LANDGRAF DE SOUZA LEÃO**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 03236219601, expedida pelo DETRAN/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 252.986.628-70, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
**RODRIGO LANDGRAF DE SOUZA LEÃO**

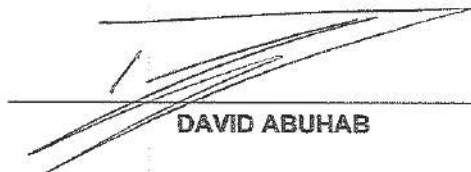
**DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**DAVID ABUHAB**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.091.262, expedida pela SSP/SC, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("**CPF/ME**") sob o nº 040.324.319-06, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**DAVID ABUHAB**

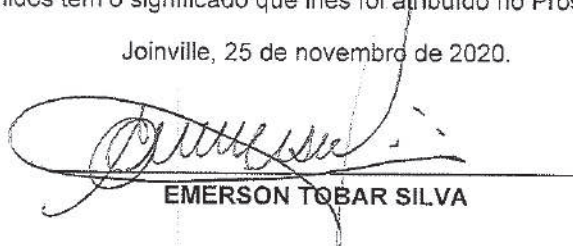
**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**EMERSON TOBAR SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.186.400-9, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 142.232.518-05, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.

  
**EMERSON TOBAR SILVA**

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**PAULO PEREIRA LUCENA JUNIOR**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.271.017, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 176.319.768-99, residente e domiciliado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89218-105, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), vem, pela presente, como acionista vendedor no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Preliminar**") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A." ("**Prospecto Definitivo**"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

Joinville, 25 de novembro de 2020.



---

**PAULO PEREIRA LUCENA JUNIOR**



---

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO  
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**  
**PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

**BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.** instituição financeira com estabelecimento na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º (partes) andares, CEP 04542-000 inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (“**CNPJ/ME**”) sob o nº 33.987.793/0001-33, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“**Coordenador Líder**”), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Santo Antônio, CEP 89.218-105, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.139.870/0001-08 (“**Companhia**”), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta Primária**”); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Zaphira Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e dos Srs. Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez, Robson Alessandro Munhoz, Thiago Grechi, Rodrigo Landgraf de Souza Leão, David Abuhab, Emerson Tobar Silva, e Paulo Pereira Lucena Junior (em conjunto, “**Acionistas Vendedores**”) (“**Oferta Secundária**”), a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Citi**”) e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**UBS BB**”) e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Citi, “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em agosto de 2020 (“**Auditoria**”), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A. (“**Prospecto Definitivo**”);
- (C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Neogrid Participações S.A. (“**Prospecto Preliminar**”) e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;
- (D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos

Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;


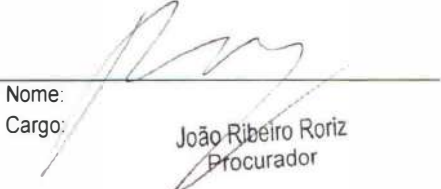
- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 25 de novembro de 2020.

**BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.**

	
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:
Eduardo De La Peña Procurador	João Ribeiro Roriz Procurador

---

**INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Neogrid Participações S.A.**  
Informações Trimestrais - ITR em  
30 de setembro de 2020  
e relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais



## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Neogrid Participações S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neogrid Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.





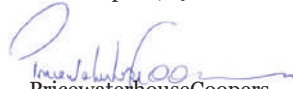
Neogrid Participações S.A.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 19 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração da Neogrid Participações S.A. (“Neogrid” ou “Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*).

O PIB do Brasil do 3º trimestre ainda não havia sido divulgado por ocasião deste Relatório da Administração. No 2º trimestre de 2020 o PIB do Brasil registrou uma retração de 11,4% na comparação com o 2º trimestre de 2019. Os serviços de informação e comunicação apresentaram retração de 3,2% na comparação com o 2º trimestre de 2019.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$53,5 milhões no 3º trimestre de 2020, representando um acréscimo de 4,9% em relação ao 3º trimestre de 2019 de R\$51,0 milhões. 18,4% da operação no 3º trimestre de 2020 corresponde a receita oriunda das subsidiárias no exterior; 18,5% no 3º trimestre de 2019 (redução em função da alienação da subsidiária no Japão em dezembro de 2019).

As receitas recorrentes no 3º trimestre de 2020 corresponderam a 96,4% da receita total (95,8% no 2º trimestre de 2020), sendo fator de suma importância, pois geram estabilidade e previsibilidade de receitas futuras, trazendo maior segurança à geração de caixa na tomada de decisões e consequentemente reduzindo o risco do negócio.

No mercado interno, com a aquisição da empresa Accera Sistemas Estratégicos Ltda. em 2018, conseguimos unir as expertises e as plataformas das duas companhias oferecendo mais insights e inteligência às empresas conectadas à nossa malha. Com isto potencializamos o apoio às indústrias, varejos e distribuidores com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia. Em setembro de 2019 a Accera foi incorporada pela sua controladora Neogrid Informática.

No 3º trimestre de 2020 a Neogrid registrou um EBITDA Ajustado de R\$13,5 milhões, correspondente à margem de 25,2%, com crescimento de 7,3% em relação ao EBITDA Ajustado do 3º trimestre de 2019 de R\$12,6 milhões. Em 30 de setembro de 2020 a Neogrid registrou um EBITDA Ajustado de R\$36,5 milhões, correspondente à margem de 23,6%, com crescimento de 23,6% em relação ao EBITDA Ajustado de 30 de setembro de 2019 de R\$29,5 milhões. Conforme detalhado a seguir:

	CONSOLIDADO (em milhares R\$)			CONSOLIDADO (em milhares R\$)		
	01/07/2020	01/07/2019	Variação	01/01/2020	01/01/2019	Variação
	a	a		a	a	
	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>		<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	4.082	2.174	87,8%	8.579	5.284	62,4%
IR e CS	2.519	2.406	4,7%	5.601	2.990	87,3%
Resultado Financeiro	2.489	4.056	-38,6%	8.595	9.980	-13,9%
Depreciação e Amortização	3.629	3.037	19,5%	11.855	10.165	16,6%
<b>EBITDA</b>	<b>12.719</b>	<b>11.673</b>	<b>9,0%</b>	<b>34.630</b>	<b>28.419</b>	<b>21,8%</b>
Plano opção de ações a administradores e empregados	558	-		1.393	-	
Despesas com M&A	234	914	-74,4%	460	1.097	-58,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>13.511</b>	<b>12.587</b>	<b>7,3%</b>	<b>36.483</b>	<b>29.516</b>	<b>23,6%</b>

(\*) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil (não auditada) elaborada pela Companhia e consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações e das despesas e receitas não recorrentes.

Em outubro de 2019 a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$110 milhões, destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

A Neogrid reforça que continuará com o crescimento e desenvolvimento contínuo, inovando e melhorando os seus produtos e processos com o objetivo de expansão no mercado em que atua.

Agradecemos a todos os nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Parceiros pelo apoio e confiança dispensados, e a todos os Profissionais que compõem o nosso Network pela determinação e profissionalismo no desenvolvimento do negócio.

Reiteramos nosso compromisso com o crescimento e desenvolvimento da Neogrid em 2020, primando continuamente pelo investimento em inovação de processos e sistemas visando a expansão dos negócios.

#### **A Administração.**

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Balanco patrimonial (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	6	486	2.497	36.198	24.908					6.268
Contas a receber de clientes	7	-	-	33.735	29.777					18.678
Tributos a recuperar	8	25	71	6.241	11.873					14.515
Adiantamentos	9	1.209	27	2.268	1.146					5.002
Despesas antecipadas	10	3	12	4.492	3.599					6.719
Serviços entregues a faturar	11	-	-	8.779	5.412					2.359
Outros créditos	11	5.729	-	882	3.547					5.366
Total do ativo circulante		7.462	2.607	92.595	80.262					8.735
<b>Não circulante</b>										
<b>Realizável a longo prazo</b>										
Despesas antecipadas	9	-	-	649	721	17				97.520
Outros créditos	11	-	-	1.037	910	23				26.698
Investimentos	5	236.173	245.651	-	-	13				173
Ativos de Direito de uso	13	-	-	7.658	12.117					4.460
Imobilizado	14	-	-	5.441	4.750					128.851
Intangível	15	-	-	228.115	235.022					196.493
Total do ativo não circulante		236.173	245.651	242.900	253.520					
<b>Total do ativo</b>		<b>243.625</b>	<b>248.258</b>	<b>335.495</b>	<b>333.782</b>					<b>333.782</b>
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores e outras contas a pagar	16	1	20	7.014						7.014
Empréstimos e financiamentos	17	26.115	18.662							26.947
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9	6	18.158						14.515
Impostos e contribuições a recolher	19	9	7	6.094						5.002
Provisões de custos e despesas	20	21	22	10.769						6.719
Obrigações por aquisições de investimentos	21	-	252	-						-
Passivo de Arrendamento	13	-	-	3.395						5.366
Receitas diferidas	22	-	-	8.749						8.735
Total do passivo circulante		26.155	18.969	81.126						67.642
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	17	80.284	92.000							85.348
Tributos diferidos	12	-	-	29.064						26.698
Provisão para contingências	23	-	-	742						173
Passivo de Arrendamento	13	-	-	2.029						4.460
Total do passivo não circulante		80.284	92.000	117.183						128.851
Total do passivo		106.439	110.969	198.309						196.493
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	25	132.408	132.408							132.408
Ágio em transações de capital		(16.016)	(16.016)							(16.016)
Opções outorgadas		1.393	-							-
Ajustes acumulados de conversão		4.999	2.074							1.393
Reservas de lucros		27.744	19.165							2.074
Ações em tesouraria		(13.342)	(342)							19.165
Total do patrimônio líquido		137.186	137.289	137.186						137.289
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>243.625</b>	<b>248.258</b>	<b>335.495</b>	<b>333.782</b>					<b>333.782</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
1 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Nota				
26		-		-
27		-		-
<b>Lucro bruto</b>	-	-	-	-
Despesas com vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(113)	(364)	(107)	(370)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	(558)	(1.393)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(1)	(3)	-	-
<b>Lucro/(prejuízo) operacional</b>	(672)	(1.760)	(107)	(370)
Receitas financeiras	-	12	4	8
Despesas financeiras	(1.487)	(4.880)	-	(9)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	(1.487)	(4.868)	4	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	6.241	15.207	2.277	5.655
<b>Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	4.082	8.579	2.174	5.284
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.082</b>	<b>8.579</b>	<b>2.174</b>	<b>5.284</b>
Lucro líquido básico por ação (em reais)	0,0176	0,0475	0,0215	0,0397
Lucro líquido diluído por ação (em reais)	0,0169	0,0472	0,0215	0,0397

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
2 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado			
		01/07/2020	01/01/2020	01/07/2019	01/01/2019
		a 30/09/2020	a 30/09/2020	a 30/09/2019	a 30/09/2019
Receita líquida de vendas	26	53.527	154.525	51.035	155.141
Custo dos serviços prestados	27	(18.346)	(52.859)	(14.433)	(46.303)
<b>Lucro bruto</b>		35.181	101.666	36.602	108.838
Despesas com vendas	27	(6.535)	(18.468)	(6.358)	(21.707)
Despesas gerais e administrativas	27	(10.936)	(37.227)	(13.442)	(44.408)
Pesquisa e desenvolvimento	27	(6.907)	(20.211)	(7.276)	(23.245)
Opções outorgadas reconhecidas		(558)	(1.393)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	28	(1.155)	(1.592)	(891)	(1.224)
<b>Lucro/(prejuízo) operacional</b>		9.090	22.775	8.635	18.254
Receitas financeiras	29	288	949	1.367	2.010
Despesas financeiras	29	(2.777)	(9.544)	(5.423)	(11.990)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		(2.489)	(8.595)	(4.056)	(9.980)
Resultado de equivalência patrimonial	5	-	-	-	-
<b>Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		6.601	14.180	4.579	8.274
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	(2.004)	(587)	(1.814)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(2.519)	(3.597)	(1.818)	(1.176)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>4.082</b>	<b>8.579</b>	<b>2.174</b>	<b>5.284</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
3 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			
	01/07/2020	01/01/2020	01/07/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro líquido do exercício	4.082	8.579	2.174	5.284
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Variação cambial sobre investimentos no exterior (Nota 5)	701	2.925	343	168
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>4.783</u></b>	<b><u>11.504</u></b>	<b><u>2.517</u></b>	<b><u>5.452</u></b>

	Consolidado			
	01/07/2020	01/01/2020	01/07/2019	01/01/2019
	a	a	a	a
	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2019</u>
Lucro líquido do exercício	4.082	8.579	2.174	5.284
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Variação cambial sobre investimentos no exterior (Nota 5)	701	2.925	343	168
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>4.783</u></b>	<b><u>11.504</u></b>	<b><u>2.517</u></b>	<b><u>5.452</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
4 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ágio em transações de capital	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	
		Opções Outorgadas	Ações em tesouraria	Legal					Retenção
<b>Em 1º de Janeiro de 2019</b>	133.330	-	(268)	848	13.573	(16.016)	2.486	0	133.062
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	-	-	5.284
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	168	168	5.284
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital (Nota 25 (a))	(931)	-	-	-	-	-	-	-	(931)
Compras de ações (nota 25 (c))	-	-	178	-	(268)	-	-	-	(90)
Destinação do lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de lucros	-	-	-	-	5.284	-	-	-	(5.284)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	(931)	-	178	-	5.016	-	-	-	(1.021)
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>	132.408	-	(90)	848	18.589	(16.016)	2.654	-	133.393
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(272)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	(580)	-	(580)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	(580)	-	(852)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(252)	-	-	-	-	-	(252)
Compras de ações (nota 25 (c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período	-	-	-	-	(272)	-	-	272	-
Reversão de lucros	-	-	-	-	(272)	-	-	-	(252)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(252)	-	-	-	-	272	(252)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	132.408	-	(342)	848	18.317	(16.016)	2.074	-	137.289
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	8.579
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 5)	-	-	-	-	-	-	2.925	-	2.925
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	2.925	-	11.504
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	(13.000)	-	-	-	-	-	(13.000)
Aquisição de ações (nota explicativa 25 (c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do período	-	1.393	-	-	-	-	-	-	1.393
Plano de outorga de ações	-	1.393	(13.000)	-	-	-	-	-	(11.607)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	1.393	(13.000)	-	-	-	-	-	(11.607)
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>	132.408	1.393	(13.342)	848	18.317	(16.016)	4.999	8.579	137.186

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
5 de 47



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020	01/01/2019	01/01/2020	01/01/2019
	a	a	a	a
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda	8.579	5.284	14.180	8.274
Ajustes de				
Depreciação (Nota 14)	-	-	1.023	1.408
Amortização (Nota 15)	-	-	5.846	5.113
Depreciação e Amortização de Arrendamento (Nota 13)	-	-	4.986	3.644
Alienação de Intangível (Nota 15)	-	-	116	1.066
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 31 (a))	-	-	(99)	-
Provisão para devedores duvidosos (Nota 7)	-	-	115	-
Provisão para contingências	-	-	569	-
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial (Nota 5)	(15.207)	(5.655)	-	-
Plano de Outorga de Ações	1.393	-	1.393	-
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 5)	-	-	2.925	168
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos (Nota 17)	2.557	8	2.835	7.565
Variações no capital circulante				
Contas a receber	-	-	(4.073)	4.823
Tributos a recuperar	46	51	5.632	1.084
Adiantamentos	(1.182)	(16)	(1.122)	(695)
Despesas antecipadas	9	12	(821)	(408)
Serviços entregues a faturar	-	-	(3.367)	-
Outros créditos	(5.729)	-	2.538	(5.154)
Arrendamentos	-	-	977	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(19)	(44)	746	(60)
Obrigações sociais e trabalhistas	3	1	3.643	(1.795)
Impostos e contribuições a recolher	2	(4)	1.092	17
Provisões de custos e despesas	(1)	(13)	4.050	125
Obrigações por aquisição de investimentos	-	-	-	-
Receitas diferidas	-	-	14	(969)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(9.549)</b>	<b>(376)</b>	<b>43.198</b>	<b>24.207</b>
Pagamento de juros (Nota 17)	-	-	(845)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.004)	(1.814)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(9.549)</b>	<b>(376)</b>	<b>40.349</b>	<b>22.393</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado (Nota 14)	-	-	(3.747)	(679)
Aquisição de intangível (Nota 15)	-	-	(286)	-
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 31 (a))	-	-	2.132	-
Obrigações por aquisição de investimentos	(252)	45	(2.359)	688
Dividendos recebidos (Nota 5)	15.323	650	-	-
Redução de capital	12.287	-	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-	-	(36)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>27.358</b>	<b>695</b>	<b>(4.260)</b>	<b>(27)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Redução de capital (Nota 25 (a))	-	-	-	(932)
Captação de empréstimos (Nota 17)	11.999	-	12.417	5.817
Pagamento de empréstimos (Nota 17)	(18.819)	-	(18.310)	(6.514)
Pagamentos de Arrendamento (Nota 13)	-	-	(5.906)	-
Partes relacionadas	-	(102)	-	(17)
Compra de ações	(13.000)	(90)	(13.000)	(90)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(19.820)</b>	<b>(192)</b>	<b>(24.799)</b>	<b>(1.736)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)</b>	<b>2.497</b>	<b>4</b>	<b>24.908</b>	<b>18.249</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)</b>	<b>486</b>	<b>131</b>	<b>36.198</b>	<b>38.879</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
6 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do valor adicionado Períodos de nove meses findos em 30 de setembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
<b>Receita</b>	-	-	<b>168.379</b>	<b>169.192</b>
Prestação de serviços	-	-	168.936	169.648
Outras receitas	-	-	67	134
Provisão para perda esperada (constituição)	-	-	(624)	(590)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(59)</b>	<b>(37.543)</b>	<b>(37.281)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(1.393)	-	(14.574)	(14.895)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(46)	(59)	(21.907)	(21.028)
Outras Despesas	-	-	(1.062)	(1.358)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(59)</b>	<b>130.836</b>	<b>131.911</b>
Depreciação e amortização	-	-	(11.855)	(10.166)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>(1.439)</b>	<b>(59)</b>	<b>118.981</b>	<b>121.745</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>15.219</b>	<b>5.663</b>	<b>949</b>	<b>2.010</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15.207	5.655	-	-
Receitas financeiras	12	8	949	2.010
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>13.780</b>	<b>5.604</b>	<b>119.930</b>	<b>123.755</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>13.780</b>	<b>5.604</b>	<b>119.930</b>	<b>123.755</b>
Pessoal	319	311	80.873	85.221
Remuneração direta	319	311	54.815	56.601
Benefícios	-	-	13.419	13.695
Comissões e Repasses	-	-	8.983	10.688
FGTS	-	-	3.656	4.237
Impostos, taxas e contribuições	2	-	20.012	17.498
Federais	-	-	16.986	14.438
Municipais	2	-	3.026	3.060
Juros e aluguéis	4.880	9	10.466	15.753
Juros	4.880	9	9.544	11.990
Aluguéis	-	-	922	3.763
Remuneração de capitais próprios	8.579	5.284	8.579	5.284
Lucros retidos no período	8.579	5.284	8.579	5.284

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
7 de 47

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.1 Contexto operacional

A Neogrid Participações S.A ("Neogrid Participações" ou "Companhia") foi constituída em 1º de julho de 2008, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto social a participação em outras empresas ou sociedades, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, desde que observadas as restrições contidas no seu Estatuto Social, bem como o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; e a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados.

A "Neogrid Participações" possui as seguintes controladas:

#### Controladas

Razão Social	Sede	Obs.	Participação Direta		Participação Indireta	
			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Neogrid Software Ltda	BRA	(a)		100,00%		
Neogrid Informática Ltda	BRA	(b)	100,00%	100,00%		
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	(c)			100,00%	100,00%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	(d)			100,00%	100,00%
Neogrid North America LLC.	EUA	(e)	100,00%	100,00%		
Neogrid Europe Ltd	UK	(f)			100,00%	100,00%

#### a) Neogrid Software Ltda ("Neogrid Software")

A Neogrid Software foi constituída em 15 de dezembro de 1999, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados; e a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Em 1º de julho de 2020 a Neogrid Software foi incorporada pela Neogrid Informática, conforme detalhado na nota explicativa 5.

#### b) Neogrid Informática Ltda ("Neogrid Informática")

Empresa constituída em 10 de julho de 2003, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados; e a participação em outras Empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**c) Neogrid Netherlands Holding B.V. (“Netherlands Holding”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 19 de outubro de 1998, atuando apenas como holding da "Neogrid Netherlands B.V".

**d) Neogrid Netherlands B.V. (“Netherlands”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 14 de dezembro de 2001, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**e) Neogrid North America LLC. (“Neogrid N.A.”)**

Empresa sediada na nos EUA com subsidiárias no Japão, Reino Unido e França, constituída em 14 de novembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**f) Neogrid Europe Ltd (“Neogrid UK”)**

Empresa sediada no Reino Unido, constituída em 26 de julho de 2011, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**1.2 Base de preparação**

As informações financeiras intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 compreendem as informações financeiras intermediárias, elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico “CPC 21 – Demonstração Intermediárias”, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com a norma internacional de contabilidade “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Listamos a seguir as notas explicativas que foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019, as quais não estão sendo incluídas ou apresentadas no mesmo grau de detalhamento nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, visto a ausência de alterações relevantes neste trimestre:

- (i) Resumo das principais políticas contábeis – nota 2
- (ii) Consolidação – nota 4
- (iii) Estimativas e julgamentos críticos – nota 5

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Não existem novas normas e alterações emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, que na opinião da Administração, que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas.

**2.2 Remuneração com base em ações**

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, aprovado em janeiro de 2020, destinado às pessoas chave (“Elegíveis”) da Companhia, como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações aos Elegíveis, baseada no valor justo das opções na data da sua outorga, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base unicamente no tempo de permanência do beneficiário, cujo valor é reconhecido como despesa.

Na data de cada balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

**3. Gestão de risco financeiro**

**3.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, tais como aplicações, recebíveis e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

**(a) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(i) Risco cambial**

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP) e Euro (EUR). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina e do euro. A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o final do ano 2020, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 25% e 50% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

	Saldo Patrimonial		Moeda Nacional		Risco	Cenário				
	30/09/20	30/06/20	30/09/20	30/06/20		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>Ativos</b>										
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 896	USD 1.031	R\$ 5.056	R\$ 5.646	Dólar	R\$ 5,40	R\$ 6,75	R\$ 8,10	R\$ 4,05	R\$ 2,70
Contas a Receber	USD 569	USD 498	R\$ 3.208	R\$ 2.727	Dólar					
Outro Ativos	USD -	USD 42	R\$ -	R\$ 232	Dólar					
	<b>USD 1.465</b>	<b>USD 1.571</b>	<b>R\$ 8.264</b>	<b>R\$ 8.605</b>		<b>R\$ (353)</b>	<b>R\$ 1.625</b>	<b>R\$ 3.603</b>	<b>R\$ (2.331)</b>	<b>R\$ (4.308)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	USD 477	USD 35	R\$ 2.692	R\$ 3.862	Dólar					
	<b>USD 477</b>	<b>USD 35</b>	<b>R\$ 2.692</b>	<b>R\$ 3.862</b>		<b>R\$ (115)</b>	<b>R\$ 529</b>	<b>R\$ 1.174</b>	<b>R\$ (759)</b>	<b>R\$ (1.403)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>USD 988</b>	<b>USD 1.536</b>	<b>R\$ 5.572</b>	<b>R\$ 4.743</b>		<b>R\$ (238)</b>	<b>R\$ 1.096</b>	<b>R\$ 2.429</b>	<b>R\$ (1.571)</b>	<b>R\$ (2.905)</b>
<b>Ativos</b>										
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP 513	GBP 72	R\$ 3.737	R\$ 486	Libra Esterlina	R\$ 6,98	R\$ 8,73	R\$ 10,47	R\$ 5,24	R\$ 3,49
Contas a Receber	GBP -	GBP -	R\$ -	R\$ -	Libra Esterlina					
Outro Ativos	GBP 121	GBP 8	R\$ 882	R\$ 51	Libra Esterlina					
	<b>GBP 634</b>	<b>GBP 79</b>	<b>R\$ 4.619</b>	<b>R\$ 537</b>		<b>R\$ (196)</b>	<b>R\$ 910</b>	<b>R\$ 2.016</b>	<b>R\$ (1.302)</b>	<b>R\$ (2.402)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	GBP 1	GBP 35	R\$ 10	R\$ 4	Libra Esterlina					
	<b>GBP 1</b>	<b>GBP 35</b>	<b>R\$ 10</b>	<b>R\$ 4</b>		<b>R\$ (0)</b>	<b>R\$ 2</b>	<b>R\$ 4</b>	<b>R\$ (3)</b>	<b>R\$ (5)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>GBP 632</b>	<b>GBP 44</b>	<b>R\$ 4.609</b>	<b>R\$ 533</b>		<b>R\$ (195)</b>	<b>R\$ 908</b>	<b>R\$ 2.012</b>	<b>R\$ (1.299)</b>	<b>R\$ (2.402)</b>
<b>Ativos</b>										
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 323	EUR 356	R\$ 2.138	R\$ 2.193	Euro	R\$ 6,33	R\$ 7,91	R\$ 9,50	R\$ 4,75	R\$ 3,17
Contas a Receber	EUR 315	EUR 160	R\$ 2.086	R\$ 984	Euro					
Outro Ativos	EUR -	EUR -	R\$ -	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 639</b>	<b>EUR 516</b>	<b>R\$ 4.224</b>	<b>R\$ 3.177</b>		<b>R\$ (181)</b>	<b>R\$ 830</b>	<b>R\$ 1.841</b>	<b>R\$ (1.192)</b>	<b>R\$ (2.202)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	EUR 134	EUR 35	R\$ 886	R\$ 804	Euro					
	<b>EUR 134</b>	<b>EUR 35</b>	<b>R\$ 886</b>	<b>R\$ 804</b>		<b>R\$ (38)</b>	<b>R\$ 174</b>	<b>R\$ 386</b>	<b>R\$ (250)</b>	<b>R\$ (462)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>EUR 505</b>	<b>EUR 481</b>	<b>R\$ 3.338</b>	<b>R\$ 2.373</b>		<b>R\$ (143)</b>	<b>R\$ 656</b>	<b>R\$ 1.454</b>	<b>R\$ (942)</b>	<b>R\$ (1.740)</b>
<b>Efeito Líquido Geral</b>						<b>R\$ (576)</b>	<b>R\$ 2.660</b>	<b>R\$ 5.895</b>	<b>R\$ (3.812)</b>	<b>R\$ (7.047)</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

**Ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures que estão atrelados à variação do CDI, TLP e IPCA, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

- (i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa e as debêntures emitidas em 2019; e
- (ii) IPCA para financiamento junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

**Análise de sensibilidade dos ativos financeiros**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base nas projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% para o final do ano de 2020, e este definido como cenário I provável. A partir deste, foram de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

	30/09/2020				
	Saldos em 30/09/2020	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Redução		25,0%	50,0%
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 23.795	CDI (ano)	1,90%	1,43%	0,95%
Receita Financeira			R\$ 452	R\$ 340	R\$ 226

**Análise de sensibilidade dos passivos financeiros**

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de CDI e IPCA vigentes em 30 de setembro de 2020, foi definido o cenário provável (cenário I) para o final do ano de 2020 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Controladora</b>					
	<b>Saldos em 30/09/2020</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Capital de Giro	R\$ 93.324	Aumento CDI + 2,75% a.a.	4,70%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 4.388	R\$ 5.487	R\$ 6.579
Capital de Giro	R\$ 13.075	Aumento CDI + 6,8% a.a.	8,83%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 1.154	R\$ 1.443	R\$ 1.731
<b>Consolidado</b>					
	<b>Saldos em 30/09/2020</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Capital de Giro	R\$ 93.324	Aumento CDI + 2,75% a.a.	4,70%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 4.388	R\$ 5.487	R\$ 6.579
Capital de Giro	R\$ 13.075	Aumento CDI + 6,8% a.a.	8,83%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 1.154	R\$ 1.443	R\$ 1.731
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 5.603	Aumento IPCA	2,30%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 129	R\$ 161	R\$ 193

**(b) Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	36.198	24.908
Contas a receber de clientes	33.735	29.777
Serviços a faturar	8.779	5.412
<b>Total</b>	<b>78.712</b>	<b>60.097</b>



**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

**(a) Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2020, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<b>Controladora</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Empréstimos	28.152	59.713	28.789	
Fornecedores e outras obrigações	1			
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	23.837	54.567	45.992	
Fornecedores e outras obrigações	20			

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Empréstimos	31.144	61.881	30.588	2.642
Fornecedores e outras obrigações	6.120			
Passivo de arrendamento	3.334	1.597	902	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	26.359	57.645	48.607	2.369
Fornecedores e outras obrigações	9.286			
Passivo de arrendamento	5.891	3.336	1.083	632

**(b) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

**3.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado intermediário, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 podem ser assim sumariados:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos (Nota 17)	106.399	110.662	112.295	116.198
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(486)	(2.497)	(36.198)	(24.908)
<b>Dívida líquida</b>	<b>105.913</b>	<b>108.165</b>	<b>76.097</b>	<b>91.290</b>
Total do patrimônio líquido	137.186	137.289	137.186	137.289
<b>Total do capital</b>	<b>243.099</b>	<b>245.454</b>	<b>213.283</b>	<b>228.579</b>
Índice de alavancagem financeira - %	44%	44%	36%	40%

A diminuição no índice em 30 de setembro de 2020 em relação ao fechamento de exercício de 2019, refere-se principalmente ao incremento de caixa e equivalente de caixa do período. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

### 3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

## 4. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva toma suas decisões operacionais e estratégicas observando os resultados consolidados, ou seja, possui um único segmento operacional, o de software.

A estratégia de atuação por meio de ofertas através de uma única plataforma integrada das soluções Neogrid para a sincronização automática da cadeia de suprimentos, é a principal vantagem competitiva e decisiva da Companhia, ofertando soluções SaaS – Software as a Service, com geração predominantemente de receita de subscrição de acesso à plataforma de soluções Neogrid.

## 5. Investimentos

### (a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	236.173	245.651
	<b>236.173</b>	<b>245.651</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Participação societária nos investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas intermediárias incluem as participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

Razão Social	País	Tipo de Operação	Participação Direta		Participação Indireta	
			30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Neogrid Software Ltda	BRA	Exploração comercial de programas para computador	100,00%	100,00%		
Neogrid Informática Ltda	BRA	Exploração comercial de programas para computador	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	Holding			100,00%	100,00%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization			100,00%	100,00%
Neogrid North America LLC.	EUA	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	100,00%	100,00%		
Neogrid Europe Ltd	UK	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization			100,00%	100,00%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**(c) Resumo das informações financeiras**

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) Balanço patrimonial sintético

	<b>Controladas</b>							
				<b>Diretas</b>		<b>Indiretas</b>		
	<b>Neogrid Software</b>		<b>Neogrid Informática</b>		<b>Neogrid North America</b>		<b>Neogrid Netherlands</b>	
30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	
Circulante								
Ativo	-	19.707	69.814	42.682	14.297	12.736	4.720	2.877
Passivo	-	(14.332)	(47.602)	(17.786)	(14.951)	(14.490)	(1.409)	(2.225)
Ativo Circulante Líquido	-	5.375	22.212	24.896	(654)	(1.754)	3.311	652
Não Circulante								
Ativo	-	48.807	250.377	203.390	14.919	6.660	346	1.502
Passivo	-	(19.322)	(48.946)	(21.130)	-	(1.271)	-	-
Ativo Não Circulante Líquido	-	29.485	201.431	182.260	14.919	5.389	346	1.502
Patrimônio Líquido	-	34.860	223.643	207.156	14.265	3.635	3.657	2.154

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias  
em 30 de setembro de 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladas								
				Diretas			Indiretas		
	Neogrid Software		Neogrid Informática	Neogrid North America		Neogrid Netherlands			
30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2019	
(ii) Demonstração sintética do resultado	44.249	45.333	104.769	34.560	19.889	15.598	8.561	4.276	
Lucro/(prejuízo) antes do IR e CS	6.695	5.942	5.881	(6.010)	8.231	1.418	4.480	1.730	
Despesa de IR e CS	(3.464)	(1.764)	(2.136)	318	-	(240)	-	-	
Lucro líquido/(prejuízo)	3.231	4.178	3.745	(5.692)	8.231	1.178	4.480	1.730	

(iii) Demonstração sintética do resultado abrangente

	Controladas								
				Diretas			Indiretas		
	Neogrid Software		Neogrid Informática	Neogrid North America		Neogrid Netherlands			
30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2019	
Lucro líquido/(prejuízo)	3.231	4.178	3.745	-5.692	8.231	1.178	4.480	1.730	
Outros resultados abrangentes	-	-	526	-	2.399	29	-	139	
Total do resultado abrangente	3.231	4.178	4.271	-5.692	10.630	1.207	4.480	1.869	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>30/09/2020</b>			
	NeoGrid Software	NeoGrid Informática	NeoGrid N.A. LLC	Total dos Investimentos
	100%	100%	100%	
Participação no capital votante %				
Informações em 30 de setembro de 2020				
Capital subscrito e integralizado	-	210.000	39.331	<b>249.331</b>
Patrimônio líquido	-	223.643	14.265	<b>237.908</b>
Resultado do período	3.231	3.745	8.231	<b>15.207</b>
<b>Movimentação dos Investimentos:</b>				
<b>No início do período</b>	<b>34.860</b>	<b>207.156</b>	<b>3.635</b>	<b>245.651</b>
Aquisição de ações	(28.529)	28.529		-
Redução de capital	-	(12.287)	-	<b>(12.287)</b>
Dividendos recebidos (distribuídos)	(9.562)	(5.761)	-	<b>(15.323)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	3.231	3.745	8.231	<b>15.207</b>
Ajustes acumulados de conversão	-	526	2.399	<b>2.925</b>
<b>No final do período</b>	<b>-</b>	<b>221.908</b>	<b>14.265</b>	<b>236.173</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>2019</b>					
	NeoGrid Informática	NeoGrid Software	Accera	NeoGrid N.A. LLC	Dux Global	Total dos Investimentos
Participação no capital votante %	100%	100%	-	100%	-	-
Informações em 31 de dezembro de 2019						
Capital subscrito e integralizado	192.022	29.453	-	39.331	-	<b>260.806</b>
Patrimônio líquido	207.156	34.860	-	3.635	-	<b>245.651</b>
Resultado do exercício	(868)	8.772	-	4.738	-	<b>12.642</b>
<b>Movimentação dos Investimentos:</b>						
<b>No início do exercício</b>	<b>99.497</b>	<b>26.587</b>	<b>3.605</b>	<b>(3.40)</b>	<b>932</b>	<b>130.281</b>
Aumento de capital	113.325	2.000	-	-	-	<b>115.325</b>
Redução de capital	-	-	(3.325)	-	36	<b>(3.289)</b>
Baixa de Ágio sobre investimentos	-	-	-	-	(968)	<b>(968)</b>
Dividendos recebidos (distribuídos)	(5.149)	(2.499)	-	-	-	<b>(7.648)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(868)	8.772	(280)	4.738	-	<b>12.362</b>
Ajustes acumulados de conversão	351	-	-	(763)	-	<b>(412)</b>
<b>No final do exercício</b>	<b>207.156</b>	<b>34.860</b>	<b>-</b>	<b>3.635</b>	<b>-</b>	<b>245.651</b>



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Em 01 de julho de 2020, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu a Neogrid Software Ltda., aumentando seu capital social no valor do patrimônio líquido da Neogrid Software Ltda., assumindo todos os direitos e obrigações da incorporada.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recursos em banco e em caixa	485	742	12.403	8.176
Depósitos bancários de curto prazo	<u>1</u>	<u>1.755</u>	<u>23.795</u>	<u>16.732</u>
	<u><b>486</b></u>	<u><b>2.497</b></u>	<u><b>36.198</b></u>	<u><b>24.908</b></u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2)/IAS 7.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cuja média trimestral para 30 de setembro de 2020 foi de 85% do CDI.

#### 7. Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber de cliente no país	29.790	27.162
Contas a receber de cliente no país - partes relacionadas (nota 24b)	-	13
Contas a receber de cliente no exterior	<u>6.027</u>	<u>4.569</u>
	<u>35.817</u>	<u>31.744</u>
Provisão p/ perdas de contas a receber de clientes	<u>(2.082)</u>	<u>(1.967)</u>
	<u><b>33.735</b></u>	<u><b>29.777</b></u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list), líquidos da provisão para perda esperada em 30 de setembro de 2020:

<u>Período</u>	<u>Títulos Vencidos</u>		<u>Títulos a Vencer</u>	
		<u>%</u>		<u>%</u>
Até 30	4.090	11,42%	18.637	52,03%
Entre 31 a 60 dias	408	1,14%	5.512	15,39%
Entre 61 a 90 dias	308	0,86%	2.683	7,49%
Entre 91 a 120 dias	274	0,76%	1.365	3,81%
Entre 121 a 150 dias	70	0,20%	582	1,62%
Entre 151 a 180 dias	120	0,34%	7	0,02%
Acima de 181 dias	1.742	4,86%	19	0,05%
Totais	7.012	19,58%	28.805	80,42%
Total Geral (Vencidos e a Vencer)			<u>35.817</u>	<u>100,00%</u>

A Companhia e suas controladas tem como política reconhecer como perda os valores apurados com base em análise estatística do histórico de perdas das contas a receber de clientes, inclusive sobre os títulos a vencer. Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldo Anterior	(1.967)	(1.447)
(Provisões) e reversões	(484)	485
Baixa por realização	(296)	(1.464)
Reversão por recebimento	665	459
Saldo Final	(2.082)	(1.967)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são denominadas nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Reais	29.790	27.175
Dólares americanos	3.942	3.342
Euros	2.085	1.227
	<b>35.817</b>	<b>31.744</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

#### 8. Tributos a recuperar

Ativo Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Imposto de renda a recuperar	15	61	3.263	6.185
Contribuição social a recuperar	10	10	2.382	4.060
Impostos retidos na fonte	-	-	348	1.365
PIS e COFINS a recuperar	-	-	197	197
Outros	-	-	51	66
	<b>25</b>	<b>71</b>	<b>6.241</b>	<b>11.873</b>

#### 9. Despesas antecipadas

Ativo circulante	Controlada		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Seguro	3	12	-	-
Aluguel de software (*)	-	-	3.223	2.687
Indenização civil	-	-	272	308
Depósitos	-	-	735	27
Outras despesas antecipadas	-	-	262	577
	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>4.492</b>	<b>3.599</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Aluguel de software (*)	-	-	346	346
Indenização civil	-	-	303	375
	-	-	<b>649</b>	<b>721</b>

(\*) contratos de licença de que não se enquadram no escopo do IFRS 16.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 10. Serviços entregues a faturar

Esta rubrica representa os serviços já prestados para os clientes da Companhia e suas controladas, os quais ainda não foram faturados em decorrência de pendências internas dos clientes relacionadas ao aceite dos serviços prestados, cujo saldo consolidado representa R\$ 8.779 em 30 de setembro de 2020 e R\$ 5.412 em 31 de dezembro de 2019.

#### 11. Outros créditos

	<b>Consolidado</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Ativo circulante</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Recebíveis UK	-	-	875	641
Garantias a receber	-	-	-	2.714
Outras contas a receber	5.729	-	7	192
	<b>5.729</b>	<b>-</b>	<b>882</b>	<b>3.547</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Mútuo Lett Serviços de Informação Ltda.	-	-	811	784
Mútuo Smarket Solutions	-	-	206	116
Depósitos Judiciais	-	-	19	9
Outras contas a receber	-	-	1	1
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.037</b>	<b>910</b>

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Lett tem sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); o referido contrato possui cláusula de conversão em participação societária.

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Smarket possui vencimento em 16 de janeiro de 2021 sendo sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). o referido contrato possui cláusula de conversão em participação societária.

#### 12. Tributos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Os valores são demonstrados a seguir:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>NeoGrid Informática S.A.</b>	<b>(29.064)</b>	<b>(15.361)</b>
Amortização ágio New Chain	(867)	(869)
Amortização ágio Expert Easy	(874)	(872)
Amortização ágio Bis Company	(18.655)	(16.484)
Amortização ágio Accera (IRCS diferido sobre mais valia)	(6.091)	(6.925)
Amortização Goodwill Trade Force	(200)	(131)
Amortização Goodwill Accera	(5.743)	(1.890)
Amortização do ágio Mercador	(12.534)	-
Amortização do ágio G2KA	(1.721)	-
Diferenças temporárias	5.048	2.092
Prejuízo fiscal	9.631	6.205
Amortização Mais Valia Intangíveis Accera	2.487	3.134
Amortização Mais Valia Intangíveis Trade Force	284	379
Outros diferimentos	171	-
<b>NeoGrid Software S.A.</b>	<b>-</b>	<b>(11.337)</b>
Amortização do ágio Mercador	-	(12.534)
Amortização do ágio G2KA	-	(1.721)
Diferenças temporárias	-	2.696
Outros diferimentos	-	82
Prejuízo fiscal	-	140
<b>Tributos diferidos passivos líquidos</b>	<b>(29.064)</b>	<b>(26.698)</b>

O valor do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos registrados no passivo não circulante, refere-se à provisão de 34% sobre a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das seguintes empresas:

Em 03/11/2008 a Mercador S.A. incorporou sua adquirente Veneza Informática Ltda, quando passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$36.865 no período de 11/2008 a 10/2013.

Em 01/03/2014 a G2KA Sistemas foi incorporada pela Neogrid Software, quando esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 5.063 de 03/2014 a 02/2019.

Em 01/04/2014 as empresas BIS Participações, NewChain e Expert-Easy foram incorporadas pela Neogrid Informática, e esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 54.866 de 04/2014 a 09/2020 relativo à BIS, R\$ 2.459 e R\$ 2.571 de 04/2014 a 03/2019 relativo a NewChain e Expert-Easy, respectivamente.

Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática adquiriu 82,26% de participação na Accera Sistemas Estratégicos Ltda. e a Neogrid Participações adquiriu os 17,74% restantes. A "Accera" possui um ágio no valor de R\$1.358 apurado sobre Goodwill na aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda., em 29 de dezembro de 2017, amortizados fiscalmente de Ago/2018 a Set/2020 no valor de R\$ 589. Em 31 de Agosto de 2019 a Neogrid Informática adquiriu da Neogrid Participações os 17,74% restantes de participação na Accera.

Em 02 de Setembro de 2019 a Accera foi incorporada pela Neogrid Informática e o ágio apurado sobre Goodwill no valor de R\$ 83.364 foi amortizado fiscalmente de Set/2019 a Set/2020 no valor de R\$ 18.062. Sobre estas amortizações foram constituídas as provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos combinados com a geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Lucro (Prej.) antes do imposto de renda e contribuição social	14.180	8.274
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(4.821)	(2.813)
Equivalência patrimonial	(1.523)	(517)
Despesas indedutíveis	(26)	(6)
Incentivo a inovação tecnológica	53	-
Outras diferenças permanentes	716	346
		-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(5.601)</u>	<u>(2.990)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.004)	(1.814)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.597)	(1.176)
Taxa efetiva %	<u>39,501</u>	<u>36,141</u>

### 13. Arrendamentos

#### (a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativos de direito de uso		
Máquinas e equipamentos	4.201	5.692
Software	762	1.394
Locação de Imóveis	2.695	5.031
	<u>7.658</u>	<u>12.117</u>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	3.395	5.366
Não circulante	2.029	4.460
	<u>5.424</u>	<u>9.826</u>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As adições aos ativos de direito de uso durante o período de 2020 totalizaram R\$ 232.

#### (b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargo de depreciação e amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Nota 27)

	<u>30/09/2020</u>
Máquinas e equipamentos	1.616
Software	637
Locação de Imóveis	<u>2.733</u>
	<u>4.986</u>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 29)	525

Os pagamentos de arrendamentos em 2020 totalizaram R\$ 5.906.

A Companhia e suas controladas alugam alguns imóveis em prédios comerciais para a instalação de suas operações, além de equipamentos de informática. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de três a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iii) a seguir.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia e suas controladas são o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 1o de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia e suas controladas. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois, o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- (ii) pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (iv) o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (iii) quaisquer custos diretos iniciais; e
- (iv) custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois, o menor. Se a Companhia e suas controladas estiverem razoavelmente certas de que irão exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

#### (c) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

##### Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.826</b>
Juros provisionados	525
Adição por novos contratos	979
Pagamentos	(5.906)
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 30 de setembro de 2020</b>	<b>5.424</b>

A Companhia e suas controladas apresentam, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias  
em 30 de setembro de 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Maturidade dos contratos

#### Vencimento das prestações

Menos de 1 ano	3.334
Entre 1 e 2 anos	1.597
Entre 2 e 5 anos	902
Acima de 5 anos	-
Valores não descontados	5.833
Juros embutidos	(409)
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 30 de setembro de 2020</b>	<b><u>5.424</u></b>

#### Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos Contratos</u>	<u>Taxa % a.a</u>
3 anos	14,03
4 anos	8,69

### Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

<b>Saldo dos ativos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>12.117</b>
Adição por novos contratos	232
Ajustes por remensuração	295
Despesa de depreciação e amortização	(4.986)
<b>Saldo dos ativos de arrendamento em 30 de setembro de 2020</b>	<b><u>7.658</u></b>



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020  
(Em milhares de Reais)

### 14. Imobilizado

Taxas de Depreciação a.a. %	30/09/2020			Consolidado 31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
20%	30.452	(29.468)	984	27.725	(26.404)	1.321
10%	3.016	(1.928)	1.088	2.527	(1.730)	797
10%	6.337	(3.493)	2.844	4.377	(2.962)	1.415
20%	603	(78)	525	1.264	(47)	1.217
	<b>40.408</b>	<b>(34.967)</b>	<b>5.441</b>	<b>35.893</b>	<b>(31.143)</b>	<b>4.750</b>

### Movimentação do custo e da depreciação

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis locados	Outros	Total do Imobilizado
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>9.720</b>	<b>1.014</b>	<b>1.239</b>	<b>1.721</b>	<b>13.694</b>
Adições	100	67	397	(500)	64
Alienação de imobilizado	(637)	(134)	-	-	(771)
Transferências	6	-	-	-	6
Depreciação no exercício	(1.042)	(146)	(213)	(6)	(1.407)
Transferências p/ Direito de Uso de Arrendamento (a) (Nota 13)	(6.836)	-	-	-	(6.836)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>1.311</b>	<b>801</b>	<b>1.423</b>	<b>1.215</b>	<b>4.750</b>
Adições	171	485	1.817	1.274	3.747
Alienação de imobilizado	(52)	(46)	-	(1.935)	(2.033)
Depreciação no período	(456)	(148)	(388)	(31)	(1.023)
<b>Saldos em 30/09/2020</b>	<b>974</b>	<b>1.092</b>	<b>2.852</b>	<b>523</b>	<b>5.441</b>
Taxa média de depreciação anual	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>	

(a) Valores de leasing financeiro existentes em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação utilizados no exercício anterior.

### Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o trimestre em 30 de setembro de 2020 não houve a necessidade de constituição de provisão.

### Garantias

Em 30 de setembro de 2020, não havia bens do imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangível

	Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
<b>Vida útil definida</b>				
Software	11.339	(10.246)	1.093	1.365
Carteira de clientes	264	(262)	2	17
Mais valia de intangíveis (a)	37.567	(16.078)	21.489	26.667
Marcas e patentes	1.044	(456)	588	799
<b>Vida útil indefinida</b>				
Direitos comerciais (b)	3.000	-	3.000	-
Ágios (Goodwill) (c)	201.943	-	201.943	203.174
	<b>255.157</b>	<b>(27.042)</b>	<b>228.115</b>	<b>(21.196)</b>
				<b>235.022</b>

191

### Movimentação do custo e da amortização

Consolidado	Taxa média de amortização anual	Saldo em 31/12/2019	Adições	IR/CS Diferidos – Mais valia	Alienação	Amortização no período	Saldo em 30/09/2020
Software	20%	1.365	282	-	(116)	(438)	1.093
Carteira de clientes	6,67%	17	4	-	-	(19)	2
Mais valia de intangíveis (a)	18,2% a 22,7%	26.667	-	-	-	(5.178)	21.489
Marcas e patentes		799	-	-	-	(211)	588
Direitos comerciais (b)		3.000	-	-	-	-	3.000
Ágios (Goodwill) (c)		203.174	-	(1.231)	-	-	201.943
Total Intangível		<b>235.022</b>	<b>286</b>	<b>(1.231)</b>	<b>(116)</b>	<b>(5.846)</b>	<b>228.115</b>

(a) A mais-valia de intangíveis refere-se a Software, Tecnologia, Relacionamento com Clientes e Marcas, gerados na aquisição de participação societária das seguintes empresas:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais)

- (i) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
  - (ii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
  - (iii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.
- (b) O ágio sobre investimentos foi gerado na aquisição de participação societária nas seguintes empresas, com as respectivas incorporações posteriores:
- (i) Mercador S.A. - aquisição em 2007 e 2008; incorporação em novembro de 2008;
  - (ii) Newchain Business Solutions Ltda: aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
  - (iii) Expert-Easy Consultoria em Informática Ltda – aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
  - (iv) Neogrid North America LLC – aquisição em 2008;
  - (v) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
  - (vi) Bis Participações Ltda: aquisição e incorporação em 2014;
  - (vii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
  - (viii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.
- (c) Em junho de 2010 a Neogrid Informática firmou Contrato Particular de Parceria de Distribuição de Software com a TOTVS S.A., a qual licenciou a Neogrid Informática como sua única e exclusiva fornecedora da Solução “TOTVS COLABORAÇÃO”, para a qual pagou o valor de R\$ 3.000 ao longo de 30 meses. O contrato possui prazo indeterminado de vigência, sendo classificado como vida útil indefinida e sua recuperabilidade testada anualmente.

Os ágios estão fundamentados na perspectiva de rentabilidade futura, e foram, quando aplicável, amortizados até 31 de dezembro de 2008. A amortização foi interrompida a partir de 1 de janeiro de 2009 e a recuperabilidade do seu valor contábil é testada anualmente. Em 2019 e em 2020 não houve necessidade de ajustes de “impairment”.

#### **Análise do valor recuperável do intangível de vida útil indefinida**

A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

No período findo em 30 de setembro de 2020 a Administração da Companhia, avaliou a recuperabilidade dos seus ativos considerando os possíveis impactos causados pela pandemia do Covid-19 e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras intermediárias.

#### **16. Fornecedores e outras contas a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>30/09/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Fornecedores Mercado Interno	1	20	3.643	3.492
Fornecedores mercado interno - partes relacionadas (nota 24b)			108	153
Fornecedores Mercado Externo			2.368	1.614
Adiantamento de Clientes			301	181
Outras Contas a Pagar			594	828
	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>7.014</b>	<b>6.268</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais)

### 17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários têm vencimento até 2029 e cupons médios de 0,8575% ao mês. O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 112.295 (R\$ 116.198 em 2019).

Modalidade	Encargos em 2019	Ano de vencimento	Moeda	Controladora		Consolidado	
				30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Capital de giro (nacional)	CDI + 2,75% a.a.	2024	R\$	93.324	110.662	93.324	110.662
Capital de giro (nacional)	CDI + 6,80% a.a.	2022	R\$	13.075	-	13.075	-
Capital de giro (nacional)	CDI + 9,66% a.a.	2021	R\$	-	-	293	-
BNDES	0,86% a 1,00% a.m.	2020	R\$	-	-	-	2
FINEP	Variação do IPCA a.m.	2029	R\$	-	-	5.603	5.534
				<b>106.399</b>	<b>110.662</b>	<b>112.295</b>	<b>116.198</b>
Parcelas no circulante				26.115	18.662	26.947	18.678
Parcelas no não circulante				80.284	92.000	85.348	97.520

### Garantias

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. Abaixo estão detalhadas as garantias apresentadas:

Operação	Controladora	Consolidado
Contas a receber de clientes	-	2.000
Carta de Fiança Bancária	5.520	5.520
	<b>5.520</b>	<b>7.520</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais)

#### Controladora – Debêntures - Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais) Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta. As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). Sua remuneração será pautada pela CDI+2,75% a.m.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (\*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

(\*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Os indicadores são anuais e todos foram cumpridos até a data do último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando o resultado alcançado foi de 2,03; a Companhia continua monitorando tais indicadores.

#### Derivativos (swap)

Atualmente a Companhia não se utiliza de operação de derivativos.

#### Movimentação no período

A tabela a seguir representa as movimentações ocorridas nesta rubrica, durante o exercício 2019 e as movimentações acumuladas até o 3º trimestre de 2020:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	<b>47.283</b>
(+) Captações	110.000	116.070
(-) Pagamento de principal	-	(37.697)
(-) Pagamento de juros	(1.038)	(6.172)
(-) Transferências p/ Direito de Uso de Arrendamento (Nota 13)	-	(8.332)
(+) Juros e variação cambial	1.700	5.046
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.662</b>	<b>116.198</b>
(+) Captações	11.999	12.417
(-) Pagamento de principal	(18.819)	(18.310)
(-) Pagamento de juros	-	(845)
(+) Juros e variação cambial	2.557	2.835
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>106.399</b>	<b>112.295</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 18. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos das obrigações sociais e trabalhistas estão assim compostos:

Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Salários a Pagar	-	-	653	2.150
Férias a Pagar	-	-	7.147	6.436
Participações no resultado e bônus	-	-	6.595	4.626
Décimo Terceiro a Pagar	-	-	2.982	-
Outros	-	-	157	84
	-	-	<b>17.534</b>	<b>13.296</b>
INSS a Pagar	9	6	272	696
FGTS a Pagar	-	-	352	523
	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>624</b>	<b>1.219</b>
	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>18.158</b>	<b>14.515</b>

#### 19. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Impostos subsidiárias no Exterior	-	-	1.795	1.906
IRRF Assalariado	9	7	641	1.121
INSS s/Faturamento	-	-	2.082	684
ISS	-	-	351	407
IRRF e CSLL	-	-	-	694
PIS E COFINS	-	-	1.024	15
Retenções	-	-	161	104
Outros	-	-	40	71
	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>6.094</b>	<b>5.002</b>

#### 20. Provisões de custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisão de custos com terceiros	21	22	10.428	6.503
Provisão de comissões	-	-	341	216
	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>10.769</b>	<b>6.719</b>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos. Os valores são referentes à provisão de despesas e comissões com os parceiros que serão apropriados de acordo com a competência.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 21. Obrigações por aquisições de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado ou retidos para garantias. Estão registradas no passivo, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
<b>Passivo circulante</b>				
Aquisição de ações pessoas físicas	-	252	-	252
Aquisição Trade Force (a)	-	-	-	2.107
	<u>-</u>	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>

(a) Obrigação oriunda da aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda pela "Accera".

#### 22. Receitas diferidas

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Receita de subscrição (recorrente)	7.275	5.996
Receita de serviços	1.474	2.739
	<u>8.749</u>	<u>8.735</u>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos.

A Companhia gera receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software a seus clientes. A Companhia fornece acesso ao seu software baseado em assinaturas anuais que são diferidas e reconhecidas proporcionalmente durante o período de subscrição. Os faturamentos antecipados são incluídos na receita diferida, que é então reconhecida nos anos subsequentes proporcionalmente aos períodos de execução. Para outros serviços, a Companhia reconhece a receita em base linear durante o prazo previsto no contrato.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos
Em 30 de setembro de 2020	8.749			
Em 31 de dezembro de 2019	8.735			

#### 23. Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para cobrir perdas prováveis em situações nas quais a Companhia avalia ser provável a realização de desembolsos futuros. As provisões foram constituídas, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo suficientes para fazer face às perdas esperadas. E ficaram compostas de acordo com a natureza, conforme segue:



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Trabalhistas	742	173

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	-	173	-	173
(+) Complemento de provisões	-	574	-	574
(+) Atualização monetária	-	-	-	-
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(5)	-	(5)
(-) Baixa por pagamentos	-	-	-	-
(-) Baixa por alienação de empresa	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	-	742	-	742

#### Processos com perdas estimadas como possíveis

Os processos para os quais a perspectiva de perda foi avaliada como possível totalizaram R\$ 454 em 30 de setembro de 2020 sendo R\$ 185 de natureza trabalhista e R\$ 269 de natureza cível; (em 2019 R\$ 78 de natureza trabalhista e R\$ 1.637 de natureza Civil, totalizando R\$ 1.715 naquele ano).

#### Provisões para contingências trabalhistas

Os processos Trabalhistas, classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

#### 24. Partes relacionadas

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas e a remuneração da administração foram realizadas conforme segue:

##### (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Os montantes relativos a remuneração do pessoal chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários foi de R\$ 6.600 em 2020 até setembro (R\$ 4.409 em 2019 até setembro), além das despesas com opções de compra de ações concedidas aos administradores no montante de R\$ 474 no 3º trimestre de 2020 (835 no 1º semestre de 2020).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b) Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos dos faturamentos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas e estas operações foram contratadas em condições normais de mercado:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
<b>Contas a receber (nota 7)</b>		
Neogrid Datacenter S.A.	-	9
Camerite Sistemas S.A.	-	4
	-	13

Os valores referem-se a reembolso de despesas.

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (nota 16)</b>		
Neogrid Datacenter S.A.	25	107
M. Abuhab Participações S.A.	81	44
Camerite Sistemas S.A.	2	2
	108	153

O quadro a seguir apresenta os saldos de outras transações com partes relacionadas que tiveram impacto no resultado do período:

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Neogrid Datacenter S.A. (a)	79	217
M. Abuhab Participações S.A. (b)	359	388
Camerite Sistemas S.A. (c)	5	5
LMRL Consultoria em Tecnologia da Informação (d)	-	19
	443	629

Notas:

- (a) Link de internet, circuito de dados, hospedagem de equipamentos (colocation) e servidores;
- (b) Aluguel e Condomínio do Prédio Neogrid Joinville;
- (c) Câmeras para segurança interna do escritório;
- (d) Serviços de consultoria;

## 25. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

#### Neogrid Participações S.A.

O capital social da Neogrid Participações S.A. em 30 de setembro de 2020 totaliza R\$132.408 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) totalmente integralizado. Está representado por 164.189.651 ações ordinárias nominativas (11.428.380 em tesouraria) e 6.455.614 ações preferenciais nominativas (4.935.885 em tesouraria). Não houve emissão de ações em 2020.

Segue a composição societária da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 dezembro de 2019:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acionista	30/09/2020		2019	
	Ações	%	Ações	%
ZAPHIRA Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (1)	152.281.720	89,24%	159.121.651	93,25%
Eduardo Kazmierczak Neto	-	-	4.050.103	2,37%
Cristhiano Stefani Faé	-	-	4.050.103	2,37%
Robson Alessandro Munhoz	716.324	0,42%	716.324	0,42%
Flavio de Almeida Carvalho	716.324	0,42%	716.324	0,42%
Alexandre Kappel	281.386	0,16%	562.771	0,33%
Leandro Vettorazzi Gabrieli	-	-	562.771	0,33%
Thiago Grechi	119.616	0,07%	239.232	0,14%
Rodrigo Landgraf de Souza Leão	78.549	0,05%	157.098	0,09%
Cesar Augusto Ghilardi	87.081	0,05%	87.081	0,05%
<b>Ações em circulação</b>	<b>154.281.000</b>	<b>90,41%</b>	<b>170.263.458</b>	<b>99,78%</b>
Ações em tesouraria	16.364.265	9,59%	381.807	0,22%
<b>Total em unidades</b>	<b>170.645.265</b>	<b>100,00%</b>	<b>170.645.265</b>	<b>100,00%</b>

(1) Nova denominação social do YAFO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, alterada em janeiro de 2020.

As ações preferenciais não conferem a seus titulares o direito a voto nas deliberações sociais, entretanto terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

#### (b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício 2019 ocorreu destinação de R\$ 433.

#### (c) Opções outorgadas

O Plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária em 20 de janeiro de 2020, no montante de até 8.981.330 ações, para concessão aos diretores e a algumas pessoas chave da Companhia.

O preço de exercício das opções concedidas é definido com base no patrimônio líquido da Companhia no exercício imediatamente anterior ao do seu exercício.

As opções têm um prazo contratual de opção de quatro anos e são exercíveis durante esse período, sendo 25% das ações para cada ano de permanência na Companhia ou suas controladas, depois da data da concessão.

A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou não formalizada (constructive obligation) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>2020</b>	
	<u>Preço médio de exercício por ação (em reais)</u>	<u>Opções - milhares</u>
Em 31 de dezembro	-	-
Concedidas	0,72	7,059
Caducas	-	-
Exercidas	-	-
Vencidas	-	-
Em 30 de setembro	<u>0,72</u>	<u>7.059</u>

As opções de compra de ações em aberto no final do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

<u>Data de vencimento - 31 de Março</u>	<u>Preço de exercício por ação (em reais)</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	0,56	1.764	-
2022	0,69	1.764	-
2023	0,78	1.764	-
2024	0,84	1.764	-
		<u>7.059</u>	<u>-</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação *Black-Scholes*, era de R\$ 0,72 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 1,09 na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 97%, uma vida esperada da opção correspondente a dois anos e meio e uma taxa de juros anual sem risco de 5%.

As despesas com as opções de compra de ações concedidas aos Elegíveis foram de R\$ 474 no 3º trimestre de 2020 (835 no 1º semestre de 2020).

#### **(d) Ações em tesouraria**

Ações em tesouraria compreendem ao custo de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, adquiridas pela própria Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria.

No 2º trimestre de 2020 a Companhia adquiriu do acionista majoritário, 4.554.078 ações preferenciais ao custo médio ponderado de R\$0,8085 por ação, e 6.545.922 ações ordinárias ao custo médio ponderado de R\$0,8119 por ação.

No 3º trimestre de 2020 a Companhia adquiriu do acionista majoritário, 4.882.458 ações ordinárias ao custo médio ponderado de R\$0,8200 por ação.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possuía 11.428.380 ações ordinárias e 4.935.885 ações preferenciais, em tesouraria (381.807 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019).

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (e) Ágio em transações de capital

Refere-se ao ágio originado da aquisição de participação societária adicional na controlada Neogrid North America, após a Neogrid Participações já deter o controle societário desta empresa.

#### 26. Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados consolidado:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>01/07/2020</b> a <b>30/09/2020</b>	<b>01/01/2020</b> a <b>30/09/2020</b>	<b>01/07/2019</b> a <b>30/09/2019</b>	<b>01/01/2019</b> a <b>30/09/2019</b>
Subscrição recorrente	57.598	169.018	55.050	160.883
Serviços	2.936	8.451	2.455	14.205
(-) Cancelamentos	(2.144)	(8.533)	(1.601)	(5.440)
(-) PIS / COFINS	(1.729)	(5.095)	(1.715)	(5.157)
(-) INSS	(2.131)	(6.290)	(2.129)	(6.290)
(-) ISS	(1.003)	(3.026)	(1.025)	(3.060)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>53.527</b>	<b>154.525</b>	<b>51.035</b>	<b>155.141</b>

#### 27. Custos e despesas operacionais por natureza

	<b>Consolidado</b>			
	<b>01/07/2020</b> a <b>30/09/2020</b>	<b>01/01/2020 a</b> <b>30/09/2020</b>	<b>01/07/2019</b> a <b>30/09/2019</b>	<b>01/01/2019</b> a <b>30/09/2019</b>
Salários e benefícios a empregados	(11.181)	(60.067)	(12.943)	(69.386)
Custos com terceiros e comissões	(997)	(6.490)	(1.898)	(11.942)
Assessorias e serviços de terceiros	(6.004)	(8.475)	(1.639)	(4.633)
Despesas comerciais e de marketing	(8.516)	(11.379)	(9.922)	(13.945)
Depreciação e amortização	(3.629)	(11.855)	(3.336)	(10.166)
Despesas indiretas de pessoal	(2.850)	(6.424)	(1.790)	(4.249)
Despesas com alugueis	(562)	(6.544)	(1.046)	(8.037)
Despesas gerais de consumo	(3.181)	(4.140)	(2.734)	(3.622)
Despesas com suporte de softwares e hardwares	(5.222)	(5.468)	(3.735)	(4.128)
Outras despesas	(582)	(7.923)	(2.466)	(5.555)
	<b>(42.724)</b>	<b>(128.765)</b>	<b>(41.509)</b>	<b>(135.663)</b>
Custo dos serviços prestados	(18.346)	(52.859)	(14.433)	(46.303)
Despesas com vendas	(6.535)	(18.468)	(6.358)	(21.707)
Despesas gerais e administrativas	(10.936)	(37.227)	(13.442)	(44.408)
Pesquisa e gastos com software	(6.907)	(20.211)	(7.276)	(23.245)
	<b>(42.724)</b>	<b>(128.765)</b>	<b>(41.509)</b>	<b>(135.663)</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas com as opções de compra de ações concedidas a administradores e a empregados foram de R\$ 474 no 3º trimestre de 2020 (835 no 1º semestre de 2020).

No período findo em 30 de setembro de 2020 os custos e despesas envolvendo partes relacionadas representaram R\$ 443 (R\$ 629 em 30 de setembro de 2019). Nota 24b.

#### 28. Outras receitas e (despesas), líquidas

	<u>01/07/2020</u> a	<u>01/01/2020</u> a	<u>01/07/2019</u> a	<u>01/01/2019</u> a
	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>30/09/2019</u>
Provisão para contingências	(559)	(574)	6	(103)
Provisão para perdas com impostos a recuperar	(642)	(732)	(45)	(135)
Outras receitas e (despesas) operacionais	46	(286)	(852)	(986)
	<u>(1.155)</u>	<u>(1.592)</u>	<u>(891)</u>	<u>(1.224)</u>

#### 29. Receitas e despesas financeiras

	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u>	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>	<u>Controladora</u> <u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	-	11	3	3
Juros de mora recebidos				
Descontos e abatimentos obtidos				
Juros sobre contrato de mútuo				
Receita Financeiras (AVP)				
Outras receitas financeiras	-	1	1	5
	-	12	4	8
<b>Despesas Financeiras</b>				
Variação Cambial passiva				
Despesas com IOF				(2)
Tarifas bancárias	(5)	(20)		
Descontos e abatimentos concedidos				
Juros e multa de mora pagos	(22)	(37)		(7)
Juros sobre contrato de mútuo				
Juros sobre contas a pagar aquisição de participações				
Despesas com financiamentos				
Encargos s/ Locação de Imóveis - IFRS16				
Despesas Financeiras (AVP)				
Juros sobre financiamentos	(270)	(352)		
Juros e Custos de Transação Debentures/ Finep	(1.190)	(4.471)		
Pis e Cofins s/ Receitas Financeiras				
Comissão Fiança e Seguro Garantia				
	<u>(1.487)</u>	<u>(4.880)</u>	<u>-</u>	<u>(9)</u>
	<u>(1.487)</u>	<u>(4.868)</u>	<u>4</u>	<u>(1)</u>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	223	645	242	498
Juros de mora recebidos	28	92	34	102
Descontos e abatimentos obtidos	2	11	-	3
Juros sobre contrato de mútuo Receitas	28	68	665	697
Receita Financeiras (AVP)	(8)	60	-	6
Outras receitas financeiras	15	73	426	704
	<b>288</b>	<b>949</b>	<b>1.367</b>	<b>2.010</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Variação Cambial passiva	(461)	(2.625)	(1.223)	(1.117)
Despesas com IOF	(9)	(35)	(25)	(90)
Tarifas bancárias	(64)	(191)	(155)	(376)
Descontos e abatimentos concedidos	(32)	(107)	(9)	(48)
Juros e multa de mora pagos	(34)	(86)	(58)	(246)
Juros sobre contrato de mútuo	(4)	(11)	-	-
Juros sobre contas a pagar aquisição de participações	(9)	(33)	(1.345)	(4.008)
Despesas com financiamentos	(82)	(256)	(667)	(2.158)
Encargos s/ Locação de Imóveis - IFRS16	(81)	(272)	-	-
Despesas Financeiras (AVP)	(206)	(327)	(69)	(102)
Juros sobre financiamentos	(473)	(872)	(970)	(1.201)
Juros e Custos de Transação Debentures/ Finep	(1.190)	(4.471)	-	-
Comissão Fiança e Seguro Garantia	(132)	(258)	(902)	(2.644)
	<b>(2.777)</b>	<b>(9.544)</b>	<b>(5.423)</b>	<b>(11.990)</b>
	<b>(2.489)</b>	<b>(8.595)</b>	<b>(4.056)</b>	<b>(9.980)</b>

### 30. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

#### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referente ao 3º trimestre de 2020:

	Básico		Diluído	
	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019
Lucro por ação				
Número de Ações (em milhares)	154.281	170.563	154.281	170.563
Média ponderada ações (em milhares)	156.614	170.563	163.673	170.563
Resultado do período	2.762	3.674	2.762	3.674
Lucro por ação	0,0176	0,0215	0,0169	0,0215

Referente a 30 de setembro de 2020:

	Básico		Diluído	
	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2020 a 30/09/2020	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro por ação				
Número de Ações (em milhares)	142.853	170.563	142.853	170.563
Média ponderada ações (em milhares)	152.744	170.863	153.696	170.863
Resultado do período	7.259	6.784	7.259	6.784
Lucro por ação	0,0475	0,0397	0,0472	0,0397

### 31. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

#### (a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Valor contábil líquido (Nota 14)	2.033	771
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	99	22
Valores recebidos na alienação de imobilizado	2.132	793

#### (b) Reconciliação da dívida líquida

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos de curto prazo (Nota 17)	26.947	18.678
Empréstimos de longo prazo (Nota 17)	85.348	97.520
<b>Total da dívida</b>	<b>112.295</b>	<b>116.198</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(36.198)	(24.908)
<b>Dívida líquida</b>	<b>76.097</b>	<b>91.290</b>

### 32. Cobertura de seguros

A Administração Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	Cobertura	Valor da cobertura
Segurança Virtual	“Cyber Attack”	R\$ 32.769
Imobilizado e prédio locado	Incêndio, raio, outros	R\$ 7.030
Administrativa	Responsabilidade Civil	R\$ 10.000

### 33. Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 15 de outubro de 2020.

#### Abertura de Capital

Foi verificado o seguinte evento subsequente, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09:

Entre os dias 09 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal “A Notícia” de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

#### Capital autorizado

Em 19 de outubro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia ficou autorizada a aumentar seu capital social em até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### Impactos causados pela pandemia da Covid-19

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

(i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores;

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de setembro de 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

(ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades;

(iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e

(iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou, durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do Coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser *Software as a Service* - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto nos *covenants* previstos em seus contratos financeiros.

Reiteramos que a Companhia avalia constantemente todos os riscos aos quais a Companhia está exposta, no âmbito dos riscos de mercado, assim como todos os fatores de riscos identificados no item “4.1 – Descrição dos fatores de risco”. Adicionalmente, as medidas tomadas pela Companhia em reação à pandemia estão descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### Outorga de Opção de Ações

Em 19 de outubro de 2020, no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, foram outorgadas novas opções de ações que dão direito aos seus beneficiários de adquirir 1.854.000 ações da Companhia. Para mais informações sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

\*\*\*

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2019**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

***Neogrid Participações S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2019***  
***e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Neogrid Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neogrid Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Neogrid Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neogrid Participações S.A. e da Neogrid Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

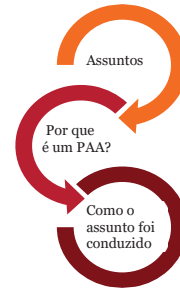
Neogrid Participações S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que, exceto pelo evento relacionado com a aquisição de negócio, que foi específico de 2018, as demais operações da Companhia e de suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior.

Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento da receita

Conforme nota explicativa 2.14, a Companhia reconhece receita de vendas quando o controle sobre os serviços é transferido para os clientes e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos serviços.

A determinação do cumprimento das obrigações de desempenho requer análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional por parte da Administração, o que pode levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.

Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto permanece como um principal assunto de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com prestação de serviços e das respectivas contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência da prestação do serviço;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com prestação de serviços com contratos de clientes, notas fiscais emitidas e a efetiva prestação do serviço, bem como verificamos a liquidação financeira da transação.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o



Neogrid Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

reconhecimento de receitas com a prestação de serviços atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.

---

### Recuperabilidade dos ágios

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 203.174 mil, referente aos ágios oriundos da aquisição de controladas.

A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

Mantivemos o referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do saldo do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação, principalmente, às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como margem EBITDA, taxa de crescimento e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

A divulgação das informações sobre os testes de *impairment*, incluindo os eventos e análises, está incluída na nota explicativa 18.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

- (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das receitas e de desconto no período projetado e na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável.
- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa futuros e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita, custos e despesas e taxa de desconto;
- (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado;
- (d) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.

No contexto das demonstrações financeiras, consideramos os critérios e premissas adotados pela Administração no teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.





Neogrid Participações S.A.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Neogrid Participações S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



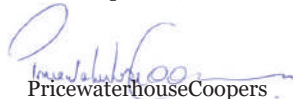
Neogrid Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 19 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração da Neogrid Participações S.A. (“Neogrid” ou “Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*).

No ano de 2019 o PIB do Brasil registrou um crescimento de 1,1%, o mesmo de 2018. Os serviços de informação e comunicação apresentaram crescimento de 4,1% em 2019, bem superior ao de 2018 que foi de 0,3%.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$207,1 milhões em 2019, representando um crescimento de 17% em relação ao exercício de 2018. As receitas da Neogrid são formadas por serviços recorrentes e serviços com a implementação de produtos.

As receitas recorrentes em 2019 corresponderam a 91,6% da receita total (91,1% em 2018), sendo fator de suma importância, pois geram estabilidade e previsibilidade de receitas futuras, trazendo maior segurança à geração de caixa na tomada de decisões e consequentemente reduzindo o risco do negócio.

No mercado interno, com a aquisição da empresa Accera Sistemas Estratégicos Ltda. em 2018, conseguimos unir as expertises e as plataformas das duas companhias oferecendo mais insights e inteligência às empresas conectadas à nossa malha. Com isto potencializamos o apoio às indústrias, varejos e distribuidores com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia. Em setembro de 2019 a Accera foi incorporada pela sua controladora Neogrid Informática.

Em 2019 a Neogrid registrou um EBITDA Ajustado de R\$47,3 milhões, correspondente à margem de 22,8%, com crescimento de 36,6% em relação ao EBITDA Ajustado 2018 de R\$34,6 milhões. Conforme detalhado a seguir:

	<b>Consolidado (em milhares R\$)</b>		
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>Variação</b>
Lucro líquido do exercício	<b>8.654</b>	<b>11.926</b>	<b>-27,4%</b>
IR e CS	5.008	5.832	-14,1%
Resultado Financeiro	15.114	4.199	259,9%
Depreciação e Amortização	<u>16.153</u>	<u>6.948</u>	<u>132,5%</u>
<b>EBITDA</b>	<b><u>44.929</u></b>	<b><u>28.905</u></b>	<b><u>55,4%</u></b>
Custos extraordinários com reestruturação organizacional	2.124	-	0,0%
Despesas com M&A	<u>255</u>	<u>5.736</u>	<u>-95,6%</u>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b><u>47.308</u></b>	<b><u>34.641</u></b>	<b><u>36,6%</u></b>

(\*) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil (não auditada) elaborada pela Companhia e consiste no resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações e das despesas e receitas não recorrentes.

Em outubro de 2019 a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$110 milhões, destinados ao

pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

A Neogrid reforça que continuará com o crescimento e desenvolvimento contínuo, inovando e melhorando os seus produtos e processos com o objetivo de expansão no mercado em que atua.

Agradecemos a todos os nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Parceiros pelo apoio e confiança dispensados, e a todos os Profissionais que compõem o nosso Network pela determinação e profissionalismo no desenvolvimento do negócio.

Reiteramos nosso compromisso com o crescimento e desenvolvimento da Neogrid em 2020, primando continuamente pelo investimento em inovação de processos e sistemas visando a expansão dos negócios.

**A Administração.**

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Balanco patrimonial  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.497	4	24.908	18.249		20	6.268	6.883	
Contas a receber de clientes	10	-	-	29.777	33.519	19	18.662	18.678	5.777	
Tributos a recuperar	11	71	146	11.873	13.938	20	6	14.515	19.424	
Adiantamentos	27	-	60	1.146	1.650	21	7	5.002	4.454	
Despesas antecipadas	12	12	12	3.590	4.637	22	22	6.719	8.633	
Serviços entregues a faturar	13	-	-	5.412	2.567	23	252	2.359	45.211	
Outros créditos	14	-	-	3.547	1.103	24	-	-	-	
Total do ativo circulante		2.607	222	80.262	75.663	16	-	5.366	-	
Não circulante						25	-	8.735	9.796	
Realizável a longo prazo							183	67.642	100.178	
Tributos a recuperar	11	-	-	-	1.225					
Despesas antecipadas	12	-	-	721	2.234	20	92.000	97.520	41.506	
Outros créditos	14	-	-	910	3.451	15	-	26.698	27.700	
Tributos diferidos	15	-	-	-	1.608		376	-	36	
Investimentos	8	245.651	130.657	-	968	24	-	-	44.923	
Ativos de direito de uso	16	-	-	12.117	-	26	-	173	211	
Imobilizado	17	-	-	4.750	-	25	-	-	933	
Intangível	18	-	-	235.022	-	16	-	4.460	-	
Total do ativo não circulante		-	-	247.024	-		92.000	128.851	115.369	
Total do ativo		248.258	130.879	333.782	345.867		110.969	196.493	215.547	
Passivo										
Circulante										
Fornecedores e outras contas a pagar										
Empréstimos e financiamentos						28	132.408	133.339	133.339	
Obrigações sociais e trabalhistas							(16.016)	(16.016)	(16.016)	
Impostos e contribuições a recolher							2.075	2.075	2.487	
Provisão de custos e despesas							19.164	19.164	10.778	
Obrigações por aquisição de investimentos							(342)	(342)	(268)	
Partes relacionadas							137.289	137.289	130.320	
Passivo de arrendamento							-	-	-	
Recetas diferidas							-	-	-	
Total do passivo circulante							183	67.642	100.178	
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Tributos diferidos										
Provisão para passivo a descoberto										
Obrigações por aquisição de investimentos										
Provisão para contingências										
Recetas diferidas										
Passivo de arrendamento										
Total do passivo não circulante							376	128.851	115.369	
Total do passivo							559	196.493	215.547	
Patrimônio líquido										
Capital social							133.339	132.408	133.339	
Ágio em transações de capital							(16.016)	(16.016)	(16.016)	
Ajustes acumulados de conversão							2.075	2.075	2.487	
Reservas de lucros							19.164	19.164	10.778	
Ações em Tesouraria							(342)	(342)	(268)	
Total do patrimônio líquido							137.289	137.289	130.320	
Total do passivo e patrimônio líquido							248.258	333.782	345.867	

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	29	-	-	207.099	177.028
Custo dos serviços prestados	30	-	-	(61.956)	(55.625)
Lucro bruto		-	-	145.143	121.403
Despesas com vendas	30	-	-	(29.796)	(29.521)
Despesas gerais e administrativas	30	(538)	(540)	(55.073)	(45.711)
Pesquisa e gastos com software	30	-	-	(31.041)	(18.051)
Outras receitas e (despesas), líquidas	31	(22)	-	(457)	(6.126)
Lucro (prejuízo) operacional		(560)	(540)	28.776	21.994
Receitas financeiras	32	19	24	1.755	1.558
Despesas financeiras	32	(3.167)	(110)	(16.869)	(5.757)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(3.148)	(86)	(15.114)	(4.199)
Resultado de equivalência patrimonial	8	12.362	12.552	-	(37)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.654	11.926	13.662	17.758
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	-	(2.819)	(2.049)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	(2.189)	(3.783)
Lucro líquido do exercício		8.654	11.926	8.654	11.926
Lucro líquido básico por ação (em reais)	33	0,051	0,073		
Lucro líquido diluído por ação (em reais)	33	0,051	0,073		

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
2 de 58

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Lucro líquido do exercício</b>	8.654	11.926	8.654	11.926
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(412)	499	(412)	499
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>8.242</b>	<b>12.425</b>	<b>8.242</b>	<b>12.425</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
3 de 58



**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Reservas de lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Ações em Tesouraria	Legal	Retenção	Ágio em Transações de capital		
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	129.391	(228)	252	(1.472)	(16.016)	2.060	113.987
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	11.926
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	-	-	-	72	-	427	499
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	72	-	427	12.425
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações (Nota 28 (a))	3.948	-	-	-	-	-	3.948
Compra de ações (Nota 28 (c))	-	(40)	-	-	-	-	(40)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	596	-	-	-	(596)
Constituição da reserva legal (Nota 28 (b))	-	-	-	11.330	-	-	(11.330)
Transferência entre reservas	-	-	596	11.330	-	-	(11.926)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	3.948	(40)	596	11.330	-	-	3.908
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	133.339	(268)	848	9.930	(16.016)	2.487	130.320
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	8.654
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	-	-	-	(412)	(412)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(412)	8.654
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital (Nota 28 (a))	(931)	-	-	-	-	-	(931)
Compras de ações (nota 28 (c))	-	(74)	-	(268)	-	-	(342)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	433	-	-	-	(433)
Constituição da reserva legal (Nota 28 (b))	-	-	-	8.221	-	-	(8.221)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	(931)	(74)	433	7.953	-	-	(8.654)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	132.408	(342)	1.281	17.883	(16.016)	2.075	137.289

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
4 de 58

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda	8.654	11.926	13.662	17.758
Ajustes de				
Depreciação (Nota 17)	-	-	1.407	3.402
Amortização (Nota 18)	-	-	8.395	3.546
Depreciação e Amortização de Arrendamento (Nota 16)	-	-	6.351	-
Alienação de Intangível (Nota 18)	-	-	970	-
Alienação de Investimento em Controlada e Coligada (Nota 8)	968	-	-	-
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado (Nota 34 (a))	-	-	(22)	(5)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 10)	-	-	520	585
Provisão para contingências	-	-	(38)	57
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Investida Accera	-	-	-	(1.778)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(12.362)	(12.552)	-	37
Investimentos - Ajustes acumulados de conversão (Nota 8)	-	-	(36)	(9)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	(412)	499
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos (Nota 20)	1.700	-	5.046	4.355
Variações no capital circulante				
Contas a receber	-	-	3.222	(11.351)
Tributos a recuperar	75	75	3.290	3.564
Adiantamentos	33	(53)	504	(614)
Despesas antecipadas	-	(4)	2.551	(3.187)
Serviços entregues a faturar	-	-	(2.845)	(478)
Outros créditos	-	-	97	878
Arrendamentos	-	-	445	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(39)	47	(615)	740
Obrigações sociais e trabalhistas	1	(3)	(4.909)	5.147
Impostos e contribuições a recolher	(4)	(267)	548	527
Provisões de custos e despesas	9	13	(1.914)	347
Receitas diferidas	-	-	(1.994)	2.615
<b>Caixa gerado nas operações</b>	(965)	(818)	(34.223)	26.635
Pagamento de juros (Nota 20)	(1.038)	-	(6.172)	(1.228)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.819)	(2.049)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	(2.003)	(818)	25.232	23.358
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado (Nota 17)	-	-	(70)	(8.657)
Aquisição de intangível (Nota 18)	-	-	(242)	(122.769)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 34 (a))	-	-	793	74
Redução da capital em investida (Nota 8)	3.289	-	-	-
Dividendos recebidos (Nota 8)	7.648	-	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos	252	(210)	(87.775)	89.924
Aumento de capital em controladas (Nota 8)	(115.325)	(3.911)	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	(104.136)	(4.121)	(87.284)	41.428
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Emissão de ações	-	3.948	-	3.948
Redução de capital (Nota 28 (a))	(931)	-	(931)	-
Captação de empréstimos (Nota 20)	110.000	-	116.070	28.590
Pagamento de empréstimos (Nota 20)	-	-	(37.697)	(14.049)
Pagamento de arrendamentos (Nota 16)	-	-	(8.378)	-
Partes relacionadas	(95)	95	-	-
Compra de ações	(342)	(40)	(342)	(40)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	108.632	4.003	68.722	18.449
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 9)</b>	4	940	18.249	17.870
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 9)</b>	2.497	4	24.908	18.249

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
5 de 58

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>	-	-	<b>228.067</b>	<b>196.840</b>
Prestação de serviços	-	-	226.488	197.626
Outras receitas	-	-	2.207	-
Provisão para perda esperada (constituição)	-	-	(628)	(786)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(110)</b>	<b>(91)</b>	<b>(46.764)</b>	<b>(31.559)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(18.944)	(13.243)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107)	(91)	(27.578)	(17.935)
Outras Despesas	(3)	-	(242)	(381)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(110)</b>	<b>(91)</b>	<b>181.803</b>	<b>165.281</b>
Depreciação e amortização	-	-	(16.153)	(6.948)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(110)</b>	<b>(91)</b>	<b>165.150</b>	<b>158.333</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>12.381</b>	<b>12.576</b>	<b>1.755</b>	<b>1.521</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12.362	12.552	-	(37)
Receitas financeiras	19	24	1.755	1.558
<b>Valor adicional total a distribuir</b>	<b>12.271</b>	<b>12.485</b>	<b>166.905</b>	<b>159.854</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>12.271</b>	<b>12.485</b>	<b>166.905</b>	<b>159.854</b>
Pessoal	450	449	114.831	113.131
Remuneração direta	450	449	83.351	80.640
Benefícios	-	-	15.667	17.651
Comissões e Repasses	-	-	10.238	9.785
FGTS	-	-	5.575	5.055
Impostos, taxas e contribuições	-	-	24.397	25.292
Federais	-	-	20.245	21.806
Municipais	-	-	4.152	3.486
Juros e aluguéis	3.167	110	19.023	9.505
Juros	3.167	110	16.869	5.757
Aluguéis	-	-	2.154	3.748
Remuneração de capitais próprios	8.654	11.926	8.654	11.926
Lucros retidos do exercício	8.654	11.926	8.654	11.926
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>12.271</b>	<b>12.485</b>	<b>166.905</b>	<b>159.854</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
6 de 58

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.1 Contexto operacional

A Neogrid Participações S.A ("Neogrid Participações" ou "Companhia") foi constituída em 1º de julho de 2008, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto social a participação em outras empresas ou sociedades, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, desde que observadas as restrições contidas no seu Estatuto Social, bem como o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; e a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados.

A "Neogrid Participações" possui as seguintes controladas e coligadas:

<b>Controladas</b>						
Razão Social	Sede	Obs	Participação Direta		Participação Indireta	
			2019	2018	2019	2018
Neogrid Software Ltda	BRA	(a)	100,0%	100,0%		
Neogrid Informática Ltda	BRA	(b)	100,0%	100,0%		
Accera Sistemas Estratégicos Ltda.(1)	BRA	(c)		17,74%		82,26%
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	(d)			100,0%	100,0%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	(e)			100,0%	100,0%
Neogrid North America LLC.	EUA	(f)	100,0%	100,0%		
Neogrid AP Inc (2)	JAP	(g)				100,0%
Neogrid Europe Ltd	UK	(h)			100,0%	100,0%

<b>Coligada</b>						
Razão Social	Sede	Participação Direta		Participação Indireta		
		2019	2018	2019	2018	
Dux Global INC (3)	EUA	(i)	-	20,00%		

(1) Controlada incorporada pela Neogrid Informática Ltda em 02/09/2019.

(2) Subsidiária alienada em 30/12/2019.

(3) Coligada alienada em 22/02/2019.

#### (a) Neogrid Software Ltda ("Neogrid Software")

A Neogrid Software foi constituída em 15 de dezembro de 1999, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados; e a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

#### (b) Neogrid Informática Ltda ("Neogrid Informática")

Empresa constituída em 10 de julho de 2003, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados; e a participação em outras Empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**(c) Accera Sistemas Estratégicos Ltda. (“Accera”)**

Empresa constituída em 30 de setembro de 2003, com sede na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial, desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda. Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática Ltda. adquiriu 82,26% de participação na “Accera” e a Neogrid Participações S.A. adquiriu os 17,74% restantes. Em agosto de 2019 a Neogrid Participações transferiu os 17,74% para a Neogrid Informática e esta incorporou a Accera em 02 de setembro de 2019.

**(d) Neogrid Netherlands Holding B.V. (“Netherlands Holding”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 19 de outubro de 1998, atuando apenas como holding da “Neogrid Netherlands B.V”.

**(e) Neogrid Netherlands B.V. (“Netherlands”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 14 de dezembro de 2001, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(f) Neogrid North America LLC. (“Neogrid N.A.”)**

Empresa sediada na nos EUA com subsidiárias no Japão, Reino Unido e França, constituída em 14 de novembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(g) Neogrid AP Inc (“Neogrid Japão”)**

Empresa sediada no Japão, constituída em 18 de julho de 2007, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global. Esta subsidiária foi alienada em 30/12/2019.

**(h) Neogrid Europe Ltd (“Neogrid UK”)**

Empresa sediada no Reino Unido, constituída em 26 de julho de 2011, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(i) Dux Global INC (“Dux”)**

Em 28 de junho de 2012 a Neogrid Participações adquiriu 20% de participação na Dux Global Inc, sediada em Louisiana USA. Esta empresa está em início de operação, voltada para Softwares de gerenciamento de projetos (BPM). Esta participação foi alienada em fevereiro de 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020.

### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinação de negócios e certos instrumentos financeiros os quais são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

#### (c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### (d) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

#### (b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### (c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. Ver Nota 2.8 sobre impairment de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

##### (a) Conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração estabelece que devem ser utilizadas como moedas funcionais, conforme tabela no item (b) abaixo, sendo que as demonstrações financeiras serão convertidas para o Real na data de fechamento conforme o IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, sendo os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

##### (b) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias mensais.
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

As seguintes controladas e coligadas têm moeda funcional diferente da moeda da Controladora:

---

<b>Empresa</b>	<b>País</b>	<b>Moeda Funcional</b>
Neogrid Netherlands Holding B.V.	Holanda	Euro
Neogrid Netherlands B.V.	Holanda	Euro
Neogrid North America LLC.	EUA	Dólar Americano
Neogrid AP Inc	Japão	Iene
Neogrid Europe Ltd	Reino Unido	Libra Esterlina
Dux Global INC	EUA	Dólar Americano

---



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### 2.4 Ativos financeiros

##### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- (i) Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- (ii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

##### 2.4.2 Reconhecimento e reversão

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade

##### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

##### 2.4.4 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

##### (a) Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- (i) Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outras receitas e despesas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outras receitas e despesas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outras receitas e despesas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
  - (iii) Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outras receitas e despesas, no período em que ocorrerem.

#### (b) Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outras receitas e despesas na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

#### 2.4.5 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

#### 2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia utiliza para a provisão de créditos de liquidação duvidosa de contas a receber uma matriz considerando sua experiência histórica de perdas por faixa de vencimentos, tanto de vencidos e a vencer. As possíveis alterações de cenário momentâneo de ambiente econômico de mercado são avaliadas considerando seus efeitos na matriz histórica de provisão de perdas, sendo adequado os níveis reconhecendo quando entendido pela Administração. São reconhecidas também para provisão para perdas clientes com alteração significativa em relação ao risco de crédito esperadas como vitalícias em cada data-base. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída.

#### 2.6 Ativos intangíveis

##### (a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

##### (b) Marcas e patentes

As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes, avaliadas em vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das patentes durante sua vida útil estimada.

##### (c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

##### (d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos gastos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses gastos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Por não atenderem aos critérios de capitalização, os custos associados à manutenção e desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

#### 2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em imóveis locados	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

#### 2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.10 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.11 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.12 Participação nos resultados

O valor atual das obrigações de planos de participação nos resultados aos colaboradores diretos, sejam celetistas ou estatutários, depende de uma série de fatores que são determinados com base em metodologia da administração, que utiliza uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do valor de participação nos resultados, está principalmente o atingimento de patamares mínimos de crescimento e de geração de resultado operacional. Outras premissas como função, desempenhos departamentais e cultura da Companhia são fatores para determinar o valor de participação nos resultados.

#### 2.13 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### 2.14 Reconhecimento da receita

##### (a) Receitas de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando:

- (i) Da disponibilização do software ao cliente;
- (ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- (iii) Todas as obrigações de desempenho tenham sido cumpridas; e
- (iv) É provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – Software as a Service no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser precificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

#### **(b) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, a qual é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

#### **2.15 Imposto de Renda e Contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Nos demais países em que a Companhia e suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

País	Alíquota
Estados Unidos	Alíquota única de 21% em 2019 e 2018;
Holanda	Para o ano de 2019 aplica-se a alíquota de 19% aos primeiros EUR200,000 de lucro tributável (20% aos primeiros EUR250,000 em 2018) e 25% sobre o lucro que exceder EUR200,000 (EUR250,000 em 2018);
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2019 e em 2018;
Japão	A taxa básica de imposto de renda é de 23,2% a partir de abril/2018; para empresas com capital social de até 100 milhões de yens a alíquota aplicável é de 15% para os primeiros 8 milhões de yens de lucro tributável;

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrituração Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

Nos exercícios de 2019 e de 2018 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; a partir do exercício de 2018 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, passou a gerar lucro tributável, integralmente compensado com prejuízos fiscais acumulados.

#### 2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O dividendo mínimo anual obrigatório, assegurado aos acionistas da Companhia, é igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.17 Subvenções governamentais

A controlada Neogrid Software foi beneficiada pela concessão de subvenção econômica junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no exercício de 2014, no montante de R\$ 6.135 com previsão de finalização para execução do Projeto denominado “Neogrid PaaS” (estrutura de nuvem, promovendo ferramentas para o deploy automático, automação, alocação automática de recursos, ferramentas de análise e acompanhamento da execução da aplicação em cima de uma camada PaaS), caracterizados como subvenções governamentais, a qual não exige qualquer contrapartida por parte da Neogrid Software, conforme demonstrado na Nota 20.

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no contrato de concessão de subvenção econômica, e atendimento ao cronograma de desembolsos próprios contidos no plano de trabalho.

As parcelas correspondentes à realização do referido projeto, são reconhecidas da seguinte forma:

- Mantida no ativo, sob a rubrica de outros créditos; relacionadas as despesas já incorridas, conforme cronograma e relatório de apontamento de horas;
- Os valores mantidos no ativo, são reconhecidos em contrapartida da conta de rubrica de despesas

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- de pessoal, no resultado do exercício;
- Conforme a fruição do projeto e a respectiva apresentação dos demonstrativos de desembolsos próprios da Companhia junto à FINEP, ocorrem as respectivas transferências dos recursos, e neste momento, ocorrem as baixas dos valores mantidos ativo em contrapartida da rubrica caixa e equivalentes de caixa.

A referida subvenção foi considerada como sendo para custeio, portanto, quando ocorre a apuração do resultado do exercício, tais valores compõem a conta de reservas de lucros/prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia.

### 3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

#### Alterações adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019 e tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

IFRS 16/CPC 06(R2) - "Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados abaixo.

#### Adoção inicial do IFRS 16/CPC 06(R2)

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 16/CPC 6 (R2) de forma retrospectiva cumulativa, a partir de 1º de janeiro de 2019, e, portanto, não reapresentaram as informações comparativas de 2018, conforme permitido pelas disposições específicas de transição da norma. O método de transição adotado seguiu os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado de forma retroativa como se o novo pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início. As reclassificações e os ajustes decorrentes da nova norma de arrendamento foram, portanto, reconhecidos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2019, em contrapartida a lucros acumulados nessa mesma data.

Na adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), a Companhia e suas controladas reconheceram os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária em 1º de janeiro de 2019. A média ponderada da taxa incremental de empréstimo nominal da arrendatária aplicada aos passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi de 0,8575% ao mês. Detalhes sobre as taxas por período de contrato estão descritas na Nota 16.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (a.1) Mensuração de passivos de arrendamento

	<b>2019</b>
	<b>1º de</b>
	<b>Janeiro</b>
<b>Passivos de arrendamentos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.332</b>
Contratos reavaliados como contratos de arrendamento	7.662
Desconto a valor presente	(747)
<b>Passivo de arrendamento reconhecido em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>15.247</b>
Passivos de arrendamentos	
Circulante	7.171
Não circulante	8.076
	<b>15.247</b>

### (a.2) Ajustes reconhecidos no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019

A mudança na política contábil afetou os seguintes itens no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019:

Itens	Impacto	<b>2019</b>
		<b>1º de</b>
		<b>Janeiro</b>
Ativos de direito de uso	Aumento	6.916
Passivo de Arrendamento	Aumento	6.916
Circulante		2.563
Não circulante		4.353

As normas elencadas a seguir também foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019, mas não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

Norma	Principais alterações
Aprimoramento anual Ciclo 2015-2017	IAS 12/CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" - esclarece que os efeitos tributários (impostos sobre a renda) sobre distribuições de dividendos relacionados a instrumentos financeiros classificados no patrimônio líquido, devem seguir a classificação das transações ou eventos passados que geraram os lucros distribuíveis. Este requerimento é aplicável para todos os efeitos de imposto de renda relacionadas a dividendos, incluindo distribuições cujos tratamentos contábeis sejam similares a dividendos, como exemplo: juros sobre capital próprio.
	IAS 23/CPC 20 - "Custos de Empréstimos": a alteração esclarece que, se um empréstimo específico permanecer em aberto após o correspondente ativo qualificável estar pronto para o uso ou venda (conforme o caso), ele se tornará parte dos empréstimos gerais para fins de determinação dos

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Principais alterações
	custos de empréstimos elegíveis para capitalização em outros ativos qualificáveis, para os quais não existam empréstimos específicos.
	IFRS 3/CPC 15 - "Combinação de Negócios": esclarece que a obtenção de controle sobre um negócio que anteriormente era uma operação conjunta (sob IFRS 11) da adquirente, é uma combinação de negócios em estágios (step-acquisition). Dessa forma, a adquirente deve remensurar a participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo, na data da aquisição.
	IFRS 11/CPC 19 - "Negócios em Conjunto": esclarece que, quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, ela não remensura as participações anteriormente detidas nessa operação conjunta.
Alterações no IAS 19/CPC 33 - "Benefícios a Empregados"	A alteração específica que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar as premissas anteriormente utilizadas e remensurar o custo de serviço corrente e os juros líquidos pelo período remanescente, após as modificações.
Alterações no IAS 28/CPC18 - "Investimento em coligada e empreendimento controlado em conjunto"	IAS 28/CPC18 - "Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto." O IFRS 9 exclui de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos conjuntos, os quais são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial de acordo com o IAS 28. A alteração ao IAS 28 esclareceu que a referida exclusão de escopo no IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que forem contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou joint venture que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para os quais o método de equivalência patrimonial não se aplica, deve seguir os requerimentos do IFRS 9.
IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda"	Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia e suas controladas nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras. As estimativas críticas da administração estão divulgadas na Nota 5.

#### 4. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.1.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 5. Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### 5.1 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

###### (a) Teste de *impairment* do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

###### (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria:

- (i) Aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 103 (R\$ 265 em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 253 (R\$ 114 em 2018), no caso de uma diferença desfavorável; ou
- (ii) Reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 103 (R\$ 265 em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 253 (R\$ 114 em 2018), no caso de uma diferença favorável.

#### 6. Gestão de risco financeiro

##### 6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, tais como aplicações, recebíveis e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

#### (i) Risco cambial

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP), Euro (EUR) e Iene (JPY). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina, do euro e do iene.

A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o ano 2020, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 25% e 50% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>Ativos</b>										
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 605	USD 260	R\$ 2.437	R\$ 1.008	Dólar	R\$ 4,10	R\$ 5,13	R\$ 6,15	R\$ 3,08	R\$ 2,05
Contas a Receber	USD 775	USD 1.312	R\$ 3.124	R\$ 5.085	Dólar					
Outro Ativos	USD 673	USD 672	R\$ 2.714	R\$ 2.604	Dólar					
	<b>USD 2.053</b>	<b>USD 2.245</b>	<b>R\$ 8.275</b>	<b>R\$ 8.697</b>		<b>R\$ 144</b>	<b>R\$ 2.248</b>	<b>R\$ 4.353</b>	<b>R\$ (1.961)</b>	<b>R\$ (4.066)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	USD 583	USD 35	R\$ 2.348	R\$ 2.837	Dólar					
	<b>USD 583</b>	<b>USD 35</b>	<b>R\$ 2.348</b>	<b>R\$ 2.837</b>		<b>R\$ 41</b>	<b>R\$ 638</b>	<b>R\$ 1.235</b>	<b>R\$ (556)</b>	<b>R\$ (1.154)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>USD 1.471</b>	<b>USD 2.210</b>	<b>R\$ 5.927</b>	<b>R\$ 5.860</b>		<b>R\$ 103</b>	<b>R\$ 1.610</b>	<b>R\$ 3.118</b>	<b>R\$ (1.405)</b>	<b>R\$ (2.912)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 5,42	R\$ 6,78	R\$ 8,13	R\$ 4,07	R\$ 2,71
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP 407	GBP 241	R\$ 2.168	R\$ 1.194	Libra Esterlina					
Contas a Receber	GBP -	GBP -	R\$ -	R\$ -	Libra Esterlina					
Outro Ativos	GBP 120	GBP 177	R\$ 641	R\$ 880	Libra Esterlina					
	<b>GBP 527</b>	<b>GBP 418</b>	<b>R\$ 2.810</b>	<b>R\$ 2.074</b>		<b>R\$ 49</b>	<b>R\$ 764</b>	<b>R\$ 1.478</b>	<b>R\$ (666)</b>	<b>R\$ (1.380)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	GBP 2	GBP 35	R\$ 8	R\$ 9	Libra Esterlina					
	<b>GBP 2</b>	<b>GBP 35</b>	<b>R\$ 8</b>	<b>R\$ 9</b>		<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 2</b>	<b>R\$ 4</b>	<b>R\$ (2)</b>	<b>R\$ (4)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>GBP 526</b>	<b>GBP 383</b>	<b>R\$ 2.802</b>	<b>R\$ 2.065</b>		<b>R\$ 49</b>	<b>R\$ 762</b>	<b>R\$ 1.474</b>	<b>R\$ (664)</b>	<b>R\$ (1.376)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 4,61	R\$ 5,76	R\$ 6,92	R\$ 3,46	R\$ 2,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 340	EUR 157	R\$ 1.540	R\$ 699	Euro					
Contas a Receber	EUR 271	EUR 328	R\$ 1.227	R\$ 1.454	Euro					
Outro Ativos	EUR -	EUR -	R\$ -	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 611</b>	<b>EUR 485</b>	<b>R\$ 2.767</b>	<b>R\$ 2.153</b>		<b>R\$ 49</b>	<b>R\$ 752</b>	<b>R\$ 1.456</b>	<b>R\$ (655)</b>	<b>R\$ (1.359)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	EUR 260	EUR 35	R\$ 1.177	R\$ 469	Euro					
	<b>EUR 260</b>	<b>EUR 35</b>	<b>R\$ 1.177</b>	<b>R\$ 469</b>		<b>R\$ 21</b>	<b>R\$ 320</b>	<b>R\$ 620</b>	<b>R\$ (279)</b>	<b>R\$ (578)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>EUR 351</b>	<b>EUR 450</b>	<b>R\$ 1.589</b>	<b>R\$ 1.684</b>		<b>R\$ 28</b>	<b>R\$ 432</b>	<b>R\$ 836</b>	<b>R\$ (376)</b>	<b>R\$ (781)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 0,038	R\$ 0,047	R\$ 0,057	R\$ 0,028	R\$ 0,019
Caixa e Equivalentes de Caixa	JPY -	JPY 10.689	R\$ -	R\$ 377	Iene					
Contas a Receber	JPY -	JPY 13.978	R\$ -	R\$ 493	Iene					
Outro Ativos	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY -</b>	<b>JPY 24.667</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 870</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY -</b>	<b>JPY -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>JPY -</b>	<b>JPY 24.667</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 870</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Efeito Líquido Geral</b>						<b>R\$ 180</b>	<b>R\$ 2.804</b>	<b>R\$ 5.428</b>	<b>R\$ (2.445)</b>	<b>R\$ (5.069)</b>

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

##### Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão atrelados à variação do CDI, TLP, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de cada exercício.

##### Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice acumulado até dezembro de 2019, que foi de 4,53% ao ano, e este definido como cenário I provável; a partir deste, foram de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Saldos em 2019	Risco	Cenário Provável (I)	2019	
				Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 16.732	Redução CDI (ano)	- 4,53%	25,0% 3,40%	50,0% 2,27%
Receita Financeira			R\$ 758	R\$ 569	R\$ 380

#### Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de CDI e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2019 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

	Saldos em 31/12/2019	Risco	Cenário (I)	Controladora	
				Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 110.662	Aumento CDI + 2,8% a.a.	7,32%	25,00% 9,15%	50,00% 10,98%
Despesa Financeira estimada			R\$ 8.104	R\$ 10.126	R\$ 12.151
Consolidado					
	Saldos em 31/12/2019	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 110.662	Aumento CDI + 2,8% a.a.	7,32%	25,00% 9,15%	50,00% 10,98%
Despesa Financeira estimada			R\$ 8.104	R\$ 10.126	R\$ 12.151
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 5.534	Aumento IPCA	3,47%	25,00% 4,34%	50,00% 5,21%
Despesa Financeira estimada			R\$ 192	R\$ 240	R\$ 288

#### (b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	24.908	18.249
Contas a receber de clientes	29.777	33.519
Serviços entregues a faturar	5.412	2.567
<b>Total</b>	<b>60.097</b>	<b>54.335</b>

#### (c) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	23.837	54.567	45.992	
Fornecedores e outras obrigações	20			
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Empréstimos				
Fornecedores e outras obrigações	59			

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	26.359	57.645	48.607	2.369
Fornecedores e outras obrigações	9.286			
Passivo de arrendamento	5.891	3.336	1.083	632
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Empréstimos	7.777	27.825	16.391	
Fornecedores e outras obrigações	9.133			

(i) Os valores de empréstimos contemplam os juros futuros.

#### (d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

#### 6.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 20)	110.662	-	116.198	47.283
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(2.497)	(4)	(24.908)	(18.249)
<b>Dívida líquida</b>	<b>108.165</b>	<b>(4)</b>	<b>91.290</b>	<b>29.034</b>
Total do patrimônio líquido	137.289	130.320	137.289	130.320
<b>Total do capital</b>	<b>245.454</b>	<b>130.316</b>	<b>228.579</b>	<b>159.354</b>
Índice de alavancagem financeira - %	44%	0%	40%	18%

O aumento no índice em 2019 decorre a captação de recursos financeiros para utilização no capital de giro das controladas da Companhia. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

#### 6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

#### 7. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva toma suas decisões operacionais e estratégicas observando os resultados consolidados, ou seja, possui um único segmento operacional, o de software.

A estratégia de atuação por meio de ofertas através de uma única plataforma integrada das soluções Neogrid para a sincronização automática da cadeia de suprimentos, é a principal vantagem competitiva e decisiva da Companhia, ofertando soluções SaaS – Software as a Service, com geração predominantemente de receita de subscrição de acesso à plataforma de soluções Neogrid.

#### 8. Investimentos

##### (a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	245.651	129.313	-	(36)
Ágio sobre investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	968	-	968
	<b>245.651</b>	<b>130.281</b>	<b>-</b>	<b>932</b>
Investimento	245.651	130.657	-	968
Investimentos com passivo a descoberto	-	(376)	-	(36)
	<b>245.651</b>	<b>130.281</b>	<b>-</b>	<b>932</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Participação societária nos investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

Razão Social	País	Tipo de Operação	Participação Direta		Participação Indireta		Controladas
			2019	2018	2019	2018	
Neogrid Software Ltda	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%	-	-	
Neogrid Informática Ltda	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%	-	-	
Accera Sistemas Estratégicos Ltda.(1)	BRA	Exploração comercial de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda	-	17,74%	-	82,26%	
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	Holding	-	-	-	-	
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	-	-	100,0%	100,0%	
Neogrid North America LLC.	EUA	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	100,0%	100,0%	-	-	
Neogrid AP Inc (2)	JAP	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	-	-	-	100,0%	
Neogrid Europe Ltd	UK	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	-	-	100,0%	100,0%	
Razão Social	Sede	Obs.					
Dux Global INC (3)	EUA	Softwares de gerenciamento de projetos (BPM);	-	20,0%	-	-	

(1) Controlada incorporada pela Neogrid Informática Ltda em 02/09/2019;

(2) Subsidiária alienada em 30/12/2019;

(3) Coligada alienada em 22/02/2019.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante) e coligadas.

#### (i) Balanço patrimonial sintético

	Controladas						Coligada					
	Diretas			Indiretas								
	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		Dux Global	
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Circulante												
Ativo	19.707	22.907	42.682	27.260	12.736	11.201	-	14.308	2.877	2.491	-	1.177
Passivo	(14.332)	(19.632)	(17.786)	(56.867)	(14.490)	(16.230)	-	(6.523)	(2.225)	(1.092)	-	(1.567)
Ativo Circulante Líquido	5.375	3.275	24.896	(29.607)	(1.754)	(5.029)	-	7.785	652	1.399	-	(390)
Não Circulante												
Ativo	48.807	53.804	203.390	225.409	6.660	25.471	-	14.547	1.502	4.510	-	208
Passivo	(19.322)	(30.940)	(21.130)	(96.305)	(1.271)	(20.782)	-	(2.018)	-	(933)	-	-
Ativo Não Circulante Líquido	29.485	23.314	182.260	129.104	5.389	4.689	-	12.529	1.502	3.577	-	208
Patrimônio Líquido	34.860	26.587	207.156	99.497	3.635	(340)	-	20.314	2.154	4.976	-	(182)

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Demonstração sintética do resultado

	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		Dux Global	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Diretas											
Receitas	77.624	77.124	69.920	54.621	30.337	32.916	5.694	9.495	5.694	-	2.467	1.699
Lucro/(prejuízo) antes do IR e CS	11.965	4.744	(920)	6.839	4.739	4.513	-	(1.561)	3.202	1.588	-	(231)
Despesa de IR e CS	(3.193)	(1.991)	52	(3.318)	(1)	8	-	(166)	(873)	(319)	-	-
Lucro líquido/(prejuízo)	8.772	2.753	(868)	3.521	4.738	4.521	-	(1.727)	2.329	1.269	-	(231)

(iii) Demonstração sintética do resultado abrangente

	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		Dux Global	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Diretas											
Lucro líquido/(prejuízo)	8.772	2.753	(868)	3.521	4.738	4.521	-	(1.727)	2.329	1.269	-	(231)
Outros resultados abrangentes	-	-	351	1.108	(763)	(619)	-	-	-	-	-	9
Total do resultado abrangente	8.772	2.753	517	4.629	3.975	3.902	-	(1.727)	2.329	1.269	-	222

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

#### (iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

	<b>2019</b>					
	NeoGrid Informática	NeoGrid Software	Accera	NeoGrid N.A. LLC	Dux Global	Total dos Investimentos
Participação no capital votante %	100%	100%	-	100%	-	-
Informações em 31 de dezembro						
Capital subscrito e integralizado	192.022	29.453	-	39.331	-	260.806
Patrimônio líquido	207.156	34.860	-	3.635	-	245.651
Resultado do exercício	(868)	8.772	-	4.738	-	12.642
Movimentação dos Investimentos:						
No início do exercício	99.497	26.587	3.605	(340)	932	130.281
Aumento de capital	113.325	2.000	-	-	-	115.325
Redução de capital	-	-	(3.325)	-	36	(3.289)
Baixa de Ágio sobre investimentos	-	-	-	-	(968)	(968)
Dividendos recebidos (distribuídos)	(5.149)	(2.499)	-	-	-	(7.648)
Resultado de equivalência patrimonial	(868)	8.772	(280)	4.738	-	12.362
Ajustes acumulados de conversão	351	-	-	(763)	-	(412)
No final do exercício	207.156	34.860	-	3.635	-	245.651
	<b>2018</b>					
	NeoGrid Informática	NeoGrid Software	Accera	NeoGrid N.A. LLC	Dux Global	Total dos Investimentos
Participação no capital votante %	100%	100%	18%	100%	20%	
Informações em 31 de dezembro						
Capital subscrito e integralizado	78.696	27.453	1.849	39.331	2.031	149.360
Patrimônio líquido	99.497	26.587	20.314	(340)	(182)	145.876
Resultado do exercício	5.002	3.373	(1.727)	4.521	(231)	10.937
Ágio sobre investimentos	-	-	-	-	968	968
Movimentação dos investimentos						
No início do exercício	90.938	25.662	-	(4.241)	960	113.319
Aquisições de ações	-	-	3.911	-	-	3.911
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	(2.448)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.002	3.373	(306)	4.521	(37)	12.552
Ajustes acumulados de conversão	1.109	-	-	(619)	9	499
No final do exercício	99.497	26.587	3.605	(340)	932	130.281
Investimento	99.497	26.587	3.605	-	968	130.657
Passivo a descoberto	-	-	-	(340)	(36)	(376)

Os investimentos em controladas e coligadas estão avaliados pela equivalência patrimonial.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recursos em banco e em caixa	742	-	8.176	6.158
Depósitos bancários de curto prazo	1.755	4	16.732	12.091
	<u>2.497</u>	<u>4</u>	<u>24.908</u>	<u>18.249</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2)/IAS 37.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cuja média anual para o exercício 2019 foi de 85,38% do CDI.

#### 10. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber de cliente no país	27.162	27.231
Contas a receber de cliente no país - partes relacionadas (nota 26b)	13	16
Contas a receber de cliente no exterior	<u>4.569</u>	<u>7.356</u>
	<u>31.744</u>	<u>34.603</u>
Provisão p/ perdas de contas a receber de clientes	<u>(1.967)</u>	<u>(1.084)</u>
	<u>29.777</u>	<u>33.519</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list), líquidos da provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2019:

Período	Títulos Vencidos	%	Títulos a Vencer	%
Até 30 dias	4.841	15,25%	13.557	42,71%
Entre 31 a 60 dias	625	1,97%	4.912	15,47%
Entre 61 a 90 dias	871	2,74%	3.081	9,71%
Entre 91 a 120 dias	145	0,46%	942	2,97%
Entre 121 a 150 dias	216	0,68%	802	2,53%
Entre 151 a 180 dias	48	0,15%	13	0,04%
Acima de 181 dias	1.395	4,39%	296	0,93%
Totais	8.141	25,65%	23.603	74,35%
Total Geral (Vencidos e a Vencer)			31.744	100,00%

A Companhia e suas controladas tem como política reconhecer como perda os valores apurados com base em análise estatística do histórico de perdas das contas a receber de clientes, inclusive sobre os títulos a vencer. Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo Anterior	(1.447)	(499)
Provisões e (reversões)	485	(536)
Baixa por realização	(1.464)	(109)
Reversão por recebimento	459	60
Saldo Final	(1.967)	(1.084)

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são denominadas nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	2019	2018
Reais	27.175	26.163
Dólares americanos	3.342	5.902
Euros	1.227	1.454
	31.744	33.519

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

#### 11. Tributos a recuperar

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda a recuperar	61	137	6.185	9.227
Contribuição social a recuperar	10	9	4.060	3.105
Impostos retidos na fonte	-	-	1.365	1.290
PIS e COFINS a recuperar	-	-	197	148
Outros	-	-	66	168
	71	146	11.873	13.938
<b>Ativo não circulante</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto de renda a recuperar			-	1.225

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Despesas Antecipadas

	Controlada		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>				
Seguro	12	12	-	-
Aluguel de software (*)	-	-	2.687	2.854
Indenização civil	-	-	308	322
Depósitos	-	-	27	241
Outras despesas antecipadas	-	-	577	1.220
	<u>12</u>	<u>12</u>	<u>3.599</u>	<u>4.637</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Indenização civil	-	-	375	529
Aluguel de software (*)	-	-	346	1.705
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>721</u>	<u>2.234</u>

(\*) contratos de licença de que não se enquadram no escopo do IFRS 16.

### 13. Serviços entregues a faturar

Esta rubrica representa os serviços já prestados para os clientes da Companhia e suas controladas, os quais ainda não foram faturados em decorrência pendências internas dos clientes relacionadas ao aceite dos serviços prestados, cujo saldo consolidado representa R\$ 5.412 em 2019 e R\$ 2.567 em 2018.

### 14. Outros créditos

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Ativo circulante</b>		
Recebíveis Neogrid UK	641	880
Garantias a receber	2.714	-
Outras contas a receber	192	223
	<u>3.547</u>	<u>1.103</u>
<b>Ativo não circulante</b>		
Mútuo Lett Serv. de Informação	784	729
Mútuo Smarket Solutions Ltda.	116	108
Depósitos judiciais	9	9
Garantias a receber - Trace One	-	2.604
Outras contas a receber	1	1
	<u>910</u>	<u>3.451</u>

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Lett tem sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), no referido contrato, a Companhia possui opção de conversão do valor mutuado em participação societária.

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Smarket possui vencimento em 16 de janeiro de 2021 sendo sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), no referido contrato, a Companhia possui opção de conversão do valor mutuado em participação societária.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 15. Tributos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Os valores são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Accera Sistemas Estratégicos S.A.</b>	-	<b>1.608</b>
Diferenças temporárias	-	788
Prejuízo fiscal	-	858
Amortização do ágio Trade Force		(38)
<b>Tributos diferidos ativos líquidos</b>	<b>-</b>	<b>1.608</b>
<b>NeoGrid Informática S.A.</b>	<b>(15.361)</b>	<b>(17.906)</b>
Amortização ágio New Chain	(869)	(823)
Amortização ágio Expert Easy	(872)	(830)
Amortização ágio Bis Company	(16.484)	(13.589)
Amortização ágio Accera (IRCS diferido mais-valia)	(6.925)	(8.567)
Amortização Goodwill Trade Force	(131)	-
Amortização Goodwill Accera	(1.890)	-
Diferenças temporárias	2.092	1.637
Prejuízo fiscal	6.205	4.266
Amortização Mais Valia intangíveis Accera	3.134	-
Amortização Mais Valia intangíveis Trade Force	379	-
<b>NeoGrid Software S.A.</b>	<b>(11.338)</b>	<b>(9.854)</b>
Amortização do ágio Mercador	(12.534)	(12.535)
Amortização do ágio G2KA	(1.721)	(1.665)
Diferenças temporárias	2.696	2.147
Prejuízo fiscal	140	2.199
Outros diferimentos	82	-
<b>Tributos diferidos passivos líquidos</b>	<b>(26.698)</b>	<b>(27.760)</b>

O valor do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos registrados no passivo não circulante, refere-se à provisão de 34% sobre a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das seguintes empresas:

Em 03/11/2008 a Mercador S.A. incorporou sua adquirente Veneza Informática Ltda, quando passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$36.865 no período de 11/2008 a 10/2013.

Em 01/03/2014 a G2KA Sistemas foi incorporada pela Neogrid Software, quando esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 5.063 de 03/2014 a 02/2019.

Em 01/04/2014 as empresas BIS Participações, NewChain e Expert-Easy foram incorporadas pela Neogrid Informática, e esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 48.482 de 04/2014 a 12/2019 relativo à BIS, R\$ 2.459 e R\$ 2.571 de 04/2014 a 03/2019 relativo a NewChain e Expert-Easy, respectivamente.

Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática adquiriu 82,26% de participação na Accera Sistemas Estratégicos Ltda. e a Neogrid Participações adquiriu os 17,74% restantes. A “Accera” possui um ágio no

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor de R\$1.358 apurado sobre Goodwill na aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda., em 29 de dezembro de 2017, amortizados fiscalmente de Ago/2018 a Dez/2019 no valor de R\$ 385.

Em 31 de Agosto de 2019 a Neogrid Informática adquiriu da Neogrid Participações os 17,74% restantes de participação na Accera.

Em 02 de Setembro de 2019 a Accera foi incorporada pela Neogrid Informática e o ágio apurado sobre Goodwill no valor de R\$ 83.364 foi amortizado fiscalmente de Set/2019 a Dez/2019 no valor de R\$ 5.558. Sobre estas amortizações foram constituídas as provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Com base nesta estimativa a Administração prevê recuperar os créditos tributários sobre prejuízo fiscal nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	2019	2018
2019	-	3.091
2020	2.656	1.215
2021	2.567	1.087
2022	1.121	1.930
	<b>6.344</b>	<b>7.323</b>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos combinados com a geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>13.662</b>	<b>17.759</b>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(4.645)	(6.038)
Equivalência patrimonial	352	(52)
Impacto fiscal gerado por controladas no exterior	(1.210)	(576)
Amortização fiscal de ágios incorporados	9	36
Despesas indedutíveis	(10)	23
Incentivo a inovação tecnológica	338	377
Outras diferenças permanentes	158	398
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.008)</b>	<b>(5.832)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.819)	(2.049)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(2.189)	(3.783)
Taxa efetiva %	<b>36,7</b>	<b>32,8</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Adição dos lucros gerados pelas controladas no exterior no cálculo do lucro tributável no Brasil
- (ii) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

#### 16. Arrendamentos

##### (a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<b>2019</b>	
	<b>31 de dezembro</b>	<b>1º de Janeiro</b>
Ativos de direito de uso		
Máquinas e equipamentos	5.692	6.836
Software	1.394	2.205
Locação de Imóveis	5.031	8.273
	<b>12.117</b>	<b>17.313</b>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	5.366	7.945
Não circulante	4.460	8.659
	<b>9.826</b>	<b>16.604</b>

As adições aos ativos de direito de uso durante o exercício de 2019 totalizaram R\$ 1.399.

##### (b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<b>2019</b>
Encargo de depreciação e amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação – Nota 30)	
Máquinas e equipamentos	2.323
Software	973
Locação de Imóveis	3.055
	<b>6.351</b>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 32)	1.048

Os pagamentos de arrendamentos em 2019 totalizaram R\$ 8.378.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia e suas controladas alugam alguns imóveis em prédios comerciais para a instalação de suas operações, além de equipamentos de informática. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de três a cinco anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação, conforme descrito no item (iii) a seguir.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia e suas controladas são o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Até o exercício de 2018, os arrendamentos de ativos imobilizados eram classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. A partir de 10 de janeiro de 2019, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia e suas controladas. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois, o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- (i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- (ii) pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- (iv) o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- (iii) quaisquer custos diretos iniciais; e
- (iv) custos de restauração.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois, o menor. Se a Companhia e suas controladas estiverem razoavelmente certas de que irão exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

#### (c) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

##### Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>16.604</b>
Juros provisionados	1.049
Adição por novos contratos	551
Pagamentos	(8.378)
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>9.826</u></b>

A Companhia e suas controladas apresentam, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

##### Maturidade dos contratos

###### Vencimento das prestações

---

Menos de 1 ano	5.891
Entre 1 e 2 anos	3.336
Entre 2 e 5 anos	1.083
Acima de 5 anos	<u>632</u>
Valores não descontados	10.942
Juros embutidos	<u>(1.116)</u>
<b>Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>9.826</u></b>

###### Contratos por prazo e taxa de desconto

---

Prazos dos contratos	Taxa % a.a
3 anos	14,03
4 anos	8,69

##### Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>17.313</b>
Adição por novos contratos	1.155
Despesa de depreciação e amortização	(6.351)
<b>Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>12.117</u></b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais)

### 17. Imobilizado

	2019		2018	
	Custo	Depreciação acumulada Líquido	Custo	Depreciação acumulada Líquido
Equipamentos de informática	27.725	(26.404)	38.580	(28.860)
Móveis e utensílios	2.527	(1.730)	2.803	(1.789)
Benefeitorias em imóveis locados	4.377	(2.962)	4.264	(3.025)
Outros	1.264	(47)-	1.761	(40)
	<b>35.893</b>	<b>(31.143)</b>	<b>47.408</b>	<b>(33.714)</b>
	<b>4.750</b>	<b>4.750</b>	<b>13.694</b>	<b>13.694</b>

	2019		2018	
	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benefeitorias em imóveis locados	Outros
<b>Saldos em 2017</b>	<b>6.467</b>	<b>746</b>	<b>1.289</b>	<b>6</b>
Adições	5.591	941	403	1722
Alienação de imobilizado	6	(70)	--	(5)
Depreciação no exercício	(2.344)	(603)	(453)	(2)
<b>Saldos em 2018</b>	<b>9.720</b>	<b>1.014</b>	<b>1.239</b>	<b>1.721</b>
Transferências p/ Direito de uso (Nota 16)	(6.836)	-	-	-
Adições	100	67	397	(500)
Transferências	6	-	-	-
Alienação de imobilizado	(637)	(134)	-	-
Depreciação no exercício	(1.042)	(146)	(213)	(6)
<b>Saldos em 2019</b>	<b>1.311</b>	<b>801</b>	<b>1.423</b>	<b>1.215</b>
Taxa média de depreciação anual	<b>20%</b>	<b>10%</b>	<b>10%</b>	<b>20%</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>8.508</b>			<b>4.750</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores de leasing financeiro existentes em 31 de dezembro de 2018.

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação utilizados no exercício anterior.

#### Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não houve a necessidade de constituição de provisão.

#### Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, não havia bens do imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários.

#### 18. Intangível

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada Líquido	Custo	Amortização acumulada Líquido
<b>Vida útil definida</b>				
Software	11.173	(9.808)	13.139	(8.523)
Carteira de clientes	260	(243)	259	(223)
Mais-valia de intangíveis (a)	37.567	(10.900)	37.567	(3.998)
Marcas e patentes	1.044	(245)	1.044	(57)
<b>Vida útil indefinida</b>				
Direitos comerciais (c)	3.000	-	3.000	-
Ágios (Goodwill) (b)	203.174	-	204.816	-
	<b>256.218</b>	<b>(21.196)</b>	<b>259.825</b>	<b>(12.801)</b>
		<b>235.022</b>		<b>247.024</b>

#### Movimentação do custo e da amortização

Consolidado



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média de amortização anual	Saldo em 2018	Adições	IR/CS Diferidos Mais valia	Alienação	Transferências p/ direito de uso (Nota 16)	Amortização no exercício	Saldo em 2019
Software	20%	4.616	241	-	(2)	(2.205)	(1.285)	1.365
Carteira de clientes	6,67%	36	1	-	-	-	(20)	17
Mais-valia intangíveis (a)	18,2% a 22,7%	33.569	-	-	-	-	(6.902)	26.667
Marcas e patentes	-	987	-	-	-	-	(188)	799
Direitos comerciais (c)	-	3.000	-	-	-	-	-	3.000
Ágios (Goodwill) (b)	-	204.816	-	(1.642)	-	-	-	203.174
Total Intangível		<b>247.024</b>	<b>242</b>	<b>(1.642)</b>	<b>(2)</b>	<b>(2.205)</b>	<b>(8,395)</b>	<b>235.022</b>

(a) A mais-valia de intangíveis refere-se a Software, Tecnologia, Relacionamento com Clientes e Marcas, gerados na aquisição de participação societária das seguintes empresas:

- (i) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
- (ii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
- (iii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.

(b) O ágio sobre investimentos foi gerado na aquisição de participação societária nas seguintes empresas, com as respectivas incorporações posteriores:

- (i) Mercador S.A. - aquisição em 2007 e 2008; incorporação em novembro de 2008;
- (ii) Newchain Business Solutions Ltda: aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
- (iii) Expert-Easy Consultoria em Informática Ltda - aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
- (iv) Neogrid North America LLC - aquisição em 2008;
- (v) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
- (vi) Bis Participações Ltda: aquisição e incorporação em 2014;
- (vii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
- (viii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

---

- (c) Em junho de 2010 a Neogrid Informática firmou Contrato Particular de Parceria de Distribuição de Software com a TOTVS S.A., a qual licenciou a Neogrid Informática como sua única e exclusiva fornecedora da Solução “TOTVS COLABORAÇÃO”, para a qual pagou o valor de R\$ 3.000 ao longo de 30 meses. O contrato possui prazo indeterminado de vigência, sendo classificado como vida útil indefinida e sua recuperabilidade testada anualmente.

Os ágios estão fundamentados na perspectiva de rentabilidade futura, e foram, quando aplicável, amortizados até 31 de dezembro de 2008. A amortização foi interrompida a partir de 1 de janeiro de 2009 e a recuperabilidade do seu valor contábil é testada anualmente. Em 2018 e em 2019 não houve necessidade de ajustes de “impairment”.

#### **Análise do valor recuperável do intangível de vida útil indefinida**

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

A Companhia é ser uma empresa provedora de uma única plataforma integrada de soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos no modelo *Software as a Service - SaaS*, tendo assim um único segmento, o de Software. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos ao longo do tempo foram incorporados à plataforma de soluções, transformando-os na maior em única solução a partir da combinação, complementariedade e integração entre esses ativos adquiridos. A Companhia consolidou suas projeções para teste de recuperabilidade agregando os ativos intangíveis, pois os ativos se beneficiam da combinação desses negócios, e, seguem as diretrizes estratégicas do principal mercado de atuação da Companhia.

As premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas em crescimentos unicamente pelas condições econômicas projetadas para o período dos próximos cinco anos de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36, sem considerar fatos estratégicos do plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do –custo médio ponderado de capital - CMPC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

Para o contrato particular de parceria de distribuição de software com a TOTVS S.A., a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade deste ativo de forma segregada, como uma UGC – unidade gerado de caixa, usando como critério a projeção de fluxo de caixa para os próximos cinco anos, considerando a receita estimada exclusiva do contrato deduzida dos custos e despesas diretamente mensuráveis ao contrato. Os fluxos de caixa estimados foram descontados utilizando taxas de desconto para os testes de recuperabilidade dos demais ativos intangíveis descritos abaixo.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso e sensibilidade são:

Resultado Operacional – as receitas foram projetadas entre 2020 e 2024, considerando o crescimento agregado da inflação projetado acrescida pelo PIB Brasil projetado, enquanto, uma parte dos custos são variáveis ao crescimento da receita, e outra parte dos custos, somadas as despesas operacionais, foram projetados a partir da projeção da inflação para o período projetado.

Volume de Capex: As necessidades de investimento em CAPEX foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada a unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos médio ponderado de capital CMPC) de 27,94% a.a. (pre-tax) para a unidade geradora de caixa. Um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

Perpetuidade - as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019, além do período de 5 anos são de 2,0%, considerado pela Companhia um cenário conversador em relação a parâmetros de outras empresas do segmento de Tecnologia. Um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 p.p. para a unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

#### 19. Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores mercado interno	20	59	3.492	3.018
Fornecedores mercado interno-partes relacionadas (nota 27b)	-	-	153	206
Fornecedores mercado externo	-	-	1.614	2.105
Adiantamento de clientes	-	-	181	499
Aluguel diferido North América	-	-	-	638
Outras contas a pagar	-	-	828	417
	<u>20</u>	<u>59</u>	<u>6.268</u>	<u>6.883</u>

#### 20. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários têm vencimento até 2029 e cupons médios de 0,8575% ao mês. O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 116.198 (R\$ 47.283 em 2018).

Modalidade	Encargos em 2019	Ano de Vencimento	Moeda	Controladora		Consolidado	
				2019	2018	2019	2018
Capital de giro (exterior)	Libor+0,17% a.m.	2019	U\$	-	-	-	16.832
Capital de giro (nacional)	CDI + 2,75% a.a.	2024	R\$	110.662	-	110.662	22.114
Arrendamentos financeiros (BRL)	0,96% a 1,31% a.m.	2022	R\$			-	8.332
BNDES	0,86% a 1,00% a.m.	2020	R\$			2	5
FINEP	Varição do IPCA a.m.	2029	R\$			5.534	-
				<u>110.662</u>		<u>116.198</u>	<u>47.283</u>
<b>Passivo circulante</b>				18.662	-	18.678	5.777
<b>Passivo não circulante</b>				92.000	-	97.520	41.506

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Garantias

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. Abaixo estão detalhadas as garantias apresentadas:

<b>Operação</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Contas a receber de clientes	-	2.000
Carta de Fiança Bancária	-	5.520
	-	<b>7.520</b>

#### Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de: R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais) Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). Serão remuneradas com CDI + 2,75% a.m.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (\*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

(\*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em 2019 o resultado alcançado foi de 1,99.

#### Derivativos (swap)

Atualmente a Companhia não se utiliza de operação de derivativos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Movimentação no exercício

A tabela a seguir representa as movimentações ocorridas nesta rubrica, durante o exercício 2019:

	<u>Controlada</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	-	<b>29.615</b>
(+) Captações	-	28.590
(-) Pagamento de principal	-	(14.049)
(-) Pagamento de juros	-	(1.228)
(+) Juros e variação cambial	-	4.355
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	-	<b>47.283</b>
(+) Captações	110.000	116.070
(-) Pagamento de principal	-	(37.697)
(-) Pagamento de juros	(1.038)	(6.172)
(-) Transferências p/ Direito de Uso de Arrendamento (Nota 16)	-	(8.332)
(+) Juros e variação cambial	1.700	5.046
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.662</b>	<b>116.198</b>

#### 21. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos das obrigações sociais e trabalhistas estão assim compostos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários a Pagar	-	-	2.150	2.080
Férias a Pagar	-	-	6.436	6.793
Participações no resultado e bônus	-	-	4.626	9.026
Outros	-	-	84	1
	-	-	<b>13.296</b>	<b>17.900</b>
INSS a Pagar	6	5	696	919
FGTS a Pagar	-	-	523	605
	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>1.219</b>	<b>1.524</b>
	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>14.515</b>	<b>19.424</b>

#### 22. Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos subsidiárias no Exterior	-	-	1.906	1.393
IRRF Assalariado	7	11	1.121	1.264
INSS s/Faturamento	-	-	684	583
ISS	-	-	407	448
IRPJ e CSLL	-	-	694	-
PIS e COFINS	-	-	15	384
Retenções	-	-	104	280
Outros	-	-	71	102
	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>5.002</b>	<b>4.454</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Provisões de custos e despesas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão de custos com terceiros	22	13	6.503	8.493
Provisão de comissões	-	-	216	140
	<u>22</u>	<u>13</u>	<u>6.719</u>	<u>8.633</u>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos. Os valores são referentes à provisão de despesas e comissões com os parceiros que são apropriados de acordo com a competência.

### 24. Obrigações por aquisições de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado ou retidos para garantias. Estão registradas no passivo, conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Aquisição de ações pessoas físicas	252	-	252	-
Aquisição Trade Force (a)	-	-	2.107	2.249
Aquisição Accera (b)	-	-	-	42.962
	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>	<u>45.211</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Aquisição Trade Force	-	-	-	1.961
Aquisição Accera (b)	-	-	-	42.962
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.923</u>
	<u>252</u>	<u>-</u>	<u>2.359</u>	<u>90.134</u>

- (a) Obrigação oriunda da aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda pela "Accera";
- (b) Obrigações liquidadas em novembro de 2019, com os recursos obtidos na 1ª emissão de Debêntures mencionada na Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Receitas diferidas

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>		
Receita de subscrição (recorrente)	5.996	1.760
Receita de serviços	2.739	8.036
	<b>8.735</b>	<b>9.796</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Receita de serviços	-	933

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos.

A Companhia gera receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software a seus clientes. A Companhia fornece acesso ao seu software baseado em assinaturas anuais que são diferidas e reconhecidas proporcionalmente durante o período de subscrição. Os faturamentos antecipados são incluídos na receita diferida, que é então reconhecida nos anos subsequentes proporcionalmente aos períodos de execução. Para outros serviços, a Companhia reconhece a receita em base linear durante o prazo previsto no contrato.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e três anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2019	8.735	-		
Em 31 de dezembro de 2018	9.796	933		

### 26. Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para cobrir perdas prováveis em situações nas quais a Companhia avalia ser provável a realização de desembolso futuro. As provisões foram constituídas, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo suficientes para fazer face às perdas esperadas. E ficaram compostas de acordo com a natureza, conforme segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Trabalhistas	173	193
Tributárias	-	18
	<b>173</b>	<b>211</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>18</b>	<b>193</b>	<b>211</b>
(+) Complemento de provisões	-	192	192
(+) Atualização monetária	-	-	-
(-) Reversão de provisão não utilizada	(18)	(123)	(141)
(-) Baixa por pagamentos	-	(89)	(89)
(-) Baixa por alienação de empresa	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>173</b>	<b>173</b>

#### Processos com perdas estimadas como possíveis

Os processos para os quais a perspectiva de perda foi avaliada como possível totalizaram R\$ 1.715 em 2019 sendo R\$ 78 de natureza trabalhista e R\$ 1.637 de natureza Civil; (em 2018 R\$ 184 de natureza trabalhista, R\$ 1.073 de natureza Civil, e R\$ 400 de natureza tributária, totalizando R\$ 1.657 naquele ano).

#### Provisões para contingências trabalhistas

Os processos Trabalhistas, classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

#### Provisões para contingências cíveis

Os processos de natureza Cível, classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

#### Provisões para contingências tributárias

Os processos classificados de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Não havendo nenhum processo de valor individualmente relevante.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

## 27. Partes relacionadas

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas e a remuneração da administração foram realizadas conforme segue:

### (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários foi de R\$ 6.230 em 2019 (R\$ 7.843 em 2018).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Outras transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Mútuo com pessoa ligada</b>				
NeoGrid Informática Ltda.	-	95	-	-
<b>Total</b>	-	<b>95</b>	-	-
<b>Total passivo circulante</b>	-	-	-	-
<b>Total passivo não circulante</b>	-	<b>95</b>	-	-

O quadro a seguir apresenta os saldos dos faturamentos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas e estas operações foram contratadas em condições normais de mercado:

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Contas a receber (nota 10)</b>		
Rio Pardo Proteína Vegetal S.A.	-	16
Neogrid Datacenter S.A.	9	-
Camerite Sistemas S.A.	4	-
	<u>13</u>	<u>16</u>

Os valores referem-se a reembolso de despesas.

	Consolidado	
	2019	2018
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (nota 19)</b>		
Neogrid Datacenter S.A.	107	76
M. Abuhab Participações S.A.	44	129
Camerite Sistemas S.A.	2	1
	<u>153</u>	<u>206</u>

O quadro a seguir apresenta os saldos de outras transações com partes relacionadas que tiveram impacto no resultado do exercício:

	Consolidado	
	2019	2018
Neogrid Datacenter S.A. (a)	1.045	1.091
M. Abuhab Participações S.A. (b)	1.552	1.460
Camerite Sistemas S.A. (c)	18	18
LMRL Consultoria em Tecnologia da Informação (d)	111	-
Vectis Soluções Eireli - Consultoria Estratégica (d)	<u>150</u>	-
	<u>2.876</u>	<u>2.569</u>

Notas:

- (a) Link de internet, circuito de dados, hospedagem de equipamentos (colocation) e servidores;
- (b) Aluguel e Condomínio do Prédio Neogrid Joinville;
- (c) Câmeras para segurança interna do escritório;
- (d) Serviços de consultoria.

### 28. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Neogrid Participações S.A.

O capital social da Neogrid Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$132.408 (R\$133.339 em 31 de dezembro de 2018) totalmente integralizado. Está representado por 164.189.651 (mesma quantidade em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas e 6.455.614 (7.599.432 em 31 de dezembro de 2018) ações preferenciais nominativas, sendo 381.807 ações preferenciais em tesouraria.

Segue a composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Acionista	2019		2018	
	Ações	%	Ações	%
YAFO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	159.121.651	93,25%	160.565.469	93,47%
Eduardo Kazmierczak Neto	4.050.103	2,37%	4.050.103	2,36%
Cristhiano Stefani Faé	4.050.103	2,37%	4.050.103	2,36%
Robson Alessandro Munhoz	716.324	0,42%	716.324	0,42%
Flavio de Almeida Carvalho	716.324	0,42%	716.324	0,42%
Alexandre Kappel	562.771	0,33%	562.771	0,33%
Leandro Vettorazzi Gabrieli	562.771	0,33%	562.771	0,33%
Thiago Grechi	239.232	0,14%	239.232	0,14%
Rodrigo Landgraf de Souza Leão	157.098	0,09%	157.098	0,09%
Cesar Augusto Ghilardi	87.081	0,05%	87.081	0,05%
Outros	-	-	81.807	0,05%
<b>Ações em circulação</b>	<b>170.263.458</b>	<b>99,78%</b>	<b>171.789.083</b>	<b>100,00%</b>
Ações em tesouraria	381.807	0,22%	-	-
<b>Total em unidades</b>	<b>170.645.265</b>	<b>100,00%</b>	<b>171.789.083</b>	<b>100,00%</b>

As ações preferenciais não conferem a seus titulares o direito a voto nas deliberações sociais, entretanto terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

#### Alterações no capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreu a seguinte alteração no capital social da Neogrid Participações S.A.:

Conforme AGE de 14 de dezembro de 2018, registrada em 22 de fevereiro de 2019 após aguardar o período de 60 dias previsto na Lei das S.A., foi aprovada a redução de capital de R\$ 931 referente a entrega da participação societária detida pela Companhia na Dux Global Inc. Louisiana Corporation ao YAFO (Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) mediante o cancelamento de 1.143.818 ações preferenciais nominativas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício 2019 ocorreu destinação de R\$ 433. Em 2018 houve destinação de R\$ 596.

#### (c) Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo de ações preferenciais da Companhia, adquiridas pela própria Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria.

Em 2019 foram baixados desta conta R\$268, decorrente do cancelamento de ações em tesouraria com lucros acumulados, aprovados na AGE de 14 de dezembro de 2018.

No exercício de 2019 a Companhia recomprou de acionistas minoritários, 381.807 ações preferenciais, ao custo médio ponderado de R\$0.90 por ação.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 381.807 ações preferenciais em tesouraria (não possuía em 31 de dezembro de 2018).

#### (d) Ágio em transações de capital

Refere-se ao ágio originado da aquisição de participação societária adicional na controlada Neogrid North America, após a Neogrid Participações já deter o controle societário desta empresa.

### 29. Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados consolidado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Subscrição recorrente	208.285	176.800
Serviços	<u>19.416</u>	<u>17.798</u>
(-) Cancelamentos	(1.213)	(1.596)
(-) PIS / COFINS	(6.787)	(5.631)
(-) INSS	(8.450)	(6.857)
(-) ISS	<u>(4.152)</u>	<u>(3.486)</u>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b><u>207.099</u></b>	<b><u>177.028</u></b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 30. Custos e despesas operacionais por natureza

	Consolidado	
	2019	2018
Salários e benefícios a empregados	(106.977)	(89.032)
Custos com terceiros e comissões	(27.324)	(21.413)
Assessorias e serviços de terceiros	(6.740)	(6.563)
Despesas comerciais e de marketing	(7.829)	(7.386)
Depreciação e amortização	(16.153)	(6.948)
Despesas indiretas de pessoal	(5.669)	(9.313)
Despesas com alugueis	(2.154)	(3.748)
Despesas gerais de consumo	(1.464)	(1.101)
Despesas com suporte de softwares e hardwares	(614)	(406)
Outras despesas	(2.942)	(2.998)
	<b>(177.866)</b>	<b>(148.908)</b>
Custo dos serviços prestados	(61.956)	(55.625)
Despesas com vendas	(29.796)	(29.521)
Despesas gerais e administrativas	(55.073)	(45.711)
Pesquisa e gastos com softwares	(31.041)	(18.051)
	<b>(177.866)</b>	<b>(148.908)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os custos e despesas envolvendo partes relacionadas representaram R\$ 2.876 (R\$ 2.569 em 31 de dezembro de 2018). Nota 28 b.

#### 31. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para contingências/impostos a recuperar	-	-	(242)	(303)
Despesas com M&A	(22)	-	(255)	(5.736)
Outros	-	-	40	(86)
	<b>(22)</b>	<b>-</b>	<b>(457)</b>	<b>(6.125)</b>

#### 32. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	13	15	848	898
Juros de mora recebidos	-	-	108	39
Descontos e abatimentos obtidos	-	-	13	9
Juros sobre contrato com terceiros	-	-	57	40
Receitas financeiras (AVP)	-	-	38	-
Outras receitas financeiras	6	9	691	572
	19	24	1.755	1.558
<b>Despesas Financeiras</b>				
Variação cambial passiva	-	-	(1.531)	(2.553)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(108)	(3.347)	(1.757)
Despesas com IOF	(2)	(1)	(102)	(514)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tarifas bancárias	-	-	(451)	(343)
Descontos e abatimentos concedidos	-	-	(99)	(144)
Juros e multa de mora pagos	(1)	(1)	(273)	(91)
Juros sobre contrato de mútuo	(6)	-	(6)	(32)
Juros sobre contas a pagar aquisição de participações	-	-	(4.286)	(323)
Encargos s/ Locação de Imóveis - IFRS16	-	-	(216)	-
Despesas Financeiras (AVP)	-	-	(175)	-
Juros debentures/ Finep	(3.158)	-	(3.248)	-
Comissão Fiança e seguro garantia	-	-	(3.135)	-
	<u>(3.167)</u>	<u>(110)</u>	<u>(16.869)</u>	<u>(5.757)</u>
	<u>(3.148)</u>	<u>(86)</u>	<u>(15.114)</u>	<u>(4.199)</u>

### 33. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

#### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação	Básico		Diluído	
	2019	2018	2019	2018
Número de ações (em milhares)	170.263	171.789	170.263	171.789
Média ponderada ações (em milhares)	170.788	162.906	170.788	162.906
Resultado do exercício	<u>8.654</u>	<u>11.926</u>	<u>8.654</u>	<u>11.926</u>
Lucro por ação (em reais)	<u>0,051</u>	<u>0,073</u>	<u>0,051</u>	<u>0,073</u>

### 34. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

#### (a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Consolidado	
	2019	2018
Valor contábil líquido (Nota 17)	771	69
Lucro da alienação de imobilizado	<u>22</u>	<u>5</u>
Valores recebidos na alienação de imobilizado	<u>793</u>	<u>74</u>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (b) Reconciliação da dívida líquida

	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos de curto prazo (Nota 20)	18.678	5.777
Empréstimos de longo prazo (Nota 20)	97.520	41.506
<b>Total da dívida</b>	<b>116.198</b>	<b>47.283</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(24.908)	(18.249)
<b>Dívida líquida</b>	<b>91.290</b>	<b>29.034</b>

#### 35. Cobertura de seguros

A Administração Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Natureza	Cobertura	Valor da cobertura
Segurança Virtual	“Cyber Attack”	R\$ 32.769
Imobilizado e prédio locado	Incêndio, raio, outros	R\$ 7.030
Administrativa	Responsabilidade Civil	R\$ 10.000

#### 36. Eventos subsequentes

Em 30 de dezembro de 2019 a Neogrid N.A. LLC alienou 100% de sua participação na subsidiária Neogrid AP Inc, localizada no Japão, transformando-se em um canal de distribuição com a Companhia com contrato firmado em janeiro de 2020.

Em 20 de janeiro de 2020, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nessa data, a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra do total até 8.981.330 (oito milhões e novecentos e oitenta e um mil e trezentas e trinta) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados diretores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, em um período de 4 (quatro) anos contados a partir da aprovação da criação do capital autorizado para fins do Plano, também aprovado nessa mesma AGE.

Em 01 de julho de 2020, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu a Neogrid Software Ltda., aumentando seu capital social no valor do patrimônio líquido da Neogrid Software Ltda., assumindo todos os direitos e obrigações da incorporada.

Em junho de 2020 foi iniciado o processo de incorporação da Neogrid Netherlands BV pela Neogrid Netherlands Holding BV, com a extinção da incorporada, cujo processo foi concluído em 03 de setembro de 2020. No mesmo processo de incorporação, a Neogrid Netherlands Holding BV teve sua razão social alterada para Neogrid Netherlands B.V passando a ser empresa operacional.

Entre os dias 09 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal “A Notícia” de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

#### Impactos causados pela pandemia da Covid-19

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

- (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores;
- (ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades;
- (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e
- (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do Coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo a receita operacional afetada em aproximadamente 1% da receita anual. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto nos covenants.

\*\*\*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

***Neogrid Participações S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2018***  
***e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Neogrid Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neogrid Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Neogrid Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neogrid Participações S.A. e da Neogrid Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

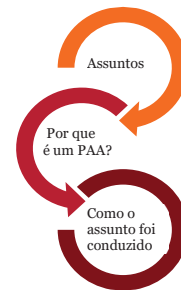


Neogrid Participações S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior. Adicionalmente, a aquisição do controle da Accera Sistemas Estratégicos S.A., ocorrida durante o exercício de 2018, foi considerado por nós como um novo Principal Assunto de Auditoria.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento da receita

Conforme nota explicativa 2.14, a Companhia reconhece receita de vendas quando os serviços são prestados e desde que não haja nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos serviços.

Em função da magnitude e da sensibilidade do reconhecimento da receita, esse assunto permanece como um principal assunto de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com prestação de serviços e das respectivas contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência da prestação do serviço;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com prestação de serviços com contratos de clientes, notas fiscais emitidas e a efetiva prestação do serviço, bem como verificamos a liquidação financeira da transação.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o



Neogrid Participações S.A.

---

### Porque é um PAA

---

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

reconhecimento de receitas com a prestação de serviços atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.

---

### Recuperabilidade dos ágios

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 204.816 mil, referente aos ágios oriundos da aquisição de controladas.

A Administração elabora, anualmente, teste para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

Mantivemos o referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do saldo do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação, principalmente, às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como margem EBITDA, taxa de crescimento e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

A divulgação das informações sobre os testes de *impairment*, incluindo os eventos e análises, está incluída na nota explicativa 18.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das receitas e de desconto no período projetado e na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável;
- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa futuros e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita, custos e despesas e taxa de desconto;
- (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado;
- (c) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.

No contexto das demonstrações financeiras, consideramos os critérios e premissas adotados pela Administração no teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

---

### Combinação de negócio

Conforme nota explicativa 9, em 25 de outubro de 2018 e em 29 de novembro de 2018, sociedades controladas da Companhia adquiriram o controle

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com as

---



Neogrid Participações S.A.

---

**Porque é um PAA**

acionário da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

A determinação do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e a determinação do ágio, envolveu julgamentos e estimativas relevantes da administração. Tais julgamentos e estimativas utilizam dados e premissas subjetivas, como previsões de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, dentre outras.

Os valores envolvidos, assim como uso de estimativas e julgamentos relevantes na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos, podem ter impacto relevante na determinação da alocação do preço de compra e, por isso nos, levou a considerar essa como uma área de foco em nossa auditoria.

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

aquisições, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição.

Efetuamos também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a contratação de especialistas, uso de modelos de cálculo e premissas utilizadas na determinação da alocação do preço de compra.

Obtivemos as informações financeiras das adquiridas e efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis.

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Checamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como examinamos as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizados no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição e a determinação do valor do ágio, são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

---



Neogrid Participações S.A.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.





Neogrid Participações S.A.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



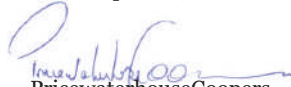
Neogrid Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 19 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração da Neogrid Participações S.A. (“Neogrid” ou “Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*).

No ano de 2018 o PIB do Brasil registrou um crescimento de 1,1%, praticamente o mesmo patamar de 2017, quando cresceu 1,0%. Os serviços de informação e comunicação tiveram crescimento de 0,3% em 2018 com aceleração no final do ano.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$177,0 milhões em 2018, representando um crescimento de 8,1% em relação ao exercício de 2017. As receitas da Neogrid são formadas por serviços recorrentes e serviços com a implementação de produtos.

As receitas recorrentes corresponderam a 91,1% da receita total, sendo fator de suma importância, pois geram estabilidade e previsibilidade de receitas futuras, trazendo maior segurança à geração de caixa na tomada de decisões e com isso reduzindo o risco do negócio.

No mercado interno, a Companhia adquiriu, em outubro de 2018, a empresa Accera Sistemas Estratégicos Ltda., também especializada em soluções para a gestão da cadeia de suprimentos. Prevemos um plano de integração das operações, com o objetivo de unir as expertises e as plataformas das duas companhias trazendo mais insights e inteligência às empresas conectadas à malha. Com isto apoiaremos indústrias, varejos e distribuidores a acompanharem esse momento de transformação digital, com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia.

Em 2018 a Neogrid alcançou EBITDA Ajustado de R\$ 34,6 milhões, representando um crescimento de 73,2% em relação ao EBITDA Ajustado 2017 de R\$20,0 milhões, conforme detalhado a seguir:

	<b>Consolidado (em milhares R\$)</b>		
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Variação</b>
Lucro líquido do exercício	<b>11.926</b>	<b>7.797</b>	<b>53,0%</b>
IR e CS	5.832	2.229	161,6%
Resultado Financeiro	4.199	1.991	110,9%
Depreciação e Amortização	<u>6.948</u>	<u>5.562</u>	<u>24,9%</u>
<b>EBITDA</b>	<b><u>28.905</u></b>	<b><u>17.579</u></b>	<b><u>64,4%</u></b>
Custos extraordinários com reestruturação organizacional	-	1.084	-100,0%
Despesas com M&A	5.736	544	954,4%
Despesas com recuperação de tributos	<u>-</u>	<u>789</u>	<u>-100,0%</u>
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b><u>34.641</u></b>	<b><u>19.996</u></b>	<b><u>73,2%</u></b>

(\*) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil (não auditada) elaborada pela Companhia e consiste no resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações e das despesas e receitas não recorrentes.

A Neogrid reforça que continuará sistematicamente avaliando sua estrutura de custos e despesas e seus processos internos com o objetivo de otimizar os recursos e alavancar os resultados.

Agradecemos a todos os nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Parceiros pelo apoio e confiança dispensados, e a todos os Profissionais que compõem o nosso Network pela determinação e perseverança no desenvolvimento do negócio.

Reiteramos nosso compromisso com o crescimento e desenvolvimento da Neogrid em 2019, primando continuamente pelo fortalecimento das vantagens competitivas e investindo na expansão dos negócios.

**A Administração.**

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

**Balanco patrimonial  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	10	4	940	18.249	17.870	59	12
Contas a receber de clientes	11	-	-	33.519	22.753	-	-
Tributos a recuperar	12	146	221	13.938	12.101	5	8
Adiantamentos	60	7	1.650	1.036	1.036	11	278
Despesas antecipadas	13	12	8	4.637	3.082	13	-
Serviços entregues a faturar	14	-	-	2.567	2.089	-	210
Outros créditos	15	-	-	1.103	2.821	95	-
Total do ativo circulante		222	1.176	75.663	61.752	-	-
<b>Não circulante</b>							
Realizável a longo prazo							
Tributos a recuperar	12	-	-	1.225	6.626	-	-
Tributos diferidos	16	-	-	1.608	-	-	-
Despesas antecipadas	13	-	-	2.294	602	376	4.249
Outros créditos	15	-	-	3.461	2.611	-	-
Investimentos	8	130.657	117.568	968	968	-	-
Imobilizado	17	-	-	13.694	8.508	376	4.249
Intangível	18	-	-	247.024	119.234	559	4.757
Total do ativo		130.879	118.744	345.867	200.301	130.330	113.987
						183	508
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.487	2.060
						10.778	10.779
						(268)	(268)
						130.330	113.987
						133.339	133.339
						(16.016)	(16.016)
						2.486	2.060
						10.779	10.779
						(268)	(268)
						130.320	113.987
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.486	2.060
						10.779	10.779
						(268)	(268)
						130.320	113.987
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>130.879</b>	<b>118.744</b>	<b>345.867</b>	<b>200.301</b>	<b>130.330</b>	<b>113.987</b>
						183	508
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.487	2.060
						10.778	10.779
						(268)	(268)
						130.330	113.987
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.486	2.060
						10.779	10.779
						(268)	(268)
						130.320	113.987
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.486	2.060
						10.779	10.779
						(268)	(268)
						130.320	113.987
						133.339	129.391
						(16.016)	(16.016)
						2.486	2.060
						10.779	10.779
						(268)	(268)
						130.320	113.987

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
1 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	<b>29</b>	-	-	177.028	163.701
Custo dos serviços prestados	<b>30</b>	-	-	(55.625)	(56.479)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	121.403	107.222
Despesas com vendas	<b>30</b>	-	-	(29.521)	(33.066)
Despesas gerais e administrativas	<b>30</b>	(540)	(576)	(45.711)	(39.947)
Pesquisa e gastos com software	<b>30</b>	-	-	(18.051)	(19.664)
Outras receitas e (despesas), líquidas	<b>31</b>	-	(8)	(6.126)	(2.536)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		(540)	(584)	21.994	12.009
Receitas financeiras	<b>32</b>	24	358	1.558	3.561
Despesas financeiras	<b>32</b>	(110)	(20)	(5.757)	(5.552)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		(86)	338	(4.199)	(1.991)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>8</b>	12.552	8.043	(37)	8
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		11.926	7.797	17.758	10.026
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>16</b>	-	-	(2.049)	(1.202)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>16</b>	-	-	(3.783)	(1.027)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.926</b>	<b>7.797</b>	<b>11.926</b>	<b>7.797</b>
Lucro líquido básico por ação (em reais)	<b>33</b>	0,0732	0,048		
Lucro líquido diluído por ação (em reais)	<b>33</b>	0,0732	0,048		

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
2 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	11.926	7.797	11.926	7.797
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Varição cambial sobre investimentos no exterior	499	1.053	499	1.053
Impairment sobre ágios	-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>12.425</b>	<b>8.850</b>	<b>12.425</b>	<b>8.850</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
3 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ágio em Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Ações em Tesouraria	Legal	Retenção				
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	144.621	-	-	-	(16.016)	1.007	(24.152)	105.460
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	7.797	7.797
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.797	7.797
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	-	-	-	1.053	-	1.053
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.053	7.797	8.850
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Emissão de ações	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Redução de capital	(21.485)	-	-	-	-	-	21.485	-
Compra de ações	-	(228)	-	-	-	-	-	(228)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.590)	(3.590)
Juros s/Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(2.760)	(2.760)
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	252	-	-	-	(252)	-
Transferência entre reservas	-	-	-	(1.472)	-	-	1.472	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	(15.230)	(228)	252	(1.472)	-	-	16.355	(323)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	129.391	(228)	252	(1.472)	(16.016)	2.060	-	113.987

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
4 de 61



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de lucros			Ágio em Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Retenção					
<b>Em 1º de janeiro de 2018</b>	129.391	(228)	252	(1.472)	(16.016)	2.060	-	113.987	
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	11.926	11.926	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	72	-	-	-	499	
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	72	-	-	11.926	12.425	
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas									
Emissão de ações (Nota 28 (a))	3.948	-	-	-	-	-	-	3.948	
Compra de ações (Nota 28 (c))	-	(40)	-	-	-	-	-	(40)	
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	596	-	-	-	(596)	-	
Constituição da reserva legal (Nota 28 (b))	-	-	-	11.330	-	-	(11.330)	-	
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	3.948	(40)	596	11.330	-	-	(11.926)	3.908	
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	133.339	(268)	848	9.930	(16.016)	2.487	-	130.320	

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
5 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda	11.926	7.797	17.758	10.026
Ajustes de				
Depreciação (Nota 17)	-	-	3.402	3.226
Amortização (Nota 18)	-	-	3.546	2.336
Lucro na venda de imobilizado (Nota 34 (a))	-	-	(5)	(6)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 11)	-	-	585	(162)
Provisão para contingências	-	-	57	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Investida Accera	-	-	(1.778)	-
Resultado de equival patrimonial (Nota 8)	(12.552)	(8.043)	37	(8)
Investimentos - Ajustes acumulados de conversão (Nota 8)	-	-	(9)	1
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	499	1.053
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos (Nota 20)	-	-	4.355	3.331
Variações no capital circulante				
Contas a receber	-	-	(11.351)	(504)
Tributos a recuperar	75	(214)	3.564	2.237
Adiantamentos	(53)	(7)	(614)	412
Despesas antecipadas	(4)	(1)	(3.187)	256
Serviços entregues a faturar	-	-	(478)	(633)
Outros créditos	-	-	878	(485)
Fornecedores e outras obrigações	47	(8)	740	(286)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3)	(11)	5.147	2.384
Impostos e contribuições a recolher	(267)	278	527	600
Provisões de custos e despesas	13	-	347	2.624
Receitas diferidas	-	-	2.615	(780)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(818)</b>	<b>(209)</b>	<b>26.635</b>	<b>25.641</b>
Pagamento de juros (Nota 20)	-	-	(1.228)	(1.670)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.049)	(1.202)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(818)</b>	<b>(209)</b>	<b>23.358</b>	<b>22.769</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado (Nota 17)	-	-	(8.657)	(3.703)
Aquisição de intangível (Nota 18)	-	-	(122.769)	(1.250)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 34 (a))	-	-	74	1
Dividendos e JCP recebidos (Nota 8)	-	5.500	-	-
Partes relacionadas	-	6.542	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
6 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	-	59.282	-	-
Obrigações por aquisição de investimentos	(210)	210	89.924	(2.968)
Aumento de capital em controladas (Nota 8)	(3.911)	(70.350)	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(4.121)</b>	<b>1.184</b>	<b>(41.428)</b>	<b>(7.920)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Emissão de ações	3.948	6.255	3.948	6.255
Captação de empréstimos (Nota 20)	-	-	28.590	24.701
Pagamento de empréstimos (Nota 20)	-	-	(14.049)	(3.875)
Partes relacionadas	95	-	-	(30.292)
Compra de ações	(40)	(228)	(40)	(228)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	-	(3.590)	-	(3.590)
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Companhia	-	(2.760)	-	(2.760)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>4.003</b>	<b>(323)</b>	<b>18.449</b>	<b>(9.789)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 10)</b>	<b>940</b>	<b>288</b>	<b>17.870</b>	<b>12.810</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 10)</b>	<b>4</b>	<b>940</b>	<b>18.249</b>	<b>17.870</b>
Transação sem efeito caixa (Nota 16)	-	-	-	14.417

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
7 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>	-	-	<b>196.840</b>	<b>182.678</b>
Prestação de serviços	-	-	197.626	182.598
Outras receitas	-	-	-	509
Provisão para perda esperada (constituição)	-	-	(786)	(429)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(91)</b>	<b>(76)</b>	<b>(31.559)</b>	<b>(37.759)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(13.243)	(14.334)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(91)	(68)	(17.935)	(19.501)
Impairment de ágios	-	-	-	(3.626)
Outras Despesas	-	(8)	(381)	(298)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(91)</b>	<b>(76)</b>	<b>165.281</b>	<b>144.919</b>
Depreciação e amortização	-	-	(6.948)	(5.562)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(91)</b>	<b>(76)</b>	<b>158.333</b>	<b>139.357</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>12.576</b>	<b>8.401</b>	<b>1.521</b>	<b>3.569</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12.552	5.118	(37)	8
Receitas financeiras	24	3.283	1.558	3.561
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>12.485</b>	<b>8.325</b>	<b>159.854</b>	<b>142.926</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>12.485</b>	<b>8.325</b>	<b>159.854</b>	<b>142.926</b>
Pessoal	449	508	113.131	105.676
Remuneração direta	<b>449</b>	508	80.640	77.012
Benefícios	-	-	17.651	13.342
Comissões e Repasses	-	-	9.785	10.733
FGTS	-	-	5.055	4.588
Impostos, taxas e contribuições	-	-	25.292	20.440
Federais	-	-	21.806	17.179
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	-	-	3.486	3.261
Juros e aluguéis	110	20	9.505	9.013
Juros	110	20	5.757	5.552
Aluguéis	-	-	3.748	3.461
Remuneração de capitais próprios	11.926	7.797	11.926	7.797
Juros sobre capital próprio	-	2.760	-	2.760
Dividendos	-	3.590	-	3.590
Lucros retidos do exercício	11.926	1.447	11.926	1.447
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>12.485</b>	<b>8.325</b>	<b>159.854</b>	<b>142.926</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
8 de 61

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.1 Contexto operacional

A Neogrid Participações S.A ("Neogrid Participações" ou "Companhia") foi constituída em 1º de julho de 2008, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto social a participação em outras empresas ou sociedades, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, desde que observadas as restrições contidas no seu Estatuto Social, bem como o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; e a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados.

A "Neogrid Participações" possui as seguintes controladas e coligadas:

Razão Social	Sede	Obs.	Controladas			
			Participação Direta		Participação Indireta	
			2018	2017	2018	2017
Neogrid Software Ltda	BRA	(a)	100,0%	100,0%		
Neogrid Informática Ltda	BRA	(b)	100,0%	100,0%		
Accera Sistemas Estratégicos Ltda.	BRA	(c)	17,74%		82,26%	
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	(d)			100,0%	100,0%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	(e)			100,0%	100,0%
Neogrid North America LLC.	EUA	(f)	100,0%	100,0%		
Neogrid AP Inc	JAP	(g)			100,00%	100,0%
Neogrid Europe Ltd	UK	(h)			100,00%	100,0%
Neogrid International French Branch	FRA	(i)				100,0%

Razão Social	Sede	Obs.	Coligada			
			Participação Direta		Participação Indireta	
			2018	2017	2018	2017
Dux Global INC	EUA	(j)	20,0%	20,0%		

#### a) Neogrid Software Ltda. ("Neogrid Software")

A Neogrid Software foi constituída em 15 de dezembro de 1999, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social a exploração comercial de programas para computador por elas elaborados e/ou por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a exploração de outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam interessar, direta ou indiretamente ao objeto social; e a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

#### b) Neogrid Informática Ltda. ("Neogrid Informática")

Empresa constituída em 10 de julho de 2003, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social a exploração comercial de programas para computador por elas elaborados e/ou

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a exploração de outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam interessar, direta ou indiretamente ao objeto social; e a participação em outras Empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

**c) Accera Sistemas Estratégicos Ltda. (“Accera”)**

Empresa constituída em 30 de setembro de 2003, com sede na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial, desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda. Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática Ltda. adquiriu 82,26% de participação na “Accera” e a Neogrid Participações S.A. adquiriu os 17,74% restantes.

**d) Neogrid Netherlands Holding B.V. (“Netherlands Holding”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 19 de outubro de 1998, atuando apenas como holding da “Neogrid Netherlands B.V”.

**e) Neogrid Netherlands B.V. (“Netherlands”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 14 de dezembro de 2001, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**f) Neogrid North America LLC. (“Neogrid N.A.”)**

Empresa sediada na nos EUA com subsidiárias no Japão, Reino Unido e França, constituída em 14 de novembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**g) Neogrid AP Inc (“Neogrid Japão”)**

Empresa sediada no Japão, constituída em 18 de julho de 2007, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**h) Neogrid Europe Ltd (“Neogrid UK”)**

Empresa sediada no Reino Unido, constituída em 26 de julho de 2011, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**i) Neogrid International French Branch (“Neogrid França”)**

Empresa sediada na França, constituída em 20 de dezembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**j) Dux Global INC (“Dux”)**

Em 28 de junho de 2012 a Neogrid Participações adquiriu 20% de participação na Dux Global Inc, sediada em Louisiana USA. Esta empresa está em início de operação, voltada para Softwares de gerenciamento de projetos (BPM).

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020.

#### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

#### (c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### **(d) Arredondamento de valores**

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

#### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

##### **2.1 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

##### **(a) Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

##### **(b) Transações com participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### (c) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. Ver Nota 2.8 sobre impairment de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

##### (a) Conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração estabelece que devem ser utilizadas como moedas funcionais, conforme tabela no item (b) (iii) abaixo, sendo que as demonstrações financeiras serão convertidas para o Real na data de fechamento conforme o IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, sendo os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

#### (b) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias mensais.
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

As seguintes controladas e coligadas têm moeda funcional diferente da moeda da Controladora:

<b>Empresa</b>	<b>País</b>	<b>Moeda Funcional</b>
Neogrid Netherlands Holding B.V.	Holanda	Euro
Neogrid Netherlands B.V.	Holanda	Euro
Neogrid North América LLC.	EUA	Dólar Americano
Neogrid AP Inc	Japão	Iene
Neogrid Europe Ltd	Reino Unido	Libra Esterlina
Neogrid International French Branch	França	Euro
Dux Global INC	EUA	Dólar Americano

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.4 Ativos financeiros

##### 2.4.1 Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- (i) Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- (ii) Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

##### 2.4.2 Reconhecimento e reversão

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

##### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

##### 2.4.4 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

##### (a) Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- (i) Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- no resultado e apresentados em outras receitas e despesas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outras receitas e despesas. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outras receitas e despesas e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
  - (iii) Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outras receitas e despesas, no período em que ocorrerem.

#### (b) Instrumentos patrimoniais

A Companhia subsequentemente mensura, ao valor justo, todos os investimentos patrimoniais. Quando a administração da Companhia escolher apresentar, ao valor justo, os ganhos e perdas com investimentos patrimoniais em outros resultados abrangentes, não haverá reclassificação subsequente dos ganhos e perdas ao valor justo para o resultado após a baixa do investimento. Os dividendos desses investimentos continuam a ser reconhecidos, no resultado, como outras receitas quando o direito de a Companhia receber pagamentos é estabelecido.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outras receitas e despesas na demonstração do resultado quando aplicável. As perdas por *impairment* (e a reversão dessas perdas) em investimentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não têm uma divulgação separada das outras mudanças no valor justo.

#### 2.4.5 Impairment de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia utiliza para a provisão de créditos de liquidação duvidosa de contas a receber uma matriz considerando sua experiência histórica de perdas por faixa de vencimentos, tanto de vencidos e a vencer. As possíveis alterações de cenário momentâneo de ambiente econômico de mercado são avaliadas considerando seus efeitos na matriz histórica de provisão de perdas, sendo adequado os níveis reconhecendo quando entendido pela Administração. São reconhecidas também para provisão para perdas clientes com alteração significativa em relação ao risco de crédito esperadas como vitalícias em cada data-base. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída.

#### 2.6 Ativos intangíveis

##### (a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (b) Marcas e patentes

As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das patentes durante sua vida útil estimada.

#### (c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

#### (d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos gastos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses gastos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Por não atenderem aos critérios de capitalização, os custos associados à manutenção e desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

### 2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em imóveis locados	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

#### **2.8 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e contratos de parcerias, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio e contratos de parcerias são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o valor recuperável é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o valor recuperável se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### **2.9 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **2.10 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### **2.11 Provisões**

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.12 Participação nos resultados**

O valor atual das obrigações de planos de participação nos resultados aos colaboradores diretos, sejam celetistas ou estatutários, depende de uma série de fatores que são determinados com base em metodologia da administração, que utiliza uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do valor de participação nos resultados, está principalmente o atingimento de patamares mínimos de crescimento e de geração de resultado operacional. Outras premissas como função, desempenhos departamentais e cultura da Companhia são fatores para determinar o valor de participação nos resultados.

#### **2.13 Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.14 Reconhecimento da receita

##### (a) Receita com prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando:

- (i) Da disponibilização do software ao cliente;
- (ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- (iii) Todas as obrigações de desempenho tenham sido cumpridas; e
- (iv) É provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – Software as a Service no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser precificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

##### (b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, a qual é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

#### 2.15 Imposto de Renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Nos demais países em que a Companhia e suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

<b>País</b>	<b>Alíquota</b>
Estados Unidos	Alíquota única de 21% em 2018 e alíquotas progressivas de 15% a 39% em 2017;
Holanda	Para o ano de 2018 aplica-se a alíquota de 20% aos primeiros EUR250,000 de lucro tributável (EUR200,000 em 2017) e 25% sobre o lucro que exceder EUR250,000 (EUR200,000 em 2017);
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2018 e em 2017;
Japão	A taxa básica de imposto de renda é de 23,2% a partir de abril/2018; para empresas com capital social de até 100 milhões de yens a alíquota aplicável é de 15% para os primeiros 8 milhões de yens de lucro tributável.

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrituração Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

Nos exercícios de 2018 e de 2017 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; até o exercício de 2017 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, gerou somente prejuízos fiscais,

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

passando a gerar lucro tributável a partir de 2018, integralmente compensado com prejuízos fiscais acumulados.

#### 2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O dividendo mínimo anual obrigatório, assegurado aos acionistas da Companhia, é igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.17 Subvenções governamentais

A controlada Neogrid Software foi beneficiada pela concessão de subvenção econômica junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no exercício de 2014, no montante de R\$ 6.135 com previsão de finalização para execução do Projeto denominado “Neogrid PaaS” (estrutura de nuvem, promovendo ferramentas para o deploy automático, automação, alocação automática de recursos, ferramentas de análise e acompanhamento da execução da aplicação em cima de uma camada PaaS), caracterizados como subvenções governamentais, a qual não exige qualquer contrapartida por parte da Neogrid Software.

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no contrato de concessão de subvenção econômica, e atendimento ao cronograma de desembolsos próprios contidos no plano de trabalho.

As parcelas correspondentes à realização do referido projeto, são reconhecidas da seguinte forma:

- Mantida no ativo, sob a rubrica de outros créditos; relacionadas as despesas já incorridas, conforme cronograma e relatório de apontamento de horas;
- Os valores mantidos no ativo, são reconhecidos em contrapartida da conta de rubrica de despesas de pessoal, no resultado do exercício;
- Conforme a fruição do projeto e a respectiva apresentação dos demonstrativos de desembolsos próprios da Companhia junto à FINEP, ocorrem as respectivas transferências dos recursos, e neste momento, ocorrem as baixas dos valores mantidos ativo em contrapartida da rubrica caixa e equivalentes de caixa.

A referida subvenção foi considerada como sendo para custeio, portanto, quando ocorre a apuração do resultado do exercício, tais valores compõem a conta de reservas de lucros/prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

##### Alterações adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 10 de janeiro de 2018 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas:

**IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

**IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**, essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

No que se refere à interpretação IFRIC 22/ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira", que também entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas optaram por fazer a transição de forma prospectiva, isto é, os saldos de clientes e fornecedores, incluindo o valor do principal e sua respectiva variação cambial acumulada, em 31 de dezembro de 2017, foram considerados como sendo os saldos iniciais dos adiantamentos e a data de 31 de dezembro de 2017 como sendo a data de transição. Os impactos de adoção dessa interpretação não são materiais.

#### 4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.1.

#### 5 Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 5.1 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

##### (a) Teste de *impairment* do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 18).

##### (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria:

- (i) Aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 265 (R\$ 204 em 2017) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 114 (R\$ 87 em 2017), no caso de uma diferença desfavorável; ou
- (ii) Reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 265 (R\$ 204 em 2017) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 114 (R\$ 87 em 2017), no caso de uma diferença favorável.

## 6 Gestão de risco financeiro

### 6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, tais como aplicações, recebíveis e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

#### (a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

#### (i) Risco cambial

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP), Euro (EUR) e Iene (JPY). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina, do euro e do iene.

A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o ano 2018, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 25% e 50% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo Patrimonial		Moeda Nacional		Risco	Cenário				
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
						25,0%	50,0%	-25,0%	-50,0%	
<b>Ativos</b>						R\$ 3,80	R\$ 4,75	R\$ 5,70	R\$ 2,85	R\$ 1,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 260	USD 537	R\$ 1.008	R\$ 1.777	Dólar					
Contas a Receber	USD 1.312	USD 956	R\$ 5.085	R\$ 3.161	Dólar					
Outro Ativos	USD 672	USD 672	R\$ 2.604	R\$ 2.223	Dólar					
	<b>USD 2.245</b>	<b>USD 2.165</b>	<b>R\$ 8.697</b>	<b>R\$ 7.161</b>		<b>R\$ (168)</b>	<b>R\$ 1.964</b>	<b>R\$ 4.097</b>	<b>R\$ (2.300)</b>	<b>R\$ (4.432)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	USD 732	USD 35	R\$ 2.837	R\$ 2.251	Dólar					
	<b>USD 732</b>	<b>USD 35</b>	<b>R\$ 2.837</b>	<b>R\$ 2.251</b>		<b>R\$ (55)</b>	<b>R\$ 641</b>	<b>R\$ 1.336</b>	<b>R\$ (750)</b>	<b>R\$ (1.446)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>USD 1.512</b>	<b>USD 2.130</b>	<b>R\$ 5.860</b>	<b>R\$ 4.911</b>		<b>R\$ (113)</b>	<b>R\$ 1.324</b>	<b>R\$ 2.760</b>	<b>R\$ (1.550)</b>	<b>R\$ (2.987)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 4,87	R\$ 6,09	R\$ 7,31	R\$ 3,65	R\$ 2,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP 241	GBP 365	R\$ 1.194	R\$ 1.630	Libra Esterlina					
Contas a Receber	GBP -	GBP -	R\$ -	R\$ -	Libra Esterlina					
Outro Ativos	GBP 177	GBP 219	R\$ 880	R\$ 981	Libra Esterlina					
	<b>GBP 418</b>	<b>GBP 584</b>	<b>R\$ 2.074</b>	<b>R\$ 2.611</b>		<b>R\$ (38)</b>	<b>R\$ 471</b>	<b>R\$ 980</b>	<b>R\$ (547)</b>	<b>R\$ (1.056)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	GBP 2	GBP 35	R\$ 9	R\$ -	Libra Esterlina					
	<b>GBP 2</b>	<b>GBP 35</b>	<b>R\$ 9</b>	<b>R\$ -</b>		<b>R\$ (0)</b>	<b>R\$ 2</b>	<b>R\$ 4</b>	<b>R\$ (2)</b>	<b>R\$ (5)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>GBP 416</b>	<b>GBP 549</b>	<b>R\$ 2.065</b>	<b>R\$ 2.611</b>		<b>R\$ (38)</b>	<b>R\$ 469</b>	<b>R\$ 975</b>	<b>R\$ (545)</b>	<b>R\$ (1.052)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 4,35	R\$ 5,44	R\$ 6,53	R\$ 3,26	R\$ 2,18
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 157	EUR 250	R\$ 699	R\$ 994	Euro					
Contas a Receber	EUR 328	EUR 147	R\$ 1.454	R\$ 585	Euro					
Outro Ativos	EUR -	EUR -	R\$ -	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 485</b>	<b>EUR 398</b>	<b>R\$ 2.153</b>	<b>R\$ 1.579</b>		<b>R\$ (43)</b>	<b>R\$ 484</b>	<b>R\$ 1.012</b>	<b>R\$ (571)</b>	<b>R\$ (1.098)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	EUR 106	EUR 35	R\$ 469	R\$ 434	Euro					
	<b>EUR 106</b>	<b>EUR 35</b>	<b>R\$ 469</b>	<b>R\$ 434</b>		<b>R\$ (9)</b>	<b>R\$ 105</b>	<b>R\$ 220</b>	<b>R\$ (124)</b>	<b>R\$ (239)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>EUR 379</b>	<b>EUR 363</b>	<b>R\$ 1.684</b>	<b>R\$ 1.146</b>		<b>R\$ (34)</b>	<b>R\$ 379</b>	<b>R\$ 791</b>	<b>R\$ (446)</b>	<b>R\$ (859)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 0,035	R\$ 0,043	R\$ 0,052	R\$ 0,026	R\$ 0,017
Caixa e Equivalentes de Caixa	JPY 10.689	JPY 30.612	R\$ 377	R\$ 900	Iene					
Contas a Receber	JPY 13.978	JPY 17.483	R\$ 493	R\$ 514	Iene					
Outro Ativos	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY 24.667</b>	<b>JPY 48.095</b>	<b>R\$ 870</b>	<b>R\$ 1.414</b>		<b>R\$ (17)</b>	<b>R\$ 198</b>	<b>R\$ 410</b>	<b>R\$ (229)</b>	<b>R\$ (443)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY -</b>	<b>JPY -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>JPY 24.667</b>	<b>JPY 48.095</b>	<b>R\$ 870</b>	<b>R\$ 1.414</b>		<b>R\$ (17)</b>	<b>R\$ 198</b>	<b>R\$ 410</b>	<b>R\$ (229)</b>	<b>R\$ (443)</b>
<b>Efeito Líquido Geral</b>						<b>R\$ (202)</b>	<b>R\$ 2.369</b>	<b>R\$ 4.937</b>	<b>R\$ (2.770)</b>	<b>R\$ (5.340)</b>

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

##### Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão atrelados à variação do CDI, TLP, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, os quais estão registrados

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de cada exercício.

#### Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2018, que foi de 6,68% ao ano, e este definido como cenário I provável; a partir deste, foram de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

	Saldos em 2018	Risco	2018		
			Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 12.091	Redução CDI (ano)	6,04%	25,0%	50,0%
Receita Financeira			R\$ 730	R\$ 548	R\$ 365

#### Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de Libor e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2017 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

	Saldos em 2018	Risco	2018		
			Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 16.832	Aumento		25,0%	50,0%
Despesa Financeira estimada		Libor (a)	2,28%	2,85%	3,42%
			R\$ 384	R\$ 480	R\$ 576
Capital de Giro	R\$ 22.114	Aumento		25,0%	50,0%
Despesa Financeira estimada		CDI + 2,8% a.a.	9,01%	11,26%	13,52%
			R\$ 1.993	R\$ 2.490	R\$ 2.990



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa e equivalentes de caixa	18.249	17.870
Contas a receber de clientes	33.519	22.753
Serviços entregues a faturar	2.567	2.089
<b>Total</b>	<b>54.335</b>	<b>42.712</b>

#### (c) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Fornecedores e outras obrigações	59			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Fornecedores e outras obrigações	12			
Garantias financeiras				
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>				
Empréstimos (i)	7.777	27.825	16.391	
Fornecedores e outras obrigações	9.133	-	-	
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>				
Empréstimos (i)	6.305	22.964	565	
Fornecedores e outras obrigações	6.142	-	-	

(i) Os valores de empréstimos contemplam os juros futuros.

#### (d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

#### 6.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 20)	47.283	29.615
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(18.249)	(17.870)
<b>Dívida líquida</b>	<b>29.034</b>	<b>11.745</b>
Total do patrimônio líquido	130.320	113.987
<b>Total do capital</b>	<b>159.354</b>	<b>125.732</b>
Índice de alavancagem financeira - %	<b>18%</b>	<b>9%</b>

O aumento no índice em 2018 decorre a captação de recursos financeiros para utilização no capital de giro das controladas da Companhia. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

### 6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

## 7 Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva toma suas decisões operacionais e estratégicas observando os resultados consolidados, ou seja, possui um único segmento operacional, o de software.

A estratégia de atuação por meio de ofertas através de uma única plataforma integrada das soluções Neogrid para a sincronização automática da cadeia de suprimentos, é a principal vantagem competitiva e decisiva da Companhia, ofertando soluções SaaS – Software as a Service, com geração predominantemente de receita de subscrição de acesso à plataforma de soluções Neogrid.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 8 Investimentos

#### (a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	129.313	112.351	(36)	(8)
Ágio sobre investimentos avaliados por equivalência patrimonial	968	968	968	968
	<b>130.281</b>	<b>113.319</b>	<b>932</b>	<b>960</b>
Investimento	130.657	117.568	968	968
Investimentos com passivo a descoberto	(376)	(4.249)	(36)	(8)
	<b>130.281</b>	<b>113.319</b>	<b>932</b>	<b>960</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Participação societária nos investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

Razão Social	País	Tipo de Operação	Participação Direta		Participação Indireta	
			2018	2017	2018	2017
Neogrid Software Ltda	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%		
Neogrid Informática Ltda	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%		
Accera Sistemas Estratégicos Ltda.	BRA	Exploração comercial de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda	17,74%		82,26%	
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	suprimentos e demanda			100,0%	100,0%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	suprimentos e demanda			100,0%	100,0%
Neogrid North America LLC.	EUA	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization	100,0%	100,0%		
Neogrid AP Inc	JAP	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%
Neogrid Europe Ltd	UK	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%
Neogrid International French Branch (1)	FRA	Soluções em SCS - Supply Chain Synchronization				100,0%

Razão Social	País	Tipo de Operação	Participação Direta		Participação Indireta	
			2018	2017	2018	2017
Dux Global INC	EUA	Softwares de gerenciamento de projetos (BPM);	20,00%	20,00%		

(1) Subsidiária da Neogrid North America, não operacional e sem ativos desde 2008, encerrada em dezembro de 2018.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante) e coligadas.

#### (i) Balanço patrimonial sintético

	Controladas										Coligada	
	Diretas					Indiretas					Dux Global	
	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		2018	2017
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante												
Ativo	22.907	27.017	27.260	26.757	11.201	12.764	14.308	-	2.491	2.302	1.177	1.171
Passivo	(19.632)	(16.937)	(56.867)	(14.653)	(16.230)	(14.213)	(6.523)	-	(1.092)	(711)	(1.567)	(1.382)
	3.275	10.080	(29.607)	12.374	(5.029)	(1.449)	7.785	-	1.399	1.591	(390)	(211)
Não Circulante												
Ativo	53.804	47.651	225.409	90.555	25.471	24.913	14.547	-	4.510	7.811	208	170
Passivo	(30.492)	(32.069)	(96.305)	(11.991)	(20.782)	(27.705)	(2.018)	-	(933)	(359)	-	-
	23.312	15.582	129.104	78.564	4.105	(2.792)	12.529	-	3.577	7.452	208	170
Patrimônio Líquido	26.587	25.662	99.497	90.938	(340)	(4.241)	20.314	-	4.976	9.043	(182)	(41)

**NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladas										Coligada	
	Controladas										Coligada	
	Diretas					Indiretas						
	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		Dux Global	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
(ii) Demonstração sintética do resultado												
Receitas	77.124	77.328	54.621	51.455	32.916	30.265	5.694	7.338	5.717	5.717	3.239	2.467
Lucro/(prejuízo) antes do IR e CS	5.683	1.914	8.047	12.331	4.513	(3.930)	(1.561)	1.588	(7)	(7)	(231)	45
Despesa de IR e CS	(2.310)	934	(3.045)	(3.131)	8	(6)	(166)	(319)	(26)	(26)	-	-
Lucro líquido/(prejuízo)	3.373	2.848	5.002	9.122	4.521	(3.936)	(1.727)	1.269	(33)	(33)	(231)	45
(iii) Demonstração sintética do resultado abrangente												
	Diretas					Indiretas					Coligada	
	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Accera		Neogrid Netherlands		Dux Global	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido/(prejuízo)	3.373	2.848	5.002	9.122	4.521	(3.936)	(1.727)	1.269	(33)	(33)	(231)	45
Outros resultados abrangentes	-	-	1.109	1.218	(619)	(163)	-	-	-	-	9	(2)
Total do resultado abrangente	3.373	1.268	6.111	10.340	3.902	(4.099)	(1.727)	1.269	(33)	(33)	(222)	43

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

	<b>2018</b>					
	NeoGrid Informática	NeoGrid Software	Accera	NeoGrid N.A. LLC	Dux Global	Total dos Investimentos
Participação no capital votante %	100%	100%	18%	100%	20%	
Informações em 31 de dezembro						
Capital subscrito e integralizado	78.696	27.453	1.849	39.331	2.031	149.360
Patrimônio líquido	99.497	26.587	20.314	(340)	(182)	145.876
Resultado do exercício	5.002	3.373	(1.727)	4.521	(231)	10.937
Ágio sobre investimentos	-	-	-	-	968	968
Movimentação dos investimentos						
No início do exercício	90.938	25.662	-	(4.241)	960	113.319
Aquisições de ações	-	-	3.911	-	-	3.911
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	(2.448)	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.002	3.373	(306)	4.521	(37)	12.552
Ajustes acumulados de conversão	1.109	-	-	(619)	9	499
No final do exercício	99.497	26.587	3.605	(340)	932	130.281
Investimento	99.497	26.587	3.605	-	968	130.657
Passivo a descoberto	-	-	-	(340)	(36)	(376)

	<b>2017</b>				
	Neogrid Informática	Neogrid Software	Neogrid N.A. LLC	Dux Global	Total de investimento
Participação no capital votante %	100%	100%	100%	20%	
Informações em 31 de dezembro					
Capital subscrito e integralizado	76.250	27.453	39.331	2.031	145.065
Patrimônio líquido	90.938	25.662	(4.241)	(41)	112.318
Resultado do exercício	9.122	2.848	(3.936)	45	8.079
Ágio sobre investimentos	-	-	-	968	968
Movimentação dos investimentos					
No início do exercício	77.498	20.346	(142)	953	98.655
Aumento de capital	6.300	4.768	-	-	11.068
Dividendos e JCP distribuídos	(3.200)	(2.300)	-	-	(5.500)
Resultado de equivalência patrimonial	9.122	2.848	(3.936)	9	8.043
Ajustes acumulados de conversão	1.218	-	(163)	(2)	1.053
No final do exercício	90.938	25.662	(4.241)	960	113.319
Investimento	90.938	25.662	-	968	117.568
Passivo a descoberto	-	-	(4.241)	(8)	(4.249)

Os investimentos em controladas e coligadas estão avaliados pela equivalência patrimonial.

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, e não eliminados, se referem à participação de 20% na Dux Global Inc.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 9 Combinação de negócios

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia mensura o ágio como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática Ltda. adquiriu 82,26% de participação na “Accera” e a Neogrid Participações S.A. adquiriu os 17,74% restantes em 29 de novembro de 2018. A Accera Sistemas Estratégicos Ltda. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Leopoldo-RS. É uma empresa de consultoria e assessoria empresarial, desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda.

Prevemos um plano de integração das operações, com o objetivo de unir as expertises e as plataformas das duas companhias trazendo mais insights e inteligência às empresas conectadas à malha. Com isto apoiaremos indústrias, varejos e distribuidores a acompanharem esse momento de transformação digital, com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia.

O ágio de R\$ 83.364 que surge da aquisição é atribuível a expectativa de rentabilidade futura esperada da combinação das operações com a Accera Sistemas Estratégicos Ltda.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para Accera Sistemas Estratégicos Ltda. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Contraprestação

Em 25 de Outubro de 2018

Contraprestação	127.498
Instrumentos patrimoniais emitidos em 29 de novembro de 2018 (9.622.078 ações ordinárias)	3.911
<b>Total da contraprestação</b>	<b>131.409</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.214
Duplicatas a receber e outros créditos	8.565
Ativo de imposto diferido	1.778
Ativo Imobilizado	986
Ativo Intangível	12.407
Relacionamento contratual com o cliente (incluído em intangíveis) (Nota 18)	11.131
Tecnologia (incluídas em intangíveis) (Nota 18)	14.872
Duplicatas a pagar e outras exigibilidades	(5.136)
Empréstimos e Financiamentos	(113)
Obrigações Sociais	(2.261)
Obrigações Tributárias	(241)
Passivo Contingente	(157)
<b>Total de ativos líquidos identificáveis</b>	<b>48.045</b>
Ágio	83.364
<b>Total de ativos líquidos identificáveis + Ágio</b>	<b>131.409</b>

#### 10 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2018	2017
Recursos em banco e em caixa	6.158	5.519
Depósitos bancários de curto prazo	12.091	12.351
	<b>18.249</b>	<b>17.870</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2)/IAS 37.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) cuja média anual para o exercício 2018 foi de 96% do CDI.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 11 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber de cliente no país	27.231	18.985
Contas a receber de cliente no exterior	7.356	4.260
Contas a receber de partes relacionadas	16	7
	<u>34.603</u>	<u>23.252</u>
Provisão p/ perdas de contas a receber de clientes	(1.084)	(499)
	<u><b>33.519</b></u>	<u><b>22.753</b></u>

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list), líquidos da provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2018:

Período	Títulos Vencidos		Títulos A Vencer	
		%		%
Até 30	7.561	21,85%	13.837	39,99%
Entre 31 a 60 dias	1.111	3,21%	5.417	15,65%
Entre 61 a 90 dias	1.031	2,98%	2.650	7,66%
Entre 91 a 120 dias	598	1,73%	952	2,75%
Entre 121 a 150 dias	171	0,49%	313	0,90%
Entre 151 a 180 dias	104	0,30%	7	0,02%
Acima de 181 dias	652	1,88%	199	0,58%
	11.228	32,45%	23.375	67,55%
Total Geral (Vencidos e a Vencer)			<u>34.603</u>	<u>100,0%</u>

A Companhia e suas controladas tem como política reconhecer como perda os valores apurados com base em análise estatística do histórico de perdas das contas a receber de clientes, inclusive sobre os títulos a vencer. Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo Anterior	(499)	(661)
Provisões e (reversões)	(536)	111
Baixa por realização	(109)	(65)
Reversão por recebimento	60	116
Saldo Final	<u>(1.084)</u>	<u>(499)</u>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são denominadas nas seguintes moedas:

	Consolidado	
	2018	2017
Reais	26.163	18.493
Dólares americanos	5.902	3.675
Euros	1.454	585
	<u>33.519</u>	<u>22.753</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12 Tributos a recuperar

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Ativo Circulante		
-		
Imposto de renda a recuperar	9.227	7.813
Contribuição social a recuperar	3.105	3.489
Impostos retidos na fonte	1.290	278
PIS e COFINS a recuperar	148	74
Outros	168	447
	<u>13.938</u>	<u>12.101</u>
Ativo Não Circulante	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda a recuperar	<u>1.225</u>	<u>6.626</u>

### 13 Despesas antecipadas

	<b>Controlada</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Curto prazo</b>				
Seguro	12	8	-	-
Aluguel de software	-	-	2.854	1.356
Indenização civil	-	-	322	315
Depósitos	-	-	241	817
Outras despesas antecipadas	-	-	1.220	594
	<u>12</u>	<u>8</u>	<u>4.637</u>	<u>3.082</u>
<b>Longo prazo</b>				
Indenização civil	-	-	529	602
Aluguel de software	-	-	1.705	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.234</u>	<u>602</u>

### 14 Serviços entregues a faturar

Esta rubrica representa os serviços já prestados para os clientes da Companhia e suas controladas, os quais ainda não foram faturados em decorrência pendências internas dos clientes relacionadas ao aceite dos serviços prestados, cujo saldo consolidado representa R\$ 2.567 em 2018 e R\$ 2.089 em 2017.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 15 Outros créditos

	Consolidado	
	2018	2017
Curto prazo		
Finep a receber	-	1.840
Recebíveis Neogrid UK	880	981
Outras contas a receber	223	-
	<b>1.103</b>	<b>2.821</b>
Longo prazo		
Mútuo Lett Serv. de Informação	729	387
Mútuo Smarket Solutions Ltda.	108	-
Depósitos judiciais	9	-
Garantias a receber	2.604	2.223
Outras contas a receber	1	1
	<b>3.451</b>	<b>2.611</b>

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Lett possui vencimento em 15 de junho de 2019 sendo sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); no referido contrato, a Companhia possui opção de conversão do valor mutuado em participação societária.

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Smarket possui vencimento em 16 de janeiro de 2021 sendo sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). no referido contrato, a Companhia possui opção de conversão do valor mutuado em participação societária.

#### 16 Tributos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Os valores são demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Accera Sistemas Estratégicos S.A.</b>	<b>1.608</b>	-
Diferenças temporárias	788	-
Prejuízo fiscal	858	-
Amortização do ágio Trade Force	(38)	-
<b>Tributos diferidos ativos líquidos</b>	<b>1.608</b>	-
<b>NeoGrid Informática S.A.</b>	<b>(17.906)</b>	<b>(5.977)</b>
Amortização ágio New Chain	(823)	(650)
Amortização ágio Expert Easy	(830)	(656)
Amortização ágio Bis Company	(13.589)	(10.694)
Amortização ágio Accera	(8.567)	-
Diferenças temporárias	1.637	1.769
Prejuízo fiscal	4.266	4.254
<b>NeoGrid Software S.A.</b>	<b>(9.854)</b>	<b>(9.603)</b>
Amortização do ágio Mercador	(12.535)	(12.534)
Amortização do ágio G2KA	(1.665)	(1.320)
Diferenças temporárias	2.147	1.284
Prejuízo fiscal	2.199	2.967
<b>Tributos diferidos passivos líquidos</b>	<b>(27.760)</b>	<b>(15.580)</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O valor do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos registrados no passivo não circulante, refere-se à provisão de 34% sobre a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das seguintes empresas:

Em 03/11/2008 a Mercador S.A. incorporou sua adquirente Veneza Informática Ltda, quando passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$36.865 no período de 11/2008 a 10/2013.

Em 01/03/2014 a G2KA Sistemas foi incorporada pela Neogrid Software, quando esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 4.894 de 03/2014 a 12/2018.

Em 01/04/2014 as empresas BIS Participações, Newchain e Expert-Easy foram incorporadas pela Neogrid Informática, e esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 39.969, R\$ 2.421 e R\$ 2.443 de 04/2014 a 12/2018 relativo a cada incorporada, respectivamente.

Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática adquiriu 82,26% de participação na Accera Sistemas Estratégicos Ltda. A “Accera” possui um ágio no valor de R\$1.358 apurado sobre Goodwill na aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda., em 29 de dezembro de 2017, amortizados fiscalmente de Ago/2018 a Dez/2018 no valor de R\$113, sobre os quais foram constituídas as provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

No ano-calendário de 2017 a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, o qual foi aprovado pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertido em Lei nº 13.496/2017, de 25 de outubro de 2017, e regulamentado pela Instrução normativa RFB nº 1.711/2017, tendo optado pela modalidade I, na qual ocorreu o pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda (IRPJ) e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esta liquidação de débitos com créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal gerou um efeito não-caixa de R\$14.417.

As reduções de juros, multas, encargos e as atualizações dos débitos e créditos decorrentes desta adesão foram todas reconhecidas em contrapartida do resultado do exercício, com efeito líquido positivo de R\$ 139.

O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. No ano de 2016 a Companhia passou a fazer as avaliações de “impairment” baseadas na projeção de resultados futuros de 5 anos, o que resultou num ajuste da ordem de R\$ 2.100 naquele ano, revertido no exercício de 2017, pela melhora na expectativa dos resultados futuros advindos das projeções realizadas.

Com base nesta estimativa a Administração prevê recuperar os créditos tributários sobre prejuízo fiscal nos seguintes exercícios:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
2018		891
2019	3.091	1.339
2020	1.215	1.775
2021	1.087	1.256
2022	1.930	1.960
	<b>7.323</b>	<b>7.221</b>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final dos eventos combinados com a geração de lucros tributáveis

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

futuros. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.758	10.026
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(6.038)	(3.409)
Equivalência patrimonial	(52)	(11)
Impacto fiscal gerado por controladas no exterior (i)	(576)	7
Amortização fiscal de ágios incorporados	36	36
Despesas indedutíveis	23	(396)
Incentivo a inovação tecnológica (ii)	377	122
Prejuízo fiscal sem constituição de provisão	-	782
Outras diferenças permanentes	398	640
	<u>(5.832)</u>	<u>(2.229)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.049)	(1.202)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(3.783)	(1.027)
	<u>32,8</u>	<u>22,2</u>
Taxa efetiva %		

- (i) Adição dos lucros gerados pelas controladas no exterior no cálculo do lucro tributável no Brasil;  
(ii) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

17

### Imobilizado

	2018		2017	
	Depreciação a.a. %	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de informática	20%	9.720	28.882	6.467
Móveis e utensílios	10%	1.014	2.072	746
Benefeitorias em imóveis locados	10%	1.239	3.761	1.289
Outros	20%	1.721	45	6
		<b>13.694</b>	<b>34.760</b>	<b>8.508</b>

Consolidado	Equipamentos de informática		Móveis e utensílios		Benefeitorias em imóveis locados		Outros		Total do Imobilizado
	Saldo em 2016	Saldo em 2017	Saldo em 2016	Saldo em 2017	Saldo em 2016	Saldo em 2017	Saldo em 2016	Saldo em 2017	
Adições	5.551	5.591	976	941	1.492	403	7	1.722	8.657
Alienação de imobilizado	3.650	6	17	(70)	36	-	-	(5)	(3.402)
Depreciação no exercício	(2.734)	(2.344)	(251)	(603)	(239)	(453)	(2)	(2)	(3.226)
<b>Saldo em 2017</b>	<b>6.467</b>	<b>6.467</b>	<b>746</b>	<b>746</b>	<b>1.289</b>	<b>1.289</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>8.508</b>
Adições	5.591	5.591	941	941	403	403	1.722	1.722	8.657
Alienação de imobilizado	6	6	(70)	(70)	-	-	-	(5)	(69)
Depreciação no exercício	(2.344)	(2.344)	(603)	(603)	(453)	(453)	(2)	(2)	(3.402)
<b>Saldo em 2018</b>	<b>9.720</b>	<b>9.720</b>	<b>1.014</b>	<b>1.014</b>	<b>1.239</b>	<b>1.239</b>	<b>1.721</b>	<b>1.721</b>	<b>13.694</b>
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	10%	20%	20%	20%

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação utilizados no exercício anterior.

44 de 61



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não houve a necessidade de constituição de provisão.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, não havia bens do imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários.

### 18 Intangível

	Consolidado 2018		Consolidado 2017	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada
<b>Taxas de amortização a.a. %</b>				
<b>Vida útil definida</b>				
Software	13.139	(8.523)	10.823	(6.695)
Carteira de clientes	259	(223)	252	(203)
Mais-Valia de Intangíveis (a)	37.567	(3.998)	2.848	(2.325)
Marcas e patentes	1.044	(57)	39	(32)
<b>Vida útil indefinida</b>				
Direitos comerciais (b)	3.000	-	3.000	-
Ágios (Goodwill) (c)	204.816	-	111.527	-
	<b>259.825</b>	<b>(12.801)</b>	<b>128.489</b>	<b>(9.255)</b>
		<b>247.024</b>		<b>119.234</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Movimentação do custo e da amortização

	Taxa média de amortização anual	Saldo em 2017	Adições	IR/CS Diferidos – Mais valia	Amortização no exercício	Saldo em 2018
Software	20%	4.128	2.316	-	(1.828)	4.616
Carteira de clientes	6,67%	49	7	-	(20)	36
Mais-valia intangíveis (a)	18,2% a 22,7%	523	34.719	-	(1.673)	33.569
Marcas e patentes	1,94% a 6,67%	7	1.005	-	(25)	987
Direitos comerciais (b)		3.000	-	-	-	3.000
Ágios (Goodwill) (c)		111.527	84.722	8.567	-	204.816
Total Intangível		<b>119.234</b>	<b>122.769</b>	<b>8.567</b>	<b>(3.546)</b>	<b>247.024</b>

334

	Taxa média de amortização anual	Saldo em 2016	Adições	Amortização	Saldo em 2017
Software	20%	4.629	1.250	(1.751)	4.128
Carteira de clientes	6,67%	65	-	(16)	49
Mais-Valia de Intangíveis (a)	18,2% a 22,7%	1.092	-	(569)	523
Marcas e patentes	1,94%	7	-	-	7
Direitos comerciais (b)		3.000	-	-	3.000
Ágios (Goodwill) (c)		111.527	-	-	111.527
Total Intangível		<b>120.320</b>	<b>1.250</b>	<b>(2.336)</b>	<b>119.234</b>

(a) A Mais-Valia de Intangíveis refere-se a Software, Tecnologia, Relacionamento com Clientes e Marcas, gerados na aquisição de participação societária das seguintes empresas:

- (i) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

---

- (ii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
  - (iii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.
- (b) Em junho de 2010 a Neogrid Informática S.A. firmou Contrato Particular de Parceria de Distribuição de Software com a TOTVS S.A., a qual licenciou a Neogrid Informática como sua única e exclusiva fornecedora da Solução “TOTVS COLABORAÇÃO”, para a qual pagou o valor de R\$ 3.000 ao longo de 30 meses. O contrato possui prazo indeterminado de vigência, sendo classificado como vida útil indefinida e sua recuperabilidade testada anualmente.
- (c) Os ágios sobre investimentos foram gerados na aquisição de participação societária nas seguintes empresas, com as respectivas incorporações posteriores:
- (i) Mercador S.A. - aquisição em 2007 e 2008; incorporação em novembro de 2008;
  - (ii) Newchain Business Solutions Ltda: aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
  - (iii) Expert-Easy Consultoria em Informática Ltda – aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
  - (iv) Neogrid North America LLC – aquisição em 2008;
  - (v) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
  - (vi) Bis Participações Ltda: aquisição e incorporação em 2014;
  - (vii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;
  - (viii) Accera Sistemas Estratégicos Ltda: aquisição em outubro de 2018; incorporação em setembro de 2019.

Os ágios estão fundamentados na perspectiva de rentabilidade futura, e foram, quando aplicável, amortizados até 31 de dezembro de 2008. A amortização foi interrompida a partir de 1 de janeiro de 2009 e a recuperabilidade do seu valor contábil é testada anualmente. Em 2017 e em 2018 não houve necessidade de ajustes de “impairment”.

#### **Análise do valor recuperável do intangível de vida útil indefinida**

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

A Companhia é uma empresa provedora de uma única plataforma integrada de soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos no modelo *Software as a Service - SaaS*, tendo assim um único segmento, o de Software. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos ao longo do tempo foram incorporados à plataforma de soluções, transformando-os na maior em única solução a partir da combinação, complementariedade e integração entre esses ativos adquiridos. A Companhia consolidou suas projeções para teste de recuperabilidade agregando os ativos intangíveis em uma única UGC - unidade geradora de caixa, pois os ativos se beneficiam da combinação desses negócios, e, seguem as diretrizes do principal mercado da Companhia.

As premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas em crescimentos unicamente pelas condições econômicas projetadas para o período dos próximos cinco anos de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36, sem considerar fatos estratégicos do plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital - CMPC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o contrato particular de parceria de distribuição de software com a TOTVS S.A., a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade deste ativo de forma segregada, como uma UGC – unidade geradora de caixa, usando como critério a projeção de fluxo de caixa para os próximos cinco anos, considerando a receita estimada exclusiva do contrato deduzida dos custos e despesas diretamente mensuráveis ao contrato. Os fluxos de caixa estimados foram descontados utilizando taxas de desconto para os testes de recuperabilidade dos demais ativos intangíveis descritos abaixo.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso e sensibilidade são:

Resultado Operacional – as receitas foram projetadas entre 2019 e 2023, considerando o crescimento agregado da inflação projetado acrescida pelo PIB Brasil projetado, enquanto, uma parte dos custos são variáveis ao crescimento da receita, e outra parte dos custos, somadas as despesas operacionais, foram projetados a partir da projeção da inflação para o período projetado.

Volume de Capex: As necessidades de investimento em CAPEX foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações.

Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada a unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos médio ponderado de capital CMPC) de 26,15% a.a. (pre-tax) para a unidade geradora de caixa. Um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

Perpetuidade - as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018, além do período de 5 anos são de 2,0%, considerado pela Companhia um cenário conversador em relação a parâmetros de outras empresas do segmento de Tecnologia. Um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 p.p. para a unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis e ágios da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado da unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

#### 19 Fornecedores e outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores Mercado Interno	59	12	3.018	2.593
Fornecedores Mercado Externo	-	-	2.105	1.355
Fornecedores Mercado Interno-partes relacionadas (nota 27b)	-	-	206	88
Adiantamento de Clientes	-	-	499	764
Aluguel Diferido North América	-	-	638	899
Comissões	-	-	-	285
Outras Contas a Pagar	-	-	417	159
	<b>59</b>	<b>12</b>	<b>6.883</b>	<b>6.143</b>

#### 20 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários têm vencimento até 2022 e cupons médios de 0,8575% ao mês. O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 47.283 (R\$ 29.615 em 2017).

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Encargos em 2018	Ano de Vencimento	Moeda	Consolidado	
				2018	2017
Capital de giro (exterior)	Libor+0,17% a.m.	**	U\$	16.832	19.926
Capital de giro (nacional)	CDI + 2,80% a.a.	2022	R\$	22.114	-
Arrendamentos financeiros	0,96% a 1,31% a.m.	2021	R\$	8.332	9.476
BNDES	0,86% a 1,00% a.m.	2019	R\$	5	38
FINEP	Variação do IPCA a.m.	2018	R\$	-	175
				<b>47.283</b>	<b>29.615</b>
Parcelas no circulante				5.777	6.280
Parcelas no não circulante				41.506	23.335

\*\* Renovação anual em 30 de novembro de cada ano;

#### Garantias

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

Abaixo estão detalhadas as garantias apresentadas:

Operação	Consolidado
Contas a receber de clientes	2.000
Carta de Fiança Bancária	85.629
	<b>87.629</b>

#### Derivativos (swap)

Atualmente a Companhia não se utiliza de operação de derivativos.

#### Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

Em 19 de novembro de 2018 a Companhia firmou com o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária Neogrid Informática Ltda., uma Cédula de Crédito Bancário (Capital de Giro) no valor de R\$ 22.000 (vinte e dois milhões de reais) para pagamento de parcela inicial de operação de Fusão & Aquisição (M&A) da empresa Accera Sistemas Estratégicos Ltda.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação “Dívida Financeira Líquida (\*) / EBITDA” de até 2,5X (duas vezes e meia) em todo o período da operação a partir do exercício de 2019, onde:

(\*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

A Companhia e seus administradores entendem que, apesar da cláusula restritiva, o limite estabelecido não impedirá, em havendo necessidade, de se contratar e contrair novas obrigações para atender as necessidades da operação e do negócio.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Movimentação no exercício

A tabela a seguir representa as movimentações ocorridas nesta rubrica:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>7.128</b>
(+) Captações	24.701
(-) Pagamento de principal	(3.875)
(-) Pagamento de juros	(1.670)
(+) Provisão de juros e variação cambial	3.331
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29.615</b>
(+) Captações	28.590
(-) Pagamento de principal	(14.049)
(-) Pagamento de juros	(1.228)
(+) Provisão de juros e variação cambial	4.355
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>47.283</b>

#### 21 Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos das obrigações sociais e trabalhistas estão assim compostos:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Salários a Pagar	-	-	2.080	1.326
Férias a Pagar	-	-	6.793	5.820
Participações no resultado e bônus	-	-	9.026	6.147
Outros	-	-	1	1
	-	-	17.900	13.294
<b>Obrigações Sociais</b>				
INSS a Pagar	5	8	919	541
FGTS a Pagar	-	-	605	442
	5	8	1.524	983
	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>19.424</b>	<b>14.277</b>

#### 22 Impostos e contribuições a recolher

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos subsidiárias no Exterior	-	-	1.393	1.188
IRRF Assalariado	11	7	1.264	974
INSS s/Faturamento	-	-	583	602
ISS	-	-	448	290
IRRF S/JCP	-	-	-	439
PIS e COFINS	-	271	384	335
Retenções	-	-	280	86
Outros	-	-	102	13
	<b>11</b>	<b>278</b>	<b>4.454</b>	<b>3.927</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 23 Provisões de custos e despesas

	Consolidado	
	2018	2017
Provisão de custos com terceiros	8.493	7.979
Provisão de comissões	140	307
	<b>8.633</b>	<b>8.286</b>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos. Os valores são referentes à provisão de despesas e comissões com os parceiros que são apropriados de acordo com a competência.

#### 24 Obrigações por aquisições de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado ou retidos para garantias. Estão registradas no passivo, conforme segue:

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Passivo circulante</b>		
Aquisição de ações pessoas físicas	-	210
Aquisição Trade Force (i)	2.249	-
Aquisição Accera	42.962	-
	<b>45.211</b>	<b>210</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Aquisição Trade Force (i)	1.961	-
Aquisição Accera	42.962	-
	<b>44.923</b>	<b>-</b>

(i) Obrigação oriunda da aquisição da empresa Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda pela “Accera”;

#### 25 Receitas diferidas

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Passivo circulante</b>		
Receita de subscrição (recorrente)	1.760	1.589
Receita de serviços	8.036	6.233
	<b>9.796</b>	<b>7.822</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Receita de serviços	<b>933</b>	<b>292</b>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos.

A Companhia gera receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software a seus clientes. A Companhia fornece acesso ao seu software baseado em assinaturas anuais que são diferidas e reconhecidas proporcionalmente durante o período de subscrição. Os faturamentos antecipados são incluídos na receita diferida, que é então reconhecida nos anos subsequentes

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

proporcionalmente aos períodos de execução. Para outros serviços, a Companhia reconhece a receita em base linear durante o prazo previsto no contrato.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e três anos</b>	<b>Acima de três anos</b>
Em 31 de dezembro de 2018	9.796	933		
Em 31 de dezembro de 2017	7.822	292		

#### 26 Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para cobrir perdas prováveis em situações nas quais a Companhia avalia ser provável a realização de desembolso futuro. As provisões foram constituídas, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo suficientes para fazer face às perdas esperadas. E ficaram compostas de acordo com a natureza, conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Trabalhistas	193	139
Tributárias	18	-
Cíveis	-	15
	<b>211</b>	<b>154</b>

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>135</b>	-	-	<b>135</b>
(+) Complemento de provisões	86		-	86
(+) Atualização monetária	-	27	-	27
(-) Reversão de provisão não utilizada	-1	-	-	-1
(-) Baixa por pagamentos	-81	-12	-	-93
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>139</b>	<b>15</b>	-	<b>154</b>
(+) Complemento de provisões	165	142	18	325
(+) Atualização monetária	-	-	-	-
(-) Reversão de provisão não utilizada	-75	-137	-	-212
(-) Baixa por pagamentos	-36	-20	-	-56
(-) Baixa por alienação de empresa	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>193</b>	-	<b>18</b>	<b>211</b>
<b>Total geral em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>193</b>	-	<b>18</b>	<b>211</b>

#### Processos com perdas estimadas como possíveis

Os processos para os quais a perspectiva de perda foi avaliada como possível totalizaram R\$ 1.657 em 2018 sendo R\$ 184 de natureza trabalhista, R\$ 1.073 de natureza cível, e R\$ 400 de natureza tributária; (em 2017 R\$ 392 de natureza trabalhista, R\$ 500 de natureza previdenciária, e R\$400 de natureza tributária, totalizando R\$1.292 naquele ano).



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Provisões para contingências trabalhistas

Os processos Trabalhistas, classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

#### Provisões para contingências cíveis

Os processos de natureza Cível, classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

#### Provisões para contingências tributárias

Os processos classificados de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Não havendo nenhum processo de valor individualmente relevante.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

## 27 Partes relacionadas

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas e a remuneração da administração foram realizadas conforme segue:

### (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários foi de R\$ 7.843 em 2018 (R\$ 7.849 em 2017).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

### (b) Outras transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mútuo Pessoa Ligada:				
Neogrid Informática Ltda	95	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Neogrid Participações possui vencimento em 1º de novembro de 2019 sendo sua remuneração 100% do índice oficial da CDI.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O quadro a seguir apresenta os saldos dos faturamentos realizados, em condições normais de mercado, entre a Companhia e suas partes relacionadas:

	Descrição	Consolidado	
		2018	2017
<b>Contas a receber de clientes (Nota 10)</b>			
Rio Pardo Proteína Vegetal S.A (a)	Reembolso de despesas	<u>16</u>	<u>7</u>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 18)</b>			
Neogrid Datacenter S.A. (b)	Armazenamento dados	76	59
M. Abuhab Participações S.A. (c)	Aluguel escritório matriz	129	29
Camerite Sistemas S.A. (d)	Câmeras de segurança	1	-
CBG Centro Brasileiro de Gestão Ltda (e)	Consultoria comercial	-	-
		<b>206</b>	<b>88</b>

Os efeitos das despesas na demonstração do resultado foram:

- (a) reembolso de R\$ 73 em 2018 (R\$ 67 em 2017);
- (b) despesas de R\$ 1.091 em 2018 (R\$ 937 em 2017);
- (c) despesas de R\$ 1.460 em 2018 (R\$ 1.092 em 2017);
- (d) despesas de R\$ 18 em 2018 (R\$ 17 em 2017);
- (e) despesas de R\$ 0 em 2018 (R\$ 18 em 2017).

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais)

#### 28 Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

###### Neogrid Participações S.A.

O capital social da Neogrid Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$133.339 (R\$129.391 em 31 de dezembro de 2017) totalmente integralizado. Está representado por 164.189.651 (154.567.573 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas e 7.599.432 (7.821.460 em 31 de dezembro de 2017) ações preferenciais nominativas.

Segue a composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Acionista	2018		2017	
	Ações	%	Ações	%
YAFO - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	160.565.469	93,47%	160.565.469	98,88%
Eduardo Kazmierczak Neto	4.050.103	2,36%	-	-
Cristhiano Stefani Faé	4.050.103	2,36%	-	-
Robson Alessandro Munhoz	716.324	0,42%	675.824	0,42%
Flavio de Almeida Carvalho	716.324	0,42%	675.824	0,42%
Alexandre Kappel	562.771	0,33%	-	-
Leandro Vettorazzi Gabrieli	562.771	0,33%	-	-
Thiago Grechi	239.232	0,14%	-	-
Rodrigo Landgraf de Souza Leão	157.098	0,09%	-	-
Cesar Augusto Ghilardi	87.081	0,05%	82.158	0,05%
Outros	81.807	0,05%	102.120	0,06%
<b>Ações em circulação</b>	<b>171.789.083</b>	<b>100,00%</b>	<b>162.101.395</b>	<b>99,82%</b>
Ações em tesouraria	-	-	287.638	0,18%
<b>Total em unidades</b>	<b>171.789.083</b>	<b>100,00%</b>	<b>162.389.033</b>	<b>100,00%</b>

As ações preferenciais não conferem a seus titulares o direito a voto nas deliberações sociais, entretanto terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

###### Alterações no capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ocorreu a seguinte alteração no capital social da Neogrid Participações S.A.:

Na AGE de 14 de dezembro de 2018 foi homologada a proposta de aumento do capital social aprovada na AGE de 29 de novembro de 2018, no valor de R\$3.948, com a subscrição de 9.622.078 ações ordinárias e 90.548 ações preferenciais.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### (b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício 2018 houve a destinação de R\$ 596 para esta reserva. Em 2017 houve destinação de R\$ 252.

#### (c) Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo de ações preferenciais da Companhia, adquiridas pela própria Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria.

No exercício de 2018 a Companhia recomprou de acionistas minoritários, 24.938 ações preferenciais, ao custo médio ponderado de R\$1.61 por ação.

Na AGE de 14 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria, no montante de 312.576, sem redução do valor do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía ações em tesouraria (287.638 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2017).

#### (d) Ágio em transações de capital

Refere-se ao ágio originado da aquisição de participação societária adicional na controlada Neogrid North America, após a Neogrid Participações já deter o controle societário desta empresa.

### 29 Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados consolidado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subscrição (recorrente)	176.800	163.714
Serviços	17.798	16.021
(-) Cancelamentos	(1.596)	(1.084)
(-) PIS / COFINS	(5.631)	(5.236)
(-) INSS	(6.857)	(6.453)
(-) ISS	(3.486)	(3.261)
Receita líquida de vendas	<b>177.028</b>	<b>163.701</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30 Custos e despesas operacionais por natureza

	Consolidado	
	2018	2017
Salários e benefícios a empregados	(89.032)	(95.754)
Custos com terceiros e comissões	(21.413)	(17.731)
Assessorias e serviços de terceiros	(6.563)	(6.489)
Despesas comerciais e de marketing	(7.386)	(7.431)
Depreciação e amortização	(6.948)	(5.562)
Despesas indiretas de pessoal	(9.313)	(3.376)
Despesas com alugueis	(3.748)	(3.461)
Despesas gerais de consumo	(1.101)	(1.581)
Despesas com suporte de softwares e hardwares	(406)	(1.262)
Outras despesas	(2.998)	(6.509)
	<b>(148.908)</b>	<b>(149.156)</b>
Custo dos serviços prestados	(55.625)	(56.479)
Despesas com vendas	(29.521)	(33.066)
Despesas gerais e administrativas	(45.711)	(39.947)
Pesquisa e gastos com softwares	(18.051)	(19.664)
	<b>(148.908)</b>	<b>(149.156)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os custos e despesas envolvendo partes relacionadas representaram R\$ 2.569 (R\$ 2.064 em 31 de dezembro de 2017) Nota 27 (b).

### 31 Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências/impostos a recuperar	-	(8)	(303)	(298)
Despesas com reestruturação (i)	-	-	-	(1.084)
Despesas com processo PERT	-	-	-	(789)
Despesas com M&A	-	-	(5.736)	(544)
Outros	-	-	(87)	179
	-	<b>(8)</b>	<b>(6.126)</b>	<b>(2.536)</b>

(i) Em 2017 refere-se a gastos com desligamentos em decorrência de reestruturação organizacional.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 32 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado	
	2018	2017
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	898	1.471
Juros recebidos	39	43
Juros sobre contratos com terceiros	40	78
Descontos e abatimentos obtidos	9	-
Redução de Juros e Multa PERT (i)	-	1.572
Outras receitas financeiras	572	397
	<b>1.558</b>	<b>3.561</b>
Despesas Financeiras		
Variação cambial passiva	(2.553)	(660)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.757)	(3.878)
Despesas com IOF	(514)	(54)
Tarifas bancárias	(343)	(286)
Descontos e abatimentos financeiros	(144)	(174)
Juros e multa de mora	(91)	(17)
Juros sobre contrato de mútuo (i)	(32)	(483)
Juros sobre contas a pagar aquisição de participações	(323)	-
	<b>(5.757)</b>	<b>(5.552)</b>

- (i) Nesta rubrica estão contemplados os efeitos líquidos das atualizações, juros e multas, oriundos da adesão ao PERT;
- (ii) Corresponde a juros sobre contratos de mútuo com partes relacionadas.

#### 33 Lucro por ação

##### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação	Básico		Diluído	
	2018	2017	2018	2017
Número de Ações (em milhares)	171.789	162.101	171.789	162.101
Média ponderada ações (em milhares)	162.906	162.307	162.906	162.307
Resultado do exercício	11.926	7.797	11.926	7.797
Lucro por ação (em reais)	0,0732	0,048	0,0732	0,048

#### 34 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

##### (a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2018	2017
Valor contábil líquido (Nota 17)	69	(5)
Lucro da alienação de imobilizado	5	6
Valores recebidos na alienação de imobilizado	74	1

#### (b) Reconciliação da dívida líquida

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos de curto prazo	5.777	6.280
Empréstimos de longo prazo	41.506	23.335
<b>Total da dívida</b>	<b>47.283</b>	<b>29.615</b>
Caixa e equivalentes de caixa	(18.249)	(17.870)
<b>Dívida líquida</b>	<b>29.034</b>	<b>11.745</b>

#### 35 Cobertura de seguros

A Administração Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Natureza	Cobertura	Valor da cobertura
Segurança Virtual	“Cyber Attack”	R\$ 32.769
Imobilizado e prédio locado	Incêndio, raio, outros	R\$ 16.443
Administrativa	Responsabilidade Civil	R\$ 63.932

#### 36 Eventos subsequentes

Em 31 de agosto de 2019 a Neogrid Participações S.A. transferiu os 17,74% de sua participação na Accera para a Neogrid Informática Ltda, passando esta, a deter 100% de participação na Accera.

Em 02 de setembro de 2019, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu sua controlada Accera, passando a assumir todos os direitos e obrigações da incorporada.

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de R\$ 110.000 - Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática Ltda. em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total (“Data de Vencimento”). A taxa de remuneração das debêntures é de 2,75% a.m. + CDI.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação de covenant “Dívida Financeira Líquida (\*) / EBITDA” menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

Determinado em contrato que (\*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em dezembro de 2019 o resultado foi de uma dívida líquida financeira correspondente a 2,13 o EBITDA do período.

Em 30 de dezembro de 2019 a Neogrid N.A. LLC alienou 100% de sua participação na subsidiária Neogrid AP Inc, localizada no Japão, transformando-se em um canal de distribuição com a Companhia com contrato firmado em janeiro de 2020.

Em 20 de janeiro de 2020, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nessa data, a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra do total até 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e uma mil e trezentas e trinta) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados diretores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, em um período de 4 (quatro) anos contados a partir da aprovação da criação do capital autorizado para fins do Plano, também aprovado nessa mesma AGE.

Em 01 de julho de 2020, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu a Neogrid Software Ltda., aumentando seu capital social no valor do patrimônio líquido da Neogrid Software Ltda., assumindo todos os direitos e obrigações da incorporada.

Em junho de 2020 foi iniciado o processo de incorporação da Neogrid Netherlands BV pela Neogrid Netherlands Holding BV, com a extinção da incorporada, cujo processo foi concluído em 03 de setembro de 2020. No mesmo processo de incorporação, a Neogrid Netherlands Holding BV teve sua razão social alterada para Neogrid Netherlands B.V passando a ser empresa operacional.

Entre os dias 09 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal “A Notícia” de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

#### Impactos causados pela pandemia da Covid-19

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

- (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores;
- (ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades;
- (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e
- (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do Coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo a receita operacional afetada em aproximadamente 1% da receita anual. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto nos covenants.

\*\*\*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

***Neogrid Participações S.A.***  
***Demonstrações financeiras***  
***individuais e consolidadas em***  
***31 de dezembro de 2017***  
***e relatório do auditor independente***





## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Neogrid Participações S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Neogrid Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Neogrid Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neogrid Participações S.A. e da Neogrid Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

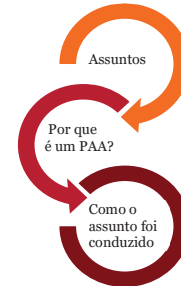
---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Neogrid Participações S.A.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

#### Reconhecimento da receita

Conforme nota explicativa 2.14, a Companhia reconhece receita de vendas quando os serviços são prestados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, o que geralmente ocorre no momento do faturamento das transações, podendo levar ao risco de reconhecimento inadequado do valor da receita e em momento incorreto.

Em função da magnitude e a sensibilidade do reconhecimento da receita, consideramos este como um principal assunto de auditoria.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como resposta a esse assunto, dentre outros, executamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- (i) Entendimento do processo de faturamento e do ambiente de controles para o reconhecimento de receitas com a prestação de serviços e das respectivas contas a receber;
- (ii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se as receitas provenientes dessas vendas foram reconhecidas no adequado exercício de competência, considerando o período de ocorrência da prestação do serviço;
- (iii) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis de receitas com prestação de serviços com contratos de clientes, notas fiscais emitidas e a efetiva prestação do serviço, bem como verificamos a liquidação financeira da transação.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria de que o reconhecimento de receitas com a prestação de serviços atende o regime de competência, e que as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas.



Neogrid Participações S.A.

---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Recuperabilidade dos ágios

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 111.527 mil, referente aos ágios oriundos de aquisição de controladas.

A Administração elabora, anualmente, testes para avaliar a necessidade, ou não, de redução do ágio ao seu valor recuperável (teste de *impairment*).

O referido teste de *impairment* foi considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria, devido à relevância do saldo do ágio e por envolver julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, em relação, principalmente, às projeções de fluxos de caixa futuros relacionados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio é alocado. Variações nas principais premissas utilizadas, como margem EBITDA, taxa de crescimento e taxa de desconto, entre outras, podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o conseqüente impacto nas demonstrações financeiras.

A divulgação das informações sobre os testes de *impairment*, incluindo os eventos e análises, estão incluídos na nota explicativa 17.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

- (a) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela Administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das receitas e de desconto no período projetado e na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável;
- (b) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa futuros e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita, custos e despesas e taxa de desconto;
- (c) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado;
- (d) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.

No contexto das demonstrações financeiras, consideramos os critérios e premissas adotados pela Administração no teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

---

## Outros assuntos

---

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 1.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de março de 2017, sem ressalva e com parágrafo de ênfase quanto ao fato que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a





Neogrid Participações S.A.

Companhia readequou sua metodologia de projeção de resultados futuros considerando o prazo de 5 anos, versus projeções de 10 anos anteriormente adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, *impairment* de ágios sobre investimentos no valor de R\$ 19.789 mil, e sobre Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, no valor de R\$ 2.100 mil, mas que poderiam ter sido reconhecidos no exercício de 2015 caso tivesse sido adotada a projeção de resultados futuros de 5 anos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em de 31 de dezembro de 2017, examinamos também os ajustes descritos na Nota 1.3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2016, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2016 tomadas em conjunto.

#### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Neogrid Participações S.A.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a



Neogrid Participações S.A.

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

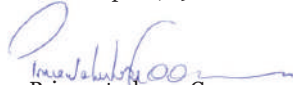
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 19 de outubro de 2020

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador CRC 1SP236051/O-7

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração da Neogrid Participações S.A. (“Neogrid” ou “Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*).

No ano de 2017 o PIB do Brasil registrou um crescimento de 1,0%, ante a retração de 3,5% ocorrida nos dois anos anteriores (2015 e 2016), porém os serviços de informação e comunicação tiveram retração de 1,1% em 2017.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$163,7 milhões em 2017, representando uma redução de 1,7% em relação ao exercício de 2016. As receitas da Neogrid são formadas por serviços recorrentes e serviços com a implementação de produtos.

As receitas recorrentes corresponderam a 91,3% da receita total, sendo fator de suma importância, pois geram estabilidade e previsibilidade de receitas futuras, trazendo maior segurança à geração de caixa na tomada de decisões e com isso reduzindo o risco do negócio.

Em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, a partir do ano de 2016 a Companhia passou a fazer as avaliações de “impairment” baseadas na projeção de resultados futuros de 5 anos, efetuando ajustes sobre Investimentos no valor de R\$19,8 milhões em 2016, registrados na linha de “impairment sobre ágios” na demonstração do resultado (R\$17,8 milhões) e na linha de “ágio em transações de capital” no patrimônio líquido (R\$2,0 milhões), e no imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal de R\$2,1 milhões, sendo este último revertido em 2017.

Em 2017 a Neogrid alcançou EBITDA Ajustado de R\$ 20,0 milhões, representando um crescimento de 5,1% em relação ao EBITDA Ajustado de 2016 de R\$ 19,0 milhões, conforme detalhado a seguir:

	<b>Consolidado (em milhares R\$)</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Variação</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<b>7.797</b>	<b>(24.819)</b>	<b>-131,4%</b>
IR e CS	2.229	3.799	-41,3%
Resultado Financeiro	1.991	10.698	-81,4%
Depreciação e Amortização	5.562	5.075	9,6%
<b>EBITDA</b>	<b>17.579</b>	<b>(5.247)</b>	<b>-435,0%</b>
Gastos extraordinários com reestruturação organizacional	1.084	3.540	-69,4%
Despesas com M&A	544	1.284	-57,6%
Despesas com recuperação de tributos	789	440	79,2%
Provisão perdas investimento em coligada no exterior	-	1.155	-100,0%
Impairment sobre Ágio Controladas	-	17.861	-100,0%
<b>EBITDA Ajustado (*)</b>	<b>19.996</b>	<b>19.033</b>	<b>5,1%</b>

(\*) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil (não auditada) elaborada pela Companhia e consiste no resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, e das depreciações e amortizações e das despesas e receitas não recorrentes.

A Neogrid reforça que continuará sistematicamente avaliando sua estrutura de custos e despesas e seus processos internos com o objetivo de otimizar os recursos e alavancar os resultados.

Agradecemos a todos os nossos Acionistas, Clientes, Fornecedores e Parceiros pelo apoio e confiança dispensados, e a todos os Profissionais que compõem o nosso Network pela determinação e perseverança no desenvolvimento do negócio.

Reiteramos nosso compromisso com o crescimento e desenvolvimento da Neogrid em 2018, primando continuamente pelo fortalecimento das vantagens competitivas e investindo na expansão dos negócios.

#### **A Administração.**

# NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

## Balanco patrimonial (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidada			Controladora			Consolidada		
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	01 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	01 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	01 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	01 de janeiro de 2016
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
		Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3	Nota 1.3
<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	9	940	288	9	17.870	12.810	3.734	12	20	3	6.143	6.449	7.990
Contas a receber de clientes	10	-	-	-	22.753	22.087	20.982	-	-	-	6.280	3.800	101.542
Tributos a recuperar	11	221	7	126	12.101	6.547	9.265	8	19	1	14.277	11.893	13.311
Partes relacionadas	26 b	-	6.300	-	-	-	-	278	-	-	3.927	3.327	4.157
Adiantamentos	7	-	-	-	1.036	1.448	1.760	-	-	12	8.286	5.662	6.184
Despesas antecipadas	12	8	-	9	3.082	3.473	2.975	210	-	-	210	3.178	3.237
Reservas para a futuro	13	-	-	-	2.829	2.829	2.829	-	-	-	-	3.770	3.770
Outros créditos	14	-	-	868	2.821	2.436	2.933	-	-	-	7.822	8.142	12.164
<b>Total do ativo circulante</b>		1.176	6.602	1.012	61.752	50.077	41.649	508	39	16	46.945	45.610	148.585
<b>Não circulante</b>													
<b>Realizável a longo prazo</b>													
Partes relacionadas	26 b	-	242	-	-	-	300	-	-	-	23.335	3.328	2.389
Tributos a recuperar	11	-	-	-	6.626	4.155	6.640	4.249	157	8	15.580	4.590	3.154
Despesas antecipadas	15	-	-	-	602	607	505	-	-	-	8	15	-
Outros créditos	14	-	-	-	2.011	2.491	-	-	-	-	154	27.115	45
<b>Total do ativo não circulante</b>		-	-	-	2.011	2.491	-	-	-	-	292	753	968
<b>Investimentos</b>	8	117.568	98.812	72.420	968	968	51.122	4.249	157	4.546	39.359	35.934	25.546
<b>Imobilizado</b>	16	-	-	-	8.508	8.026	8.190	-	-	-	86.314	81.544	178.667
<b>Intangível</b>	17	-	-	-	119.234	120.320	139.031	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>		117.568	99.054	72.420	138.549	136.927	205.788	129.301	144.621	80.353	129.301	144.621	80.353
								(16.016)	(16.016)	(16.016)	(16.016)	(16.016)	(16.016)
								2.060	1.007	3.766	2.060	1.007	3.766
								(1.200)	(24.152)	(1.200)	(1.200)	(24.152)	0
								(288)	-	667	(288)	-	667
								113.987	105.460	68.770	113.987	105.460	68.770
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		118.744	105.656	73.432	200.301	187.004	247.437	118.744	105.656	73.432	200.301	187.004	247.437

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
1 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Receita líquida de vendas	28	-	-	163.701	166.577
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(56.479)	(65.104)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	107.222	101.473
Despesas com vendas	29	-	-	(33.066)	(42.196)
Despesas gerais e administrativas	29	(576)	(520)	(39.947)	(26.562)
Pesquisa e gastos com software	29	-	-	(19.664)	(18.176)
Outras receitas (despesas), líquidas	30	(8)	-	(2.536)	(6.934)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		(584)	(520)	12.009	7.605
Receitas financeiras	31	358	27	3.561	4.717
Despesas financeiras	31	(20)	(538)	(5.552)	(15.415)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		338	(511)	(1.991)	(10.698)
Resultado de equivalência patrimonial	8	8.043	(9.553)	8	(66)
Impairment de ágio	17	-	(14.235)	-	(17.861)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		7.797	(24.819)	10.026	(21.020)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	-	(1.202)	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	(1.027)	(3.873)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>7.797</b>	<b>(24.819)</b>	<b>7.797</b>	<b>(24.819)</b>
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (em reais)	32	0,0480	(0,2478)		
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (em reais)	32	0,0480	(0,2478)		

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
2 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado (Nota 1.3)	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado (Nota 1.3)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.797	(24.819)	7.797	(24.819)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	<u>1.053</u>	<u>(2.759)</u>	<u>1.053</u>	<u>(2.759)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>8.850</u></b>	<b><u>(27.578)</u></b>	<b><u>8.850</u></b>	<b><u>(27.578)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
3 de 62



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros			Ágio em Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Ações em Tesouraria	Legal	Retenção				
<b>Em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado Nota 1.3)</b>	80.353	-	601	66	(16.016)	3.766	-	68.770
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(24.819)	(24.819)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.759)	-	(2.759)
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	-	-	-	(2.759)	-	(27.578)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(24.819)	(27.578)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	64.268	-	-	-	-	-	-	64.268
Emissão de ações	-	-	(601)	(66)	-	-	667	-
Transferência entre reservas	64.268	-	(601)	(66)	-	-	667	64.268
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	144.621	-	-	-	(16.016)	1.007	(24.152)	105.460
<b>Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado Nota 1.3)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	7.797	7.797
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.053	-	1.053
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	-	-	-	1.053	-	1.053
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	1.053	7.797	8.850
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	6.255	-	-	-	-	-	-	6.255
Emissão de ações (Nota 27 (a))	(21.485)	-	-	-	-	-	21.485	-
Redução de capital (Nota 27 (a))	-	(228)	-	-	-	-	-	(228)
Compra de ações (Nota 27 (c))	-	-	-	-	-	-	(3.590)	(3.590)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.760)	(2.760)
Juros s/Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	252	(1.472)	-	-	(252)	-
Constituição da reserva legal (Nota 27 (b))	-	-	-	-	-	-	1.472	-
Transferência entre reservas	(15.230)	(228)	252	(1.472)	-	-	16.355	(323)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	129.391	(228)	252	(1.472)	(16.016)	2.060	-	113.987
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
4 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda	7.797	(24.819)	10.026	(21.020)
Ajustes de				
Depreciação (Nota 16)	-	-	3.226	3.121
Amortização (Nota 17)	-	-	2.336	1.954
Impairment de ágio (Nota 17)	-	14.235	-	17.861
Alienação de intangível	-	-	-	1
Lucro da alienação de imobilizado (Nota 33 (a))	-	-	(6)	(15)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 10)	-	-	(162)	(35)
Provisão para contingências	-	-	19	90
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial (Nota 8)	(8.043)	9.553	(8)	66
Investimentos - Ajustes acumulados de conversão (Nota 8)	-	-	1	15
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)	-	-	1.053	(2.759)
Provisão de juros e variação cambial sobre empréstimos (Nota 19)	-	247	3.331	7.078
Variações no capital circulante				
Contas a receber	-	-	(504)	(1.070)
Tributos a recuperar	(214)	119	2.237	2.486
Adiantamentos	(7)	0	412	312
Despesas antecipadas	(1)	2	256	(460)
Serviços entregues a faturar	-	-	(633)	(1.456)
Outros créditos	-	-	(485)	(2.014)
Fornecedores e outras contas a pagar	(8)	17	(286)	(1.561)
Obrigações sociais e trabalhistas	(11)	18	2.384	(1.418)
Impostos e contribuições a recolher	278	-	600	(830)
Provisões de custos e despesas	-	(12)	2.624	(522)
Receitas diferidas	-	-	(780)	(4.237)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(209)</b>	<b>(640)</b>	<b>25.641</b>	<b>(4.413)</b>
Pagamento de juros (Nota 19)	-	-	(1.670)	(10.447)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.202)	74
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(209)</b>	<b>(640)</b>	<b>22.769</b>	<b>(14.786)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de imobilizado (Nota 16)	-	-	(3.703)	(3.030)
Aquisição de intangível (Nota 17)	-	-	(1.250)	(2.073)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 33 (a))	-	-	1	88
Dividendos e JCP recebidos (Nota 8)	5.500	7.500	-	-
Partes relacionadas	6.542	(6.300)	-	-
Baixa de investimento – Trace One	-	-	-	51.056
Obrigações por aquisição de investimentos	210	-	(2.968)	(23.605)
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas (Nota 8)	59.282	-	-	-
Aumento de capital em controladas (Nota 8)	(70.350)	(1.000)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
5 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	1.184	200	(7.920)	22.436
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Emissão de ações	6.255	64.268	6.255	64.268
Captação de empréstimos (Nota 19)	-	-	24.701	12.200
Pagamento de empréstimos (Nota 19)	-	-	(3.875)	(105.634)
Partes relacionadas	-	(63.549)	(30.292)	30.592
Compra de ações	(228)	-	(228)	-
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(3.590)	-	(3.590)	-
Juros sobre capital próprio pagos aos acionistas da Companhia	(2.760)	-	(2.760)	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(323)</b>	<b>719</b>	<b>(9.789)</b>	<b>1.426</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 9)</b>	<b>288</b>	<b>9</b>	<b>12.810</b>	<b>3.734</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 9)</b>	<b>940</b>	<b>288</b>	<b>17.870</b>	<b>12.810</b>
Transação sem efeito caixa (Nota 15)	-	-	14.417	-

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
6 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Receitas</b>	-	-	<b>182.678</b>	<b>183.846</b>
Prestação de serviços	-	-	182.598	186.389
Outras receitas	-	-	509	305
Provisão para perda esperada (constituição)	-	-	(429)	(2.848)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(76)</b>	<b>(14.288)</b>	<b>(37.759)</b>	<b>(57.224)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(14.334)	(17.508)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(68)	(53)	(19.501)	(20.171)
Impairment de ágios	-	(14.235)	(3.626)	(17.861)
Outras Despesas	(8)	-	(298)	(1.685)
<b>Valor bruto adicionado</b>	<b>(76)</b>	<b>(14.288)</b>	<b>144.919</b>	<b>126.622</b>
Depreciação e amortização	-	-	(5.562)	(5.075)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(76)</b>	<b>(14.288)</b>	<b>139.357</b>	<b>121.547</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>8.401</b>	<b>(9.526)</b>	<b>3.569</b>	<b>4.651</b>
Resultado de equivalência patrimonial	5.118	(9.553)	8	(66)
Receitas financeiras	3.283	27	3.561	4.717
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>8.325</b>	<b>(23.814)</b>	<b>142.926</b>	<b>126.198</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal	508	480	105.676	109.799
Remuneração direta	508	480	77.012	81.905
Benefícios	-	-	13.342	10.690
Comissões e Repasses	-	-	10.733	12.055
FGTS	-	-	4.588	5.149
Impostos, taxas e contribuições	-	(13)	20.440	22.677
Federais	-	(13)	17.179	19.551
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	-	-	3.261	3.126
Juros e aluguéis	20	538	9.013	18.541
Juros	20	538	5.552	15.415
Aluguéis	-	-	3.461	3.126
Remuneração de capitais próprios	7.797	(24.819)	7.797	(24.819)
Juros sobre capital próprio	2.760	-	2.760	-
Dividendos	3.590	-	3.590	-
Lucros retidos (prejuízos incorridos) no exercício	1.447	(24.819)	1.447	(24.819)
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>8.325</b>	<b>(23.814)</b>	<b>142.926</b>	<b>126.198</b>

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
7 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.1 Contexto operacional

A Neogrid Participações S.A. ("Neogrid Participações" ou "Companhia") foi constituída em 1º de julho de 2008, com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, e tem por objeto social a participação em outras empresas ou sociedades, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, desde que observadas as restrições contidas no seu Estatuto Social, bem como o desenvolvimento, licenciamento e implementação de softwares customizados para o gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; e a prestação de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados.

A "Neogrid Participações" possui as seguintes controladas e coligadas:

Razão Social	Sede	Obs.	Controladas			
			Participação Direta		Participação Indireta	
			2017	2016	2017	2016
Neogrid Software S.A.	BRA	(a)	100,0%	100,0%		
Neogrid Informática S.A.	BRA	(b)	100,0%	100,0%		
Innovare Informática Ltda.	BRA	(c)				100,0%
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	(d)			100,0%	100,0%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	(e)			100,0%	100,0%
Neogrid North América LLC.	EUA	(f)	100,0%	100,0%		
Neogrid AP Inc	JAP	(g)			100,0%	100,0%
Neogrid Europe Ltd	UK	(h)			100,0%	100,0%
Neogrid International French Branch	FRA	(i)			100,0%	100,0%

Razão Social	Sede	Obs.	Coligadas			
			Participação Direta		Participação Indireta	
			2017	2016	2017	2016
Dux Global INC	EUA	(j)	20,0%	20,0%		

#### (a) Neogrid Software S.A. ("Neogrid Software")

A Neogrid Software S.A. foi constituída em 15 de dezembro de 1999, com sede em Joinville, Santa Catarina e tem por objeto social a exploração comercial de programas para computador por elas elaborados e/ou por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a exploração de outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam interessar, direta ou indiretamente ao objeto social; e a participação em outras empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

#### (b) Neogrid Informática S.A. ("Neogrid Informática")

Empresa constituída em 10 de julho de 2003, com sede em Joinville, Santa Catarina, tem por objeto social a exploração comercial de programas para computador por elas elaborados e/ou por terceiros; a correspondente prestação de serviços de assessoria técnica e de treinamento; a exploração de outras atividades afins e correlatas, que sejam complementares ou que possam

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

interessar, direta ou indiretamente ao objeto social; e a participação em outras Empresas comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

**(c) Innovare Informática Ltda. (“Innovare”)**

Empresa adquirida em 22 de fevereiro de 2010, com sede em Joinville, Santa Catarina, com o objetivo de fortalecer o portfólio de serviços da empresa. Esta empresa foi encerrada em agosto de 2016.

**(d) Neogrid Netherlands Holding B.V. (“Netherlands Holding”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 19 de outubro de 1998, atuando apenas como holding da "Neogrid Netherlands B.V".

**(e) Neogrid Netherlands B.V. (“Netherlands”)**

Empresa sediada na Holanda, constituída em 14 de dezembro de 2001, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(f) Neogrid North America LLC. (“Neogrid N.A.”)**

Empresa sediada na nos EUA com subsidiárias no Japão, Reino Unido e França, constituída em 14 de novembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(g) Neogrid AP Inc (“Neogrid Japão”)**

Empresa sediada no Japão, constituída em 18 de julho de 2007, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(h) Neogrid Europe Ltd (“Neogrid UK”)**

Empresa sediada no Reino Unido, constituída em 26 de julho de 2011, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(i) Neogrid International French Branch (“Neogrid França”)**

Empresa sediada na França, constituída em 20 de dezembro de 2005, que fornece soluções em SCS – Supply Chain Synchronization com uma atuação global.

**(j) Dux Global INC (“Dux”)**

Em 28 de junho de 2012 a Neogrid Participações adquiriu 20% de participação na Dux Global Inc, sediada em Louisiana USA. Esta empresa está em início de operação, voltada para Softwares de gerenciamento de projetos (BPM).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

#### (a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### (b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

#### (c) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

#### (d) Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

### 1.3 Reapresentação das cifras comparativas

#### (a) Correção de erros

Em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados à retificação de erros. As referidas correções afetaram o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nos valores apresentados abaixo. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os ajustes de retificação de erros são:

- i. Baixa de ativo intangível desenvolvido internamente: foram reavaliados os critérios da parcela do desenvolvimento do produto considerada como ativo intangível, constatando que não atendia a todos os elementos estabelecidos no CPC 04/IAS 38.
- ii. Baixa de marcas e patentes
- iii. Reconhecimento da receita contrato exclusividade Totvs: identificado a necessidade de reconhecer como receita operacional bruta de acordo com os critérios de competência de serviços prestados de uma parcela das receitas originados pela contrato de exclusividade de distribuição com Totvs.
- iv. Estorno do impairment de ágio em transação de capital lançado originalmente em contra partida ao resultado do resultado de 2016 e transferido para o patrimônio líquido para fins desta reapresentação.

#### (i) Balanço patrimonial

Ativo	Controladora				Consolidado	
	oi de janeiro de 2016	Ajustes	oi de janeiro de 2016	oi de janeiro de 2016	Ajustes	oi de janeiro de 2016
	Originalmente apresentado		Reapresentado	Originalmente apresentado		Reapresentado
<b>Circulante</b>						
Contas a receber de clientes	-	-	-	18.595	2.387	20.982
Tributos a recuperar	126	-	126	9.150	115	9.265
Outros créditos	-	868	868	2.933	-	2.933
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>144</b>	<b>868</b>	<b>1.012</b>	<b>39.147</b>	<b>2.502</b>	<b>41.649</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Tributos diferidos	-	-	-	5.835	805	6.640
Outros créditos	868	(868)	-	-	-	-
Investimentos	74.887	(2.467)	72.420	51.122	-	51.122
Intangível	-	-	-	144.805	(5.774)	139.031
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>75.755</b>	<b>(3.335)</b>	<b>72.420</b>	<b>210.757</b>	<b>(4.969)</b>	<b>205.788</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>75.899</b>	<b>(2.467)</b>	<b>73.432</b>	<b>249.904</b>	<b>(2.467)</b>	<b>247.437</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
<b>Circulante</b>						
Total do passivo circulante	16	-	16	148.585	-	148.585
<b>Não circulante</b>						
Total do passivo não circulante	4.646	-	4.646	30.082	-	30.082
<b>Total do passivo</b>	<b>4.662</b>	<b>-</b>	<b>4.662</b>	<b>178.667</b>	<b>-</b>	<b>178.667</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Reservas de lucros	3.134	(2.467)	667	3.134	(2.467)	667
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>71.237</b>	<b>(2.467)</b>	<b>68.770</b>	<b>71.237</b>	<b>(2.467)</b>	<b>68.770</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>75.899</b>	<b>(2.467)</b>	<b>73.432</b>	<b>249.904</b>	<b>(2.467)</b>	<b>247.437</b>



# NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2016 Originalmente apresentado	Ajustes	31 de dezembro de 2016 Reapresentado	31 de dezembro de 2016 Originalmente apresentado	Ajustes	31 de dezembro de 2016 Reapresentado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Contas a receber de clientes	-	-	-	19.700	2.387	22.087
Tributos a recuperar	7	-	7	6.280	267	6.547
Outros créditos	-	-	-	4.646	(2.190)	2.456
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.602</b>	<b>-</b>	<b>6.602</b>	<b>49.613</b>	<b>464</b>	<b>50.077</b>
<b>Não circulante</b>						
<b>Realizável a longo prazo</b>						
Partes relacionadas	-	242	242	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	3.466	989	4.455
Outros créditos	-	-	-	-	2.491	2.491
Investimentos	44.164	54.648	98.812	1	(1)	-
Intangível	-	-	-	129.946	(8.658)	121.288
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>103.688</b>	<b>(4.634)</b>	<b>99.054</b>	<b>142.406</b>	<b>(5.479)</b>	<b>136.927</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>110.290</b>	<b>(4.634)</b>	<b>105.656</b>	<b>192.019</b>	<b>(5.015)</b>	<b>187.004</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
<b>Circulante</b>						
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	3.204	123	3.327
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>45.487</b>	<b>123</b>	<b>45.610</b>
<b>Não circulante</b>						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	5.094	(504)	4.590
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>157</b>	<b>-</b>	<b>157</b>	<b>36.438</b>	<b>(504)</b>	<b>35.934</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>196</b>	<b>-</b>	<b>196</b>	<b>81.925</b>	<b>(381)</b>	<b>81.544</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Ágio em transações de capital	(14.049)	(1.967)	(16.016)	(14.049)	(1.967)	(16.016)
Ajustes acumulados de conversão	1.007	-	1.007	1.007	-	1.007
Prejuízos acumulados	(21.485)	(2.667)	(24.152)	(21.485)	(2.667)	(24.152)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>110.094</b>	<b>(4.634)</b>	<b>105.460</b>	<b>110.094</b>	<b>(4.634)</b>	<b>105.460</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>110.290</b>	<b>(4.634)</b>	<b>105.656</b>	<b>192.019</b>	<b>(5.015)</b>	<b>187.004</b>

### (ii) Demonstração do resultado

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016 Reapresentado	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016 Reapresentado
Despesas gerais e administrativas	(520)	-	(520)	(25.991)	571	(26.562)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	(14.202)	3.974	(18.176)
Outros ganhos/(perdas) líquidos	-	-	-	(8.595)	(1.661)	(6.934)
<b>Lucro/(prejuízo) operacional</b>	<b>(520)</b>	<b>-</b>	<b>(520)</b>	<b>10.489</b>	<b>2.884</b>	<b>7.605</b>
Receitas financeiras	83	56	27	6.910	2.193	4.717
Despesas financeiras	(594)	(56)	(538)	(17.608)	(2.193)	(15.415)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>	<b>(511)</b>	<b>0</b>	<b>(511)</b>	<b>(10.698)</b>	<b>0</b>	<b>(10.698)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(7.386)	2.167	(9.553)	(66)	0	(66)
Impairment de ágio	(16.202)	(1.967)	(14.235)	(19.828)	(1.967)	(17.861)
<b>Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(24.619)</b>	<b>200</b>	<b>(24.819)</b>	<b>(20.103)</b>	<b>917</b>	<b>(21.020)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(78)	(152)	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(4.438)	(565)	(3.873)
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>(24.619)</b>	<b>200</b>	<b>(24.819)</b>	<b>(24.619)</b>	<b>200</b>	<b>(24.819)</b>
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (em reais)	(0,2458)	0,0020	(0,2478)			
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (em reais)	(0,2458)	0,0020	(0,2478)			

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (iii) Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(24.619)	(200)	(24.819)	(24.619)	(200)	(24.819)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>						
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(2.759)	-	(2.759)	(2.759)	-	(2.759)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(27.378)</b>	<b>(200)</b>	<b>(27.578)</b>	<b>(27.378)</b>	<b>(200)</b>	<b>(27.578)</b>

#### (iv) Demonstração dos fluxos de caixa

	Controladora		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	Ajustes	31 de dezembro de 2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda	(24.619)	(200)	(24.819)	(20.103)	(917)	(21.020)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	(640)	0	(640)	6.733	(11.146)	(4.413)
Pagamento de juros (Nota 9)	0	0	0		(10.447)	(10.447)
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	0	(78)	152	74
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(640)</b>	<b>-</b>	<b>(640)</b>	<b>6.655</b>	<b>(21.441)</b>	<b>(14.786)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>						
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(7.300)</b>	<b>7.500</b>	<b>200</b>	<b>15.054</b>	<b>7.382</b>	<b>22.436</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>						
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>719</b>	<b>-</b>	<b>719</b>	<b>(12.602)</b>	<b>14.058</b>	<b>1.426</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 9)	9	-	9	3.734	-	3.734
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 9)	288	-	288	12.810	-	12.810

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

#### (a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

#### **(b) Transações com participações de não controladores**

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

#### **(c) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.8 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.2 Conversão de moeda estrangeira

##### (a) Conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Para as controladas localizadas no exterior a Administração estabelece que devem ser utilizadas como moedas funcionais, conforme tabela no item (b) abaixo, sendo que as demonstrações financeiras serão convertidas para o Real na data de fechamento conforme o IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, sendo os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira no patrimônio líquido.

##### (b) Empresas da Companhia com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias mensais.
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As seguintes controladas e coligadas têm moeda funcional diferente da moeda da Controladora:

Empresa	País	Moeda Funcional
Neogrid Netherlands Holding B.V.	Holanda	Euro
Neogrid Netherlands B.V.	Holanda	Euro
Neogrid North América LLC.	EUA	Dólar Americano
Neogrid AP Inc	Japão	Iene
Neogrid Europe Ltd	Reino Unido	Libra Esterlina
Neogrid International French Branch	França	Euro
Dux Global INC	EUA	Dólar Americano

#### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

#### 2.4 Ativos financeiros

##### 2.4.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

##### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e despesas, líquidas" no período em que ocorrem.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

#### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

#### 2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

##### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, A Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

#### 2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia utiliza para a provisão de créditos de liquidação duvidosa de contas a receber uma matriz considerando sua experiência histórica de perdas por faixa de vencimentos, vencidos e a vencer. Possíveis alterações de cenário momentâneo de ambiente econômico de mercado são desconsideradas para efeito de provisão de perdas, mas são reconhecidas provisão para perdas de clientes com alteração significativa em relação ao risco de crédito esperadas como vitalícias em cada data-base. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia e suas controladas ser diluída.

#### **2.6 Ativos intangíveis**

##### **(a) Ágio**

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

##### **(b) Marcas e patentes**

As marcas registradas e as patentes adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e patentes, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das patentes durante sua vida útil estimada.

##### **(c) Relações contratuais com clientes**

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

##### **(d) Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos gastos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses gastos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Por não atenderem aos critérios de capitalização, os custos associados à manutenção e desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

#### 2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Benfeitorias em imóveis locados	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas” na demonstração do resultado.

#### 2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio* e contratos de parcerias, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* e contratos de parcerias são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o valor recuperável é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o valor recuperável se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenha sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

#### 2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 2.10 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### 2.11 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.12 Participação nos resultados

O valor atual das obrigações de planos de participação nos resultados aos colaboradores diretos, sejam celetistas ou estatutários, depende de uma série de fatores que são determinados com base em metodologia da administração, que utiliza uma série de premissas. Entre as premissas usadas

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

na determinação do valor de participação nos resultados, está principalmente o atingimento de patamares mínimos de crescimento e de geração de resultado operacional. Outras premissas como função, desempenhos departamentais e cultura da Companhia são fatores para determinar o valor de participação nos resultados.

#### **2.13 Capital social**

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### **2.14 Reconhecimento da receita**

##### **(a) Receitas de prestação de serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando:

- (i) Da disponibilização do software ao cliente;
- (ii) Seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
- (iii) Todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador; e
- (iv) É provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – Software as a Service no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser precificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

##### **(b) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, a qual é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 2.15 Imposto de Renda e Contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Nos demais países em que suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

País	Alíquota
Estados Unidos	Alíquotas progressivas de 15% a 39% em 2017 e 2016;
Holanda	Para os anos de 2017 e 2016 aplica-se a alíquota de 20% aos primeiros EUR 200,000 de lucro tributável e 25% sobre o lucro que exceder EUR200,000.
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2017 e 20% em 2016;
Japão	A taxa básica de imposto de renda é de 23,4% a partir de abril/2016; para empresas com capital social de até 100 milhões de yens a alíquota aplicável é de 15% para os primeiros 8 milhões de yens de lucro tributável.

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrituração Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

Nos exercícios de 2017 e de 2016 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; até o exercício de 2017 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, gerou somente prejuízos fiscais.

#### 2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. O dividendo mínimo anual obrigatório, assegurado aos acionistas da Companhia, é igual a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

#### 2.17 Subvenções governamentais

A controlada Neogrid Software foi beneficiada pela concessão de subvenção econômica junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP no exercício de 2014, no montante de R\$ 6.135 com previsão de finalização para execução do Projeto denominado “Neogrid PaaS” (estrutura de nuvem, promovendo ferramentas para o deploy automático, automação, alocação automática de recursos, ferramentas de análise e acompanhamento da execução da aplicação em cima de uma camada PaaS), caracterizados como subvenções governamentais, a qual não exige qualquer contrapartida por parte da Neogrid Software, conforme demonstrado na Nota 14.

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas no contrato de concessão de subvenção econômica, e atendimento ao cronograma de desembolsos próprios contidos no plano de trabalho.

As parcelas correspondentes à realização do referido projeto, são reconhecidas da seguinte forma:

- Mantida no ativo, sob a rubrica de outros créditos; relacionadas as despesas já incorridas, conforme cronograma e relatório de apontamento de horas;
- Os valores mantidos no ativo, são reconhecidos em contrapartida da conta de rubrica de despesas de pessoal, no resultado do exercício;
- Conforme a fruição do projeto e a respectiva apresentação dos demonstrativos de desembolsos próprios da Companhia junto à FINEP, ocorrem as respectivas transferências dos recursos, e neste momento, ocorrem as baixas dos valores mantidos ativo em contrapartida da rubrica caixa e equivalentes de caixa.

A referida subvenção foi considerada como sendo para custeio, portanto, quando ocorre a apuração do resultado do exercício, tais valores compõem a conta de reservas de lucros/prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

##### Alterações adotadas pela Companhia e suas controladas

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. Exceto pela adoção da alteração do CPC 03/IAS 7 (Nota 33 (a)), as demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

##### CPC 03/IAS 07 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

##### CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro

Esclarece que a análise de reconhecimento do imposto de renda diferido ativo (“IRD ativo”) deve ser efetuada para as demonstrações financeiras como um todo, considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros e diferenças temporárias tributáveis disponíveis. Esse tema é especialmente relevante quando um ativo é avaliado ao valor justo e esse valor está abaixo de sua base fiscal. O princípio geral de reconhecimento de IRD ativo deve ser sempre aplicado, ou seja, a análise de reconhecimento não pode ser efetuada considerando uma transação isolada.

##### CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

Esclarece que, exceto pela divulgação de informações financeiras resumidas, as demais divulgações requeridas no CPC 45/IFRS 12 são aplicáveis para os investimentos classificados como “mantidos para venda”, de acordo com o CPC 31/IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para a Companhia e suas controladas.

#### 4. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 8 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.1.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 5. Estimativas e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

##### 5.1 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

###### (a) Teste de *impairment* do ágio

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).

###### (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria:

- (i) Aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 204 (R\$ 53 em 2016) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 87 (R\$ 158 em 2016), no caso de uma diferença desfavorável; ou
- (ii) Reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 204 (R\$ 53 em 2016) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 87 (R\$ 158 em 2016), no caso de uma diferença favorável.

#### 6. Gestão de risco financeiro

##### 6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, tais como aplicações, recebíveis e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

#### (a) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

#### (i) **Risco cambial**

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP), Euro (EUR) e Iene (JPY). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina, do euro e do iene.

A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o ano 2018, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 25% e 50% para mais e para menos, da variável de risco.

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo Patrimonial		Moeda Nacional		Risco	Cenário				
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado (Nota 1.3)	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado (Nota 1.3)		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>Ativos</b>						R\$ 3,34	R\$ 4,18	R\$ 5,01	R\$ 2,51	R\$ 1,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 537	USD 654	R\$ 1.777	R\$ 2.130	Dólar					
Contas a Receber	USD 956	USD 784	R\$ 3.161	R\$ 2.554	Dólar					
Outro Ativos	USD 672	USD 672	R\$ 2.223	R\$ 2.190	Dólar					
	<b>USD 2.165</b>	<b>USD 2.109</b>	<b>R\$ 7.161</b>	<b>R\$ 6.874</b>		<b>R\$ 69</b>	<b>R\$ 1.877</b>	<b>R\$ 3.684</b>	<b>R\$ (1.738)</b>	<b>R\$ (3.546)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	USD 680	USD 35	R\$ 2.251	R\$ 2.699	Dólar					
	<b>USD 680</b>	<b>USD 35</b>	<b>R\$ 2.251</b>	<b>R\$ 2.699</b>		<b>R\$ 22</b>	<b>R\$ 590</b>	<b>R\$ 1.158</b>	<b>R\$ (546)</b>	<b>R\$ (1.115)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>USD 1.484</b>	<b>USD 2.074</b>	<b>R\$ 4.910</b>	<b>R\$ 4.175</b>		<b>R\$ 47</b>	<b>R\$ 1.287</b>	<b>R\$ 2.526</b>	<b>R\$ (1.192)</b>	<b>R\$ (2.431)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 4,51	R\$ 5,64	R\$ 6,77	R\$ 3,38	R\$ 2,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP 365	GBP 57	R\$ 1.630	R\$ 229	Libra Esterlina					
Contas a Receber	GBP -	GBP 439	R\$ -	R\$ 1.772	Libra Esterlina					
Outro Ativos	GBP 219	GBP 140	R\$ 981	R\$ 564	Libra Esterlina					
	<b>GBP 584</b>	<b>GBP 635</b>	<b>R\$ 2.611</b>	<b>R\$ 2.565</b>		<b>R\$ 23</b>	<b>R\$ 681</b>	<b>R\$ 1.339</b>	<b>R\$ (636)</b>	<b>R\$ (1.294)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	GBP -	GBP 35	R\$ -	R\$ 35	Libra Esterlina					
	<b>GBP -</b>	<b>GBP 35</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 35</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>GBP 584</b>	<b>GBP 600</b>	<b>R\$ 2.611</b>	<b>R\$ 2.530</b>		<b>R\$ 23</b>	<b>R\$ 681</b>	<b>R\$ 1.339</b>	<b>R\$ (636)</b>	<b>R\$ (1.294)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 4,01	R\$ 5,01	R\$ 6,02	R\$ 3,01	R\$ 2,01
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 250	EUR 57	R\$ 994	R\$ 195	Euro					
Contas a Receber	EUR 147	EUR 91	R\$ 585	R\$ 312	Euro					
Outro Ativos	EUR -	EUR -	R\$ -	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 398</b>	<b>EUR 147</b>	<b>R\$ 1.579</b>	<b>R\$ 507</b>		<b>R\$ 16</b>	<b>R\$ 415</b>	<b>R\$ 814</b>	<b>R\$ (383)</b>	<b>R\$ (781)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	EUR 109	EUR 35	R\$ 434	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 109</b>	<b>EUR 35</b>	<b>R\$ 434</b>	<b>R\$ -</b>		<b>R\$ 4</b>	<b>R\$ 114</b>	<b>R\$ 224</b>	<b>R\$ (105)</b>	<b>R\$ (215)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>EUR 288</b>	<b>EUR 112</b>	<b>R\$ 1.145</b>	<b>R\$ 507</b>		<b>R\$ 12</b>	<b>R\$ 301</b>	<b>R\$ 590</b>	<b>R\$ (277)</b>	<b>R\$ (567)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 0,030	R\$ 0,037	R\$ 0,045	R\$ 0,022	R\$ 0,015
Caixa e Equivalentes de Caixa	JPY 30.612	JPY 19.341	R\$ 900	R\$ 540	Iene					
Contas a Receber	JPY 17.483	JPY 17.049	R\$ 514	R\$ 476	Iene					
Outro Ativos	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY 48.095</b>	<b>JPY 36.390</b>	<b>R\$ 1.414</b>	<b>R\$ 1.016</b>		<b>R\$ 14</b>	<b>R\$ 370</b>	<b>R\$ 731</b>	<b>R\$ (341)</b>	<b>R\$ (697)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	JPY -	JPY -	R\$ -	R\$ -	Iene					
	<b>JPY -</b>	<b>JPY -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>		<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>JPY 48.095</b>	<b>JPY 36.390</b>	<b>R\$ 1.414</b>	<b>R\$ 1.016</b>		<b>R\$ 14</b>	<b>R\$ 370</b>	<b>R\$ 731</b>	<b>R\$ (341)</b>	<b>R\$ (697)</b>
<b>Efeito Líquido Geral</b>						<b>R\$ 96</b>	<b>R\$ 2.639</b>	<b>R\$ 5.187</b>	<b>R\$ (2.447)</b>	<b>R\$ (4.989)</b>

#### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

##### Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão atrelados à variação do CDI, TJLP, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 31 de dezembro de cada exercício.

##### Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2017, foram

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
27 de 62



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

definidos 03 cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base no índice de dezembro de 2017, que foi de 6,68% ao ano, e este definido como cenário I provável; a partir deste, foram de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

	Saldos em 2017	Risco	2017		
			Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 12.351	Redução CDI (ano)	6,68%	25,0%	50,0%
Receita Financeira			R\$ 825	R\$ 619	R\$ 413

#### Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de Libor, TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2017, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2017 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

	Saldos em 2017	Risco	2017		
			Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 19.976	Aumento Libor (a)	2,28%	25,0%	50,0%
Despesa Financeira estimada			R\$ 455	R\$ 569	R\$ 683
Financiamentos BNDES atrelados TJLP	R\$ 38	Aumento TJLP	7,00%	25,0%	50,0%
Despesa Financeira estimada			R\$ 3	R\$ 3	R\$ 4
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 175	Aumento IPCA	3,00%	25,0%	50,0%
Despesa Financeira estimada			R\$ 5	R\$ 7	R\$ 8

#### (c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
Caixa e equivalentes de caixa	17.870	12.810
Contas a receber de clientes	22.753	22.087
Serviços entregues a faturar	2.089	1.456
<b>Total</b>	<b>42.712</b>	<b>36.353</b>

#### (d) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<b>Controladora</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	12	12	-	-
Em 31 de dezembro de 2016 Reapresentado (Nota 1.3)				
Fornecedores e outras obrigações	20	20	-	-
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
Em 31 de dezembro de 2017				
Empréstimos (i)	6.305	22.964	565	-
Fornecedores e outras obrigações	6.143	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016 Reapresentado (Nota 1.3)				
Empréstimos (i)	4.117	3.545	-	-
Fornecedores e outras obrigações	6.429	-	-	-

Os valores de empréstimos contemplam os juros futuros.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

#### 6.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
		<b>reapresentado (Nota 1.3)</b>
Total dos empréstimos (Nota 19)	29.615	7.128
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	(17.870)	(12.810)
Dívida líquida	11.745	(5.682)
Total do patrimônio líquido	113.987	105.460
Total do capital	125.732	99.778
Índice de alavancagem financeira - %	9%	(6%)

O aumento no índice em 2017 decorre a captação de recursos financeiros para utilização no capital de giro. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 6.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

#### 7. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva toma suas decisões operacionais e estratégicas observando os resultados consolidados, ou seja, possui um único segmento operacional, o de software.

A estratégia de atuação por meio de ofertas através de uma única plataforma integrada das soluções Neogrid para a sincronização automática da cadeia de suprimentos, é a principal vantagem competitiva e decisiva da Companhia, ofertando soluções SaaS – Software as a Service, com geração predominantemente de receita de subscrição de acesso à plataforma de soluções Neogrid.

#### 8. Investimentos

##### (a) Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	112.351	38.405	(8)	(15)
AFAC (i)	-	59.282	-	-
Ágio sobre investimentos avaliados por equivalência patrimonial	968	968	968	968
	<b>113.319</b>	<b>98.655</b>	<b>960</b>	<b>953</b>
Investimento	117.568	98.812	968	968
Investimentos com passivo a descoberto	(4.249)	(157)	(8)	(15)
	<b>113.319</b>	<b>98.655</b>	<b>960</b>	<b>953</b>

Adiantamento para futuro aumento de capital, integralizado na Neogrid Informática em 02 de janeiro de 2017.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Participação societárias nos investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

Razão Social	País	Tipo de Operação	Participação Direta		Controladas	
			2017	2016	2017	2016
Neogrid Software S.A.	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%		
Neogrid Informática S.A.	BRA	Soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos	100,0%	100,0%		
Neogrid Netherlands Holding B.V.	HOL	Holding			100,0%	100,0%
Neogrid Netherlands B.V.	HOL	Soluções em SCS – Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%
Neogrid North America LLC.	EUA	Soluções em SCS – Supply Chain Synchronization	100,0%	100,0%		
Neogrid AP Inc	JAP	Soluções em SCS – Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%
Neogrid Europe Ltd	UK	Soluções em SCS – Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%
Neogrid International French Branch (1)	FRA	Soluções em SCS – Supply Chain Synchronization			100,0%	100,0%

Razão Social	Sede	Obs.	Participação Direta		Coligada	
			2017	2016	2017	2016
Dux Global INC	EUA	Softwares de gerenciamento de projetos (BPM);	20,0%	20,0%	-	-

(1) Subsidiária da Neogrid North America, não operacional e sem ativos desde 2008, encerrada em dezembro de 2018.

As notas explicativas da administração são parte integrantes das demonstrações financeiras  
32 de 62

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais)

### (c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas (principais e com participação não controladora relevante) e coligadas.

#### (i) Balanço patrimonial sintético

	Neogrid Software		Neogrid Informática		Neogrid North America		Neogrid Netherlands		Dux Global	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Circulante										
Ativo	27.017	24.000	27.027	14.172	12.764	13.061	2.302	1.002	1.171	1.078
Passivo	(16.937)	(19.425)	(14.653)	(18.650)	(14.213)	(14.100)	(711)	(358)	(1.382)	(1.310)
	10.080	4.575	12.374	(4.478)	(1.449)	(1.039)	1.591	644	(211)	(232)
Não circulante										
Ativo	47.651	48.823	90.555	92.061	24.913	28.026	7.811	7.337	170	159
Passivo	(32.069)	(33.052)	(11.991)	(10.085)	(27.705)	(27.129)	(359)	(123)	-	-
	15.582	15.771	78.564	81.976	(2.792)	897	7.452	7.214	170	159
Patrimônio líquido	25.662	20.346	90.938	77.498	(4.241)	(142)	9.043	7.858	(41)	(73)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Demonstração sintética do resultado

	Controladas						Coligada			
	Direta			Indireta						
	Neogrid Software		Neogrid Informática	Neogrid North America		Neogrid Netherlands	Dux Global			
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016			
Receitas	77.328	72.810	51.155	53.748	30.265	35.853	5.717	4.737	2.467	1.699
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e CS	1.914	(2.417)	12.253	5.504	(3.930)	(8.706)	(7)	407	45	(329)
Despesa de IR e CS	934	(1.775)	(3.131)	(2.099)	(6)	6	(26)	67	-	-
Lucro Líquido	2.848	(4.192)	9.122	3.405	(3.936)	(8.700)	(33)	474	45	(329)

(iii) Demonstração sintética do resultado abrangente

	Controladas						Coligada			
	Direta			Indireta						
	Neogrid Software		Neogrid Informática	Neogrid North America		Neogrid Netherlands	Dux Global			
2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016			
Lucro líquido	2.848	(4.192)	9.122	3.405	(3.936)	(8.700)	(33)	474	45	(329)
Outros resultados abrangentes	-	-	1.218	(1.756)	(163)	(983)	(2)	(20)	(2)	(20)
Total do resultado abrangente	2.848	(4.192)	10.340	1.649	(4.099)	(9.683)	(35)	454	43	(349)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

#### (iv) Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

	2017				
	Neogrid Informática	Neogrid Software	Neogrid N.A. LLC	Dux Global	Total de investimento
Participação no capital votante %	100%	100%	100%	20%	
Informações em 31 de dezembro					
Capital subscrito e integralizado	76.250	27.453	39.331	2.031	145.065
Patrimônio líquido	90.938	25.662	(4.241)	(41)	112.318
Resultado do exercício	9.122	2.848	(3.936)	45	8.079
Ágio sobre investimentos	-	-	-	968	968
Movimentação dos investimentos					
No início do exercício	77.498	20.346	(142)	953	98.655
Aumento de capital	6.300	4.768	-	-	11.068
Dividendos e JCP distribuídos	(3.200)	(2.300)	-	-	(5.500)
Resultado de equivalência patrimonial	9.122	2.848	(3.936)	9	8.043
Ajustes acumulados de conversão	1.218	-	(163)	(2)	1.053
No final do exercício	90.938	25.662	(4.241)	960	113.319
Investimento	90.938	25.662	-	968	117.568
Passivo a descoberto	-	-	(4.241)	(8)	(4.249)
	2016				
	Neogrid Informática	Neogrid Software	Neogrid N.A. LLC	Dux Global	Total de investimento
Participação no capital votante %	100%	100%	100%	20%	
Informações em 31 de dezembro					
Capital subscrito e integralizado	10.667	22.865	39.331	2.031	74.894
Patrimônio líquido	77.498	20.346	(142)	(73)	97.629
Resultado do exercício	3.405	(4.192)	(8.700)	(329)	(9.816)
Ágio sobre investimentos	-	-	-	968	968
Movimentação dos investimentos					
No início do exercício	16.567	31.038	23.776	1.039	72.420
Aumento de capital	-	1.000	-	-	1.000
AFAC	59.282	-	-	-	59.282
Impairment	-	-	(14.235)	-	(14.235)
Dividendos recebidos (distribuídos)	-	(7.500)	-	-	(7.500)
Resultado de equivalência patrimonial	3.405	(4.192)	(8.700)	(66)	(9.553)
Ajustes acumulados de conversão	(1.756)	-	(983)	(20)	(2.759)



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No final do exercício	77.498	20.346	(142)	953	98.655
Investimento	77.498	20.346	-	968	98.812
Passivo a descoberto	-	-	(142)	(15)	(157)

Os investimentos em controladas e coligadas estão avaliados pela equivalência patrimonial.

Os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, e não eliminados, se referem à participação de 20% na Dux Global Inc.

#### 9. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Recursos em banco e em caixa	5.519	3.491
Depósitos bancários de curto prazo	12.351	9.319
	<b>17.870</b>	<b>12.810</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor; estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3/IAS 37.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cuja média anual para o exercício 2017 foi de 85% do CDI.

#### 10. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Contas a receber de clientes no país	18.985	17.634
Contas a receber de clientes no país – Partes relacionadas (Nota 26 b)	7	-
Contas a receber de clientes no exterior	4.260	5.114
Provisão p/ perdas de contas a receber de clientes	(499)	(661)
	<b>22.753</b>	<b>22.087</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list), líquidos da provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2017:

Período	Títulos Vencidos	%	Títulos a Vencer	%
Até 30	2.436	10,71%	12.267	53,91%
Entre 31 a 60 dias	650	2,86%	3.461	15,21%
Entre 61 a 90 dias	721	3,17%	1.243	5,46%
Entre 91 a 120 dias	101	0,44%	995	4,37%
Entre 121 a 150 dias	81	0,36%	206	0,91%
Entre 151 a 180 dias	28	0,12%	120	0,53%
Acima de 181 dias	425	1,87%	19	0,08%
<b>Totais</b>	<b>4.442</b>	<b>19,52%</b>	<b>18.311</b>	<b>80,48%</b>
<b>Total Geral (Vencidos e a Vencer)</b>			<b>22.753</b>	<b>100,00%</b>

A Companhia tem como política reconhecer como perda os valores apurados com base em análise estatística do histórico de perdas das contas a receber de clientes, inclusive sobre os títulos a vencer. Demonstramos abaixo a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
Saldo Anterior	(661)	(696)
Provisões e (reversões)	111	(17)
Baixa por realização	(65)	(78)
Reversão por recebimento	116	130
Saldo Final	<b>(499)</b>	<b>(661)</b>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
Reais	18.493	16.973
Dólares americanos	3.675	4.802
Euros	585	312
	<b>22.753</b>	<b>22.087</b>

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas controladas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Tributos a recuperar

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Ativo circulante</b>		
Imposto de renda a recuperar	7.813	3.881
Contribuição social a recuperar	3.489	1.882
Impostos retidos na fonte	278	314
PIS e COFINS a recuperar	74	10
Outros	447	460
	<b>12.101</b>	<b>6.547</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Imposto de renda a recuperar	<b>6.626</b>	-

### 12. Despesas antecipadas

	Controlada		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Curto prazo</b>				
Seguro	8	7	-	-
Aluguel de software	-	-	1.356	1.352
Indenização civil	-	-	315	375
Depósitos	-	-	817	765
Outras despesas antecipadas	-	-	594	781
	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>3.082</b>	<b>3.273</b>
<b>Longo prazo</b>				
Indenização civil	-	-	<b>602</b>	<b>667</b>

### 13. Serviços entregues a faturar

Esta rubrica representa os serviços já prestados para os clientes da Companhia e suas controladas, os quais ainda não foram faturados em decorrência pendências internas dos clientes relacionadas ao aceite dos serviços prestados, cujo saldo consolidado representa R\$ 2.089 em 2017 e R\$ 1.456 em 2016.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Outros créditos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Curto prazo</b>		
Finep a receber (a)	1.840	1.839
Recebíveis Neogrid UK	981	564
Outras contas a receber	-	53
	<b><u>2.821</u></b>	<b><u>2.456</u></b>
<b>Longo prazo</b>		
Empréstimo Lett Serv. De Informação (b)	387	300
Garantias a receber	2.223	2.190
Outras contas a receber	1	1
	<b><u>2.611</u></b>	<b><u>2.491</u></b>

(a) Subvenção econômica junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conforme detalhado na nota 2.17;

(b) O contrato de mútuo da Neogrid Informática com a Lett possui vencimento em 16 de novembro de 2018, sendo sua remuneração conforme a variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia); no referido contrato, a Companhia possui opção de conversão do valor mutuado em participação societária.

#### 15. Tributos diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Para determinadas controladas foi também reconhecido saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa. Os valores são demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>NeoGrid Informática S.A.</b>	-	<b>4.455</b>
Amortização ágio New Chain	-	(477)
Amortização ágio Expert Easy	-	(481)
Amortização ágio Bis Company	-	(7.800)
Diferenças temporárias	-	1.349
Prejuízo fiscal	-	11.864
<b>Tributos diferidos ativos líquidos</b>	<b>-</b>	<b>4.455</b>
<b>NeoGrid Informática S.A.</b>	<b>(5.977)</b>	-
Amortização ágio New Chain	(650)	-
Amortização ágio Expert Easy	(656)	-
Amortização ágio Bis Company	(10.694)	-
Diferenças temporárias	1.769	-
Prejuízo fiscal	4.254	-
<b>NeoGrid Software S.A.</b>	<b>(9.603)</b>	<b>(4.590)</b>
Amortização do ágio Mercador	(12.534)	(12.534)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização do ágio G2KA	(1.320)	(975)
Diferenças temporárias	1.284	762
Prejuízo fiscal	2.967	8.157
<b>Tributos diferidos passivos líquidos</b>	<b>(15.580)</b>	<b>(4.590)</b>

O valor do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos registrados no passivo não circulante, refere-se basicamente à provisão de 34% sobre a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Mercador S.A., incorporada em 01/11/2008, totalizando R\$36.865 no período de 11/2008 a 10/2013. Em 01/03/2014 a G2KA Sistemas foi incorporada pela Neogrid Software, quando esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 3.881 de 03/2014 a 12/2017. Em 01/04/2014 as empresas BIS Participações, Newchain e Expert-Easy foram incorporadas pela Neogrid Informática, e esta passou a amortizar fiscalmente o ágio, totalizando R\$ 31.456, R\$ 1.912 e R\$ 1.928 de 04/2014 a 12/2017 relativo a cada incorporada, respectivamente.

No ano-calendário de 2017 a Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, o qual foi aprovado pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertido em Lei nº 13.496/2017, de 25 de outubro de 2017, e regulamentado pela Instrução normativa RFB nº 1.711/2017, tendo optado pela modalidade I, na qual ocorreu o pagamento em espécie de 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda (IRPJ) e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esta liquidação de débitos com créditos de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal gerou um efeito não-caixa de R\$14.417.

As reduções de juros, multas, encargos e as atualizações dos débitos e créditos decorrentes desta adesão foram todas reconhecidas em contrapartida do resultado do exercício, com efeito líquido positivo de R\$ 139.

O registro do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, está baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. No ano de 2016 a Companhia passou a fazer as avaliações de “impairment” baseadas na projeção de resultados futuros de 5 anos, o que resultou num ajuste da ordem de R\$ 2.100 naquele ano, revertido no exercício de 2017, pela melhora na expectativa dos resultados futuros advindos das projeções realizadas. Com base nesta estimativa a Administração prevê recuperar os créditos tributários sobre prejuízo fiscal nos seguintes exercícios:

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
2017	-	1.875
2018	891	2.595
2019	1.339	4.056
2020	1.775	4.704
2021	1.256	6.791
2022	1.960	-
	<b>7.221</b>	<b>20.021</b>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final dos eventos combinados com a geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

#### Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	10.026	(21.020)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(3.409)	7.147
Equivalência patrimonial	(11)	161
Impacto fiscal gerado por controladas no exterior (i)	7	(110)
Amortização fiscal de ágios incorporados	36	36
Impairment sobre ágios	-	(6.742)
Despesas indedutíveis	(396)	94
Incentivo a inovação tecnológica (ii)	122	236
Prejuízo fiscal sem constituição de provisão	782	(5.259)
Outras diferenças permanentes	640	638
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.229)</b>	<b>(3.799)</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.202)	74
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(1.027)	(3.873)
<b>Taxa efetiva %</b>	<b>22,2%</b>	<b>18,1%</b>

(i) Adição dos lucros gerados pelas controladas no exterior no cálculo do lucro tributável no Brasil;

(ii) A legislação tributária brasileira prevê um mecanismo de fomento ao desenvolvimento tecnológico do país, que concede incentivos fiscais às empresas que desenvolvam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais)

### 16. Imobilizado

	2017				2016			
	Depreciação		Depreciação		Depreciação		Depreciação	
	a.a. %	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido	
Equipamentos de informática	20%	28.882	(22.415)	6.467	25.061	(19.510)	5.551	
Móveis e utensílios	10%	2.072	(1.326)	746	2.057	(1.081)	976	
Benefitórias em imóveis locados	10%	3.761	(2.472)	1.289	3.696	(2.204)	1.492	
Outros	20%	45	(39)	6	36	(29)	7	
		<b>34.760</b>	<b>(26.252)</b>	<b>8.508</b>	<b>30.850</b>	<b>(22.824)</b>	<b>8.026</b>	

	2017				2016			
	Equipamentos de informática		Móveis e utensílios		Benefitórias em imóveis locados		Outros	
	Saldo em 2015	Adições	Alienação de imobilizado	Depreciação no exercício	Saldo em 2016	Adições	Alienação de imobilizado	Depreciação no exercício
Equipamentos de informática	4.971	2.972	(41)	(2.351)	5.551	3.650	-	(2.734)
Móveis e utensílios	1.320	25	(32)	(337)	976	17	4	(251)
Benefitórias em imóveis locados	1.891	33	-	(432)	1.492	36	-	(239)
Outros	8	-	-	(1)	7	-	1	(2)
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>8.190</b>	<b>3.030</b>	<b>(73)</b>	<b>(3.121)</b>	<b>8.026</b>	<b>3.703</b>	<b>5</b>	<b>(3.226)</b>

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação utilizados no exercício anterior.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, não havia bens do imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários.

### 17. Intangível

	Taxas de Amortização a.a. %	Consolidado 2017			Consolidado 2016		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
<b>Vida útil definida</b>							
Software	20%	10.823	(6.695)	4.128	9.572	(4.943)	-
Carteira de clientes	6,67%	252	(203)	49	249	(184)	-
Mais-Valia de Intangíveis (a)	18,2% a 22,7%	2.848	(2.325)	523	2.848	(1.756)	-
Marcas e patentes	1,94%	39	(32)	7	39	(32)	-
<b>Vida útil indefinida</b>							
Direitos comerciais (b)		3.000	-	3.000	3.000	-	-
Ágios (Goodwill) (c)		111.527	-	111.527	129.388	-	(17.861)
		<b>128.489</b>	<b>(9.255)</b>	<b>119.234</b>	<b>145.096</b>	<b>(6.915)</b>	<b>(17.861)</b>
							<b>120.320</b>

### Movimentação do custo e da amortização

	Consolidado		
	Saldo em 2016 Reapresentado (Nota 1.3)	Adições	Saldo em 2017
Software	4.629	1.250	4.128
	20%	(1.751)	



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Carteira de clientes		65	-	(16)	49
Mais-Valia de Intangíveis (a)	6,67%	1.092	-	(569)	523
Marcas e patentes	18,2% a 22,7%	7	-	-	7
Direitos comerciais (b)	1,94%	3.000	-	-	3.000
Ágios (Goodwill) (c)		111.527	-	-	111.527
Total Intangível		<b>120.320</b>	<b>1.250</b>	<b>(2.336)</b>	<b>119.234</b>

(a) A Mais-Valia de Intangíveis refere-se a Software, Tecnologia, Relacionamento com Clientes e Marcas, gerados na aquisição de participação societária das seguintes empresas:

- (i) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
- (ii) Trade Force Serviços em Tecnologia Ltda: aquisição pela Accera em dezembro de 2017; incorporação em agosto de 2018;

(b) Em junho de 2010 a Neogrid Informática S.A. firmou Contrato Particular de Parceria de Distribuição de Software com a TOTVS S.A., a qual licenciou a Neogrid Informática como sua única e exclusiva fornecedora da Solução "TOTVS COLABORAÇÃO", para a qual pagou o valor de R\$ 3.000 ao longo de 30 meses. O contrato possui prazo indeterminado de vigência, sendo classificado como vida útil indefinida e sua recuperabilidade testada anualmente.

(c) Os ágios sobre investimentos foram gerados na aquisição de participação societária nas seguintes empresas, com as respectivas incorporações posteriores:

- (i) Mercador S.A. – aquisição em 2007 e 2008; incorporação em novembro de 2008;
- (ii) Newchain Business Solutions Ltda: aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
- (iii) Expert-Easy Consultoria em Informática Ltda – aquisição em 2008; incorporação em abril de 2014;
- (iv) Neogrid North America LLC – aquisição em 2008;
- (v) G2KA Sistemas Ltda: aquisição em 2013; incorporação em março de 2014;
- (vi) Bis Participações Ltda: aquisição e incorporação em 2014.

Os ágios estão fundamentados na perspectiva de rentabilidade futura, e foram, quando aplicável, amortizados até 31 de dezembro de 2008. A amortização foi interrompida a partir de 1 de janeiro de 2009 e a recuperabilidade do seu valor contábil é testada anualmente. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia passou a fazer as avaliações de impairment baseadas na projeção de resultados futuros de

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

---

5 anos, tendo gerado uma baixa por impairment de R\$ 17.861 (R\$ 14.235 referente a Neogrid North America e R\$ 3.626 referente a Mercador S.A.), o qual foi registrado em contrapartida do resultado do exercício de 2016, na conta de “*Impairment* sobre ágios”. Em 2017 não houve necessidade de ajustes de “impairment”.

#### **Análise do valor recuperável do intangível de vida indefinida**

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis de vida útil indefinida utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

A Companhia é uma empresa provedora de uma única plataforma integrada de soluções para a sincronização da cadeia de suprimentos no modelo *Software as a Service – SaaS*, tendo assim um único segmento, o de Software. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos ao longo do tempo foram incorporados à plataforma de soluções, transformando-os na maior em única solução a partir da combinação, complementariedade e integração entre esses ativos adquiridos. A Companhia consolidou suas projeções para teste de recuperabilidade agregando os ativos intangíveis em uma única UGC – unidade geradora de caixa, pois os ativos se beneficiam da combinação desses negócios, e, seguem as diretrizes do principal mercado da Companhia.

As premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas em crescimentos unicamente pelas condições econômicas projetadas para o período dos próximos cinco anos de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36, sem considerar fatos estratégicos do plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital – CMPC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

Para o contrato particular de parceria de distribuição de software com a TOTVS S.A., a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade deste ativo de forma segregada, como uma UGC – unidade geradora de caixa, usando como critério a projeção de fluxo de caixa para os próximos cinco anos, considerando a receita estimada exclusiva do contrato deduzida dos custos e despesas diretamente mensuráveis ao contrato. Os fluxos de caixa estimados foram descontados utilizando taxas de desconto para os testes de recuperabilidade dos demais ativos intangíveis descritos abaixo.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso e sensibilidade são:

Resultado Operacional – as receitas foram projetadas entre 2018 e 2022, considerando o crescimento agregado da inflação projetado, acrescida pelo PIB Brasil projetado, enquanto que, uma parte dos custos são variáveis ao crescimento da receita, e outra parte dos custos, somadas as despesas operacionais, foram projetados a partir da projeção da inflação para o período projetado.

Volume de Capex: As necessidades de investimento em CAPEX foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de desconto – representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos médio ponderado de capital CMPC) de 17,52% a.a. (pre-tax) para cada unidade geradora de caixa. Um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

Perpetuidade – as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017, além do período de 5 anos são de 2,0%. Um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 p.p. para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis de vida útil indefinida da Companhia, realizados anualmente, não resultou na necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado de cada unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

#### 18. Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado (Nota 1.3)	<u>2017</u>	<u>2016</u> Reapresentado (Nota 1.3)
Fornecedores Mercado Interno	12	20	2.593	3.313
Fornecedores Mercado Interno – Partes relacionadas (Nota 26 b)	-	-	88	122
Fornecedores Mercado Externo	-	-	1.355	1.491
Adiantamento de Clientes	-	-	764	458
Aluguel Diferido North América	-	-	899	1.034
Comissões	-	-	285	-
Outras Contas a Pagar	-	-	159	11
	<u>12</u>	<u>20</u>	<u>6.143</u>	<u>6.429</u>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos bancários têm vencimento até 2018 e cupons médios de 0,879% ao mês. O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 29.615 (2016 – R\$ 7.128).

Modalidade	Encargos	Garantias	Ano de		Consolidado	
			Vencimento	Moeda	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Capital de giro	Libor+0,17% a.m.	Aval	**	U\$	19.926	-
Arrendamentos financeiros	0,90% a 1,22% a.m.		2018	R\$	9.476	6.675
Arrendamentos financeiros	1,10% a 1,61% a.m.		2016	U\$	-	59
BNDES	0,86% a 1,00% a.m.		2017	R\$	38	169
FINEP	Variação do IPCA a.m.		2018	R\$	175	225
					<b>29.615</b>	<b>7.128</b>
Passivo circulante					6.280	3.800
Passivo não circulante					23.335	3.328

\*\* Renovação anual em 30 de novembro de cada ano.

#### Garantias

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

#### Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2017 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros. A Companhia e suas controladas adotam como boa prática, a não contratação de empréstimos com cláusulas restritivas.

#### Derivativos (swap)

Atualmente a Companhia não se utiliza de operação de derivativos.

#### Movimentação no exercício

A tabela a seguir representa as movimentações ocorridas nesta rubrica:

	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>103.931</b>
(+) Captações	12.200
(-) Pagamento de principal	(105.634)
(-) Pagamento de juros	(10.447)
(+) Provisão de juros e variação cambial	7.078
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b> (Reapresentado (Nota 1.3))	<b>7.128</b>
(+) Captações	24.701

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Pagamento de principal	(3.875)
(-) Pagamento de juros	(1.670)
(+) Provisão de juros e variação cambial	3.331
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>29.615</b>

#### 20. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos das obrigações sociais e trabalhistas estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Salários a Pagar	-	19	1.326	1.691
Férias a Pagar	-	-	5.820	6.430
Participações no resultado e bônus	-	-	6.147	1.620
Outros	-	-	1	161
	-	<b>19</b>	<b>13.294</b>	<b>9.902</b>
<b>Obrigações Sociais</b>				
INSS a Pagar	8	-	541	1.479
FGTS a Pagar	-	-	442	512
	<b>8</b>	-	<b>983</b>	<b>1.991</b>
	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>14.277</b>	<b>11.893</b>

#### 21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Impostos subsidiárias no Exterior	-	-	1.188	1.349
IRRF Assalariado	7	-	974	977
INSS s/Faturamento	-	-	602	554
ISS	-	-	290	265
IRRF S/JCP	-	-	439	-
PIS E COFINS	271	-	335	68
Retenções	-	-	86	97
Outros	-	-	13	17
	<b>278</b>	-	<b>3.927</b>	<b>3.327</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 22. Provisões de custos e despesas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
Provisão de custos com terceiros	7.979	5.318
Provisão de comissões	307	344
	<b>8.286</b>	<b>5.662</b>

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos. Os valores são referentes à provisão de despesas e comissões com os parceiros que são apropriados de acordo com a competência.

#### 23. Obrigações por aquisições de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado ou retidos para garantias. Estão registradas no passivo circulante, conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Obrigações – passivo circulante</b>		
Aquisição de participação na BIS Participações (i)	-	3.178
Aquisição de ações pessoas físicas	210	-
	<b>210</b>	<b>3.178</b>

- (i) Saldo a pagar para um dos ex-acionistas da BIS, liquidado em 06/01/2017 através da emissão de ações da Neogrid Participações aos ex-acionistas BIS, conforme previsto no contrato de aquisição da BIS (empresa adquirida e incorporada em 2014)

#### 24. Receitas diferidas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Curto prazo</b>		
Receita de subscrição (recorrente)	1.589	1.903
Receita de serviços	6.233	6.239
	<b>7.822</b>	<b>8.142</b>
<b>Longo prazo</b>		
Receita de serviços	292	753

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da Companhia em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos.

A Companhia gera receitas provenientes da utilização e implementação de ofertas de soluções de software a seus clientes. A Companhia fornece acesso ao seu software baseado em assinaturas anuais que são diferidas e reconhecidas proporcionalmente durante o período de subscrição. Os faturamentos antecipados são incluídos na receita diferida, que é então reconhecida nos anos subsequentes proporcionalmente aos períodos de execução. Para outros serviços, a Companhia reconhece a receita em base linear durante o prazo previsto no contrato.

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e três anos</b>	<b>Acima de três anos</b>
Em 31 de dezembro de 2017	7.822	292	-	-
Em 31 de dezembro de 2016 Reapresentado (Nota 1.3)	8.142	753	-	-

#### 25. Provisão para contingências

As provisões para contingências foram constituídas para cobrir perdas prováveis em situações nas quais a Companhia avalia ser provável a realização de desembolso futuro. As provisões foram constituídas, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo suficientes para fazer face às perdas esperadas. E ficaram compostas de acordo com a natureza, conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
Trabalhistas	139	135
Cíveis	15	-
	<b>154</b>	<b>135</b>

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>45</b>	-	<b>45</b>
(+) Complemento de provisões	90	-	90
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>			
<b>Reapresentado (Nota 1.3)</b>	<b>135</b>	-	<b>135</b>
(+) Complemento de provisões	86	-	86
(+) Atualização monetária	-	27	27
(-) Reversão de provisão não utilizada	(1)	-	(1)
(-) Baixa por pagamentos	(81)	(12)	(93)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>139</b>	<b>15</b>	<b>154</b>

## **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

#### **Processos com perdas estimadas como possíveis**

Os processos para os quais a perspectiva de perda foi avaliada como possível totalizaram R\$ 1.292 em 2017, sendo R\$ 392 de natureza trabalhista, R\$ 500 de natureza previdenciária e R\$ 400 de natureza tributária (em 2016 R\$ 67 de natureza trabalhista e R\$ 391 de natureza previdenciária, totalizando R\$ 458 naquele ano).

#### **Provisões para contingências trabalhistas**

Os processos Trabalhistas, classificados como de perda provável se referem aos processos movidos por ex-colaboradores da Companhia requerendo verbas trabalhistas, bem como de empresas prestadoras de serviços pleiteando tanto reconhecimento de vínculo empregatício, como demais verbas trabalhistas.

#### **Provisões para contingências cíveis**

Os processos de natureza Cível, classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

#### **Provisões para contingências tributárias**

Os processos classificados de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Não havendo nenhum processo de valor individualmente relevante.

Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

## **26. Partes relacionadas**

As transações financeiras entre a Companhia e suas controladas e a remuneração da administração foram realizadas conforme segue:

### **(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal-chave da administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários foi de R\$ 7.849 em 2017 (R\$ 7.951 em 2016).

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2017  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Outras transações com partes relacionadas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Dividendos a receber:</b>				
Neogrid Software	-	6.300	-	-
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>				
Neogrid Europe	-	242	-	-
	-	<b>6.542</b>	-	-
<b>Ativo circulante</b>	-	<b>6.300</b>	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	-	<b>242</b>	-	-

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)	<b>2017</b>	<b>2016</b> Reapresentado (Nota 1.3)
<b>Mútuo Pessoa Ligada:</b>				
Aquisição de participação na BIS Participações (i)	-	-	-	3.179
Acionista (ii)	-	-	-	27.113
	-	-	-	<b>30.292</b>
<b>Passivo circulante</b>	-	-	-	<b>3.179</b>
<b>Passivo não circulante</b>	-	-	-	<b>27.113</b>

- (i) Saldo a pagar para um dos ex-acionistas da BIS, liquidado em 06/01/2017 através da emissão de ações da Neogrid Participações aos ex-acionistas BIS, conforme previsto no contrato de aquisição da BIS (empresa adquirida e incorporada em 2014);
- (ii) empréstimo de mútuo junto ao principal acionista, pelas controladas: Neogrid Software, no valor de R\$7.505 corrigido por 100% da variação do CDI, com vencimento em 29 de dezembro de 2017; e Neogrid North América de R\$19.608 (US\$6 milhões) corrigido pela variação da Libor 3 meses mais 1,17% na capitalização do mútuo, com vencimento em 18 de janeiro de 2017. Os juros incorridos em 2017 totalizaram R\$ 483 (R\$ 190 em 2016).

O quadro a seguir apresenta os saldos dos faturamentos realizados, em condições normais de mercado, entre a Companhia e suas partes relacionadas:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Descrição	Consolidado	
		2017	2016 apresentado (Nota 1.3)
<b>Contas a receber de clientes (Nota 10)</b>			
Rio Pardo Proteína Vegetal S.A (a)	Reembolso de despesas	7	-
<b>Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 18)</b>			
Neogrid Datacenter S.A. (b)	Armazenamento dados	59	57
M. Abuhab Participações S.A. (c)	Aluguel escritório matriz	29	64
Camerite Sistemas S.A. (d)	Câmeras de segurança	-	1
DPL Assessoria Empresarial Ltda (e)	Consultoria administrativa	-	-
CBG Centro Brasileiro de Gestão Ltda (f)	Consultoria comercial	-	-
Leopardo Consult. Em Marketing Ltda (g)	Consultoria de marketing	-	-
		<b>88</b>	<b>122</b>

Os efeitos das despesas na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2.406 (R\$ 2.068 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota 31:

- (a) reembolso de R\$ 67 em 2017 (R\$ 62 em 2016);
- (b) despesas de R\$ 937 em 2017 (R\$ 756 em 2016);
- (c) despesas de R\$ 1.092 em 2017 (R\$ 1.295 em 2016);
- (d) despesas de R\$ 17 em 2017 (R\$ 17 em 2016);
- (e) despesas de R\$ 0 em 2017 (R\$ 32 em 2016);
- (f) despesas de R\$ 18 em 2017 (R\$ 0 em 2016);
- (g) despesas de R\$ 0 em 2017 (R\$ 32 em 2016)

## 27. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

#### Neogrid Participações S.A.

O capital social da Neogrid Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017 representa R\$129.391, totalmente integralizado, composto por 154.567.573 ações ordinárias nominativas e 7.821.460 ações preferenciais nominativas, sendo 287.638 ações preferenciais em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social era de R\$145.799, sendo R\$1.178 a integralizar, composto por 154.567.573 ações ordinárias nominativas e 7.948.201 (1.478.389 a integralizar) ações preferenciais nominativas.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue a composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Acionista	2017		2016	
	Ações	%	Ações	%
YAFO – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	160.565.469	98,88%	159.364.441	98,96%
Moacir Cardoso	-	-	1.201.028	0,75%
Robson Alessandro Munhoz	675.824	0,42%	-	-
Flavio de Almeida Carvalho	675.824	0,42%	-	-
Cesar Augusto Ghilardi	82.158	0,05%	82.158	0,05%
Outros	102.120	0,06%	389.758	0,24%
<b>Ações em circulação</b>	<b>162.101.395</b>	<b>99,82%</b>	<b>161.037.385</b>	<b>100,00%</b>
Ações em tesouraria	287.638	0,18%	-	-
<b>Total em unidades</b>	<b>162.389.033</b>	<b>100,00%</b>	<b>161.037.385</b>	<b>100,00%</b>

As ações preferenciais não conferem a seus titulares o direito a voto nas deliberações sociais, entretanto terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

#### Alterações no capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram as seguintes alterações no capital social da Neogrid Participações S.A.:

- (i) Em 06 de Janeiro de 2017 foi aprovado o cancelamento de 1.478.389 ações, subscritas em 09 de novembro de 2016 e não integralizadas.
- (ii) Ainda em 06 de janeiro de 2017, foi aprovado aumento de capital social no valor de R\$ 6.255, com a emissão de 1.351.648 novas ações preferenciais totalmente integralizadas na mesma data.
- (iii) Em 18 de Dezembro de 2017 foi aprovada a redução de capital de R\$ 21.485, sem alteração do número de ações de emissão da Companhia, para absorção dos prejuízos acumulados apurados até 31 de dezembro de 2016.

#### (b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. No exercício 2017 houve a destinação de R\$ 252 para esta reserva. No exercício de 2016 houve reversão de R\$ 601.

#### (c) Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo de ações preferenciais da Companhia, adquiridas pela própria Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria.

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

No exercício de 2017 a Companhia recomprou de acionistas minoritários, 287.638 ações preferenciais, ao custo médio ponderado de R\$0,79 por ação.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía 287.638 ações preferenciais em tesouraria (não possuía em 31 de dezembro de 2016).

#### (d) **Ágio em transações de capital**

Referem-se ao ágio originado da aquisição de participação societária adicional na controlada Neogrid North América, registrado no patrimônio líquido como ágio em transações de capital.

#### (e) **Juros s/Capital Próprio (JSCP)**

##### Controladora – Recebidos

No exercício de 2017, foram calculados juros sobre o capital próprio por parte das controladas Neogrid Informática S/A e Neogrid Software S/A, nos termos da Lei nº 9.249/95, artigo 9º, no valor de R\$ 2.925.

##### Controladora – Pagos

Os juros calculados pela Controladora “Neogrid Participações”, no valor de R\$ 2.760 em 2017, foram reclassificados da conta de “Despesas Financeiras” em contrapartida da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados”, no grupo Patrimônio Líquido, de forma a não produzir efeitos no Resultado do Exercício.

##### Efeitos Tributários:

Os “JSCP”, pagos e recebidos, produziram os seguintes efeitos na carga tributária:

	<b><u>Controladora</u></b>
	<b><u>2017</u></b>
Juros s/ Capital Próprio Recebidos	2.925
- Efeito tributário – débitos:	
IRPJ, Adicional IR e CSLL (34%)	903
PIS/COFINS (9,25%)	<u>270</u>
Subtotal	1.173
Juros s/capital próprio pagos	2.760
- Efeito tributário – créditos:	
IRPJ, Adicional IR e CSLL (34%)	938
Subtotal	<u>938</u>
<b>Total do Efeito Tributário</b>	<b>235</b>
	<b><u>Consolidado</u></b>
	<b><u>2017</u></b>
Juros s/capital próprio pagos	2.760
PIS/COFINS (9,25%) JCP recebidos	270
- Efeito tributário – créditos:	
IRPJ, Adicional IR e CSLL (34%)	<u>1.030</u>
Subtotal	1.030

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PIS/COFINS (9,25%) JCP recebidos	270
- Efeito tributário – débitos:	270
Subtotal	<u>270</u>

**Total do Efeito Tributário** **760**

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis.

#### 28. Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados consolidado:

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Subscrição (recorrente)	163.714	161.793
Serviços	16.021	19.505
(-) Cancelamentos	(1.084)	(359)
(-) PIS / COFINS	(5.236)	(5.033)
(-) INSS	(6.453)	(6.203)
(-) ISS	(3.261)	(3.126)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b><u>163.701</u></b>	<b><u>166.577</u></b>

#### 29. Custos e despesas operacionais por natureza

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Salários e benefícios a empregados	(95.754)	(97.286)
Custos com terceiros e comissões	(17.731)	(17.652)
Assessorias e serviços de terceiros	(6.489)	(10.549)
Despesas comerciais e de marketing	(7.431)	(10.905)
Depreciação e amortização	(5.562)	(5.075)
Despesas indiretas de pessoal	(3.376)	(2.705)
Despesas com aluguéis	(3.461)	(3.126)
Despesas gerais de consumo	(1.581)	(1.209)
Despesas com suporte de softwares e hardwares	(1.262)	(1.346)
Outras despesas	(6.509)	(2.185)
	<b><u>(149.156)</u></b>	<b><u>(152.038)</u></b>
Custo dos serviços prestados	(56.479)	(65.104)
Despesas com vendas	(33.066)	(42.196)
Despesas gerais e administrativas	(39.947)	(26.562)
Pesquisa e gastos com softwares	(19.664)	(18.176)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(149.156)**

**(152.038)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os custos e despesas envolvendo partes relacionadas representaram R\$ 2.064 (R\$ 2.132 em 31 de dezembro de 2016) Nota 26 (b).

#### 30. Outras receitas e despesas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Provisão para perdas em investimento em coligada no exterior	-	-	-	(1.155)
Provisão para contingências/impostos a recuperar	(8)	-	(298)	(300)
Despesas com reestruturação (i)	-	-	(1.084)	(3.540)
Despesas com recuperação de tributos	-	-	(789)	(440)
Consultoria M&A	-	-	(544)	(1.284)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	179	(215)
	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>(2.536)</b>	<b>(6.934)</b>

- (i) Em 2017 refere-se a gastos com desligamentos em decorrência de reestruturação organizacional. Em 2016 refere-se a gastos com consultoria financeira e advocacia para o processo de venda do investimento da Neogrid N.A. na Trace One ocorrido em março de 2016.

#### 31. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Receitas Financeiras		
Varição cambial ativa	-	3.121
Receitas de aplicações financeiras	1.471	982
Juros recebidos	43	93
Juros sobre contratos com terceiros	78	-
Redução de Juros e Multa PERT (i)	1.572	-
Outras receitas financeiras	397	521
	<b>3.561</b>	<b>4.717</b>
Despesas Financeiras		
Varição cambial passiva	(660)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.878)	(11.783)
Despesas com IOF	(54)	(1.217)
Tarifas bancárias	(286)	(226)
Descontos e abatimentos financeiros	(174)	(312)
Juros e multa de mora	(17)	(217)
Juros sobre contrato de mútuo (ii)	(483)	(190)
Juros sobre contas a pagar aquisição de participações	-	(1.470)
	<b>(5.552)</b>	<b>(15.415)</b>

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Nesta rubrica estão contemplados os efeitos líquidos das atualizações, juros e multas, oriundos da adesão ao PERT;
- (ii) Corresponde a juros sobre contratos de mútuo com partes relacionadas.

#### 32. Lucro por ação

##### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferencias em circulação durante o exercício.

##### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais com efeitos diluidores.

Lucro por ação	Básico		Diluído	
	2017	2016 apresentado (Nota 1.3)	2017	2016 apresentado (Nota 1.3)
Número de ações (em milhares)	162.101	162.516	162.101	162.516
Média ponderada ações (em milhares)	162.307	100.156	162.307	100.156
Resultado do exercício	7.797	(24.819)	7.797	(24.819)
Lucro/(prejuízo) por ação (em reais)	0,048	(0,2478)	0,048	(0,2478)

#### 33. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

##### a) Venda de imobilizado

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)
Valor contábil líquido (Nota 16)	(5)	73
Lucro da alienação de imobilizado	6	15
Valores recebidos na alienação de imobilizado	1	88

##### b) Reconciliação da dívida líquida

	Consolidado	
	2017	2016 Reapresentado (Nota 1.3)

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos de curto prazo	6.280	3.800
Empréstimos de longo prazo	<u>23.335</u>	<u>3.328</u>
Total da dívida	29.615	7.128
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.870)</u>	<u>(12.810)</u>
Dívida líquida	<u>11.745</u>	<u>(5.682)</u>

#### 34. Cobertura de seguros

A Administração Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Natureza</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Segurança Virtual	“Cyber Attack”	R\$ 82.700
Imobilizado e prédio locado	Incêndio, raio, outros	R\$ 14.531
Administrativa	Responsabilidade Civil	R\$ 12.924

#### 35. Eventos subsequentes

Em 25 de Outubro de 2018 a Neogrid Informática Ltda. adquiriu 82,26% de participação na Accera Sistemas Estratégicos Ltda “Accera”, pelo valor de R\$ 127.498, a ser pago da seguinte forma: R\$ 25.000 a título de sinal na data da aquisição; a 1ª parcela no valor de R\$ 17.499 paga na data do fechamento ocorrida em 29/11/2018, corrigida pelo CDI desde a data da aquisição; a 2ª parcela no valor de R\$ 42.499 a ser paga no dia do primeiro aniversário da data de fechamento, ou seja, em 29/11/2019, corrigida pelo CDI desde a data da aquisição; e a 3ª parcela no valor de R\$ 42.500 a ser paga em 29/11/2020, corrigida pelo CDI desde a data da aquisição. Como garantia aos pagamentos da 2ª e 3ª parcelas, a Neogrid apresentou cartas de fiança bancária emitidas pelo Banco do Brasil.

A Accera, com sede na cidade de São Leopoldo-RS, é uma empresa de desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda e sua aquisição tem como estratégia a consolidação do mercado das soluções de a gestão da cadeia de suprimentos, assim como, sinergias e integrações de produtos, tecnologias, como cloud, e, de pessoas.

Em 29 de novembro de 2018 a Neogrid Participações S.A. adquiriu os demais 17,74% de participação na Accera, através de troca de ações, com emissão de 9.622.078 ações da Neogrid Participações, correspondentes a 5,6%, a seis acionistas vendedores.

Para os detentores das 9.622.078 ações da Neogrid Participações, foi firmado em 29/11/2018 pelo YAFO Fundo de Investimentos em Participação Multiestratégia (“YAFO”), um Contrato de Opção de Venda de Ações, garantindo aos outorgados o direito de vender as referidas ações pelo preço total de R\$ 27.502 corrigidas pelo CDI desde 29/11/2018.



## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

A opção de venda de ações que poderia ser exercida por cada um dos referidos acionistas outorgados entre 27/05/2019 a 30/11/2020, através de notificação por escrito de no mínimo 90 dias da data de exercício da opção pretendida, foi notificada em 25/10/2019 e com exercício a partir de 25/01/2020 a ser pago em seis parcelas mensais, cujos pagamentos foram realizados no período de 17/01/2020 a 31/08/2020 após renegociação/postergação do pagamento das duas últimas parcelas em função da pandemia do Coronavírus.

Para três dos acionistas houve repactuação da opção de venda após terem sido liquidadas as três primeiras parcelas, permanecendo com 50% das suas ações do plano de opção de venda (479.551 ações).

Em 31 de dezembro de 2018 a Neogrid Informática S.A., a Neogrid Software S.A. e a Accera Sistemas Estratégicos S.A. foram convertidas de: S.A. para: LTDA.

Em 31 de agosto de 2019 a Neogrid Participações S.A. transferiu os 17,74% de sua participação na Accera para a Neogrid Informática Ltda, passando esta, a deter 100% de participação na Accera.

Em 02 de setembro de 2019, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu sua controlada Accera, passando a assumir todos os direitos e obrigações da incorporada.

Em 19 de setembro de 2019 foi celebrado o Instrumento de Escritura da 1º. Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Neogrid Participações S.A., entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (Agente Fiduciário), de 110.000 (cento e dez mil) Debêntures no valor total de R\$ 110.000 - Código ISIN: BRNGRDDBS005, com emissão no dia 01 de outubro de 2019, cujos valores foram destinados ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática Ltda. em favor do Banco do Brasil, além da antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera em decorrência da aquisição desta.

As debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses, a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2024, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado total ("Data de Vencimento"). A taxa de remuneração das debêntures é de 2,75% a.m. + CDI.

Banco Depositário: Banco do Brasil S.A.

Este contrato prevê a necessidade de manutenção de uma relação de covenant "Dívida Financeira Líquida (\*) / EBITDA" menor que 3,8 X em 2019 e 2,5 X a partir de 2020, onde:

Determinado em contrato que (\*) Dívida Financeira Líquida = Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo (Instituições Financeiras e/ou Debêntures) – Disponível (Caixa, Numerários em Trânsito, Conta Movimento em Bancos e Aplicações Livres).

Em dezembro de 2019 o resultado foi de uma dívida líquida financeira correspondente a 2,13 o EBITDA do período.

Em 30 de dezembro de 2019 a Neogrid N.A. LLC alienou 100% de sua participação na subsidiária Neogrid AP Inc, localizada no Japão, transformando-se em um canal de distribuição com a Companhia com contrato firmado em janeiro de 2020.

## **NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Em 20 de janeiro de 2020, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nessa data, a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra do total até 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e uma mil e trezentas e trinta) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados diretores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedade sob seu controle, em um período de 4 (quatro) anos contados a partir da aprovação da criação do capital autorizado para fins do Plano, também aprovado nessa mesma AGE.

Em 01 de julho de 2020, a Neogrid Informática Ltda. incorporou e extinguiu a Neogrid Software Ltda., aumentando seu capital social no valor do patrimônio líquido da Neogrid Software Ltda., assumindo todos os direitos e obrigações da incorporada.

Em junho de 2020 foi iniciado o processo de incorporação da Neogrid Netherlands BV pela Neogrid Netherlands Holding BV, com a extinção da incorporada, cujo processo foi concluído em 03 de setembro de 2020. No mesmo processo de incorporação, a Neogrid Netherlands Holding BV teve sua razão social alterada para Neogrid Netherlands B.V passando a ser empresa operacional.

Entre os dias 09 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal “A Notícia” de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado (“Novo Mercado”); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

#### **Impactos causados pela pandemia da Covid-19**

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

## NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

- (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores;
- (ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades;
- (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e
- (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do Coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo a receita operacional afetada em aproximadamente 1% da receita anual. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto nos covenants.

\*\*\*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Índice

### 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

### 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

### 3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	15
3.7 - Nível de Endividamento	16
3.8 - Obrigações	17
3.9 - Outras Informações Relevantes	18

### 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	50
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	55
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	56
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	57
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	58
4.7 - Outras Contingências Relevantes	59

## Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	60
<b>5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos</b>	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	61
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	68
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	71
5.4 - Programa de Integridade	77
5.5 - Alterações significativas	81
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	82
<b>6. Histórico do Emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	83
6.3 - Breve Histórico	84
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	85
6.6 - Outras Informações Relevantes	86
<b>7. Atividades do Emissor</b>	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	87
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	93
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	94
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	96
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	110
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	111
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	116
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	118
7.8 - Políticas Socioambientais	119
7.9 - Outras Informações Relevantes	120
<b>8. Negócios Extraordinários</b>	
8.1 - Negócios Extraordinários	121
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	122



## Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	123
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	124
<b>9. Ativos Relevantes</b>	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	125
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	126
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	127
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	139
9.2 - Outras Informações Relevantes	141
<b>10. Comentários Dos Diretores</b>	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	142
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	170
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	173
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	174
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	176
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	180
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	181
10.8 - Plano de Negócios	182
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	185
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	186
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	187
<b>12. Assembléia E Administração</b>	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	188
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	199
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	204
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	207

## Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	208
12.7/8 - Composição Dos Comitês	214
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	216
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	217
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	219
12.12 - Outras informações relevantes	220

### 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	223
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	230
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	234
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	236
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	239
13.6 - Opções em Aberto	240
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	241
13.8 - Precificação Das Ações/opções	242
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	244
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	245
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	246
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	248
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	249
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	250
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	251
13.16 - Outras Informações Relevantes	252

### 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	255
---------------------------------------	-----

## Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	257
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	258
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	259
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	260
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	261
15.3 - Distribuição de Capital	269
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	270
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	271
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	272
15.7 - Principais Operações Societárias	273
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	274
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	275
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	277
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	279
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	282
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	283
17.2 - Aumentos do Capital Social	284
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	285
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	286
17.5 - Outras Informações Relevantes	287
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	288

## Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	289
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	290
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	291
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	292
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	295
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	296
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	297
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	298
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	299
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	300
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	301
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	302
<b>19. Planos de Recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	305
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	306
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	308
<b>20. Política de Negociação</b>	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	309
20.2 - Outras Informações Relevantes	310
<b>21. Política de Divulgação</b>	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	311
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	313
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	315
21.4 - Outras Informações Relevantes	316

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Thiago Grechi**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

**1.1 – Declaração do Diretor Presidente**

**Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez**, mexicano, casado, economista, com endereço profissional na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 4º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V579187-W, expedida pela CGPI/DIREX/DPF e inscrito no inscrito no Cadastro de Pessoa Física (“CPF”) sob nº 233.589.278-90, na qualidade de Diretor Presidente da **Neogrid Participações S.A.**, sociedade anônima com sede na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (“CNPJ”) sob nº 10.139.870/0001-08 (“Companhia”), declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

  
\_\_\_\_\_  
**Eduardo Victor Luis Ragasol Alvarez**  
Diretor Presidente

**1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

**Thiago Grechi**, brasileiro, casado, contador, com endereço profissional na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, na Avenida Santos Dumont, nº 935, 4º andar, Bairro Santo Antônio, CEP 89218-105, portador da Cédula de Identidade RG nº 2060411754 SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 934.537.870-72, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



\_\_\_\_\_  
**Thiago Grechi**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

### **1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**

#### **1.3 – Identificação dos responsáveis**

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.



**2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM		
<b>Código CVM</b>	287-9		
<b>Tipo auditor</b>	Nacional		
<b>Nome/Razão social</b>	Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes		
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20		
<b>Data Início</b>	18/09/2020		
<b>Descrição do serviço contratado</b>	<p>Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, todas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS) aplicáveis; (ii) revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas contidas nos Formulários de Informações Trimestrais – ITR, referente aos períodos de três, seis e nove meses encerrados em 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020; (iii) revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019; e (iv) emissão de carta de conforto em conexão com oferta pública de ações no Brasil e emissão de carta de conforto em conexão com oferta privada de ações no exterior para investidores qualificados.</p> <p><b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b></p> <p>1. Serviços de auditoria descritos no item (i) acima: R\$ 885.000,00.  2. Serviço de revisão das informações intermediárias descritos nos itens (ii) e (iii) acima: R\$ 135.000,00.  2. Serviços adicionais descritos no item (iv) acima: R\$ 1.100.000,00.</p> <p><b>Justificativa da substituição</b>  Não Aplicável</p> <p><b>Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor</b>  Não Aplicável</p>		
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>DATA_INICIO_ATUACAO</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço</b>
Leandro Sidney Camilo da Costa	18/09/2020	174.820.538-24	Rio Branco, 847, sala 401, Centro, Florianópolis, SC, Brasil, CEP 88015-205, Telefone (48) 32120236, e-mail: leandro.camilo@pwc.com

## **2.3 - Outras Informações Relevantes**

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido evidenciadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)</b>	<b>Exercício social (31/12/2019)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>
Patrimônio Líquido	137.186.007,00	137.289.076,00	130.320.724,00	113.987.194,00
Ativo Total	335.494.816,00	333.783.192,00	345.868.385,00	200.301.037,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	154.525.333,00	207.098.963,00	177.027.792,00	163.700.730,00
Resultado Bruto	101.666.099,00	145.143.133,00	121.403.003,00	107.221.637,00
Resultado Líquido	8.579.496,00	8.653.507,00	11.925.777,00	7.797.786,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	154.281.000	170.263.458	171.789.083	162.101.395
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,889200	0,806330	0,758600	0,703180
Resultado Básico por Ação	0,047500	0,051000	0,073000	0,048000
Resultado Diluído por Ação	0,05	0,05	0,07	0,05

## 3.2 - Medições Não Contábeis

### 3.2 - Medições não contábeis

#### a. Valor das medições não contábeis

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“Instrução CVM 527”) e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou como medidas de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medidas de liquidez. O EBITDA e a margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valores em R\$ mil	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
<b>EBITDA</b>	34.630	28.419	44.929	28.905	17.579
<b>Margem EBITDA (%)</b>	22,4%	18,3%	21,7%	16,3%	10,7%

#### - Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

O endividamento bruto da Companhia é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante).

O endividamento líquido da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa.

O grau de alavancagem, uma medida também não contábil, é apurado pela fórmula: endividamento líquido / (endividamento líquido + patrimônio líquido).

O endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem não são indicadores do desempenho financeiro da Companhia reconhecidas pelo IFRS, nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente. O endividamento bruto, líquido e o grau de alavancagem não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

### 3.2 - Medições Não Contábeis

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes ao endividamento bruto e líquido e grau de alavancagem.

Valores em R\$ mil	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2018	2017
<b>Endividamento bruto</b>	112.295	116.198	47.283	29.615
<b>Endividamento líquido</b>	76.097	91.290	29.034	11.745
<b>Grau de alavancagem</b>	35,7%	39,9%	18,2%	9,3%

#### b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

##### - EBITDA e Margem EBITDA

Conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA:

Valores em R\$ mil	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	8.579	5.284	8.654	11.926	7.797
(+) Imposto de renda e contribuição social	5.601	2.990	5.008	5.832	2.229
(+) Despesas financeiras, líquidas	8.595	9.980	15.114	4.199	1.991
(+) Depreciação e amortização	11.855	10.165	16.153	6.948	5.562
<b>EBITDA</b>	<b>34.630</b>	<b>28.419</b>	<b>44.929</b>	<b>28.905</b>	<b>17.579</b>
Receita operacional líquida	154.525	155.141	207.099	177.028	163.701
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>22,4%</b>	<b>18,3%</b>	<b>21,7%</b>	<b>16,3%</b>	<b>10,7%</b>

##### - Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem

Conciliação dos endividamentos bruto e líquido e do grau de alavancagem:

Valores em R\$ mil	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social findo em 30 de dezembro de	
	2020	2019	2018	2017
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Circulante	26.947	18.678	5.777	6.280
Não circulante	85.348	97.520	41.506	23.335
<b>Endividamento bruto</b>	<b>112.295</b>	<b>116.198</b>	<b>47.283</b>	<b>29.615</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	36.198	24.908	18.249	17.870
<b>Endividamento líquido</b>	<b>76.097</b>	<b>91.290</b>	<b>29.034</b>	<b>11.745</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>137.186</b>	<b>137.289</b>	<b>130.320</b>	<b>113.987</b>
<b>Grau de alavancagem</b>	<b>35,70%</b>	<b>39,94%</b>	<b>18,22%</b>	<b>9,34%</b>

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### **c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia**

##### **- EBITDA e Margem EBITDA**

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia ressalta que o EBITDA é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), este não deve ser utilizado como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substituto para o lucro líquido; ou (iii) indicador de liquidez.

##### **- Endividamentos bruto e líquido e grau de alavancagem**

A Companhia entende que o endividamento bruto, o endividamento líquido e o grau de alavancagem são medições que contribuem para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento bruto e o endividamento líquido são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento bruto e o endividamento líquido não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não devem ser utilizadas como substituto para o fluxo de caixa.

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

#### 3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao período de 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 15 de outubro de 2020.

#### Abertura de Capital

Foi verificado o seguinte evento subsequente, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09:

Entre os dias 09 a 14 de outubro de 2020, foi publicado no DIOESC - Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e no Jornal "A Notícia" de Joinville-SC, Edital de Convocação dos acionistas da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 14h00 do dia 19 de outubro de 2020, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do cancelamento de ações de emissão da Companhia mantidas atualmente em tesouraria; (ii) a conversão de 1.519.729 (um milhão, quinhentos e dezenove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, de emissão da Companhia, em ações ordinárias; (iii) alteração do artigo 5º do Estatuto do Social em razão das alterações propostas nos itens (i) e (ii); (iv) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (v) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; (vii) a reeleição e eleição, conforme o caso, de membros do Conselho de Administração da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, e consignação da condição de seus membros independentes; e (viii) a autorização aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

#### Capital autorizado

Em 19 de outubro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia ficou autorizada a aumentar seu capital social em até R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

#### Impactos causados pela pandemia da Covid-19

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

(i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores;

(ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via home office para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades;

(iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e

(iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

### 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou, durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do Coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser *Software as a Service* - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto nos *covenants* previstos em seus contratos financeiros.

Reiteramos que a Companhia avalia constantemente todos os riscos aos quais a Companhia está exposta, no âmbito dos riscos de mercado, assim como todos os fatores de riscos identificados no item "4.1 – Descrição dos fatores de risco". Adicionalmente, as medidas tomadas pela Companhia em reação à pandemia estão descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

#### Outorga de Opção de Ações

Em 19 de outubro de 2020, no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, foram outorgadas novas opções que dão direito aos seus beneficiários de adquirir 1.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Até a data deste Formulário de Referência, foram exercidas opções de ações correspondentes a 7.005.439 de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Para mais informações sobre o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.



### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

#### 3.4 - Política de destinação dos resultados

Para mais informações sobre as regras e políticas de destinação dos resultados da Companhia a partir do exercício social corrente, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

	2019	2018	2017
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios sociais, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre o balanço do exercício revisado anualmente, quando tiver duração superior a 1 (um) exercício social.		
<b>a.i. Valores das retenções de lucros</b>	Reserva legal R\$ 433 mil; e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 7.953 mil.	Reserva legal R\$ 596 mil e Reserva de Retenção de Lucros R\$ 11.330 mil.	Reserva legal R\$ 252 mil e Utilização de Lucros do exercício de R\$ 1.472 mil para compensação de prejuízos acumulados.
<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Reserva legal: 5% Cancelamento de Ações tesouraria: 3,1% Reserva de Retenção de Lucros: 91,9%	Reserva legal: 5% Reserva de Retenção de Lucros: 95%	Reserva legal: 5% Reserva de Retenção de Lucros: 0%
<b>b. Regras sobre a distribuição de dividendos</b>	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei 6.404/76 e no Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário.		
<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	A distribuição de dividendos ocorre ao fim de cada exercício social. Para períodos inferiores, o Estatuto Social da Companhia, em seu Artigo 25, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição.		
<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo previsto a seguir, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia. A 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2019 impõe restrição à distribuição de dividendos: caso a Emissora e/ou Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Para mais informações sobre a debênture emitida pela Companhia, vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.		
<b>e. Política de destinação de resultados</b>	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.		

**3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	8.220.831,64	11.329.488,14	7.545.896,70
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	81,430000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	6,300000	9,150000	6,840000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	6.350.000,00
Lucro líquido retido	0,00	8.221.000,00	11.330.000,00	1.472.000,00
Data da aprovação da retenção		22/04/2020	29/04/2019	30/04/2018
<b>Lucro líquido retido</b>				
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00	0,00	0,00	
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>				
Ordinária				2.733.848,74
Preferencial				26.151,26
<b>Dividendo Obrigatório</b>				
Ordinária				3.555.984,41
Preferencial				34.015,59
				26/12/2017
				26/12/2017
				26/12/2017
				26/12/2017
				26/12/2017
				26/12/2017

### **3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas**

#### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores**

Não foram realizadas distribuições de dividendos à conta de lucros retidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017.

**3.7 - Nível de Endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de Endividamento</b>	<b>Índice de Endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>30/09/2020</b>	198.309,00	Índice de Endividamento	144,60000000		
<b>31/12/2019</b>	196.493,00	Índice de Endividamento	143,10000000		

**3.8 - Obrigações**

Út. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		294.239,00	0,00	0,00	0,00	294.239,00
Financiamento	Garantia Real		538.469,00	1.365.736,00	1.365.736,00	2.333.131,00	5.603.072,00
Títulos de dívida	Quirografárias		26.114.434,00	52.283.546,00	28.000.000,00	0,00	106.397.980,00
Total			26.947.142,00	53.649.282,00	29.365.736,00	2.333.131,00	112.295.291,00

**Observação**

As informações referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e correspondem a soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante. Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas que são garantidas somente por aval ou fiança foram enquadradas na categoria de espécie com garantia real. O Financiamento evidenciado na tabela acima refere-se aos financiamentos à produção da Companhia.

**Exercício social (31/12/2019)**

Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		13.744,00	1.308.830,00	1.365.736,00	2.845.282,00	5.533.592,00
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Quirografárias		18.662.068,00	48.000.000,00	44.000.000,00	0,00	110.662.068,00
Total			18.675.812,00	49.308.830,00	45.365.736,00	2.845.282,00	116.195.660,00

**Observação**

As informações referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e correspondem a soma dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante. Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas que são garantidas somente por aval ou fiança foram enquadradas na categoria de espécie com garantia real. O Financiamento evidenciado na tabela acima refere-se aos financiamentos à produção da Companhia.

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

#### **3.9 - Outras informações relevantes**

A Companhia é parte de contratos financeiros que contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross-default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross-acceleration*), que determinam que a ocorrência de um inadimplemento ou de um vencimento antecipado, conforme o caso, de dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos financeiros, permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas. Para mais informações sobre tais disposições, vide itens 4.1 e 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

*O investimento em ações da Companhia envolve um alto grau de risco. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.*

*Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.*

*Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.*

#### (a) Riscos relacionados à Companhia

***O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da COVID-19, declarada como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia. A extensão da pandemia da COVID-19, as respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeito adverso relevante nos negócios, na condição financeira, nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa da Companhia.***

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia. Tal declaração desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto da doença, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo as localidades em que os principais clientes da Companhia atuam, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população brasileira em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, incluindo um aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que o surto da doença diminuir, (ii) aumento do inadimplemento dos clientes da Companhia, (iii) redução do número de clientes da Companhia em razão de falências, (iv) aumento do ajuizamento de demandas individuais ou coletivas em face da Companhia objetivando a suspensão do registro de protestos e da inclusão dos nomes de devedores nos órgãos de proteção ao crédito, (v) mudanças significativas nos processos internos dos clientes da Companhia, que podem levar à redução ou à descontinuação do uso dos produtos da Companhia e (vi) substituição, por clientes da Companhia, dos produtos por ela oferecidos, por alternativas de menor custo de concorrentes emergentes. Todos esses fatores podem acarretar a diminuição da demanda pelos serviços e produtos oferecidos pela Companhia, bem como levar à necessidade de renegociação de contratos com clientes em termos desfavoráveis à Companhia, e conseqüentemente, afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá também enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais a Companhia está sujeita no âmbito dos instrumentos que regem seu endividamento. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive comprometer seu plano de expansão.

Após a diminuição do surto da COVID-19, a Companhia poderá ter impactos adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, fusões e aquisições ou falência de clientes, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer, resultando em uma diminuição do número de atuais e potenciais de clientes. Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Se ocorrer algum desses surtos, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 pode afetar negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção “4.1. Fatores de Risco”. Para mais informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

***A Companhia pode não conseguir acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de seu setor de atuação ou modernizar adequadamente sua infraestrutura tecnológica para desenvolver e integrar novos produtos e serviços e/ou aperfeiçoar seus atuais produtos e serviços, o que poderá afetar sua competitividade e causar um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros e operacionais.***

O mercado de sistemas de gestão de cadeia de suprimentos, principal mercado em que a Companhia atua em termos de receita, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Assim, os resultados da Companhia dependem de sua capacidade de prever e se adaptar em tempo hábil a tais transformações tecnológicas.

Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e de contratar serviços oferecidos pela Companhia, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A desatualização dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia em relação aos de seus concorrentes, poderá reduzir sua receita e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter um nível de investimento necessário para promover e/ou continuar a modernizar sua infraestrutura tecnológica de tratamento de dados ou que conseguirá incorporar as tecnologias necessárias em seus produtos e serviços de forma a conseguir manter seus clientes ou atrair novos clientes, o que poderá restringir a capacidade da Companhia de competir de maneira eficiente nos mercados em que atua e causar impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, por conseguinte, em seus resultados financeiros e operacionais.

***Incidentes de segurança cibernética podem resultar em falha do sistema de segurança da Companhia de proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede e impactar adversamente a Companhia resultando em perda substancial de seus negócios, na aplicação de sanções regulatórias, em responsabilização legal e/ou em danos à sua reputação.***

No curso normal de seus negócios, as atividades da Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais (incluindo dados financeiros, comerciais e pessoais de consumidores nos países onde opera). Assim, a segurança de suas redes e sistemas de tecnologia, a transmissão segura de informações confidenciais, o armazenamento seguro de tais dados, bem como o tratamento e a manutenção desses dados constituem elementos essenciais para as operações e estratégias de negócios da Companhia.

A Companhia opera em um ambiente de alto risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados que, têm como objetivo o acesso não autorizado às redes e sistemas de tecnologia de dados da Companhia, a dados confidenciais de clientes da Companhia, a manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia. A possibilidade de ocorrência de uma falha é exacerbada durante a pandemia de COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de home office para os funcionários da Companhia.

Qualquer acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware*, *phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia poderão impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a litígios significativos (que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização), multas regulatórias, outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, o que poderá resultar em dados adversos e significativos à sua reputação e a seus resultados operacionais.***

A Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com as consequências de um incidente de segurança cibernética, já que uma violação bem-sucedida aos seus sistemas, *softwares* ou *hardwares*, redes e sistemas de tecnologia de dados ou outros ativos tecnológicos, pode ocorrer e persistir por um longo período antes de ser devidamente detectada. Além disso, uma vez que tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, a Companhia poderá não conseguir desenvolver ou obter meios para a neutralização de tais incidentes em tempo hábil para evitar danos a seus produtos e à prestação de seus serviços.

As medidas que a Companhia deverá tomar para investigar e sanar incidentes de segurança cibernética podem exigir investimentos financeiros significativos e/ou ser insuficientes para repelir ou mitigar os efeitos do incidente, o que poderá causar danos de imagem à Companhia, bem como um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a conclusão de investigação de incidentes de segurança cibernética, com informações completas e confiáveis sobre o incidente, poderá levar tempo considerável não condizente com a velocidade necessária para o atendimento tempestivo, pela Companhia, a seus clientes e, durante as investigações, pode não ser reconhecida toda a extensão do dano ou a melhor forma de remediá-lo. A verificação de qualquer um dos referidos riscos poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

***Falhas nos sistemas de processamento ou em processos críticos dos sistemas automatizados da Companhia podem temporariamente interromper os negócios da Companhia, aumentando suas despesas e causando perdas e danos à sua reputação.***

Os negócios da Companhia dependem da capacidade da Companhia de tratar, processar, armazenar e transmitir dados de maneira eficiente e precisa, de efetuar com segurança o processamento, armazenagem e transmissão de dados confidenciais e outras informações nos sistemas e redes de computadores, bem como no regular funcionamento, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas de tecnologias digitais, de computadores, de serviços de e-mail, de *softwares* e de redes.

Qualquer falha no funcionamento dos sistemas e tecnologias acima mencionados, incluindo para tratamento de dados ou de gestão empresarial integrada utilizados pela Companhia, poderá afetar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia e a sua capacidade de competir de forma eficaz, bem como resultar em perdas financeiras, em responsabilidade legal, na aplicação de medidas regulatórias e danos à sua reputação, impactando adversamente de maneira relevante seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia também está sujeita ao risco de interrupção temporária nos sistemas automatizados que utiliza, inclusive em decorrência de eventos que estão fora de seu controle, dentre os quais estão: (a) falhas elétricas ou de telecomunicações; (b) colapsos nos sistemas abastecedores; (c) falhas nos sistemas automatizados ou outros eventos que afetem terceiros com os quais são realizados negócios; bem como (d) eventos atípicos relacionados a problemas sociais, políticos e desastres naturais, tais como greves, enchentes, abalos sísmicos, crises de abastecimento, bloqueio de vias de acesso, instabilidades geopolíticas, entre outros. A ocorrência de qualquer um dos referidos eventos poderá resultar em custos adicionais, paralisação das operações, imposição de multas contratuais e perdas de receita, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia determinados sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Mudanças nas leis tributárias podem aumentar a carga tributária da Companhia e, conseqüentemente, afetar adversamente a sua lucratividade.***

As legislaturas e autoridades fiscais nas jurisdições em que a Companhia opera promovem regularmente reformas nos regimes tributários e outros regimes de avaliação aos quais a Companhia e seus clientes estão sujeitos. Tais reformas incluem mudanças nas alíquotas de impostos e, ocasionalmente, promulgação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a finalidades governamentais designadas. Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, o que pode ter como consequência processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia. Os efeitos dessas mudanças e quaisquer outras alterações que resultem da promulgação de reformas tributárias adicionais ou na maneira como as leis tributárias atuais são aplicadas não podem ser quantificados e não há garantias de que essas reformas ou mudanças não tenham um efeito adverso sobre os negócios da Companhia.

***Uma queda nas receitas de serviços e das mensalidades geradas pelos sistemas de gestão de cadeia de suprimentos e serviços a eles relacionados oferecidos pela Companhia poderá resultar em impacto adverso relevante em seus fluxos de caixa e liquidez.***

A maior parte da receita da Companhia provém de mensalidades pela utilização de seus softwares (que correspondem à receita bruta de manutenção do uso dos softwares e royalties), as quais compuseram 91,47%, 90,85% e 91,09% da receita bruta operacional da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 respectivamente, e 95,1% da receita bruta operacional da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Caso a receita da Companhia advinda de taxas, assinaturas, contratações e mensalidades de seus produtos e/ou serviços diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por tais serviços e/ou produtos, ou ainda em razão de outros fatores como indisponibilidade da infraestrutura ou aplicações, fluxos de caixa e liquidez da Companhia poderão ser negativamente afetados de maneira relevante.

***Erros em predições ou decisões analíticas dos algoritmos da Companhia podem levar clientes ao erro em suas operações e ocasionarem processos judiciais e; ou outras sanções e impactos nos resultados.***

Eventuais erros cometidos por clientes por influência de indicadores, sugestões, sinalizações dos algoritmos utilizados pela Companhia, ou pela complexidade dos modelos, podem levar os clientes a tomarem decisões que afetem adversamente seus resultados, resultando em responsabilidade perante os clientes e demandas indenizatórias por eles movidas contra a Companhia, além de rompimentos contratuais, com consequências financeiras adversas para a Companhia, e também para sua a imagem perante o mercado.

***Os modelos, métodos de gestão e procedimentos adotados pela Companhia para o gerenciamento de riscos podem não ser efetivos ou suficientes para evitar a exposição da Companhia a riscos não categorizados ou imprevistos, o que poderá impactar adversamente sua reputação e seus resultados de forma relevante.***

O conjunto de procedimentos, políticas, processos e métodos utilizados pela Companhia para a gestão de riscos podem não identificar e capturar a exposição a riscos não categorizados ou imprevistos. Considerando o horizonte temporal empregado nas séries, os modelos estatísticos e as ferramentas de gestão utilizados pela Companhia podem não ser precisos na mensuração do capital necessário para a cobertura de fatores imprevisíveis ou não categorizados. Da mesma forma, os testes de estresse e as análises de sensibilidade, podem não identificar e capturar todos os possíveis impactos de tais fatores nos resultados da Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode incorrer, ainda, em perdas decorrentes de falhas, inadequações ou deficiências de seus processos internos, de seus funcionários e de sistemas ou eventos externos e imprevistos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por ela desenvolvidas. Portanto, eventuais perdas da Companhia poderão ser significativamente maiores do que as indicadas nos relatórios divulgados pela Companhia ao mercado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a imagem e reputação da Companhia, bem como sobre seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

***Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas em seus controles internos sobre relatórios financeiros e, se a Companhia deixar de implementar e manter controles internos eficazes sobre relatórios financeiros, poderá ser incapaz de relatar com precisão seus resultados operacionais, cumprir suas obrigações de reporte ou evitar fraudes. Falhas em seus sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevisíveis, que podem afetar adversamente seus negócios. Os controles internos, sistemas, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes.***

Em conexão com a revisão das demonstrações financeiras da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, os auditores independentes da Companhia comunicaram aos administradores da Companhia certas falhas que, individualmente ou em conjunto, indicam a existência de deficiências significativas em seus controles internos, conforme definido pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as deficiências significativas identificadas estão relacionadas principalmente (i) à rotina do processo de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) aos controles internos da Companhia para maior adesão aos princípios estabelecidos pelo COSO Framework; (iii) à ausência de políticas e procedimentos formais para mitigar os riscos de fraude e erro; (iv) à falta de controle interno da Companhia para monitoramento da realização da receita proveniente do contrato com a Totvs; e (v) a aspectos de aprimoramento identificados no ambiente de TI. Para obter mais informações, ver itens 5.3(d) e 5.3(e) deste Formulário de Referência.

Essas deficiências permanecem contínuas e não há garantias de que a Companhia conseguirá remediar essas deficiências em tempo hábil ou de qualquer maneira. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com eficácia seus controles internos, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Falhas ou ineficiências nos controles internos da Companhia, como aqueles identificados por seus auditores, podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, impedir de reportar tempestivamente seus resultados operacionais e afetar a confiança dos investidores na Companhia, o que pode impactar o preço de negociação de suas ações.

***Há risco de os registros de marcas da Companhia e suas subsidiárias serem questionados por terceiros ou expirarem caso o titular não tome as providências necessárias para garantir a vigência do registro junto ao INPI. Os pedidos de registro ainda não concedidos podem vir a ser indeferidos e não concedidos pelo INPI. Em ambos os casos, há o risco de geração de custos adicionais para a Companhia e impacto negativo na sua competitividade e seus negócios.***

A marca “Neogrid” é relevante para as atividades da Companhia e contribui para a manutenção de sua posição competitiva no mercado, sendo de titularidade de sua subsidiária Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social da Neogrid Informática Ltda.), conforme registros e pedidos de registros perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”). A Companhia também utiliza a marca “Neogrid” no exterior, cujos registros e pedidos de registros perante os órgãos competentes também são de titularidade da Neogrid Informática S.A. A Companhia também utiliza alguns nomes de domínio relevantes associados às marcas, bem como alguns programas de computador e de patente.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O INPI pode indeferir determinados pedidos de registro de marcas utilizadas pela Companhia de forma definitiva, impedindo a Companhia de utilizar tais marcas. A lista completa e descrição de eventuais efeitos da perda de direitos de propriedade intelectual da Companhia estão descritas nos itens 7.5 e 9.1(b) deste Formulário de Referência.

Em outras palavras, qualquer falha da Companhia em proteger os ativos de propriedade intelectual que utiliza pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais e, conseqüentemente, nos seus valores mobiliários.

***A Companhia poderá não ser bem-sucedida na execução de aquisições de empresas e/ou poderá estar exposta a responsabilidades sucessórias, não identificadas e/ou não identificáveis, em razão da conclusão de transações de aquisição de empresas, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante sua reputação e seus negócios.***

Fusões e aquisições são elementos importantes da estratégia de expansão da Companhia e a Companhia espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia pode incorrer em custos significativos nas transações para aquisição de empresas e, ainda assim, poderá não conseguir concluir tais aquisições ou, se conseguir concluí-las, estas podem não gerar os benefícios esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, dentre os quais (i) sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis, (ii) sua capacidade de obter recursos para financiar tais transações em condições favoráveis, e (iii) sua capacidade de integrar com sucesso os negócios adquiridos. Além disso, outros *players* do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que poderá aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

A Companhia não pode assegurar que será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir aquisições estratégicas de empresas. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, demorar mais do que o esperado em razão da dificuldade da Companhia para criar e implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes e para integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir a venda combinada de produtos, bem como para integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas empresas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas. Assim, a Companhia não pode garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia.

O crescimento por meio de aquisições também sujeita a Companhia ao risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas aos estabelecimentos, às sociedades adquiridas, a administração, suas atividades e/ou demandas judiciais incorridas anteriormente à aquisição. Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a situação financeira e a reputação da Companhia de forma negativa e, por conseguinte, causar efeito adverso relevante em seus resultados operacionais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, indenizações que a Companhia receba ou possa receber dos vendedores de empresas adquiridas, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de demandas judiciais e responsabilidades ou podem não ser cumpridas. Ademais, as garantias outorgadas em favor da Companhia no âmbito de transações de aquisição de empresas podem perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre o direito de indenização da Companhia e podem inexistir obrigações de reforço ou substituição de tais garantias. Por fim, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos relevantes à situação financeira, à reputação e aos negócios futuros da Companhia.

***O balanço patrimonial da Companhia inclui montantes significativos de ativos intangíveis. A redução do valor recuperável de uma parte significativa desses ativos pode afetar negativamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.***

Em 31 de dezembro de 2019, o balanço patrimonial da Companhia incluía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 235.022 mil, o que representava 70,4% do ativo total da Companhia naquela data. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía ativos intangíveis que totalizavam R\$ 228.115 mil, correspondente a 68,0% do ativo total da Companhia naquela data. Tais ativos consistem principalmente em ativos intangíveis de ágios e mais valia decorrentes de operações de fusões e aquisições.

Os ativos de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil, e os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* de ágio são realizadas pela Companhia anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos intangíveis que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Companhia efetua a avaliação de *impairment* com base em premissas, baseadas em estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estas premissas e estimativas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos da Companhia, dependendo do cenário de cada projeção. Para mais informações sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade de tais ativos, vide item 10.5 deste Formulário de Referência - Perda (*Impairment*) do ágio.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos seus ativos utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas da própria Companhia, como por exemplo, estimativas de previsibilidade de receita, custos, despesas ao longo da projeção dos fluxos de caixa além da definição de estrutura de capital para mensuração do custo médio ponderado do capital (taxa de desconto). Os fluxos de caixa futuros são descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital, que leva em conta fatores como: risco país, taxa de retorno livre de risco, prêmio pelo risco do investimento e custo do endividamento.

Além do risco inerente das estimativas de receitas, custos e despesas da própria Companhia não se materializarem no futuro, seja por erro humano, omissão profissional ou por efeitos externos adversos, a taxa de desconto também pode sofrer impactos derivados das mudanças dos fundamentos econômicos do cenário global, alterando o balizamento das expectativas de risco dos agentes econômicos. Movimentos de alta nas taxas de inflação, juros e risco país podem reduzir consideravelmente o valor recuperável de um ativo, sendo a Companhia, então, obrigada a ajustar seu balanço patrimonial e reconhecer uma perda por *impairment* no demonstrativo de resultados, afetando seu lucro contábil líquido.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma redução no valor recuperável (*impairment*) de uma parte significativa dos ativos intangíveis pode ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***O exercício das opções de compra no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações pelos seus beneficiários poderá promover a diluição dos demais acionistas da Companhia, bem como aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia.***

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano"). O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.859.327 ações, sendo que desse montante 1.800.000 foram outorgadas após a data das informações financeiras revisadas da Companhia relativas ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 e, portanto, tais informações financeiras não refletem tal outorga. Após as outorgas, um dos Beneficiários titular de opções correspondentes a 53.888 ações solicitou o seu desligamento da Companhia e, portanto, perdeu o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, restam opções correspondentes a 122.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano e 1.800.000 ações podem ser emitidas no âmbito das opções já outorgadas e não exercidas. O exercício dessas opções após a Oferta poderá promover a diluição dos demais acionistas.

Caso essas opções sejam exercidas após a Oferta, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta sofrerão uma diluição imediata no valor de seu investimento de 0,33% (considerando todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano).

Essa hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, considera (i) a emissão de 94.000.000 Ações no âmbito da Oferta, pelo preço por ação de R\$6,38 (que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa) e após a dedução das comissões e despesas devidas; e (ii) o exercício de todas as opções outorgadas ou passíveis de outorga no âmbito do Plano que não tenham sido exercidas na data deste Formulário de Referência (conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência), correspondentes a até 1.922.003 ações de emissão da Companhia ao preço de R\$3,97 por ação.

Ademais, uma vez exercidas as opções e decorridos os seus respectivos períodos de restrição de venda, as ações transferidas para os beneficiários não estarão sujeitas a qualquer restrição de venda (*lock-up*) e, portanto, poderão ser livremente negociadas pelos beneficiários a qualquer tempo.

A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode aumentar a volatilidade das ações de emissão da Companhia e afetar adversamente o seu valor de mercado ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

Além disso, o exercício das Opções no âmbito do Plano pelos seus beneficiários poderá gerar despesa total estimada com as Opções exercidas durante o exercício social corrente, considerando o valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, em montante de R\$ 5,0 milhões, e, portanto, o reconhecimento de tal despesa poderá causar um impacto adverso no resultado da Companhia relativas ao exercício social corrente. Deste montante, o correspondente a R\$1,4 milhão foi reconhecido no resultado do exercício até 30 de setembro de 2020.

Para mais informações sobre o Plano e os períodos de *lock-up*, vide item 13 deste Formulário de Referência.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Os interesses dos diretores e dos principais executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de sua emissão, uma vez que participem do Plano de Outorga de Ações, o que pode afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo da Companhia.***

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 ações. Até a data deste Formulário de Referência, haviam sido outorgadas opções correspondentes a 8.859.327 ações, sendo que desse montante 1.800.000 foram outorgadas após a data das informações financeiras revisadas da Companhia relativas ao período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 e, portanto, tais informações financeiras não refletem tal outorga. Após as outorgas, um dos Beneficiários titular de opções correspondentes a 53.888 ações solicitou o seu desligamento da Companhia e, portanto, perdeu o direito de exercer tal opção de compra. Até a data deste Formulário de Referência foram exercidas opções correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os diretores e principais executivos que participam ou que venham a participar do Plano de Outorga de Ações terão seu potencial ganho vinculado ao maior valor de mercado das ações da Companhia. O fato de tais diretores e principais executivos participarem do referido Plano pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e executivos a conduzir as atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses da Companhia e dos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo, o que poderá afetar negativamente o plano estratégico de longo prazo e, conseqüentemente, a Companhia.

Para mais informações sobre o plano de opção de compra de ações da Companhia e sobre a remuneração variável dos diretores da Companhia ver os itens 13.3 e 13.4 deste Formulário de Referência.

***A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.***

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia, sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação, a implementação de seu plano de crescimento e a implementação de sua estratégia no setor de gestão e análises de dados e identificação e exploração de novos produtos, tecnologias e oportunidades de negócio, depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. Há carência no mercado de profissionais especializados no setor de atuação da Companhia e alta demanda por profissionais qualificados, de forma que o mercado para tais profissionais tem forte concorrência, o que pode levar à elevação exacerbada dos custos com pessoal, ou mesmo indisponibilidade de profissionais na quantidade necessária. Além disso, profissionais especializados podem ser atraídos por concorrentes, o que pode acarretar fortalecimento de concorrentes ou a formação de novos concorrentes.

Haja vista que a competição por funcionários altamente qualificados é intensa, a Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.



#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.***

As políticas e as estruturas para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos foram implementadas recentemente pela Companhia no âmbito de sua oferta pública inicial de ações, sendo que algumas delas ainda não estão plenamente estruturadas.

Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. Além disso, no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.***

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e de seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar a continuidade ou a rentabilidade de linhas de serviços já estabelecidas pela Companhia, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados e, por conseguinte, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação.

Haja vista que o valor de provisões da Companhia em relação a essas questões é e poderá ser inferior ao valor total das reivindicações feitas contra ela, não há garantia de que a decisão final dessas questões não excederá as provisões atualmente acumuladas pela Companhia. Decisões desfavoráveis à Companhia e/ou aos seus administradores em processos judiciais e administrativos podem resultar, inclusive, em danos reputacionais à Companhia, além de ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Ademais, caso existam contingências advindas das aquisições que podem vir a ser realizadas como parte da estratégia de crescimento da Companhia, estas poderão prejudicar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia.

Para mais informações acerca das ações judiciais, administrativas e arbitrais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia e poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios.***

A Companhia está sujeita a riscos para os quais não possui cobertura de seguros, tais como: guerra civil, caso fortuito, atos terroristas, força maior ou interrupção de certas atividades (incluindo certos riscos que podem ocorrer em decorrência dos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19), dentre outros. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas atuais apólices de seguro da Companhia e de sua subsidiária Neogrid Europe Ltd., cujas principais são relativas ao Compreensivo Empresarial, Responsabilidade Civil Geral, Indenização Profissional e Segurança Cibernética descritas no item 5.5 deste Formulário de Referência (compreendendo coberturas que aproximadamente variam de R\$30.000,00 a, aproximadamente, R\$35.000.000,00), bem como do seguro D&O, cuja descrição se encontra no item 12.11 deste Formulário de Referência, pode ser inadequada ou insuficiente, podendo implicar em reembolso menor do que o esperado. Assim, a Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode afetar adversamente as receitas, despesas, imagem e negócios da Companhia.

Uma vez que as atividades desenvolvidas pela Companhia estão vinculadas à gestão e análise de dados pessoais e confidenciais, a Companhia poderá ser impactada negativamente pela ausência de cobertura securitária para riscos cibernéticos. Eventuais ataques cibernéticos poderão causar vazamentos de informações ou violações de bases de dados, resultando em perdas para as quais a Companhia não contratou proteção adequada.

A cobertura de risco da Companhia de acordo com as apólices de seguro vigentes nesta data poderá ser inadequada ou insuficiente para eventos não cobertos por tais apólices de seguro, o que poderá causar um revés financeiro para a reparação dos ativos afetados e comprometer os investimentos da Companhia. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

Além disso, a Companhia não pode garantir que no futuro conseguirá manter suas apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, o que poderá gerar maiores custos à Companhia, e, conseqüentemente, afetar adversamente seus negócios. A Companhia também poderá ser responsabilizada por indenizar terceiros em relação a qualquer acidente ou evento, haja vista que não contratou, até a presente data, uma apólice de seguro de responsabilidade civil geral.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.***

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide itens 3.7, 10.1(f), e 18.5 deste Formulário de Referência

***A Companhia pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro. Esta captação de recursos adicionais poderá se dar por meio de emissão de valores mobiliários referenciados em ações ordinárias, o que poderá afetar o preço das ações ordinárias e resultar em diluição do valor econômico do investimento dos investidores e da participação do investidor no capital social da Companhia.***

Os detentores das ações ordinárias de emissão da Companhia poderão sofrer pela alteração no preço das ações ordinárias, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores em seu capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de sua emissão.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***O código de conduta da Companhia e os seus procedimentos internos, podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, prevenção à lavagem de dinheiro e fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que atuam no interesse e benefício da Companhia. Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.***

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilícitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Além disso, a Companhia está sujeita às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os procedimentos internos atuais da Companhia, podem não ser suficientes para assegurar que todos os seus administradores, colaboradores, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem no interesse e benefício da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção que a Companhia está sujeita.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com seus princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, conforme alterada (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Atualmente a Companhia não conta com um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro e está sujeita às seguintes sanções, na hipótese de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: (i) advertências; (ii) multa monetária variável (a) não superior ao dobro do valor da operação em questão ou ao dobro do lucro auferido ou que seria presumivelmente auferido com a realização da operação ou (b) no valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (iii) a revogação ou suspensão de seus alvarás de funcionamento e (iv) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento. A aplicação de qualquer uma dessas sanções à Companhia poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

***A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro para financiar sua estratégia de crescimento. Tal financiamento poderá estar indisponível ou apenas estar disponível em termos e condições desfavoráveis para a Companhia.***

Com relação à sua estratégia de crescimento, a Companhia precisa de montantes significativos de capital para financiar seus projetos futuros, bem como as despesas que são incorridas para manutenção de suas operações.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se os fluxos de caixa advindos das operações da Companhia não forem suficientes para atender às suas necessidades de capital e financiar suas iniciativas e estratégias de crescimento, a Companhia poderá ser obrigada a captar recursos adicionais, inclusive por meio de financiamentos futuros ou ofertas públicas de valores mobiliários, incluindo ações de emissão da Companhia e títulos (incluindo valores mobiliários) conversíveis em tais ações.

Financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que conseguirá ter acesso a capital adicional. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinaranciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

***A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão, o que pode afetar adversamente o preço dessas ações.***

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de seu estatuto social. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

***Os contratos financeiros da Companhia e de determinada subsidiária contam com cláusulas restritivas (covenants). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode causar o vencimento antecipado das dívidas contraídas pela Companhia e/ou por sua subsidiária, o que pode ter um efeito negativo para a Companhia.***

A Companhia e a Neogrid Informática estão sujeitas a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos contratos de financiamento e dos documentos que formalizam seus títulos de dívida e/ou garantias, que incluem disposições de vencimento antecipado caso sejam verificadas determinadas situações, como alteração da composição do capital social da tomadora, contratante ou da devedora solidária, conforme o caso, eventuais mudanças ou transferência, a qualquer título e forma, do controle acionário da Companhia, sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária e descumprimento dos índices financeiros previstos em tais instrumentos, entre outras. Além disso, tais contratos possuem cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*).

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso a Companhia ou sua subsidiária não cumpram com os *covenants* previstos em tais contratos financeiros, e caso a Companhia ou sua subsidiária não seja capaz de obter os consentimentos necessários para a não declaração de seu vencimento antecipado, inclusive para realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, a Companhia ou suas subsidiárias poderão ser obrigadas a efetuar o pagamento de determinadas dívidas de forma antecipada, gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata.

O vencimento antecipado e o vencimento antecipado cruzado de um montante relevante do saldo de tais instrumentos poderão consumir um valor significativo do caixa da Companhia e ter um efeito adverso relevante sobre esta. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, veja os itens 3.8 e 10.1“f” deste Formulário de Referência.

**(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia**

***Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.***

Os acionistas controladores da Companhia detêm a maioria do capital votante e após a conclusão da oferta, continuarão a deter o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido.

**(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos cuja origem sejam seus acionistas.

**(d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não está exposta a riscos cuja origem sejam suas controladas e coligadas.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

***A Companhia depende de prestadores de serviços de back office e de tecnologia da informação para realizar suas atividades. Qualquer interrupção na prestação de serviço por tais prestadores ou a incapacidade da Companhia em manter a contratação de tais serviços em termos e condições favoráveis à Companhia poderá adversamente impactar seus negócios e sua situação financeira.***

Os sistemas de *back office* e de tecnologia da informação da Companhia são complexos e fornecidos por terceiros, quais sejam links de internet para clientes, telefonia fixa e móvel, aplicativos e diversos *softwares* de operação da produção da Companhia, banco de dados e ambiente de nuvem para armazenamento (*cloud services*), sistema de manutenção dos servidores remotamente, manutenções dos *Firewalls 4800*, soluções para gestão de relacionamento com o cliente – CRM, monitoramento dos serviços de produção e infraestrutura, manutenção da ferramenta JIRA (controle os atendimentos e visibilidade sobre status de cada chamado/atendimento da Companhia), sistema de armazenamento de certificados de clientes (fiscal), equipamentos e sistemas de *firewall* de produção, entre outros). As operações e, conseqüentemente, os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados caso ocorra qualquer interrupção no fornecimento desses serviços, seja em razão de falhas, inclusive aquelas relacionadas à obtenção de consentimento de terceiros ou licenças para a propriedade intelectual utilizadas no equipamento ou *software* que fabricam ou utilizam, e/ou de descumprimento por parte desses prestadores de serviços de suas obrigações perante a Companhia.

Adicionalmente, se a Companhia não for capaz de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderá ter dificuldades na integração dos sistemas a novos prestadores, o que pode gerar problemas operacionais. Ainda, a Companhia pode não ser capaz de realizar a substituição desses prestadores de serviços em tempo hábil ou de evitar falhas no período de transição, o que também pode impactar adversamente as operações da Companhia.

***A perda do relacionamento e/ou falência de determinados fornecedores essenciais podem impactar a continuidade das operações da Companhia, podendo causar efeitos negativos e relevantes em seus resultados.***

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade de suas atividades e para a oferta de produtos e prestação de serviços a seus clientes, dentre os quais destacam-se *Embratel, Vivo, Opervices TI, Software AG, Level 3, Neogrid Datacenter, Equinix, Livechat, Logmein, Comparex, Compugraf, HP, Microstrategy, Ecore, NF-E (Dinamo), AWS e Microsoft*. Os serviços de armazenamento, manutenção, links de internet, e os produtos que a Companhia utiliza em decorrência de contratação ou aquisição junto a seus parceiros *Dell Computadores e Sercompe* são fundamentais para a continuidade das atividades da Companhia. Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços destes fornecedores, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, podendo afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade dos produtos ou serviços da Companhia.

A existência de fornecedores de serviços essenciais às operações da Companhia pode gerar um grau de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente a qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço por tais fornecedores. Caso tais fornecedores ou prestadores de serviços apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometa o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente e de forma relevante em seus resultados, sua reputação junto aos clientes e ao mercado e em seu percentual de retenção de clientes.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Os fornecedores da Companhia estão sujeitos a ataques cibernéticos e violações de segurança e privacidade, o que pode gerar um impacto negativo relevante na Companhia.***

Os negócios dos fornecedores da Companhia incluem o armazenamento e o processamento de dados pessoais e confidenciais de clientes, inclusive de informações financeiras. Partes não autorizadas podem conseguir obter acesso aos seus sistemas de informação por diferentes formas, dentre eles, por meio de ataques de *hackers* aos sistemas de informação ou por meio da indução de seus empregados, clientes, parceiros ou outros usuários de seus sistemas. Assim, tais partes não autorizadas podem, indiretamente, obter acesso a dados pessoais dos clientes da Companhia.

Qualquer violação dos sistemas de segurança dos fornecedores da Companhia poderá ter um efeito negativo sobre a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente a prestação dos serviços pela Companhia e, conseqüentemente, o seu negócio. Os ataques cibernéticos aos fornecedores da Companhia podem também resultar na paralisação dos sistemas operacionais da Companhia ou na indisponibilidade temporária ou permanente dos seus serviços, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de prover serviços aos seus clientes e, por conseguinte, impactar adversamente seus resultados operacionais. Em razão da pandemia da COVID-19, nossos fornecedores aumentaram o número de funcionários trabalhando remotamente, o que pode resultar em aumento na indisponibilidade dos respectivos sistemas, falhas generalizadas do sistema de segurança e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo a apropriação indevida, perda ou divulgação não autorizada de dados pessoais e/ou informações confidenciais, bem como qualquer falha ou não cumprimento de leis, políticas ou padrões da indústria sobre privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, pode prejudicar as operações e a reputação da Companhia, bem como pode resultar em violação às normas de sigilo bancário, ao direito de privacidade, segurança de dados e outras normas aplicáveis, e resultar em exposição a contingências judiciais e financeiras significativas, além de danos causados por publicidade negativa e perda de confiança dos clientes, impactando adversamente os negócios da Companhia.

***Determinados produtos e serviços oferecidos pela Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais términos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou sujeitar a Companhia ao pagamento de taxas de licenciamento mais altas, o que poderá afetar sua reputação, sua condição financeira e seus resultados.***

Enquanto a Companhia continuar a utilizar softwares, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas de terceiros (cujos principais são Microsoft Azure Cloud, Microsoft SQL Server, Microsoft Visual Studio; Microsoft PowerBI, SoftwareAG WebMethods e Atlassian Jira), a Companhia não pode garantir que as licenças firmadas junto a estes não serão rescindidas. Mudanças nas licenças de terceiros utilizadas pela Companhia podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que os serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, o que poderá obrigar a Companhia a aumentar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento para assegurar a continuidade do desempenho de seus produtos e serviços.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A perda de acesso a dados de fontes externas pode prejudicar a capacidade da Companhia de fornecer seus produtos e serviços a seus clientes, o que poderá afetar sua rentabilidade, sua reputação perante clientes atuais e futuros e aos seus resultados.***

A Companhia depende de certos dados que são de fontes externas, tais como: relatórios de vendas diárias, relatórios de estoques diários, pedidos de compras e notas fiscais eletrônicas. Tais dados são fornecidos por varejistas, distribuidores, indústrias, parceiros tecnológicos, fontes governamentais e de registro público para o desenvolvimento de seus programas de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e para a prestação de seus serviços. Os atuais provedores de dados da Companhia podem optar por disponibilizar tais informações aos concorrentes da Companhia. Além disso, se: (a) um número substancial de fontes de dados (tais como parceiros tecnológicos, redes de varejo, distribuidores e registros públicos) não puderem fornecer dados importantes para a continuação e desenvolvimento de programas de gerenciamento e necessários à sincronização da cadeia de suprimentos oferecidos pela Companhia; (b) o acesso aos dados for perdido devido à regulamentação governamental, tal como inadequação dos contratos à LGPD; (c) o direito exclusivo ao uso de dados for perdido; ou (d) a coleta, a divulgação ou o uso de dados ficar acima do orçamento da Companhia; a capacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes pode sofrer um impacto negativo significativo, resultando na diminuição da receita e danos a sua reputação.

Por fim, não há garantia de que será possível obter dados de fontes alternativas se as fontes atuais e/ou futuras ficarem indisponíveis e/ou a custos elevados, a ponto de inviabilizar a continuidade de seu uso nas atividades da Companhia, o que poderá adversamente impactar seus resultados operacionais.

Para informações sobre o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD e outros riscos relacionados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, vide itens 4.1(h) e 7.5 deste Formulário de Referência.

### **(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia**

***Uma diminuição no ritmo de crescimento do uso de tecnologia nos negócios por clientes, atuais e potenciais, da Companhia poderá afetar adversamente e de forma relevante os negócios e resultados da Companhia.***

As operações da Companhia dependem do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes atuais e potenciais da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de concentrar recursos em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos em vez de serviços ou produtos contratados junto a terceiros como a Companhia.

Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem seus processos e infraestruturas existentes. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios dos clientes atuais e potenciais da Companhia ou de diminuição dos gastos dos clientes atuais e potenciais da Companhia em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes a adotar novas soluções tecnológicas por ela oferecidas, seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A incapacidade da Companhia de manter as relações comerciais com seus clientes de longo prazo nos mesmos volumes e/ou de renegociar tais relações em termos favoráveis à Companhia poderá adversamente afetar sua competitividade e seus resultados operacionais.***

A Companhia possui relacionamentos de longo prazo com diversos clientes, que podem, a qualquer momento, rescindir unilateralmente os contratos que celebraram com a Companhia, reduzindo substancialmente o volume de negócios e a receita líquida da Companhia. Além disso, o encerramento das relações comerciais com tais clientes pode conceder oportunidades de negócios aos concorrentes da Companhia, prejudicando sua posição no mercado e enfraquecendo sua marca, o que poderá afetar negativamente seus negócios futuros e causar impactos relevantes e adversos em seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar os contratos existentes com seus clientes de longo prazo, manter o relacionamento com tais clientes ou parceiros de negócios ou recuperar valores devidos por clientes ou parceiros de negócios inadimplentes. A perda de um ou mais clientes ou parceiros de negócios da Companhia de longo prazo, ou renegociações com tais clientes e parceiros em termos comerciais desfavoráveis à Companhia, poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

***Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados, pela Companhia, em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, ou decidam não priorizar os produtos e serviços oferecidos pela Companhia, a imagem, a reputação e os resultados da Companhia poderão ser afetados negativamente de forma relevante.***

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais são fenômenos frequentes no setor de atuação da Companhia e afetam computadores e redes, passando por todas as plataformas. As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos e serviços oferecidos pela Companhia (ou da Internet de modo geral), particularmente no que diz respeito ao armazenamento seguro de dados pessoais, podem levar determinados clientes a buscar reduzir ou postergar contratações e/ou compras futuras junto à Companhia ou a contratação e/ou compra de produtos de concorrentes da Companhia.

Além disso, os clientes atuais e futuros da Companhia também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderá postergar a adoção de novos serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados. Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

***A Companhia poderá não conseguir repassar a seus clientes os aumentos de custos em que incorrer, o que poderá impactar negativamente seus resultados financeiros.***

Os custos da Companhia são afetados por diversos fatores como remunerações pagas a seus colaboradores e administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e *software* adquiridos ou licenciados de fornecedores, conforme aplicável, dentre outros. Haja vista que os contratos celebrados entre a Companhia e seus clientes não são todos ajustados pelas variações de custos em que a Companhia incorre, se houver aumento de tais custos sem que a Companhia os consiga repassar para seus clientes, as receitas e margens da Companhia poderão ser adversamente afetadas o que, por conseguinte, poderá causar um impacto negativo em seus negócios, seus resultados operacionais, sua situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

***O mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo. O lançamento de novos produtos, serviços inovadores e estratégias de preços oferecidas pelos concorrentes da Companhia podem reduzir as vendas e a participação da Companhia no mercado, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante seus resultados.***

A Companhia opera em diversos mercados geográficos, oferecendo produtos e serviços, em um ambiente de alta e frequente inovação tecnológica. A Companhia poderá desenvolver novos produtos e/ou serviços superiores, que podem receber maior aceitação no mercado que os produtos e serviços ofertados pela Companhia. Além disso, alguns dos concorrentes da Companhia podem ter recursos financeiros, técnicos, *marketing*, entre outros, significativamente maiores do que os da Companhia. Como resultado, os concorrentes da Companhia podem estar em condições de responder de modo mais rápido a novas tecnologias ou a novas demandas dos clientes, dispendendo mais recursos que a Companhia para o desenvolvimento, aprimoramento, promoção, venda e suporte de produtos e serviços, ou sustentando políticas de preços agressivas em níveis que podem não ser acompanhados pela Companhia.

Adicionalmente, atuais clientes da Companhia podem desenvolver produtos próprios que substituam os que atualmente adquirem da Companhia ou contratar profissionais especializados que supram a demanda pelos serviços oferecidos pela Companhia e, portanto, poderão deixar de consumir os produtos e serviços da Companhia, resultando em impacto adverso e relevante na receita da Companhia.

Além disso, os concorrentes da Companhia têm amplas relações com os consumidores, incluindo relacionamentos com os atuais e potenciais clientes da Companhia, e ainda, novos concorrentes ou alianças entre os atuais concorrentes da Companhia podem emergir e, potencialmente, reduzir a participação de mercado e receita da Companhia. Ainda, participantes de outros segmentos poderão buscar expandir seus negócios em direção ao segmento de mercado no qual a Companhia atua, podendo haver a criação de novas empresas fornecedoras de tecnologias de gerenciamento e sincronização da cadeia de suprimentos e/ou de serviços de suporte técnico em informática, instalação, configuração e manutenção de softwares e bancos de dados, que poderão ter diferentes graus de associação e relacionamento com os atuais clientes da Companhia. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de *software ERP* para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

Ademais, alguns dos concorrentes da Companhia podem optar por vender produtos e/ou serviços que competem com os da Companhia a preços mais baixos, aceitando margens e lucratividade mais baixas, ou podem vender produtos e/ou serviços a preços mais baixos, individualmente ou como parte de pacotes, modelos mais avançados ou técnicas melhores ou com mais funcionalidades, com maior facilidade de implantação junto a clientes, ou economias de escala. Todos os fatores acima poderão impactar negativamente as margens e resultados operacionais da Companhia, bem como prejudicar sua capacidade de obter novos clientes em condições favoráveis.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a companhia atue

***A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.***

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive em ambiente online, e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, porém os artigos que discorrem sobre as suas sanções administrativas previstas (art. 52, 53 e 54) somente poderão ser aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, antes da entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”) por alguns órgãos de defesa do consumidor, bem como por quaisquer dos integrantes dos 27 Ministérios Públicos Estaduais, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia poderá estar sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; e, (vi) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Nesse sentido, relevante destacar que a Companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios e atualmente está analisando o enquadramento de tratamento desses dados com as disposições da LGPD. Tais dados pessoais se tratados em desacordo com a legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia às penalidades administrativas e indenizações em sede judicial ou arbitral. Ademais, a Companhia deverá observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito.

A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros e a imagem da Companhia.

Ainda, se a Companhia não conseguir usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, ou ainda, manter a conformidade com a LGPD e a legislação aplicável em outras jurisdições onde opera, poderá incorrer em custos relevantes que podem ter um efeito negativo na reputação e resultados operacionais. Consequentemente, qualquer falha que a Companhia experimentar na proteção de dados pessoais e no cumprimento da regulamentação de proteção de dados aplicável pode resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, remoção de dados pessoais da base e suspensão das operações, o que pode significativamente afetar de maneira negativa a reputação e resultados operacionais da Companhia.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***A Companhia poderá ser incapaz de proteger seus ativos intangíveis de forma adequada/eficaz, inclusive os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante seus resultados operacionais.***

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger e preservar suas atuais e futuras marcas e defender os seus demais direitos de propriedade intelectual, incluindo, mas, não somente softwares e nomes de domínio, bem como os aspectos sigilosos relacionados à tecnologia desenvolvida pela Companhia e aos serviços prestados por ela. Portanto, o uso indevido ou não autorizado de quaisquer dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, pode diminuir o valor de suas marcas, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Nesse sentido, relevante mencionar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou similares aos produtos e/ou soluções da Companhia que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de seus ativos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer dos ativos de propriedades intelectual existentes ou futuras solicitados pela a Companhia ou licenciados para a Companhia.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os seus direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

Se a Companhia não conseguir proteger seus direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros.

Logo, qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre as marcas relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

***Terceiros podem alegar que a Companhia infringe seus respectivos direitos de propriedade intelectual e isso poderá acarretar despesas significativas com litígios, licenciamentos ou gerar o impedimento de vendas de determinados produtos ou serviços da Companhia, o que poderá afetar de maneira relevante e adversa a reputação da Companhia e sua situação financeira.***

A Companhia utiliza softwares próprios (seja da Companhia ou de empresas de seu grupo econômico) em suas atividades, os quais são desenvolvidos internamente por seus funcionários e/ou por terceiros desenvolvedores. Os contratos de trabalho assinados pelos funcionários possuem previsão que qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial (incluindo programas de computador) desenvolvido como resultado do contrato pertencerá à Companhia. Assim, não obstante a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conforme alterada (“Lei do Software”) disponha que direitos sobre softwares desenvolvidos como resultado de contrato de trabalho pertencem ao empregador, a Companhia pode estar sujeita a ações ajuizadas por ex-funcionários reivindicando a titularidade sobre esses programas de computador, hipóteses em que a Companhia poderá ser condenada ao pagamento de indenização. Ainda, a Companhia poderá ser obrigada a cessar a utilização do software objeto de disputa, o que poderá resultar em efeitos adversos relevantes na sua capacidade de continuar a oferecer seus produtos e serviços e, portanto, poderá impactar negativamente seus negócios e sua reputação.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim, quaisquer infrações a direitos de propriedade intelectual cometida pela Companhia poderá resultar na celebração de acordos e/ou contratos de licença pela Companhia, que podem ser onerosos e restritivos, ou ainda, impedir que a Companhia venda determinados produtos e/ou realize a prestação de determinados serviços, gerando impactos adversos relevantes em seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Em outras palavras, qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à complexidade da tecnologia fornecida pela Companhia e à incerteza de litígios sobre o assunto.

***A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações e alvarás necessários ao funcionamento de seus estabelecimentos poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde.***

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação dos seus estabelecimentos. Se a Companhia não obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de seus estabelecimentos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de seus estabelecimentos, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades e resultados operacionais da Companhia. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações ou alvarás em tempo hábil com relação a seus estabelecimentos, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal loja específica, enquanto registros, licenças, autorizações ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação dos seus estabelecimentos devido à falta de registros, licenças, autorizações ou alvarás poderá prejudicar as atividades da Companhia de e afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Devido à emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, a validade de registros, licenças, alvarás e autorizações, bem como o período de análise para a concessão ou renovação destes foram prorrogados.

### **(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a companhia atue**

Não aplicável, haja vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue.

### **(j) Riscos relacionados a questões socioambientais**

Não aplicável, haja vista que as atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### (k) Riscos macroeconômicos

***A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias pode afetar de forma relevante os negócios da Companhia.***

A Companhia opera predominantemente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de crescimento do Brasil e, por conseguinte, o consumo dos produtos e serviços da Companhia, sua estratégia de negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais.

O governo brasileiro frequentemente interveio e continua a intervir na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, estimular a expansão econômica e implementar outras políticas incluem, dentre outros, controles de salários e preços, valorização ou desvalorização do real, ajustes cambiais, controle sobre remessas ao exterior e intervenção do Banco Central para alterar as taxas de juros básicas. A Companhia não pode prever ou controlar quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. A Companhia poderá ser negativamente afetada por mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) controles de importação; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio e controles de câmbio; e (xi) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

Esses fatores, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações a serem adotadas pelo governo brasileiro com relação a esses fatores, poderão afetar de maneira adversa e relevante a Companhia.

***O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, poderá levar a uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais e afetar negativamente a economia mundial e a brasileira, incluindo o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

Surtos potenciais ou reais de doenças (como a COVID-19) poderão ter um efeito negativo nos mercados de capitais globais (incluindo o mercado de capitais no qual as ações de emissão da Companhia são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e no preço das ações de emissão da Companhia. Historicamente, epidemias e surtos regionais ou globais de doenças, como os causados pelo vírus Zika, pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecido como influenza aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecido como gripe suína), como a febre aftosa, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (conhecida como MERS) e como a síndrome respiratória aguda grave (conhecida como SARS) afetaram determinados setores da economia dos países nos quais essas doenças se disseminaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, ou OMS, declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os países membros da OMS são responsáveis por estabelecer as melhores práticas para a prevenção e o tratamento da COVID-19. Diante da epidemia da COVID-19, medidas de distanciamento social foram impostas pelos governos de vários países para restringir a disseminação generalizada e contínua do vírus, incluindo quarentenas e confinamentos em todo o mundo. Em decorrência de tais medidas, os países impuseram restrições a viagens e transportes públicos, fechamentos prolongados de locais de trabalho e espaços públicos, como shoppings e restaurantes, e interrupções nas cadeias de abastecimento, o que levou à redução do consumo geral da população. Essa redução poderá resultar em volatilidade no preço das matérias-primas e outros insumos, o que poderá ter um efeito negativo relevante na economia global e na economia brasileira.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o surto da COVID-19, pode ter um efeito adverso relevante nos mercados, especialmente no mercado de ações. A adoção das medidas acima descritas, aliada às incertezas ocasionadas pelo surto da COVID-19, impactou negativamente a economia global e os mercados de capitais globais, inclusive no Brasil, causando também volatilidade que resultou na interrupção das negociações da B3 por oito vezes durante março de 2020. Conseqüentemente, o preço das ações de emissão da Companhia poderá sofrer volatilidade, o que poderá impactar negativamente os acionistas da Companhia.

Qualquer mudança relevante na condição dos mercados financeiros ou na economia brasileira em decorrência desses eventos mundiais poderá reduzir a demanda de investidores brasileiros e estrangeiros por ações de emissores brasileiros, incluindo ações de emissão da Companhia, o que poderá afetar negativamente o preço de mercado dessas ações e também poderá prejudicar a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis no futuro.

***Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.***

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado de forma indevida a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer conseqüências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em seus negócios.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação das ações de sua emissão. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso em seus negócios.



## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### ***Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.***

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

Embora a desvalorização de longo prazo do real esteja geralmente relacionada à taxa de inflação brasileira, a desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. Em 2017, o real brasileiro desvalorizou 1,1%, de R\$3,2729 por US\$1,00 no início do ano para R\$3,3080 por US\$1,00 no final de 2017. Em 2018, o real desvalorizou 18,5% de R\$3,2697 por US\$1,00 no início do ano para R\$3,8748 por US\$1,00 no final de 2018. Em 2019, o real desvalorizou 4,4%, de R\$3,8595 por US\$1,00 no início do ano para R\$4,0307 por US\$1,00 no final de 2019. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano era de R\$5,6407 por US\$1,00. Em decorrência da pandemia da COVID-19, o real desvalorizou significativamente em relação ao dólar americano, refletindo as baixas taxas de juros, um cenário econômico em deterioração e a crise política brasileira.

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e nas despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Determinados custos operacionais da Companhia relacionados a seu endividamento são, e a Companhia espera que continuem a ser denominados ou indexados ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. A valorização do dólar americano e de outras moedas estrangeiras em relação ao real aumentará o endividamento da Companhia denominado em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, bem como o custo do serviço de tal endividamento e, portanto, afetará de maneira adversa e relevante a Companhia.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, especificamente o dólar americano, afetaram e continuarão a afetar os resultados operacionais da Companhia, os quais são expressos em reais.

### ***A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.***

O Brasil experimentou no passado taxas de inflação extremamente altas e, portanto, seguiu políticas monetárias que levaram à fixação de uma das maiores taxas de juros do mundo. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, conseqüentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2017, 2018 e 2019 foi de 2,95%, 3,75% e 4,31%, respectivamente. Em 30 de setembro de 2020, a inflação acumulada no período anterior de 12 meses foi de 17,94% e de 14,40% no período de nove meses encerrado nessa data, segundo o Índice Geral de Preços Mercado, ou IGPM.

No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros. Da mesma forma, entre 2014 e 2016, a taxa de juros estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC, variou entre 9,93% e 5,96% ao ano. Por exemplo, a taxa de juros oficial no Brasil diminuiu de 14,25% em 31 de dezembro de 2015 para 4,50% em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária, ou COPOM. Em 7 de fevereiro de 2018, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 6,75% e, em 21 de março de 2018, reduziu novamente a taxa SELIC para 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC era de 6,50%. O COPOM reconfirmou a taxa SELIC de 6,50% em 6 de fevereiro de 2019, mas em 1º de agosto de 2019 reduziu a taxa SELIC para 6,00% e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00%. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC era de 4,50%. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa SELIC para 4,25% e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC em 3,75% em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa SELIC em maio de 2020, em junho de 2020 e em agosto de 2020, com a taxa SELIC em 2,00 na data deste Formulário de Referência.

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais.

Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução nos recursos disponíveis dos clientes da Companhia para investir em produtos e serviços por ela oferecidos. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Variações nas taxas de juros no Brasil poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia, podendo, portanto, adversamente impactar sua estratégia de crescimento e seus resultados.***

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 2,3%, 4,4%, 6,4% e 6,9%, respectivamente, e a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP, foi de 4,9%, 5,6%, 7,0% e 7,0%, respectivamente.

A Companhia utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do atual endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia.

***Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.***

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sofrer queda.

A pandemia da COVID-19 acrescentou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades ao redor do mundo têm adotado medidas para tentar conter a disseminação da doença desde que o vírus se espalhou pelo mundo. As restrições provavelmente permanecerão em vigor se o contágio não diminuir. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e poderá diminuir o interesse dos investidores em ativos no Brasil, o que afetou negativamente o preço de mercado dos títulos da Companhia (incluindo valores mobiliários), possivelmente tornando mais difícil para a Companhia o acesso aos mercados de capitais e, como consequência, o financiamento das operações da Companhia no futuro.

***Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.***

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por sua vez, o Brasil teve sua classificação de risco de dívida soberana reduzida pelas três principais agências de classificação de crédito com sede nos Estados Unidos, a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch. A Standard & Poor's reduziu a classificação de risco da dívida soberana do Brasil de BBB- para BB+ em setembro de 2015, posteriormente reduzindo-a para BB em fevereiro de 2016 e para BB- com perspectiva estável em janeiro de 2018, considerando a formulação de políticas menos oportunas e eficazes e um risco de maior incerteza política após as eleições de 2018 no Brasil. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em BB- com uma perspectiva estável. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil de então Baa3 em análise e a reduziu em fevereiro de 2016 para Ba2 com perspectiva negativa, considerando a perspectiva de deterioração adicional do endividamento do Brasil em meio a uma recessão e um ambiente político desafiador. Posteriormente, em abril de 2018, a Moody's classificou a perspectiva soberana do Brasil como estável. A Fitch rebaixou a classificação de risco soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, considerando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior do que o esperado e rebaixou ainda mais a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou ainda mais a classificação de risco soberano do Brasil para BB- com perspectiva estável. Em maio de 2020, a Fitch manteve a classificação do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa, considerando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Tal cenário pode se intensificar a depender das políticas a serem adotadas pelo Governo Federal.

***A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.***

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações ordinárias da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros: (a) alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e (b) restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 30 de setembro de 2020, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) era cerca de R\$3,9 trilhões ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 44,36% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

***Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar, o que poderá ter um impacto adverso na Companhia.***

O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos e serviços, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente a Companhia.

Ademais, está em discussão no Congresso Nacional ampla reforma tributária, principalmente designada para aumentar a eficiência de alocação dos recursos da economia. Nos moldes em que foi apresentada, a aprovação da reforma envolverá uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluída a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) incidente sobre bens e serviços que substituiria diversos tributos (as contribuições sociais, o imposto federal sobre produtos industrializados, o imposto sobre operações financeiras e o imposto sobre circulação de bens e serviços).

Os efeitos dessas alterações ou de quaisquer outras reformas adicionais, se aprovadas, podem trazer impactos adversos sobre os negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### 4.2 – Riscos de mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar as atividades da Companhia e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado. Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Para informações adicionais, ver as informações financeiras da Companhia para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, que apresentam em sua nota explicativa nº 3, informações sobre gestão do risco financeiro.

Dentre os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

#### (i) Risco cambial

Os riscos cambiais decorrem da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas da Companhia atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Libra Esterlina (GBP) e Euro (EUR). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com limites definidos pela Administração.

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes são sua exposição à flutuação de moedas estrangeiras, substancialmente do dólar norte-americano, da libra esterlina e do euro. A Administração considerou para o cenário provável, as taxas de câmbio projetadas pelo Banco Central para o final do ano 2020, e a partir deste, quatro cenários com deterioração de 25% e 50% para mais e para menos, da variável de risco.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O efetivo comportamento dos saldos das correspondentes contas, demonstrado na análise de sensibilidade, como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas.

	Saldo Patrimonial		Moeda Nacional		Risco	Cenário				
	30/09/20	30/06/20	30/09/20	30/06/20		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
<b>Ativos</b>						R\$ 5,40	R\$ 6,75	R\$ 8,10	R\$ 4,05	R\$ 2,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	USD 896	USD 1.031	R\$ 5.056	R\$ 5.646	Dólar					
Contas a Receber	USD 569	USD 498	R\$ 3.208	R\$ 2.727	Dólar					
Outro Ativos	USD -	USD 42	R\$ -	R\$ 232	Dólar					
	<b>USD 1.465</b>	<b>USD 1.571</b>	<b>R\$ 8.264</b>	<b>R\$ 8.605</b>		<b>R\$ (353)</b>	<b>R\$ 1.625</b>	<b>R\$ 3.603</b>	<b>R\$ (2.331)</b>	<b>R\$ (4.308)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	USD 477	USD 35	R\$ 2.692	R\$ 3.862	Dólar					
	<b>USD 477</b>	<b>USD 35</b>	<b>R\$ 2.692</b>	<b>R\$ 3.862</b>		<b>R\$ (115)</b>	<b>R\$ 529</b>	<b>R\$ 1.174</b>	<b>R\$ (759)</b>	<b>R\$ (1.403)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>USD 988</b>	<b>USD 1.536</b>	<b>R\$ 5.572</b>	<b>R\$ 4.743</b>		<b>R\$ (238)</b>	<b>R\$ 1.096</b>	<b>R\$ 2.429</b>	<b>R\$ (1.571)</b>	<b>R\$ (2.905)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 6,98	R\$ 8,73	R\$ 10,47	R\$ 5,24	R\$ 3,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	GBP 513	GBP 72	R\$ 3.737	R\$ 486	Libra Esterlina					
Contas a Receber	GBP -	GBP -	R\$ -	R\$ -	Libra Esterlina					
Outro Ativos	GBP 121	GBP 8	R\$ 882	R\$ 51	Libra Esterlina					
	<b>GBP 634</b>	<b>GBP 79</b>	<b>R\$ 4.619</b>	<b>R\$ 537</b>		<b>R\$ (196)</b>	<b>R\$ 910</b>	<b>R\$ 2.016</b>	<b>R\$ (1.302)</b>	<b>R\$ (2.402)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	GBP 1	GBP 35	R\$ 10	R\$ 4	Libra Esterlina					
	<b>GBP 1</b>	<b>GBP 35</b>	<b>R\$ 10</b>	<b>R\$ 4</b>		<b>R\$ (0)</b>	<b>R\$ 2</b>	<b>R\$ 4</b>	<b>R\$ (3)</b>	<b>R\$ (5)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>GBP 632</b>	<b>GBP 44</b>	<b>R\$ 4.609</b>	<b>R\$ 533</b>		<b>R\$ (195)</b>	<b>R\$ 908</b>	<b>R\$ 2.012</b>	<b>R\$ (1.299)</b>	<b>R\$ (2.402)</b>
<b>Ativos</b>						R\$ 6,33	R\$ 7,91	R\$ 9,50	R\$ 4,75	R\$ 3,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	EUR 323	EUR 356	R\$ 2.138	R\$ 2.193	Euro					
Contas a Receber	EUR 315	EUR 160	R\$ 2.086	R\$ 984	Euro					
Outro Ativos	EUR -	EUR -	R\$ -	R\$ -	Euro					
	<b>EUR 639</b>	<b>EUR 516</b>	<b>R\$ 4.224</b>	<b>R\$ 3.177</b>		<b>R\$ (181)</b>	<b>R\$ 830</b>	<b>R\$ 1.841</b>	<b>R\$ (1.192)</b>	<b>R\$ (2.202)</b>
<b>Passivos</b>										
Contas a Pagar	EUR 134	EUR 35	R\$ 886	R\$ 804	Euro					
	<b>EUR 134</b>	<b>EUR 35</b>	<b>R\$ 886</b>	<b>R\$ 804</b>		<b>R\$ (38)</b>	<b>R\$ 174</b>	<b>R\$ 386</b>	<b>R\$ (250)</b>	<b>R\$ (462)</b>
<b>Efeito Líquido</b>	<b>EUR 505</b>	<b>EUR 481</b>	<b>R\$ 3.338</b>	<b>R\$ 2.373</b>		<b>R\$ (143)</b>	<b>R\$ 656</b>	<b>R\$ 1.454</b>	<b>R\$ (942)</b>	<b>R\$ (1.740)</b>
<b>Efeito Líquido Geral</b>						<b>R\$ (576)</b>	<b>R\$ 2.660</b>	<b>R\$ 5.895</b>	<b>R\$ (3.812)</b>	<b>R\$ (7.047)</b>

### (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

#### Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures que estão atrelados à variação do CDI, TLP e IPCA, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação de:

- (i) Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa e as debêntures emitidas em 2019; e
- (ii) IPCA para financiamento junto ao FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### Análise de sensibilidade dos ativos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes para risco de diminuição do CDI. Com base nas projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 1,90% para o final do ano de 2020, e este definido como cenário I provável. A partir deste, foram de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

30/09/2020					
	Saldos em 30/09/2020	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Redução		25,0%	50,0%
Aplicação Financeira Consolidada	R\$ 23.795	CDI (ano)	1,90%	1,43%	0,95%
Receita Financeira			R\$ 452	R\$ 340	R\$ 226

### Análise de sensibilidade dos passivos financeiros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas às quais a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores dos indicadores de CDI e IPCA vigentes em 30 de setembro de 2020, foi definido o cenário provável (cenário I) para o final do ano de 2020 e, a partir dele, calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de setembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Controladora					
	Saldos em 30/09/2020	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 93.324	Aumento CDI + 2,75% a.a.	4,70%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 4.388	R\$ 5.487	R\$ 6.579
Capital de Giro	R\$ 13.075	Aumento CDI + 6,8% a.a.	8,83%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 1.154	R\$ 1.443	R\$ 1.731
Consolidado					
	Saldos em 30/09/2020	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Capital de Giro	R\$ 93.324	Aumento CDI + 2,75% a.a.	4,70%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 4.388	R\$ 5.487	R\$ 6.579
Capital de Giro	R\$ 13.075	Aumento CDI + 6,8% a.a.	8,83%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 1.154	R\$ 1.443	R\$ 1.731
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 5.603	Aumento IPCA	2,30%	25,00%	50,00%
Despesa Financeira estimada			R\$ 129	R\$ 161	R\$ 193



## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### (b) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	36.198	24.908
Contas a receber de clientes	33.735	29.777
Serviços a faturar	8.779	5.412
<b>Total</b>	<b>78.712</b>	<b>60.097</b>

### (a) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia e suas controladas investem o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2020, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Empréstimos	28.152	59.713	28.789	
Fornecedores e outras obrigações	1			
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	23.837	54.567	45.992	
Fornecedores e outras obrigações	20			
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Empréstimos	31.144	61.881	30.588	2.642
Fornecedores e outras obrigações	6.120			
Passivo de arrendamento	3.334	1.597	902	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>				
Empréstimos	26.359	57.645	48.607	2.369
Fornecedores e outras obrigações	9.286			
Passivo de arrendamento	5.891	3.336	1.083	632

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

### (b) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

### **4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

#### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### **(i) Trabalhistas**

Em 30 de setembro de 2020, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza trabalhista em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### **(ii) Tributários**

Em 30 de setembro de 2020, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### **(iii) Cíveis**

Em 30 de setembro de 2020, não foram considerados como individualmente relevantes processos de natureza cível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### **(iv) Outros**

Em 30 de setembro de 2020, não há outros processos judiciais e/ou administrativos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte que foram considerados como individualmente relevantes e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

#### **4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Em 30 de setembro de 2020, o valor total provisionado para os processos judiciais, administrativos ou arbitrais da Companhia totalizam R\$ 742 mil.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

**4.4- Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.**

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

**4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Tendo em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

## **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

#### **4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto**

##### **4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

## 4.7 - Outras Contingências Relevantes

### 4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência, exceto conforme abaixo descrito:

#### TAC

Em 23 de abril de 2018, a Neogrid Software S.A (sociedade incorporada pela Neogrid Informática Ltda.) e o Ministério Público do Trabalho (“MPT”), por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, firmaram o “Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta”, nos autos do inquérito civil nº 003488.2017.04.000/7 (“TAC”).

Dentre as obrigações contraídas por referida sociedade controlada, estão: (i) abster-se de prorrogar a jornada normal de trabalho para além do limite legal de 2 horas diárias sem a necessidade de justificativa legal, respeitando o disposto na CLT, em seu artigo 59, salvo se, ocorrer necessidade imperiosa ou motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto; (ii) conceder período mínimo de 11 horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do artigo 66 da CLT.

O TAC tem vigência por tempo indeterminado, podendo ser revisto a qualquer tempo, com abrangência em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Eventual inadimplemento, sujeitará a sociedade ao pagamento de uma multa de R\$500,00, em cada verificação de descumprimento de cláusula, por trabalhador, sem prejuízo da obrigação assumida.

Em 28 de fevereiro de 2020, o inquérito civil nº 03488.2017.04.000/7 nos autos do qual foi celebrado o TAC, foi devidamente arquivado pelo MPT, tendo em vista que não houve quaisquer outros indícios de irregularidades de modo a desafiar a atuação do MPT e que a inquirida demonstrou cumprir o TAC firmado.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

##### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.



## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### 5.1 – Políticas de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) as disposições constantes da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Código Brasileiro de Governança Corporativa); e (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.neogrid.com).

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

- (i) **Os riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- **Riscos de Negócio e/ou Estratégicos:** são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:
  - (i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços das *commodities*;
  - (ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros e decorrem da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes; e
  - (iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.
- Riscos de Conformidade/Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos.
- Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (*marketing*, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais).
- Riscos de Segurança da Informação: são aqueles que decorrem de ataques cibernéticos ou violações efetuados por agentes externos (empresas, pessoas que não são funcionários da Companhia) ou internos (pessoas pertencentes à organização), se prevalecendo das vulnerabilidades apresentadas no sistema, ou por uso de engenharia social, que pode resultar em indisponibilidades imprevisíveis.
- Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

### (ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A avaliação de riscos é um processo que serve como base e auxilia na tomada de decisão, identificando riscos prioritários, que necessitam de tratamento e gestão.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento é feito por meio de:

- a) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;
- b) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;
- c) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;
- d) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- e) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- f) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados,
- g) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado;
- h) Acompanhamento das mudanças legislativas que possam afetar os negócios, e de boas práticas de governança, controles internos, riscos e *compliance*; e
- i) Acompanhamento de novas tecnologias de segurança de informação visando manter o ambiente operacional da Companhia o mais seguro possível.

A abordagem de gerenciamento de riscos considera os seguintes instrumentos:

**Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

**Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;

**Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados pelo menos uma vez ao ano por um auditor interno independente devidamente registrado na CVM. A Companhia possui uma área de controles internos, *compliance* e risco, assim como está estruturando uma auditoria interna, de modo a atender as exigências do novo mercado, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função. Durante estes processos, matrizes de riscos são criadas e atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de identificação possíveis ameaças/fraquezas. Além disso, anualmente a Companhia recebe a Carta de Controles Internos do auditor independente, onde são indicadas as principais deficiências no ambiente de controles internos da Companhia. A Companhia realiza a avaliação desta carta e busca se adequar a todas as exigências solicitadas pelo auditor externo independente;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de uma matriz de riscos, que é avaliada anualmente pelo Comitê de Auditoria. A matriz pode ser atualizada devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco.

Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será tratado, considerando: (i) terminar, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) diversificar, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) aceitar, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) transferir, transferindo a responsabilidade para terceiros.

O tratamento dos riscos elencados na matriz de riscos resulta em ações, para assegurar o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos da Companhia.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos a Companhia contará com uma auditoria interna que atuará de forma independente e objetiva e reportar-se-á ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. A auditoria interna terá por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função.

### **(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2020 e entrou em vigor na referida data. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos.

Durante o processo de Gerenciamento de Riscos, o Conselho de Administração e os comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Ética e Comitê de Segurança da Informação), possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme competências abaixo estabelecidas. Outros comitês de assessoramento estatutários ou não poderão ser criados com o objetivo de contribuir para o monitoramento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de Gerenciamento de Riscos.

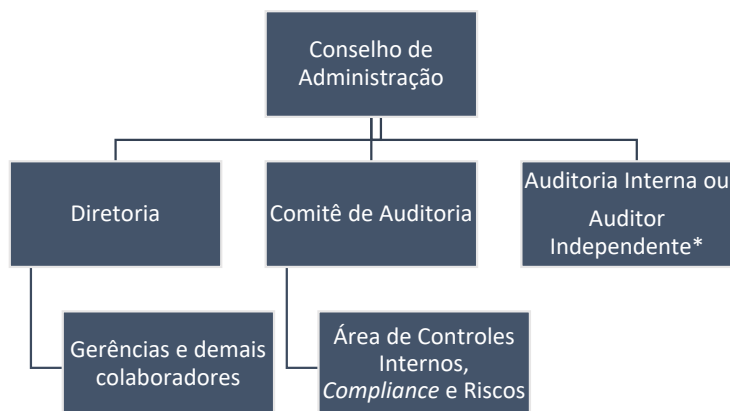
A Companhia estruturou áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### Linhas de Defesa

- **1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos):** Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da empresa. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.
- **2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos):** Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.
- **3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo):** Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:



\* Até a criação da Auditoria Interna, o auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia, será responsável por essa função.

### *Conselho de Administração*

Órgão responsável por aprovar a presente Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelecer diretrizes gerais na gestão de riscos e por auxiliar a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

### *Diretoria*

Órgão responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas Reuniões (conforme definido abaixo), utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### *Comitê de Auditoria*

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo (i) fornecer ao Conselho de Administração avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a qualidade e efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia, inclusive o monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (iii) acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e reportar suas atividades ao Conselho de Administração, que avaliará, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta é suficiente ao desempenho de suas funções. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

### *Área de Controles Internos, Compliance e Riscos*

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria. A Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos tem por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia. Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Reporta-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Tem por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

### *Auditoria Interna*

Atuando de forma independente e objetiva, a área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, a Grant Thornton Auditores Independentes, o auditor independente registrado na CVM e contratado pela Companhia em 14 de dezembro de 2020, será responsável por essa função.

### *Gerências e demais colaboradores*

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### **c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### 5.2 – Políticas de gerenciamento de riscos de mercado

**a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são gerenciados internamente pela Tesouraria e Diretoria Financeira da Companhia. Entretanto, não há uma política específica que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado. Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que abrange todos os processos, áreas e empregados da Companhia, e contém diretrizes em relação ao processo gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A última versão da política foi aprovada, pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020 e é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, bem como de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração ("Comitês"), da Diretoria Estatutária da Companhia ("Diretoria"), das áreas de assessoramento da Diretoria e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.neogrid.com/ri](http://www.neogrid.com/ri)).

Esta política tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da.

Para administrar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e parâmetros definidos pela política mencionada.

No processo de gestão de riscos de mercado são feitas a identificação, avaliação, implementação das estratégias e contratação de instrumentos financeiros de proteção aos riscos.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

**i. riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Aplicam-se ao gerenciamento de riscos do mercado os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados para fins de Gerenciamento de Riscos (conforme discutido na seção 4.2 e 5.1 "b" acima).

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: risco de câmbio, risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional.

Para mais informações sobre riscos de mercado, vide item 4.2 deste Formulário de Referência.

**ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*). Este risco, caso identificado pela Companhia, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos.



## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

### iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Não excluímos a hipótese, no entanto, de utilizar tais instrumentos, caso haja necessidade de minimizar o risco das operações de empréstimos e financiamentos e transações corporativas.

### iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para cada exposição da Companhia há uma metodologia para a definição dos parâmetros de proteção. Uma vez que a Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, aplicam-se ao gerenciamento de tais riscos os mesmos princípios, diretrizes e responsabilidades detalhados na Política de Gerenciamento de Riscos, e a definição destas práticas é acordada previamente entre as diretorias envolvidas diretamente com a origem e mitigação dos riscos de mercado das exposições. A Companhia estruturou as áreas que serão responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gerenciamento de Riscos. Os parâmetros de proteção e o gerenciamento dos riscos de mercado se dá pelo monitoramento da exposição dos passivos a moedas estrangeiras, índice de alavancagem, concentração de aplicações por instituição financeira, cronograma de liquidez de aplicações associado às previsões de fluxo de caixa e acompanhamento das perspectivas macroeconômicas como curva futura do dólar, cupom cambial, juros futuros e conjuntura político-econômica. No âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os limites objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos.

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Além dos parâmetros indicados no parágrafo anterior, tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Para mais informações sobre os riscos relativos às políticas e às estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos vide item 4.1 deste Formulário de Referência – Fatores de Riscos – “*A falha das políticas e das estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos poderá ter um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia*”.

### v. se a Companhia opera instrumentos financeiros objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

### vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, estabelece que as áreas responsáveis serão a Área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos, o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Gerências e demais colaboradores

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A estrutura organizacional de controle e gerenciamento de riscos da Companhia foi estruturada e busca abranger todos os riscos aos quais a Companhia está exposta de forma multidisciplinar (riscos gerais e riscos de mercado).

Para mais informações sobre a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos da Companhia, vide item 5.1, subitem “b.iii”, deste Formulário de Referência.

### **c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas.

Ajustes de eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

## 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

### 5.3 – Descrição dos Controles Internos

#### a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para proteger e preservar os ativos da Companhia, garantir informações corretas e adequadas, promover a eficiência operacional da organização e estimular a obediência e o respeito às políticas corporativas. Estamos alinhados às melhores práticas de controles internos, bem como atestamos o correto funcionamento do ambiente de nossos controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos nossos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos nossos controles internos.

Além disso, possuímos um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) que é um conjunto de procedimentos documentados que direcionam a organização a responder, recuperar, retomar e restaurar um nível de operação pré-definido após a ocorrência de interrupção na operação / situações emergenciais. O PCN é composto pelos seguintes processos:

- Análise de impacto no negócio (BIA - *Business Impact Analysis*): analisa todos os processos da empresa para identificar os processos de negócio críticos de acordo com critérios estabelecidos pela empresa.
- Plano de Contingência Operacional (PCO): visa listar os procedimentos para operar em contingência, ou seja, é a solução paliativa para a interrupção do processo ou do ativo.
- Plano de Recuperação de Desastre (PRD): visa listar os procedimentos para recuperar um ativo de TI retornando-o à operação normal.
- Plano de Comunicação: trata da comunicação interna e externa (com clientes e meios de comunicação) acerca de situações de crise e contingência.

Adicionalmente, a Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 24 de novembro de 2020, tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e ataques cibernéticos e defesa da concorrência, implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração. Ademais, a Companhia disponibiliza à sua administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

#### b. Estruturas organizacionais envolvidas

A Contabilidade é a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Resultados Abrangentes e notas explicativas.

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e *compliance*, reportando ao Conselho de Administração quando necessário.

O auditor externo independente é contratado para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e que, no escopo de seu trabalho, considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração. Até a criação da Auditoria Interna, o auditor independente registrado na CVM, contratado pela Companhia, será responsável por essa função.

#### c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos e reportados ao Comitê de Auditoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avaliação de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Controles Internos, *Compliance* e Riscos .
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da administração; b) a utilização de ativos da companhia; e c) as despesas incorridas em nome da companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações;
- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, oportunidade em que os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendações dos Auditores
<b>Aprimorar a rotina do processo de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras</b>	Foi recomendado que a Companhia aprimore os seus controles internos de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras, tais como conciliações contábeis; análise das diferenças de GAAP no processo de consolidação; assim como intensifique o investimento na capacitação técnica da equipe contábil em relação aos novos requerimentos que a Companhia estará exposta ao se tornar empresa listada.
<b>Aprimorar os controles internos para maior adesão aos princípios estabelecidos pelo COSO Framework</b>	Foi recomendado a implementação pela Companhia de uma matriz de riscos, o desenho e implementação de controles internos com procedimentos de revisão e aprovação de tais controles internos, assim como uma área de auditoria interna, a qual vem sendo estruturada pela Companhia.
<b>Ausência de políticas e procedimentos formais para mitigar os riscos de fraude e erro</b>	Foi recomendado que a Companhia prepare e aprove uma política e procedimentos formais (controles internos) endereçando os riscos de fraude.
<b>Falta de controle interno para monitoramento da realização da receita proveniente do contrato com a Totvs</b>	Foi recomendado que a Companhia desenhe e implemente controles internos que permitam o monitoramento da adequada realização da receita proveniente de seu contrato com a Totvs.

**5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

<b>Assunto</b>	<b>Recomendações dos Auditores</b>
<b>Aspectos de aprimoramento identificados no ambiente de TI</b>	<p>Foi recomendado a Companhia a inventariar seus ativos digitais, avaliando os impactos financeiros relacionados a estes.</p> <p>Foi recomendo que a Companhia crie políticas e controles específicos relacionados aos temas de cibersegurança.</p> <p>Adicionalmente, recomendou a Companhia que revise periodicamente os perfis de acesso de todos os usuários dos sistemas TOTVS e Senior. A revisão deve ser feita pelos gestores das áreas dos profissionais com base em relatórios extraídos dos sistemas e deve conter, no mínimo, informações como: identificação do usuário, nome completo, perfil de acesso que possui, níveis de acesso associados ao perfil, identificação do revisor, entre outros.</p> <p>A revisão deve ser realizada para todos os usuários dos sistemas, e formalmente validada pelos gestores e demais responsáveis. Por fim, a revisão deve ser formalmente registrada, de forma que seja possível evidenciar que houve a revisão para todos os usuários ativos dos sistemas.</p> <p>Os auditores recomendaram a elaboração de políticas formais para os controles de gestão de mudança, definindo as responsabilidades e fluxo do processo:</p> <p>Recomendações de Governança de Tecnologia da Informação (TI):- Elaboração de uma matriz de riscos e controles de TI bem como políticas e procedimentos voltados a mapeamento, avaliação, monitoramento e validação periódica do ambiente TI.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organograma de TI formalmente definido;</li> <li>- Políticas de desenvolvimento e avaliação periódica de desempenho dos profissionais de TI;</li> <li>- Criação de uma área de cibersegurança, bem como definição de um responsável.</li> </ul>

**5.3 - Descrição Dos Controles Internos****e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Assunto:	Comentário dos Diretores
<p><b>Aprimorar a rotina do processo de fechamento contábil e preparação das demonstrações financeiras</b></p>	<p>A administração entende que certos aspectos de aprimoramento levantados foram baseados em versões parciais das Demonstrações Financeiras, que estavam em andamento e, portanto, ainda sujeitas a revisões e alterações.</p> <p>A administração entende também que muitos processos ainda são manuais e utilizam sistemas diferentes, o que gera estas faltas de controle.</p> <p>Informamos que está em processo de implementação de ERP Dynamics 365 da Microsoft, que deve se concluir nos próximos meses junto com uma reorganização desses processos, endereçando assim, as oportunidades de melhoria levantadas pela auditoria.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia irá implementar um plano formal de educação continuada em IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil para os colaboradores envolvidos no processo de fechamento contábil e elaboração das demonstrações financeiras.</p>
<p><b>Aprimorar os controles internos para maior adesão aos princípios estabelecidos pelo COSO Framework</b></p>	<p>A administração informa que a partir de 19 de outubro de 2020, foi criado o Comitê de Auditoria que deverá, dentre outras ações, orientar sobre a criação da Auditoria Interna e seu modo de operação na Companhia.</p>
<p><b>Ausência de políticas e procedimentos formais para mitigar os riscos de fraude e erro</b></p>	<p>A administração informa que iniciará os trabalhos para construir essa política e procedimentos.</p>
<p><b>Falta de controle interno para monitoramento da realização da receita proveniente do contrato com a Totvs</b></p>	<p>A administração da Companhia informa que está em processo revisão desse controle, de modo a criar os instrumentos adequados de acompanhamento.</p> <p>Outra ação que contribuirá para termos controles adequados é a implementação de ERP Dynamics 365 da Microsoft, que deve se concluir nos próximos meses, onde alguns processos manuais serão eliminados e digitalizados.</p>

**5.3 - Descrição Dos Controles Internos**

<b>Assunto:</b>	<b>Comentário dos Diretores</b>
<b>Aspectos de aprimoramento identificados no ambiente de TI</b>	<p>A administração entende que os pontos levantados são principalmente sobre os sistemas e procedimentos internos da Companhia.</p> <p>A administração da Companhia informa que com a implementação do ERP Dynamics 365 da Microsoft, estará reestruturando seus sistemas internos para usarem as melhores práticas de mercado. Também estamos implementando outras ferramentas auxiliares para termos um melhor controle dos ativos digitais da Companhia.</p> <p>A Companhia revisará os processos e escreverá as políticas necessárias para aprimorar a segurança das informações.</p> <p>A Companhia implementará também uma matriz de riscos e controles de TI bem como políticas e procedimentos voltados ao mapeamento, avaliação, monitoramento e validação periódica do ambiente. A Companhia definirá um organograma com responsabilidades claras e um programa de desenvolvimento periódico de recursos humanos.</p>



## 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 – Programa de Integridade

**Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

- a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

Através do programa de integridade, a Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

O programa de integridade da Companhia está estruturado da seguinte forma: (i) Código de Conduta; (ii) Canal de Denúncia; e (iii) Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descritos no item 5.4 a, (ii) deste Formulário de Referência.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são: (i) o Código de Conduta; e (ii) a Política de Gerenciamento de Riscos. Sendo tais mecanismos e procedimentos atualizados anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia é aplicável a todos os colaboradores e administradores da Companhia e tem como objetivo descrever os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e as normas de conduta que deverão ser aplicáveis aos seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Sendo assim, o Código endereça as principais diretrizes e regras relativas: (i) ao relacionamento da Companhia e de seus colaboradores com (a) fornecedores; (b) clientes; (c) concorrentes; (d) órgãos governamentais; e (e) associações de classe; (ii) relacionadas a situações de conflito de interesses; (iii) ao oferecimento e recebimento de presentes e brindes; (iv) à proteção de informações sensíveis; (v) aos contatos com a imprensa; (vi) à responsabilidade socioambiental da Companhia; e (vii) as medidas disciplinares aplicáveis em casos de violação ao próprio Código de Conduta. Os colaboradores da Companhia devem participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das leis anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia.

Política de Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui a Política de Gerenciamento de Riscos que tem como objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados por todos os colaboradores e administradores, no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos dos negócios da Companhia.

Canal de Denúncias. A Companhia possui canal de denúncias, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma identificada ou anônima, observando o absoluto sigilo. As denúncias recebidas são apuradas detalhadamente e, se necessário, podem levar à imposição de medidas disciplinares internas aplicáveis, como (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e (iv) demissão por justa causa. As penalidades serão aplicadas após avaliação e recomendação da Comissão de Ética de acordo com a gravidade da transgressão, sem prejuízo da aplicação de outras medidas previstas em lei.

Para mais informações sobre mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, vide itens 5.1 a 5.3 deste Formulário de Referência.

## 5.4 - Programa de Integridade

- (ii) **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente**

A implementação, aplicação e monitoramento do funcionamento, cumprimento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos descritos no Código de Conduta são de responsabilidade do Comitê de Ética da Companhia. O Comitê de Ética da Companhia atua juntamente com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico. Estes departamentos atuam de forma contínua, com o objetivo de disseminar e consolidar uma cultura corporativa ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, as Leis Anticorrupção.

- (iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Código de Conduta descrito na seção 5.4 a,(i) acima, foi formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo seus diretores, membros do seu conselho de administração, do seu conselho fiscal, dos comitês do conselho de administração, bem como de quaisquer outros órgãos com funções técnicas e/ou destinados a aconselhar os administradores ("Colaboradores").

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos Colaboradores da Companhia, após ingressarem, tomam ciência e participam de treinamentos sobre as políticas da Companhia, incluindo o Código de Conduta, bem como declaram por escrito, através de termo específico, que estão cientes de todo o seu conteúdo. Tais treinamentos são obrigatórios a todos os Colaboradores da Companhia. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada ano.

Atualmente, a Companhia tem como objetivo realizar um treinamento ao ano exclusivamente focado no combate à corrupção e fraudes, como forma de complementar todo o trabalho já realizado pelo Comitê de Ética, em conjunto com os departamentos de Recursos Humanos e Jurídico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Os Colaboradores que praticarem qualquer violação ao Código de Conduta estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no próprio Código de Conduta: (i) advertência oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) desligamento; e/ou (iv) demissão por justa causa.

Cabe ressaltar, que mesmo após a aplicação de qualquer destas penalidades ou sanções, a Companhia poderá adotar medidas legais necessárias ao ressarcimento de eventuais danos sofridos por ela, ou notificar as autoridades competentes sobre eventuais atos ilícitos ou crimes que tenham sido praticados por tal Colaborador.

## 5.4 - Programa de Integridade

Caso as violações tenham sido praticadas por fornecedores e/ou intermediários, a Companhia poderá determinar o encerramento dos vínculos contratuais existentes e buscar eventuais medidas judiciais cabíveis para possíveis ressarcimentos.

Eventuais medidas disciplinares e/ou sancionatórias deverão ser aplicadas de forma gradual e proporcional ao dano causado e à irregularidade identificada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2020 e está disponível no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)).

### b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores e terceiros que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana através dos seguintes canais de contato:

- Website: <https://www.contatoseguro.com.br/pt/neogrid/relato/denuncia>

- Telefone: +55 51 3086 1800

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é administrado pela empresa Contato Seguro – Canal de Ética.

O Canal de Denúncias está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias pode ser acessado por colaboradores, fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncias da Companhia é um veículo para receber, registrar e tratar denúncias feitas por Colaboradores e terceiros, cujo anonimato será rigorosamente mantido, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer forma de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias e, caso ocorra, tal retaliação ou perseguição está sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

## 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas através do Canal de Denúncias serão encaminhadas ao Comitê de Ética, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O Comitê de Ética reportará o recebimento e o resultado da apuração das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e, caso seja cabível, aplicar as medidas disciplinares a cada caso específico.

**c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia busca envidar melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias a qual participa ou venha participar, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

**d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota através do Código de Conduta da Companhia, regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## 5.5 - Alterações significativas

### 5.5 – Alterações significativas

A Companhia continua em monitoramento constante sobre os possíveis impactos decorrentes da pandemia da COVID-19, tendo adotado, durante o período, medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores, diretos e indiretos, e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, à sociedade e aos colaboradores; (ii) adoção imediata a partir de 16 de março de 2020, da prática de trabalho remoto via *home office* para todas suas unidades, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, em segurança, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades; (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais, por período indeterminado; e (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e, até o presente momento, não identificou impacto nos *covenants* financeiros.

Por fim, a respeito do fator de risco “A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente para cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios”, a Companhia apresenta a seguir as principais informações relativas às apólices de seguros relativos à Compreensivo Empresarial, Responsabilidade Civil Geral, Indenização Profissional, Segurança Cibernética:

Seguradora	Segurado	Tipo Seguro	Cobertura	Vigência
Chubb Seguros Brasil S.A	Neogrid Participações S.A.	Compreensivo Empresarial	R\$ 5,280,000	15/05/20 15/05/21
Chubb Seguros Brasil S.A	Neogrid Participações S.A.	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 33,000.00	15/05/20 15/05/21
Liberty Seguros	Neogrid Participações S.A.	Responsabilidade Civil Administradores (D&O)	R\$ 30,000,000.00	15/10/20 15/10/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Professional indemnity	£ 5,000,000	15/05/20 14/05/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Cyber and data	£ 500,000	15/05/20 14/05/21
Hiscox Business Insurance	NeoGrid Europe Ltd.	Crisis containment	£ 25,000	15/05/20 14/05/21

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

### **5.6 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	01/07/2008
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade Limitada
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	15/12/2020

## 6.3 - Breve Histórico

### 6.3 - Breve histórico

A Neogrid nasceu em 1999, em Joinville-SC, a partir do ideal de Miguel Abuhab, seu fundador, de construir uma rede colaborativa para gerir o fluxo de informações e processos entre empresas, conectando a indústria e o varejo de bens de consumo.

Na época, com a evolução da internet, o empresário entendeu que seria possível resolver um dos grandes problemas das indústrias: monitorar o estoque de seus produtos na casa de seus clientes. Aplicou seu conhecimento de software de gestão interna para integrar os diferentes sistemas de ERPs das indústrias com seus parceiros e garantir o fluxo constante de mercadorias na cadeia de suprimentos – e, assim, evitar faltas e excessos de produtos nos pontos de venda, aumentar o giro de estoques das empresas, reduzir a necessidade de capital de giro e aumentar o retorno sobre o capital investido em estoques.

Em 2007, a Neogrid realizou sua primeira aquisição estratégica, a Mercador, companhia especializada na implementação de projetos de integração e portais colaborativos, que pertencia à Telefônica.

Um ano depois, a Neogrid deu mais um grande passo. Iniciou seu processo de internacionalização com a compra da Agentrics, empresa americana de software para redes de varejo presente, na época, em mais de 24 países, tendo como clientes Carrefour, Casino, Best Buy, Diageo e Walgreens. Ainda em 2008, a Neogrid adquiriu também a VivaCadena, empresa holandesa que fornecia algoritmos para reposição de estoque baseado em Demand Driven, e a XPLAN Business Solutions, voltada à consultoria para cadeia de suprimentos. A Neogrid passava, então, a ter presença global, com escritórios nos Estados Unidos, Inglaterra, Holanda e Japão.

Nos anos seguintes, 2009 e 2010, a empresa ampliou seu portfólio de soluções com a Suite Fiscal Neogrid e passou a oferecer para as indústrias relatórios e análises de visibilidade do ponto de venda, despontando no mercado nacional como uma empresa consolidada.

Em 2012, atingiu a marca de R\$100 milhões em receita líquida. No ano seguinte, realizou sua quinta aquisição e incorporou a provedora de software fiscal G2KA Sistemas, que trazia soluções de Nota Fiscal Eletrônica (“NF-e”), Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (“NFS-e”), Conhecimento de Transporte Eletrônico (“CTe”) e gestão de entrada de documentos e atendia mais de 3 mil clientes.

A sexta aquisição veio em 2014, com a incorporação da BIS Company, fornecedora de soluções de visibilidade de estoque e vendas para indústria e varejo.

Em 2018, a Neogrid realizou mais uma operação no mercado de tecnologia brasileiro ao anunciar a aquisição da Accera. Essa transação trouxe maior inteligência às suas soluções e possibilitou uma expansão significativa de sua rede de dados e ecossistema de negócios.

Com essa transação, em 31 de dezembro de 2018, a Neogrid somava mais de R\$ 190 milhões em receita recorrente combinada líquida. Em 2019, superou a marca de R\$200 milhões em receita líquida. Após 20 anos, a Neogrid oferece soluções para sincronização da cadeia de suprimentos para diversos países do mundo.

### Sobre o fundador

Miguel Abuhab formou-se engenheiro mecânico de produção no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA), em 1964. Mais de uma década depois, em 1978, Miguel fundou a Datasul, empresa que tinha como objetivo auxiliar as indústrias da região a implantarem sistemas de informática voltados ao controle de produção. Em 1998, a Datasul lançou seu sistema de gestão empresarial, o Datasul EMS, e, mais tarde, abriu o capital social em 2006.

Em 1999, o empresário fundou a Neogrid, onde atua, hoje, como Presidente do Conselho de Administração.



## **6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

### **6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

### **6.6 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### 7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

#### Visão Geral da Companhia

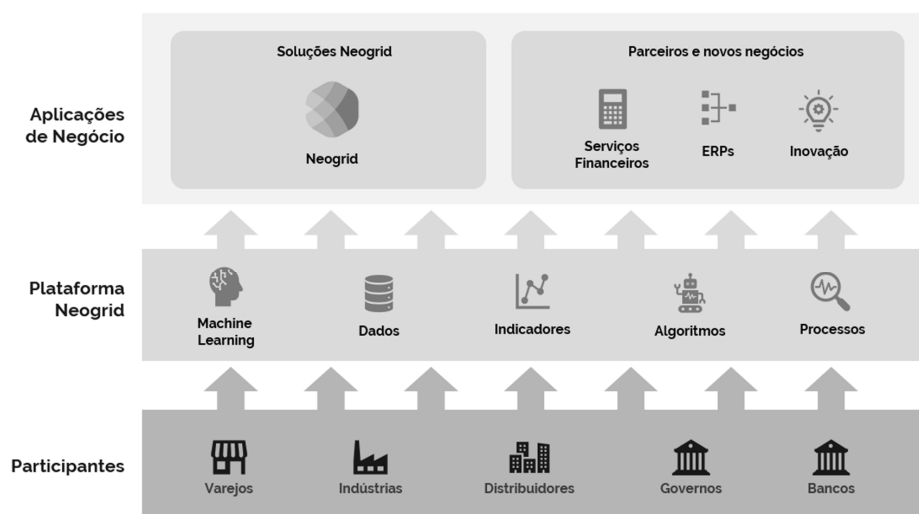
Fundada em 1999, a Neogrid é uma empresa de *Software as a Service* (“SaaS”), *data* e tecnologia que resolve os desafios da cadeia de suprimentos global ao conectar parceiros de negócios (indústrias, distribuidores e varejistas), integrando e sincronizando suas operações através de um portfólio completo e modular de soluções eficientes, precisas e inteligentes. O poder da tecnologia Neogrid é aumentar a disponibilidade dos produtos nas prateleiras, ao mesmo tempo em que reduz os estoques na cadeia de suprimentos. A Neogrid, através de sua ampla rede e plataforma, coloca as empresas no ritmo do consumidor de forma que todos que fazem parte deste ecossistema sejam beneficiados com redução de investimentos nos estoques, liberando assim o capital de giro.

*“Num mundo onde os produtos viraram commodities e preços não são mais diferenciais, o giro de estoque passa a ser a vantagem competitiva decisiva.” – Miguel Abuhab*

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em R\$ mil	Exercício Social findo em 31 de dezembro de:			
	30/09/2020	2019	2018	2017
Receita Líquida	154.525	207.099	177.028	163.701
Lucro Bruto	101.666	145.143	121.403	107.222
EBITDA	34.630	44.929	28.905	17.579
Lucro Líquido	8.579	8.654	11.926	7.797

#### O modelo Neogrid\*

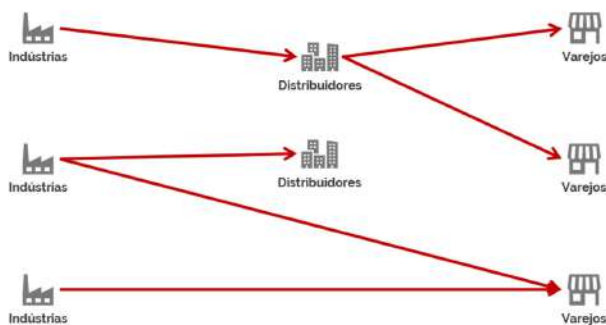


\*Modelo esquemático da relação entre empresas, plataforma e aplicações.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

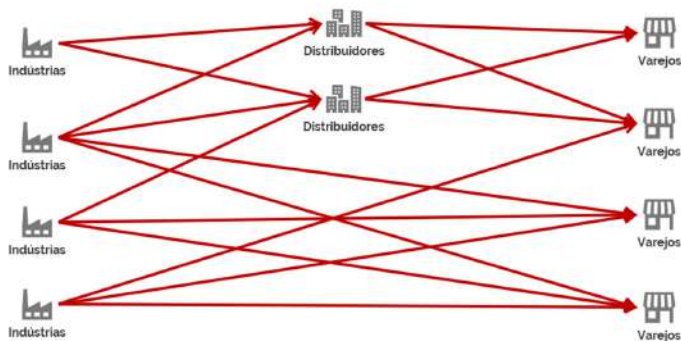
### Participantes (A rede Neogrid)

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil de empresas participantes da cadeia de suprimentos que são conectadas com a plataforma Neogrid. Basicamente toda a cadeia de suprimentos pode participar da rede Neogrid, desde (i) os fabricantes de matéria prima; (ii) as manufaturas de produção dos bens de consumo; (iii) os distribuidores; (iv) os varejistas (grandes redes de varejo, supermercados, farmácias, magazines, lojas de comércio online, pequenos varejistas locais, etc.); incluindo também outros participantes como (v) governos (órgãos responsáveis por documentação fiscal das transações, entre outros documentos); e (vi) bancos (responsáveis por pagamentos, etc.).



Relação de negócios entre as empresas na cadeia de suprimentos.

A rede Neogrid conta atualmente com quase 37 mil de indústrias participantes, mais de 5 mil distribuidores e mais de 150 grandes redes varejistas (que representam milhares de lojas físicas), distribuídos em todo o país e internacionalmente. Esta rede nos abastece com mais de 1 petabytes de dados brutos e 100 terabytes de dados analíticos mensalmente, e gera milhões de interconexões entre parceiros de negócio, permitindo infinitas possibilidades de ganhos para todas as partes envolvidas neste ecossistema.



Potencial de interconexões entre as empresas da rede.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### ***A Plataforma Neogrid***

A Neogrid possui uma plataforma tecnológica de ponta que permite sistematizar todo o processo de colaboração e interconexão da rede Neogrid. Além de possibilitar a conexão dos diversos participantes da rede Neogrid e seus sistemas (ERPs, CRMs, Apps, etc), nossa tecnologia permite a captura de volumes massivos de dados e informações dos milhares de participantes da rede, que por sua vez são depurados, qualificados e explorados através desta plataforma que possui alta capacidade de organização e análise de dados. Estes dados são então traduzidos para os nossos clientes em interfaces *user-friendly* que fornecem suporte e automatizam de forma inteligente suas tomadas de decisão, de acordo com a solução contratada e com sua necessidade de negócio.

Entre as principais informações e dados disponíveis na nossa plataforma estão: pedidos de compras, notas fiscais, relatórios de vendas, níveis de estoques (em lojas, centros de distribuição e fábricas), cupons fiscais, ocorrências logísticas (embarque de mercadorias, carregamento, transporte, entrega, agendamento, etc), ordens de pagamentos, cobranças, dentre diversas outras informações de grande relevância para a cadeia de suprimentos. Todos os dias em nossa plataforma são monitorados milhões de produtos, trafegados milhões de pedidos e notas fiscais, além de milhões de outros documentos, informações e processos compartilhados entre os participantes da rede Neogrid.

Para sustentação técnica da nossa plataforma são utilizadas as mais recentes ferramentas tecnológicas de armazenamento e consulta a grandes volumes de dados ("*big data*") do mercado, algoritmos capazes de calcular processos complexos e tomar decisões estratégicas rapidamente, sistemas de *Machine Learning* que conseguem interpretar padrões e identificar oportunidades, Interfaces de Programação de Aplicativos (*Application Programming Interfaces*, "APIs") de integração, e uma infraestrutura em nuvem ("*cloud*") com tecnologia Microsoft (Microsoft Azure).

Nossa plataforma também nos permite fácil conexão com diversas aplicações de terceiros, o que nos torna agnósticos quanto a outros softwares eventualmente utilizados pelos nossos clientes. Isto, além de facilitar a implementação das soluções Neogrid, também possibilita a criação e desenvolvimento de novas soluções com parceiros (interessados em explorar comercialmente a rede Neogrid) para capitalizar diferentes verticais, clientes ou tipos de negócios que porventura hoje não são explorados pela própria Neogrid ou que necessitem de competências fora do nosso escopo atual. Alguns exemplos de parceiros Neogrid são Nielsen, Lett e Fast Channel (maiores detalhes sobre as parcerias na seção de Soluções Neogrid abaixo).

### ***As Soluções Neogrid***

As soluções Neogrid são as aplicações de negócio que operam sobre a plataforma Neogrid para resolver problemas, gerar inteligência, guiar tomadas de decisão e finalmente gerar resultados tangíveis para os nossos clientes.

A Neogrid, através de suas soluções, busca então resolver um dos maiores desafios da cadeia de suprimentos global: possuir um fluxo de produtos contínuo, eficiente, eficaz, que aumente vendas e que não gere perdas, desperdícios ou atrasos. Buscamos ditar o ritmo das operações dos participantes da rede Neogrid com base no ritmo de compras do consumidor final, e fazemos isso por meio da sincronização das cadeias de suprimentos, automatização dos processos e entrega de decisões mais inteligentes para toda a rede Neogrid.

Para isso, ao longo de sua jornada, a Neogrid desenvolveu um portfólio de soluções completo e modular que permite atender as mais diversas necessidades de cada tipo de cliente (indústria, distribuidores, varejistas), adaptando-se de acordo com as especificidades, realidade, tamanho e maturidade técnica de cada empresa.

Atualmente, acreditamos ser a única companhia no Brasil que oferece um portfólio de soluções de cadeia de suprimentos tão completo e de grande escala. Abaixo, apresentamos a lista das principais soluções que fazem parte do atual portfólio de soluções Neogrid:

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Soluções para a Indústria

- *Integration*
  - Recebimento de Pedidos de Compras dos varejos e distribuidores (EDI)
  - Emissão de Documentos Fiscais eletrônicos aos varejos e distribuidores
  - Emissão de cobranças bancárias e recebimentos (EDI)
- *Demand Activation*
  - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas redes de varejos
  - *Data analytics* sobre o desempenho de vendas nos distribuidores autorizados
  - Gestão operacional sobre o processo de trade marketing nas lojas físicas dos varejos
- *Replenishment*
  - Planejamento de Vendas e Operações (S&OP)
  - Agendamento do envio de mercadorias aos varejos e distribuidores
  - Otimização da Distribuição de mercadorias (DRP e DDR)
  - Automação do Abastecimento aos varejos e distribuidores (VMI)

### Soluções para Varejistas e Distribuidores

- *Integration*
  - Realização de cotações de compras com fornecedores do mercado (*Sourcing*)
  - Envio de Pedidos de Compras para fornecedores (EDI)
  - Recebimento de Documentos Fiscais eletrônicos dos fornecedores
  - Pagamentos e extratos bancários (EDI)
- *Demand Activation*
  - *Data analytics* sobre o desempenho dos produtos nas lojas
- *Replenishment*
  - Agendamento de docas para recebimento de mercadorias dos fornecedores
  - Otimização da distribuição de mercadorias e abastecimento das lojas (DRP e DDR)

Todas as soluções Neogrid estão inseridas em um processo operacional amplo e contínuo, englobando Vendas, Distribuição e Monitoramento mercadológico do desempenho dos produtos junto ao consumidor final. Ou seja, todas as soluções se interconectam de alguma forma, o que gera grande potencial sinergia para nossos clientes que contratam mais de uma solução, e fornece à Neogrid alto potencial de *cross-sell* e *up-sell*. Por ser um portfólio modular, sob uma plataforma agnóstica quanto a softwares de terceiros, e de rápida integração, nossos clientes podem facilmente expandir seus contratos com soluções adicionais. Quanto mais soluções ativadas, mais otimizada se tornará a operação do nosso cliente.

Em adição às soluções acima citadas, a Neogrid também possui diversas parcerias com companhias de renome no mercado, visando expandir ainda mais o nosso alcance de atuação, ampliando cada vez mais a proposta de valor para nossos clientes e aumentando a monetização sobre nossa rede e plataforma. Alguns exemplos de soluções em parcerias que se utilizam de nossa rede e plataforma são:

- Daily Flashes (Nielsen) – Gera *insights* e permite análises sobre o desempenho de vendas de produtos em lojas físicas de redes de varejos;
- eCommerce Insights (Lett) – Permite o monitoramento do desempenho de produtos em lojas de comércio eletrônico;
- eB2B (Fast Channel) – Permite à indústrias fornecer catálogos eletrônicos facilitando o processo de vendas;

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Mercado de Atuação

As atuais soluções Neogrid possuem grande aderência aos segmentos mais expostos às incertezas no comportamento do consumidor e aos que possuem maiores redes de abastecimento e distribuição.

Os segmentos de Bens de Consumo (“CPG”), Farmacêutico, Casa e Construção, Eletroeletrônicos e *Fashion* (moda e calçados) representam a maioria dos clientes em nossa base atual. Diante da amplitude das nossas soluções e da nossa capacidade de oferecê-las de maneira modular e adaptável, encontramos potencial claro de expansão para outras verticais, tais como agronegócio, *healthcare*, automotivo e serviços financeiros. As empresas de grande e médio porte extraem o máximo valor de nossas soluções devido a maior complexidade operacional e consequente maior necessidade de automatizações.

### **Comércio eletrônico crescente e *Omnichannel***

A diversificação dos canais de vendas dos produtos é um fator que torna a cadeia de suprimentos ainda mais complexa. A capacidade de abastecimento, distribuição e redistribuição do estoque para os pontos de venda mais performáticos é fator crítico para o sucesso de portais de comércio eletrônico e também para varejos físicos que atuam simultaneamente via internet.

A massificação do varejo eletrônico se torna uma grande oportunidade para ampliação de tamanho de mercado endereçável da Neogrid, bem como adiciona ainda mais potencial de *cross-sell* e *up-sell*, por indústrias, distribuidores e varejistas, uma vez que as soluções agregam a capacidade de gerenciar o processo de abastecimento neste cenário de alta complexidade, garantindo a disponibilidade dos produtos, sem excessos.

### **O impacto da COVID-19 no negócio da Companhia**

A pandemia da COVID-19 alterou de forma significativa a cadeia de suprimentos global, com aumentos repentinos do consumo de alguns produtos e drástica redução de outros. Este cenário reforçou ainda mais a percepção de quão crítica é a utilização de tecnologias que permitam entender padrões de consumo e reagir rapidamente a às suas variações (tecnologias como a fornecida pela Neogrid).

Neste contexto as empresas estão cada vez mais buscando não só manter como também ampliar o uso de soluções de integração e automação que permitam melhorar seu sortimento de produtos, interagir mais inteligentemente com os participantes da cadeia de suprimentos e equilibrar a operação de abastecimento como um todo. A crise da pandemia da COVID-19 nos leva a crer o quão fundamental a Neogrid é para as Indústrias e Varejos do segmento de bens de consumo.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos da COVID-19 sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser *Software as a Service* - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

### Estratégia

A estratégia da Companhia orienta-se pelos seguintes princípios:

#### ***Ampliar exploração da plataforma Neogrid***

Buscamos ampliar o uso da plataforma Neogrid por meio da inclusão de mais e melhores soluções e também por meio de parceiros, de modo a expandir a proposta de valor aos nossos clientes e enriquecer os dados para melhores tomadas de decisão.

Nossa estratégia de expansão da plataforma Neogrid segue um plano claro e bem definido, tanto para o curto prazo (2020 e 2021), quanto para o longo prazo. No curto prazo, temos em desenvolvimento diversas frentes de desenvolvimento e inovação que buscam melhorar ainda mais nosso portfólio, sendo algumas delas: (i) sincronização de estoque e pagamentos para redes de franquias de nossos clientes; (ii) fornecimento de análises de consumo e preços com base em indicadores macroeconômicos; entre diversos outros. No longo prazo, temos mapeados novos segmentos nos quais a Neogrid tem alto potencial para atuar, como: agronegócio, *healthcare* e serviços financeiros, entre outros. Identificamos oportunidades significativas nestes segmentos e vemos nossa plataforma como um grande ativo para fornecer soluções para clientes destas verticais. Desta forma, continuaremos expandindo a rede, a plataforma e o portfólio Neogrid, e alimentando nosso ciclo virtuoso de sucesso.

#### ***Penetrar em novos mercados através de aquisições de companhias complementares ao nosso portfólio atual***

Nosso histórico de sucesso em aquisições de diversos segmentos evidencia nossa capacidade de condução de processos de M&A, desde o mapeamento de potenciais alvos até a integração completa da companhia adquirida e máxima extração de sinergias. Continuaremos buscando oportunidades que (i) ampliem nossa base de clientes; (ii) aumentem nossa receita recorrente; (iii) nos forneçam novos produtos e serviços que sejam complementares; e (iv) criem ganhos de sinergia relevantes. Como potenciais mercados de nosso interesse, vale ressaltar os segmentos de agronegócios, *healthcare*, automotivo, financeiro, entre outros, com soluções focadas em *data analytics* e *machine learning*.

#### ***Intensificar expansão internacional***

A nossa extensa base de clientes no Brasil, nos Estados Unidos, no Japão e na Europa que possuem operação multinacional permite estender facilmente nosso modelo para outros países que estes clientes já atuam. Esta estratégia é válida tanto para indústrias quanto para distribuidores e varejistas com atuação em múltiplos países. Para nossos clientes multinacionais, a replicação de casos de sucesso e a utilização de uma única solução para todas as suas operações internacionais reduz significativamente a complexidade de suas operações e incentiva ainda mais a contratação da Neogrid para outras geografias.



## **7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

### **7.1-A – Informações específicas de sociedades de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

#### a. produtos e serviços comercializados

Segmento	Descrição
Software	<p>A Companhia oferece ao mercado uma plataforma que possibilita a conexão de diversas empresas (indústrias, distribuidores, varejistas, etc.), negócios e sistemas (ERPs, CRMs, Apps, entre outros) dos mais variados setores (“<u>Plataforma Neogrid</u>”). Através da Plataforma Neogrid, os clientes da Companhia passam a fornecer e acessar informações, além de contratar as soluções disponíveis para a sua necessidade de negócio, sendo elas: (i) <i>Integration</i>; (ii) <i>Demand Activation</i>; e (iii) <i>Replenishment</i>. Para maiores detalhes e informações das soluções apresentadas pela Companhia, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.</p> <p>Esta tecnologia permite a Companhia integrar e sistematizar todo o processo de colaboração e conexão entre os milhares de parceiros de negócios presentes na malha Neogrid e, com isso, entregar decisões mais inteligentes à operação de seus clientes. O produto permite a captura de um número bastante relevante em termos de volumes de dados e informações que, por sua vez, podem ser ainda mais depurados, qualificados e explorados, de acordo com o caso e objetivo de cada cliente.</p> <p>Entre as principais informações e dados presentes na Plataforma Neogrid, estão: (i) os pedidos de compras; (ii) notas fiscais; (iii) relatórios de vendas; (iv) níveis de estoques (em lojas físicas, centros de distribuições e fábricas); (v) cupons fiscais; (vi) ocorrências logísticas (transporte de mercadorias, carregamento, entrega, agendamento, etc.); (vii) ordens de pagamentos; (viii) cobranças; e (ix) entre outros.</p> <p>Atualmente, dentro da Plataforma Neogrid são diariamente monitorados milhões de produtos e trafegados milhões de pedidos, notas fiscais, entre outros documentos compartilhados entre indústrias e varejistas.</p> <p>Em relação a base tecnológica da Plataforma Neogrid, são construídas as aplicações e negócios que utilizam este grande volume de informações e que são as atuais soluções ofertadas aos clientes. As soluções construídas sobre a plataforma são o que de fato geram a receita desta grande rede de empresas conectadas. Para mais informações sobre de onde é proveniente a receita, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.</p>

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo ilustra a composição da receita líquida operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

#### Período de nove meses findo em 30 de setembro de

Em R\$ mil Segmento	2020		2019	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Software	154.525	100%	155.141	100%
<b>Receita Total</b>	<b>154.525</b>	<b>100,00</b>	<b>155.141</b>	<b>100,00</b>

#### Exercício social findo em 31 de dezembro de

Em R\$ mil Segmento	2019		2018		2017	
	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total	Receita líquida	% do total
Software	207.099	100,00	177.028	100,00	163.701	100
<b>Receita Total</b>	<b>207.099</b>	<b>100,00</b>	<b>177.028</b>	<b>100,00</b>	<b>163.701</b>	<b>100,00</b>

### c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

#### Período de nove meses findo em 30 de setembro de

Em R\$ milhares Segmento	2020		2019	
	Lucro	% do total	Lucro	% do total
Software	8.579	100%	5.284	100%
<b>Lucro Líquido Total</b>	<b>8.579</b>	<b>100%</b>	<b>5.284</b>	<b>100%</b>

#### Exercício social findo em 31 de dezembro de

Em R\$ milhares Segmento	2019		2018		2017	
	Lucro	% do total	Lucro	% do total	Lucro	% do total
Software	8.654	100,00	11.926	100,00	7.797	100,00
<b>Lucro Líquido Total</b>	<b>8.654</b>	<b>100,00</b>	<b>11.926</b>	<b>100,00</b>	<b>7.797</b>	<b>100,00</b>

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### a. características do processo de produção

Devido à complexidade da cadeia de suprimentos e dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia diante das variações no comportamento do consumidor e multicanalidade, a Companhia entende que seu processo produtivo necessita, desde o início, ser muito alinhado aos objetivos e necessidades de seus clientes, visando gerar e entregar o máximo resultado para estes. Isso envolve um alto nível de atenção com a experiência oferecida aos clientes, agilidade e velocidade dos processos de desenvolvimento, vendas e atendimento.

Toda a estrutura de construção, sustentação e capitalização dos produtos que a Companhia provê é pensada de forma a atender as mais complexas demandas e desafios que seus clientes possuem, ao mesmo tempo entregar uma experiência positiva de resultados incrementais desde a primeira interação com a Companhia.

#### Tecnologia e Desenvolvimento

Apesar de ser um ciclo contínuo que se retroalimenta, consideramos a estruturação tecnológica como a primeira etapa do processo de produção, pois ela provê as capacidades que sustentarão as operações e etapas seguintes e, ao mesmo tempo, gera um ambiente onde as oportunidades de negócio possam se desenvolver. A estrutura operacional de tecnologia se divide da seguinte forma:

- Arquitetura de dados
  - Engenharia, planejamento e estruturação de dados – Garante a pavimentação para melhorar o fluxo de informação, desempenho e capacidade de armazenamento;
  - Ingestão de dados – Responsável pela leitura, transformação, tradução de dados e informações que vão compor o *Datalake* Neogrid;
  - Qualidade e enriquecimento de dados – Complementa informações aos dados com base em algoritmos e inteligência artificial ao mesmo tempo que identifica incorreções e *outliers* dentro da base;
  - Governança de dados – Administra e garante o funcionamento dos processos de qualificação e segurança que atestam a qualidade, consistência e segurança dos dados presentes na base; e
  - Ciência de dados – Gera leituras, estatísticas e *insights* sobre os dados estruturados e qualificados na base.
- Desenvolvimento e Arquitetura de Produtos
  - Desenvolve e mantém aplicações e APIs que acessam as informações da plataforma e geram ações que são consumidas pelos clientes e demais sistemas da companhia, bem como as interfaces de operação dos clientes da Companhia. Fornece *frameworks* tecnológicos para a construção dos sistemas da Companhia dentro de um padrão de qualidade, UX, UI, Design, garantindo assim a congruência e integração entre os diversos módulos, bem como a padronização da experiência dos clientes com aplicações da Companhia.
- Cloud Services
  - Fornece, planeja e administra os recursos de nuvem utilizados pelas aplicações e dados da Companhia. Garante a otimização dos recursos no sentido extrair o máximo deles com o custo adequado de cada operação. Provê a infraestrutura tecnológica para conectividade, armazenamento e segurança da informação.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

#### **Produto e Inovação**

Com processos focados no planejamento e no entendimento dos desafios enfrentados pelos clientes da Companhia em seus segmentos do mercado, bem como o desenho da experiência dos clientes com o uso da plataforma e dos módulos da Companhia, os times de produtos são responsáveis pela elaboração de soluções de negócio e tradução para os times de tecnologia nas visões de curto, médio e longo prazo de nossa estratégia. Para promover o aprofundamento das equipes nas realidades de cada cliente, as equipes são estruturadas de forma segmentada:

- **Estratégia de Portfólio de Produtos**
  - Planeja e gerencia a conexão entre os produtos da Companhia, bem como a gestão do ciclo de vidas dos produtos no mercado.
- **Produtos Manufatura**
  - Foco em compreender e planejar o *roadmap* de soluções voltadas às indústrias e manufaturas clientes e potenciais clientes da Companhia.
- **Produtos Varejo e Distribuidores**
  - Foco em compreender e planejar o *roadmap* de soluções que atendem os desafios de varejos e distribuidores.
- **Inovação**
  - Equipe responsável pela pesquisa e descoberta de novas linhas de negócio e novas aplicações tecnológicas nos mercados onde a Companhia atua e novos mercados. Possui um time de desenvolvimento próprio para a geração de *Minimum Viable Products - MVPs* (produtos minimamente viáveis) que validam hipóteses de negócios junto aos clientes e parceiros.

#### **Customer Success**

Com foco no cliente, todo o processo de atendimento da Companhia é compreendido como “Customer Success”, devido ao fato de estar presente nas diversas interações com os clientes (atendimento a dúvidas, implantação, configurações, treinamentos etc.) para melhorar o uso dos produtos e a experiência que a companhia oferece. Possui também um viés analítico uma vez que identifica nos clientes, através dos objetivos e necessidades, oportunidades de melhorias no processo como um todo. Essa visão proativa automaticamente gera novas oportunidades nos clientes tanto através do melhor uso dos produtos já contratados, como através da contratação de novos módulos (*up-selling* e *cross-selling*).

A atividade de *Customer Success* ocorre de forma personalizada, segmentada por mercado de atuação, porte e nível de maturidade de cada cliente garantindo mais agilidade e flexibilidade em clientes com cenários simples ao mesmo tempo que permite o aprofundamento em clientes com cenários operacionais mais complexos.

- **Entrega**
  - Responsável pelo *onboarding* do cliente na Companhia, passando pela implantação, configuração, integração com ERPs e sistemas internos até o treinamento de uso dos produtos.
- **Pós Entrega**
  - Consiste no atendimento aos clientes usuários dos produtos da Companhia, através de *chat*, telefone, e-mail e ferramentas internas de atendimento. As principais atividades desenvolvidas são atendimento a dúvidas operacionais, suporte a configurações e tratamento de problemas voltados a desempenho, segurança, integração e evoluções dos produtos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Customer Success Varejos/Distribuidores
  - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes nos setores de varejos e distribuidores.
- Customer Success Indústrias
  - Foco em analisar e apoiar o melhor aproveitamento das soluções que atendem os desafios de clientes de indústrias e manufaturas.

#### b. características do processo de distribuição

A forte atuação da Companhia nos diversos setores de mercado (Indústria, Distribuidores e Varejo), em diversos segmentos, portes e países onde a Companhia atua, demanda uma estratégia de vendas bem estruturada, uma equipe bem preparada e, principalmente, processos maduros que permitam o ganho de escala com excelência. Estes 3 (três) pilares combinados garantem à Companhia sucesso no processo de vendas ano após ano, sempre superando as metas definidas e resultando na abertura de novos mercados.

Além de um processo de *Customer Success* favorecer a geração de oportunidades da base, o processo de vendas é composto por dois pilares: (i) fluxo de marketing voltado para as vendas; e (ii) uma equipe comercial estruturada para atendimento dos diversos segmentos e perfis de clientes.

#### Equipe de Marketing

Oferece através de eventos, *webinars*, *e-books*, *newsletters*, vídeos e relacionamento com clientes por telefone, visando a geração de um fluxo contínuo de novas oportunidades nos diversos produtos oferecidos em nosso portfólio.

- Branding
  - Além da marca em si, *rebranded* em 2017, a Companhia gera conteúdo relevante para a imprensa escrita, rádio e TV mantendo desta forma portas abertas para fornecimento de níveis maiores de informações que se transformam em oportunidades de negócios.
- Marketing Digital
  - Geração de conteúdo para internet, *webinars*, *e-books*, *newsletters*, vídeos, vinculados ao fluxo de vendas *Inbound* e *Sales Development*.
- Sales Development
  - Equipe que apoia os clientes na interpretação e descobertas de novas oportunidades ao mesmo tempo endereçando os desafios às corretas soluções. Os principais materiais da equipe são campanhas de marketing digital e dados da própria plataforma da Companhia.

#### Equipe Comercial

A Companhia conta com um maduro processo comercial que garante o atendimento aos mais diversos segmentos de mercado e aos mais diversos portes de clientes através de operações diferentemente estruturadas para vendas complexas, vendas em escala e vendas através de parceiros e canais.

- Vendas Diretas
  - Voltados a contas de alto potencial, possui uma equipe de experientes Gerentes de Negócio que atuam em parceria com *Customer Success* para apoiar os clientes na de otimização de seus processos e de suas cadeias de abastecimentos.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Inside Sales
  - Atendendo demandas oriundas de clientes (*inbound*) e impulsionando campanhas de marketing (*outbound*), o *Inside Sales* é o processo de vendas em escala com alcance nacional e internacional, utilizando-se das melhores ferramentas para frequência e cadência na abordagem de potenciais clientes.
- Canais e Parceiros
  - Focado no desenvolvimento de parceiros de vendas que podem distribuir produtos da Companhia, desde empresas de consultoria até sistemas ERPs que podem de forma integrada incluir a tecnologia da Companhia em seus negócios.
- Arquitetura de Soluções
  - Equipe técnica que apoia vendas complexas onde se faz necessário a análise e construção de cenários para viabilizar o fechamento de negócios. O arquiteto de soluções possui uma visão global da plataforma e das soluções da Companhia de modo a visualizar a melhor adequação das mesmas nos mais diversos cenários dos clientes da Companhia.

#### Estratégias de atuação

O crescimento de vendas está baseado na ampliação do uso dos produtos pelos clientes atuais (*up-selling*) e na aquisição de novos clientes em segmentos ainda pouco explorados pela Companhia. O trabalho de atendimento a grandes contas, *Customer Success* e marketing digital são as bases para o crescimento de vendas diretas, ao passo que a construção de novas parcerias é fundamental para o crescimento das vendas indiretas.

- Clientes atuais
  - Up-sell e Cross-sell
    - Impulsionado pelo contínuo processo de *Customer Success*, atendimento comercial a contas estratégicas e marketing digital.
  - Expansão Internacional
    - O aproveitamento da grande base de clientes multinacionais no Brasil, tem como resultado a expansão para a América Latina, Ásia e Europa, replicando bons resultados entregues no Brasil, em um cenário internacional.
- Novos clientes, novos segmentos
  - As experiências de sucesso da Companhia em segmentos como: (i) bens de consumo; (ii) eletroeletrônicos; (iii) farmacêutico; (iv) etc., chamam a atenção de outros mercados com desafios similares para o abastecimento de produtos. Segmentos como: (i) agronegócio, (ii) saúde humana; (iii) saúde animal; (iv) automotivo; (v) entre outros, são possibilidades de expansão, pois não contam em seus segmentos com uma plataforma completa e soluções maduras como as fornecidas pela Companhia.

#### Modelos de precificação por solução

A precificação de nossas soluções é composta por um fator fixo (assinatura mensal), que é definido baseada na segmentação e porte de clientes da Companhia, e por fator variável adicional, conforme detalhado abaixo:

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Integration
  - Volume de transações – A solução *Integration* e seus módulos utilizam como principal *driver* para precificação o volume de transações, dependendo dos módulos, ora traduzido em volume de documentos, ora traduzido em volume de *kilobytes* (kB) trafegados nas soluções. Este modelo permite a cobrança proporcional ao espaço e ao processamento necessário para cada operação.
- Demand Activation
  - Quantidade de conexões – A solução *Demand Activation* oferece principalmente uma relação entre os parceiros de negócios (tal como uma indústria e o varejista), sendo desta forma o modelo de cobrança traduzido na quantidade de empresas conectadas pelo cliente. Sendo assim, por exemplo, quanto mais redes de varejo uma indústria nos contratar para acompanhamento, maior será o preço final da receita recorrente paga por ela. A quantidade de empresas monitoradas é o fator de cobrança para esta solução.
- Replenishment
  - Tamanho da operação – A medição de tamanho da operação, reflete a complexidade específica do processo de abastecimento da empresa. As variáveis que formam este porte operacional (ou seja, o dimensionamento feito pela Companhia para apurar o tamanho da atividade/operação do cliente) envolvem: (i) a quantidade de lojas; (ii) quantidade de CDs abastecidos; (iii) quantidade de SKUs (produtos) envolvidos na operação; etc. Estas variáveis dimensionam a operação, ditando o nível de preço aplicado para o cliente.

#### c. características dos mercados de atuação

##### i. participação em cada um dos mercados

###### Segmentos de Atuação

Por ser um ecossistema que atua em toda a cadeia de suprimentos conectando indústrias, distribuidores e varejos, a Companhia possui naturalmente soluções para estes 3 (três) diferentes setores. Ainda assim, os desafios enfrentados pelos diferentes segmentos alinham e englobam os produtos da Companhia, linguagem de atendimento e vendas às realidades dos clientes nos principais setores que atualmente atendemos:

- Bens de Consumo
  - Indústrias de alimentos, bebidas, produtos de higiene e beleza, produtos de limpeza, laticínios, papéis, grãos a farináceos, bazar, etc.
  - Redes de supermercados, atacados, hipermercados e-commerce.
- Farma
  - Indústrias de higiene e beleza, cosméticos e medicamentos.
  - Redes de farmácias e e-commerce.
- Casa e Construção
  - Indústrias de materiais de construção, móveis, tecidos, eletrônicos, materiais elétricos, cerâmicas etc.
  - *Home centers* e e-commerce.
- Eletroeletrônicos
  - Indústrias de eletrônicos, linha branca, linha marrom, linha azul, etc.
  - Magazines, lojas de eletros e e-commerce.



### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Moda
  - Indústrias de calçados, *fast-fashion*, etc.
  - Lojas de departamentos e franquias.

#### Brasil

A Companhia se consolida forte no mercado brasileiro, com cerca de 7.000 (sete mil) clientes, distribuídos em todas as soluções e segmentos. De fato, não encontramos atualmente no país uma companhia que ofereça um portfólio com a amplitude que a Companhia possui, sendo que entendemos ser o único player capaz de entregar resultados completos no que tange a sincronização de vendas, estoques, documentos e operações relativas a cadeia de suprimentos como um todo.

#### Mundo

A Companhia tem expandido sua presença no mercado internacional desde 2008, com uma base de aproximadamente 300 clientes. Contando com grandes projetos nos Estados Unidos e na Europa, a expansão internacional é uma grande oportunidade de crescimento para a Companhia, visto que o processo de vendas ainda não focou no ganho de escala em outros países. Mesmo assim, os projetos fechados nas unidades internacionais mostram uma aderência e aceitação de soluções muito alta e ótimos níveis de relacionamentos. Os produtos estão preparados para cenários multi-idiomas e multi-moedas, quando necessário. As ofertas da Neogrid são utilizadas em mais de 100 países.

#### **Visão Geral Mercado de *Software* & Tecnologia**

A indústria de *software*/IT começou a se desenvolver mais fortemente a partir da década de 1990 e se consolidou em diversas geografias conforme os computadores se tornaram parte fundamental da vida cotidiana de pessoas e empresas ao redor do mundo. A indústria de *software* é composta por peças importantes, como programadores, *designers*, profissionais de *marketing* e vendedores. Enquanto alguns programas são projetados para uso geral, outros programas são projetados de acordo com as necessidades específicas do cliente em questão.

O mercado mundial e brasileiro de *software* – junto com o seu macro setor (tecnologia) –apresentou um ritmo acelerado de crescimento ao longo da última década, devido à conjunção de novos usuários e engajamento crescente. O setor foi um dos líderes de performance em bolsas de valores mundiais ao longo de 2019 e, mesmo durante o desafiador período de retomada econômica pós COVID-19, continua a performar acima de setores de forte crescimento histórico, como infraestrutura e consumo.

Dada a forte ligação entre o setor de *software* e demais subsegmentos de tecnologia, e por ser formado por empresas com histórico de inovações e que sempre estão no foco de criação de novas tecnologias, existe uma tendência positiva entre especialistas e investidores do setor sobre o potencial de crescimento e de fluxos futuros para as empresas setor deste segmento.

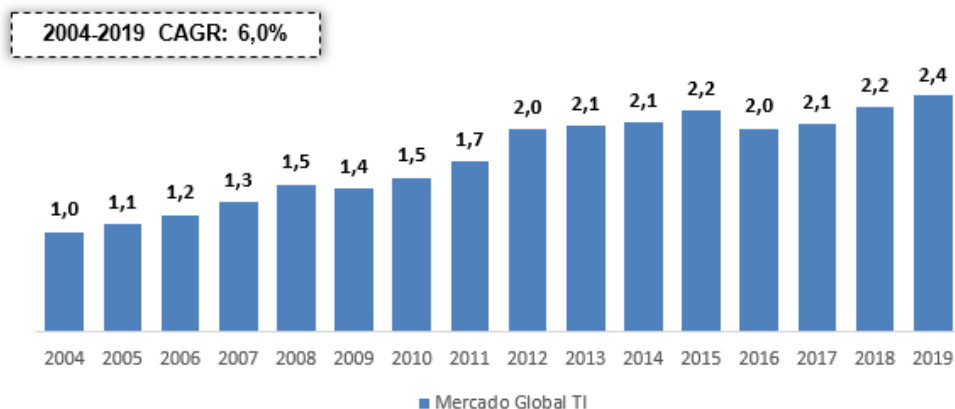
#### **Mercados Globais**

##### **Mercado Global de TI**

O mercado de TI é dividido em três subsegmentos, *Software*, *Serviços* e *Hardware* e, em uma esfera global, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), possuía, em 2019, um tamanho de mercado estimado de US\$ 2,4 trilhões. Este vem crescendo em ritmo constante, o que aponta grande resiliência do setor.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Histórico de crescimento mercado global de TI (US\$tri)

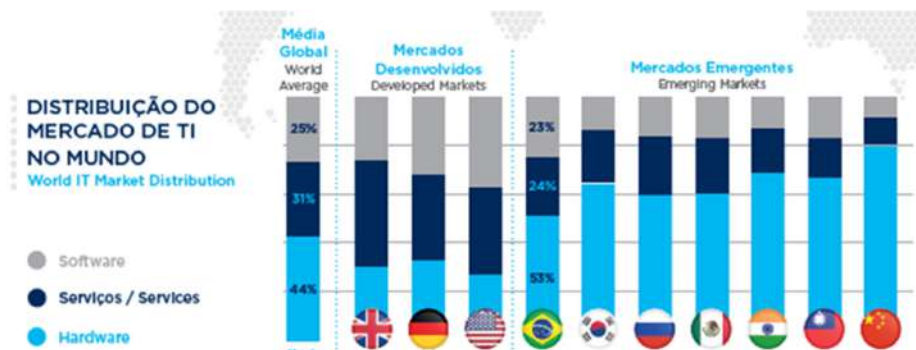


Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

A participação dos subsegmentos no mercado total de TI em cada país varia e está correlacionada com o nível de desenvolvimento e penetração de ferramental tecnológico. Países menos desenvolvidos, no geral, possuem um subsegmento de *Hardware* mais predominante do que os de *Software* e *Serviços*. Esse fenômeno pode ocorrer tanto pela falta de investimentos em tecnologia - que inibe o desenvolvimento dos subsegmentos de *Software* e *Serviços* - quanto por altos níveis históricos de investimentos em manufaturas, processo que fomentou altos níveis de produção de produtos como os de *Hardware*, como é o caso de China, Taiwan e Índia.

Segundo a ABES, em 2019, a média global de distribuição dos subsegmentos de TI é de 25% para *Software*, 31% para *Serviços* e 44% para *Hardware*. No Brasil, no mesmo período essa distribuição é de 23% para *Software*, 24% para *Serviços* e 53% para *Hardware*, indicando um espaço de crescimento para *Software* e *Serviços*. Países emergentes como Rússia, México, Índia, Taiwan e China possuíam – em alguns casos – em 2019 mais de 70% da distribuição favorável a *Hardware*.

Analisando a participação de cada país no mercado de TI global, em 2019, percebe-se que os EUA possuem uma posição consolidada, com um mercado de cerca de US\$ 871 bilhões, seguidos pela China (US\$ 263 bilhões) e Japão (US\$ 148 bilhões). O Brasil ocupava, em 2019, a 10ª posição no ranking, com um tamanho de mercado de US\$ 43 bilhões.

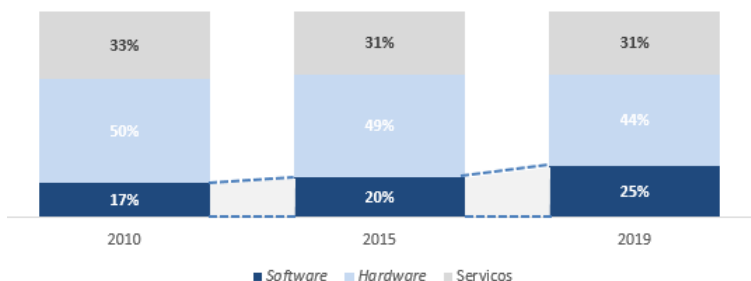


Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

Analisando a evolução da participação global de cada subsegmento, percebe-se que, entre 2010 e 2019, a participação do subsegmento de *software* aumentou, enquanto a de *hardware* e *serviços* reduziu.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Evolução global da participação dos sub-segmentos de TI (%)**



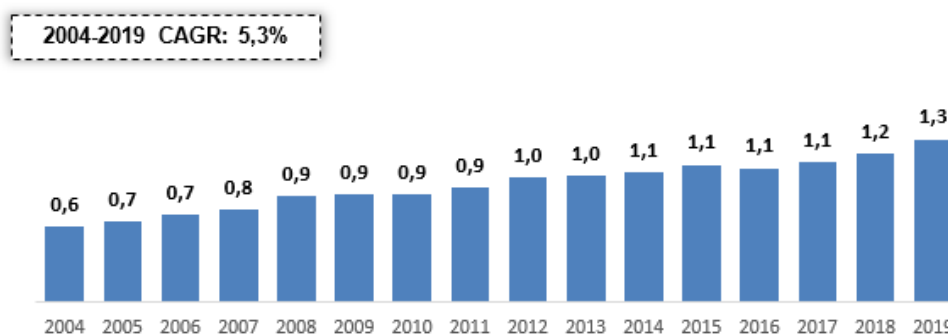
Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

#### Mercado Global de Software e Serviços

O mercado mundial de Software e Serviços atingiu, em 2019, o valor de US\$ 1.332 bilhões, e segundo o último relatório da ABES. O Brasil figurava, em 2019, na 11ª posição no *ranking* mundial, com um mercado interno de aproximadamente US\$ 20,5 bilhões.

De acordo com o último relatório da ABES, dentre os principais países do *ranking*, os EUA possuíam o maior e mais relevante mercado do setor (US\$ 615 bilhões), representando 46,2% do mercado global. Em seguida, está o Japão, com 6,2%; seguido pelo Reino Unido com também 6,2%.

- **Histórico de crescimento mercado global de Software (US\$tri)**



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

#### Mercado de TI na América Latina

Ainda considerando o mercado de TI, segundo a ABES, a América Latina tem se destacado, em comparação com outros mercados, por apresentar uma forte tendência de crescimento combinada com níveis consideráveis de volatilidade. Em 2019, o mercado total registrou tamanho de US\$ 106 bilhões.

O Brasil é o líder desse mercado e tem impulsionado o seu crescimento, de forma a representar aproximadamente 40,7%, ou US\$ 43 bilhões do mercado total da América Latina.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Participação no mercado de TI da América Latina em 2019 (US\$bi)



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

#### Mercado Brasileiro de TI

De acordo com o último relatório da ABES, o setor global de TI apresentou, em 2019, um crescimento de 5,0% em relação a 2018. O mercado brasileiro, por sua vez, atingiu R\$162 bilhões (US\$40 bilhões<sup>1</sup>).

Em 2019, segundo o IBGE, o crescimento do PIB nacional foi de 1,1%, totalizando R\$ 7,257 trilhões. Trata-se do terceiro resultado positivo, seguindo as altas de 1,3% de 2017 e de 2018. O PIB per capita variou 0,3%, em termos reais, alcançando R\$34.533, em 2019. Em 2020, devido à crise do COVID-19, o PIB acumulado em 12 meses do segundo semestre foi de -5.9%.

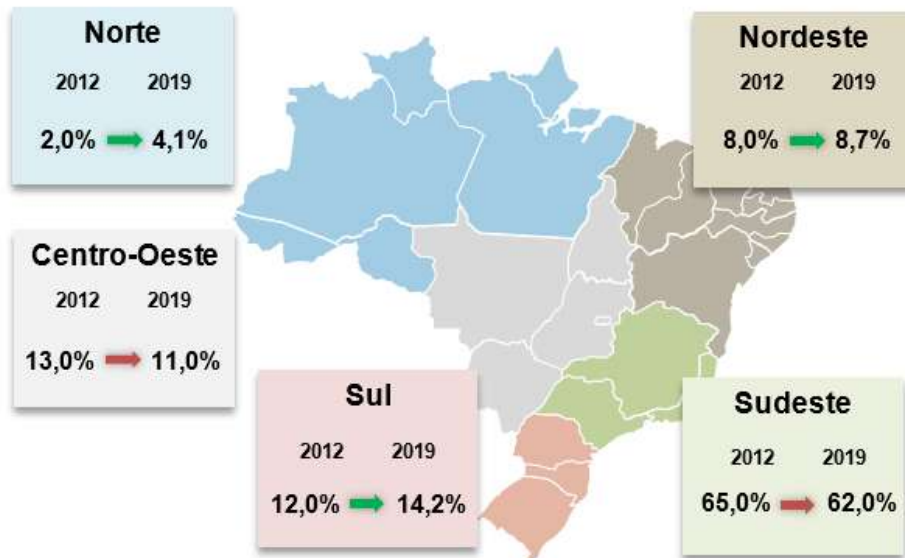
Segundo o IBGE, em 2019, serviços e a indústria tiveram variação positiva de 0,6% e 0,2% no PIB, respectivamente, enquanto a agropecuária recuou 0,4% quando comparado ao ano de 2018. Comparativamente, em 2019, os investimentos em TI demonstraram crescimento considerável em termos percentuais do PIB em comparação ao ano de 2018, da ordem de 2,3%, de forma a possibilitar a maior penetração de soluções tecnológicas dentro do mercado brasileiro.

Conforme a ABES, dentro do segmento, em 2019, os serviços de TI tiveram maior relevância, embora o mercado de *software* tenha apresentado o crescimento anual mais acentuado em 2019, da ordem de 16% quando comparado ao ano de 2018. Esse crescimento ocorreu a despeito do fato de que muitas das empresas de prestação de serviços são constituídas por pessoas oriundas de fábricas de *software*, refletindo no aumento da participação de empresas dedicadas à prestação de serviços.

<sup>1</sup> Valor em dólar considera uma taxa de câmbio de 4,0190 com base na data de 01/01/2020

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Evolução da distribuição regional do mercado brasileiro de TI em termos percentuais (%)

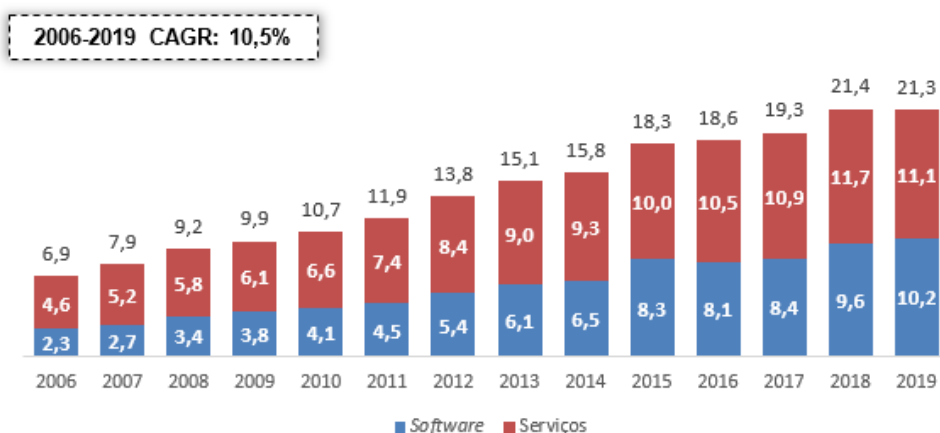


Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

#### Mercado Brasileiro de Software e Serviços

O mercado brasileiro de *software* e serviços totalizava, em 2019, US\$ 21,3 bilhões, incluindo exportações. Desses, 51,9% são provenientes de serviços e 48,1% de software. O mercado vem apresentando crescimento constante, tendo registrado uma taxa de crescimento anual composta de 10,5% de 2006 até 2019.

- Histórico de crescimento mercado brasileiro de Software em 2019 (US\$bi)



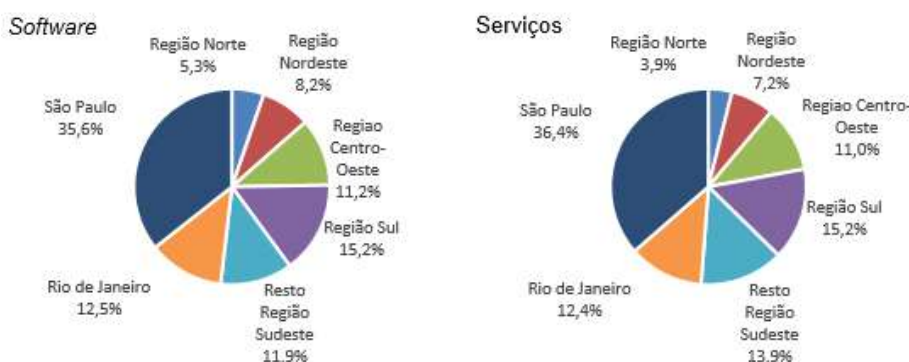
Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De acordo com o último relatório da ABES, para o segmento exclusivo de *software*, uma porcentagem crescente, porém menos relevante, é derivada de desenvolvimentos nacionais, correspondendo a, aproximadamente, 19,4%. Além disso, 78,5% vem de desenvolvimentos no exterior e a parcela restante é voltada para o mercado externo, aproximadamente 2,1%. Por outro lado, o segmento de serviços concentra 84,8% em desenvolvimentos nacionais e apenas 9% é derivada de *software* feitos sob encomenda, 0,6% é desenvolvido no exterior e 5,6% voltados para o mercado de exportação.

Em relação à distribuição geográfica, ao longo dos anos o crescimento do mercado de *software* e serviços brasileiro vem sendo liderado pela região Sudeste, sendo esta a responsável por 60,0% do mercado de *software* e 62,7% do mercado de serviços:

- **Participação dos estados no mercado brasileiro de Software em 2019 (%)**



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de Software 2020

De acordo com o último relatório da ABES, nos últimos anos, os produtos de *software* e serviços para exportação tiveram bons resultados, com crescimento da ordem de 29% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal crescimento se deve em muito à busca de empresas de *software* brasileiras por atuação em mercados estrangeiros, principalmente na América Latina.

De acordo com o último relatório da ABES, o mercado total de *software* obteve, em 2019, um leve crescimento devido ao cenário de recuperação econômica no País. Ainda neste ano, a utilização de programas de computador desenvolvidos no País representou 28,5% do investimento do setor, mantendo a tendência de participação do *software* desenvolvido no País em relação ao mercado total.

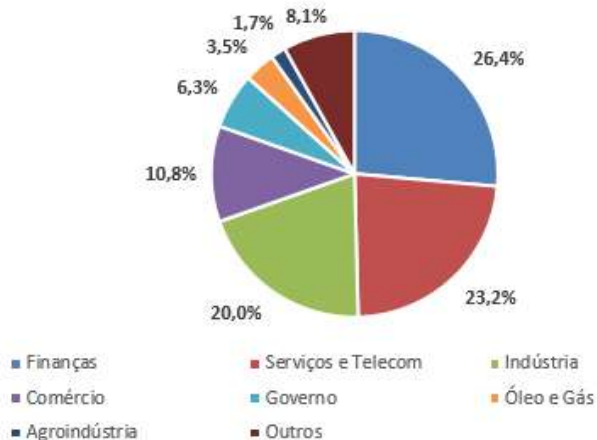
Um fator característico deste mercado é a relevante fragmentação existente. Das 21.020 empresas dedicadas ao desenvolvimento e produção de *software*, distribuição e prestação de serviços no mercado nacional, em 2019, 58,3% delas tinham como atividade principal o desenvolvimento e produção de *software* ou prestação de serviços, de acordo com o último relatório da ABES.

Considerando-se apenas as 5.519 empresas que atuam no desenvolvimento e produção de *software*, cerca de 95,3% podem ser classificadas como micro e pequenas empresas, segundo análise realizada pelo critério de número de funcionários (até 99 funcionários).

De acordo com o último relatório da ABES, em 2019, aproximadamente 50% do mercado final foi composto por empresas dos setores de Finanças, Serviços e Telecomunicações, seguidos por Indústria e Comércio com menor relevância. A vertical de Governo mostrou uma recuperação em 2019 em relação aos anos anteriores, passando de uma participação de 3,7% do mercado em 2018 para 6,3% em 2019. Ao mesmo tempo, a vertical de Comércio apresentou o maior aumento nos investimentos em TI no ano de 2019, de cerca de 16,9%.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- Participação dos setores no mercado de *Software* brasileiro em 2019 (%)



Fonte: ABES – Estudo do Mercado Brasileiro de *Software* 2020

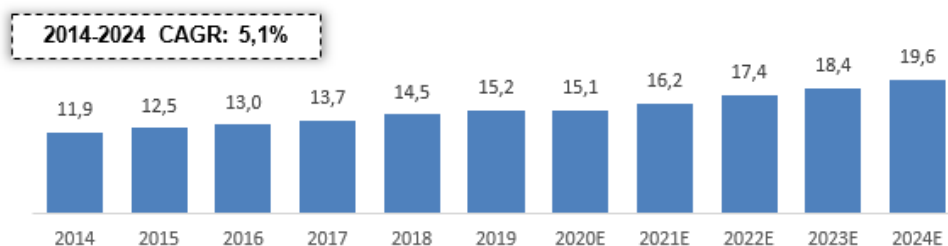
Em termos de penetração de uso de equipamentos e mobilidade, os *smartphones* lideram o crescimento do mercado, em 2019, com uma participação incremental de 8,8%, seguidos por *notebooks*, com 4,5%, e *desktops* com 3,8% quando comparados ao ano anterior. Apesar do número crescente de aparelhos, as conexões de dados ativas no Brasil, incluindo as de uso corporativo e de uso doméstico, mantiveram-se estáveis em relação a 2018.

No segmento da computação em nuvem, o mercado mostrou crescimentos expressivos em 2019. As soluções *Software-as-a-Service* (“SaaS”) tiveram aumento de 48,7%, ao mesmo tempo que as soluções *Platform-as-a-Service* (“PaaS”) cresceram 55,4% em relação a 2018. No segmento de IoT, o mercado, incluindo *hardware* de conectividade, *software* e serviços, também cresceu, a uma taxa de 18,7% em relação a 2018.

#### Mercado de varejo e a evolução do e-commerce

O varejo global tem crescido em ritmo forte impulsionando setores relacionados, incluindo a demanda por serviços relacionados a cadeia de suprimentos. Estimativas da Euromonitor projetam um crescimento composto anual de 5,1% entre os anos de 2014 e 2024, com a expectativa de que o mercado alcançará um valor de vendas global de US\$ 19,6 trilhões em 2024.

- Evolução de vendas de varejo global (US\$tri)



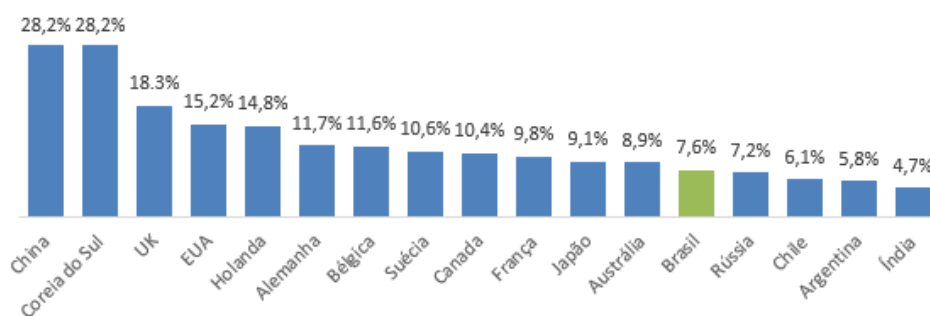
Fonte: Euromonitor

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Como parte da tendência de crescimento do mercado de varejo, a ascensão do e-commerce tem contribuído para o desenvolvimento de soluções relacionadas à cadeia de suprimentos e representado uma parcela relevante da demanda por serviços de logística. De acordo com a Euromonitor, as vendas geradas globalmente pelo segmento de e-commerce alcançaram US\$ 2,0 trilhões em 2019, representando uma evolução de 19% em comparação ao ano anterior. A expectativa é de que, até 2024, tal faturamento alcance aproximadamente US\$ 4,0 trilhões.

O e-commerce brasileiro, em 2019, segundo a Euromonitor, totalizou US\$19,0 bilhões em vendas. Ao comparar com níveis estrangeiros de penetração do e-commerce no setor de varejo, observa-se que o mercado brasileiro apresenta um potencial de aumento da penetração em relação ao apresentado por outros países. Segundo a Euromonitor, as projeções indicam que o e-commerce brasileiro alcance, em 2024, uma participação de 13,8% no mercado total de varejo brasileiro, comparado a uma participação de 7,6% em 2019.

- **Penetração do e-commerce em países selecionados em 2019 (%)**



Fonte: Euromonitor

No período recente em que desafios de mobilidade e abastecimento surgiram pela pandemia do COVID-19, o volume transacionado por meio de e-commerce possibilitou este se tornar uma ferramenta fundamental para vendas de grandes a pequenas empresas. A sua relação direta com novas tendências de mercado possibilita também o aumento de ganhos relacionados à otimização de transporte e logística.

Por sua vez, a ascensão do e-commerce e de novas tecnologias dentro do varejo gera um aumento da complexidade da cadeia de suprimentos, com aumento da imprevisibilidade da demanda no que tange aos mercados regionais, e uma necessidade de atender o consumidor em prazos menores. Com isso, o fator “praça/local/região” perde consideravelmente a relevância levando a uma alteração nos estímulos de compra, que demandam uma adaptação por parte dos varejistas em direção a soluções mais sofisticadas de logística.

Como resultados de tais mudanças, muitos varejos necessitaram desenvolver *dark stores*, centros voltados ao abastecimento, para poder atender modelos de e-commerce sem prejudicar seus processos de abastecimento para lojas físicas.



## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

### Outros fatores globais relevantes à cadeia de suprimentos

Além do aumento da penetração de uso e comercialização em plataformas online, observa-se uma tendência de mudança comportamental que tem dificultado os processos de abastecimento e logística de varejistas: consumo de alimentos orgânicos e com menor industrialização junto ao fortalecimento de indústrias de nicho estão mudando a cesta de compras dos consumidores e afetando a cadeia de abastecimento como um todo. Os principais efeitos são o desequilíbrio em estoques (excesso de alguns produtos e faltas de outros) e a necessidade de direcionamento de outros esforços, como marketing, para atender essas necessidades específicas. Um exemplo muito claro é o fato de que muitos supermercados já estão dedicando seções inteiras para alimentação saudável, dado o crescimento da demanda.

Eventos sociais e naturais também afetam diretamente o abastecimento e plano de logística das companhias. Eventos inesperados como a crise advinda da pandemia do COVID-19, crise dos caminhoneiros, greve dos transportes e mudanças climáticas vem gerando constantes mudanças nos preços e nas ofertas de itens, exigindo cada vez mais planos logísticos rápidos e eficazes, a fim de contornar e mitigar os custos condicionados a esses acontecimentos.

Todas as transformações observadas e mencionadas acima, tem gerado um aumento relevante de demanda por parte das empresas dos mais diversos portes por serviços avançados e integrados de *supply chain*, os quais permitem minimizar custos e tempo de resposta para atender ao mercado que evolui por meio dessas tendências e acontecimentos.

O processo de atualização tecnológica se torna cada mais vez essencial às empresas que buscam se adaptar para sustentar seus negócios, e tem se mostrado necessário nos mais diversos segmentos. Alguns exemplos mais recentes são as revoluções do sistema bancário com a implementação de novas soluções como PIX, com a consolidação de bancos digitais e *fintechs* e o surgimento de novas APIs que buscam complementar os serviços oferecidos ao cliente final. Em outros setores, como a agroindústria e saúde, observa-se um aumento na demanda por novas técnicas e tecnologias. Todos os setores vêm sendo atingidos pela evolução e reinvenção de práticas advindas de novas tecnologias impactando profundamente a maneira como as demandas dos consumidores e as cadeias de suprimentos são gerenciadas.

#### d. Eventual sazonalidade

Não há significativa sazonalidade no negócio.

#### e. principais insumos e matérias primas, informando:

##### (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade que a Companhia desenvolve está concentrada em equipe própria de profissionais e resulta da prestação de serviços intelectuais. As relações com os fornecedores não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

##### (ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Não há eventual dependência de poucos fornecedores por parte da Companhia, dada pela interoperabilidade dos *frameworks* e tecnologias utilizadas.

Os serviços de “nuvem” são fornecidos pela Microsoft, principal parceiro tecnológico da Companhia.

##### (iii) eventual volatilidade em seus preços

Não há volatilidade significativa de preços nos negócios da Companhia.

## **7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

### **7.4 – Principais clientes**

#### **a. Montante total de receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, que a Companhia não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

#### **b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não possuía e possui, conforme o caso, clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

#### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

As atividades da Companhia não dependem de autorizações, licenças ou alvarás expedidos por entidades governamentais para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, as atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

As atividades exercidas pela Companhia em seus estabelecimentos dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvará de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada escritório (ALUF); e (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada escritório (AVBC). A Companhia possui todas as licenças, alvarás e autorizações relevantes que entende como necessárias para operar e envia melhores esforços para a renovação das licenças, alvarás e autorizações existentes em prazos adequados. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que tais renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto. Em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus e da correspondente pandemia de COVID-19, em diversas localidades, foi estendido o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças, alvarás e autorizações e/ou a incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

#### Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As normas sobre privacidade e proteção de dados pessoais no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, dentre as quais as citadas abaixo:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade e à vida privada;
- o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), que estabeleceu critérios para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/16), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 – “LGPD”), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. A LGPD, por exemplo, estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, em ambientes digitais ou físicos, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a lei estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

No entanto, até a data de fechamento deste Formulário de Referência, apesar a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público, uma vez que, apesar da publicação do Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, e da nomeação dos membros do seu Conselho Diretor ter ocorrido no dia 15 de outubro de 2020, e sua sabatina no dia 19 de outubro de 2020, a aprovação das nomeações pelo Senado Federal, para que, então, a ANPD comece a desempenhar suas atribuições, conforme estabelecido pela LGPD. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor, como a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o Ministério Público já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ademais, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de 1º agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em 1º de agosto de 2021, a Companhia estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades: advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, obrigação de divulgação de incidente, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia uma certa quantidade de dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, no entanto o maior volume de dados tratados pela Companhia referem-se a dados comerciais. Tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Atualmente, a Companhia está analisando o enquadramento do tratamento desses dados com as disposições da LGPD. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica e da efetiva implementação da ANPD. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

### **b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

Em virtude na natureza dos serviços prestados pela Companhia, entendemos que não há impactos negativos significativos ao meio ambiente. Até a data deste Formulário de Referência, não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

Na data de fechamento do presente deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

#### *Marcas*

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abrangendo, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Neogrid Informática S.A. (antiga denominação social de Neogrid Informática Ltda.) é titular de 14 registros de marcas consideradas relevantes concedidos no Brasil pelo INPI, destacando-se a marca “Neogrid”, registrada nas classes relativas a atividades relacionadas à tecnologia (incluindo as classes 09, 35 e 42). Além disso, a marca “Neogrid” está registrada em 10 outros países.

#### *Nomes de domínio*

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Na data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos nomes dos domínios, registrados no Brasil e no exterior, em nome da Neogrid Informática Ltda., dentre os quais destacam-se os seguintes: <neogrid.com>, e <neogrid.com.br>.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### *Softwares*

Um programa de computador, ou software, é um conjunto de instruções escritas em linguagem de programação para que seja realizada determinada tarefa. No Brasil, programas de computador ("softwares") são protegidos pelas normas de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificado no Brasil por meio da publicação do decreto nº 75.699/75, e a lei nº 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais) em conjunto com lei nº 9.609/98 ("Lei de Software"), de modo que a proteção dos direitos sobre determinado software independe de registro. No entanto, o registro de software, concedido pelo INPI, é a forma mais segura de garantir a propriedade do software e obter um nível alto de segurança jurídica quanto a sua autoria e, ainda, contra eventuais usos indevidos ou não autorizados, bem como atos de concorrência desleal praticados por terceiros.

Após a concessão do registro do software pelo INPI, o registro de software possui vigência pelo período de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação, em todos os 176 (cento e setenta e seis) países membros da Convenção de Berna.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza diversos programas de computador desenvolvidos internamente ou terceiros, todos devidamente regularizados, nos termos da legislação vigente aplicável.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

**7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior****7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior****a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

<b>30/09/2020</b>		
<b>País Sede do Emissor</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Brasil	126.075	81,6%

<b>31/12/2019</b>		
<b>País Sede do Emissor</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Brasil	168.307	81,3%

<b>31/12/2018</b>		
<b>País Sede do Emissor</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Brasil	137.439	77,6%

<b>31/12/2017</b>		
<b>País Sede do Emissor</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Brasil	128.482	78,5%

**b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia**

<b>30/09/2020</b>		
<b>Países Estrangeiros</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Estados Unidos	15.508	10,0%
Reino Unido	4.381	2,8%
Holanda	8.561	5,5%
<b>Total</b>	<b>28.540</b>	<b>18,4%</b>

<b>31/12/2019</b>		
<b>Países Estrangeiros</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Estados Unidos	16.711	8,1%
Reino Unido	5.209	2,5%
Japão	7.382	3,6%
Holanda	9.495	4,5%
<b>Total</b>	<b>38.247</b>	<b>19,0%</b>

<b>31/12/2018</b>		
<b>Países Estrangeiros</b>	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Estados Unidos	19.533	11,0%
Reino Unido	5.216	2,9%
Japão	7.501	4,2%
Holanda	7.338	4,2%
<b>Total</b>	<b>39.588</b>	<b>22,3%</b>



**7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

<b>Países Estrangeiros</b>	<b>31/12/2017</b>	
	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
Estados Unidos	17.407	10,6%
Reino Unido	5.673	3,5%
Japão	6.422	3,9%
Holanda	5.717	3,5%
<b>Total</b>	<b>35.219</b>	<b>21,5%</b>

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

	<b>30/09/2020</b>	
	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
<b>Total Países Estrangeiros</b>	28.540	18,5%

	<b>31/12/2019</b>	
	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
<b>Total Países Estrangeiros</b>	39.247	19,0%

	<b>31/12/2018</b>	
	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
<b>Total Países Estrangeiros</b>	39.588	22,4%

	<b>31/12/2017</b>	
	<b>Soma de Receita Líquida (R\$ mil)</b>	<b>Participação na Receita Líquida (%)</b>
<b>Total Países Estrangeiros</b>	35.219	21,5%

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

### **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

A Companhia não está sujeita a efeitos relevantes da regulação de países estrangeiros em suas atividades, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi de 19,0%, 22,3% e 21,5%, respectivamente, e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de 18,4%, total de suas receitas em tais períodos, sendo que tais percentuais ainda são pulverizados em diferentes países, conforme indicado no item 7.6 deste Formulário de Referência.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

### 7.8 – Políticas Socioambientais

**a. divulgação de informações sociais e ambientais**

A Companhia não possui uma política de responsabilidade socioambiental e não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório específico, porque entendemos que as nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente.

**b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

**c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

**d. o link direto de onde essas informações podem ser encontradas no site da Companhia**

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

**e. se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU**

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

### **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência.

## **8.1 - Negócios Extraordinários**

### **8.1 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

A Companhia não realizou, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, aquisição ou alienação de ativos relevantes que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia, além daquelas descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

## **8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor**

### **8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente. Para informações sobre recentes alterações na estrutura societária da Companhia, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

#### **8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

### **8.4 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 8.1 a 8.3 deste Formulário de Referência.



## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros**

### **9.1 - Bens do ativo não circulante relevantes**

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante que não estejam descritos nos quadros 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c deste Formulário de Referência.

## **9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois a Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente, até a data deste Formulário de Referência, ativos imobilizados relevantes.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ACCERA (Processo no 909786410 Ncl(10)35, Brasil)de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	12/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA(Processo no 909786690, Ncl(10)41, Brasil)de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	31/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA (Processo no 909787379 Ncl(10)42, Brasil)de titularidade da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	31/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 821622889, Ncl(8) 42, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	03/12/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 901369993, Ncl(9) 35, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	15/03/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 901370088, Ncl(9) 09, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	15/03/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 904321606, Ncl(9) 09 Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 904322092, Ncl(9) 35, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 904322572, Ncl(9) 42, Brasil) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/01/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TRADEFORCE (Processo no 905082826, Ncl(10) 35, Brasil)	01/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	TRADEFORCE (Processo no 905082834, Ncl(10) 42, Brasil)	01/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	Marca figurativa (Processo no 906574854, Ncl(10) 09, Brasil)	01/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca figurativa (Processo no 906574960, Ncl(10) 42, Brasil)	01/03/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID(Processo no 1440008040, Ncl(10) 42, Arábia Saudita)de titularidade da Neogrid Informática S.A	08/08/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 123765, Ncl(10)42, Barém) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	12/09/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 301621, Ncl(10)42, Emirados Árabes Unidos) titularidade da Neogrid Informática	14/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 381149, Ncl(10)09, Egito) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	22/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 381150, Ncl(10)35 Egito) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	21/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.



**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 1968642, Ncl(10)35, México) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	07/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1968640, Ncl(10) 42, México) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	07/11/2028	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 618593, Ncl(10)35, Colômbia) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	14/05/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	NEOGRID (Processo no 618584, Ncl(10)42, Colômbia) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	14/05/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 1299517, Ncl(10)35, Chile) de titularidade da Neogrid Informática S.A.	20/06/2029	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	NEOGRID (Processo no 4596537, 09/35/41/42, Estados Unidos) titularidade da Neogrid Informática S.A.	02/09/2024	Não estar em dia com as obrigações devidas ao órgão competente pelo registro de marcas, alegação e reconhecimento da propriedade a terceiros, não renovação do registro por recusa do órgão competente ou falta de solicitação de renovação.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Locaweb: accera.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	11/08/2021	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: accera.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	04/10/2022	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: acceravisibilidade.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.	29/05/2023	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: agentrics.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	28/05/2021	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: 23/06/2021 agentrics.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.		A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: 02/02/2021 biscompany.com.br de titularidade da Neogrid Informática S.A.		A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: corp.neogrid.com de titularidade da Neogrid Informática S.A.	02/06/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: 01/02/2023 foreasy.com.br de titularidade da Accera Sistemas Estrategicos Ltda.		A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: mercador.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	13/08/2021	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: mercador.com.br de titularidade da NeoGrid Software S.A.	23/07/2021	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: neogrid.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	02/06/2024	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Nome de domínio na internet	Domínio na Registro.br: neogrid.com.br de titularidade da NeoGrid Software S.A.	04/05/2021	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Domínio na Network Solutions: neogridpartner.com de titularidade da NeoGrid Software S.A.	11/12/2020	A manutenção dos domínios é realizada por meio de pagamento periódico de retribuições à registradora de nome de domínio competente. A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como, por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular, e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	A perda dos direitos sobre os domínios implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem domínios idênticos ou semelhantes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre os mesmos. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.
Marcas	ACCERA (Processo no 909786097, Ncl(10)35, Brasil) de tituli. da Accera Sistemas Estratégicos S.A.	31/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção do registro da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de evitar que terceiros utilizem marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre as mesmas. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. Não é possível quantificar os impactos destas hipóteses.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Participação do emissor (%)
Neogrid Informática Ltda.	05.784.609/0001-01	-	Controlada	Brasil	SC	Joinville	100,000000
							Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis Consultoria em tecnologia da informação Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação Holdings de instituições não-financeiras
<b>30/09/2020</b>	7,959041	0,000000		<b>Valor mercado</b>			
<b>31/12/2019</b>	108,204633	0,000000		<b>Valor contábil</b>	30/09/2020	223,643,732,64	
<b>31/12/2018</b>	9,411421	0,000000		0,00			
<b>31/12/2017</b>	399,247462	0,000000		3.200.000,00			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>							
É a principal empresa operacional da Neogrid.							
Neogrid Netherlands B.V.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Holanda			100,000000
							Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis Consultoria em tecnologia da informação Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
<b>30/09/2020</b>	69,757139	0,000000		<b>Valor mercado</b>			
<b>31/12/2019</b>	-56,714161	0,000000		<b>Valor contábil</b>	30/09/2020	3.656.660,48	
<b>31/12/2018</b>	-44,964780	0,000000		6.445.250,00			
<b>31/12/2017</b>	15,081146	0,000000		0,00			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>							
Empresa operacional para expansão no mercado internacional (Europa).							
Neogrid North America LLC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			100,000000
							Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis Consultoria em tecnologia da informação Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação Holdings de instituições não-financeiras
<b>30/09/2020</b>	292,437600	0,000000		<b>Valor mercado</b>			
<b>31/12/2019</b>	1171,569600	0,000000		<b>Valor contábil</b>	30/09/2020	14.264.888,47	
<b>31/12/2018</b>	-92,001700	0,000000		0,00			
<b>31/12/2017</b>	-2883,842100	0,000000		0,00			
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>							

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	Pais sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Empresa operacional para expansão no mercado Internacional. (América do Norte)								



## **9.2 - Outras Informações Relevantes**

### **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### 10.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e de 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* ou “IFRS”), aplicáveis à empresas s no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06(R2) / IFRS 16) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* ou “IASB”), respectivamente. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A administração avaliou e concluiu que a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) teve impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, os quais estão detalhados nas notas explicativas 3 – Mudanças nas políticas contábeis e divulgações e nota explicativa 16 – Arrendamentos nas demonstrações financeiras findo exercício de 2019.

Adicionalmente, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma de Instrumentos Financeiros (CPC 48 / IFRS 9) emitidas pelo CPC e IASB, respectivamente. A norma inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia adotou o novo preceito para as perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais e concluiu que não houve efeito relevante, incluindo na classificação dos instrumentos financeiros, para os quais também não houve impacto.

Por sua vez, a norma de Reconhecimento de Receita (CPC 47 IFRS 15) exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle de bens ou serviços. A nova norma substitui a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### *Visão geral*

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Endividamento

O endividamento líquido da Companhia é calculado com base nas demonstrações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2018	2017
Endividamento Bruto <sup>(1)</sup>	112.295	116.198	47.283	29.615
Caixas e Equivalentes	36.198	24.908	18.249	17.870
Endividamento Líquido <sup>(2)</sup>	76.097	91.290	29.034	11.745

- (i) O Endividamento Bruto representa o somatório de todos os compromissos financeiros contraídos por uma empresa  
(ii) O Endividamento Líquido refere-se ao volume de empréstimos e financiamentos subtraídos do caixa e equivalentes de caixa

A variação do endividamento líquido da Companhia entre os exercícios analisados decorre principalmente da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, cujos financiamentos foram adquiridos inicialmente em 2018, para financiamento da primeira parcela (bridge) para aquisição da Accera e o restante foi captado por meio da emissão de debênture no ano de 2019 para financiar o restante da aquisição.

### Disponibilidade de caixa

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia encerrou com caixa de R\$ 36.198 mil, em comparação a R\$ 24.908 mil, R\$ 18.249 mil e R\$ 17.870 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pela geração de caixa operacional adicional derivada da consolidação da Accera, que foi maior no ano de 2019.

### Indicadores Financeiros

A liquidez corrente é calculada por meio da razão entre ativo circulante e passivo circulante. A variação negativa deste índice quando comparado entre 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, deve-se, principalmente, ao COVID-19 conforme tabela abaixo:

Indicadores financeiros (R\$ mil)	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de	
	2020	2019	2018	2017
Ativo Circulante	92.595	80.261	75.663	61.752
Passivo Circulante	81.126	67.643	100.178	46.495
<b>Liquidez Corrente</b>	<b>1,14</b>	<b>1,19</b>	<b>0,76</b>	<b>1,32</b>

### b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$137.186 mil, comparado a R\$137.289 mil em 31 de dezembro de 2019, R\$130.320 mil em 31 de dezembro de 2018 e R\$113.987 mil em 31 de dezembro de 2017.

Em 30 de setembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 40,9% de capital próprio (patrimônio líquido) e 59,1% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 41,1% de capital próprio e 58,9% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2018 era composta por 37,7% de capital próprio e 62,3% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2017 era composta por 56,9% de capital próprio e 43,1% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 30 de setembro de		Em 31 de dezembro de					
	2020		2019	2018	2017			
	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %	(R\$ mil)	AV %
Patrimônio Líquido	137.186	40,9%	137.289	41,1%	130.320	37,7%	113.987	56,9%
Passivo Total	198.309	59,1%	196.494	58,9%	215.547	62,3%	86.314	43,1%
<b>Total</b>	<b>335.495</b>	<b>100%</b>	<b>333.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>345.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>200.301</b>	<b>100,0%</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia sem depreciação de sua liquidez, buscando assim a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio de índices de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e de endividamento (calculado pela divisão da dívida líquida – empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo menos caixa e equivalentes de caixa – pelo EBITDA dos últimos 12 meses).

A Companhia acredita que a manutenção da sua saúde econômica financeira é consequência de do valor que sua tecnologia entrega para o cliente, da base robusta e resiliente de clientes e da forte geração de caixa operacional.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, geração de caixa próprio e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo Banco do Brasil.

As operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido pelas atividades operacionais de R\$ 40.349 mil no exercício social corrente até 30 de setembro de 2020 e de mil R\$25.232 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma geração de R\$ 23.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e uma geração de R\$ 22.769 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por uma geração de caixa líquido nos mesmos períodos de R\$ 24.799 mil, R\$ 68.722 mil, R\$ 18.449 mil e R\$ 9.789 mil, respectivamente.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos do tipo capital de giro para coberturas de curto prazo e em casos específicos de financiamentos de ativos não circulantes, debêntures podem ser avaliadas como uma opção alternativa.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$ 112.295 mil (R\$116.198 milhões, R\$47.283 mil e R\$29.615 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalentes de caixa, e totalizou R\$76.097 mil em 30 de setembro de 2020, R\$ 91.290 mil, R\$29.034 mil e R\$11.745 mil em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros x % a.a.	Ano de Vencimento	Em 30 de setembro de (em R\$ mil)	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)			
				2020	2019			
Capital de Giro	REAL	CDI + 6,8% a.a.	2022	13.368	0	Capital de Giro	REAL	
Debênture	REAL	CDI + 2,75% a.a.	2022	93.324	110.662	Debênture	REAL	
Arrendamentos Financeiros	REAL	0,93% a 1,31% a.m	2021 a 2022			Arrendamentos Financeiros	REAL	
BNDES	REAL	0,86% a 1,00% a.m	2019	0	2	BNDES	REAL	
FINEP	REAL	TJLP + 5% a.a.	2029	5.603	5.534	FINEP	REAL	
<b>Dívida Bruta</b>				<b>112.295</b>	<b>116.198</b>			
<b>Caixa e Equivalentes de caixa</b>				<b>36.198</b>	<b>24.908</b>			
<b>Dívida Líquida</b>				<b>76.097</b>	<b>91.290</b>			

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2020:

Perfil de Amortização (Em R\$ mil)	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 30 de setembro de 2020</b>				
Empréstimos	31.144	61.881	30.588	2.642
Fornecedores e outras obrigações	6.120			
Passivo de arrendamento	3.334	1.597	902	

Em 06.10.2020, no âmbito do Contrato de Financiamento celebrado em 30 de janeiro de 2019 entre Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Neogrid Informática Ltda. (sucessora da Accera Sistemas Estratégicos S.A.), a Neogrid Informática Ltda. recebeu a segunda parcela disponível no montante líquido de R\$ 9.964.276,48. Na data deste Formulário de Referência, estes valores não alteraram significativamente a dívida líquida da Companhia.

### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 4 contratos de financiamentos. Os contratos mais relevantes são como segue:

- *Banco do Brasil* – Debenture - com um valor tomado em 30 de setembro de 2020 de R\$ 103.535 mil, garantido por garantias quirografárias;

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo garantias reais (cartas fiança) e garantias quirografária (garantias de imóveis).

Para mais informações sobre o grau de subordinação do passivo circulante e não circulante, da Companhia vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens foram classificadas como sendo de garantia real e, nos termos previsto na regulamentação aplicável, estariam excluídas do processo de recuperação judicial e/ou falência. As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

### **iv.Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Em 01 de outubro de 2019, a Companhia realizou a sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única (“Debêntures”). A escritura de emissão das Debêntures possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, sendo uma delas o descumprimento do Índice Financeiro descrito abaixo. Para mais informações, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

#### **Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x**

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, incluindo dívidas contraídas perante instituições financeiras e decorrentes de emissões de debêntures, subtraído do caixa e numerários em trânsito, saldo de contas de livre movimentação de titularidade da Companhia em bancos e aplicações financeiras sem prazo de carência para resgate; e

“EBITDA” significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação a amortização.

Com base informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o atual valor do índice financeiro “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” da Companhia é de 1,49.

O Índice Financeiro previsto na escritura de emissão das Debêntures será verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Ainda, nos termos da escritura de emissão das Debêntures, a Companhia está sujeita a restrições relacionadas à distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, realização de operações societárias, entre outras.

Em 22 de maio de 2020, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário Nr. 324.802.452 em favor do Banco do Brasil S.A. (“CCB”). A CCB possui hipóteses usuais de vencimento antecipado que incluem (i) transferência do controle direto e/ou indireto capital social da Companhia; (ii) alteração de titularidade do capital social da Companhia, envolvendo qualquer acionista, direto ou indireto, inclusive transferências entre si, com variação superior a 10% (dez por cento) do total do capital social; e (iii) vencimento antecipado cruzado.

A fim de garantir as obrigações da Neogrid Informática Ltda. assumidas no âmbito do Contrato de Financiamento celebrado em 30 de janeiro de 2019 entre Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e Neogrid Informática Ltda. (sucessora da Accera Sistemas Estratégicos S.A.), em 17 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou, na qualidade de devedora solidária, um Contrato de Prestação de Fiança com o Itaú Unibanco, tendo a Neogrid Informática Ltda. como contratante (“CPG”). O CPG possui hipóteses usuais de vencimento antecipado que incluem (i) mudança de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

controle e/ou alteração da composição societária da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda.; (ii) alienação de bens do ativo imobilizado da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda. cujo valor corresponda a mais de 10% da respectiva rubrica contábil, alienação de participações societária que correspondam a mais de 10% da receita líquida da Companhia ou da Neogrid Informática Ltda.

A Companhia vem cumprindo as obrigações previstas nos contratos de financiamento dos quais é parte.

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e às informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, aplicáveis às empresas no Brasil registradas na CVM.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

### **COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	154.525	100,0%	155.141	100,0%	(0,4%)
Custo dos serviços prestados	(52.859)	(34,2%)	(46.303)	(29,8%)	14,2%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>101.666</b>	<b>65,8%</b>	<b>108.838</b>	<b>70,2%</b>	<b>(6,6%)</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(78.891)</b>	<b>(51,1%)</b>	<b>(90.584)</b>	<b>(58,4%)</b>	<b>(12,9%)</b>
Despesas com Vendas	(18.468)	(12,0%)	(21.707)	(14,0%)	(14,9%)
Despesas gerais e administrativas	(37.227)	(24,1%)	(44.408)	(28,6%)	(16,2%)
Pesquisa e gastos com software	(20.211)	(13,1%)	(23.245)	(15,0%)	(13,1%)
Opções outorgadas reconhecidas	(1.393)	(0,9%)	0	0,0%	-
Outras receitas e (despesas), líquidas	(1.592)	(1,0%)	(1.224)	(0,8%)	30,1%
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>22.775</b>	<b>14,7%</b>	<b>18.254</b>	<b>11,8%</b>	<b>24,8%</b>
Receitas financeiras	949	0,6%	2.010	1,3%	(52,8%)
Despesas financeiras	(9.544)	(6,2%)	(11.990)	(7,7%)	(20,4%)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>14.180</b>	<b>9,2%</b>	<b>8.274</b>	<b>5,3%</b>	<b>71,4%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.004)	(1,3%)	(1.814)	(1,2%)	10,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.597)	(2,3%)	(1.176)	(0,8%)	205,9%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.579</b>	<b>5,6%</b>	<b>5.284</b>	<b>3,4%</b>	<b>62,4%</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores	8.579	5,6%	5.284	3,4%	62,4%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Receita Líquida de Vendas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas da Companhia permaneceu relativamente estável, passando de R\$155,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$154,5 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$0,6 milhões. Este resultado ocorreu devido a descontinuação da operação do Japão, pela controlada Neogrid North America, que em 30 de setembro de 2019, gerou uma receita operacional líquida no valor de R\$6,3 milhões (R\$7,4 milhões em 31 de dezembro de 2019). Registramos um crescimento orgânico de receita recorrente correspondente a 7,1%, comparativamente aos primeiros nove meses de 2020, desconsiderando receita proveniente da atividade japonesa durante o ano de 2019.

### Custo dos Serviços Prestados

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 14,2%, passando de R\$46,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$52,9 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de R\$6,6 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido aos custos relacionados à migração da plataforma da Companhia para nuvem e aumento de custos com parceiros de negócios. A migração para nuvem é uma iniciativa da Companhia que mira a redução de custos no médio para longo prazo e gera aumento de engajamento e possibilidade de ganho de escala por meio de uma solução com maior flexibilidade de uso e menor atrito operacional, tanto para os clientes como para o ambiente tecnológico da Companhia.

### Lucro Bruto

Devido às variações mencionadas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto da Companhia diminuiu 6,6%, passando de R\$108,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$101,7 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$7,1 milhões.

### Receitas (Despesas) Operacionais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas operacionais da Companhia diminuíram 12,9%, passando de R\$90,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$78,9 milhões no mesmo período de 2020, representando uma diminuição de R\$11,7 milhões. Esta redução ocorreu devido à redução de despesas graças a sinergias referentes à aquisição da Accera, bem como reduções relacionadas a vendas devido à COVID-19 e às restrições de mobilidade impostas por autoridades.

#### *Despesas com vendas*

As despesas com vendas da Companhia diminuíram em R\$3,2 milhões ou 14,9%, alcançando R\$18,5 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$21,7 milhões no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se principalmente em decorrência da redução de despesas na promoção e participação de eventos com objetivos comerciais diante da pandemia de COVID-19. Uma outra parcela da redução é relativa à sinergia absorvida no time de vendas a partir da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

#### *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais administrativas da Companhia diminuíram em R\$7,2 milhões ou 16,2%, alcançando R\$37,2 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$44,4 milhões no mesmo período de 2019. Esta diminuição deu-se em decorrência, principalmente, à redução da linha de despesas com pessoal relativa as sinergias geradas no time financeiro e administrativo derivada da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Pesquisa e gastos com software*

As despesas com pesquisa e gastos com software da Companhia diminuíram em R\$3,0 milhões ou 13,1%, alcançando R\$20,2 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$23,2 milhões no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se em decorrência principalmente da redução de despesas vinculadas a P&D relativa à sinergia gerada na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

### *Opções outorgadas reconhecidas*

Opções outorgadas reconhecidas da Companhia representaram uma despesa de R\$ 1,4 milhão no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a zero no mesmo período de 2019. Este aumento de despesas deu-se em decorrência do lançamento de opções a colaboradores reconhecidas no período.

### *Outras receitas e (despesas), líquidas*

Outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia diminuíram em R\$ 0,4 milhão, alcançando uma perda de R\$1,6 milhão em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$1,2 milhões no mesmo período de 2019. Essa redução deu-se em decorrência do complemento de provisões trabalhistas e cíveis na ordem de R\$ 0,5 milhão, referentes a dois novos processos, um de R\$ 0,3 milhão e outro de R\$ 0,2 milhão, conforme evidenciado na nota explicativa número 28 da demonstração financeira intermediária (ITR) do terceiro trimestre de 2020.

### **Lucro (prejuízo) operacional**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o Lucro (prejuízo) operacional da Companhia aumentou 24,8%, passando de um lucro R\$18,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$22,8 milhões no mesmo período de 2020, representando um aumento de R\$4,5 milhões. Este aumento ocorreu devido às variações mencionadas acima.

### *Receitas (despesas) financeiras, líquidas*

As Receitas (despesas) financeiras da Companhia reduziram em R\$1,4 milhões, mas ainda representou um resultado líquido negativo de R\$8,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$10,0 milhões de resultado líquido negativo no mesmo período de 2019. Esta redução deu-se em decorrência de menores juros sobre contas a pagar de aquisições de participações durante o período, devido a financiamentos com exposição a taxas pós-fixadas que geraram benefício pela taxa de juro atual no país e, também, por outros custos relacionados a reestruturação da dívida em 2019.

### **Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

Devido às variações mencionadas acima, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia aumentou R\$5,9 milhões, passando de um lucro de R\$8,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um resultado positivo de R\$14,2 milhões no mesmo período de 2020.

### *Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos*

O imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou em R\$2,6 milhões, alcançando R\$5,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a um resultado de R\$3,0 milhões no mesmo período de 2019. O aumento das despesas com imposto de renda e contribuição social no período findo em 30 de setembro de 2020 se refere principalmente ao lucro fiscal em superior neste período em comparação ao mesmo período em 2019. Outro fator é referente à amortização fiscal do ágio da Accera, a partir de set/2019, no qual foi constituído IR e CS diferidos, assim em 2019 são 04 meses de amortização e em 2020 são 09 meses de amortização.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Lucro Líquido do Período

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido da Companhia aumentou R\$3,3 milhões, passando de um lucro líquido de R\$5,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um lucro líquido R\$8,6 milhões no mesmo período de 2020. Este aumento ocorreu devido à principalmente a redução de despesas operacionais e financeiras ao longo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

### COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	207.099	100,0%	177.028	100,0%	17,0%
Custo dos serviços prestados	(61.956)	(29,9%)	(55.625)	(31,4%)	11,4%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>145.143</b>	<b>70,1%</b>	<b>121.403</b>	<b>68,6%</b>	<b>19,6%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(116.367)</b>	<b>(56,2%)</b>	<b>(99.409)</b>	<b>(56,2%)</b>	<b>17,1%</b>
Despesas com Vendas	(29.796)	(14,4%)	(29.521)	(16,7%)	0,9%
Despesas gerais e administrativas	(55.073)	(26,6%)	(45.711)	(25,8%)	20,5%
Pesquisa e gastos com software	(31.041)	(15,0%)	(18.051)	(10,2%)	72,0%
Outras receitas e (despesas), líquidas	(457)	(0,2%)	(6.126)	(3,5%)	(92,5%)
<b>Lucro/(prejuízo) operacional</b>	<b>28.776</b>	<b>13,9%</b>	<b>21.994</b>	<b>12,4%</b>	<b>30,8%</b>
Receitas financeiras	1.755	0,8%	1.558	0,9%	12,6%
Despesas financeiras	(16.869)	(8,1%)	(5.757)	(3,3%)	193,0%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,0%	(37)	(0,0%)	(100,0%)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>13.662</b>	<b>6,6%</b>	<b>17.758</b>	<b>10,0%</b>	<b>(23,1%)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.819)	(1,4%)	(2.049)	(1,2%)	37,6%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(2.189)	(1,1%)	(3.783)	(2,1%)	(42,1%)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.654</b>	<b>4,2%</b>	<b>11.926</b>	<b>6,7%</b>	<b>(27,4%)</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores	8.654	4,2%	11.926	6,7%	(27,4%)

### Receita Líquida de Vendas

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas da Companhia aumentou 17,0%, passando de R\$177,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$207,1 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$30,1 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido a consolidação das receitas provenientes da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos a partir de 31 de outubro de 2018, data em que a aquisição foi consumada.

### Custo dos Serviços Prestados

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 11,4%, passando de R\$55,6 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$62,0 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$6,4 milhões. Apesar do aumento em termos absolutos do custo no período mais recente, observou-se uma redução em relação ao respectivo percentual da receita líquida variando de 31,4% no ano de 2018 para 29,9% no mesmo período de 2019. Esta movimentação reflete os ganhos de eficiência e sinergias operacionais derivados da aquisição da Accera.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Lucro Bruto**

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia aumentou 19,6%, passando de R\$121,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$145,1 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$23,7 milhões. Este aumento ocorreu em função do aumento de custos e receitas mencionados no parágrafo anterior.

### **Receitas (Despesas) Operacionais**

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 17,1%, passando de R\$99,4 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$116,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$17,0 milhões. Este aumento ocorreu devido principalmente às despesas extraordinárias incorridas da aquisição da Accera bem como despesas incorridas com a migração da plataforma para a nuvem, resultando em aumento de despesas relacionadas a que devem ser responsáveis por economias de médio a longo prazo.

### **Despesas com vendas**

As despesas com vendas da Companhia permaneceram relativamente estáveis no período, alcançando R\$29,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$29,5 milhões no mesmo período de 2018. Apesar da aquisição da Accera, as sinergias extraídas colaboraram para a manutenção das despesas com vendas.

### **Despesas gerais e administrativas**

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$9,4 milhões ou 20,5%, alcançando R\$55,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$45,7 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência do aumento de despesas com amortização de ágio que foi gerado na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

### **Pesquisa e gastos com software**

As despesas com pesquisa e gastos com software da Companhia aumentaram em R\$12,9 milhões ou 72,0%, alcançando R\$31,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$18,1 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em parte em função da incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A. Aumentamos nossa equipe de desenvolvimento com a retenção da equipe de P&D da adquirida, uma das motivações estratégicas da aquisição.

### **Outras receitas e (despesas), líquidas**

Outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia totalizaram valor negativo de R\$0,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa líquida de R\$6,1 milhões no mesmo período de 2018. Esta redução das despesas deu-se em decorrência principalmente da redução de despesas extraordinárias com consultores, assessores legais e financeiros para execução da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, que foi fechada em 31 de outubro de 2018.

### **Lucro (prejuízo) operacional**

Em razão das variações acima, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro/(prejuízo) operacional da Companhia aumentou 30,8%, passando de R\$22,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$28,8 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R\$6,8 milhões.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Receitas e (despesas) financeiras, líquidas

As receitas (despesas) financeiras, líquidas da Companhia aumentou em R\$10,9 milhões, totalizando um resultado líquido negativo de R\$15,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$4,2 milhões de resultado líquido negativo no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência dos custos de estruturação de debêntures e juros sobre contas a pagar derivado do financiamento obtido para efetuar a aquisição da Accera Sistemas Estratégicos.

### Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia diminuiu R\$4,1 milhões, passando de R\$17,8 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 para um resultado de R\$13,7 milhões no mesmo período de 2019. Esta diminuição ocorreu principalmente das amortizações de ágio geradas na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e despesas referentes ao endividamento da Companhia.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social da Companhia diminuiu em R\$0,8 milhões, alcançando R\$5,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado de R\$5,8 milhões no mesmo período de 2019. A oscilação se deve ao fato de que, em 2019, a Companhia teve uma diminuição do lucro fiscal em relação à 2018.

### Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$8,7 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$11,9 milhões no mesmo período em 2018, representando uma diminuição de R\$3,2 milhões. Esta diminuição ocorreu, em linhas gerais, devido principalmente a amortização do ágio gerado na aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e custos referentes ao endividamento da Companhia.

### COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	177.028	100,0%	163.701	100,0%	8,1%
Custo dos serviços prestados	(55.625)	(31,4%)	(56.479)	(34,5%)	(1,5%)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>121.403</b>	<b>68,6%</b>	<b>107.222</b>	<b>65,5%</b>	<b>13,2%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(99.409)</b>	<b>(56,2%)</b>	<b>(95.213)</b>	<b>(58,2%)</b>	<b>4,4%</b>
Despesas com Vendas	(29.521)	(16,7%)	(33.066)	(20,2%)	(10,7%)
Despesas gerais e administrativas	(45.711)	(25,8%)	(39.947)	(24,4%)	14,4%
Pesquisa e gastos com software	(18.051)	(10,2%)	(19.664)	(12,0%)	(8,2%)
Outras receitas e (despesas), líquidas	(6.126)	(3,5%)	(2.536)	(1,5%)	141,6%
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b>21.994</b>	<b>12,4%</b>	<b>12.009</b>	<b>7,3%</b>	<b>83,1%</b>
Receitas financeiras	1.558	0,9%	3.561	2,2%	(56,2%)
Despesas financeiras	(5.757)	(3,3%)	(5.552)	(3,4%)	3,7%
Resultado de equivalência patrimonial	(37)	(0,0%)	8	0,0%	(562,5%)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>17.758</b>	<b>10,0%</b>	<b>10.026</b>	<b>6,1%</b>	<b>77,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(2.049)	(1,2%)	(1.202)	(0,7%)	70,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(3.783)	(2,1%)	(1.027)	(0,6%)	268,4%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.926</b>	<b>6,7%</b>	<b>7.797</b>	<b>4,8%</b>	<b>53,0%</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuído a:</b>					
Participação dos acionistas controladores	11.926	6,7%	7.797	4,8%	53,0%

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Receita Líquida de Vendas

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida de vendas da Companhia aumentou 8,1%, passando de R\$163,7 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$177,0 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$13,3 milhões. Este aumento ocorreu devido à consolidação da Accera Sistemas Estratégicos a partir de novembro de 2018, quando as receitas foram combinadas.

### Custo dos Serviços Prestados

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o custo dos serviços prestados da Companhia diminuiu 1,5%, passando de R\$56,5 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$55,6 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência do menor custo com parceiros, derivado do encerramento do contrato de parceria firmado com a Nielsen Company na época que tinha um custo elevado para a Companhia.

### Lucro Bruto

Em razão das variações acima, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia aumentou 13,2%, passando de R\$107,2 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$121,4 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$14,2 milhões.

### Receitas (Despesas) Operacionais

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas operacionais da Companhia aumentaram 4,4%, passando de R\$5,2 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$99,4 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$4,2 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido à amortização de ágio relacionada à aquisição da Accera.

#### *Despesas com Vendas*

As despesas com vendas da Companhia diminuíram em R\$3,6 milhões ou 10,7%, alcançando R\$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$33,1 milhões no mesmo período de 2017. Esta diminuição deu-se em decorrência da otimização do quadro de colaboradores na área de vendas e menor volume de investimentos em marketing.

#### *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram em R\$5,8 milhões ou 14,4%, alcançando R\$45,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$39,9 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência de despesas com a incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A em novembro de 2018, amortização de ágio de mais valia e pagamento do programa de participação nos resultados por atingimento de metas.

#### *Pesquisa e gastos com software*

As despesas com pesquisa e gastos com softwares da Companhia diminuíram em R\$1,6 milhões ou 8,2%, alcançando R\$18,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$19,7 milhões no mesmo período de 2017. Esta diminuição deu-se em decorrência redução de despesas com salários e benefícios em P&D.

#### *Outras receitas e (despesas), líquidas*

As outras receitas e (despesas), líquidas da Companhia totalizaram R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma despesa líquida de R\$2,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência de despesas extraordinárias derivadas do processo de aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Lucro (prejuízo) operacional

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro/(prejuízo) operacional da Companhia aumentou 83,1%, passando de R\$12,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$22,0 milhões no mesmo período de 2018, representando um aumento de R\$10,0 milhões. Este aumento ocorreu devido substancialmente ao incremento de faturamento nos dois últimos meses de 2018 associado a uma redução de despesas operacionais conforme mencionado acima.

#### *Receitas (despesas) financeiras, líquidas*

As receitas (despesas) financeiras, líquidas da Companhia aumentaram em R\$2,2 milhões, totalizando um resultado líquido negativo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado com um resultado líquido negativo de R\$2,0 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento no resultado negativo em 2018, ocorreu pela redução de R\$0,6 milhão nas receitas com aplicações financeiras e pelo fato de que a Companhia não teve neste ano os efeitos líquidos das atualizações, juros e multas, oriundos da adesão ao PERT, (Programa Especial de Reestruturação Tributária), que em 2017 gerou uma receita de R\$ 1,6 milhões. As despesas financeiras por sua vez, tiveram em 2018 um aumento líquido de R\$ 0,2 milhão, impulsionado principalmente pela rubrica de juros sobre contas a pagar de aquisição de investimento, inexistente em 2017.

### Lucro (prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em razão das variações mencionadas, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou R\$7,8 milhões, passando de R\$10,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$17,8 milhões no mesmo período de 2018.

#### *Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos*

O imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia aumentou em R\$0,8 milhões, alcançando R\$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$1,2 milhões no mesmo período de 2017. A oscilação é reflexo do aumento no lucro gerado no ano de 2018 se comparado a 2017. A base fiscal tributada em 2018 foi superior ao ano anterior.

O imposto diferido no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018 por sua vez totalizou R\$3,8 milhões, em comparação ao valor de R\$1,0 milhões no mesmo período de 2017.

### Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$11,9 milhões, em comparação a um lucro líquido de R\$7,8 milhões no mesmo período em 2017, representando um aumento de R\$4,1 milhões. Este aumento ocorreu devido ao resultado operacional positivo decorrente do incremento de faturamento das diferentes operações, atrelado a adequação do quadro de funcionários e redução de despesas administrativas, compensados parcialmente com redução das receitas financeiras e aumento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****BALANÇO PATRIMONIAL****COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>92.595</b>	<b>27,6%</b>	<b>80.261</b>	<b>24,0%</b>	<b>15,4%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	36.198	10,8%	24.908	7,5%	45,3%
Contas a receber de clientes	33.735	10,1%	29.777	8,9%	13,3%
Tributos a recuperar	6.241	1,9%	11.873	3,6%	(47,4%)
Adiantamentos	2.268	0,7%	1.146	0,3%	97,9%
Despesas antecipadas	4.492	1,3%	3.599	1,1%	24,8%
Serviços entregues a faturar	8.779	2,6%	5.411	1,6%	62,2%
Outros créditos	882	0,3%	3.547	1,1%	(75,1%)
<b>Não Circulante</b>	<b>242.900</b>	<b>72,4%</b>	<b>253.520</b>	<b>76,0%</b>	<b>(4,2%)</b>
Realizável a longo prazo	1.686	0,5%	1.633	0,5%	3,2%
Despesas antecipadas	649	0,2%	721	0,2%	(10,0%)
Outros créditos	1.037	0,3%	912	0,3%	13,7%
Ativos de direito de uso	7.658	2,3%	12.117	3,6%	(36,8%)
Imobilizado	5.441	1,6%	4.750	1,4%	14,6%
Intangível	228.115	68,0%	235.022	70,4%	(2,9%)
<b>Total do ativo</b>	<b>335.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>333.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,5%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Passivo Circulante</b>	<b>81.126</b>	<b>24,2%</b>	<b>67.643</b>	<b>20,3%</b>	<b>19,9%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	7.014	2,1%	6.268	1,9%	11,9%
Empréstimos e financiamentos	26.947	8,0%	18.678	5,6%	44,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	18.158	5,4%	14.515	4,3%	25,1%
Impostos e contribuições a recolher	6.094	1,8%	5.002	1,5%	21,8%
Provisões de custos e despesas	10.769	3,2%	6.719	2,0%	60,3%
Obrigações por aquisição de investimentos	0	0,0%	2.359	0,7%	(100,0%)
Passivo de arrendamento	3.395	1,0%	5.367	1,6%	(36,7%)
Receitas diferidas	8.749	2,6%	8.735	2,6%	0,2%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>117.183</b>	<b>34,9%</b>	<b>128.851</b>	<b>38,6%</b>	<b>(9,1%)</b>
Empréstimos e financiamentos	85.348	25,4%	97.520	29,2%	(12,5%)
Tributos diferidos	29.064	8,7%	26.698	8,0%	8,9%
Provisão para contingências	742	0,2%	173	0,1%	328,9%
Passivo de arrendamento	2.029	0,6%	4.460	1,3%	(54,5%)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>137.186</b>	<b>40,9%</b>	<b>137.289</b>	<b>41,1%</b>	<b>(0,1%)</b>
Capital social	132.408	39,5%	132.408	39,7%	0,0%
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,8%)	(16.016)	(4,8%)	0,0%
Opções outorgadas	1.393	0,4%	0	0,0%	-
Ajustes acumulados de conversão	4.999	1,5%	2.075	0,6%	140,9%
Reservas de lucros	27.744	8,3%	19.164	5,7%	44,8%
Ações em Tesouraria	(13.342)	(4,0%)	(342)	(0,1%)	3801,2%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>335.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>333.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,5%</b>

**ATIVO**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de seus ativos de R\$1,7 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, permanecendo relativamente estável no período analisado. Este resultado foi motivado, principalmente, pelas amortizações dos ágios com vida útil definida e das amortizações dos direitos de uso de arrendamento mercantil.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Ativo Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 15,4%, passando de R\$80,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$92,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R\$12,3 milhões. Este aumento ocorreu, principalmente, à geração de caixa das operações durante o período pela redução nas despesas operacionais devido a pandemia do Covid-19, no qual muitos gastos previstos não foram concretizados, e mantendo as vendas no mesmo patamar do ano anterior.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentou em R\$11,3 milhões ou 45,3%, alcançando R\$36,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$24,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do resultado operacional da Companhia, suprimindo necessidades de investimento no período e cobrindo a amortização de financiamentos adquiridos anteriormente.

#### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$3,9 milhões ou 13,3%, alcançando R\$33,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$29,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do maior volume de contas a receber por aumento no faturamento em R\$1,6 milhão no terceiro trimestre de 2020 sobre o quarto trimestre de 2019. Contribuiu ainda com o aumento do contas a receber a variação cambial do dólar na conversão para reais nos recebíveis das subsidiárias internacionais, sendo o dólar de fechamento setembro de 2020 de R\$ 5,64 e em de dezembro de 2019 de R\$4,03, correspondendo assim a 39,9% de variação. Vale salientar, que durante a pandemia, o nível de inadimplência se manteve em patamares aceitáveis para a Diretoria.

#### *Serviços entregues a faturar*

Os serviços entregues a faturar da Companhia aumentaram em R\$3,4 milhões ou 62,2%, alcançando R\$8,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$5,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do maior volume de faturamento entre quarto trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020. A Companhia salienta que entre agosto e setembro de 2020 houve adequação no processo interno de faturamento gerando pontualmente restrição de emitir notas fiscais contra determinados clientes, o que também contribuiu para o aumento dos serviços entregues a faturar, porém, a receita foi reconhecida de acordo com o período de competência.

#### *Outros ativos circulantes*

Os outros ativos circulantes da Companhia diminuíram em R\$6,3 milhões ou 31,2%, alcançando R\$13,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$20,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência de um menor montante de impostos a recuperar e a redução de outros créditos.

### Ativo Não Circulante

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia diminuiu 4,2%, passando de R\$253,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$242,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$10,6 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente devido à amortização de mais valia da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos e de amortização de ativos de direitos de arrendamento mercantil.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Imobilizado e ativos de direito de uso*

O imobilizado da Companhia aumentou em R\$0,7 milhões ou 14,6%, alcançando R\$5,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$4,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência do volume de investimentos com renovação de parque de máquinas e revitalização dos escritórios.

Em contrapartida os ativos de direito de uso diminuíram em R\$4,4 milhões ou 36,8%, alcançando R\$7,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em comparação ao montante de R\$12,1 milhões no exercício social findo em 31 em dezembro de 2019. Esta redução se dá pela amortização durante o prazo dos contratos de arrendamentos.

### *Intangível*

O intangível da Companhia diminuiu em R\$6,9 milhões ou 2,9%, alcançando R\$228,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$235,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência da amortização de mais valia derivada da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A no final do ano de 2018.

## **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de R\$1,7 milhões em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento foi motivado, principalmente, pelo aumento de reservas de lucros dado o resultado observado no período.

### **Passivo Circulante**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 19,9%, passando de R\$67,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$81,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R\$13,5 milhões. Este aumento ocorreu devido as variações mencionadas abaixo.

### *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os fornecedores e outras contas a pagar da Companhia representaram um aumento em R\$0,7 milhões ou 11,9%, alcançando R\$7,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$6,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência da maior atividade operacional da Companhia no período.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia aumentaram em R\$8,2 milhões ou 44,3%, alcançando R\$26,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$18,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência da apropriação de parcelas a vencer no curto prazo em relação a debenture emitida em 2019 a partir do cumprimento do período de carência do pagamento das parcelas.

### *Obrigações sociais e trabalhistas*

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia aumentaram em R\$3,7 milhões ou 25,1%, alcançando R\$18,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$14,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência dos aumentos de provisão férias e décimo terceiro ao longo do exercício e pagamento de prêmios e bonificações por atingimento de metas de resultado operacional.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Provisão de custos e despesas*

A provisão de custos e despesas da Companhia aumentou em R\$4,1 milhões ou 60,3%, alcançando R\$10,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$6,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência de maior provisão para pagamento de comissionamento e bônus sobre volume de vendas.

### *Outros passivos circulantes*

Os outros passivos circulantes da Companhia diminuíram em R\$3,3 milhões ou 15,3%, alcançando R\$18,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$21,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição deu-se principalmente em decorrência da amortização dos passivos de arrendamento mercantil e liquidação das obrigações por aquisição de investimentos.

### **Passivo Não Circulante**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia diminuiu 9,1%, passando de R\$128,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$117,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$11,7 milhões. Esta redução ocorreu devido ao menor nível de empréstimos e financiamentos no longo prazo.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos da Companhia diminuíram em R\$12,2 milhões ou 12,5%, alcançando R\$85,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$97,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa diminuição deu-se em decorrência da transferência para curto prazo das parcelas vincendas das obrigações das debentures.

### *Tributos diferidos*

Os tributos diferidos da Companhia aumentaram em R\$2,4 milhões ou 8,9%, alcançando R\$29,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

### *Outros passivos não circulantes*

Os outros passivos não circulantes da Companhia diminuíram em R\$1,8 milhões ou 40,2%, alcançando R\$2,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$4,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução deu-se em decorrência da transferência de passivos de arrendamento mercantil do longo prazo para o curto prazo.

### **Patrimônio Líquido**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia diminuiu 0,1%, passando de R\$137,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$137,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma diminuição de R\$0,1 milhões. Esta diminuição ocorreu principalmente devido à recompra de ações preferenciais de acionistas minoritários.

### *Capital social*

O capital social da Companhia permaneceu estável em R\$132,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Reservas de lucros*

As reservas de lucros da Companhia aumentaram em R\$8,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$19,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$27,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Este aumento deu-se em decorrência do resultado auferido no período analisado.

### *Ajustes acumulados de conversão*

Os ajustes acumulados de conversão da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões, alcançando R\$5,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$2,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento deu-se em decorrência de efeitos de ajustes de conversão das taxas cambiais.

### *Ações em tesouraria*

Ações em tesouraria da Companhia aumentaram em R\$13,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$0,3 milhões para R\$13,3 milhões no período analisado. Este aumento deu-se em decorrência da recompra de ações preferenciais de acionistas minoritários. As ações em tesouraria reduzem o valor do patrimônio líquido da Companhia.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>80.261</b>	<b>24,0%</b>	<b>75.663</b>	<b>21,9%</b>	<b>6,1%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	24.908	7,5%	18.249	5,3%	36,5%
Contas a receber de clientes	29.777	8,9%	33.519	9,7%	(11,2%)
Tributos a recuperar	11.873	3,6%	13.938	4,0%	(14,8%)
Adiantamentos	1.146	0,3%	1.650	0,5%	(30,5%)
Despesas antecipadas	3.599	1,1%	4.637	1,3%	(22,4%)
Serviços entregues a faturar	5.411	1,6%	2.567	0,7%	110,8%
Outros créditos	3.547	1,1%	1.103	0,3%	221,6%
<b>Não Circulante</b>	<b>253.522</b>	<b>76,0%</b>	<b>270.204</b>	<b>78,1%</b>	<b>(6,2%)</b>
Realizável a longo prazo	1.633	0,5%	8.518	2,5%	(80,8%)
Tributos a Recuperar	0	0,0%	1.225	0,4%	(100,0%)
Despesas antecipadas	721	0,2%	2.234	0,6%	(67,7%)
Outros créditos	912	0,3%	3.451	1,0%	(73,6%)
Tributos diferidos	0	0,0%	1.608	0,5%	(100,0%)
Investimentos	0	0,0%	968	0,3%	(100,0%)
Ativos de direito de uso	12.117	3,6%	0	0,0%	-
Imobilizado	4.750	1,4%	13.694	4,0%	(65,3%)
Intangível	235.022	70,4%	247.024	71,4%	(4,9%)
<b>Total do ativo</b>	<b>333.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>345.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>(3,5%)</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Passivo Circulante</b>	<b>67.643</b>	<b>20,3%</b>	<b>100.178</b>	<b>29,0%</b>	<b>(32,5%)</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	6.268	1,9%	6.883	2,0%	(8,9%)
Empréstimos e financiamentos	18.678	5,6%	5.777	1,7%	223,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	14.515	4,3%	19.424	5,6%	(25,3%)
Impostos e contribuições a recolher	5.002	1,5%	4.454	1,3%	12,3%
Provisão de custos e despesas	6.719	2,0%	8.633	2,5%	(22,2%)
Obrigações por aquisição de investimentos	2.359	0,7%	45.211	13,1%	(94,8%)
Passivo de arrendamento	5.367	1,6%	0	0,0%	-
Receitas diferidas	8.735	2,6%	9.796	2,8%	(10,8%)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>128.851</b>	<b>38,6%</b>	<b>115.369</b>	<b>33,4%</b>	<b>11,7%</b>
Empréstimos e financiamentos	97.520	29,2%	41.506	12,0%	135,0%
Tributos diferidos	26.698	8,0%	27.760	8,0%	(3,8%)
Provisão para passivo a descoberto	0	0,0%	36	0,0%	(100,0%)
Obrigações por aquisição de investimentos	0	0,0%	44.923	13,0%	(100,0%)
Provisão para contingências	173	0,1%	211	0,1%	(18,0%)
Receitas diferidas	0	0,0%	933	0,3%	(100,0%)
Passivo de arrendamento	4.460	1,3%	0	0,0%	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>137.289</b>	<b>41,1%</b>	<b>130.320</b>	<b>37,7%</b>	<b>5,3%</b>
Capital social	132.408	39,7%	133.339	38,6%	(0,7%)
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,8%)	(16.016)	(4,6%)	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	2.075	0,6%	2.487	0,7%	(16,6%)
Reservas de lucros	19.164	5,7%	10.778	3,1%	77,8%
Ações em Tesouraria	(342)	(0,1%)	(268)	(0,1%)	27,6%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>333.783</b>	<b>100,0%</b>	<b>345.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>(3,5%)</b>

**ATIVO**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma diminuição em seus ativos de 3,5% ou R\$12,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Ativo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia aumentou 6,1% ou R\$4,6 milhões, passando de R\$75,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$80,3 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentaram em R\$6,7 milhões ou 36,5%, alcançando R\$24,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$18,2 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência da geração de caixa resultante das operações da Companhia.

#### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes da Companhia diminuíram em R\$3,7 milhões ou 11,2%, alcançando R\$29,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$33,5 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência de um menor montante a receber de clientes no exterior devido a um aumento marginal do reconhecimento de perdas sobre títulos a vencer no período.

#### *Outros ativos circulantes*

Os outros ativos circulantes da Companhia aumentaram em R\$1,7 milhão ou 7,0%, alcançando R\$25,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$23,9 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação deu-se em decorrência, principalmente, do aumento de serviços entregues a faturar e contas a receber derivado alienação de investimento na Trace One.

### Ativo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante da Companhia diminuiu 6,2% ou R\$16,7 milhões, passando de R\$270,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$253,5 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

#### *Despesas antecipadas*

As despesas antecipadas da Companhia diminuíram em R\$1,5 milhões ou 67,7%, alcançando R\$0,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$2,2 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência da apropriação de aluguel de software.

#### *Outros créditos*

Outros créditos da Companhia diminuíram em R\$2,6 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$0,9 milhão em comparação ao saldo de R\$3,5 milhões no mesmo período de 2018. Esta movimentação é decorrente da redução de tributos a recuperar e transferência para curto prazo de valor a receber derivado de alienação de investimento na Trace One.

#### *Imobilizado e ativos de direito de uso*

O imobilizado da Companhia diminuiu em R\$9,0 milhões ou 65,3%, alcançando R\$4,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$13,7 milhões no mesmo período de 2018. Em contrapartida, com a adoção do IFRS 16, os ativos de direito de uso totalizaram R\$12,1 milhões.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Intangível*

O intangível da Companhia diminuiu em R\$12,0 milhões ou 4,9%, alcançando R\$235,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$247,0 milhões no mesmo período de 2018. Esta redução deu-se principalmente em decorrência da amortização de mais valia gerada pela aquisição da Accera Sistemas Estratégicos.

### **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou uma diminuição em seus passivos e patrimônio líquido de 3,5% ou R\$12,1 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

### **Passivo Circulante**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia diminuiu 32,6% ou R\$32,6 milhões, passando de R\$100,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$67,6 milhões no mesmo período de 2019. Essa diminuição ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

### *Fornecedores e outras contas a pagar*

O passivo de fornecedores e outras contas a pagar da Companhia diminuiu R\$0,6 milhão no período findo em 31 de dezembro de 2019, comparado ao saldo de R\$6,9 milhões no mesmo período de 2018, uma redução de 8,9%.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo representaram um aumento de R\$12,9 milhões no passivo circulante no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, ou um aumento de 223,3% em relação ao mesmo período de 2018. Esta variação deu-se em decorrência das parcelas devidas no curto prazo em relação a debênture contratada em 19 de setembro de 2019 no valor total de R\$110,0 milhões. Para mais informações sobre as debêntures ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

### *Obrigações sociais e trabalhistas*

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia diminuíram em R\$4,9 milhões ou 25,3%, alcançando R\$14,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$19,4 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido a menor despesa com pessoal em função de reestruturação e sinergias a partir da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

### *Obrigações por aquisição de investimentos*

As obrigações por aquisição de investimentos da Companhia aumentaram em R\$42,8 milhões ou 94,8%, alcançando R\$2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$45,2 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido a liquidação de obrigações relacionadas à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

### *Outros passivos circulantes*

Os outros passivos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões ou 12,8%, alcançando R\$25,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$22,9 milhões no mesmo período de 2018. Essa diminuição deu-se, principalmente, em decorrência de (i) da redução de receitas diferidas e provisões de custos e despesas, em contrapartida (ii) aumento do saldo de impostos e contribuições a recolher e reconhecimento de passivos e arrendamento mercantil pela adoção do IFRS 16.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Passivo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante da Companhia aumentou 11,7% ou R\$13,5 milhões, passando de R\$115,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$128,9 milhões no mesmo período de 2019. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos da Companhia representaram um aumento em R\$56,0 milhões ou 135,0%, alcançando R\$97,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$41,5 milhões no mesmo período de 2018. Este aumento deu-se em decorrência da emissão de debenture ocorrida em novembro de 2019 no valor de R\$110,0 milhões. Para mais informações sobre as debêntures ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

#### *Tributos diferidos*

Os tributos diferidos da Companhia representaram um aumento em R\$1,1 milhões ou 3,8%, alcançando R\$26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$27,8 milhões no mesmo período de 2018.

#### *Outros passivos não circulantes*

Os outros passivos não circulantes da Companhia diminuíram em R\$41,5 milhões ou 90,0%, alcançando R\$4,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$46,1 milhões no mesmo período de 2018. Esta diminuição deu-se em decorrência de (i) da redução de obrigações de longo prazo por aquisição de investimentos no valor total de R\$44,9 milhões pela liquidação de obrigações relacionadas à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A, em contrapartida (ii) ao reconhecimento de passivos e arrendamento mercantil pela adoção do IFRS 16.

### Patrimônio Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 5,3% ou R\$7,0 milhões, passando de R\$130,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$137,3 milhões no mesmo período de 2019. Esta variação ocorreu devido ao aumento das reservas de lucro e redução do capital social.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 2017**

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>	<b>75.663</b>	<b>21,9%</b>	<b>61.752</b>	<b>30,8%</b>	<b>22,5%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	18.249	5,3%	17.870	8,9%	2,1%
Contas a receber de clientes	33.519	9,7%	22.753	11,4%	47,3%
Tributos a recuperar	13.938	4,0%	12.101	6,0%	15,2%
Adiantamentos	1.650	0,5%	1.036	0,5%	59,3%
Despesas antecipadas	4.637	1,3%	3.082	1,5%	50,5%
Serviços entregues a faturar	2.567	0,7%	2.089	1,0%	22,9%
Outros créditos	1.103	0,3%	2.821	1,4%	(60,9%)
<b>Não Circulante</b>	<b>270.204</b>	<b>78,1%</b>	<b>138.549</b>	<b>69,2%</b>	<b>95,0%</b>
Realizável a longo prazo	8.518	2,5%	9.839	4,9%	(13,4%)
Tributos a Recuperar	1.225	0,4%	6.626	3,3%	(81,5%)
Despesas antecipadas	2.234	0,6%	602	0,3%	271,0%
Outros créditos	3.451	1,0%	2.611	1,3%	32,2%
Tributos diferidos	1.608	0,5%	0	0,0%	-
Investimentos	968	0,3%	968	0,5%	-
Imobilizado	13.694	4,0%	8.508	4,2%	61,0%
Intangível	247.024	71,4%	119.234	59,5%	107,2%
<b>Total do ativo</b>	<b>345.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>200.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>72,7%</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Passivo Circulante</b>	<b>100.178</b>	<b>29,0%</b>	<b>46.945</b>	<b>23,4%</b>	<b>113,4%</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	6.883	2,0%	6.143	3,1%	12,0%
Empréstimos e financiamentos	5.777	1,7%	6.280	3,1%	(8,0%)
Obrigações sociais e trabalhistas	19.424	5,6%	14.277	7,1%	36,1%
Impostos e contribuições a recolher	4.454	1,3%	3.927	2,0%	13,4%
Provisão de custos e despesas	8.633	2,5%	8.286	4,1%	4,2%
Obrigações por aquisição de investimentos	45.211	13,1%	210	0,1%	21429,0%
Receitas diferidas	9.796	2,8%	7.822	3,9%	25,2%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>115.369</b>	<b>33,4%</b>	<b>39.369</b>	<b>19,7%</b>	<b>193,0%</b>
Empréstimos e financiamentos	41.506	12,0%	23.335	11,6%	77,9%
Tributos diferidos	27.760	8,0%	15.580	7,8%	78,2%
Provisão para passivo a descoberto	36	0,0%	8	0,0%	350,0%
Obrigações por aquisição de investimentos	44.923	13,0%	0	0,0%	-
Provisão para contingências	211	0,1%	154	0,1%	37,0%
Receitas diferidas	933	0,3%	292	0,1%	219,5%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>130.320</b>	<b>37,7%</b>	<b>113.987</b>	<b>56,9%</b>	<b>14,3%</b>
Capital social	133.339	38,6%	129.391	64,6%	3,1%
Ágio em transações de capital	(16.016)	(4,6%)	(16.016)	(8,0%)	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	2.487	0,7%	2.060	1,0%	20,7%
Reservas de lucros	10.778	3,1%	(1.220)	(0,6%)	(983,4%)
Ações em Tesouraria	(268)	(0,1%)	(228)	(0,1%)	17,5%
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>345.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>200.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>72,7%</b>

**ATIVO**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um aumento em seus ativos de 72,7% ou R\$145,6 milhões em relação ao mesmo período de 2017.



## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### **Ativo Circulante**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia aumentou 22,5% ou R\$13,9 milhões, passando de R\$61,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$75,7 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia aumentaram em R\$0,3 milhões ou 2,1%, alcançando R\$18,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$17,9 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento deu-se em decorrência da geração de caixa resultante das operações da Companhia.

#### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$10,7 milhões ou 47,3%, alcançando R\$33,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$22,8 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do incremento em valores a receber de clientes provindos da carteira de clientes da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A e aumento no contas a receber de clientes da operação internacional.

#### *Outros ativos circulantes*

Os outros ativos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,8 milhões ou 13,1%, alcançando R\$23,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$21,1 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação deu-se em decorrência, principalmente, do aumento de impostos a recuperar e despesas antecipadas. Em contrapartida da redução da conta de outros créditos a receber de projeto realizado com subvenção da FINEP.

### **Ativo Não Circulante**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante da Companhia aumentou 95,0% ou R\$131,7 milhões, passando de R\$138,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$270,2 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

#### *Despesas antecipadas*

As despesas antecipadas da Companhia aumentaram R\$1,6 milhão no período findo em 31 de dezembro de 2018, totalizando R\$2,2 milhões em comparação a R\$0,6 milhões no mesmo período de 2017.

#### *Outras contas a receber*

Outras contas a receber da Companhia totalizaram R\$6,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 32,0% em relação ao mesmo período de 2017, uma redução devida, principalmente, pela diminuição de tributos a recuperar.

#### *Imobilizado*

O imobilizado da Companhia aumentou em R\$5,2 milhões ou 61,0%, alcançando R\$13,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$8,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se principalmente em decorrência da incorporação do imobilizado da Accera Sistemas Estratégicos S.A, além da aquisição de equipamentos de informática.

#### *Intangível*

O intangível da Companhia aumentou em R\$127,8 milhões ou 107,2%, alcançando R\$247,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$119,2 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do reconhecimento de ágio relacionado à aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A em 25 de outubro de 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 72,7% ou R\$145,6 milhões em relação ao mesmo período de 2017.

#### Passivo Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia aumentou 113,4% ou R\$53,3 milhões, passando de R\$46,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, para R\$100,2 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores abaixo descritos.

##### *Fornecedores e outras contas a pagar*

O passivo de fornecedores e outras contas a pagar da Companhia aumentou em R\$0,7 milhão ou 12,0% no período findo em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do aumento do nível de atividade operacional.

##### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo diminuíram em R\$0,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de 8,0% em relação ao mesmo período de 2017. Esta variação deu-se em decorrência do pagamento de arrendamentos financeiros de curto prazo.

##### *Obrigações sociais e trabalhistas*

As obrigações sociais e trabalhistas da Companhia aumentaram em R\$5,1 milhões ou 36,1%, alcançando R\$19,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$14,3 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido ao aumento das obrigações sociais e trabalhistas derivadas da incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

##### *Obrigações por aquisição de investimentos*

As obrigações por aquisição de investimentos da Companhia aumentaram em R\$45,0 milhões, alcançando R\$45,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,2 milhões no mesmo período de 2017. Esta variação ocorreu devido a aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A em outubro de 2018, resultando em obrigação de curto prazo.

##### *Outros passivos circulantes*

Os outros passivos circulantes da Companhia aumentaram em R\$2,9 milhões ou 14,2%, alcançando R\$22,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$20,0 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se, principalmente, em decorrência do aumento de provisões de custos e despesas e nas receitas de serviços a entregar.

#### Passivo Não Circulante

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante da Companhia aumentou 193,0% ou R\$76,0 milhões, passando de R\$39,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$115,4 milhões no mesmo período de 2018. Esse aumento ocorreu devido aos fatores abaixo descritos.

##### *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos e financiamentos da Companhia representaram um aumento em R\$18,2 milhões ou 77,9%, alcançando R\$41,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$23,3 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência da contratação de financiamento de capital de giro em novembro de 2018 para pagamento da primeira parcela da aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### *Tributos diferidos*

Os tributos diferidos da Companhia sofreram um aumento em R\$12,2 milhões ou 78,2%, alcançando R\$27,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$15,6 milhões no mesmo período de 2017.

### *Outros passivos não circulantes*

Os outros passivos não circulantes da Companhia aumentaram em R\$45,6 milhões, alcançando R\$46,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,5 milhões no mesmo período de 2017. Este aumento deu-se em decorrência do incremento de R\$44,9 milhões em obrigações por aquisição de investimentos no valor total de R\$44,9 milhões.

### **Patrimônio Líquido**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 14,3% ou R\$16,3 milhões, passando de R\$114,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$130,3 milhões no mesmo período de 2018. Esta variação ocorreu devido ao aumento das reservas de lucro e aumento do capital social.

### **FLUXOS DE CAIXA**

#### **COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E DE 2019**

(em R\$ milhares)	30/09/2020	AV (%)	30/09/2019	AV (%)	AH (%)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	40.349	357,4%	22.393	108,5%	80,2%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(4.260)	(37,7%)	(27)	(0,1%)	15.677,8%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(24.799)	(219,7%)	(1.736)	(8,4%)	1328,5%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	11.290	100,0%	20.630	100,0%	(45,3%)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>24.908</b>		<b>18.249</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>36.198</b>		<b>38.879</b>		

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$11,3 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, enquanto o aumento no mesmo período de 2019 resultou em um incremento de caixa do exercício de R\$20,6 milhões.

Tais recursos foram aplicados, majoritariamente, nas amortizações de dívida e recompra de ações de acionistas minoritários.

### **Atividades operacionais**

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$17,9 milhões ou 80,2% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa de R\$22,4 milhões para R\$40,3 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente pelo aumento de lucro líquido no período de variações positivas de tributos a recuperar e provisões.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$4,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$0,02 milhões para R\$4,3 milhões. Os principais investimentos no período foram em aquisição de ativo imobilizado.

### Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$23,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma aplicação de caixa de R\$1,7 milhões para R\$24,8 milhões. Este aumento deu-se, principalmente, pela amortização de parcelas da debênture contratada durante o ano de 2019 relativas ao financiamento da aquisição da Accera e pela recompra de ações de acionistas minoritários.

### COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(em R\$ milhares)	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	AH (%)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	25.232	(378,9%)	23.358	6.163,1%	(8%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(87.284)	1.318,0%	41.428	10.930,9%	(310,7%)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	68.722	1032,0%	18.449	4.867,8%	272,5%
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	6.659	100,0%	379	100,0%	1657,0%
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>18.249</b>		<b>17.870</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>24.908</b>		<b>18.249</b>		

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$6,7 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, comparado a um aumento de R\$0,4 milhões no mesmo período de 2018.

Tais recursos foram aplicados parcialmente na aquisição de ativo imobilizado.

### Atividades operacionais

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução de R\$1,8 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$23,4 milhões para um consumo de caixa de R\$25,2 milhões.

Esta diminuição deu-se, principalmente, em decorrência (i) do pagamento de obrigações adquiridas por aquisição de investimentos no montante de R\$87,8 milhões em comparação a um saldo positivo de obrigações por aquisições de investimentos em 2018 de R\$89,9 milhões; e (ii) do pagamento de obrigações sociais no montante de R\$4,9 milhões.

### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou uma diminuição de R\$128,7 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$41,4 milhões para uma aplicação de caixa de R\$87,3 milhões.

Os principais montantes de investimentos no período estão relacionados ao reconhecimento de direito de uso pela adoção do IFRS 16 no valor líquido de R\$5,0 milhões e também pela flutuação do reconhecimento do ativo intangível de R\$ 122,8 milhões.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$50,3 milhões no exercício social findo em 30 de dezembro de 2019 comparado ao mesmo período de 2018, passando de uma geração de caixa de R\$18,4 milhões para R\$68,7 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente, pela contratação de debênture no montante total de R\$110,0 milhões durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 para fins de financiamento da aquisição da Accera, compensado parcialmente com pagamentos de empréstimos.

### COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(em R\$ milhares)	31/12/2018	AV (%)	31/12/2017	AV (%)	AH (%)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	23.358	6163,7%	22.769	450,0%	2,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	41.428	(10930,9%)	(7.920)	(156,5%)	(623,1)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	18.449	4867,8%	(9.789)	(193,5%)	(288,5%)
Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	379	100,0%	5.060	100,0%	(92,5%)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>17.870</b>		<b>12.810</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>18.249</b>		<b>17.870</b>		

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a geração de caixa total da Companhia resultou em um aumento de R\$0,4 milhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, comparado a um aumento de R\$5,1 milhões no mesmo período de 2017.

Tais recursos foram majoritariamente, reinvestidos na atividade operacional.

### Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$0,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de uma geração de caixa de R\$22,8 milhões para R\$23,4 milhões.

Este aumento deu-se, principalmente, em decorrência (i) do resultado apurado no ano de 2018, no montante de R\$17,8 milhões, face ao lucro apurado no ano de 2017, no montante de R\$10,0 milhões; (ii) do acréscimo de obrigações por aquisição de investimentos no valor de R\$92,9 milhões em relação à aquisição da Accera.

### Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$49,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de uma geração de caixa de R\$7,9 milhões para um caixa gerado de R\$41,4 milhões. Este aumento deu-se em decorrência da aquisição pela controlada Neogrid Informática, da empresa Accera Sistemas Estratégicos S.A em outubro de 2018.

### Atividades de financiamento

O caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$28,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao mesmo período de 2017, passando de um consumo de caixa de R\$9,8 milhões para uma geração de caixa de R\$18,5 milhões.

As variações são decorrentes de celebração de mútuo entre partes relacionadas com o acionista majoritário da BIS Company em relação a aquisição desta empresa.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta por receita derivada do pagamento de assinatura mensal da plataforma Neogrid (para uma descrição das ofertas vide item 7.2 deste Formulário de Referência). Dessa forma, as variações na receita estão relacionadas à variação no valor da mensalidade do uso do software, caso ocorra e à variação dos documentos trafegados pela plataforma Neogrid.

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, as receitas têm variado principalmente em função do crescimento orgânico, que ocorre no curso normal dos negócios da Companhia, como desenvolvimento de novas ofertas, maior taxa de conversão do time de vendas e resultados derivados de campanhas de marketing e em função do crescimento inorgânico, que foi derivado, principalmente, pela aquisição da Accera Sistemas Estratégicos S.A.

As ofertas em que a empresa detém *Integration, Demand Activation e Replenishment*, foram responsáveis por 93,2% da receita operacional líquida da Companhia consolidada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, enquanto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 as ofertas foram responsáveis por 88,5% do aumento da receita operacional líquida.

##### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além da aquisição da Accera, mencionada no item 10.1(h) deste formulário de referência, não existem fatores externos que influenciaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas por condições macroeconômicas e afetadas por fatores como: (i) taxa de inflação; (ii) valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$); (iii) crescimento do PIB; (iv) distribuição de renda; (v) taxa de desemprego; (vi) variação real do salário; (vii) disponibilidade de crédito; (viii) taxa de juros; e (ix) grau de confiança dos consumidores.

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia para ganho de eficiência dos participantes da cadeia de suprimentos, provendo soluções integradas em ERP's. Nossas operações consistem principalmente em fornecer inteligência para indústria, distribuidores e varejistas. Assim, destacamos os seguintes impactos em nossos resultados operacionais resultantes de fatores macroeconômicos:

- a. taxa de inflação: Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 10.2(b) e 10.2(c) deste Formulário de Referência.
- b. valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$): Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 10.2(b) deste Formulário de Referência.
- c. custo dos nossos principais insumos: nossos principais insumos são investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa). Um aumento no custo de tais insumos pode ter um efeito material adverso nas nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar tal aumento para nossos clientes por meio de aumento de preços ou caso tais aumentos causem redução de nossas vendas.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- d. investimentos em e desenvolvimento de novos produtos: os negócios da Companhia dependem de inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

No exercício social corrente e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a receita líquida da Companhia foi de, respectivamente, R\$207.099 mil, R\$177.028 mil e R\$163.701 mil representando um crescimento médio ponderado anual de 8,2%.

A receita da Companhia é impactada diretamente por alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação. Os principais impactos nas variações de receitas da Companhia no exercício social corrente e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são explicados pelo descolamento entre o IGP-M e IPCA, que prejudica a componente de preço no crescimento da receita recorrente, pelas alterações em volumes de vendas e introdução de novos produtos e serviços da Companhia a partir das aquisições ocorridas nesses períodos.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGPM. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Historicamente, essas mudanças não têm impactado a Companhia.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. No entanto, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos das ofertas oferecidas pela Companhia, assim como nas suas despesas operacionais. O aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos, prejudicando novos negócios e reduzindo o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia se a Companhia não for capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços das ofertas que comercializa ou se tal variação causar redução das vendas da Companhia.

A variação das taxas de juros no Brasil pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes da Companhia. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia. Contudo, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 68,0% da receita financeira da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 24,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a receita financeira da Companhia com rendimentos de aplicações financeiras representou 48,3% de sua receita financeira, 57,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 41,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social corrente, a companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$112.295 mil, atrelados à CDI e IPCA.

A administração da Companhia entende que alterações na taxa de câmbio, na inflação, na taxa de juros de longo prazo (TJLP) ou na taxa de juros não teriam impactos relevante na lucratividade da Companhia, conforme apresentado na análise de sensibilidade com os saldos de 30 de setembro de 2020:

30/09/2020					
Empresas	Saldos em 30/09/2020 (em R\$ mil)	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
		Aumento		25,0%	50,0%
Capital de Giro	R\$ 93.324	CDI + 2,75% a.a.	4,70%	5,88%	7,05%
<b>Despesa Financeira estimada</b>			<b>R\$ 4.388</b>	<b>R\$ 5.487</b>	<b>R\$ 6.579</b>
		Aumento		25,0%	50,0%
Capital de Giro	R\$ 13.075	CDI + 6,8% a.a.	8,83%	11,04%	13,24%
<b>Despesa Financeira estimada</b>			<b>R\$ 1.154</b>	<b>R\$ 1.443</b>	<b>R\$ 1.731</b>
		Aumento		25,0%	50,0%
Financiamentos FINEP atrelados IPCA	R\$ 5.603	IPCA	2,30%	2,88%	3,45%
<b>Despesa Financeira estimada</b>			<b>R\$ 129</b>	<b>R\$ 161</b>	<b>R\$ 193</b>



## 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ou para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

#### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 25 de outubro de 2018, a Neogrid Informática Ltda. (“Neogrid Informática”) adquiriu 82,26% de participação no capital social da Accera Sistemas Estratégicos Ltda. (“Accera”), enquanto a Companhia adquiriu os 17,74% restantes do total. A Accera foi uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Leopoldo-RS, cujas principais atividades eram de consultoria e assessoria empresarial, desenvolvimento, comercialização e implementação de softwares para gestão da cadeia de suprimentos e demanda. Em agosto de 2019, a Companhia transferiu os 17,74% de sua titularidade para a Neogrid Informática, resultando na incorporação da Accera em 02 de setembro de 2019. O volume pago pela Companhia na transação foi de R\$127,5 milhões.

No mercado interno, com a aquisição da empresa Accera em 2018, os diretores da Companhia entendem que a realização da referida operação de aquisição foi importante para unir as expertises e as plataformas das duas companhias, oferecendo assim mais compreensão (*insights*) e inteligência às empresas conectadas à malha Neogrid. Com isto, potencializamos o apoio às indústrias, varejos e distribuidores com análises avançadas e algoritmos de alta tecnologia. Os diretores da Companhia ressaltam ainda que, no seu entendimento, devido à bem-sucedida integração da Accera, a maioria das sinergias já foram capturadas e a empresa já foi incorporada, reduzindo despesas e viabilizando o aproveitamento de benefícios estruturais e operacionais.

Em 1º de setembro de 2020 a Neogrid Software Ltda. (“Neogrid Software”), sociedade controlada indiretamente pela Companhia, foi incorporada pela Neogrid Informática, sob seu controle direto, ocasião em que a Neogrid Software foi extinta e a Neogrid Informática passou a assumir todos os seus direitos e obrigações.

Os diretores da Companhia entendem que a realização a operação societária descrita no parágrafo anterior foi importante para a definição da segmentação da estrutura operacional da Companhia, levando em consideração a forma com a qual a administração gerencia o negócio. Apesar disso, os diretores da Companhia não identificaram e não esperam nenhum efeito relevante sobre a Companhia.

Para mais informações sobre as operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeitos relevantes para a Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, vide o item 15.7 deste Formulário de Referência.

#### c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ou nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou nos resultados da Companhia.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em janeiro de 2016, o IASB (*International Account Standards Board*) publicou o IFRS 16, que entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (inclusive) e substituiu a IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Sua adoção antecipada, para fins de CPC 06 (R2) não é permitida.

Com a nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviço.

As despesas de arrendamento não são mais reconhecidas de forma linear, passando a ser contabilizadas como despesas de juros e amortização.

#### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no pronunciamento CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil introduz um modelo único de arrendamento, substituindo as normas anteriores de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O pronunciamento busca determinar se um contrato contém um acordo de arrendamento ou se é um contrato de serviços. No caso do primeiro, o arrendatário deverá reconhecer os ativos, que devem ser depreciados, bem como os passivos oriundos de um arrendamento.

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação quando é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

A Companhia aplicou o referido pronunciamento utilizando o método retrospectivo modificado, e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia, cujos efeitos nas demonstrações financeiras de 2019 estão reproduzidos a seguir:

#### 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

	<b>30/09/2020</b>	<b>Consolidado 31/12/2019</b>
Ativos de direito de uso		
Máquinas e equipamentos	4.201	5.692
Software	762	1.394
Locação de Imóveis	2.695	5.031
	<b>7.658</b>	<b>12.117</b>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	3.395	5.366
Não circulante	2.029	4.460
	<b>5.424</b>	<b>9.826</b>

As adições aos ativos de direito de uso durante o período de 2020 totalizaram R\$ 232.

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargo de depreciação e amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos e despesas – encargo total de depreciação)

	<b>30/09/2020</b>
Máquinas e equipamentos	1.616
Software	637
Locação de Imóveis	2.733
	<b>4.986</b>
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	525

##### c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes emitidos para o exercício social corrente e para os exercícios sociais encerrados em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não contêm ressalvas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesses relatórios.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

### 10.5 – Políticas contábeis críticas

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Com o intuito de fornecer um entendimento de como são formados o julgamento e estimativas sobre determinados eventos futuros, a Companhia resumiu abaixo as principais práticas contábeis críticas, na opinião de seus Diretores.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas controladas auferem receita, principalmente advinda de serviços de subscrição e, também dos serviços com a implantação das soluções Neogrid.

As receitas são reconhecidas quando da disponibilização do software ao cliente e; (i) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); (ii) todas as obrigações de desempenho tenham sido cumpridas; e (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia.

A receita de subscrição é cobrada mensalmente, sendo que a Companhia oferta suas soluções no modelo SaaS – Software as a Service no qual os clientes acessam a plataforma das soluções Neogrid. A receita de subscrição pode ser precificada de forma fixa ou variável de acordo com métricas acordadas em contratos com os clientes. O valor fixo pela ativação e disponibilização do acesso ao cliente à plataforma das soluções e produtos. O valor variável é acrescido ao valor fixo mensal de acordo com métricas acordadas em contrato, como exemplo, extrapolação a uma quantidade contratada de documentos ou bytes de documentos trafegados no período de 30 (trinta) dias e quantidade de conexões nas soluções. A receita de subscrição é reconhecida mensalmente a partir da evidência da ativação e disponibilização da plataforma de soluções ao cliente. Nos casos de contratos cuja condição comercial de faturamento da receita de subscrição é realizada de forma antecipada, podendo ser anual, trimestral ou semestral, o valor da receita de subscrição é reconhecido mensalmente ao longo do período correspondendo ao faturamento realizado. Para isso, o valor da nota fiscal emitida é estornado da receita e apropriada em conta contábil específica de Serviços a Entregar no passivo circulante quando for inferior a 12 meses, ou no ativo não circulante para as parcelas superiores a 12 (doze) meses.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A receita de serviço de implantação é reconhecida contabilmente à medida da entrega do projeto ao cliente. Se refere aos serviços de configuração das soluções para uso do cliente, de acordo com regras de negócios específica do cliente, sem que para isso seja necessário fazer modificações nas soluções da Companhia. A precificação dos serviços de implantação é formada da seguinte forma:

- i. Valor fixado em tabela de preço: para as soluções cuja configuração que não requer regras de negócios do cliente, sendo o prazo de configurações de curto prazo, não superior a trinta dias.
- ii. Valor fixado estimativas de esforço horas de entrega: para as soluções cuja configuração requer regras de negócios do cliente, sendo o prazo de configuração e implantação entre três a seis meses.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados acima são revertidas em contas redutoras de receita, em contrapartida das contas do passivo circulante (receitas diferidas).

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, a qual é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

### **Perda (*Impairment*) do ágio**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As principais premissas utilizadas pela Companhia na estimativa do valor em uso e sensibilidade são: (i) o resultado operacional, que consiste em receitas operacionais que foram projetadas pela Companhia entre 2020 a 2024, considerando o crescimento agregado da inflação projetada acrescida pelo Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil projetado; (ii) volume de despesas de capital (*Capex*), sendo que as necessidades de investimento em *Capex* foram projetadas em linha com índices históricos e suficientes para suportar o crescimento das operações; (iii) taxa de desconto, que representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa (os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (Custos médio ponderado de capital CMPC) de 27,94% ao ano antes de impostos para a unidade geradora de caixa, sendo que um aumento ou redução na taxa de desconto em 1 ponto percentual para cada unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil); e (iv) a perpetuidade, sendo as taxas de crescimento nominais utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2019, além do período de 5 anos são de 2,0%, considerado pela Companhia um cenário conversador em relação a parâmetros de outras empresas do segmento de tecnologia (um acréscimo ou decréscimo na taxa de perpetuidade de 1 ponto percentual para a unidade geradora de caixa resulta em um valor recuperável acima do valor contábil).

### **Imposto de Renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, a Companhia precisaria:

- (i) Aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 103 mil (R\$ 265 mil em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$253 (R\$114 mil em 2018), no caso de uma diferença desfavorável; ou
- (ii) Reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 103 mil (R\$265 mil em 2018) e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 253 mil (R\$114 mil em 2018), no caso de uma diferença favorável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Nos demais países em que a Companhia e suas controladas mantêm operações, as alíquotas representam os seguintes percentuais:

País	Alíquota
Estados Unidos	Alíquota única de 21% em 2019 e 2018;
Holanda	Para o ano de 2019 aplica-se a alíquota de 19% aos primeiros EUR200,000 de lucro tributável (20% aos primeiros EUR250,000 em 2018) e 25% sobre o lucro que exceder EUR200,000 (EUR250,000 em 2018);
Reino Unido	Alíquota única de 19% em 2019 e em 2018;
Japão	A taxa básica de imposto de renda é de 23,2% a partir de abril/2018; para empresas com capital social de até 100milhões de yens a alíquota aplicável é de 15% para os primeiros 8 milhões de yens de lucro tributável;

Os lucros gerados pelas controladas no exterior são adicionados no cálculo do imposto de renda e contribuição social da controladora no Brasil, e o imposto pago no exterior é compensado. Os prejuízos fiscais gerados pelas controladas no exterior são controlados na ECF-Escrituração Contábil Fiscal das controladoras no Brasil para compensação integral, sem limitação percentual, a partir da geração de lucros tributáveis futuros.

Nos exercícios de 2019 e de 2018 não houve imposto de renda e contribuição social devidos no Brasil em decorrência das adições dos lucros apurados pelas controladas no exterior, em função destes terem sido integralmente compensados com prejuízo fiscal gerado no exercício pelas controladoras no Brasil ou com os próprios prejuízos fiscais acumulados; a partir do exercício de 2018 a principal controlada no exterior, Neogrid North America, passou a gerar lucro tributável, integralmente compensado com prejuízos fiscais acumulados.

## 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.6 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i.arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**ii.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**iv.contratos de construção não terminada**

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

**v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável à Companhia, haja vista que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável à Companhia, haja vista que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia do último exercício social e nas informações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 que não estejam descritas no item anterior.



## 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

### 10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável à Companhia, haja vista que no último exercício social e no exercício social corrente, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

## 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 – Plano de negócios

#### a. Investimentos, incluindo:

##### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados para aumentar a capacidade de negócios da plataforma Neogrid e para expansão dentro do nosso mercado.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 3.747 mil. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 20.211 mil e o caixa utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$ 4.260 mil no referido período. Já para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$ 70 mil. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento totalizaram R\$ 31.041 mil e o caixa consumido nas atividades de investimentos foi de R\$ 87.284 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Até o final de 2020 e durante os próximos exercícios sociais, a Companhia continuará a investir no aumento da sua capacidade de negócios da plataforma Neogrid e na expansão dentro do seu mercado.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária da seguinte forma:

- 20% dos recursos para investimentos em crescimento orgânico, sendo que o crescimento orgânico da Companhia terá as seguintes principais estratégias:
  - 1- exploração do portfólio da Companhia na base atual de clientes por meio de investimentos em *marketing* para aceleração de *up-sell* e *cross-sell* nos clientes atuais;
  - 2- novas soluções e ofertas de produtos por meio de investimentos em produtos e tecnologia para construção de novas funcionalidades que possam gerar mais monetização nos clientes atuais e também explorar segmentos de negócios atualmente não atendidos pelos produtos atuais;
  - 3- ampliação da participação no mercado (*Market share*) em que atuamos por meio de investimentos em desenvolvimento de produtos e ações *marketing* para buscar clientes que ainda não utilizam soluções Neogrid; e
  - 4- expansão global por meio de investimento na ampliação da atuação comercial e de *marketing* nos escritórios internacionais para ampliação da criação de oportunidades nas regiões fora do Brasil;
- 80% do volume captado para investimentos em crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições, em três estratégias:
  1. consolidação do mercado por meio da aquisição de empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia com o objetivo de acelerar a ampliação do seu *market share*;
  2. complementariedade de portfólio por meio de investimento em produtos que complementam e/ou potencializam a plataforma Neogrid, ampliando desta forma a oferta de soluções que a Neogrid entrega ao mercado; e
  3. aquisição de novas tecnologias e capacidades por meio de investimento em recursos ou ferramentas tecnológicos que podem potencializar os produtos individualmente ou ainda a plataforma com o um todo, adicionando inteligência, *know-how*, ou ainda simplificando operações no sentido de ampliar o valor entregue, eficiência operacional e/ou reduzir custos.

## 10.8 - Plano de Negócios

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, estes poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida tendo como prioridade o crescimento orgânico da Companhia.

### ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia considerou como fonte de financiamento para esse plano a captação da oferta primária desta operação de oferta inicial. Entendemos que o mercado, as condições de negócios e a companhia estão em momento sinérgicos para essa operação e possibilitarão o rápido crescimento da Companhia.

Outra fonte de financiamento vai ser a própria geração de caixa operacional da Companhia. Não obstante as fontes de financiamento da Companhia terem sido suficientes no passado, os impactos da COVID-19 nas suas operações podem justificar, no futuro, caso os diretores da Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais a Companhia tem relacionamento para financiar eventuais investimentos e, quando aplicável e possível, linhas de financiamento com taxas de juros e prazos atrativos. A Companhia não descarta utilizar o mercado de capitais como fonte de recursos futura.

Para mais informações sobre a estrutura de capital e fontes de financiamento, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento, tecnologia e inovação são atividades críticas da Companhia, visto que esta atua como provedora de softwares, que buscam solucionar problemas e gerar valores por meio da tecnologia. Os investimentos neste sentido direcionam a Companhia a fornecer soluções cada vez mais performáticas e agregam cada vez mais valor aos clientes de suas soluções.

Explorando o potencial da plataforma tecnológica da Companhia baseada em nuvem, as principais iniciativas em andamento são o desenvolvimento: (i) de uma solução para indicadores econômicos em tempo real, e (ii) de um sistema inovador para sincronização de franqueadores e franqueados. Está também dentro da trilha e objetivos de pesquisa da Companhia, explorar o potencial de inserção de produtos financeiros utilizando os dados da cadeia de suprimentos presentes na plataforma Neogrid. A data de divulgação destas pesquisas em andamento é a mesma data deste formulário de referência.

## 10.8 - Plano de Negócios

### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$20.211 mil no período findo em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de 13,0% quando comparado com o período findo em 31 de setembro de 2019, quando totalizaram R\$23.245 mil.

As despesas com pesquisa e gastos com software totalizaram R\$31.041 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 72,0% quando comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizaram R\$18.051.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) totalizaram R\$18.051 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 8,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizaram R\$19.664 mil.

Maiores detalhes sobre a variação destes saldos podem ser encontrados no tópico 10.1 deste Formulário de Referência.

### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

As soluções Neogrid ao mesmo tempo que resolvem os desafios da cadeia de suprimentos também permitem o contínuo incremento da maturidade operacional de clientes da Companhia, gerando assim um horizonte evolutivo de seus produtos muito em linha com as oportunidades de vendas geradas por estes processos evolutivos, ou seja, as atuais ofertas da Neogrid podem ser constantemente melhoradas e aperfeiçoadas para novas e antigas necessidades de clientes da Companhia, gerando assim, maior potencial de venda cruzada (*cross-sell*) entre as atuais e as novas ofertas disponíveis na plataforma. Por exemplo, na solução "*Integration*", as principais melhorias previstas estão na rastreabilidade de pedidos e na integração com as novas tecnologias bancárias. Na solução "*Demand Activation*", o aprofundamento da análise sobre as categorias de produtos permitirá monitorar melhor o sortimento de produtos, promoções e a elasticidade dos preços de produtos. E finalmente, na solução "*Replenishment*" aplicamos inteligência artificial em eventos sazonais, orçamentação de compras e gestão mais completa do sortimento de produtos. Maiores detalhes sobre as atuais ofertas da Neogrid ("*Integration*", "*Demand Activation*" e "*Replenishment*") podem ser encontrados no tópico 7.1 deste Formulário de Referência.

### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos totais dispendidos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços é igual ao gasto de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ou serviços descritos no item 10.8(c)(ii).

## 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

### 10.9 – Outros fatores com influência relevante

#### Efeito de custos não recorrentes relacionados a integração de aquisições:

Em 2018 e 2019 a Companhia incorreu em diversos custos extraordinários (principalmente relacionados a linha de Pessoal, Encargos e Benefícios e Despesas Gerais e Administrativas) relacionados, principalmente, mas não somente, a efeitos de integração da Accera Sistemas Estratégicos S.A., adquirida em outubro de 2018, totalizando R\$ 2.379 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$5.736 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Para mais informações sobre a aquisição, vide itens 10.3 e 15.7 deste Formulário de Referência.

#### Efeitos da COVID-19:

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia do novo coronavírus, chamada COVID-19, alertando todos os países a adotarem ações preventivas para conter a disseminação do vírus e o cuidado com os infectados. Assim, muitos governos, incluindo o Brasil, adotaram medidas restritivas e de isolamento social, que podem causar efeitos na economia global em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos.

No Brasil, em 20 de março de 2020, o Senado aprovou o Decreto Legislativo nº 6, reconhecendo o estado de calamidade pública, com o objetivo de acompanhar e combater a proliferação da doença, protegendo a saúde da população, os empregos e a economia do país. Neste contexto, a Companhia adotou durante o período medidas preventivas e mitigatórias, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à (i) segurança de colaboradores da Companhia e partes interessada, diretos e indiretos, (ii) manutenção da estabilidade das operações e (iii) preservação de caixa ao mesmo tempo em que buscamos eficiência financeira e operacional.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção de nosso Plano de Continuidade de Negócios, e convocação do Comitê de Gestão de Crises que desenvolveu no período e nos meses subsequentes, diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto aos colaboradores, aos setores, à sociedade; (ii) adoção imediata e proativa do teletrabalho (*home office*) a partir de 16 de março de 2020, para todos os colaboradores, em todas as unidades, (iii) suspensão das viagens nacionais e internacionais; e (iv) implantação de um Comitê Gestor Financeiro para análise e negociações com clientes e credores, sejam fornecedores, instituições financeiras ou outros.

Além disso, destacamos que a Companhia não adotou no período, medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações, bem como vem avaliando o retorno gradual e voluntário dos colaboradores aos escritórios, buscando preservar ao máximo a segurança de todos, com base nas orientações dos oficiais de saúde das cidades nas quais possui unidades.

A Companhia avaliou durante a crise, a extensão e a duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, os possíveis efeitos diretos e indiretos do coronavírus sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira. Os impactos nos resultados operacionais são considerados, na avaliação da Companhia, imateriais, sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita operacional da Companhia, quando comparada ao mesmo período em 2019, teve uma redução de 0,4%. Cabe destacar que, dado ao modelo de negócios da Companhia ser Software as a Service - SaaS, 95% da sua receita corresponde à subscrição, ou seja, mensalidade de uso das soluções, gerando um impacto positivo e de estabilidade nas projeções e situação financeira da Companhia.

Além dos itens destacados acima, a Companhia vem monitorando de perto os riscos de liquidez e de crédito e não identificou impacto em suas obrigações (covenants).

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

### **11.1 – Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

### **11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

**a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### 12.1 – Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia ("Conselho de Administração"), tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria da Companhia ("Diretoria").

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 10 de dezembro de 2020 e está disponível para consulta nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)).

De acordo com o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, sendo ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, Conselho de Administração é composto por 5 (cinco) membros titulares, sendo 2 (dois) membros independentes.

Conforme artigo 15 do Estatuto Social, o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho, quando aplicável, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração em conjunto, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social determina cumprir-lhe ainda:

- (i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;
- (ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas no Estatuto Social;
- (iv) atribuição ao comitê de auditoria e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;
- (v) determinação do orçamento do comitê de auditoria e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (vi) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;
- (vii) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;
- (viii) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, **(a)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, **(b)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, **(c)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e **(d)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.
- (ix) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- (x) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;
- (xi) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;
- (xii) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais);
- (xiii) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (xiv) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (xv) emissão de **(a)** debêntures não conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e **(b)** debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;
- (xvi) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xvii) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia ("*Investidas*"), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xviii) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xix) locação de bens imóveis pela Companhia ou por suas controladas, cujo valor anual de custo, individualmente, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xx) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (xxi) deliberação sobre a emissão e/ou listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;
- (xxii) nomeação ou destituição de auditores independentes;
- (xxiii) deliberar previamente à Assembleia Geral de acionistas da Companhia sobre operações de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (xxiv) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;
- (xxv) resolução dos casos omissos no Estatuto Social; e
- (xxvi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

### Diretoria

A Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei e o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 18 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 8 (oito) Diretores, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, Diretor Financeiro e um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete a Diretoria, de forma geral:

- (i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;
- (ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;
- (iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;
- (v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;
- (vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e
- (vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

### Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 23 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal") funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, nas condições e com as atribuições previstas em lei.

O Conselho Fiscal da Companhia ainda não possui um regimento interno específico que normatize as responsabilidades, atribuições e suas regras de funcionamento, uma vez que ainda não foi instalado. A Companhia irá elaborar tal documento quando da sua instalação e primeira reunião.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

### Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê de Auditoria")

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo um deles designado como coordenador, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, com mandato 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição e permitida a rotatividade entre os membros.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável, nos termos do artigo 7.1. do seu Regimento Interno:

- (i) elaborar relatório trimestral resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser enviado ao Conselho de Administração;
- (ii) sugerir alterações ao Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
- (iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;
- (iv) avaliar as recomendações feitas pelas auditorias interna ou auditoria independente contrata para tal função, emitindo orientação ao Conselho de Administração acerca da resolução de eventuais divergências entre os agentes envolvido;
- (v) monitorar (a) a execução do plano de trabalho da auditoria interna da Companhia ou auditoria independente contrata para tal função, analisando a necessidade de mudanças no seu escopo e/ou no seu planejamento e (b) os relatórios dos trabalhos da auditoria interna ou auditoria independente contrata para tal função, dando conhecimento de suas conclusões ao Conselho de Administração;
- (vi) analisar e emitir recomendações ao Conselho de Administração acerca de escolhas ou de mudanças de práticas contábeis adotadas pela administração da Companhia;
- (vii) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (viii) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;
- (ix) acompanhar as atividades da auditoria independente, a fim de avaliar (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; (c) o cumprimento da legislação vigente e aplicável, bem como dos documentos internos da Companhia; e (d) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (x) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;
- (xi) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;
- (xii) supervisionar as atividades da equipe responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, monitorando a qualidade e a integridade das informações periódicas da Companhia e fazendo as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (xiii) analisar o relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, emitindo parecer para o Conselho de Administração;
- (xiv) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (xvi) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- (xvii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (xviii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;
- (xix) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;
- (xx) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (xxi) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria;
- (xxii) acompanhar os ofícios e os questionamentos dirigidos ao Conselho de Administração, pelos órgãos públicos competentes e/ou pelos órgãos internos da Companhia, sobre as matérias relacionadas à área de atuação do Comitê de Auditoria;
- (xxiii) tomar conhecimento das denúncias do Canal de Ética, certificar-se de que foram devidamente endereçadas e informar ao Conselho de Administração os casos que envolvam fraude e/ou a alta administração da Companhia, bem como definir as penalidades aplicáveis aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, assim definidos na forma do artigo 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e
- (xxiv) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o regimento interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por bimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que qualquer um dos membros julgar necessário em alinhamento com o Coordenador do Comitê de Auditoria, ou quando requerido pelas circunstâncias. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Coordenador do Comitê ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, acompanhado do material de apoio, se for o caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias quando ordinária e 2 (dois) dias quando extraordinária, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)).

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Conforme o Regime Interno do Comitê de Auditoria, todos os membros do Comitê de Auditoria têm os seguintes deveres:

- (i) dedicar o tempo necessário para atuação no Comitê de Auditoria;
- (ii) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções;
- (iii) evitar situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas;
- (iv) prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sempre que solicitado, respeitando a periodicidade mínima trimestral de apresentar relatório ao Conselho de Administração; e
- (v) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Além disso, é vedado aos membros do Comitê de Auditoria:

- (i) receber qualquer vantagem indevida ou desproporcional, em razão do exercício do cargo;
- (ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;
- (iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;
- (iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;
- (v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e
- (vi) participar, direta ou indiretamente, da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria poderão fazer jus à uma remuneração, se não receberam outra remuneração da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a respectiva remuneração individual.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

A remuneração do Comitê de Auditoria deverá obedecer a Política de Remuneração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria serão reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, mediante apresentação do respectivo comprovante, que deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria.

*Área de Controles Internos, Compliance e Riscos*

Área subordinada ao Comitê de Auditoria, que a auxilia na implementação de medidas mitigadoras dos riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Além disso, juntamente com a administração, é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Também é responsável pelo desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos, a criação e manutenção de controles internos visando a governança da Companhia. Deverá ter, por responsabilidade, (i) a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. Referida Área pode ser composta por consultores, colaboradores e/ou gerentes da Companhia, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

**(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário e suas principais atribuições e forma de funcionamento estão descritas no item “a”, subitem “(i)” acima. O Comitê de Auditoria não estatutário atende aos requisitos da regulamentação aplicável editada pela CVM e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

**(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Apesar de a Companhia não possuir uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar o trabalho da auditoria independente. Para fins dessa avaliação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria, o qual compete avaliar o desempenho dos auditores independentes e fazer recomendações ao Conselho de Administração para nomear, renomear ou solicitar a sua destituição, bem como revisar as políticas para prestações de serviços efetuados por seus auditores independentes.

**b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Com relação às atribuições individuais dos Diretores da Companhia, o Estatuto Social da Companhia assim determina:

*Diretor Presidente*

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- (iii) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração; e

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (iv) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

### *Diretor Financeiro*

- (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;
- (ii) gerir as finanças da Companhia;
- (iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;
- (iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;
- (v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;
- (vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;
- (vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;
- (viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;
- (ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e
- (x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

### *Diretor de Relação com Investidores*

- (i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;
- (ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;
- (iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;
- (iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e
- (v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.



## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

**c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui conselho fiscal de funcionamento permanente e o Conselho Fiscal não se encontra instalado.

**d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020 e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: [ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com).

**(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de novembro, conforme artigo 2.1.1. da Política de Avaliação de Desempenho.

**(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

Conforme item 2.3. da Política de Avaliação de Desempenho, cada integrante dos Órgãos Administrativos deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e respectivos integrantes, sendo abordado, dentre outros tópicos:

- (i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes dos Órgãos Administrativos, bem como em relação aos acionistas da Companhia;
- (ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;
- (iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelos Órgãos Administrativos;
- (iv) o alinhamento dos integrantes dos Órgãos Administrativos com a cultura e princípios corporativos da Companhia;
- (v) a composição técnica dos Órgãos Administrativos;
- (vi) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração para com os objetivos da Companhia;
- (vii) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração com criação de valor para os acionistas da Companhia;
- (viii) a adequação do número de membros de cada Órgão de Administração; e
- (ix) a delegação de competências entre os Órgãos de Administração.

## **12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa**

### **(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão**

Conforme item 2.6.1. da Política de Avaliação de Desempenho, o relatório de feedback deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes dos Órgãos Administrativos, de modo individual e colegiado.

### **(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida por consultoria externa, e homologada pelo departamento de Gente & Gestão da Companhia.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### 12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

#### a. Prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, todas as assembleias gerais devem ser convocadas mediante 3 (três) publicações no Diário Oficial do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, ou seja, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia é o jornal “Jornal A Notícia”, da cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Conforme o artigo 9º parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”), a primeira convocação deve ser feita no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, contado o prazo da primeira publicação do anúncio de convocação, e a segunda convocação deve ser feita com 8 (oito) dias corridos de antecedência antes da assembleia geral. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral. A assembleia geral deverá ser instalada e presidida pelo presidente do Conselho de Administração (“Conselho de Administração”). Na hipótese de ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer membro do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência destes, por qualquer membro da diretoria da Companhia (“Diretoria”) presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o secretário da mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

A Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral.

As assembleias gerais da Companhia poderão ainda ser convocadas pelos acionistas da Companhia, conforme disposto no artigo 123, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, e artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

#### b. Competências

Compete exclusivamente aos acionistas, em sede de assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (iv) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Sem prejuízo das matérias previstas na lei, o artigo 10 do Estatuto Social prevê que compete aos acionistas a aprovação em assembleia geral as seguintes matérias:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;
- (iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- (iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;
- (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;
- (vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- (viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;
- (ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- (x) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 6º do Estatuto Social;
- (xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no Estatuto Social; e
- (xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia poderão, ainda, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral.

### c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: [ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com).

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados na sede social da Companhia na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

### d. Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da Assembleia Geral na qual foi suscitado o conflito.

Sem prejuízo dos procedimentos de denúncia disciplinados no Código de Conduta, os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em função de conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

São hipóteses de impedimento de voto em razão de conflito de interesses do acionista àquelas (i) relativas a aprovação de laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social; (ii) relativas a aprovação de suas próprias contas como administrador; (iii) que possam beneficiá-lo de modo particular; (iv) que seu interesse seja conflitante com o da Companhia.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência a administração não possui regras específicas, política ou prática para solicitação de procuração pública para o exercício do direito de voto em assembleias gerais da Companhia e, portanto, observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481").

### f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Atualmente, são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que apresentadas com até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral e que o documento original do referido instrumento seja exibido à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração (para documentos produzidos no exterior, será necessária a apresentação da respectiva tradução juramentada para língua portuguesa e a Companhia exigirá o reconhecimento de firma e/ou a sua notariação / consularização / apostilamento):

- a) Pessoas Jurídicas – cópia do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.
- b) Pessoas Físicas – a procuração.

De modo a facilitar os trabalhos, os acionistas representados por procuradores devem enviar, com até 2 (dois) dias de antecedência da data das respectivas assembleias gerais, cópia dos documentos acima elencados por e-mail à Companhia.

### g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia possibilita a participação à distância em assembleias gerais por meio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto"). Para participar por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o agente escriturador das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"); (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou (iii) a Companhia, diretamente.

É recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente Escriturador ou Agente de Custódia como e se este serviço é prestado, bem como seus custos e procedimentos.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na sede social da Companhia na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: [ri@neogrid.com](mailto:ri@neogrid.com), devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da assembleia geral.

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da assembleia geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Segundo o Artigo 21-B da Instrução CVM 481, o Boletim de Voto será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia geral. Os Boletins de Voto recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia. Nos termos do Artigo 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, motorização, consularização ou apostilamento.

No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, serão exigidos: (i) via original do Boletim de Voto; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

### Pessoa Física

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

### Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

- Documento que comprove os poderes de representação.

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

### **h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

**i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM 481, caso o acionista ou o grupo de acionistas queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no Boletim de Voto, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, localizada na Avenida Santos Dumont, nº 935, 1º andar, Bairro Santo Antonio, CEP 89.218-105, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, aos cuidados da Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Artigo 21-M, da Instrução CVM 481), ou por meio do endereço eletrônico: [ri@neogrid.com](mailto:ri@neogrid.com), nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

**j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

**k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as assembleias gerais da Companhia.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### 12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

#### a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social o conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") realizou 1 reunião ordinária e 03 reuniões extraordinárias.

Conforme o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, trimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

#### b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

#### c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que visa a estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses. Adicionalmente, devem abster-se de votar.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Sem prejuízo dos procedimentos de denúncia disciplinados no Código de Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.4 (a)(iii) e (b) deste Formulário de Referência, os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.



### 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria “Política de Transações entre Partes Relacionadas”.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas:

- (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social;
- (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e
- (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

**d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

**(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”) e da Diretoria Estatutária da Companhia (“Diretoria”) (“Política de Indicação”), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: ri.neogrid.com.

**(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração da Companhia; (ii) aos comitês relacionados ao Conselho de Administração (“Comitês”); e (iii) à Diretoria da Companhia.

As principais características da Política de Indicação são: a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá observar o disposto nos documentos, legislação e regulamentação mencionados na Política de Indicação, de modo a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com a missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

### a) Conselho de Administração

O candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e de legislação societária, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

- (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia;
- (ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia; ou
- (iii) ocupar cargos públicos e com vinculação política.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

### b) Comitês

O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, estatutários ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições.

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, observado requisitos dispostos no item 3 da Política de Indicação e as regras gerais e específicas aplicáveis previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período de seu mandato, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

### c) Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para a compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências e experiências necessárias para a função, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos Diretores deverão ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

- (i) os processos de sucessão eventualmente em curso na Companhia;
- (ii) boa reputação e aderência aos critérios de integridade (*compliance*);
- (iii) experiência em liderança, preferencialmente no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional;
- (iv) no caso de candidato interno, as avaliações de desempenho e competências aplicáveis, nos últimos 3 (três) anos, quando aplicável;
- (v) fluência no idioma inglês e desejável a fluência em espanhol; e
- (vi) desejável especialização ou pós-graduação em área afim, técnica ou de gestão.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá ser baseada em suas respectivas avaliações anuais durante o período de seu mandato, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

### **12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

O Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal, efetivos ou suplentes, se houver, são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, a posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 11, parágrafo segundo e no Artigo 23, parágrafo segundo do Estatuto Social, bem como o atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Cargo eletivo ocupado	Data de posse		
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>							
Thiago Grechi	25/10/1979		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
934.537.870-72	Contador		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores							
Robson Alessandro Munhoz	07/12/1972		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
127.945.608-67	Empresário		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor sem designação específica							
Rodrigo Landgraf de Souza Leão	28/11/1974		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
252.986.628-70	Engenheiro		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor sem designação específica							
Paulo Pereira Lucena Júnior	20/10/1973		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
176.319.768-99	Administrador		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor sem designação específica							
Emerson Tobar Silva	15/09/1971		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
142.232.518-05	Empresário		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor sem designação específica							
EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ	21/06/1965		Pertence apenas à Diretoria	19/10/2020	2 anos	0	
233.589.278-90	Economista		19 - Outros Diretores	19/10/2020	Sim	0.00%	
Diretor Presidente							
Miguel Abuhab	15/05/1944		Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2020	2 anos	0	
019.372.279-87	Engenheiro Mecânico de Produção		20 - Presidente do Conselho de Administração	19/10/2020	Sim	100.00%	
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes	23/01/1962		Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2020	2 anos	0	
346.152.454-91	Economista		27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/10/2020	Sim	100.00%	

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento		Orgão administração	Data da eleição		Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
	Profissão			Data de posse	Foi eleito pelo controlador		
Outros cargos e funções exercidas no emissor							
			Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo / função			
045.350.748-44	18/05/1962	Administrador de Empresas	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2020	2 anos	0	
074.512.308-21	10/08/1964	Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/10/2020	2 anos	0	
040.324.319-06	12/08/1986	Engenheiro de Produção	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	19/10/2020	Sim	100.00%	
			39 - Outros Conselheiros / Diretores	19/10/2020	Sim	100.00%	
			Diretor sem designação específica				

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Thiago Grechi - 934.537.870-72

O Sr. Thiago Grechi é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Gradou-se em contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui um MBA em Finanças, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas e um MBA em Administração Global pela ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas. Foi auditor interno na TNT Mercúrio, e gerente de controladoria da Stemac e GKN Land Systems. Foi sócio e diretor financeiro da Accera até a incorporação com a Companhia, responsável por todas as áreas de recursos humanos, administrativo e financeira.

O Sr. Thiago Grechi declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago Grechi declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Robson Alessandro Munhoz - 127.945.608-67

O Sr. Robson Alessandro Munhoz é Diretor sem designação específica da Companhia. Gradou-se em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo. Possui uma especialização em administração de suprimentos, logística e materiais pela Central Michigan University e um MBA em administração de empresas pela Fundação Armando Alvarés Penteado. Atuou como gerente de produtos do ABN AMRO Bank N.V. e gerente de desenvolvimento na GXS. Em junho de 2003, fundou a Bis Company. Atualmente é membro do conselho de administração da Blusoft Sistemas. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Robson Alessandro Munhoz declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Rodrigo Landgraf de Souza Leão - 252.986.628-70

O Sr. Rodrigo Landgraf de Souza Leão é Diretor sem designação específica da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Naval, Logística e Transportes pela Universidade de São Paulo (USP) e possui um MBA pelo IBMEC. Foi coordenador de suprimentos e logísticas na Pirelli Tyres entre 1997 e 2001. Atuou como supervisor de varejo no Itaú Unibanco entre abril de 2004 e outubro de 2007 e como gerente de desenvolvimento de empresas na Spring Wireless entre novembro de 2007 e maio de 2010. Foi diretor de tecnologia na Café Comunicação Integrada entre agosto de 2010 e novembro de 2012 e foi Diretor Presidente e Fundador da Trade Force. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Rodrigo Landgraf de Souza Leão declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo Landgraf de Souza Leão declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Paulo Pereira Lucena Júnior - 176.319.768-99

O Sr. Paulo Pereira Lucena Júnior é Diretor sem designação específica da Companhia. Graduiu-se em administração com habilitação em marketing pela Universidade Cidade de São Paulo. Realizou um APG Middle em gestão de vida pela Amana-Key Desenvolvimento e Educação. Possui uma especialização em gerenciamento de projetos pela Euax e dois MBAs em comercial e gestão comercial pela Fundação Getúlio Vargas. Foi gerente de serviço na Perfil Tecnologia. Atuou como gerente de serviço, gerente de produto & marketing e gerente de unidade de negócio na Datasul S.A. Ocupou o cargo de gerente de operações na Vitare Alimentos e de diretor de operações na Mangger Alimentos Congelados. Também ocupou o cargo de gerente de conta na SoftExpert Software for Excellence. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Paulo Pereira Lucena Júnior declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Paulo Pereira Lucena Júnior declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Emerson Tobar Silva - 142.232.518-05

O Sr. Emerson Tobar Silva é Diretor sem designação específica da Companhia. Formou-se em mecânica industrial e manutenção de tecnologia pela CI Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Realizou um curso em administração de processos de tecnologia pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Possui um MBA em administração de empresas pela Universidade de São Paulo. Foi analista de sistemas na Pandata, administrador de banco de dados na Microsiga Software S.A. Foi técnico de vendas na IBM. Ocupou o cargo de principal consultor de vendas na Oracle e de arquiteto de soluções de nuvem na Microstf. Atuou como administrador de banco de dados e gerente executivo de desenvolvimento na Totvs S.A. Na Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Emerson Tobar Silva declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Emerson Tobar Silva declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ - 233.589.278-90

O Sr. Eduardo Víctor Luis Ragsol Alvarez é Diretor Presidente da Companhia. Formou-se em atuariado pelo Instituto Tecnológico Autônomo de México. Possui um MBA em administração de empresas pela Ashridge Business School. Atuou como Country Manager na The Nielsen Company entre janeiro de 1988 a junho de 2014. Ocupou o cargo de Líder de Mercado na América Latina na Mercer. E atua como consultor independente desde fevereiro de 2017. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Eduardo Víctor Luis Ragsol Alvarez declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Eduardo Víctor Luis Ragsol Alvarez declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Miguel Abuhab - 019.372.279-87

O Sr. Miguel Abuhab é Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Graduiu-se em Engenharia Mecânica de Produção pelo ITA – Instituto Brasileiro de Tecnologia da Aeronáutica. Logo após a graduação, trabalhou numa empresa de engenharia, onde foi responsável pelo projeto de implantação da nova fábrica de refrigeradores da Consul S.A. em Joinville/SC. Em 1978, fundou a empresa Datasul S.A., em Joinville/SC, vindo a desenvolver softwares para controle de produção que, mais tarde, tornou-se a maior empresa de software ERP do Brasil. Duas décadas depois, em 1999, fundou a Companhia, líder em soluções para a gestão automática da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management), com sede no Brasil e escritórios nos Estados Unidos, Europa – e onde, atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Paralelamente, desde 2003, Abuhab tem trabalhado em seu Plano de Simplificação Tributária para o Brasil - Modelo Abuhab de Cobrança de IVA/IBS - que serviu como base para o relatório da reforma tributária do ex-Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, aprovado em dezembro de 2018 na comissão especial da Câmara dos Deputados. Em 5 de setembro de 2019, apresentou seu Plano à CCJ - Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Sistema Tributário Nacional. Sobre o tema, escreveu o livro "Devo não nego, pago quando receber", em que descreve claramente as suas ideias de Simplificação Tributária. Abuhab incorpora em seu business expertise a Teoria das Restrições (TOC), desenvolvida por Eliyahu Goldratt, e ideias relacionadas à cadeia de suprimentos. Também é membro fundador da organização TOCICO - Theory of Constraints International Certification Organization. O empresário ainda atua fortemente em projetos de responsabilidade social, focados em educação. O programa de TOCfe (TOC for Education), patrocinado pelo Instituto Miguel Abuhab (IMA), já formou 200 professores voluntários em 40 escolas da rede pública de ensino de Joinville, atendendo mais de 10 mil crianças. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Miguel Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Miguel Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes - 346.152.454-91

A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes é membro independente efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Graduiu-se em Economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito e da OEC – Odebrecht Engenharia e Construção servindo como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e conselheira do Comitê de Aquisições e Fusões. Entre julho/2012 e dezembro/2014 foi Diretora da CVM. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002-junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 e abril de 2019), da CPFL Energia (abril 2007-junho 2012), Metalrio (maio 2009-junho 2012) e Datasul (abril 2006-agosto2008). Foi também consultora do Comitê Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (agosto 2006 – julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (1998-2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (1995-1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, D.C. entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003) e na Universidade Federal de Pernambuco (1º semestre 1991). Ela tem vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer e do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Olits Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

A Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44

O Sr. Marcos Guimarães Grasso é membro independente efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Graduiu-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com formação executiva em Governança, Gestão e Liderança pela Universidade de Harvard; Universidade de Oxford e Insead. É Coach certificado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Atuou como membro do conselho de administração de empresas como BRF, Tok Stok, Cacau Show, Marilan, Iberchem, Condor, C&A e Instituto Akatu. Possui mais de 30 anos de experiência em empresas de consumo no Brasil, Ásia, Europa e Estados Unidos em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury e Mondelez/Kraft Foods, onde foi CEO no Brasil. Atualmente, é responsável pelas operações da América do Sul da firma francesa de investimentos Eurazeo, bem como sócio da consultoria MZG Advisors, que serve investidores, conselhos e executivos na área de estratégia, gestão e desenvolvimento humano. Atua como coach de CEO's e mentor da Endeavor e do Programa Diversidade em Conselhos. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Marcos Guimarães Grasso declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcos Guimarães Grasso declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

José Rogério Luiz - 074.512.308-21

O Sr. José Rogério Luiz é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Graduou-se em Economia pela Universidade de São Paulo e cursou o Programa ADP Senior Executive na London Business School. Foi executivo na PwC, Embraer, Citibank e Antarcica/Ambev (CFO). Nos últimos 20 anos atuou em empresas no setor de Tecnologia, como TOTVS, na qual foi sócio e vice-presidente executivo por dez anos, liderando o IPO da empresa, além de Klicknet e Netshoes. Atuou nos conselhos da Fundação Tupy, Grupo Fleury, Melhoramentos, EBANX e também em conselhos consultivos de empresas predominantemente do setor de Tech. Atualmente é sócio da ITU Partners, consultoria de estratégia para empresas de tecnologia e membro do conselho de administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. José Rogério Luiz declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José Rogério Luiz declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

David Abuhab - 040.324.319-06

O Sr. David Abuhab é Diretor sem designação específica e membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Graduou-se em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e possui especialização em Finanças com ênfase em Fundos de Investimentos e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas. Liderança de Produtos Digitais pela Tera e Negócios pela Stanford Graduate School of Business. Foi gerente de marketing e CEO da VepaoVivo.com.br entre agosto de 2012 e janeiro de 2014. Desde março de 2015 é investidor da Motoboy.com. Atua como membro do conselho da Rio Pardo Bioenergia, da NeoGrid Datacenter e da R&B Rasreabilidade Brasil e foi investidor e co-fundador da Camerite, plataforma de videomonitoramento em nuvem.

O Sr. David Abuhab declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. David Abuhab declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Thiago Grechi - 934.537.870-72
N/A	Robson Alessandro Munhoz - 127.945.608-67
N/A	Rodrigo Landgraf de Souza Leão - 252.986.628-70
N/A	Paulo Pereira Lucena Júnior - 176.319.768-99
N/A	Emerson Tobar Silva - 142.232.518-05
N/A	EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ - 233.589.278-90
N/A	Miguel Abuhab - 019.372.279-87
N/A	Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91
N/A	Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44
N/A	José Rogério Luiz - 074.512.308-21



---

David Abuhab - 040.324.319-06

N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê		Tipo de Auditoria		Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Número de Mandatos Consecutivos				
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>								
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria estatutário	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	Outros	23/01/1962	19/10/2020	2 anos
346.152.454-91			Economista	Coordenadora do Comitê de Auditoria. Membro Independente do Conselho de Administração.		19/10/2020	0	100.00%
Não se aplica								
Marcos Guimarães Grasso	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria estatutário	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	Outros	18/05/1962	19/10/2020	2 anos
045.350.748-44			Administrador	Pertence ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração		19/10/2020	0	100.00%
Não se aplica								
Marcelo Lima Tonini	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria estatutário	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	Outros	28/01/1969	19/10/2020	2 anos
126.781.888-33			Consultor	Membro do Comitê de Auditoria.		19/10/2020	0	100.00%
Não se aplica								

**Experiência profissional / Critérios de Independência**

Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91

A Sra. Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes, formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em dezembro de 2007. Possui doutorado em Economia pela Universidade Berkeley da Califórnia. Desde 1998, é membro do CFA® Institute. Atualmente é membro do conselho de administração do Fundo Garantidor de Crédito e da OEC – Odebrecht Engenharia e Construção servindo como coordenadora de seu Comitê de Auditoria, e conselheira do Comitê de Aquisições e Fusões. Foi Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de julho de 2012 a dezembro de 2014. Anteriormente foi membro do Conselho de Administração da CCR (membro independente entre maio 2002 a junho 2012 e membro não independente entre agosto de 2015 a abril de 2019), da CPFL Energia (de abril 2007 a junho 2012), Metalrio (de maio 2009 a junho 2012) e Datasul (de abril 2006 a agosto 2008). Foi também consultora do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (de agosto 2006 a julho 2011); diretora de investimentos do Pictet Modal Asset Management S.A. (de 1998 a 2003); e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (de 1995 a 1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, Estados Unidos entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2003 e na Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 1991. Possui ainda tem vários artigos técnicos publicados em revistas técnicas. Ana é membro do Conselho Curador da Fundação do Câncer e do Conselho Fiscal do Instituto de Estudos para Políticas Públicas e sócia fundadora da Ollis Consultoria Econômica e Financeira Eireli para avaliação de empresas e governança corporativa.

A Sra. Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44

O Sr. Marcos Guimarães Grasso é membro independente efetivo do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria da Companhia. Gradou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com formação executiva em Governança, Gestão e Liderança pela Universidade de Harvard, Universidade de Oxford e Insead. É Coach certificado pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Atuou como membro do conselho de administração de empresas como BRF, Tok Stok, Cacau Show, Manián, Iberchem, Condor, C&A e Instituto Akatu. Possui mais de 30 anos de experiência em empresas de consumo no Brasil, Ásia, Europa e Estados Unidos em empresas como Warner-Lambert, Pfizer, Cadbury e Mondelez/Kraft Foods, onde foi CEO no Brasil. Atualmente, é responsável pelas operações da América do Sul da firma francesa de investimentos Eurazeo, bem como sócio da consultoria M2G Advisors, que serve investidores, conselhos e executivos na área de estratégia, gestão e desenvolvimento humano. Atua como coach de CEO's e mentor da Endeavor e do Programa Diversidade em Conselhos. Nenhuma destas empresas integra o grupo econômico da Companhia.

O Sr. Marcos Guimarães Grasso declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcos Guimarães Grasso declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcelo Lima Tonini - 126.781.888-33

O Sr. Marcelo Lima Tonini foi sócio responsável pelas unidades de negócios da KPMG em Santa Catarina, em Joinville e Florianópolis, durante 13 anos. É responsável técnico por diversos projetos focados em auditoria e impostos, aplicados em empresas de diversos setores da economia como Alimentício, Têxtil, Metalmeccânico, Construção Civil, entre outros. O Sr. Marcelo Lima Tonini tem domínio de normas contábeis nacionais e internacionais – CPC e IFRS, experiência no uso e integração com os sistemas ERP, inscrição ativa no CRC – Conselho Regional de Contabilidade e experiência em projetos de abertura de capital na BOVESPA em empresas dos setores Têxtil e Agronegócio. Possui atuação na gestão de vários projetos simultâneos e complexos, envolvendo diferentes produtos, equipes e áreas de negócio, otimização de metas, custos, prazos e qualidade das entregas, e tem extensa experiência em gestão operacional dos projetos ao longo do ciclo de vida (cronogramas, backlogs, baselines, listas de pendências e planejamento de entregas) e gerenciamento de conflitos relacionados ao trabalho em equipe. Ainda é responsável pelo processo de melhoria do nível de engajamento dos colaboradores, atingindo índices acima da média da Organização e tem ampla experiência em processos de Planejamento Financeiro e todas as rotinas envolvidas, como Gestão de Fluxo de Caixa, Investimentos, Gestão Orçamentária, Forecast, visão sistêmica de Processos de Negócios, com facilidade para mapeamento de processos e fluxos, compreensão de modelos de negócios e propostas de melhorias.

O Sr. Marcelo Lima Tonini declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Lima Tonini declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Ana Dolores Moura Caneiro de Novaes - 346.152.454-91 N/A	
Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44 N/A	
Marcelo Lima Tonini - 126.781.888-33 N/A	

### 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Administrador do emissor ou controlada</b>					
Miguel Abuhab	Presidente do Conselho	019.372.279-87	Neogrid Participações S.A.	10.139.870/0001-08	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
<b>Pessoa relacionada</b>					
David Abuhab	Membro do Conselho de Administração e Diretor sem Designação Específica	040.324.319-06	Neogrid Participações S.A.	10.139.870/0001-08	
<b>Observação</b>					
O Sr. David Abuhab é diretor da Neogrid Informática Ltda., sociedade controlada da Companhia, vide item 12.10 deste Formulário de Referência.					

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2019</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Thiago Grechi Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	934.537.870-72	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor Financeiro	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Robson Alessandro Munhoz Diretor sem designação específica	127.945.608-67	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Rodrigo Landgraf de Souza Leão Diretor sem designação específica	252.986.628-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda. Diretor sem designação específica	05.794.609/0001-01		
<u>Observação</u>			
N/A			

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Pereira Lucena Júnior	176.319.768-99	Controle	Controlada Direta
Diretor sem designação específica			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor sem designação específica			
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
David Abuhab	040.324.319-06	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e Diretor sem designação específica.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor de Novos Negócios			
<u>Observação</u>			
N/A			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Miguel Abuhab	019.372.279-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Neogrid Informática Ltda.	05.794.609/0001-01		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
N/A			

## **12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

### **12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia. O limite máximo de garantia da apólice é de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e o valor anual do prêmio líquido corresponde a R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

Além disso, nos termos do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenidos (i) os membros (a) do Conselho de Administração, (b) dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e (c) da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e (ii) os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas (“Beneficiários”), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não prestou compromisso e/ou celebrou contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenidos os Beneficiários por eventuais danos ou prejuízos efetivamente sofridos por estes por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas.

**12.12 - Outras informações relevantes****12.12 - Outras informações relevantes****Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais**

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	24/11/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais.

Data	19/10/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais.

Data	14/10/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,00% das ações ordinárias e 100,00% das ações preferenciais.

Data	22/04/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	97,14% das ações ordinárias e 74,98% das ações preferenciais.

Data	20/01/2020
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	95,24% das ações ordinárias e 74,98% das ações preferenciais.

Data	28/11/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 71,45% das ações preferenciais.

Data	17/09/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,29% das ações ordinárias e 71,45% das ações preferenciais

Data	12/08/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,29% das ações ordinárias e 69,10% das ações preferenciais

Data	29/04/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 75,19% das ações preferenciais.

Data	07/02/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 75,19% das ações preferenciais.

Data	28/12/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais.



**12.12 - Outras informações relevantes**

Data	14/12/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 78,93% das ações preferenciais.

Data	14/12/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	94,14% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais.

Data	29/11/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 79,88% das ações preferenciais

Data	30/04/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 79,61% das ações preferenciais

Data	17/01/2018
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 79,61% das ações preferenciais

Data	18/12/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 79,61% das ações preferenciais

Data	26/04/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 76,93% das ações preferenciais

Data	06/01/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais

**Divulgação de cargos dos membros do Conselho de Administração**

Para informações sobre os cargos de administração ocupados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia em outras entidades vide item 12.5/6 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração	Total de Reuniões Realizadas no último exercício social pelo respectivo órgão desde a posse do membro do conselho	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Miguel Abuhab	7	100%
David Abuhab	7	100%
Alidor Lueders	7	100%

**Governança Corporativa**

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e fiscalizadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) a transparência; (ii) a equidade; (iii) a prestação de contas (*accountability*); e (iv) a responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, pode ser entendido que a administração da Companhia deve informar não apenas o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também os demais fatores (mesmo que intangíveis) em que é baseada a ação empresarial. Por equidade é possível entender o

## 12.12 - Outras informações relevantes

tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores e/ou credores. O princípio do *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a aqueles que os elegeram. Ademais, o princípio da responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e das operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em consonância com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
  - não vinculação de exercício de direito de voto de administradores ou membros dos órgãos de fiscalização e controle;
  - não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
  - obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
  - não cumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
  - processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração;
  - adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária e Política de Transações com Partes Relacionadas;
  - definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
  - utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

### Novo Mercado

Em 2000, a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. (“B3”) estabeleceu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado. A instituição desses segmentos teve como objetivo estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e a adotar um nível de divulgação de informações adicional àquele exigido pelas leis. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam de maneira voluntária a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações. Via de regra, essas normas ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso dos segmentos da B3, pois exige um mais alto grau de práticas de governança corporativa, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, além de outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando a ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### 13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

**a. Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 19 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), da Diretoria Estatutária ("Diretoria") e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Conselho Fiscal") da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (ri.neogrid.com) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

#### **b. Composição da remuneração, indicando:**

A remuneração global da Diretoria poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios diretos e indiretos; (iv) benefícios pós-emprego; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (vi) remuneração baseada em ações; (vii) incentivos de longo prazo; e (viii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo que os demais Administradores farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

##### Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
<b>Remuneração Fixa</b>	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado.

Não são elementos da remuneração do Conselho de Administração: (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

##### Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
<b>Remuneração Fixa</b>	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
<b>Remuneração Variável</b>	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais <i>stakeholders</i> da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado.  Os Diretores fazem jus a benefícios como assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, vale refeição, convênio com farmácia, auxílio creche, seguro de responsabilidade civil (D&O), auxílio reembolso de medicamentos, estacionamento, entre outros.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	A atribuição de benefícios pós-emprego ou motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

<b>Remuneração baseada em Ações</b>	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários ( <i>Stock Option Plan</i> ou <i>SOP</i> ), cujo objetivo é aumentar a sinergia do time e fortalecer a cultura de protagonismo, colaboração e agilidade para a equipe, por meio dos valores de Responsabilidade, Excelência, Inovação e Simplicidade.
<b>Incentivos de longo prazo</b>	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

#### Diretoria Não Estatutária

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Diretoria Não Estatutária.

#### Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado.

#### Comitês Estatutários

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitês Estatutários instalados.

#### Comitês Não Estatutários – Comitê de Auditoria

Os membros dos Comitês Não Estatutários fazem jus somente à remuneração fixa.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós-emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

#### ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2019 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	65%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	35%	0%	0%
<b>TOTAL</b>			<b>100%</b>		

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2018 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	70%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	30%	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social de 2017 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal	100%	0%	65%	0%	0%
Remuneração Variável	0%	0%	35%	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

#### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

Poderá haver membros do Conselho de Administração que também acumulem o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, e venham a contribuir no processo de determinação da remuneração dos Administradores. Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, os Conselheiros deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Além disso, qualquer dos Conselheiros poderá alegar existência de conflito de interesses de outro membro do Conselho de Administração, sendo certo que, em não havendo consenso com relação à existência do conflito, os demais Conselheiros (exceto o agente e o paciente) votarão pela existência, ou não, do conflito, determinando, assim, a possibilidade ou não da participação de tal Conselheiro na discussão e deliberação acerca da respectiva matéria. O Regimento Interno do Conselho de Administração, adicionalmente, prevê que o Conselheiro que ocupar cargo de Diretoria da Companhia estará impedido de votar sobre a sua própria remuneração.

Para esta avaliação de cálculos e de reajuste serão consideradas como referência pesquisas de mercado vigentes e pertinentes, garantindo a melhor aderência para posicionamento estratégico do pacote de remuneração total oferecido, em relação ao mercado de atuação da Companhia. Esta medida contribui para que as alterações propostas sejam compatíveis com as práticas vigentes de mercado, evitando conflito de interesse na composição do pacote de remuneração dos administradores.

O Conselho de Administração poderá vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionados de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo, como por exemplo, através do aumento da receita recorrente mensal e anual, EBITDA, etc.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais, considerando indicadores relativos à saúde financeira, penetração e cobertura de mercado, entrega de plataformas e produtos, etc.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da administração da Companhia, sendo tal análise, realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de referências de mercado (*benchmarks*) de empresas do mesmo setor da Companhia para posições de complexidade similar, de acordo com a função, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

(b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e

(c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

#### v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês de Auditoria Não Estatutário são remunerados.

#### c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais, o que contempla avaliar a entrega dos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, bem como a abordagem utilizada para entrega dos resultados, almejando o enquadramento cultural e aderência aos valores da Companhia.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do administrador que faça jus a tal remuneração, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em sistema de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais. Os principais indicadores de desempenho da própria Companhia considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA. Os principais indicadores e critérios que sustentam as metas individuais consistem em (i) indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, NPS, volume de vendas junto aos parceiros e clientes e geração de receitas, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador, e (ii) alinhamento à cultura da Companhia, sendo que tal alinhamento é avaliado de forma subjetiva por meio da verificação da aderência do administrador ou colaborador aos valores da Companhia.

Com relação aos indicadores anuais estabelecidos em função do planejamento estratégico, os parâmetros utilizados pela Companhia foram:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017:

- EBITDA, com meta de R\$ 33,5 milhões e resultado de R\$30,0 milhões; e
- Receita operacional líquida da Companhia com meta de R\$142,3 milhões e resultado de R\$128,5 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018:

- Lucro líquido de exercício, com meta de R\$12,2 milhões e resultado de R\$11,9 milhões.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

- EBITDA, com meta de 17% de margem e resultado de 17% de margem;
- Receita Mensal Recorrente (MMR) Consolidada com meta de R\$12,1 milhões e resultado de R\$11,8 milhões.

Além disso, para o exercício social corrente, os parâmetros previstos dentro do planejamento estratégico da Companhia são EBITDA global com meta de R\$46 milhões e receita operacional líquida total com meta de R\$207 milhões.

Com relação ao alinhamento à cultura e aderência aos valores da Companhia, os parâmetros e metodologias utilizadas nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, consideravam as competências Humanas, quais sejam: flexibilidade, aprendizagem contínua, comunicação eficaz, trabalho em equipe, domínio do negócio e foco em resultados. Além disso, avalia competências de liderança como: resiliência, sensibilidade intercultural, desenvolvimento de pessoas, visão estratégica, construção e manutenção de relacionamento.

No âmbito das metodologias de avaliação acima indicadas, a escala de avaliação considerava os seguintes critérios:

- (i) Não Atende as Expectativas;
- (ii) Atende Parcialmente as Expectativas;
- (iii) Atende Plenamente as Expectativas; e
- (iv) Excede as Expectativas.

Para o exercício social corrente estão sendo utilizadas metodologias de avaliação de desempenho, reforçando, além da avaliação quantitativa definida usualmente em termos de EBITDA e receita operacional líquida, a parcela qualitativa, com relação a aderência do executivo aos comportamentos que representam a prática dos novos valores da Companhia. Para o exercício social corrente, tais valores passaram a ser: Responsabilidade, Excelência, Inovação e Simplicidade, tendo sido definidos no projeto de atualização cultural concluído em dezembro de 2019 e implementado em 2020. A escala de avaliação considera os seguintes critérios: (i) não demonstra, (ii) demonstra pouco, (iii) demonstra, e (iv) demonstra muito, é (v) referência. O processo é dividido em auto avaliação e avaliação pela liderança imediata que, com o apoio da área de Gente & Gestão, adequa a avaliação qualitativa com o apoio de outros membros, quando aplicável, como consultores de carreira e membros do conselho.

#### **d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, a critério do Conselho de Administração apenas com relação à remuneração fixa dos membros da Diretoria, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.



### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da Companhia e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade às atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos administradores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da Companhia e dos administradores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:**

As datas para exercício das opções de compra de ações outorgadas aos colaboradores da Companhia, conforme descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência, serão adiantadas, podendo o seu beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de Oferta Pública de Ações da Companhia, e desde que o beneficiário ainda tenha vínculo contratual com a Companhia e com suas sociedades controladas; ou (ii) a partir da data que houver troca de controle do capital social da Companhia e desde que o beneficiário ainda tenha vínculo contratual com a Companhia e com suas sociedades controladas.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;**

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral.

**ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;**

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características, além de avaliações de condições de remuneração de mercado, incluindo empresas do setor e empresas de mesmo porte.

**iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de outubro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Política de Remuneração será revista anualmente e, a critério do Conselho de Administração, será ajustada de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,42	0,00	8,92
Nº de membros remunerados	3,50	5,42	0,00	8,92
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	450.100,00	3.397.200,00	0,00	3.847.300,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.818.600,00	0,00	1.818.600,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	4.390.074,00	0,00	4.390.074,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020 A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
<b>Total da remuneração</b>	450.100,00	9.605.874,00	0,00	10.055.974,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,50	5,30	0,00	8,80
Nº de membros remunerados	3,50	5,30	0,00	8,80
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	450.100,00	3.187.630,32	0,00	3.637.730,32
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.743.815,16	0,00	1.743.815,16
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020A. Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	450.100,00	4.931.445,48	0,00	5.381.545,48

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,83	3,60	0,00	7,43
Nº de membros remunerados	3,83	3,60	0,00	7,43
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	448.200,00	3.443.180,52	0,00	3.891.380,52
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.503.383,16	0,00	1.503.383,16
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaç�o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a�oes (incluindo op�oes)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa�o	O n�mero de membros foi apurado da forma especificada no Of�cio-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020.  A Companhia � isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributa�o substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei n� 12.546/2011.	O n�mero de membros foi apurado da forma especificada no Of�cio-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020.  A Companhia � isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributa�o substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei n� 12.546/2011.	O n�mero de membros foi apurado da forma especificada no Of�cio-Circular CVM/SEP/Nº 02/2020.  A Companhia � isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributa�o substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei n� 12.546/2011.	
Total da remunera�o	448.200,00	4.946.563,68	0,00	5.394.763,68

## Remunera o total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administra�o	Diretoria Estatut�ria	Conselho Fiscal	Total
N� total de membros	4,00	3,50	0,00	7,50
N� de membros remunerados	4,00	3,50	0,00	7,50
<b>Remunera�o fixa anual</b>				
Sal�rio ou pr�-labore	507.800,00	2.564.828,40	0,00	3.072.628,40
Benef�cios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa�oes em comit�s	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descri�o de outras remunera�oes fixas	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
<b>Remunera�o vari�vel</b>				
B�nus	0,00	1.402.414,20	0,00	1.402.414,20
Participa�o de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participa�o em reuni�oes	0,00	0,00	0,00	0,00
Comiss�oes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descri�o de outras remunera�oes vari�veis	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orienta�o do OF�CIO CIRCULAR/ CVM/SEP/N� 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
P�s-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessa�o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A Companhia é isenta do recolhimento do INSS patronal, por ter optado pela tributação substitutiva, desonerando sua folha de pagamento, conforme autorizado nos termos da Lei nº 12.546/2011.	
Total da remuneração	507.800,00	3.967.242,60	0,00	4.475.042,60

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

#### 13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	3,5	5,42	0,0	8,92
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,5	5,42	0,0	8,92
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 1.818.600,00	R\$ 0,00	R\$ 1.818.600,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 1.818.600,00	R\$ 0,00	R\$ 1.818.600,00

Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	3,5	5,3	0,0	8,8
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,5	5,3	0,0	8,8
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 1.743.815,16	R\$ 0,00	R\$ 1.743.815,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	3,83	3,6	0,0	7,43
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,83	3,6	0,0	7,43
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 1.503.383,16	R\$ 0,00	R\$ 1.503.383,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 1.503.383,16	R\$ 0,00	R\$ 1.503.383,16

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

<b>Dados do exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº total de membros</b>	4	3,5	0,0	7,5
<b>Nº de membros remunerados</b>	4	3,5	0,0	7,5
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 1.402.414,20	R\$ 0,00	R\$ 1.402.414,20
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R\$ 0,00	R\$ 1.402.414,20	R\$ 0,00	R\$ 1.402.414,20

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

#### **13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

##### **a. Termos e condições gerais**

A Companhia possui um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de janeiro de 2020 (“Plano”).

São elegíveis ao Plano os diretores e principais executivo da Companhia, incluindo colaboradores que façam parte do plano de sucessão de liderança e/ou que tenham alcançado uma avaliação de desempenho satisfatória nos últimos 2 ciclos, conforme prática de avaliação de desempenho estabelecida pela Companhia (“Beneficiário”).

As outorgas do direito ao recebimento de ações são realizadas mediante a celebração de instrumentos particulares de opção de aquisição de ações celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, por meio dos quais a Companhia outorga uma opção de aquisição de ações ao Beneficiário (“Contrato de Outorga”). Os Contratos de Outorga preveem, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (i) a quantidade de ações a que o Beneficiário terá direito no âmbito do respectivo Contrato de Outorga; (ii) os termos e condições para a aquisição dessas Ações; e (iii) determinadas obrigações decorrentes da aquisição de ações pelo Beneficiário.

O Plano previa, originalmente, apenas a possibilidade de outorga de opções para aquisição de ações preferencias da Companhia, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal. Em 19 de outubro de 2020, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada **(i)** a outorga de opções para aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito do Plano; **(ii)** o aditamento aos Contratos de Outorga já celebrados para prever, dentre outros, (a) a possibilidade de entrega ao Beneficiário de ações ordinárias de emissão da Companhia, e (b) o término, em caso de liquidação de oferta pública inicial de ações ordinária pela Companhia, de determinadas disposições do Contrato de Outorga que continham obrigações impostas aos Beneficiários em razão da aquisição de ações; e **(iii)** a celebração de novos Contratos de Outorga.

Em razão da celebração dos novos Contratos de Outorga, em 19 de outubro de 2020, foram outorgadas 1.800.000 opções no âmbito do Plano. Até a data deste Formulário de Referência, 8.859.327 opções foram outorgadas para os Beneficiários. Após as outorgas, um dos Beneficiários titular de opções correspondentes a 53.888 ações solicitou o seu desligamento da Companhia e, portanto, perdeu o direito de exercer tal opção de compra.

Até a data deste Formulário de Referência, foram exercidas opções de ações correspondentes a 7.005.439 ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia. Para todos os fins, o exercício das opções por determinados beneficiários ocorreu em 30 de outubro de 2020.

Não obstante, a administração da Companhia, visando o contínuo aperfeiçoamento de suas práticas, incluindo (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável no longo prazo; (ii) a retenção dos principais talentos e líderes da Companhia no longo prazo; e (iii) o alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração de executivos, está avaliando a aprovação de um novo plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia.

##### **b. Principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de opção de aquisição de ações aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades por ela controladas, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (iii) atrair e estimular a permanência e envolvimento dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.



### 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

#### c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano confere aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia, o que a Companhia acredita que criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. O fato de os Beneficiários terem a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também como acionistas incentiva a criação de valor, além de fazer com que os Beneficiários compartilhem riscos e ganhos de forma equitativa.

#### d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

O Plano garante o alinhamento entre os objetivos dos Beneficiários com os da Companhia no longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia, a retenção de talentos, além de estar em linha com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

#### e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano prevê um diferimento da premiação ao longo do tempo, conforme permanência dos Beneficiários na Companhia. Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, o Plano visa possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previsto no Plano.

#### f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano é correspondente a 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e um mil e trezentas e trinta) ações. Na data deste Formulário de Referência, restavam 122.003 ações a serem outorgadas no âmbito do Plano.

#### g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Observado o limite no item “f” acima, o número de ações a que cada Beneficiário terá direito no âmbito do Plano será definido pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários.

#### h. Condições de aquisição de ações

i. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e respectivos Contratos de Outorga, o Beneficiário poderá exercer a opção de compra das ações desde que mantenha seu vínculo com a Companhia, suas controladas ou coligadas. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço para o exercício da opção é estabelecido nos Contratos de Outorga e equivale ao valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior à data do exercício da opção. Considera-se valor patrimonial da ação a divisão do valor do patrimônio líquido auditado da Companhia pelo número total de ações emitidas pela Companhia.

A Companhia deverá informar aos Beneficiários, até o dia 15 de março de cada exercício, o valor patrimonial das ações da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior.

#### j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os critérios para fixação do prazo de exercício são estabelecidos nos Contratos de Outorga, sendo que os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Tendo em vista que as opções não são cumulativas, caso o Beneficiário não exerça a opção em um determinado ano, perderá o direito de aquisição de tais ações.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.

#### **k. Forma de liquidação**

O preço de aquisição das ações deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira da data de aquisição de tais ações e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes.

Não obstante o acima disposto, em caso de antecipação das opções em razão do início do processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, conforme indicado no item "j" acima, o preço de aquisição deverá ser pago à Companhia em até 15 dias contados da liquidação oferta pública inicial de ações da Companhia.

#### **l. Restrições à transferência das ações**

Conforme estabelecido em alguns dos Contratos de Outorga, o Beneficiário não poderá transferir a qualquer título, quaisquer ações adquiridas no âmbito do Plano ou direitos de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações pelo prazo de até três anos contados da data de aquisição das ações, observado o seguinte cronograma de liberação:

1/3 (um terço) das ações será liberado após 12 meses contados da data de aquisição das ações;

1/3 (um terço) das ações será liberado após 24 meses contados da data de aquisição das ações; e

1/3 (um terço) das ações será liberado após 36 meses contados da data de aquisição das ações.

Na hipótese de o controlador da Companhia alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, o Beneficiário ficará também autorizado a alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, na mesma proporção das ações alienadas pelo Controlador, ficando tais Ações liberadas restrição acima prevista.

Os demais Contratos de Outorga não preveem restrições à alienação de ações.

#### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista nos Contratos de Outorga, as opções outorgadas nos termos do Plano serão extintas nos seguintes casos (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo de vigência da opção; (iii) mediante o distrato do Contrato de Outorga; ou (iv) nas hipóteses previstas no item "n" abaixo.

#### **n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Caso a Companhia requeira o término do vínculo do Beneficiário com a Companhia e/ou com quaisquer de suas coligadas ou controladas por qualquer motivo que não se caracterize como justa causa, nos termos do Contrato de Outorga, ou no caso de morte e/ou invalidez permanente do Beneficiário, a totalidade das ações será imediatamente liberada da restrição prevista no item "l" acima.

### 13.5 - Remuneração Baseada em Ações

#### 13.5 – Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais jus à remuneração baseada em ações e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações nos últimos três exercícios sociais.

Previsão para o Exercício Social Corrente – Valores Anuais	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,5	5,42
Nº de membros remunerados	0,00	5,42
Data de outorga	N/A	20.01.2020
Quantidade de opções outorgadas	N/A	6.107.303
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	31.03.2021 <sup>(1)</sup> 31.03.2022 <sup>(1)</sup> 31.03.2023 <sup>(1)</sup> 31.03.2024 <sup>(1)</sup>
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	31.03.2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	3 anos (1/3 a cada ano) <sup>(2)</sup>
<b>Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</b>		
Em aberto no início do exercício social	R\$ 0	R\$ 0,7188
Perdidas durante o exercício social	0	0
Exercidas durante o exercício social	0	6.107.303(3)
Expiradas durante o exercício social	0	0
<b>Valor justo das opções na data de cada outorga</b>	R\$ 0	R\$4.390.074
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	0	3,73% <sup>(4)</sup>

(1) os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia. Em 30 de outubro de 2020, nos termos do item (i) acima, as datas das opções outorgadas aos Diretores foram antecipadas e estes exerceram integralmente as opções descritas acima.

(2) Na hipótese de o controlador da Companhia alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, o Beneficiário ficará também autorizado a alienar parte de suas ações na oferta pública inicial de ações da Companhia, na mesma proporção das ações alienadas pelo Controlador, ficando tais Ações liberadas restrição acima prevista. Alguns Contratos de Outorga não possuem essa restrição.

(3) Tais opções foram integralmente exercidas pela diretoria estatutária da Companhia em 30 de outubro de 2020.

(4) Caso a Companhia utilize as ações que possui em tesouraria para entrega aos Beneficiários que exerceram as opções de compra, a diluição será zero.

## **13.6 - Opções em Aberto**

### **13.6 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável, tendo em vista que não havia opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e na data deste Formulário de Referência.

**13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues****13.7 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não foram exercidas opções e nem entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

No exercício social corrente:

**Opções exercidas em 30 de outubro de 2020**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº total de membros</b>	-	5,42
<b>Nº de membros remunerados</b>	-	5,42
<b>Opções exercidas</b>	-	6.107.303
<b>Número de ações</b>	-	6.107.303
<b>Preço médio ponderado de exercício</b>	-	R\$0,7188
<b>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas</b>	-	Não aplicável
<b>Ações entregues</b>		
<b>Número de ações entregues</b>	-	6.107.303
<b>Preço médio ponderado de aquisição</b>	-	0,815317
<b>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</b>	-	Não aplicável

### 13.8 - Precificação Das Ações/opções

#### 13.8 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

##### a. Modelo de precificação

O nosso modelo utilizado para precificação das opções outorgadas a seus administradores é o modelo Black & Scholes, que considera em seu racional de cálculo as seguintes informações: volatilidade, dividendo esperado, taxa de retorno livre de risco e valor justo da opção na data da concessão. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (drift) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; e (iv) não há restrições para a venda a descoberto. A metodologia de cálculo e as premissas adotadas são aderentes ao CPC 10.

Quando relevante, a expectativa de vida de nossas opções foi ajustada com base na melhor estimativa da nossa administração em relação aos efeitos da não transferência de restrições do exercício e aspectos comportamentais.

##### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não foram outorgadas opções nos 3 últimos exercícios sociais. As informações abaixo são relativas às opções outorgadas no exercício social de 2020.

- a) Preço médio ponderado das ações: R\$ 0,7188 (valor justo dividido pela quantidade de ações outorgadas);
- b) Preço de exercício: Valor patrimonial por ação da Companhia na data de encerramento do exercício social imediatamente anterior à data do exercício da Opção;
- c) Volatilidade esperada: 97,8%;
- d) Prazo da vida útil da opção:
 

Os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.
- e) Dividendo esperado: 0;
- f) Taxa de juros livre de risco: Taxa DI futura do período de exercício de cada opção.

	Data	DI Futuro
Plano 1	31/03/2021	2,19%
	31/03/2022	3,42%
	31/03/2023	4,88%
	31/03/2024	5,42%

##### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia.

### **13.8 - Precificação Das Ações/opções**

Para as opções, a Companhia mensura o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante a aplicação do modelo Black & Scholes de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência das opções. O modelo Black & Scholes considera em seu racional matemático as seguintes premissas: preço de compra da opção, preço de venda da opção, preço da ação no momento atual, preço do exercício, taxa de juros livre de risco, tempo para vencimento da opção (expresso em anos) e volatilidade do preço da ação. Exceto se de outra forma determinado nos respectivos contratos de opções, qualquer opção apenas poderá ser exercida na exata extensão em que o direito a exercício for adquirido.

**d. Forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada é calculada por meio da variação do EBITDA trimestral.

**e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Todos os critérios utilizados na mensuração do valor justo das opções foram descritos anteriormente.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão****13.9 – Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão**

Sociedade/Companhia	Número de Ações/Quotas em 31 de dezembro de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
NEOGRID PARTICIPAÇÕES S.A.	0	Ordinárias 396.330 Preferenciais 716.324	0
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I	123.524	0	0
NEOGRID INFORMÁTIC LTDA.	1	0	0



### **13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários**

#### **13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros remunerados	5,30	3,60	3,50	3,50	3,83	4,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.500.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	450.100,00	448.200,00	507.800,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	682.200,00	1.014.621,48	788.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	930.461,41	1.374.045,47	1.133.497,89	128.600,00	117.023,50	126.950,00	0,00	0,00	0,00

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2019</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
<b>31/12/2018</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
<b>31/12/2017</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

#### Conselho de Administração

<b>31/12/2019</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.
<b>31/12/2018</b>	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

**31/12/2017**

O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração de cada órgão foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual de cada órgão foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros de cada órgão dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima. Nos três últimos exercícios sociais o Conselho Fiscal não estava instalado.

**Conselho Fiscal**

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

#### **13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

### 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

#### 13.13 – Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

##### Exercício de 2019

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	3,5	5,3	0,00
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2,00	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 450.100,00	R\$ 7.001.445,48	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no exercício	0,00	R\$ 1.320.000,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	18,85%	0,00%

##### Exercício de 2018

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	3,83	3,6	0,00
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	2,00	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 448.200,00	R\$ 5.890.149,48	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no exercício	0,00	R\$ 1.140.000,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	19,35%	0,00%

##### Exercício de 2017

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	4	3,5	0,00
Número de membros – parte relacionada aos controladores	2,00	2,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	R\$ 507.800,00	R\$ 6.525.756,12	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	R\$ 1.104.000,00	0,00
% da remuneração total do órgão	000%	16,92%	0,00%

### 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Órgão	2019
Conselho de Administração	R\$ 424.053,00
Diretoria Estatutária	R\$ 653.306,30
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2018
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	R\$ 157.735,78
Conselho Fiscal	N/A

Órgão	2017 (Valores em R\$)
Conselho de Administração	N/A
Diretoria Estatutária	N/A
Conselho Fiscal	N/A

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

**13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia**

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não fizeram jus à remuneração reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

**13.16 - Outras Informações Relevantes****13.16 – Outras informações relevantes**

No item 13.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

**Diretoria**

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	5
Fevereiro	5
Março	5
Abril	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	4
Outubro	7
Novembro*	7
Dezembro*	7
<b>Total</b>	<b>65</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>5,42</b>

\* Previsão.

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	7
Fevereiro	6
Março	6
Abril <sup>1</sup>	5
Maio	5
Junho	5
Julho	5
Agosto	5
Setembro	5
Outubro	5
Novembro	5
Dezembro	5
<b>Total</b>	<b>64</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>5,3</b>

Em 2018:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	7
Dezembro	7
<b>Total</b>	<b>44</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>3,6</b>

Para 2017:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	4
Março	4
Abril	5
Maio	5
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
<b>Total</b>	<b>42</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>3,5</b>



**13.16 - Outras Informações Relevantes****Conselho de Administração**

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	5
Novembro*	5
Dezembro*	5
<b>Total</b>	<b>42</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>3,5</b>

\* Previsão.

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	3
Dezembro	3
<b>Total</b>	<b>43</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>3,5</b>

Em 2018:

Meses	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	3
Dezembro	3
<b>Total</b>	<b>46</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>3,83</b>

Para 2017:

Meses	Nº de membros
Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	4
Abril	4
Maio	4
Junho	4
Julho	4
Agosto	4
Setembro	4
Outubro	4
Novembro	4
Dezembro	4
<b>Total</b>	<b>48</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>4</b>

**13.16 - Outras Informações Relevantes****Conselho Fiscal**

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro*	0
Novembro*	0
Dezembro*	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>0</b>

\* Previsão

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>0</b>

Em 2018:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>0</b>

Para 2017:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Média (Total/Nº de meses)</b>	<b>0</b>

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

### 14.1 – Descrição dos recursos humanos

As informações prestadas nesta seção referem-se ao consolidado da Companhia e de suas controladas.

#### a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	Exercício social corrente	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>Número Total de Empregados</b>	719	756	861	668
<b>Por atividade</b>				
Pesquisa e Desenvolvimento/Área Técnica	177	175	179	131
Comercial/Vendas	112	141	116	123
<i>Compliance</i> , controles internos e riscos corporativos	5	4	3	2
Auditoria Interna	-	-	-	-
Administrativo/Gestão/Operações	425	436	563	412
<b>Por localização geográfica</b>				
Brasil	698	711	813	606
Internacional	21	45	48	62

#### b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia (incluindo suas controladas) nas datas indicadas:

	Exercício social corrente	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>Número Total de Terceirizados</b>	14	21	15	19
<b>Por atividade</b>				
Limpeza	5	7	7	9
Outras atividades	9	14	8	12
<b>Por localização geográfica</b>				
Joinville	4	8	6	4
São Paulo	2	7	4	4
Porto Alegre	8	6	5	11

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

### c. Índice de rotatividade

A rotatividade de colaboradores (*turnover*), no contexto de Recursos Humanos, refere-se à relação entre admissões e demissões ou à taxa de substituição de empregados antigos por novos. O *turnover* é considerado um importante indicador da saúde organizacional e deve ser controlado de modo a manter o capital intelectual da empresa e evitar grandes impactos sobre as despesas administrativas com recrutamento, seleção e treinamento. O cálculo é realizado dividindo a média anual do total de admissões e desligamentos pela quantidade de colaboradores do final do exercício imediatamente anterior. O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

Exercício social corrente – 30/09/2020			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	718	135	18,8%
2019 – 31/12/2019			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	756	282	37,3%
2018 – 31/12/2018			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	861	175	20,3%
2017 – 31/12/2017			
Rotatividade	Ativos	Desligados	Índice
Total	668	180	26,9%

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.2 – Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não houve nenhuma alteração relevante no quadro de colaboradores da Companhia (incluindo suas controladas) constante do item 14.1 deste Formulário de Referência.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

### 14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

#### a. Política de salários e remuneração variável

Por meio de pesquisas realizadas anualmente sobre as práticas de remuneração do mercado, a Companhia mantém a competitividade da remuneração de seus colaboradores, sendo seus respectivos salários corrigidos anualmente por meio de acordos sindicais, os quais, são, de forma geral, baseados nos índices de inflação. Apesar disso, podem ser concedidos reajustes salariais esporádicos, baseados na avaliação de desempenho, potencial de desenvolvimento e engajamento do colaborador.

Com relação à remuneração variável, a Companhia possui um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações. Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

#### b. Política de benefícios

A prática de remuneração da Companhia contempla conjunto de benefícios competitivo, oferecido aos colaboradores com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos:

##### Benefícios Não Reembolsáveis

1. Assistência Médica.
2. Assistência Odontológica
3. Seguro de Vida.
4. Vale Alimentação.
5. Vale transporte
6. *Home office*
7. Horário Flexível
8. *Day-off*

##### Benefícios Reembolsáveis:

9. Transporte Fretado
10. Bolsa Educação e Bolsa Idiomas
11. Estacionamento
12. Auxílio Medicamento
13. Campanha Vacinação contra Gripe

#### c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2019 e em Assembleia Geral Extraordinária em 20 de janeiro de 2020 ("Plano"). Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

## **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

### **14.4 – Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos**

Os empregados da Companhia são representados pelo sindicato (i) SindPD – Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo, (ii) Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Informática e Similares de Joinville e Região; e (iii) Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e, na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente.

Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

### **14.5 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 14.1 a 14.4 deste Formulário de Referência.



**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação		Ações %		Ações %		Ações %	
<b>ALEXANDRE MOREIRA KAPPEL</b>							
804.390.980-68	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
281.386	0,172%	0	0,000%	281.386		0,172%	
<b>Thiago Grechi</b>							
934.537.870-72	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
1.017.749	0,622%	0	0,000%	1.017.749		0,622%	
<b>LAURA MARQUES TORRES</b>							
007.098.300-33	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
53.888	0,033%	0	0,000%	53.888		0,033%	
<b>ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTISTRATÉGIA</b>							
33.701.229/0001-02	Não	Não	Sim	Sim	30/10/2020		
Sim	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Jurídica			67.030.395/0001-46		
151.831.720	92,771%	0	0,000%	151.831.720		92,771%	
<b>Rodrigo Landgraf de Souza Leão</b>							
252.986.628-70	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
976.682	0,597%	0	0,000%	976.682		0,597%	

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Total ações %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)			
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
<b>CESAR AUGUSTO GHILLARDI</b>							
806.646.440-15	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
87.081	0,053%	0	0,000%	87.081			0,053%
<b>José Rogério Luiz</b>							
074.512.308-21	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
450.000	0,275%	0	0,000%	450.000			0,275%
<b>Robson Alessandro Munhoz</b>							
127.945.608-67	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
1.345.017	0,822%	0	0,000%	1.345.017			0,822%
<b>FLAVIO DE ALMEIDA CARVALHO</b>							
075.467-308-13	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
716.324	0,437%	0	0,000%	716.324			0,437%
<b>LUCIANE DOS ANJOS LUZ</b>							
899.220.420-53	Brasileira	Não	Não	Não	30/10/2020		
Não							
89.812	0,055%	0	0,000%	89.812			0,055%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Emerson Tobar Silva</b>						
142.232.518-05	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
718.506	0,439%	0	0,000%	718.506		0,439%
<b>Paulo Pereira Lucena Júnior</b>						
176.319.768-99	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
718.506	0,439%	0	0,000%	718.506		0,439%
<b>EDUARDO VICTOR LUIS RAGASOL ALVAREZ</b>						
233.569.278-90	Mexicana	Não		Não	30/10/2020	
Não						
1.347.199	0,823%	0	0,000%	1.347.199		0,823%
<b>David Abuhab</b>						
040.324.319-06	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
898.133	0,549%	0	0,000%	898.133		0,549%
<b>ALAIN ABEL ELEUTERIO</b>						
921.150.809-63	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
179.628	0,110%	0	0,000%	179.628		0,110%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>MARCIA REGINA DA SILVA GUTJAHN</b>						
658.179.319-15	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
125.740	0,077%	0	0,000%	125.740		0,077%
<b>ROGERIO KEMPNER</b>						
498.573.719-49	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
89.812	0,055%	0	0,000%	89.812		0,055%
<b>ARIANE ESPINDOLA</b>						
066.763.179-82	Brasileira	Não		Não	30/10/2020	
Não						
179.628	0,110%	0	0,000%	179.628		0,110%
<b>VITOR AYRES ANGELELLI</b>						
351.652.038-83		Não		Não	30/10/2020	
Não						
179.628	0,110%	0	0,000%	179.628		0,110%
<b>OUTROS</b>						
0	0,000%	0	0,000%	0		0,000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
2.375.891	1,451%	0	0,000%	2.375.891		1,451%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

Acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
<b>Classe ação</b>		<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>		<b>Ações %</b>		
TOTAL	163.662.330	100,000%	0	0,000%	163.662.330	100,000%

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	CPF/CNPJ	Total ações %
ACIONISTA Residente no Exterior						
Nome do Representante Legal ou Mandatário						
Tipo pessoa						
Ações preferenciais %						
Ações preferenciais (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias %						
Qtde. ações preferenciais (Unidades)						
Qtde. total de ações (Unidades)						
Composição capital social						
CPF/CNPJ acionista						
33.701.229/0001-02						
<b>ZAPHIRA FUNDO DE INVESTIM. EM PARTICIP. MULTISTRATÉGIA</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
<b>TOTAL</b>						
249.250	100,000	0	0,000	249.250	249.250	100,000
<b>YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I</b>						
15.505.231/0001-24	Brasilera	Não	Sim	31/08/2020		
Sim	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Juridica		67.030.395/0001-46	
249.250	100,000	0	0,000	249.250	249.250	100,000
<b>Classe ação</b>						
<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>						
<b>Ações %</b>						
TOTAL	0	0,000				

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPF/CNPJ acionista									
15.505.231/0001-24									
<b>YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I</b>									
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
<b>David Abuhab</b>									
040.324.319-06	Brasileira	Não	Não	20/06/2017					
Não									
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000	0,000							
<b>DEBORAH ABUJAHB</b>									
040.324.279-76	Brasileira	Não	Não	20/06/2017					
Não									
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000	0,000							
<b>ISAAC ABUJAHB</b>									
083.185.729-39	Brasileira	Não	Não	20/06/2017					
Não									
58.342	22,531	0	0,000	58.342	22,531				
<b>Classe ação</b>									
<b>TOTAL</b>									
0	0,000	0,000							

**15.1 / 15.2 - Posição Acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA									
ACIONISTA									
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração					
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ					
Detalhamento de ações (Unidades)									
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %				
CONTROLADORA / INVESTIDORA									
CPFCNPJ acionista									
15.505.231/0001-24									
YAFO – FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO I									
<b>Miguel Abuhab</b>									
019.372.279-87	Brasileira	Não	Sim	21/08/2020					
	Não								
83.920	32,407	0	0,000	83.920	32,407				
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>							
TOTAL	0	0,000							
<b>OUTROS</b>									
0	0,000	0	0,000	0	0,000				
<b>TOTAL</b>									
258.946	100,000	0	0,000	258.946	100,000				



**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	19/10/2020
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	18
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

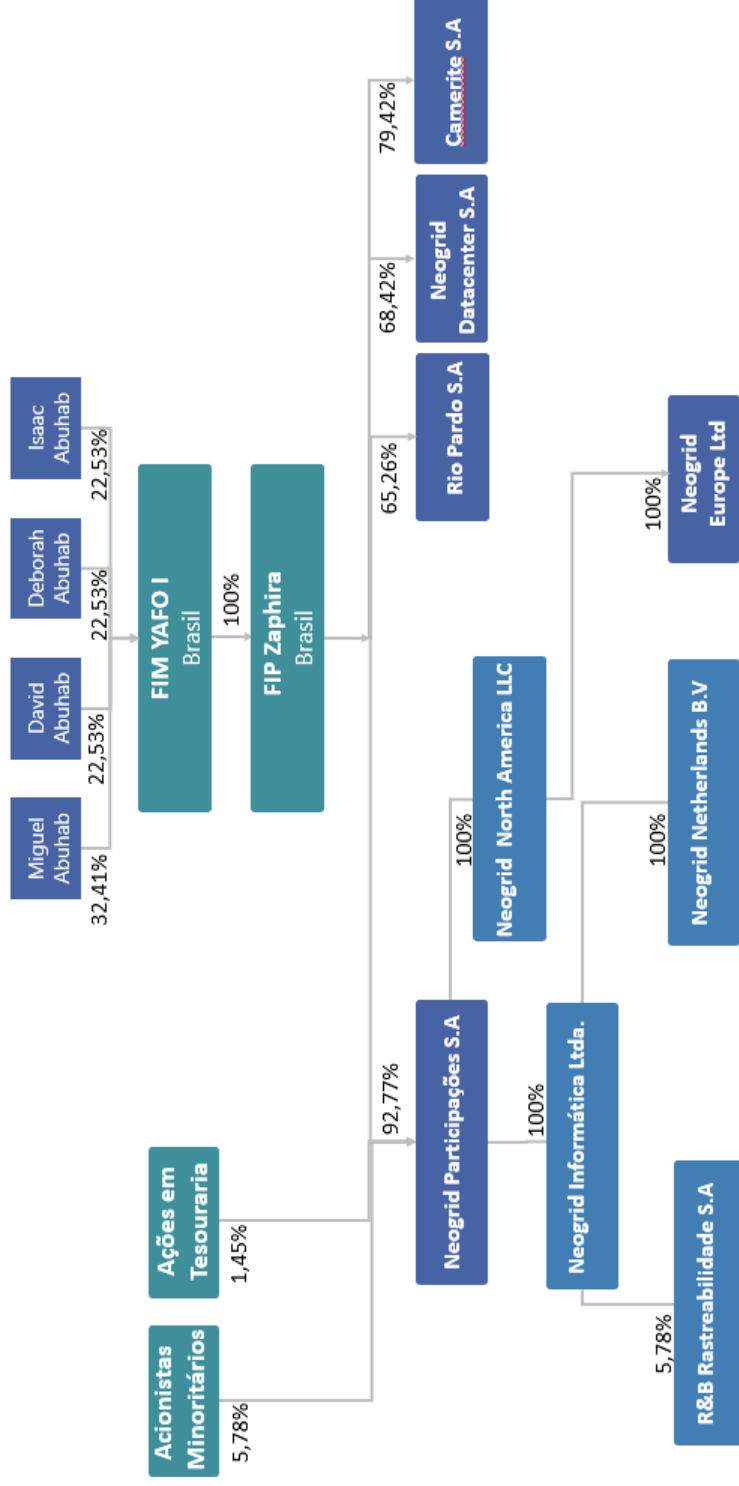
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	1.982.927	1,210%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	1.982.927	1,210%

## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

### 15.4 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico da Companhia



\*As sociedades Vectis Soluções Eireli - Consultoria Estratégica, MRL Consultoria em Tecnologia da Informação e M. Abuhab Participações S.A. que constam das Notas Explicativas nº 27 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não são controladas ou subsidiárias da Companhia e, portanto, tais sociedades não foram incluídas no organograma acima.

### **15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

#### **15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

## **15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

### **15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente não houve aquisições ou alienações relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, nas participações dos membros do grupo de controle e dos administradores da Companhia.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

### 15.7 – Principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para a Companhia, incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes

Abaixo seguem as principais operações societárias ocorridas na Companhia de 2017 a 30 de setembro de 2020:

Exercício Social	2018					
a) Evento	Aquisição e incorporação da Accera Sistemas Estratégicos S.A. (empresa incorporada pela controlada Neogrid Informática Ltda. ("Neogrid Informática"), em 25 de outubro de 2018)					
b) Principais condições do negócio	<p>Em 25 de outubro de 2018, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Accera Sistemas Estratégicos S.A. ("Accera"), a Neogrid Informática, a Companhia e os detentores do capital social da Accera Sistemas Estratégicos S.A., por meio da qual a Neogrid Informática adquiriu as ações da Accera.</p> <p>Pela aquisição, a Neogrid Informática pagou o valor total, em moeda corrente nacional, de R\$ 127.497.640,85, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) para as contas bancárias indicadas, em 3 (três) parcelas, conforme fluxo de pagamento acordado.</p>					
c) Sociedades envolvidas	Neogrid Informática e a Companhia					
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Não houve alteração no quadro societário da Companhia como parte da transação.					
e) Quadro societário antes e depois da operação						
<u>Antes</u>						
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)	
<u>Acionistas</u>	<u>(Quantidade)</u>	<u>(%)</u>	<u>(Quantidade)</u>	<u>(%)</u>		
Accera Sistemas Estratégicos S.A.	6.743.429	100,0	310.163	100,0	100,0	
<b>Total 7.053.592</b>	<b>6.743.429</b>	<b>100,0</b>	<b>310.163</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
<u>Após</u>						
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)	
<u>Acionistas</u>	<u>(Quantidade)</u>	<u>(%)</u>	<u>(Quantidade)</u>	<u>(%)</u>		
Accera Sistemas Estratégicos S.A.	1.200.000	17,79	51.551	16,62	17,74	
Neogrid Informática Ltda.	5.543.429	82,21	258.612	83,38	82,26	
<b>Total 7.053.592</b>	<b>6.743.429</b>	<b>100,0</b>	<b>310.163</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável					

## 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

### 15.8 – Outras informações relevantes

O Sr. Miguel Abuhab (“Miguel”) celebrou, no dia 21 de dezembro de 2017, 3 (três) contratos de instituição de usufruto sobre as quotas do Yafo – Fundo de Investimento Multimercado I (“Yafo”) detidas por seus filhos David Abuhab, Deborah Abuhab e Isaac Abuhab (em conjunto, “Outorgantes”), conforme porcentagens e quantidades informadas no item 15.1/2 deste Formulário de Referência, todos com a interveniência e anuência da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de administradora do Yafo.

Por meio de tais contratos, os Outorgantes concederam gratuitamente à Miguel o usufruto vitalício sobre as quotas das quais cada um é titular. Os usufrutos constituídos concedem à Miguel os seguintes direitos: (i) direitos políticos atinentes à totalidade das quotas e seu exercício, incluindo, sem limitação, o direito de votar em Assembleia Geral de Quotistas, convocada ordinária ou extraordinariamente, qualquer que seja a matéria, inclusive refere a amortizações, resgates e liquidação, independentemente de qualquer consulta ou consentimento do respectivo Outorgante, e ainda que contrarie a opinião ou vontade do respectivo Outorgante; (ii) direitos políticos atinentes aos frutos diretos e indiretos, bem como às quotas havidas por desdobramento e bonificação e seu exercício; (iii) direitos patrimoniais atinentes à totalidade das respectivas quotas e seu exercício, incluindo, sem limitação, o direito de receber dividendos, amortizações, distribuições e outras bonificações do Yafo; e (iv) direitos patrimoniais atinentes aos frutos diretos e indiretos, bem como às quotas havidas por desdobramento e bonificação e seu exercício.

As demais informações relevantes foram descritas nos itens 15.1 a 15.7 deste Formulário de Referência.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

**16.1 – Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

Deve ser observado o Código da Conduta e a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia ("Política de Transações com Partes Relacionadas"), no que se refere à contratação direta e indireta de parentes de administradores, gestores e colaboradores.

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

Em 19 de outubro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições de mercado, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas ("Condições de Mercado").

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a auditoria independente, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que (i) se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010, e (ii) as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”. São exemplos de transações com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência, bem como divulgadas nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)).

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.



**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
CAMERITE SISTEMAS S.A. (CAM)	01/04/2015	18.488,00	R\$1.543,00 (em 31 de dezembro de 2019)	Não se aplica	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Serviços de "streaming e gravação dos últimos 60 (sessenta) dias na nuvem".						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Denúncia com aviso prévio de 30 (trinta) dias de antecedência, sem multa						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Transmissão e armazenamento de imagens nas dependências da empresa em Porto Alegre, Joinville e São Paulo, com o objetivo de monitorar as áreas comuns da empresa.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Contrato inicialmente celebrado com a Neogrid Software S.A. (controlada da Companhia), na qualidade de contratante, sendo que a Neogrid Informática Ltda. (controlada da Companhia) é a atual contratante, tendo em vista a incorporação da Neogrid Software S.A. pela Neogrid Informática Ltda.						
NEOGRID DATACENTER S.A. (DC)	01/04/2014	1.045.116,00	R\$106.699,00	Não se aplica	12 (doze) meses contados a partir de 30 de abril de 2020.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada						
<b>Objeto contrato</b>	Serviços de colocação e circuito de Dados IP						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Multa de 30% (trinta por cento) sobre as parcelas faltantes em caso de cancelamento do contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Colocação e circuito de Dados IP						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Contrato celebrado inicialmente com a Neogrid Software S.A. (controlada da Companhia), na qualidade de contratante, sendo que a Neogrid Informática Ltda. (controlada da Companhia) é a atual contratante, tendo em vista a incorporação da Neogrid Software S.A. pela Neogrid Informática Ltda.						
M-ABUHAB PARTICIPAÇÕES S.A. (MAP)	01/08/2007	1.551.650,00	R\$43.547,00	Não se aplica	31 de julho de 2024.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa coligada						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo juros de dívida cobrados	Taxa de juros
<b>Objeto contrato</b>	Locação de sala comercial						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Aviso prévio de 3 (três) meses						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Locação de 1200 m <sup>2</sup> (mil e duzentos metros quadrados) (4º andar), sendo que tal área é utilizada para as atividades operacionais da Companhia.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Este contrato foi renovado em 01 de agosto de 2020.						
<b>Especificar</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Contratos celebrados inicialmente com a Neogrid Software S.A. (controlada da Companhia), na qualidade de contratante, sendo que a Neogrid Informática Ltda. (controlada da Companhia) é a atual contratante, tendo em vista a incorporação da Neogrid Software S.A. pela Neogrid Informática Ltda.						
VRALI CONSULTING ASSESSORIA E CONSULTORIA ECONÔMICA E FINANCEIRA EIRELI	02/04/2019	417.693,00	R\$0,00 (em 31 de dezembro de 2019)	Não se aplica	12 meses tendo sido renovado em 02 de abril de 2020 por mais 12 meses.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresa detida por Conselhoheiro da Companhia						
<b>Objeto contrato</b>	Consultoria						
<b>Garantia e seguros</b>	Não há						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Aviso prévio de 30 (trinta) dias sem multa						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Consultoria estratégica, incluindo participação em reuniões de conselho (conselho consultivo), reuniões e mentoria à executivos da Companhia, auxílio nos desenhos de estratégia, estrutura de capital e organização interna.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Contrato celebrado com a Neogrid Informática Ltda. (controlada da Companhia), na qualidade de contratante dos serviços.						

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado****16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

**b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Quando da celebração dos contratos com partes relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia era uma sociedade anônima de capital fechado e inexistiam procedimentos ou políticas reconhecidamente efetivos para endereçar riscos decorrentes da existência de conflitos de interesses nos contratos que celebramos. Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse eram apenas aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

A Companhia ressalta que, para celebração dos contratos listados no item 16.2 acima, não tomou medidas concretas para verificação do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado de tais operações e, portanto, não foram realizadas cotações de mercado, comparações com contratos similares firmados anteriormente pela Companhia com terceiros, ou elaborados laudos elaborados por terceiro independente.

Não obstante, a Companhia acredita que observou as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial, sem prejuízo dos limites impostos pelo seu estatuto social vigente à época e as demais disposições previstas em lei. Para tanto a Companhia levou em consideração, dentre outros, experiência, relevância no mercado e presença geográfica.

No entendimento da Companhia, os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes

**16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado.

São apresentadas abaixo as medidas adotadas pela Companhia para mitigar os riscos em cada uma das transações.

(a) Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 1º de abril de 2015 entre a Camerite Sistema S.A. e a Neogrid Software S.A. (sendo a atual contratante a Neogrid Informática Ltda.): As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros prestadores de serviços. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou a avaliação sob o aspecto técnico de fornecimento dos serviços em tecnologia em nuvem, sem a necessidade da Companhia realizar custos de investimento e manutenção periódicas no sistema das câmeras de monitoramento de segurança interna. Não obstante, referido contrato estabelece obrigações mútuas entre as partes, comuns em quaisquer tipos de contratos de prestação de serviços, o que inclui: (i) cláusula penal em caso de descumprimento, por qualquer das partes contratantes, das obrigações que lhe são impostas, e (ii) de multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor integral do contrato, atualizados monetariamente pelo índice de preços que melhor refletir a perda do poder aquisitivo da moeda em vigor no Brasil. A Companhia acredita que todas essas obrigações dispostas no contrato, assim como em qualquer contrato contratação de prestação de serviços, bem como a avaliação da administração, sobre o aspecto técnico de fornecimento, garantiram a comutatividade de condições e não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia e/ou suas subsidiárias ou quaisquer outras partes.

(b) Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Neogrid Datacenter S.A. e a Neogrid Software S.A. (sendo que a Neogrid Informática Ltda. é a atual contratante): As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros prestadores de serviços. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou avaliação sob o aspecto técnico dos riscos de interrupção dos serviços e de alta disponibilidade nível de serviço de atendimento em comparação com outros fornecedores, com o objetivo de mitigar o risco de ausência de caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios inadequados, bem como levou em consideração que a empresa Neogrid Datacenter encontra-se localizada no mesmo imóvel locado pela Neogrid Informática Ltda., facilitando assim, a comunicação e manutenção entre as partes. A prestação dos serviços contratados não possui caráter exclusivo, o que reforça a igualdade de condições com outros *players* do mercado. Ademais, o contrato assegura obrigações mútuas entre as partes, comuns em quaisquer tipos de contratos de prestação de serviços, o que inclui (i) manter o serviço contratado de acordo com as características técnicas estabelecidas; (ii) atender as reclamações sobre falhas e corrigir dentro do prazo acordado; (iii) não utilização do serviço de maneira indevida ou fraudulenta; (iv) responsabilidade pela guarda e integridade dos equipamentos; e (v) rescisão contratual em caso de descumprimento de obrigações contratuais ou cumprimento irregular, além da multa contratual que irá depender do período de vigência do contrato. A Companhia acredita que todas essas obrigações dispostas no contrato, assim como em qualquer contrato contratação de prestação de serviços, garantem a comutatividade de condições.

(c) Contrato de Locação de Módulos e Outras Avenças, celebrado entre M. Abuhab Participações S.A. e Neogrid Informática Ltda., em 1º de agosto de 2007, conforme renovado: As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros locadores. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou a avaliação do local sob aspectos estratégicos de localidade estando o mesmo situado em polo tecnológico ao lado de *players* nacionais e startups, segurança de acesso ao prédio, infraestrutura de TI preparada para receber empresas de tecnologia sem necessidade da Companhia realizar investimento significativos, e ainda, foi permitido dar o nome Neogrid ao prédio locado, atendendo a estratégia de *branding* e de marca empregadora. Referido contrato estabelece pagamento mensal pelo locatário, desde o

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

início do contrato, reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Além de tais medidas, o Contrato tem sido objeto de aditamento para prever o reajuste do valor de aluguel acordado, de forma a reajustá-los às condições e preço de mercado atuais. Não obstante, conforme previsto no contrato, o locatário possui como obrigação arcar com todos os encargos de locação e as despesas dispendidas com a administração do imóvel. Em caso de não pagamento do valor do aluguel mensal, bem como dos encargos da locação ajustados no contrato, de modo a mitigar o risco de ausência de caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios inadequados, o locatário deverá pagar o aluguel mensal e encargos com os seguintes acréscimos decorrentes da mora: (i) correção monetária total das quantias em débito, calculada pela variação *pro rata die* da TR (Taxa Referencial) da data de seus respectivos vencimentos até a data de seus efetivos pagamentos; (ii) juros de mora de 1% (um inteiro por cento) ao mês ou fração; (iii) multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação; e (iv) honorários de advogado no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o total do débito, se houver cobrança judicial, purga judicial da mora ou intervenção do advogado para recebimento do débito. A Companhia acredita que todas essas obrigações dispostas no contrato, assim como em qualquer contrato contratação de prestação de serviços, garantem a comutatividade de condições.

(d) Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 07 de janeiro de 2019 entre a Neogrid Informática Ltda. e VRALI Consulting Assessoria e Consultoria Econômica e Financeira – Eireli: As condições desse contrato são de mercado e não indicam vantagem perante os outros prestadores de serviços. Para que essas condições fossem asseguradas, a Companhia realizou a avaliação sob aspectos técnicos, visto que a contratação é para consultoria estratégica especializada para alta gestão da Companhia com conhecimentos em estruturação organizacional estratégica, fusões e aquisições de empresas, modelos de negócios de empresas SaaS – *Software as a Services*. Além disso, os serviços contratados estão dentro dos critérios de rigor e qualidade aplicáveis aos serviços de consultoria estratégica de modo não-exclusivo. A remuneração prevista no contrato decorreu exclusivamente dos serviços de consultoria prestados, não se confundindo com a remuneração de sua função na administração da Companhia, e estava em linha com as condições praticadas pelo mercado à época. Referido contrato estabeleceu atualização monetária pelo IGPM-FGV, além do acréscimo de 1% (um inteiro por cento) ao mês, mais multa moratória de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor apurado em atraso. O contrato foi encerrado em 18 de outubro de 2020. A Companhia entende que, pelos motivos acima descritos, o contrato celebrado com a parte relacionada foi celebrado em condições e preço de mercado, não gera qualquer benefício ou prejuízo à Companhia e/ou suas subsidiárias ou quaisquer outras partes.

## **16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

### **16.4 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 16.1 a 16.3 deste Formulário de Referência.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
19/10/2020	132.407.564,00	N/A	163.662.330	0	163.662.330
Capital social por classe de ações					
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações (Unidades)</b>	<b>Título</b>	<b>Condições para conversão</b>		
		PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE	Vide itens 13.4 e 17.5.		
			Outros títulos convertíveis em ações		
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
19/10/2020	132.407.564,00	N/A	163.662.330	0	163.662.330
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
19/10/2020	132.407.564,00	N/A	163.662.330	0	163.662.330
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
19/10/2020	800.000.000,00		0	0	0

### 17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
06/01/2017	AGE	06/01/2017	6.255.000,00	Subscrição particular	0	1.351.648	1.351.648	0,83000000	4,63	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Fixado de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Quotas da empresa BIS Participações Ltda., firmado em 17 de dezembro de 2013.										
<b>Forma de integralização</b>										
Moeda nacional corrente.										
14/12/2018	AGE	14/12/2018	3.947.800,00	Subscrição particular	9.622.078	90.548	9.712.626	5,65000000	0,41	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>										
Fixado de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Quotas da Empresa e o Laudo e Avaliação da Accera Sistemas Estratégicos S.A.										
<b>Forma de integralização</b>										
Em moeda corrente nacional e por meio da conferência de Ações da empresa Accera Sistemas Estratégicos S.A.										



### **17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

**17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social**

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
06/01/2017	06/01/2017	1.177.656,00	0	1.478.388	1.478.388	0,80000000	0,00
<b>Forma de restituição</b>	N/A						
<b>Razão para redução</b>	Não integralização pelos acionistas da Companhia das ações subscritas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/11/2016.						
18/12/2017	18/12/2017	21.485.537,00	0	0	0	14,20000000	0,00
<b>Forma de restituição</b>	N/A						
<b>Razão para redução</b>	Absorção de prejuízos acumulados registrados no exercício social encerrado em 31/12/2016.						
14/12/2018	14/12/2018	931.182,00	0	1.143.818	1.143.818	0,70000000	0,81
<b>Forma de restituição</b>	Participação societária de 20% na Dux Global Inc.						
<b>Razão para redução</b>	Com base na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/12/2018, às 15hs, após aguardar 60 dias previsto na Lei das S.A., foi aprovada a redução de capital de R\$ 931.182,00 com a entrega da participação societária devida pela Companhia na Dux Global Inc. Louisiana Corporation ao YAFO (Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) mediante o cancelamento de 1.143.818 ações preferenciais nominativas.						

## 17.5 - Outras Informações Relevantes

### 17.5 – Outras informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, além das informações descritas nos itens 17.1 a 17.4 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o quanto segue:

#### PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

O plano é destinado aos diretores e principais executivos da Companhia e poderá incluir colaboradores que façam parte do plano de sucessão de liderança e/ou que tenham alcançado uma avaliação de desempenho satisfatória nos últimos 2 ciclos, conforme prática de avaliação de desempenho estabelecida pela Companhia (“Beneficiários”). Os critérios para fixação do prazo de exercício são estabelecidos nos respectivos instrumentos particular de opção de aquisição preferencial das ações (“Contratos de Outorga”), sendo que os Beneficiários poderão exercer as opções outorgadas em quatro datas anuais, na proporção de 25% por ano, quais sejam 31 de março de 2021, 31 de março de 2022, 31 de março de 2023 e 31 de março de 2024. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos Programas e respectivos Contratos de Outorga, o Beneficiário poderá exercer a opção de compra das ações desde que mantenha seu vínculo com a Companhia, suas controladas ou coligadas. Observados os termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga e considerando que as opções outorgadas não são cumulativas, caso o Beneficiário não exerça a opção em uma determinada data, perderá o direito de aquisição de tais ações. Alguns Contratos de Outorga preveem ainda que as datas das opções poderão ser antecipadas, podendo o Beneficiário exercê-las de imediato na ocorrência das seguintes hipóteses: (i) a partir da data que se iniciar o processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia; ou (ii) imediatamente antes da consumação de operação que resulte na troca de controle da Companhia. O preço de aquisição das ações deverá ser pago pelo Beneficiário à Companhia em três parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira da data de aquisição de tais ações e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Não obstante o acima disposto, em caso de antecipação das opções em razão do início do processo de registro de oferta pública inicial de ações da Companhia, o preço de aquisição deverá ser pago à Companhia em até 15 dias contados da liquidação oferta pública inicial de ações da Companhia. O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano é de até 8.981.330 (oito milhões e novecentas e oitenta e um mil e trezentas e trinta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

**18.1 - Direitos Das Ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Do lucro líquido do exercício, apurado nos termos do Estatuto Social da Companhia, 5%, no mínimo, será destinado para a constituição da reserva legal, até que esta atinja valor equivalente a 20% do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Do lucro que remanescer, ajustado pela destinação à reserva legal e pela eventual destinação à reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ação
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.  De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, observada as exceções lá previstas, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado, a regulamentação vigente e o Estatuto Social, a realização de oferta pública de aquisição de ações é exigida nas hipóteses de alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

## **18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

### **18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

O estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”) não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No que se refere a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social, em seu artigo 30, prevê que, em caso de alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, referida alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição (“OPA”) de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### **18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

#### **18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

O estatuto social da Companhia não prevê hipótese adicional de suspensão de direitos às estabelecidas na Lei das Sociedades por Ação, que prevê, em seu artigo 120, que a Assembleia Geral dos seus acionistas pode deliberar a suspensão dos direitos do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social, cessando a suspensão logo que regularizada a obrigação que tenha dado causa à suspensão. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial e não inferior a trinta dias.

#### **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados organizados nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

**18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª emissão de debêntures simples, da espécie com garantia real, em série única da Companhia.
<b>Data de emissão</b>	01/10/2019
<b>Data de vencimento</b>	01/10/2024
<b>Quantidade (Unidades)</b>	110.000
<b>Valor total (Reais)</b>	110.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	110.662.068,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	A oferta restrita foi destinada a investidores profissionais, considerando os investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, observado que os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor ("Instrução CVM 539" e "Investidores Profissionais"), para fins dos limites do plano de distribuição, previstos acima. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM 539, e após decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado facultativo integral das debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), a qualquer momento, a partir da Data de Emissão das Debêntures e a seu exclusivo critério, na forma prevista na Escritura de Emissão. O valor a ser pago pela Companhia, aos Debenturistas, a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data de Pagamento do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão ("Saldo Devedor") e do prêmio de resgate antecipado facultativo equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) flat sobre o Saldo Devedor.</p> <p>Para evitar quaisquer dúvidas, caso o pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ocorra em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures e/ou da Remuneração, conforme previsto na Escritura, o prêmio de Resgate Antecipado Facultativo previsto acima não incidirá sobre o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures e/ou da Remuneração que já seria devido naquela data, desde que os pagamentos sejam devidamente realizados. Não será permitido o resgate facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo serão resgatadas em uma única data e serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.</p>



## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Prazo de vigência: 01/10/2024

Remuneração: As Debêntures fazem jus, a partir da data de integralização, a uma remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com fórmula prevista na escritura de emissão.

Garantia Fidejussória: Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, Neogrid Informática Ltda., Neogrid Sowftare Ltda., Miguel Abuhab, David Abuhab, Deborah Abuhab (em conjunto, “Fiadores”) prestam fiança nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como seus sucessores a qualquer título, solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão. Os Fiadores renunciaram expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, 830, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 130 e 794, do Código de Processo Civil.

Garantia Real: Em garantia ao fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento das obrigações garantidas previstas na Escritura de Emissão, (i) cessão fiduciária de direitos de crédito de titularidade da Neogrid Informática Ltda. em razão de conta vinculada, de movimentação restrita, de titularidade da referida empresa; e (ii) hipoteca em quarto grau sobre os imóveis registrados no 1º Registro de Imóveis de Joinville, sob as matrículas nº 142.337 e 60.192, respectivamente, de titularidade da M. Abuhab Participações S.A.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições de vencimento antecipado: a Escritura de Emissão possui hipóteses usuais de vencimento antecipado automático e não automático, sendo uma delas o descumprimento do Índice Financeiro descrito abaixo. Para mais informações, vide item 18.12 abaixo.

Restrições impostas à Companhia: Nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia está sujeita a restrições relacionadas à distribuição de dividendos, alienação de determinados ativos, contratação de novas dívidas, realização de operações societárias, entre outras.

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não aplicável.

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

### **Outras características relevantes**

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas poderão, a exclusivo critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. O não atendimento, durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo configurará um evento de vencimento não automático nos termos da Escritura de Emissão: Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x, sendo:

O índice financeiro será verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

---

### 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	18	1

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

### **18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As debêntures de emissão da Companhia descritas no item 18.5 deste Formulário de Referência são admitidas à negociação na B3 – Segmento CETIP UTM. Adicionalmente, a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

### **18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

## **18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

### **18.9 – Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Em outubro de 2019, a Companhia realizou sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, tendo emitido 110.000 (cento e dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) ("Debêntures"), no valor total de R\$110 milhões, sendo a data de emissão em 1º de outubro de 2019 e o vencimento final em 1º de outubro de 2024. Para mais informações sobre as Debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

## 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

### 18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

#### a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados por meio da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$110 milhões, consistindo na emissão de 110.000 (cento e dez mil) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) (“Debêntures”), emitidas em 1º de outubro de 2019, com vencimento final em 1º de outubro de 2024, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta”), foram destinados (i) ao pagamento de cédula de crédito bancário emitida pela Neogrid Informática Ltda. (“Neogrid Informática”) em favor do Banco do Brasil S.A. e (ii) à antecipação do pagamento da segunda e da terceira parcelas devidas aos antigos acionistas da Accera Sistemas Estratégicos S.A. (“Accera”) no âmbito da aquisição da Accera pela Neogrid Informática, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 25 de outubro de 2018, entre os antigos acionistas da Accera e a Neogrid Informática, dentre outros.

#### b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.

#### c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos captados por meio da Oferta foram utilizados conforme as propostas de aplicação previstas na escritura de emissão das Debêntures.



## **18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

### **18.11 – Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde sua constituição.

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários****18.12 – Outras informações relevantes**

*Informações adicionais ao item 18.5 deste Formulário de Referência*

**1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia**

- (i) São hipóteses de vencimento antecipado automático:
- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de quaisquer obrigações pecuniárias devidas nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data dos respectivos vencimentos;
  - b. descumprimento da destinação de recursos determinada para as Debêntures, nos termos da Escritura da Emissão;
  - c. decretação de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiro, das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
  - d. em caso de (1) decretação de falência da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, (2) pedido de autofalência pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou Fiadoras não elidido ou rejeitado no prazo legal, (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora independentemente de deferimento ou homologação por juiz competente; ou (5) a dissolução ou liquidação da Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, exceto se em decorrência de uma reorganização societária permitida nos termos da Escritura de Emissão;
  - e. transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade por ações para sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
  - f. questionamento, pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras, da validade, exequibilidade ou eficácia da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia.
- (ii) São hipóteses de vencimento antecipado não-automático:
- a. descumprimento, pela Emissora e/ou Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, não sanado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento de comunicação escrita do referido descumprimento enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura/remediação específico na Escritura de Emissão;
  - b. inadimplemento, desde que observados os eventuais prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, de qualquer dívidas no mercado de capitais ou financeiro das quais a Emissora ou qualquer Fiadora ou Garantidora seja parte como devedora ou garantidora, cujo valor unitário ou agregado da dívida, seja superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas);
  - c. alteração do Controle da Emissora e/ou de qualquer Fiadora Pessoa Jurídica por pessoa, natural ou jurídica, ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, sendo "Controle" entendido, cumulativamente, como: (1) a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral da Emissora e o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e (2) o uso efetivo do seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora;

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

- d. cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou Fiadoras Pessoas Jurídicas, sem a prévia autorização pelos Debenturistas, exceto se (1) não resultar em alteração de Controle da Emissora; ou (2) for realizada exclusivamente entre Emissora e/ou Fiadoras e/ou controladas da Emissora e/ou Fiadora; ou (3) for assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- e. redução do capital social da Emissora exceto se previamente aprovado pela maioria dos debenturistas, reunidos em assembleia geral, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- f. protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou a Garantidora cujo montante, individual ou agregado, ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se o referido protesto for decorrente de (1) erro ou má-fé de terceiros devidamente comprovado pela Emissora ou Fiadoras ou Garantidora, ou (2) se for revogado, susinado ou cancelado, em qualquer dos casos, em até 10 dias contados da data do respectivo protesto;
- g. descumprimento de decisão judicial de mérito transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou Garantidora, que imponha obrigação de pagamento em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- h. verificação de que quaisquer das declarações realizadas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora e/ou Garantidora na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, são (1) falsas ou enganosas; ou (2) materialmente incorretas ou incompletas na data e nas condições que foram prestadas, exceto, no caso do inciso (a) acima, se sanadas em 10 (dez) dias;
- i. resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora e/ou Fiadoras, caso a Emissora e/ou as Fiadoras estejam em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias ou financeiras com os debenturistas ou quaisquer terceiros no âmbito de dívidas contraídas no mercado financeiro ou de capitais, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório;
- j. alienação, cessão, transferência dos bens objeto de Garantias Reais, ou constituição, pela Emissora e/ou Garantidora, a qualquer tempo durante a vigência da Escritura de Emissão, de quaisquer ônus sobre quaisquer dos bens objeto das Garantias Reais;
- k. declaração de nulidade, invalidade ou inexecuibilidade da Escritura de Emissão por meio de decisão judicial, não revertida ou sem obtenção da suspensão de seus efeitos em até 30 (trinta) dias da ciência;
- l. declaração de nulidade, invalidade ou inexecuibilidade de qualquer Contrato de Garantia, por meio de decisão judicial, exceto se, em até 30 (trinta) dias de sua ciência (1) a decisão seja revertida ou seja obtida a suspensão de seus efeitos; ou (2) as Garantias declaradas nulas ou inválidas sejam substituídas nos prazos para substituição indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;
- m. penhora, sequestro, confisco, desapropriação, ônus, encargo, determinado por autoridade judicial governamental, sobre os bens objeto das Garantias Reais, exceto se, em até 30 (trinta) dias contados da data de sua ciência, for obtida medida judicial suspendendo o respectivo ônus ou se for realizada a substituição ou reforço da garantia nos prazos para substituição e/ou reforço indicados nos referidos Contratos de Garantia para substituição ou reforço de garantias;

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

- n. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras e/ou Garantidora das obrigações assumidas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- o. decisão judicial condenatória em face da Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras, acerca da prática pela Emissora e/ou qualquer das Fiadoras de atos de corrupção e/ou atos lesivos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do Decreto Lei nº 2.848 de 7 de setembro de 1940, conforme alterada, e, conforme aplicáveis, do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*;
- p. em caso de declaração judicial de insolvência ou incapacidade civil não sanada em 30 (trinta) dias ou qualquer decisão ou reconhecimento público e notório que gere impacto de natureza similar e impacte adversa e materialmente quaisquer Fiadoras Pessoas Físicas;
- q. não atendimento, pela Emissora, em qualquer momento durante a vigência das Debêntures, do índice financeiro abaixo, a ser verificado anualmente pelos auditores independentes e incluído nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo certo que a primeira verificação ocorrerá com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Dívida Financeira Líquida/EBITDA: < 2,5x a partir de 2020, sendo:

“*Dívida Financeira Líquida*” significa a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluindo dívidas contraídas perante instituições financeiras e decorrentes de emissões de debêntures, subtraído do caixa e numerários em trânsito, saldo de contas de livre movimentação de titularidade da Emissora em bancos e aplicações financeiras sem prazo de carência para resgate; e

“*EBITDA*” significa o resultado bruto, subtraído das despesas de comercialização, despesas administrativas, acrescido dos valores de depreciação e amortização.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 18 deste Formulário de Referência.

## **19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

**19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria****Exercício social 30/09/2020****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	11.428.380	0,81
Quantidade alienada	7.005.439	0,00
Quantidade cancelada	2.047.050	
Quantidade final	2.375.891	
Relação valores mobiliários em circulação	1,451700%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	381.807	
Quantidade adquirida	4.554.078	0,81
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	4.935.885	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2019****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	381.807	0,90
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	381.807	
Relação valores mobiliários em circulação	5,910000%	

**19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria****Exercício social 31/12/2018****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	287.638	
Quantidade adquirida	24.938	1,61
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	312.576	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	287.638	1,26
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	287.638	
Relação valores mobiliários em circulação	3,670000%	

### **19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

#### **19.3 – Outras informações relevantes**

Além das movimentações dos valores mobiliários mantidos em tesouraria descritas no item 19.2 acima, em 19 de outubro de 2020, a Companhia homologou o cancelamento, sem alteração do valor do capital social da Companhia, de 2.047.050 (dois milhões, quarenta e sete mil e cinquenta) ações ordinárias e de 4.935.885 (quatro milhões, novecentas e trinta e cinco mil e oitocentos e oitenta e cinco) ações preferenciais de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2020, a Companhia realizou a transferência de 7.005.439 (sete milhões, cinco mil e quatrocentas e trinta e nove) ações ordinárias mantidas em tesouraria para os beneficiários do Plano de Opção de Ações, outorgadas em 20 de janeiro de 2020 e em 08 de julho de 2020.



## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

<b>Data aprovação</b>	<b>19/10/2020</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	Companhia; acionista ou grupo de acionistas que exerça, direta ou indiretamente, o Poder de Controle da Companhia, ainda que não estejam vinculados por acordo de acionistas ("Acionistas Controladores"); membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ("Administradores"); membros e respectivos suplentes, quando aplicável, da Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária ("Demais Órgãos da Administração"); e quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição exercida na Companhia, nos Acionistas Controladores, nas Coligadas, ou nas Controladas, tenha conhecimento, ou possa vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante sobre os negócios sociais da Companhia ainda não divulgado ao mercado, ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais

### Principais características e locais de consulta

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020, a Companhia aprovou a "Política de Negociação de Valores Mobiliários da Neogrid Participações S.A." ("Política de Negociação"), a qual, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), visa a regulamentar as operações com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as diretrizes e procedimentos a serem observadas pela Companhia e pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação, quais sejam os Acionistas Controladores, os Administradores e membros dos Demais Órgãos da Administração, bem como Colaboradores Relevantes da Companhia (em conjunto, "Pessoas Sujeitas à Política"), a fim de assegurar a regularidade e transparência de tais negociações. A Política de Negociação está de acordo com os seguintes princípios básicos: (i) obediência à legislação e à regulação em vigor; (ii) compromisso com as melhores práticas de governança corporativa; e (iii) transparência e equidade de tratamento.

As vedações, obrigações e comunicação estabelecidas na Política de Negociação se aplicam: (i) tanto às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não, quanto às realizadas sem a intervenção de instituição integrante do sistema de distribuição; (ii) às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Sujeitas à Política, quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas controladas, quer através de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações; (iii) às negociações realizadas pelos respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes das pessoas naturais dentre os Acionistas Controladores, Administradores e membros dos Demais Órgãos da Administração, e Colaboradores Relevantes; e (iv) às operações de aluguel de Valores Mobiliários de emissão da Companhia realizadas por Pessoas Sujeitas à Política.

A Política de Negociação pode ser consultada no site da Companhia ([ri.neogrid.com](http://ri.neogrid.com)) ou, ainda, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e Pessoas Vinculadas nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (a) sempre que tenham conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante até que seja divulgada aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral, bem como de informação privilegiada aquela relacionada às demonstrações financeiras trimestrais ou anuais ainda não divulgadas ao mercado ("Informação Privilegiada"), até a sua divulgação ao mercado do Ato ou Fato Relevante; (b) quando o Diretor de Relações com Investidores, independentemente de justificativa ou da existência de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as Pessoas Sujeitas à Política não poderão negociar Valores Mobiliários de emissão da Companhia, Controladas e Coligadas ("Períodos de Bloqueio"), sendo certo que o Período de Bloqueio perdurará até que seja divulgado novo comunicado informando expressamente o seu termo final; (c) no período de 15 (quinze) dias anteriores à divulgação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais, bem como no próprio dia da divulgação, antes que a informação se torne pública; (d) quando tenham conhecimento de decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir proventos (dividendos, juros sobre capital próprio e bonificações), de desdobrar ações ou de emitir valores mobiliários da Companhia, até que publicados os respectivos editais ou anúncios; (e) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou houver sido outorgada opção ou ou mandat
--	--

## **20.2 - Outras Informações Relevantes**

### **20.2 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

### 21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes (“Política de Divulgação”), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2020 e também descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas que deverão observar as disposições da Política de Divulgação assine um termo de adesão à ela, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 conforme alterada (“Instrução CVM 358”), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os Atos ou Fatos Relevantes (conforme abaixo definidos), inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de Ato ou Fato Relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de Ato ou Fato Relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; ou (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;
- dão exemplos de Atos ou Fatos Relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão, dentre outros;
- impõem à companhia aberta o envio de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, por meio do sistema Empresas.Net fornecido pela CVM e pela B3, bem como divulgá-los ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo criado por disposição estatutária) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 a titularidade e negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela referida companhia, suas controladoras e controladas (desde que sejam companhias abertas), inclusive aquelas detidas por seus cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na sua declaração anual de imposto de renda e sociedades controladas;
- exigem que qualquer acionista controlador, direto ou indireto, qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, divulgue a alteração de sua participação por meio negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual sua participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ademais, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da B3 que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, dentre outras, impõe a necessidade de realização de reunião pública com analistas e demais interessados, ao menos uma vez ao ano, para divulgação de informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão: (i) pela própria Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus diretores; (iv) pelos seus conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, ou, em relação a acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas mencionadas no parágrafo acima no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras (DFP).

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

### **21.2 – Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Companhia possui uma política de divulgação de ato e fato relevantes (“Política de Divulgação”), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) e aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de outubro de 2020.

A Política de Divulgação objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas à Política para a divulgação de ato ou fato relevante da Companhia, nos termos da, e conforme definido na, Instrução CVM 358 (“Ato ou Fato Relevante”), a fim de evitar o uso indevido de Informações Privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação a Companhia, o acionista ou grupo de acionistas que exerça, direta ou indiretamente, o poder de controle da Companhia, ainda que não estejam vinculados por acordo de acionistas (“Acionistas Controladores”), membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (“Administradores”), membros e respectivos suplentes, quando aplicável, da Diretoria Não Estatutária, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venha a ser criados pela Companhia, por disposição estatutária (“Demais Órgãos de Administração”) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição exercida na Companhia, nos Acionistas Controladores, nas Coligadas, ou nas Controladas, tenha conhecimento, ou possa vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante sobre os negócios sociais da Companhia ainda não divulgado ao mercado, ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado (“Colaboradores Relevantes”) e todas as pessoas naturais ou jurídicas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, consultores, instituições financeiras, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, trabalhadores terceirizados e fornecedores que contratados pela Companhia, suas Controladas ou Coligadas, que tenham conhecimento, ou possam vir a ter conhecimento, de Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado ou, ainda, relativa às demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado (“Fornecedores e Prestadores de Serviços”), as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do termo de adesão e toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia (em conjunto, “Pessoas Sujeitas”).

A comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. (“Bolsa de Valores”) e ao mercado em geral deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

O Ato ou Fato Relevante será divulgado ao público investidor em um portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura da sessão de negociação, tal divulgação deverá ser realizada, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após, prevalecendo, no caso de incompatibilidade de horário de negociação em mercados de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores, nacionais e estrangeiras (conforme aplicável), a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente o Acionista Controlador e este decida por sua não divulgação, deverá o Acionista Controlador informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia e/ou ao Departamento de Relações com Investidores.

Ainda que o Acionista Controlador ou os Administradores da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, na hipótese de o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo escapar ao controle, ou, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os Acionistas Controladores ou os Administradores ficam obrigados a, através do Diretor de Relações com Investidores ou diretamente, providenciar para que o Ato ou o Fato Relevante seja imediatamente comunicado à CVM, Bolsas de Valores e ao público investidor.

As Pessoas Sujeitas devem (i) conhecer, ter acesso e entender a Política de Divulgação, bem como ter pleno conhecimento de suas respectivas obrigações em relação à sua aplicação; (ii) guardar sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante da Companhia ao qual tenha acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, sujeito à aplicação das penalidades previstas na legislação aplicável e a critério da Companhia; (iii) zelar para que seus subordinados e terceiros de sua confiança guardem sigilo sobre informações relativas a Ato ou Fato Relevante e delas não se utilizem, respondendo solidariamente com estes em hipótese de descumprimento; (iv) observado o disposto na Política de Divulgação, aderir à Política de Divulgação mediante assinatura de Termo de Adesão ou, alternativamente, celebrar contrato de confidencialidade, conforme aplicável; (v) comunicar ao Diretor de Relações com Investidores e/ou ao Departamento de Relações com Investidores qualquer informação que entendam caracterizar Ato ou Fato Relevante, a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação; e (vi) atender prontamente às solicitações de esclarecimentos formuladas pelo Diretor de Relações com Investidores quanto à verificação da ocorrência de Ato ou Fato Relevante.

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

#### **21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

### **21.4 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 21.1 a 21.3 deste Formulário de Referência.